UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Germano Araujo Coelho

Capitalismo ou neoliberalismo? As ressignificações e os deslocamentos das hierarquias sociais como limites e ameaças à democracia

Brasília
2025

Germano Araujo Coelho

Capitalismo ou neoliberalismo? As ressignificações e os deslocamentos das hierarquias sociais como limites e ameaças à democracia

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política - UnB, como requisito parcial para obtenção de título de doutor em Ciência Política.
Área de Concentração: Democracia e Sociedade

Orientador: Dr. Thiago Trindade

Brasília - DF.

2025

Para Tiago e Laura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Thiago Trindade, pelo apoio. Seu acolhimento diante das dificuldades que se apresentaram ao longo da pesquisa foi fundamental para a conclusão deste trabalho. Aos membros da banca de qualificação, Danusa Marques e Daniel Bin, os quais contribuíram sobremaneira para os caminhos tomados nesta tese. Aos que compartilharam as discussões e debates nos grupos de pesquisa Demodê (UnB), Crises da Democracia (Unicamp-UnB), e Geourb (UnB). À Capes pela bolsa de pesquisa. Aos professores, técnicos e trabalhadores do IPOL/UnB e da FCS/UFG que me ajudaram de diversas formas. Aos alunos dos cursos de Ciências Sociais da UFG que me fizeram aprimorar o raciocínio e os argumentos teóricos deste trabalho. À Fabiana, que me ensinou a gostar de pesquisar. À Ruskaya, pela escuta e perguntas. Aos amigos e colegas de jornada, pelas trocas que deixaram minha trajetória menos solitária. À Sarah, pelo afeto e a ela e Rosangela, pelo trabalho de cuidado e pela abnegação dos quais dependi e com que pude, de maneira privilegiada, contar. À Diva e Jamil, por tudo. Ao Pedro, com quem caminhei junto. Ao Tiago e à Laura, por me dar lucidez, fantasia, amor e força todos os dias.

RESUMO

Esta tese tem como objeto a relação entre capitalismo, neoliberalismo e democracia. A fim de tensionar o debate crítico sobre neoliberalismo e crise democrática, propõe-se o conceito de hierarquias sociais – de classe, gênero, raça e da relação centro-periferia – como lente analítica dessa relação. A partir de uma elaboração teórica, empírica e historicamente orientada, argumenta-se que o processo de acumulação depende estruturalmente do deslocamento e ressignificação das hierarquias sociais, em razão das contradições produzidas pelos imperativos expansivos e regressivos do capital. Na história, esse processo foi sempre mediado política e moralmente. Nesse sentido, propõe-se o conceito de crises de *status* para se compreender como nas democracias capitalistas esses imperativos produzem contradições inescapáveis entre a exploração e extração do capital, por um lado, e a reconstrução de consensos, sempre exclusivos, por outro. Esses conflitos e contradições proporcionam um olhar crítico sobre lutas sociais e projetos políticos que disputam as mediações na democracia. Do ponto de vista da dominação, propõe-se que o conceito de hierarquias sociais possibilita problematizar os interesses das classes e grupos dominantes, mas também do Estado, a partir da multidimensionalidade que constitui o processo de acumulação. Assim, argumenta-se que diante das crises de *status*, os interesses gerais da valorização da acumulação perdem precedência, desde que as hierarquias sociais sejam intensificadas e expressem os imperativos regressivos da acumulação. Do ponto de vista da opressão, as hierarquias sociais revelam limites que são internos às democracias, tendo como referência a igualdade e autonomia. Essa construção teórica possibilita situar, no capitalismo, o conceito de neoliberalismo como um projeto político hegemônico, o qual prioriza os imperativos regressivos da acumulação capitalista por meio das respostas e mediações políticas que realiza. Como projeto que busca retomar o passado para reconstruir o presente, as hierarquias são meios e fins da (re)construção da ordem hierárquica do capital que idealiza. São meios de conter a democracia e são reproduzidas como ameaça às democracias.

Palavras-chave: Capitalismo; Classe; Democracia; Gênero; Hierarquias Sociais; Neoliberalismo; Periferia; Raça.

ABSTRACT

This thesis' object is the relationship between capitalism, neoliberalism, and democracy. In order to strain the critical debate on neoliberalism and the democratic crisis, the concept of social hierarchies – of class, gender, race, and the center-periphery relationship – is proposed as an analytical lens for this relationship. Based on a theoretical elaboration, empirically and historically oriented, it is argued that the accumulation depends structurally on the displacement and resignification of social hierarchies, due to the contradictions produced by the expansive and regressive imperatives of capital. Throughout history, this process has always been politically and morally mediated. In this sense, the concept of status crises is proposed to understand how, in capitalist democracies, these imperatives produce inescapable contradictions between the exploitation and extraction of capital, on the one hand, and the reconstruction of consensus, always exclusive, on the other. These conflicts and contradictions provide a critical look at social struggles and political projects that dispute mediations in democracy. From the perspective of domination, it is proposed that the concept of social hierarchies makes it possible to problematize the interests of the dominant classes and groups, but also of the State, based on the multidimensionality that constitutes the accumulation process. Thus, it is argued that in the face of status crises, the general interests of the valorization of accumulation lose precedence, as long as social hierarchies are intensified and express the regressive imperatives of accumulation. From the perspective of oppression, social hierarchies reveal limits that are internal to democracies, with equality and autonomy as references. This theoretical construction makes it possible to situate, within capitalism, the concept of neoliberalism as a hegemonic political project, which prioritizes the regressive imperatives of capitalist accumulation through the political responses and mediations that it carries out. As a project that seeks to reclaim the past to rebuild the present, hierarchies are both the means and the ends of the (re)construction of the hierarchical order of capital that it idealizes. They are means of containing democracy and are reproduced as a threat to democracies.

Keywords: Capitalism; Class; Democracy; Gender; Neoliberalism; Periphery; Race; Social Hierarchies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFDC – Programa Ajuda às Famílias com Crianças Dependentes

Atlas - Atlas Network

BCE - Banco Central Europeu

BOJ - Banco Central do Japão

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CPN - Coletivo de Pensamento Neoliberal

FED - Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIL - Fundación Internacional para la Libertad

FMI - Fundo Monetário Internacional

GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio

HACER - Hispanic American Center for Economic Research

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

LSE - London School of Economics

MBL - Movimento Brasil Livre

OI - Organização Internacional

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

PI - Propriedade intelectual

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

RELIAL - Red Liberal de America Latina

REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SMP - Sociedade Mont Pèlerin

SUS - Sitema Único de Saúde

IPLA - União de Partidos Latinoamericanos

ZEIS - Zonas de Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

Apontamentos metodológicos..... 17

Estrutura do texto..... 24

CAPÍTULO 1 - CRISE DEMOCRÁTICA E TRÊS PERSPECTIVAS DO NEOLIBERALISMO 29

1.1. Foucaultianos..... 31

1.2. Marxistas 36

1.3. Teóricos da economia política..... 42

1.4. Críticas, potencialidades e (ir)reconciliações teóricas..... 50

1.4.1. O conceito de democracia 51

1.4.2. O conceito de neoliberalismo e a crise democrática 60

CAPÍTULO 2 - CAPITALISMO, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E HIERARQUIAS SOCIAIS 74

2.1. Gênese do capitalismo: acumulação primitiva e o "moinho satânico"..... 75

2.2. Acumulação primitiva e o duplo movimento: limites e potencialidades teóricas 84

2.2.1. Deslocamentos espaço-temporais e substantivos do conceito de acumulação primitiva: centro-periferia, raça e gênero..... 84

2.2.2. (Re)situando o duplo movimento: a relação entre política e capitalismo ... 111

2.3. Exterioridade, mediações políticas e hierarquias sociais no capitalismo 120

2.4. Definição de capitalismo 138

CAPÍTULO 3 - CAPITALISMO, DEMOCRACIA E CRISE DE *STATUS* 150

3.1. Democracia e capitalismo na história 151

3.2. Autonomia, desigualdades e democracia capitalista..... 161

3.3. Dominação política: o Estado capitalista, democracia e seletividades estruturais hierárquicas..... 166

3.4. Opressões e consensos: hegemonia, posições sociais hierárquicas e relações de poder 184

3.5. Crises de *status* e as mediações políticas da exploração e do consenso 203

CAPÍTULO 4 - DAS IDEIAS ÀS PRÁTICAS DO PROJETO NEOLIBERAL.. 214

4.1. Características do neoliberalismo como coletivo de pensamento..... 216

4.1.1. Pluralidade..... 216

4.1.2. Organização da pluralidade: o Coletivo de Pensamento Neoliberal 219

4.1.3. Construção da unidade: epistemologia e estratégia política neoliberal..... 224

4.2. Unidade autoritária e moral: a exceção do "novo" sobre a democracia 230

4.3. Definição de neoliberalismo 241
CAPÍTULO 5 - A RECONSTRUÇÃO DA ORDEM HIERÁRQUICA DO CAPITAL 252
5.1. As exceções neoliberais vistas de cima 253
5.2. As exceções neoliberais vistas de baixo 266
5.3. A ressignificação e reconstrução neoliberal das hierarquias sociais 275
5.3.1. As hierarquias periferia-centro 276
5.3.2. As hierarquias de classe 287
5.3.3. As hierarquias de gênero 305
5.3.4. As hierarquias de raça 318
CONCLUSÃO 329
REFERÊNCIAS 336

INTRODUÇÃO

As hierarquias sociais de classe, raça, gênero e da relação centro-periferia são inescapáveis para se compreender a relação entre capitalismo, neoliberalismo e as democracias. Todas elas são constitutivas do capitalismo, o que não significa que estruturem posições sociais de forma fixa ao longo do tempo, tampouco que produzem efeitos de forma isolada uma das outras sobre subjetividades, trajetórias de vida, lutas sociais ou formas de dominação e opressão. Um olhar sobre como se constituíram historicamente, como foram ressignificadas, transformadas e deslocadas no espaço e no tempo e como se entrelaçam umas às outras no capitalismo, proporciona uma lente de análise crítica para se interpretar as ameaças do neoliberalismo às democracias contemporâneas, mas, também, isso vale para as alternativas políticas que se desenharam na história, se apresentam no presente e orientam a ação política para o futuro. Nesse sentido, as hierarquias do capitalismo são um obstáculo a qualquer projeto democrático, seja do ponto de vista da igualdade, seja da autonomia.

É ao esforço de tecer teoricamente os limites que o capitalismo e o neoliberalismo impõem sobre as democracias que este trabalho se dedica. E as hierarquias sociais oferecem a sutura teórica que reconecta dominação e opressão, distintas escalas e níveis analíticos, diferentes momentos históricos ou lutas sociais, e possibilita escapar a dicotomias, omissões e compartimentalizações comuns à teoria democrática.

Esta tese parte do pressuposto teórico da impossibilidade de se apreender teoricamente a economia capitalista de forma isolada de suas dimensões políticas, morais e institucionais. Isto é, os atributos "não-econômicos" são indissociáveis do que se considera como economia. De forma inusitada, esse pressuposto aproxima os neoliberais e afasta parte da esquerda em relação a Marx, embora os neoliberais omitam o reconhecimento dessa totalidade a partir de como dicotomizam mercado e suas condições "extraeconômicas".[1]

Assim, o argumento que fundamenta esta tese é o de que a exploração e, por conseguinte, a valorização do capital dependem estruturalmente dos deslocamentos

[1] Ao mesmo tempo em que essa omissão expressa uma estratégia política neoliberal importante que pretende ofuscar a interconexão dessas dimensões constitutivas do capitalismo e deslegitimar lutas e reinvindicações sociais, eles se preocuparam desde o início da formação do projeto neoliberal com a reconstrução de todas essas dimensões, as compreendendo como intrínsecas à ordem hierárquica do capital que idealizam.

espaço-temporais e da ressignificação das hierarquias sociais. Nesse sentido, a exploração e a extração de mais-valor e de tempo de vida das pessoas formam um mecanismo explicativo de como convergem as hierarquias de classe, raça, gênero e periféricas no capitalismo. As formas históricas que assumem essas convergências servem de referência para se analisar os conflitos e antagonismos sociais que produzem, as concepções políticas, morais, econômicas e institucionais que resultam desses conflitos e reconfiguram as hierarquias e o processo de acumulação, e os privilégios, desvantagens e assimetrias de poder – visíveis ou ocultas nas instituições – que condicionam a ação política, horizontes de vida, bem como as relações de dominação e opressão. Dessa forma, a dependência por parte do processo de acumulação das hierarquias sociais é um limite tanto das transformações quanto das condições da democracia.

Essa dependência chama a atenção para dois aspectos importantes. O primeiro diz respeito aos condicionantes estruturais e à indeterminação da política. O Estado, a política, os conflitos e o processo de formação de preferências são condicionados pelos imperativos estruturais do capitalismo, mas os resultados, as alternativas construídas e os interesses individuais e coletivos não são predeterminados por eles. Este trabalho procurou compreender essa relação entre impulsos e exigências estruturais desiguais e assimétricos, de um lado, e mediações, contingência e criatividade política, de outro.

Estruturalmente, o capitalismo produz contradições que se expressam, em última instância, em crises diversas – econômicas, de legitimidade, fiscais ou, como será abordado, de *status*. Estas exigem mediações políticas, cujos resultados ou conteúdos estão em aberto e são imprevisíveis e contraditórios, embora sejam sempre condicionados por esses imperativos estruturais capitalistas. O enfoque dado às hierarquias sociais neste trabalho, possibilita destacar o aspecto político e moral que constitui o processo de acumulação capitalista e, como consequência, a multidimensionalidade convergente de interesses e objetivos em disputa na sociedade e no Estado. A valorização do capital nunca é apenas uma questão econômica e os interesses que a direcionam também não. Sendo assim, relações de produção e reprodução sociais são mutuamente constitutivas e interdependentes, bem como o trabalho formal, informal, produtivo, improdutivo, doméstico, comunitário, pago ou não pago, mas também as relações de poder, opressões e subordinações necessárias e incorporadas ao processo de acumulação.

Destarte, para além dos imperativos autoexpansivos do capital, o processo de acumulação capitalista também produz simultaneamente imperativos regressivos. A necessidade de romper seus limites e barreiras, também envolve restabelecê-los (MARX,

[1857-58] 2015). E essa necessidade de se avançar sobre sua "exterioridade", de ressignificá-la ou reconstruí-la, é mediada política e moralmente (COOPER, 2017; GAGO; MEZZADRA, 2015; LUXEMBURGO, [2013] 2003).

Esse processo de ressignificação e reconstrução do "exterior" constitutivo capitalista, para além de uma necessidade estrutural, também revela os entrelaçamentos entre as hierarquias sociais e as dimensões "não econômicas" constitutivas do capitalismo. As dicotomias, compartimentalizações ou separações teóricas entre público e privado, mercado e coerção, redistribuição e reconhecimento, economia e política, produção e reprodução etc. obscurecem como a acumulação capitalista não só depende de suas dimensões morais, políticas e institucionais, mas se realiza de forma específica por meio dessas dimensões. Ou seja, o racismo, sexismo ou a periferização não são apenas condições ou reflexos do processo de acumulação, mas dão sua forma concreta.

Portanto, "os tijolos cimentados com sangue escravo" (WILLIAMS, 1944, p. 61), indígena e das mulheres e homens da classe trabalhadora nas metrópoles, durante os primórdios do capitalismo (FEDERICI, 2023), se conectam, contemporaneamente, aos quartos sem janela das empregadas domésticas nos centros urbanos brasileiros (BERNARDINO-COSTA, 2014), aos cortiços e lajes em suas periferias, às terras indígenas mercadorizadas por meio da violência social e estatal (RESENDE, 2015), mas também aos "estranhos frutos" do Sul dos EUA, à segregação residencial ou aos muros construídos nas fronteiras do centro capitalista. Essas conexões atuais destacam como ao se tratar reinvindicações e agendas políticas sobre as hierarquias sociais como menores ou "pautas de costumes", perde-se de vista como famílias, sexualidade, aborto, antirracismo, ou imigração também se conectam de formas complexas à exploração e extração capitalistas.

Um segundo aspecto sobre essa dependência estrutural é que essas conexões e entrelaçamentos foram mediados ao longo da história por diversos projetos políticos, lutas e conflitos que deslocaram e ressignificaram as hierarquias sociais interna e externamente. Como o capital enquanto relação social depende de suas determinações sociais concretas, o capitalismo não possui uma forma única na história, e as diferentes configurações que essas dimensões assumem variam no espaço e no tempo, de modo que as múltiplas relações sociais capitalistas e "não capitalistas" se constituíram e se transformaram mutuamente. Sem se reconhecer as contradições inerentes aos projetos e suas respectivas mediações políticas, corre-se o risco de idealizar avanços, obscurecendo

formas de opressão dais quais dependeram e representam seus próprios limites, reproduzindo a dominação capitalista.

Enquanto os Estados de bem-estar social se sustentaram pelos resquícios e transformações do colonialismo, pela superexploração do trabalho na periferia, pela responsabilização de mulheres pelo trabalho doméstico, ou pela exclusão da população negra desses pactos sociais (COOPER, 2024; MARINI, 1973), projetos desenvolvimentistas também reorganizaram suas periferias, ao produzir o "moderno" como espelho do "atraso", pela proliferação da informalidade, dos elevadores de serviço das "mães pretas", da autoconstrução dos mutirões e da expansão sobre as fronteiras urbanas e rurais (GONZALEZ, 1984; OLIVEIRA, [1972] 2003a; KOWARICK, 1979). Contemporaneamente, a "cidadania pelo consumo" e a redistribuição de renda dos novos desenvolvimentismos ou a democracia do crédito das terceiras vias também mobilizaram e reconfiguraram suas hierarquias. As primeiras, pela empreendedorização do "corre" cotidiano, pelo crédito consignado garantido pelos benefícios sociais, ou pela organização e trabalho comunitários das feiras, ambulantes e imigrantes (ANTUNES, 2022; CAVALLERO; GAGO, 2021; GAGO, 2018). As segundas, pelo financiamento e endividamento privado (STREECK, 2013), mas também pela ressignificação da família (COOPER, 2017) ou pela exclusão e segregação espacial da população negra a partir da individualização das contribuições fiscais atreladas ao uso de serviços e equipamentos públicos (Idem, 2024).

Ambos esses aspectos levantados possibilitam situar a democracia e o neoliberalismo no capitalismo. A democracia como uma forma de dominação contraditória que, a partir da igualdade formal, assegura as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, carrega o potencial, mesmo que restrito, de as tensionar, devido à expansão da comunidade política que a própria igualdade formal representou, não surge como projeto das classes dominantes, apesar de que o esvaziamento de seus sentidos sociais e de seu potencial emancipatório tenha sido alcançado pelo capitalismo (WOOD, 2006). É essa contradição que explica tanto a preocupação da teoria política moderna e dos grupos dominantes sobre os perigos que a expansão do sufrágio representaria, quanto as acomodações e ressignificações que a democracia sofreu no capitalismo, mesmo quando o voto se estendeu para as classes e grupos dominados. Ao passo que a democracia, então, surge de lutas e conflitos sociais desde baixo, sobre os sentidos e alcance da democracia, a exemplo dos Debates de Putney, do papel das massas contra a "aristocracia de cor" na Revolução Francesa e nos embates dos antifederalistas nos EUA, as derrotas dos projetos

radicais nos contextos revolucionários significaram o rebaixamento do potencial emancipatório que ela prometia.

Portanto, à medida que a democracia acentua as contradições capitalistas, o capitalismo é o limite da democracia. Se os imperativos da acumulação exigem a ressignificação e o deslocamento das hierarquias sociais, a democracia representa um potencial de conflito sobre as mediações políticas que lhes respondem, tornando os consensos políticos sobre a ordem social precários e instáveis, embora estes sejam, inevitavelmente, excludentes, em razão da dependência por parte da exploração capitalista das hierarquias sociais. Essa é uma contradição da democracia capitalista que, neste trabalho, é caracterizada pela sua tendência a produzir crises de *status*.

O conceito proposto de crise de *status* pretende entrelaçar, de uma perspectiva multidimensional, as hierarquias sociais à democracia e ao capitalismo. Ele não diz respeito apenas, como o nome parece sugerir, a questionamentos e reivindicações sobre a valorização de posições de *status* reconhecidas socialmente. É justamente o pressuposto da multidimensionalidade do processo de acumulação e o mecanismo de convergência das hierarquias sociais capitalistas que revelam uma forma de como aspectos simbólicos e materiais constituem relações de poder, de subordinação e opressão que são necessárias à (re)produção do capitalismo, de modo que as posições sociais hierárquicas se antagonizam igualmente, de um lado, por como se inserem, são incorporadas e dão forma ao processo de acumulação, de outro, pelas exclusões, omissões e ocultações nos pactos sociais. Nesse sentido, o conceito de crise de *status* destaca como consensos exclusivos e exploração são mutuamente dependentes e irreconciliáveis no capitalismo.

Do ponto de vista da democracia, a crise de *status* aponta para uma face das contradições da democracia capitalista. Ela é potencial de conflito que revela as exclusões dos consensos, mas também meio de os reconfigurar, em razão de como a exploração é sempre seu limite no capitalismo. Ao mesmo tempo em que consenso, exploração e extração são irreconciliáveis, a tendência à crise que essa contradição produz não pode ser compreendida como um processo teleológico ou escatológico. Imperativos expansivos e regressivos do capital chamam a atenção para como as hierarquias sociais, enquanto limites da igualdade e da autonomia, também se autorreforçam pela democracia e reduzem os horizontes emancipatórios que ela carrega. Desde os dominados, as hierarquias marcam as múltiplas formas de exclusão na democracia, mas também antagonismos internos às classes e grupos subalternizados. Desde os dominantes, as

hierarquias desvelam o lado político e moral dos interesses de classe como unidade regressiva.

E, como propõe este trabalho, é esse caráter regressivo, mas também construtivo que caracteriza o neoliberalismo enquanto projeto político. Ao passo que o projeto idealiza uma ordem social do passado, na qual não havia democracia – ou, quando muito, foi uma democracia para proprietários, homens e brancos –, busca reconstruir e reinventar essa ordem em contextos democráticos. As contradições inerentes às democracias capitalistas explicam por que os neoliberais sempre perceberam as democracias – do centro e das periferias – como uma ameaça, ao mesmo tempo em que procuraram intensificar seus limites internos e externos, em alguns casos, se esquivando do rótulo antidemocrático.

Inegavelmente, o projeto neoliberal preocupou-se, em suas ideais e práticas, com como conter a democracia de diversas formas, inclusive a defendendo. Essa pluralidade e contradição é inerente ao projeto. Ao longo de sua construção, de seu momento contrarrevolucionário e de sua hegemonia, o neoliberalismo utilizou-se de diversos expedientes para restringir as democracias. Golpes militares, blindagem jurídica e institucional dos espaços decisórios, violência, vigilância e disciplinamento contra a população, constitucionalização de valores e regras antidemocráticas, os "sinais" do mercado financeiro, as exceções schmittianas, inclusive aos seus próprios preceitos, o voto ponderado, a produção e disseminação de ignorância, ou a "democratização" pelo mercado são todas elas práticas e estratégias que compõem o cardápio neoliberal de como lidar com a democracia.

Sem ignorar a relevância desses processos que ameaçam a democracia e das formas particulares e associadas que assumem, a depender dos contextos sociais e políticos, esta tese se dedica a como o projeto neoliberal mobiliza as hierarquias sociais em suas ideias e práticas enquanto meio e fim de sua hegemonia. Nesse sentido, as hierarquias são meio de conter a democracia e são reproduzidas nesse processo. Em última instância, a intensificação das hierarquias capitalistas, para além de conter, ameaçam a própria democracia. É essa ênfase que o projeto neoliberal dá aos imperativos regressivos da acumulação capitalista, por meio de suas mediações políticas, que reconecta o passado em um processo adaptativo e reconstrutivo que renova constantemente a ordem hierárquica do capital.

Como argumentos teóricos que serão desenvolvidos neste trabalho, se propõe que:

1) O processo de acumulação depende estruturalmente do deslocamento e ressignificação das hierarquias sociais, em razão dos imperativos expansivos e regressivos do capital.

2) Esses imperativos são mediados politicamente e produzem contradições entre a dependência estrutural da exploração e extração capitalistas em relação às hierarquias sociais e os consensos políticos exclusivos que buscam legitimar as ordens sociais estabelecidas, cuja tendência é a crise de *status*.

3) Frente às crises de *status*, os interesses gerais da valorização da acumulação – das classes e grupos dominantes, mas também do Estado – perdem precedência, desde que as hierarquias sociais sejam intensificadas e expressem os imperativos regressivos da acumulação.

4) Nesse contexto, a democracia passa a ser um meio de conter suas tendências potencialmente emancipatórias, seja sobre a ampliação da igualdade, seja a partir da legitimação da redução dos espaços democráticos, quando há a intensificação das hierarquias sociais que ampliam os antagonismos internos às classes e grupos dominados.

5) O projeto neoliberal, como expressão hegemônica do capitalismo contemporâneo, prioriza os imperativos regressivos da acumulação capitalista por meio das respostas e mediações políticas que realiza nas crises de *status*.

6) Por fim, o neoliberalismo tem como principal finalidade ampliar as hierarquias sociais e intensificar a exploração e extração pelo capital. Essa é uma estratégia do projeto para lidar com as respectivas crises de *status* que o capitalismo contemporâneo produz, as intensificando e contendo a democracia. Em última instância, o neoliberalismo ressignifica e reconstrói a ordem hierárquica do capital que idealiza, paradoxalmente, em constante adaptação.

Apontamentos metodológicos

Este trabalho resulta de uma pesquisa teórica, com o suporte empírico e histórico para a construção dos argumentos propostos, cujo marco analítico se situa no campo da teoria crítica. De forma mais ampla, este é um trabalho em teoria política, portanto, que busca elaborar generalizações mais abstratas e argumentos com características inevitavelmente normativas sobre os processos e agenciamentos políticos (DRYZEK et

al. 2006). Como característica da teoria política, esta pesquisa transitou entre distintos campos disciplinares, embora seja a política seu principal objeto (FERES JÚNIOR; POGREBINSCHI, 2010), entendendo a política enquanto conflito sobre as formas de organizar e dirigir a sociedade, sobre a agenda dos assuntos tidos como públicos, sobre o que se considera legítimo em relação aos sentidos, práticas, conteúdos substantivos e instituições que configuram a esfera pública, e entre meios e fins desde posições sociais distintas. É justamente essa concepção ampla da política que faz esta pesquisa se conectar a distintas disciplinas, ao mesmo tempo em que a afasta de uma compreensão epistemológica que tenda a separar a política de seus atributos econômicos, sociais, filosóficos, históricos e jurídicos.

A pesquisa teórica se apresentou como um desafio para mim. Seja pela ausência curricular de tópicos sobre métodos de pesquisa teórica nos programas de pós-graduação, seja pela orientação empírica dominante na Ciência Política, minha trajetória no campo teve pouquíssimo contato com essa discussão metodológica e nenhum treinamento nessa direção a partir das instituições de que fiz parte. Assim, os caminhos e aprendizados acumulados se deram pelas trocas pessoais e informais com colegas, professores e meu orientador e pela tentativa individual de suprir essa lacuna que, em grande parte, também diz respeito à minha própria trajetória.

Sendo assim, antes de se apresentar os aspectos metodológicos mais tradicionais deste trabalho, cabe narrar brevemente os caminhos e desvios pelos quais a pesquisa tomou, tanto para ressaltar o processo iterativo que marcou seu desenvolvimento metodológico, analítico e teórico, quanto para compartilhar essa experiência não linear e muitas vezes confusa ou angustiante, na qual o horizonte a ser seguido raramente se apresentou de forma clara e definitiva ao longo da pesquisa. Talvez, ao retratar esse processo, minha experiência se aproxime da de diversas e diversos colegas que enfrentam essa caminhada e possa servir, por um lado, àqueles que, como eu, se afligem diante dos resultados de pesquisas que tomamos como referência, por parecerem “bem amarradas” ou fruto de etapas de pesquisa sem percalços e descaminhos lógicos e metodológicos, por outro, para que o leitor ou leitora compreenda esse processo da pesquisa que fez parte do próprio desenvolvimento metodológico que a guiou.

Inicialmente, o objeto da pesquisa era a crise democrática contemporânea, com especial atenção à democracia brasileira, consequência de uma frustração comum diante dos desdobramentos políticos na última década no Brasil. A partir de leituras, principalmente dos teóricos neomarxistas do Estado, e de debates em grupos de pesquisa

que fiz parte, como no Demodê, no Crises da Democracia, e, atualmente, no Geourb, uma primeira percepção foi a de que o conceito de capitalismo parecia ausente na literatura sobre a crise. Da mesma forma, uma outra preocupação envolveu a omissão da periferia capitalista nos debates. Com algumas exceções, a literatura nacional havia explorado pouco do tema.

Dessa forma, o ponto de partida foi incluir o capitalismo na análise, o que me levou a voltar a pesquisa para o conceito de acumulação primitiva. Os processos contemporâneos levantados pela literatura sobre neoliberalismo foram a razão desse deslocamento inicial do Estado para a gênese do capitalismo, indicando fenômenos contemporâneos que se aproximavam de alguma maneira "aos moinhos satânicos" dos mercados. A partir desse esforço inicial, a banca de minha qualificação me chamou atenção para questões que me levaram a desvios fundamentais que tomaria. Daniel Bin (GPP/UnB) me fez retornar às leituras históricas e teóricas de Ellen Wood e Danusa Marques (IPOL/UnB) questionou dois aspectos que foram cruciais para o avanço da pesquisa, embora não sem recomeços, desconfortos e preocupações, especialmente, em relação aos prazos. Primeiro, a acumulação primitiva analisada sem se considerar gênero e raça representava uma omissão significante na pesquisa, e o nível analítico dos sistemas, até então muito mais presente em minha pesquisa, sob influência da literatura neomarxista, impunha limites importantes para se pensar as interconexões entre economia, política e democracia.

Foi então, que me voltando para a história e para acumulação primitiva, desde a perspectiva feminista, dos teóricos marxistas da dependência, das teorias marxistas do imperialismo e das abordagens situadas na periferia sobre a questão racial na gênese e constituição do capitalismo, a referência às hierarquias sociais se mostraram inescapáveis teoricamente, entretanto me afastando, aparentemente, do meu objeto de pesquisa inicial. Paradoxalmente, esse retorno à acumulação primitiva possibilitou um primeiro reencontro, me demandando retomar a discussão sobre o neoliberalismo que, em princípio, previa que seria mais marginal em meu trabalho. Algumas obras que havia lido, conquanto sem parecerem ter destaque para meu objeto de pesquisa, a exemplo dos livros de Quinn Slobodian (2018) e Melinda Cooper (2017), me fizeram lembrar da associação entre neoliberalismo e hierarquias sociais. As trocas com colegas também foram fundamentais para indicar caminhos e outras obras que travavam, de algum modo, dessa discussão. Foi então que avancei em outras leituras e análises do neoliberalismo e senti a necessidade de elaborar definições mais claras para o neoliberalismo e para o capitalismo

que incluíssem as hierarquias sociais e estabelecessem as fronteiras teóricas dos dois conceitos. Esse foi um dos caminhos que me fizeram reformular os argumentos teóricos iniciais da pesquisa.

Ao longo desse processo, foi fundamental contextualizar historicamente as obras nas quais me debrucei, verificar alguns dados de textos que li e buscar obras que abordavam outras hipóteses a partir de evidências distintas sobre o mesmo tema, entrelaçar os recortes teóricos e suas omissões históricas e analíticas, considerar níveis analíticos distintos, bem como escalas espaço-temporais variadas, e explorar contradições lógicas e factuais nas obras que abordavam os temas de minha pesquisa. Sem dúvida, isso me levou a caminhos imprevistos, alguns incorporados, outros não, neste trabalho. Como resultado, meu objeto de pesquisa se transformou ao longo do tempo e alguns dos caminhos que tomei ficaram para trás.

Em vários momentos, tive dificuldade de vislumbrar o rumo que minha tese tomaria. Nesses momentos, o acolhimento de meu orientador, Thiago Trindade (IPOL/UnB), foi fundamental.

Enfim, ao final desse processo, o objeto desta pesquisa se ampliou. Ela buscou compreender limites que o capitalismo impõe à democracia e explorar como o neoliberalismo reconfigura esses limites contemporaneamente. Para isso, duas perguntas foram centrais para orientar a pesquisa. A primeira delas questionava se a crise da democracia é efeito do neoliberalismo ou resultado da radicalização das condições materiais e relações sociais reproduzidas pelo capitalismo que prescindem dos atributos que caracterizam o neoliberalismo. Desse problema surgiu a necessidade de se definir de forma mais clara os conceitos de capitalismo e neoliberalismo. A ênfase no conceito de neoliberalismo para se analisar as democracias contemporâneas, comum na literatura crítica (BROWN, 2015; CROUCH, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016; STREECK, 2013), por mais que esteja evidentemente relacionada às transformações no capitalismo, quando não estabelece as fronteiras entre os dois conceitos, assume o capitalismo como dado, correndo o risco de ignorar os limites históricos, mas também atuais, que o capitalismo estabelece para as democracias.

E a segunda pergunta indagava qual o limite das teorias produzidas nos países centrais do capitalismo para a compreensão do fenômeno da crise democrática nos países periféricos. Desde a periferia capitalista, o neoliberalismo não inaugurou as crises democráticas (MIGUEL, 2022) e os contextos sociais e políticos, bem como as trajetórias históricas das periferias são limites importantes que chamam a atenção para potenciais

problemas na recepção das teorias produzidas desde o centro para se interpretar as democracias periféricas (BALLESTRIN, 2018).[2] Com a finalidade de se evitar a sinédoque comum à teoria democrática de se explicar o mundo pelo centro, ficou evidente, com o tempo, leituras e trocas, que a pesquisa deveria explorar as diferenças e similaridades entre centro e periferia capitalistas de uma perspectiva relacional.

Como percurso para se elaborar os argumentos propostos nesta introdução, a pesquisa partiu, inicialmente, de uma revisão teórica. Os critérios de seleção iniciais envolveram: a) textos que se alinham à posição crítica das ciências sociais, da filosofia política e da historiografia – esse critério se baseou tanto na necessidade de se estabelecer um recorte passível de ser contemplado pelos prazos da pesquisa, quanto na orientação teórico-normativa incorporada na própria pesquisa; b) textos que abordam o neoliberalismo, capitalismo ou os limites que ambos produzem na democracia; e c) ter relevância no debate internacional ou nacional de uma perspectiva crítica. Como relatado anteriormente, esse foi um processo iterativo, a fim de buscar lacunas teóricas e históricas entre as obras, bem como de entrelaçar as variadas leituras de acordo com o objeto da pesquisa.

As obras foram analisadas seguindo dois parâmetros gerais. O primeiro deles envolveu a leitura sistematizada das mesmas para definir os problemas a que cada uma delas se dedica, os significados específicos dos conceitos estabelecidos ou recepcionado pelos autores, a integridade lógica do argumento apresentado, a robustez dos métodos científicos utilizados para realização de inferências empiricamente sustentadas – tendo sempre em vista os limites que a análise empírica tem para a representação do mundo e a indissociabilidade da empiria em relação à teoria –, bem como a capacidade de sustentação argumentativa dos problemas propostos. O segundo parâmetro abrangeu a análise crítica dos limites, lacunas e contradições contextuais, históricos, espaço-temporais e sociais das obras analisadas, o que passa pela reflexão acerca da abrangência, capacidade de generalização, omissões analíticas e posição situada de cada uma das obras examinadas. Evitando uma pesquisa teórica que se debruça pormenorizadamente nas obras, sob o recurso de uma exegese detalhada dos textos, a preocupação se deteve na

[2] Luciana Ballestrin (2018) utiliza o referente Sul Global para destacar diferenças que, neste trabalho, são caracterizadas pela relação centro-periferia. Apesar de os termos buscarem problematizar relações semelhantes, a escolha conceitual adotada se justifica, para além do referencial teórico que sustentou a pesquisa, pela intenção de se ressaltar o caráter hierárquico que essa relação expressa e pela preocupação teórica em enfatizar os efeitos do capitalismo e de suas transformações históricas nas democracias.

elaboração teórica mais geral de cada perspectiva, com o intuito de aproximar e tecer perspectivas analíticas distintas.

Quando necessário, foram utilizados dados empíricos ou análises históricas para fundamentar e complementar os argumentos teóricos da pesquisa. Os dados utilizados foram recepcionados de obras incluídas na revisão teórica ou de fontes formais como institutos de pesquisa, ou organizações da sociedade civil que produzem informação sobre temas políticos e sociais relevantes para a pesquisa. A necessidade dos dados empíricos e das análises históricas se deu para contextualizar argumentos teóricos, para referenciar empiricamente alguma proposição que compõe a elaboração teórica, ou para amparar a revisão crítica das obras analisadas. Portanto, apesar de esta não ser uma pesquisa empírica, ela também foi empiricamente orientada, a fim de se desenvolver e elaborar os argumentos teóricos.

Alguns princípios da teoria crítica guiaram a pesquisa ao longo do caminho. Em oposição ao racionalismo abstrato, procurou-se estabelecer análises "social e historicamente situadas" (YOUNG, 2002, p. 10), que levassem em conta as democracias realmente existentes e as diversas dimensões constitutivas das relações sociais capitalistas em contextos espaço-temporais diversos, sem desconsiderar ideais normativos como filtros interpretativos de análise. Dessas experiências concretas e diversas, buscou-se abstrair aproximações entre elas, mecanismos teóricos que às conectassem e processos sociais e políticos com traços comuns, embora diferenciados, que possibilitassem reinterpretar essas realidades particulares. Por exemplo, a exploração do trabalho assume formas variadas entre as fases do capitalismo, mas também internamente a elas. Da mesma forma, a conjugação das distintas hierarquias sociais no processo de acumulação se diferencia ao longo do tempo e do espaço. A necessidade de deslocamento das hierarquias sociais no capitalismo para manter a exploração e extração de mais-valor, frente às contradições produzidas pelos imperativos da acumulação é uma abstração teórica que visa reconectar essas diferenças e processos históricos e sociais, sem desconsiderar à contingência e o conflito político que mediam essas variações. Assim, a partir desse mecanismo teórico, levanta-se uma outra interpretação sobre os desenvolvimentos históricos e situados de transformações no capitalismo e na democracia em momentos e espaços particulares.

Essas questões chamam a atenção para uma interpretação da totalidade das relações sociais no capitalismo que compõem um "todo orgânico" (MARX, [1857-1858] 2015, p. 76). Não no sentido de fixação do social ou de predeterminações e explicações

derivadas da economia. Mas de como capitalismo enquanto modo de produção se constitui por dimensões não apenas econômicas, técnicas ou materiais e condiciona experiências e trajetórias, horizontes políticos possíveis, conflitos ou lutas sociais e os processos democráticos, a partir de entrelaçamentos que atravessam diferentes níveis analíticos. Ao longo do trabalho essas questões serão abordadas, por exemplo, sobre como a exploração e extração se transformaram no capitalismo e refletem experiências concretas constituídas por atributos morais, ideológicos, relações de poder, formas variadas de opressão e condições distintas em que subjetividades são constituídas e antagonizadas. De maneira semelhante, esse é um referente analítico importante para se compreender o neoliberalismo, que, ao isolar e dicotomizar certas categorias e esferas da vida, como mercado e política, obscurece a interpretação de como, enquanto projeto político, mobiliza aspectos morais, políticos e institucionais que constituem e são indissociáveis do que nomeia e idealiza como mercado ou liberdade individual.

Um outro princípio epistemológico da teoria crítica que orientou esta pesquisa e que se conecta ao anterior é a relação entre estrutura e agência. Neste trabalho, um pressuposto é o de que indivíduos e coletividades estão situados em posições específicas em relações sociais estruturadas, relacionais e hierárquicas. Essas estruturas são socio-historicamente construídas de maneira independente da experiência presente, embora não sejam fixas, o que pressupõe a possibilidade de transformação social pela agência política (YOUNG, 2002). Portanto, as preferências, formas de agir e os recursos disponíveis dependem da socialização dos indivíduos e das desigualdades materializadas nas relações sociais estruturadas, nas instituições e no ambiente físico. Ou seja, a ação política é condicionada por como estruturas sociais distribuem vantagens e oportunidades relacionais e assimétricas entre os sujeitos, delimitando as estratégias mútuas possíveis, embora não as predeterminando (JESSOP, 2008). Significa dizer que a história é construída pela ação humana, mas nunca como vontade e liberdade independentes das condições concretas, das lutas passadas, mas também das construídas no tempo presente (MARX, [1852] 2011).

Por fim, a normatividade presente neste trabalho também não deixou de ser uma orientação teórica e metodológica. Ela parte dessas experiências reais, tanto sobre os limites que elas apresentam, mas também dos potenciais políticos e alternativas concretas que oferecem. Assim, a sistematização dos argumentos teóricos deste trabalho passou por explorar logicamente interpretações, narrativas e relações sociais concretas na história, para as reinterpretar desde ideais construídos por lutas sociais passadas e presentes. Nesse

sentido, o mecanismo teórico proposto que representa uma das conexões possíveis entre as formas de exploração e extração do tempo de vida e, igualmente, entre subordinações e opressões de sujeitos posicionados nas estruturas de desigualdades de classe, gênero, raça e periféricas, ressalta aproximações concretas, contradições produzidas pelo capitalismo nas lutas políticas e sociais, mas também aponta para antagonismos em comum. Ao mesmo tempo em que as lutas sociais e políticas passam pelo reconhecimento de certa unidade possível, as diferenças e particularidades indicam como anseios e reinvindicações, interpretadas como menores, estão entrelaçadas a concepções de mundo e possibilidades ampliadas de ressignificar sentidos de justiça e transformação social mais complexos.

Estrutura do texto

Este trabalho é composto por cinco capítulos, fora esta introdução e a conclusão. Os capítulos, de alguma forma, refletem o processo iterativo que caracterizou a pesquisa. Inicia-se com o conceito de neoliberalismo (capítulo 1) e termina com ele (capítulos 4 e 5). No entanto, foi necessário retomar o conceito de capitalismo para realizar essa reconexão e situar o neoliberalismo com referência às transformações históricas do modo de produção capitalista (capítulos 2 e 3). O conceito de democracia, por sua vez, permeia todos os capítulos desta tese, mas é no terceiro capítulo em que recebe maior elaboração teórica.

No capítulo 1, são abordadas três perspectivas sobre o neoliberalismo no campo crítico: os foucaultianos, o marxismo e os teóricos da economia política. Tomando como referência inicial essas correntes analíticas, apresentam-se críticas, potencialidades e (ir)reconciliações teóricas entre elas. Enquanto potencial analítico, os foucaultianos chamam a atenção para a questão do consenso desde o processo de constituição de subjetividades, o que as demais correntes têm maiores dificuldades de incluir em suas análises. Os marxistas, por sua vez, ressaltam o aspecto teleológico do neoliberalismo que se relaciona à reconfiguração do poder das classes no capitalismo contemporâneo, dimensão ausente entre os foucaultianos em razão de sua concepção epistemológica e de sua definição de neoliberalismo como racionalidade política. E os teóricos da economia política também dão atenção a essa alteração na correlação de forças entre as classes, enfatizando transformações institucionais e crises sucessivas nos regimes de bem-estar social que fortaleceram o sistema financeiro e as corporações internacionais em

detrimento da democracia e da autonomia dos Estados. De modo geral, há entre as correntes teóricas lacunas e avanços teóricos importantes que aparentemente se complementam. No entanto, as definições de neoliberalismo que propõem, como racionalidade, projeto de classe ou fase do capitalismo partem de pressupostos epistemológicos irreconciliáveis.

Ao final do capítulo, levantam-se alguns limites teóricos mais ou menos comuns nas obras que servem de referência para as discussões propostas nos capítulos seguintes. Três insuficiências teóricas fundamentais perpassam as obras analisadas, embora em graus diferentes.[3] A primeira é a falta de uma delimitação clara entre os conceitos de capitalismo e neoliberalismo, o que dificulta estabelecer diferenças e transformações das democracias ao longo do tempo. Esse aspecto se relaciona à segunda insuficiência. Os autores partem de uma certa idealização da democracia capitalista do pós-Segunda Guerra, os chamados trinta anos gloriosos, para abordar o neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que essa referência histórica corre o risco de desproblematizar o capitalismo, universalizando uma exceção particular e restrita na história entre capitalismo e democracia, os pressupostos teóricos que daí surgem ignoram o papel da periferia capitalista nessa exceção e representam precariamente os contextos que não os dos países centrais. Por fim, as perspectivas incorporam precariamente as hierarquias sociais em suas análises. Os marxistas privilegiam um olhar sobre as classes sociais, os foucaultianos a dimensão produtiva das subjetividades, em detrimento da exploração, opressão e dominação e os teóricos da economia política, de forma ainda mais problemática, idealizam o pacto racial, patriarcal e de dominação periférica entre capital e trabalho formal e sindicalizado no centro capitalista.

No capítulo 2, a análise volta-se para a acumulação primitiva. É a partir desse referencial que se propõe a ampliação do conceito de capitalismo enquanto modo de produção para incluir as hierarquias sociais como constitutivas de todas as fases e transformações do capitalismo. Nesse sentido, partindo das obras de Marx e Polanyi, apresentam-se críticas e deslocamentos teóricos sobre as obras dos autores que possibilitam compreender processos típicos da gênese capitalistas como perenes e estruturais. As hierarquias centro-periferia, de classe, raça e gênero são abordadas desde distintas correntes teóricas e em momentos diferentes do capitalismo, quando foram deslocadas e incorporadas espaço-temporalmente no processo de acumulação. Como

[3] Duas exceções notáveis que ofereceram maiores inspirações para este trabalho, mesmo que exigindo um outro olhar sobre a periferia capitalista, são as obras de David Harvey (2008) e de Wendy Brown (2019).

síntese da obra de Marx e Polanyi, apesar de um evidente afastamento teórico em relação ao último, se acrescenta aos imperativos autoexpansivos do capital a ideia de contramovimento polanyiana, não como uma reação externa ao capitalismo, mas como imperativo próprio, regressivo, do processo de acumulação, em que os deslocamentos das hierarquias sociais respondem às contradições produzidas por esses imperativos.

A partir da ideia de exterioridade constitutiva do capitalismo, argumenta-se que esse exterior nunca é completamente externo, quando incorporado ao processo de acumulação de capital, e exige ser constantemente desconstruído e reconstruído. Portanto, por um lado, esses imperativos expressam uma dimensão estrutural e funcional das hierarquias sociais para a reprodução capitalista, que diz respeito às convergências das hierarquias necessárias à exploração e extração de mais-valor. Por outro, esses imperativos são sempre mediados politicamente, o que sugere a contingência do conflito político, das lutas sociais, da ressignificação moral e da reconfiguração "extraeconômica" das relações sociais capitalistas. Dessa forma, estão sempre em aberto os efeitos dessas mediações políticas que se expressam de forma diversa no tempo e no espaço. Portanto, é neste capítulo em que são apresentados o conceito de capitalismo como modo de produção e um mecanismo estrutural e mediado de convergência das hierarquias sociais no capitalismo em que a (re)produção social tem centralidade analítica, retomando os conceitos de exploração e extração.

O capítulo 3 abarca a relação entre capitalismo e democracia. Incialmente são abordadas as transformações históricas dos sentidos de democracia, seja pelos limites estruturais que o capitalismo impõe sobre a democracia, seja pelas disputas e conflitos políticos que deram forma às democracias reais. Em seguida, tendo como ponto de partida os conceitos de autonomia e desigualdades, são discutidas as formas como o capitalismo restringe a democracia desde uma perspectiva da dominação política e social, portanto, destacando como os conflitos sobre as mediações políticas no capitalismo transcorrem de forma assimétrica e desigual, e desde o processo de constituição de subjetividades que se relaciona a como posições estruturadas nas hierarquias sociais condicionam as trajetórias e horizontes de vida individuais e coletivos imersos em relações sociais de opressão, exploração e subordinação.

Ao final do capítulo, retomando o mecanismo de convergência entre as hierarquias sociais no capitalismo apresentado no segundo capítulo, são propostos três argumentos centrais deste trabalho. O primeiro deles se relaciona às crises de *status* como tendência resultante da contradição entre dependência estrutural por parte da exploração e extração

capitalistas das hierarquias sociais e os consensos exclusivos que constroem apelos à legitimidade precária das ordens sociais. Como será destacado, esse argumento serve como lente analítica para situar conflitos, antagonismos e lutas sociais no capitalismo e nas democracias que são causa e efeito das mediações políticas que deslocam e ressignificam as hierarquias sociais e os consensos políticos.

Em seguida, partindo de uma compreensão da indissociabilidade entre as dimensões econômicas, morais e políticas, argumenta-se que os interesses gerais da valorização da acumulação perdem precedência na dominação política e social, desde que as hierarquias sociais sejam intensificadas. Essa proposição expressa teoricamente como os imperativos do processo de acumulação podem produzir uma unidade entre grupos e classes dominantes para além de uma dimensão negativa – como a ameaça anticapitalista ou resistências aos impulsos igualitários da democracia – mas também positiva, no sentido da reinvindicação das hierarquias sociais e da (re)produção das condições sociais e políticas para que as mediações políticas tendam a ser favoráveis às classes e grupos dominantes. Como desdobramento desse argumento, propõe-se um seguinte que reflete os impactos das hierarquias sociais na democracia e interconecta dominação e formas de opressão. Sendo assim, considera-se que a democracia passa a ser um meio de conter suas tendências potencialmente emancipatórias, seja sobre a ampliação da igualdade, seja a partir da legitimação da redução dos espaços democráticos, quando há a intensificação das hierarquias sociais que ampliam os antagonismos internos às classes e grupos dominados. Dessa forma, um aspecto central dessas discussões teóricas é o de que as hierarquias sociais constitutivas do capitalismo representam uma forma significativa de contenção e desmantelamento da democracia, seja em razão de como favorecem à transformação da dominação social em dominação política, seja por como o processo de constituição de subjetividades antagoniza grupos e frações subalternas, limitando os potenciais democráticos, e ocorre em condições restritivas para a construção de autonomia individual e coletiva.

No capítulo 4, o trabalho volta-se novamente para onde iniciou. O objetivo do capítulo é construir e delimitar a definição do conceito de neoliberalismo. Essa elaboração teórica tem como referência a literatura sociológica e histórica que aborda o neoliberalismo como coletivo de pensamento (MIROWSKI; PLEHWE, 2009). O capítulo inicia com uma discussão sobre a característica inerente ao neoliberalismo que é a sua pluralidade – de ideais, práticas, alianças e estratégias – para então identificar suas formas de unidade. A literatura sobre o Coletivo de Pensamento Neoliberal (CPN) destaca a

forma de organização do neoliberalismo, suas doutrinas epistemológica e política e seu recurso às exceções como meios de reconstituir a pluralidade neoliberal em uma unidade.

Ao final do capítulo, apresenta-se a definição do conceito de neoliberalismo elaborado neste trabalho como um projeto político reacionário e renovador que se tornou hegemônico. Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo propõe constantemente reconstruir o passado, também se adapta aos contextos, resistências e crises, renovando a ordem hierárquica do capital que idealizam. Um argumento que decorre dessa definição é a de que o projeto neoliberal, como expressão hegemônica do capitalismo contemporâneo, prioriza os imperativos regressivos da acumulação capitalista por meio das respostas e mediações políticas que realiza nas crises de *status*. E uma das formas pelas quais o projeto lida com as respectivas crises que produz e contém a democracia é por meio da ampliação das hierarquias sociais e da intensificação da exploração e extração do capital.

Por fim, no capítulo 5, será discutido como o projeto neoliberal reproduz sua hegemonia, desde uma perspectiva da dominação e do consenso. Entrelaçando a análise aos demais capítulos, as exceções schmittianas neoliberais, a suas ideias e em suas práticas, são articuladas teoricamente a partir de duas escalas analíticas, desde a dominação e da constituição de subjetividades para afastar uma compreensão do neoliberalismo em seus próprios termos, como o mercado e a liberdade, e para inserir uma dimensão restritiva e conflitiva no consenso neoliberal. Na sequência do capítulo, será abordado como as hierarquias centro-periferia, de classe, gênero e raça foram ressignificadas e reconfiguradas pelas ideias e práticas do projeto neoliberal. Esse esforço teórico passou pela reinterpretação do pensamento dos neoliberais, pela contextualização das mudanças ideacionais e estratégicas do neoliberalismo, pela reconstrução da participação dos notáveis do projeto, de suas organizações e institutos na política e pela análise dos efeitos que suas mediações produziram nas hierarquias sociais.

CAPÍTULO 1 - CRISE DEMOCRÁTICA E TRÊS PERSPECTIVAS DO NEOLIBERALISMO

A relação entre democracia, capitalismo e neoliberalismo permeia os debates na literatura de perspectivas mais críticas. Desde os países centrais, vários autores têm mobilizado o conceito de neoliberalismo para explicar as crises democráticas contemporâneas. Este capítulo, tem como objetivo analisar a potencialidade e os limites teóricos de correntes que abordam o neoliberalismo como fenômeno para compreender seus impactos sobre a sociedade, o Estado e as democracias.

O significado de neoliberalismo é difícil de se apreender por inúmeros motivos. O primeiro deles é que o pensamento social que constitui a teoria neoliberal não é necessariamente coeso. Pensadores vinculados a Sociedade Mont Pèlerin – núcleo dos debates ao redor dessa tradição – possuem e possuíram divergências em relação a várias questões relacionadas ao papel do Estado, a como lidar com as democracias do centro e da periferia capitalista e aos limites e à natureza do mercado como instituição pautada na competição – temas caros ao pensamento neoliberal (PLEHWE, 2009a; MIROWSKI, 2009; SLOBODIAN, 2018). Da mesma forma, os principais objetos teóricos dos membros da Sociedade também foram se alterando ao longo do tempo, a depender dos contextos sociais e políticos em que estavam imersos ou aos quais se preocuparam teoricamente, das aproximações teóricas e práticas com outras perspectivas que compartilhavam o mesmo lado político nas batalhas ideológicas e políticas que travaram e do tipo de audiência a que orientaram suas ideias. Portanto, não é uma questão simples traçar uma identidade para o corpo que constitui o pensamento neoliberal, seja pelas divergências em relação a mesmos temas entre os autores neoliberais, seja pelo contexto e preocupações sobre os quais os vários pensadores se debruçaram ao longo de sua produção intelectual – tema que será abordado no capítulo 4.

Um segundo aspecto é a diferença entre o neoliberalismo como teoria e como prática (ANDRADE, 2019; BROWN, 2019; HARVEY, 2008; MIROWSKI, 2013; PECK, 2010). Essa questão diz respeito à distância entre as propostas idealizadas e defendidas pelos pensadores neoliberais e as consequências da realização concreta de políticas por parte de governos considerados como neoliberais, argumento que, levado ao extremo, dissocia qualquer vínculo teleológico entre teoria e prática, a ponto de Wendy Brown (2019), por exemplo, considerar que os teóricos neoliberais se horrorizariam

diante do “Frankenstein” real gestado por suas ideias (p. 19). Assim, essa diferença também teria a ver com o distanciamento entre ideal, formulado teoricamente, e a estratégia assumida por atores políticos que defendem medidas neoliberais. Em oposição a formulações teóricas ideais e muitas vezes irrealistas, contrapõe-se a ação orientada para interesses específicos de valorização do processo de acumulação ou de reorganização do campo de forças político que assume estratégias contraditórias em relação à teoria disponível, ou por uma concepção pragmática (HARVEY, 2008), ou em razão dos contextos institucionais e políticos em que são implementadas (PECK, 2010).

De todo modo, para além do processo de incorporação do ideário neoliberal por parte de técnicos, burocratas, “especialistas” e lideranças políticas, houve intensa participação de governos e capitalistas no financiamento de institutos privados de pesquisa neoliberais e, em muitos casos, a participação direta desses pensadores na formulação e implementação de planos de governo, como foi o caso da influência dos Chicago Boys, de Friedman e de Hayek na política econômica e no constitucionalismo da ditadura chilena sob o comando de Pinochet, da proximidade de pensadores neoliberais com os governos de Thatcher e Reagan, no Reino Unido e nos EUA, respectivamente (COOPER, 2024; HARVEY, 2008; WHYTE, 2019), ou no desenho de organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) (SLOBODIAN, 2018).

Uma outra questão problemática para definição de neoliberalismo é a profusão de obras, de uma perspectiva crítica, que abordam o conceito, a partir de distintas filiações teóricas e, consequentemente, com significados muito diversos (ANDRADE, 2019). Essa polissemia do termo tem menos a ver com a referência à diversidade de pensamento dentro da doutrina neoliberal e mais com a interpretação dos efeitos do neoliberalismo ou da neoliberalização na vida social e política concreta. O problema, então, neste capítulo está em conciliar ou identificar as incompatibilidades entre essas teorias, de modo que se possa compreender os limites e potencialidades das categorias e conceitos que mobilizam sobre, principalmente, o diagnóstico da crise democrática contemporânea.

Sem deixar de reconhecer a importância de uma compreensão histórica do desenvolvimento do pensamento neoliberal, este capítulo priorizará a análise dessas correntes críticas que se dedicaram a interpretação dos efeitos do neoliberalismo na democracia e na transformação do mundo material e ideacional. Mesmo que incompleto, o recorte analítico se justifica tanto pelo peso dessas obras no debate atual sobre o tema na disciplina, quanto pelo fato de que são justamente as correntes críticas que melhor problematizaram a relação entre democracia e neoliberalismo. Como será abordado, dois

limites compartilhados entre os autores são claros: a análise da democracia e do neoliberalismo desde o centro capitalista e a ausência de uma delimitação teórica clara entre os efeitos impostos pelo capitalismo e pelo neoliberalismo sobre as democracias.

Assim, três correntes analíticas são fundamentais para se compreender o debate sobre a relação entre neoliberalismo e a crise da democracia: os foucaultianos, os marxistas, e os teóricos da economia política.

Nas três primeiras seções, cada uma dessas vertentes teóricas sobre o neoliberalismo será apresentada. Em seguida, serão discutidas críticas e potencialidades de cada uma delas, bem como possíveis (ir)reconciliações teóricas entre elas a partir das definições dos conceitos de democracia e neoliberalismo que apresentam e de como os mobilizam para abordar a ideia de crise democrática. Como será tratado nos capítulos posteriores, as hierarquias sociais são fundamentais tanto para estabelecer a relação entre capitalismo e neoliberalismo, quanto para compreender como ambos impactam a democracia de variadas formas.

1.1. Foucaultianos

Para os foucaultianos, o neoliberalismo é definido como uma ordem de razão normativa, que, ao se tornar dominante, expande sua lógica governante, pautada em valores, ações e métricas econômicas para todas as esferas da vida humana, no processo de economização dos espaços sociais (BROWN, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016). Isso implica que a lógica de funcionamento dos mercados é reproduzida nas instituições do Estado e do sistema político global, nas formas de governar os sujeitos, a governamentalidade, mas também, e talvez principalmente, na constituição dos próprios sujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016), o que causa impactos significativos no político, por meio da transformação (e mesmo aniquilação) dos sentidos dos princípios fundamentais que caracterizam e possibilitam a existência da democracia liberal (BROWN, 2015), mas também assume uma estratégia própria de intensificação dessa lógica por meio da gestão das crises econômicas e sociais que ela mesma gera (DARDOT; LAVAL, 2019).

Assim, para compreender o impacto do neoliberalismo como racionalidade normativa na crise democrática, é preciso voltar-se para as transformações na concepção de mercado, do papel do Estado e na constituição dos sujeitos que essa racionalidade impõe, se deslocando dos significados liberais originais que antes governavam os mercados e as condutas que davam o sentido à autoridade e caracterizavam o político.

O mercado, a partir da racionalidade neoliberal, deixaria de ser compreendido como um mecanismo natural autorregulável por meio da liberdade de trocas e passaria a ser concebido e defendido como uma ordem pautada na competição que precisaria ser protegida, construída e fortalecida pelo Estado, em razão dos limites do laissez-faire para manutenção dos mercados e dos intervencionismos governamentais que teriam surgido para lidar com os problemas produzidos por esses limites (FOUCAULT, 2008, p. 160). O mercado passa a não mais se justificar pelos resultados que entrega, mas pela ordem política e social que produz, como um modelo e forma de Estado baseado no mercado competitivo para os ordoliberais que desejavam reconstruir a Alemanha do pós-Segunda Guerra (p. 159), ou uma ordem constituinte da relação entre governo e governados, pautada na racionalidade e comportamento dos sujeitos, típico do neoliberalismo estadunidense (p. 307)

Essa transformação tem algumas implicações importantes. Primeiro ela, recepciona a lógica do "liberalismo clássico" típico da Escola de Manchester do século XIX e do pensamento de Herbert Spencer, e reduz o conteúdo de justiça presente na ideia de que o mercado autorregulável seria capaz de gerar no agregado maior justiça social pela capacidade de aumentar o nível da produção e, por consequência disso, o acesso a um maior número de bens pelos indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 46). Ao se conceber o mercado como um espaço de competição, o conteúdo de justiça incorpora a ideia de legitimidade da desigualdade, entre os ganhadores e os perdedores da competição (FOUCAULT, 2008, p. 195-96). No entanto, ela se afasta do "liberalismo clássico" economicista, ao compreender que o mercado requer a intervenção do Estado para manter a ordem institucional do mercado competitivo. Dessa forma, o Estado passa a ter papel fundamental na promoção e manutenção dos mercados, ao contrário do que é costume dizer em relação à defesa do Estado mínimo por parte do neoliberalismo. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado deve proteger o mercado de intervenções em sua lógica competitiva, pela via negativa e destrutiva de políticas sociais, ele tem um caráter construtivo ancorado no estabelecimento, manutenção e expansão do direito privado (DARDOT; LAVAL, 2016).

Dessa forma, a racionalidade neoliberal transformaria a função, mas também a lógica do governo. Além da necessidade de um Estado forte que deve manter a lógica competitiva dos mercados, o Estado passa a ser organizado e gerido pela própria racionalidade neoliberal, como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016). Enquanto a governamentalidade – a conduta das condutas para Foucault – no liberalismo envolvia o

estabelecimento do limite da ação estatal a partir do mercado como regime de veridição, a governamentalidade neoliberal, uma vez que os mercados competitivos necessitam do Estado, se torna a incorporação da racionalidade do mercado nas atividades, práticas e dispositivos governamentais. Assim, a função da organização do processo de acumulação e sua natureza capitalista toma forma mais radical do que a prevista pelos neomarxistas da década de 1970 para Wendy Brown (2015, p. 68) – perspectiva que será abordado no capítulo 3 –, embora para Foucault o capitalismo, como relações de produção, não seja um objeto central, mas sim o mercado enquanto produção de conhecimento e verdade. O Estado, se é que pode se falar nele a partir da obra de Foucault,[4] continuaria a ser responsabilizado pelo desempenho econômico – uma forma de deslocar a politização dos conflitos da esfera econômica para a política (POULANTZAS; [1978] 2014; OFFE, 1984) –, mas, ao mesmo tempo, ele deixa de ser responsabilizado diretamente pelos efeitos desiguais gerados pelos mercados competitivos. Como consequência, o Estado perde a necessidade de ocultar sua natureza intrinsecamente capitalista (BROWN, 2015). Isso se daria pela capacidade da racionalidade neoliberal de diluir conflitos e gerar consensos por meio na racionalidade política do Estado e pelo processo de subjetivação dos sujeitos.

Esse processo de despolitização da prática estatal, que deve ser orientada pela métrica econômica e pela cooperação entre o público e o privado e não mais pela disputa política, ganha contornos mais claros através do conceito de governança (BROWN, 2015). Apesar de ser um conceito disputado nos campos da administração pública e das políticas públicas, assumindo forte teor normativo e quase "mágico" para indicar "as boas práticas" dos governos (POLLITT; HUPE, 2011), Brown (2015) enfatiza que os sentidos atribuídos à governança implicam na defesa da descentralização do poder, pela inclusão de atores (ou *stakeholders*) do mercado e da sociedade civil, nos processos de formulação, tomada de decisão e implementação de políticas; na dissolução do conflito político e

[4] Para Foucault (2008), ao contrário do marxismo e dos neomarxistas que consideram que o Estado teria uma natureza capitalista, o Estado não teria uma essência (p. 105) e seria "nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas", portanto, sem conteúdo, sem centro ou sem finalidades específicas (p. 106). Esse é um ponto, por exemplo, do qual Wendy Brown (2015) se afasta de Foucault, quando pretende reinserir os aspectos materiais do capitalismo na análise foucaultiana que propõem, embora essa conexão não seja aprofundada ou elucidada em *Undoing the Demos*. É em seu segundo livro sobre o tema, *Nas ruínas do neoliberalismo*, que ela busca inserir o processo de subjetivação do neoliberalismo no capitalismo, se aproximando da Escola de Frankfurt, para incluir a moral e a cultura à racionalidade econômica. É nessa obra, inclusive, que retifica sua definição de neoliberalismo como racionalidade, definição tipicamente foucaultiana, e o define como um projeto "político-moral que visa a proteger as hierarquias tradicionais" (2019, p. 23), incluindo uma dimensão moral à econômica a partir da concepção de ordens espontâneas estabelecida por Hayek, como bem perceberam Silva e Tavares (2021).

social pela ideia de cooperação entre setor público e setor privado; e na adoção de práticas de gestão de negócios privados nas instituições e agencias estatais. De forma geral, a racionalidade política neoliberal implica na substituição da disputa de valores sociais em conflito pela introdução dos valores e princípios neoliberais na concepção da arte de governar como um processo, um método de gestão econômica, supostamente neutro, mensurável e eficiente (Idem, 2015).

Essas transformações dos significados e funcionamento do mercado, por um lado, e do modo de governo, de outro, incidiriam também sobre o processo de subjetivação dos indivíduos, completando a capacidade da razão neoliberal de apaziguar os conflitos por meio do deslocamento do sentido de legitimidade. A passagem do *homo economicus* liberal, maximizador de lucros no mercado livre, para o *homo economicus* neoliberal, impulsionado para empreendedorização de si mesmo, a fim de se valorizar no mercado competitivo, tomando a forma de capital humano, e o papel do Estado como incentivador da competição, relegando à esfera privada os domínios que antes eram caracterizados pela justiça social, impõem uma consequência fundamental no sujeito neoliberal: a responsabilização individual (BROWN, 2015).

O conceito central seria o de capital humano que transformou a concepção do trabalho e possibilitou a teoria econômica explorar relações sociais não-econômicas (FOUCAULT, 2008, p. 302). O conceito de capital humano nega a teoria do valor da economia política clássica, acrescentando uma dimensão qualitativa ao valor do trabalho – antes condicionado pelo tempo dispendido na produção – e às dimensões psicológicas e comportamentais dos sujeitos no mercado (p. 305-07). Esse é um ponto de inflexão importante que, dentre outros objetivos, nega a validade das categorias econômicas da teoria marxiana – valor, valor de troca, valor de uso, mais-valor – (p. 304) e, como consequência, toda a ontologia que fundamenta a crítica política marxista. Se todos são capitais humanos, não há classe, não há exploração (MIROWSKI, 2013).

A autorrepresentação dos sujeitos como capital humano exige o constante autoinvestimento como forma de aumentar seu próprio valor, atrair investimentos para si e aumentar sua capacidade competitiva diante dos outros capitais. Os resultados do empreendimento individual na luta competitiva entre capitais humanos passam a ser de estrita responsabilidade de cada um, de modo que a derrota na competição do mercado (o desemprego, a pobreza, a carestia, a pauperização da vida etc.) é vinculada à incompetência e à falta de esforço suficientes. A responsabilização individual, portanto, retira do Estado e da sociedade qualquer obrigação coletiva de minimizar as

desigualdades como ponto de partida para a competição, mas também de mitigar os efeitos perversos a posteriori causados por ela (BIROLI, 2018; BROWN, 2015).

Todos esses processos provocados pela racionalidade neoliberal têm repercussões significativas na democracia para os foucaultianos: o esvaziamento do imaginário democrático (BROWN, 2015), a crise como uma estratégia de intensificação da ordem neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2019) e a acomodação entre racionalidade neoliberal e neoconservadorismo, transformando a despolitização em confronto aberto sob signo de valores antidemocráticos (BROWN, 2019).

Brown (2015) caracteriza o esvaziamento do imaginário democrático pela captura do político pela racionalidade econômica que se reforça em múltiplas dimensões da vida. Os princípios de liberdade, igualdade e soberania, fundamentais para a democracia liberal, passam por uma ressignificação de seus conteúdos, adequando-se a lógica econômica. A liberdade se restringe a liberdade econômica nos mercados competitivos; a igualdade é substituída pela desigualdade, como princípio legítimo ancorado na responsabilização individual e na meritocracia; e a soberania popular deixa de fazer sentido diante do horizonte normativo único da razão neoliberal e da neutralização da disputa política pelo estabelecimento do Estado empresa. Assim, perde-se de vista qualquer vínculo de solidariedade e coletividade necessário para a construção de um *demos* em comum.

O conceito de crise também se torna central na obra de Dardot e Laval (2019) como modo de governo. A crise deixa de ser uma consequência indesejada, ou contingente, e se torna um método, ou estratégia de governo da racionalidade neoliberal. A cada crise, o neoliberalismo radicaliza-se, nutre-se. A causa da crise é transformada em sua solução, que ressurge de forma radicalizada: ignora-se a lógica causal da crise, as práticas do neoliberalismo, e defende-se que essa mesma lógica seja intensificada – a exemplo das políticas de austeridade. Assim, o problema da crise, para os adeptos do neoliberalismo, estaria na intensidade das intervenções nunca suficientes. Nessa perspectiva, a crise se torna sistêmica. Os arranjos institucionais que moldam globalmente a regulação econômica impõem restrições a alternativas não-neoliberais, restringindo o espaço para a política e para a disputa dos processos decisórios, por meio de chantagem frente a qualquer resistência em nível nacional, ao instrumentalizar os mecanismos financeiros internacionais (pelo corte de crédito e avaliações dos riscos das dívidas nacionais) de forma a conformar as condutas dos governos.

Brown (2019) acrescenta ao problema da crise democrática, a questão do ressentimento na ordem neoliberal. Este ressentimento teria sempre existido nas sociedades liberais, marcadas por desigualdades de *status* social, mas se mantinham submersos, sublimados, no tecido social pela abstração jurídica da igualdade e pelo crescimento econômico. Os fenômenos desencadeados pela racionalidade neoliberal os teriam, então, dessublimado, em meio à crise econômica provocada pela radical liberalização dos mercados, e foi, concomitantemente, canalizado, acomodado, à racionalidade neoliberal, a sua defesa de uma ordem espontânea desigual que remete a um passado comum e moral imaginado (BROWN, 2019). Nesse processo, intensifica-se a crise democrática, já marcada pela perda do imaginário de igualdade e liberdade política causada pela racionalidade neoliberal, e, a partir da confluência moral entre conservadorismo e neoliberalismo, que já estavam presentes, por exemplo, na obra de Hayek, a democracia se aproxima do ocaso, em que a desigualdade se torna confronto aberto e violento contra as minorias excluídas dessa idealização do passado. Assim, os efeitos da crise da democracia, propulsionados pela racionalidade neoliberal, ganhariam outra magnitude, por uma via de radicalização do conflito entre valores e identidades coletivas antidemocráticos.

1.2. Marxistas

A segunda corrente importante para a compreensão da relação entre crise democrática e neoliberalismo é a do marxismo. Embora o tema da democracia não seja central na análise marxista, por exemplo, de Harvey (2008) e Duménil e Lévy (2014), os autores apresentam transformações no mundo material e ideacional importantes que podem elucidar as condições de erosão da democracia a partir do fortalecimento do neoliberalismo no mundo.

Harvey (2008) define o neoliberalismo como um projeto político que visa readequar as condições de acumulação após a crise do liberalismo inserido (RUGGIE, 1982) e de restaurar o poder das elites econômicas (HARVEY, 2008, p. 27). De forma semelhante, Duménil e Lévy (2014) consideram o neoliberalismo como uma fase do capitalismo que surge após a crise estrutural dos anos 1970, mas também como estratégia das classes capitalistas em aliança com uma outra em ascensão, da alta gerência, a fim de

obter a hegemonia global (p. 11).[5] Ao contrário das obras foucaultianas, haveria uma distinção e tensão entre normatividade e prática neoliberal para os autores marxistas. Mesmo que Brown (2015) tenha feito ressalvas sobre a generalização do modelo de racionalidade neoliberal que analisa (p. 76) e tenha defendido que os princípios teóricos do neoliberalismo se distinguem, em grande medida, das consequências e da realidade geradas pela razão neoliberal (2019, p. 19), na primeira questão a autora não problematiza para além do caso dos EUA e, na segunda, ela parece indicar que a razão neoliberal se nutre da produção teórica neoliberal, embora os resultados dessa razão não sejam fruto de uma teleologia neoliberal, mas sim de uma espécie de consequência inesperada (senão indesejável) de uma ordem normativa idealizada.

De certa forma essa ausência do poder estratégico na análise de Brown (2015) pode ser relacionada a própria concepção de poder para Foucault – disperso, descentralizado, em que se questiona a ideia de um poder concreto realizado pela relação sujeito-objeto (BROWN, 2006a, p. 69-70; FOUCAULT, 2008, p. 50), e o qual nega em sua análise, de forma intransigente, a importância das classes como fator explicativo das dinâmicas de lutas por poder e de dominação (JESSOP, 2008, p. 140). Assim, a ideia do neoliberalismo como racionalidade generalizada, dispersa e com uma vida própria, que domina os humanos sem ser influenciada por eles, perde de vista a possibilidade de vincular essa racionalidade à disputa de poder concreta, encampada por agentes reais, com interesses específicos, em condições materiais muito diversas entre si (a exemplo de um líder do mercado financeiro global e de um trabalhador, ou "empreendedor", informal dos centros urbanos da periferia capitalista) – mesmo que Brown (2015) defenda a conciliação teórica entre uma visão ideacional e outra material do neoliberalismo (p. 76), sem aprofundar ou abordar as tensões teóricas dessa conciliação.

[5] Lévy e Duménil (2018), partindo de dados de estratificação de renda, consideram que as classes altas sofreram alterações importantes que se relacionam a fonte dos recursos que possuem. Ao lado de uma classe capitalista clássica, proprietária, que vive de lucros ou renda, ascende uma classe gerencial que obtém seus meios de vida pelos salários astronômicos que suas funções no topo das empresas produtivas e financeiras remuneram. É a partir dessa transformação no capitalismo, que se inicia no começo do século XX, que, para os autores, o capitalismo estaria em transição para um novo modo de produção, que chamam de gerencial. No entanto, o neoliberalismo representaria justamente essa transição, fase que chamam em obra mais recente de capitalismo gerencial. Para uma crítica aos dados que utilizam, a partir dos vieses que o regime fiscal estadunidense impõe, ver Lazonick (2015). Para crítica semelhante sobre os dados das pesquisas nas quais Lévy e Duménil se inspiram que leva a conclusões radicalmente contrárias sobre a consequência do neoliberalismo e as respectivas transformações do capitalismo, em que a autora defende o argumento da revitalização de um capitalismo familiar e do enfraquecimento dos acionistas, ver Cooper (2024).

Entretanto, em obra posterior de Brown (2019), *Nas ruinas do neoliberalismo*, a autora oferece deslocamentos importantes da perspectiva foucaultiana para explicar dimensões culturais e ideológicas que os marxistas que abordam o neoliberalismo têm dificuldades de explorar. Porém, a intenção original de Brown em seu primeiro livro de abordar de uma perspectiva estrutural a dimensão material das relações sociais capitalistas não se realiza completamente em nenhuma das obras.

Por outra via distinta da foucaultina, Harvey (2008) reconhece o esforço de construção teórica e de luta por hegemonia neoliberal, mas considera que esses processos muitas vezes entraram em contradição com a realidade prática que condicionou a implementação do projeto. A questão central é que, quando se defrontaram teoria e prática, a balança teria sempre pendido para a consolidação do poder da elite capitalista em detrimento do purismo principiológico do neoliberalismo teórico. Ou seja, a ideia de que haveria uma lógica única e compartilhada, aos moldes da racionalidade neoliberal dos foucaultianos, pode ser questionada em partes, a partir da leitura que Harvey faz do desenvolvimento do projeto neoliberal no mundo. Tornam-se fundamentais na análise as mudanças estruturais que condicionam (ao mesmo tempo que são influenciadas pelo) neoliberalismo e o papel dos atores e das classes na luta política e social por hegemonia. Essa compreensão de Harvey sobre a relação entre purismo teórico e prática neoliberal perde uma dimensão importante do neoliberalismo que se relaciona a como a pluralidade teórica do neoliberalismo faz parte de sua estratégia política e prática, mas também epistemológica (PLEHWE, 2009a; MIROWSKI, 2009). Não há um purismo teórico, nem um distanciamento evidente entre ideias e práticas do projeto neoliberal – perspectiva que será abordada no capítulo 4. A perspectiva de Lévy e Duménil (2014), nesse aspecto, é ainda mais problemática por desconsiderar a importância ideológica do projeto neoliberal, mantendo sua explicação em um nível analítico apenas estrutural. Talvez, por esse motivo tenham sido incapazes de perceber a capacidade do neoliberalismo em se manter hegemônico após a crise de 2008 que consideravam a expressão de uma contradição insuperável pelo neoliberalismo, deixando de apreender a resiliência e mutabilidade das ideias e práticas neoliberais que são inerentes ao projeto (CALLISON; MANFREDI, 2020).

Há na obra de Harvey uma compreensão sobre certa incompletude do projeto neoliberal, no sentido de que o projeto sofre resistências para se realizar e se transforma, a fim de concretizar alterações no processo de acumulação e na correlação de forças nacional e global, mesmo que isso entre em contradição com os princípios subjacentes ao

projeto ideal. Esse processo desigual e variado de acordo com as condições locais e dinâmicas próprias de neoliberalização é destacado por autores que negam a existência de um Neoliberalismo único ou de uma essência comum no espaço e tempo (BRENNER *et al*., 2012; PECK *et al*., 2012). No entanto, Harvey (2008) traça certa unidade do neoliberalismo que se relaciona a uma tendência, mesmo que variada, de mudanças na estrutura de classe, a novas formas de exploração abertas no capitalismo, à busca por consentimento ao redor do mundo pelo projeto neoliberal e ao papel do Estado nessa nova reconfiguração de poder.

Após a crise estrutural do capitalismo da década de 1970 e da intensificação das tensões presentes no liberalismo embutido ou inserido, o projeto neoliberal ganhou espaço para efetuar transformações no mundo do trabalho, nos fluxos de capitais e nas formas de gestão do Estado e dos mercados. Assim, o capitalismo se renova a partir da defesa da flexibilização das relações de trabalho, como forma de suprir as demandas constantes dos mercados competitivos por inovação e força de trabalho barata; da crescente financeirização e a resultante necessidade de desregulação dos mercados de capitais; e das novas formas de gestão dos negócios públicos e privados, pautadas na eficiência e na avaliação por resultados, que se aplica ao Estado como empresa (HARVEY, 2008; LÉVY; DUMÉNIL, 2014).

Essas transformações no capitalismo, principalmente sua ascendente financeirização, postas em movimento pelo projeto neoliberal, teriam reconfigurado a estrutura de poder das classes dominantes. Harvey aponta duas tendências dessa reconfiguração. A primeira envolveu a fusão entre os privilégios de propriedade e de gerência das grandes corporações –antes separadas – por meio do pagamento dos CEOs com ações do capital social das corporações (p. 40). Isso teria levado ao deslocamento das finalidades da empresa capitalista do aumento produtivo para a valorização financeira. Como consequência, a segunda tendência representou a união entre capital financeiro – especulativo e rentista – e capital produtivo, remunerado pelo lucro, antes duas frações de classe em conflito. As grandes corporações passam cada vez mais a estender seus negócios para a dimensão especulativa do capitalismo. Dessa forma, essa restruturação implicou "[na] forte expansão da atividade e do poder no mundo financeiro" (p. 41). Harvey reconhece problemas na identificação de uma classe global que aja em conjunto, unitariamente, a partir de interesses objetivos claros e unificados, mas ressalta que existe uma convergência de interesses em um sentido negativo que une essa nova classe dominante ao redor do projeto neoliberal e que esse grupo possui mecanismos de

influência sobre lideranças políticas globais, a partir de instituições internacionais como o Fórum Econômico Mundial de Davos (p. 44). Lévy e Duménil (2015) oferecem uma explicação mais assertiva para essas transformações. Para eles, seriam as alianças entre as classes capitalistas e gerencial a partir de interesses compartilhados baseados na hegemonia financeira que teriam mobilizado estrategicamente essas transformações, escapando de seu argumento estrutural inicial.

No entanto, Harvey (2008) levanta um outro aspecto importante ausente na perspectiva foucaultiana. A implementação do projeto neoliberal não teria sido imune a resistência, nem homogêneo no mundo. Diante disso, Harvey ressalta a compreensão de teóricos e lideranças corporativas e políticas sobre a necessidade de construir o consentimento na sociedade acerca dos processos de neoliberalização (p. 50). Por um lado, houve forte estratégia direcionada para a influência da opinião pública, por meio de instituições da mídia, universidades, Igrejas, *think thanks*, associações de empresas etc., e tentativas distintas de formar alianças entre governos neoliberais e outros grupos sociais diferentes da classe capitalista neoliberal, como foi o caso dos neoconservadores cristãos nos EUA (p. 59) e da classe média no Reino Unido (p. 71). Por outro lado, a base material do consentimento para o neoliberalismo foi a crise econômica, que possibilitou uma dupla estratégia de gestão da crise (se inspirando em aprendizados anteriores como o caso do Chile e da cidade de Nova York, p. 54), a partir da desestabilização da organização do trabalho e do fortalecimento da nova classe dominante, por meio de amarras institucionais que fizeram o Estado depender do mercado financeiro para manter o equilíbrio das contas públicas. Assim, o Estado ganha importância ativa e fundamental para os processos de neoliberalização, seja na defesa dos mercados financeiros, garantindo a redistribuição da renda das camadas mais baixas da sociedade, ou dos países periféricos, para a classe dominante por meio de mecanismos financeiros (p. 84), no disciplinamento do mercado de trabalho, pelo desmantelamento e destruição das organizações sindicais (p. 85), ou no auxílio para acumulação por espoliação (p. 172).

Como consequência da reorganização do poder de classe e do avanço da neoliberalização no mundo, Harvey indica que "[a] principal realização substantiva da neoliberalização foi [...] redistribuir, em vez de criar, riqueza e renda" (p. 171), redistribuição que parte da expropriação de renda da base da pirâmide social para o topo. O principal mecanismo para essa realização é uma forma renovada de acumulação primitiva, que Harvey chama de acumulação por espoliação, a qual abre novas fronteiras para exploração principalmente do capital financeiro. Quatro são as características desse

mecanismo: 1) privatização e mercadorização: pelas quais setores, antes de domínio público e intocados pela exploração econômica, passam para o setor privado, de modo que novos espaços para a acumulação de capital são criados (p. 172). 2) Financialização: que se intensifica pela neoliberalização e desregulamentação dos mercados de capitais e é uma das principais fontes da redistribuição da renda e riqueza das classes baixas e dos países periféricos para as classes dominantes. Suas características são a especulação, a corrupção, o roubo e a exploração (p. 173). 3) Administração e manipulação de crises: a utilização da "rede da dívida", por países centrais e organizações internacionais – como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – para extrair riqueza e renda dos países periféricos, ao mesmo tempo em que disciplinam e controlam suas políticas econômicas (p. 174). E 4) a redistribuição via Estado: o qual se torna o principal agente dessas políticas redistributivas da base da pirâmide social para o cume, pelo corte de políticas sociais e pela implementação de políticas fiscais e de financiamento público que beneficiam as classes altas (p. 176).

Apesar de o tema da crise democrática não ser central na obra de Harvey ou de Lévy e Duménil, fica implícito, nos processos que eles descrevem e analisam, transformações no mundo da acumulação e no ideário político que impactam diretamente na democracia. Harvey (2008) aborda rapidamente a democracia em algumas passagens o que evidencia esse movimento teórico. Destaca que a teoria neoliberal de partida já possui forte suspeita em relação à democracia e tende a neutralizar o conflito político pelo deslocamento das decisões políticas para esferas técnicas não-eletivas (p. 77). Em argumento semelhante ao de Brown (2015), destaca que o neoliberalismo desenvolve mudanças estruturais nos mecanismos de governança política, mas acrescenta que há intensa participação das corporações na formação da agenda e na formulação legislativa e de políticas públicas (HARVEY, 2015, p. 86), de modo que a representação política passa a ser ainda mais sufocada em benefício das classes dominantes (p. 88), levando a um déficit democrático nos países considerados nominalmente como democracias pelo poder do dinheiro (p. 218).

De toda forma, o argumento central dos marxistas de que o avanço do projeto neoliberal implicou na reformulação das bases da acumulação capitalista e na restruturação do poder de classe, com intensa participação dos Estados nesse processo, indica, para além de um esvaziamento do poder decisório pela democracia nas instituições formais, que houve uma transformação na correlação de forças a favor das classes dominantes e uma concentração dos recursos de poder nas mãos de frações de classe que

representam o capital financeiro. Sendo assim, as bases de resistência ao projeto neoliberal no campo democrático estariam ainda mais em desvantagem.

1.3. Teóricos da economia política

Esse argumento é de certa forma aprofundado pela terceira corrente que será abordada adiante, a dos teóricos da economia política. Crouch (2004), em *Post-Democracy*, não trata diretamente do termo neoliberalismo e, por essa razão, não o define em sua obra. Seu foco principal foi discutir a crise democrática (do centro capitalista), ou o que ele chama de momento pós-democrático. Mas, de todo modo, a análise que faz das transformações econômicas, políticas e sociais que repercutem na pós-democracia geralmente são associadas ao fenômeno da neoliberalização na literatura, seja como consequências (crescimento desproporcional dos recursos de poder das corporações, desigualdades econômicas, desmantelamento das organizações trabalhistas, etc.), como projeto (abertura dos mercados financeiros, transformação do mercado de trabalho, etc.), ou como governos que adotaram, em alguma medida, posições neoliberais (como o governo Reagan nos EUA ou de Margaret Thatcher no Reino Unido).

É em obra posterior, *The Strange Non-Death of Neoliberalism*, que Crouch (2011) insere o conceito de neoliberalismo em sua análise. Assim como os marxistas, separa o que seria um neoliberalismo puro de outro real, uma teoria em relação à prática. O cerne desse neoliberalismo puro seria a ideia de que o mercado é o melhor mecanismo para solução dos problemas sociais e políticos, cuja tendência seria a defesa de um Estado menor (p. 7). Mas na prática, o neoliberalismo, ou a vertente que se tornaria hegemônica para Crouch se preocupou em como transformar as regras institucionais em favor das grandes corporações – como na defesa do monetarismo e dos câmbios flutuantes para conter a inflação produzida pelo keynesianismo e pelos Estados de bem-estar social que beneficiaram a fração de classe proprietárias de ativos financeiros, a reinterpretação das leis antitruste, deslocando a preocupação com a escolha dos consumidores para a maximização de seu bem-estar, a “democratização” dos monopólios a partir da ideia do controle dos acionistas, a responsabilidade social das corporações etc. (Idem, 2011). Apesar de reconhecer a pluralidade teórica do neoliberalismo e algumas de suas transformações ao longo do tempo, Crouch o considera com certa homogeneidade, ao mesmo tempo em que centra os efeitos institucionais produzidos por ele e seus impactos na democracia a partir de uma vertente específica, a de Chicago.

Assim, é possível associar sua obra sobre o neoliberalismo à teoria pós-democrática que propõe anteriormente. Ao criticar, por exemplo, uma concepção de cidadania crítica negativa, que se recusa a direcionar seus esforços para o Estado, ele defende que essa posição teria consequências práticas semelhantes ao pensamento neoliberal que defende que os cidadãos deveriam buscar seus interesses no mercado e não no Estado: deixar todo o espaço da política formal sem resistência para a ação das grandes corporações (CROUCH, 2004, p. 18-19). Neste aspecto, parece haver uma dissociação entre teoria neoliberal e consequência prática da aplicação de seus princípios, da mesma forma como problematiza em sua obra posterior.

Crouch (2004) define a pós-democracia como um momento histórico em que as características formais da democracia se mantêm estáveis, enquanto a política e governos passam para o controle de elites privilegiadas de modo semelhante a períodos pré-democráticos, e a principal consequência deste momento pós-democrático seria reduzir, ou neutralizar, o espaço político das causas por igualdade (p. 6). A questão da igualdade é central, porque se relaciona ao próprio conceito de democracia definido na obra, de modo que a democracia, para sua realização, exigiria igualdade na capacidade real em afetar resultados políticos. E é justamente no desequilíbrio da tensão inerente entre democracia, como necessidade de igualdade, e liberalismo, como necessidade de oportunidade para utilizar os meios que os indivíduos ou grupos possuem livremente na tentativa de influenciar a política, que se encontraria a pós-democracia. Com a intensificação das desigualdades materiais e das assimetrias de recursos de poder entre elites e a população em geral, se deterioraria a dimensão democrática, restando apenas o mecanismo liberal de pressão e influência na política, livre, embora extremamente desigual, o que privilegia exatamente esses grupos com maior capacidade de fazer valer seus projetos e interesses.

A referência que Crouch faz ao momento de máxima democracia é o do período de Estado de bem-estar social dos “trinta anos gloriosos”, em que havia crescimento da renda e riqueza das elites, mas era contrabalanceado por uma tendência igualitária, por meio das políticas sociais e pela dependência dos processos econômicos dos ciclos de produção e de consumo de massa, o que dava maior peso para a classe trabalhadora no espaço político. Por um lado, em argumento semelhante ao de Harvey (2008), a partir das crises da década de 1970, as condições da política econômica teriam se alterado drasticamente. Como consequência, teria havido uma domesticação paralela da democracia econômica e política, restando da democracia uma concepção baseada nas

eleições de “governos limitados numa economia capitalista irrestrita” (CROUCH, 2004, p. 11)[6]. No entanto, as referências dos momentos de ascensão e queda da democracia são os EUA, do New Deal e do neoliberalismo dos Republicanos iniciado com o governo Reagan, respectivamente, que se espalharam pelo mundo, como tendência e modelo, embora de formas desiguais e específicas em cada país, nos dois momentos históricos específicos. Por outro, Crouch vai além da análise marxista de Harvey, ao abordar com maior profundidade a relação entre crise da economia política e a crise democrática. Ele enfatiza a degradação da democracia liberal pelo ponto de vista dos dois polos da representação política que se influenciam mutuamente, transformando a natureza da responsividade dos governos.

Os representantes teriam aprendido a lidar com o aumento de demandas das massas populares, que antes representaram ganhos importantes no sentido da igualdade democrática. Políticos passaram, então, a utilizar técnicas profissionais de manipulação política, típicas dos setores de *marketing* e propaganda, que lhes deram a possibilidade de descobrir sobre a opinião pública de forma atomizada, sem deixar o povo controlar o processo de formação da agenda política coletivamente. Isso teria acarretado a transformação da linguagem política, que se desloca de um conteúdo substantivo e racional para a estratégia da mobilização dos sentimentos e dos imaginários, orientada para a venda de produtos políticos. Outro efeito seria a personalização eleitoral, que responde à desconfiança da política por parte do eleitorado e centra as qualidades exigidas para a representação no indivíduo e não no conteúdo que ele representa (CROUCH, 2004).

Além disso, os representados, diante das transformações da economia política, teriam perdido a capacidade de mobilização, característica dos movimentos dos trabalhadores, e viram suas condições materiais se deteriorarem ao longo do tempo. Como reação às novas condições de vida, ao distanciamento da relação representativa e à incapacidade de mobilização, a cidadania seria ressignificada em direção a uma posição crítica aos governos e à política, em um sentido negativo e não propositivo. O governo deixa de ser visto como governo do ou para o povo, e passa a ser o alvo de questionamentos. Essa negação da política seria representada pelas demandas de escrutínio das ações governamentais e por uma desconfiança radical em relação aos partidos, aos políticos e à representação política (p. 17).

[6] Todas as traduções das obras citadas, que não estão no português, foram realizadas por mim neste trabalho.

Além de uma excessiva generalização sob o ponto de vista dos países do centro capitalista, Crouch acaba por responsabilizar os movimentos políticos do final dos anos 1960 e os antagonizar às demandas de classe. No entanto, nem os trabalhadores haviam perdido sua força social antes da ascensão do neoliberalismo, como afirma (CROUCH, 2011, p. 1), mas realizaram inúmeras greves importantes durante os governos de Reagan e Thatcher, sendo alvos da repressão violenta e de uma política cuja intenção foi desmantelar o poder organizativo e de mobilização da classe trabalhadora (COOPER, 2024; HARVEY, 2008), nem os novos movimentos sociais podem ser caracterizados apenas pelas demandas orientadas para a sociedade e não para o Estado, ou por reinvindicações distintas das tradicionalmente associadas aos trabalhadores.[7] Entre a pluralidade de demandas e movimentos, diversos deles se orientaram para o Estado, como os funcionários públicos nos EUA – em sua maioria mulheres negras –, o movimento negro e diversas ramificações do feminismo da segunda onda que lutavam não só por pautas culturais, mas também contra a exclusão da política, a violência do Estado e os consensos redistributivos excludentes do bem-estar social (COOPER, 2017, 2024; O'CONNOR, [1973] 2009).

Assim, a partir dessa interpretação que Crouch (2004) estabelece, haveria um reforço mútuo entre a manipulação e controle do eleitorado por parte dos governos, e um distanciamento crítico, mas estéril, por parte dos representados. Essa mudança na representação teria uma dinâmica tipicamente pós-democrática: a ambiguidade de não negar a democracia, uma vez que políticos se preocupam com a relação com o eleitorado, mas também de não ser democrática, pois cidadãos são manipulados, passivos ou excluídos dos processos políticos (p. 15). Nesse aspecto, falta uma análise da dimensão produtiva do poder que os foucaultianos tentam empreender. Apesar da transformação da correlação de força que as mudanças estruturais e políticas desencadearam, o próprio contexto conflituoso do período impede uma interpretação desde o prisma da passividade, mas também uma em que haveria somente manipulação e não consenso.

Como consequência da deterioração da representação política e das transformações no balanço de poder causadas pela economia política, para Crouch (2004, 2011), forças pós-democráticas teriam ganhado vantagem no processo político. Assim, as

[7] Sem dúvida, entre o que se chama na literatura de novos movimentos sociais, diversos grupos tinham como orientação política a crítica às formas de autoridade (patriarcal, burocrática, acadêmica etc.), a democratização da sociedade e uma negação do Estado (ALONSO, 2009). Mas tomar as inúmeras revoltas e movimentos a partir apenas dessa perspectiva desconsidera a complexidade das reinvindicações que surgiram naquele momento e a pluralidade dos excedentes do modelo de bem-estar social.

elites econômicas se tornaram atores privilegiados na definição dos fins da política, uma vez que possuem cada vez mais recursos de poder em suas mãos para pressionar os governos e se utilizam da ameaça de retirada do capital dos países não responsivos a elas – num contexto de globalização em que os fluxos de capital, produtivo e financeiro, são mais facilmente realocados geograficamente de acordo com a disponibilidade de melhores condições competitivas (e de exploração). Ao mesmo tempo, a posição fragmentada e reativa da população diante dos governos, orientada para a regulação e fiscalização do Estado, confluiria para o interesse das elites no que diz respeito à liberalização e desregulação do poder privado. Dessa forma, enquanto no período democrático, o Estado era visto como instrumento de regulação do poder privado, a fim de alcançar maiores padrões de igualdade política e econômica, na pós-democracia, haveria o reencontro com a características pré-democráticas da desregulação desse poder. E, embora a cidadania crítica negativa defenda uma maior regulação das atividades estatais e um distanciamento em relação ao Estado por parte da sociedade civil, e a teoria neoliberal, em sentido semelhante, proporia a restrição à ação do Estado que exceda os limites da manutenção dos mercados competitivos, o que na prática ocorreria é que, na medida em que o Estado deixa de cumprir funções democráticas em direção à igualdade, haveria a redução da presença popular na política institucional, o que possibilitaria a captura do Estado pelas elites corporativas sem resistências para que o usem em prol de seus privilégios (Idem).

Uma outra obra importante dessa corrente é a de Wolfgang Streeck (2013). Assim como na primeira obra de Crouch (2004), Streeck não tem uma definição estabilizada em sua obra do que seria o neoliberalismo. Em alguns momentos neoliberalismo é compreendido como uma doutrina (p. 93), ou seja, um corpo teórico relativamente homogêneo. Mas na maioria dos usos que faz do termo, Streeck utiliza o neoliberalismo como algo prático, distinto da sua concepção ideal. Mesmo assim, o termo assume significados diversos, seja como uma era na história (2012, p. 43), portanto uma condição totalizante que caracterizaria nossa condição atual, ou como uma fase específica do capitalismo, um tipo de desdobramento histórico do processo de acumulação (2013, p. 21-22). No entanto o uso mais frequente na obra se associa a uma compreensão do neoliberalismo como projeto político (p. 23) que é desdobrado em outros usos como reformas neoliberais (p. 73), revolução (p. 78) ou virada neoliberais (p. 82). Este último sentido parece se acomodar melhor ao argumento central do autor, próximo à perspectiva de Crouch, sobre a influência do neoliberalismo na democracia contemporânea, qual seja,

de que o capital, representado por elites financeiras e globais, influenciou a direção das políticas estatais com a finalidade de reestruturar os processos de acumulação a cada ciclo de crise capitalista, desde o final dos anos 1960, desbalanceando o conflito inerente do capitalismo democrático entre mercado e povo, sempre em direção aos interesses do mercado. Portanto o neoliberalismo seria antes um projeto dessas elites para transformar a economia política e restringir os efeitos da democracia nos processos de acumulação.

Seu argumento é semelhante à concepção de "gestão da crise pela crise", de Dardot e Laval (2019), não no sentido de aprofundá-las como uma estratégia de gestão política, mas de que esse aprofundamento é inerente à dinâmica do capitalismo democrático. Assim as escolhas políticas, limitadas pelas contradições estruturais do capitalismo, seriam sempre propulsoras de novas crises inevitáveis (STREECK, 2013). Uma vez postas em curso, as soluções momentâneas para o conflito entre o que chama de "povo do mercado" e "povo do Estado" – oposição recepcionada das obras neomarxistas da década de 1970 sobre o capitalismo tardio, embora com significantes mais problemáticos –,[8] ao final de cada ciclo econômico, teriam aprofundado as tensões entre essas duas direções de responsividade exigidas do Estado, e novas medidas cada vez mais drásticas teriam sido necessárias. Seu argumento geral em relação às transformações da economia política é que a crise do capitalismo democrático foi adiada por meio de políticas que solucionavam apenas provisoriamente as tensões entre acumulação e demandas populares, baseadas em mecanismos de criação de dinheiro fictício, não vinculados ao processo produtivo presente, criando novas crises, o que postergou a radicalização completa das contradições implícitas do capitalismo democrático e, gradativamente, serviu como legitimação do projeto neoliberal, por meio da manutenção de uma sociedade de consumo (p. 23), alcançando soluções momentâneas desde uma orientação neoliberal para problemas que ele próprio havia criado. Ao mesmo tempo, cada nova crise se revela mais extrema que a anterior e o Estado perderia gradativamente ao longo dos ciclos de crise sua capacidade de intervenção.

De acordo com Streeck, a primeira crise importante surge ao final dos "trinta anos gloriosos" nos países centrais, em função das exigências sindicais contínuas de crescimento dos salários em um momento em que a produção não conseguia crescer suficientemente para realizar a exigida redistribuição de riqueza e renda. O Estado fiscal

[8] Como será abordado no capítulo 3, há uma oposição entre as duas funções contraditórias do Estado capitalista, organização da acumulação e garantia da legitimidade política (HABERMAS, [1973] 1988; O'CONNOR, [1973] 2009; OFFE; RONGE, 1984).

schumpeteriano teria estado diante do impasse resultante do fortalecimento político do trabalho organizado e dos ideais arraigados sobre a relação entre democracia capitalista e melhoria das condições de vida, pautada no bem-estar social, aumento de salários e pleno emprego. Dessa forma, o campo da legitimidade ainda exercia forte influência sobre o Estado, de modo que a estabilidade democrática parecia se ancorar fortemente nesse modelo conciliatório. Assim, o Estado fiscal passa a adotar políticas monetárias expansionistas a fim de criar dinheiro apenas nominalmente, o que no curto prazo pôde manter o nível de consumo das famílias. No entanto, a consequência teria sido o contínuo crescimento da inflação, as pressões contra a redução real dos salários e, em último caso, o perigo do desemprego, causado pela resistência do capital em investir (Idem, 2013).

Sob pressão do "povo do mercado", a alternativa encontrada para o conflito foi a adoção de elevadas taxas de juros, a fim de conter a inflação. Haviam ascendido ao poder os já citados governos de Reagan e Thatcher, que adotaram medidas de desmantelamento das condições que mantinham o equilíbrio e a conciliação entre capital e trabalho no período anterior. A consequência da elevação das taxas de juros foi o endividamento público: o fraco crescimento econômico reduzia a arrecadação, aumentava o desemprego e, por consequência, também os gastos com assistência social. Assim, o endividamento público foi uma forma de injetar dinheiro ainda não produzido na economia – por meio da capitalização dos títulos público –, a fim de pacificar os conflitos inerentes entre povo e mercado, o que teria representado a passagem do Estado fiscal para o Estado endividado. Contraditoriamente ao discurso neoliberal, o qual comumente critica as políticas sociais e o Estado de bem-estar social por gerarem o endividamento do Estado de forma insustentável pelo lado da despesa pública, teriam sido os próprios governos neoliberais os responsáveis pelo crescimento sem precedente no mundo das dívidas públicas por ocasião da redução da tributação e da queda das receitas (p. 89).

O crescimento da dívida serviu de base para se iniciar os cortes nas políticas sociais, que foram ao encontro do projeto neoliberal, e se sustentaram na desmobilização e perseguição dos sindicatos. Diante do crescimento do desemprego e da desigualdade, a alternativa encontrada para atender as demandas sociais foi a desregulamentação dos mercados de capitais e a passagem do endividamento público para o endividamento privado das famílias, que se inicia já na década de 1980 e se intensifica na década seguinte, tendo como principal referência o governo Clinton nos EUA. Assim, a população passa a ter mais acesso a crédito privado para suprir as perdas salariais e de serviços sociais e manterem os níveis de consumo a própria conta e risco (Idem, 2013).

Haveria assim, ao longo dos ciclos, um duplo endividamento, dos Estados e dos cidadãos. Essa é uma compreensão próxima à interpretação de Crouch (2011), embora melhor sistematizada teoricamente, o qual identificou as crises inflacionárias como o momento da ascensão do neoliberalismo e o keynesianismo privatizado como alternativa aos problemas produzidos pela financeirização neoliberal.

O último e atual ciclo, ainda não completado segundo Streeck (2011), teria começado com a crise financeira de 2008, como resultado da desregulamentação financeira internacional e da comercialização da insolvência privada por meio dos chamados "derivativos". Os Estados passam a ser requisitados a salvar o mercado financeiro, em inúmeros países do globo, com um brutal endividamento público, ao mesmo tempo em que são pressionados pelos atores do mercado financeiro – os principais responsáveis pela crise – a adotar medidas de austeridade fiscal institucionalizadas para manter o nível de confiança do pagamento dos serviços dessas novas dívidas. Esse novo ciclo de tendência a um enrijecimento institucional em nível global, cujo principal exemplo seria a União Europeia, representando a passagem do Estado endividado para o Estado consolidado, em que o espaço da democracia capitalista se encerra diante dos imperativos da política de austeridade fiscal (Idem, 2013).

Apesar de destacar aspectos importantes como o fortalecimento de uma fração de classe e a transformação das relações de poder no capitalismo financeirizado que transcende as fronteiras nacionais, Streeck perde de vista outros pontos relevantes. As receitas estatais ainda mantêm um perfil próximo às do Estado fiscal (SILVA; TAVARES, 2021), o que reduz a força do argumento explicativo das transformações de poder intraclasse e do Estado. E a austeridade e o endividamento público são problemas menos técnicos que subjetivos quando se se considera os rombos fiscais em favor das classes proprietárias, o que Melinda Cooper chama de extravagância do neoliberalismo (COOPER, 2024).

Seguindo com o argumento de Streeck (2013), ao mesmo tempo em que haveria uma intensificação das crises econômicas – a atual sempre mais violenta que a precedente –, e uma redução da capacidade dos Estados em lidar com elas, haveria também uma retração, cada vez maior, dos espaços de influência do povo do Estado na pós-democracia. Para além da dependência estrutural do Estado capitalista em relação aos processos de acumulação, cujo sintoma é a constante ameaça de greve (ou fuga) de investimento, uma forma de pressão indireta sobre os governos, os Estados passam a ter uma dependência

estrutural que é também fiscal e financeira em relação ao capital global, o qual passa a influenciar diretamente o Estado "pelo financiamento ou não do próprio Estado" (p. 108).

Nesse sentido, a crise da democracia, para a literatura da economia política, está associada a profundas transformações estruturais no capitalismo, sob influência da reestruturação do quadro de correlação de forças, gerada pelo sucesso do projeto neoliberal. Ao contrário do que previa a literatura neomarxista, ao questionar os limites dos Estados de bem-estar social, melhor representada pelas obras de Claus Offe (1984a;1984b), Jürgen Habermas ([1973] 1988) e James O'Connor ([1973] 2009), não foram as pressões da democracia que teriam levado à crise de legitimidade do capitalismo democrático, mas sim as classes dominantes capitalistas que se recusaram a manter o modelo conciliatório dos "30 anos gloriosos" e decidiram expandir seu poder e seus interesses (p. 37), alterando radicalmente a correlação de forças no capitalismo democrático. Assim, em oposição ao argumento neomarxista, haveria uma capacidade estratégica dos (grandes) capitalistas individuais de agirem como classe (p. 36). Ao contrário do que chama de argumento escatológico do capitalismo tardio, Streeck defende a ideia inversa da democracia tardia, em que o capitalismo estaria se desdemocratizando pela deseconomização da democracia (p. 24). Dessa forma, o sintoma mais drástico seria que o Estado endividado passa a responder a uma "segunda classe de titulares de direitos" (privados), distinta dos cidadãos comuns e inexistente no Estado fiscal, os credores da dívida (STREECK, 2013, p. 104).

1.4. Críticas, potencialidades e (ir)reconciliações teóricas

Como exercício de síntese sobre as potencialidades e limites das teorias sobre a relação entre neoliberalismo e crise da democracia, em um primeiro momento, serão discutidos os conceitos de democracia nas obras e as consequências teóricas de seus usos. Em seguida, será analisado como as teorias compreendem a relação entre neoliberalismo e crise democrática. Como resultado desta análise serão explorados os limites e potencialidade dessas teorias para o estudo da crise democrática contemporânea, a fim de indicar as lacunas e os caminhos teóricos que se buscou superar nos demais capítulos deste trabalho.

1.4.1. O conceito de democracia

O conceito de democracia nas obras dos foucaultianos tem um caráter abstrato, a-histórico e sofre do problema comum à Ciência Política hegemônica, a qual costuma isolar a política, ou a democracia liberal, da dimensão material, do capitalismo (BALLESTRIN, 2018; MIGUEL, 2022), como se essas duas ordens sociais tivessem dinâmicas próprias e isoladas.

Miguel (2022) nota esses limites teóricos principalmente na obra de Brown (2015). Ao fixar o sentido de democracia liberal na igualdade política – no aspecto meramente formal da igualdade – Brown, apesar de reconhecer (p. 43), não dialoga em profundidade com toda uma longa discussão[9] sobre a contradição implícita da igualdade formal em sociedades substantivamente desiguais quando o neoliberalismo ainda inexistia, portanto, não questionando os limites que o capitalismo impõe à democracia liberal (MIGUEL, 2022, p. 50). Além disso, Brown (2015) teria feito uma interpretação a-histórica da democracia liberal, ao ignorar sua origem nas intensas lutas sociais do final do século XVIII, quando assume que a democracia teria surgido na modernidade, como que espontaneamente fruto de um mesmo projeto político, em paralelo ao capitalismo e aos Estado-nações (MIGUEL, 2022, p. 49-50).

O argumento central de Brown (2015) sobre o impacto do neoliberalismo na democracia é o de que a razão neoliberal esvaziaria os sentidos discursivos de princípios prometidos por sua versão liberal, como a igualdade política, a liberdade e a soberania popular (p. 44). No entanto, essa concepção de democracia remete a uma versão idealizada, com lógica e dinâmica próprias e íntegras, isolada das influências da ordem capitalista (MIGUEL, 2020, p. 49). De forma semelhante à concepção tradicional de democracia na Ciência Política, o modelo liberal teria um funcionamento que, caso isolado, poderia levar ao alcance de seus objetivos normativos. No entanto, nem a política, nem a economia se reproduzem isoladamente entre si, e suas dinâmicas não possuem uma lógica intrínseca inalterada pela ação humana. Como será abordado nos capítulos 3 e 5, esse é um limite inerente ao pós-estruturalismo e à recepção foucaultiana compartilhada, mesmo que por meio de concepções epistemológicas distintas, com a Ciência política hegemônica.

---

[9] Essa contradição entre igualdade formal e substantiva pode ser encontrada já na obra "Discurso sobre a origem da desigualdade", de Rousseau ([1754] 2005) e mais concretamente no projeto revolucionário jacobino (GAUTHIER, 2021) e foi melhor elaborada teoricamente por Marx ([1844] 2015) em "Sobre a questão judaica" e ampliada por Ellen Wood (2006) em *A Democracia contra o Capitalismo*.

Além disso, apesar da crítica que Brown (2015) faz à teoria do capital humano chamar à atenção para transformações importantes do capitalismo relacionadas à valorização do capital pelo conhecimento, o processo de acumulação não deixou de depender das relações de produção, da exploração e da expropriação, inclusive de informação (DEAN, 2016b; GAGO; MEZZADRA, 2015). Ou seja, a análise dos processos de economização da vida deveriam passar pelo debate sobre as transformações materiais das relações sociais no capitalismo e não apenas pela dimensão ideológica do neoliberalismo, como se ideologia ou ideias tivessem efeitos isolados das condições materiais concretas.

No entanto, a obra de Brown põe em destaque dimensões importantes relacionadas à constituição dos sujeitos e a produção de consensos, em *Undoing the Demos*, e a uma compreensão mais totalizante que não deixa de apreender os entrelaçamentos entre cultura, política e economia que é fundamental para se analisar os impactos do neoliberalismo na democracia, mas também do próprio capitalismo, em *Nas Ruínas do Neoliberalismo*, como será discutido nos capítulos seguintes.

Outro problema presente na definição de democracia de Brown (2015) remete ao uso da ideia de soberania popular e *demos* em sua obra. Embora reconheça os limites do ideal "anêmico" do *homo politicus* liberal (p. 35), ela argumenta que o neoliberalismo teria desfeito qualquer possibilidade de solidariedade social, mesmo que restrita, como seria o caso na democracia liberal. No entanto, a referência a um ideal liberal-republicano homogêneo do comum traz alguns problemas teóricos e normativos, alguns reconhecidos por Brown (p. 44). Miguel (2022) destaca os limites que a concepção de Brown traz para o horizonte de disputa sobre a democracia, com a redução desse horizonte à democracia-liberal com todos seus vícios e restrições (p. 50). Além disso, a ideia homogeneizada de soberania popular e *demos*, quando atrelada aos princípios liberais, incute uma concepção procedimentalista no sentido de bem comum,[10] ou universal do que é público, típica do liberalismo político,[11] que, por um lado, dilui as clivagens sociais (e seus respectivos

[10] No final do século XVIII, os antifederalistas já problematizavam a intenção federalista contida na ideia "Nós o povo" da constituição estadunidense, de modo que essa unidade abstrata seria uma forma de conter o poder popular e o distanciar do governo (VITULLO; CUNHA FILHO, 2020).

[11] A inclusão da ideia de bem comum a um "liberalismo político", como corpo teórico homogêneo, corre o risco de mistificar uma corrente teórica única, inexistente no pensamento político moderno, aos moldes do que faz Schumpeter ([1942] 1984), amplamente criticado por Pateman ([1970] 1999). No entanto, partindo da análise que Carnoy (1984) faz do pensamento liberal sobre o Estado, que passa de concepções modernas a outras mais contemporâneas como os pluralistas, é possível identificar o processo teórico de esvaziamento de clivagens de classe nessas análises, aqui indicadas no termo liberalismo político. Argumento semelhante ao de Wood (2006) sobre o processo histórico de transformação dos sentidos da democracia a partir da modernidade.

interesses irreconciliáveis) nos processos de formação de maiorias por mecanismos institucionais, que são na verdade repletos de seletividades institucionais, seja pelo poder da não-decisão e do veto (BACHRACH; BARATZ, [1962] 2011; OFFE, 1984), seja pelo próprio processo de formação de maiorias legislativas na democracia concorrencial (PRZEWORSKI, 1991) e, por outro, exclui da esfera pública comum para a esfera privada, intangível para a política liberal, questões fundamentais para o alcance da igualdade substantiva, como a dominação de gênero, raça e de classe (PATEMAN, 1993; FRASER, 1997, MILLS, 2022), por exemplo. Mesmo que Brown (2015) reconheça e critique os limites do universalismo da democracia liberal, a ênfase que dá à perda do ideal de democracia como promessa acaba por reduzir o teor crítico e os próprios horizontes de possibilidade presentes em sua obra. Além disso, deixa de explorar as ineficiências, contradições e formas violentas que expressam o projeto neoliberal, não como racionalidade, mas como hegemonia, e as formas de resistência cotidianas e projetos alternativos em disputa com o neoliberalismo (DEAN, 2016b). Em última instância, impede que se perceba como o neoliberalismo oferece exceções assimétricas sobre o que pregam – a intervenção estatal, o corrompimento da competição no mercado e a responsabilização individual (das empresas) (DEAN, 2016b; MIROWSKI, 2013).

A obra de Dardot e Laval (2019) sofre de problemas semelhantes. Embora os autores partam de uma outra definição de democracia, que remonta a uma concepção da Antiguidade Clássica específica, vinculada ao pensamento de Aristóteles (BOBBIO, 1997), em que a democracia representaria não o governo das maiorias sobre as minorias, mas uma oposição econômica entre governo dos pobres sobre os ricos (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 29), os autores franceses acabam por dar um salto histórico que ignora o desenvolvimento da democracia liberal, associando o caráter plutocrático e oligárquico da democracia atual ao modo de governança neoliberal (p. 30) e não à essência própria do governo representativo (MANIN, 1995) e da democracia moderna, a partir dos subsequentes esvaziamentos de seu sentido social na história, garantido pelo capitalismo (WOOD, 2006).

Embora Dardot e Laval (2019) reconhecem que “a aplicação dos princípios mais básicos da democracia liberal logo significou mais concessões às massas do que era aceitável para o liberalismo clássico” (p. 14), portanto que a teoria liberal era, de origem, refratária aos impulsos por igualdade que a abertura política para as massas poderia resultar, eles acabam associando às “concessões às massas” à reprodução automática do modelo da democracia liberal, como se as massas tivessem recebido benesses

passivamente vindas de uma dinâmica institucional própria. Assim, de forma semelhante a Brown (2015), ignoram-se os intensos e violentos conflitos que possibilitaram essas "concessões", bem como a influência de outros projetos políticos, que não os liberais, nessas conquistas populares (WOOD, 2006).

Brown (2015) argumenta – a partir da análise crítica que Marx faz da ideia de igualdade formal (MARX, [1843] 2015) – que a democracia "abrigaria um ideal que excede a si mesmo", no sentido de que a democracia liberal contém uma contradição em si que revela tanto um ideal que ela não pode realizar, quanto as condições para realização desse ideal, a superação das condições materiais em que se realiza a democracia liberal (BROWN, 2015, p. 206). Assim, a promessa ideal da democracia liberal é uma forma de contenção de forças antidemocráticas desde cima e uma brecha para expansão dos sentidos de liberdade e igualdade desde baixo. Essa análise é interessante por reconhecer o paradoxo contido na democracia liberal, ou seja, ao mesmo tempo em que ela impõe restrições à emancipação popular, ela abre espaço para a participação das massas, o que representa sempre uma ameaça à manutenção dos limites da democracia liberal. No entanto, o problema parece estar na vinculação entre falsa promessa e potencial da democracia liberal, nesse ideal corrompido como impulso da transformação concreta. Não só esse ideal democrático não estava na origem do pensamento liberal – mas foi uma resposta a pressões populares – como o deslocamento da força motriz da transformação social das lutas sociais e políticas para a existência de um ideal abstrato pode restringir a compreensão de como o neoliberalismo conseguiu enfraquecer qualquer potencial transformador que a democracia liberal poderia oferecer.

Dessa forma, a partir dos limites resultantes das definições de democracia nas obras dos foucaultianos para a compreensão dos efeitos do neoliberalismo na crise democrática, algumas lacunas teóricas requerem de início maior reflexão: 1) o desenvolvimento histórico e conflituoso da democracia liberal, o que indica a necessidade de se voltar para o conflito e para a correlação de forças socias e políticas para compreender a democracia; 2) os limites da própria democracia liberal, ou seja, as contradições intrínsecas à institucionalidade democrática; 3) a relação imbricada entre política e economia, ou entre democracia e capitalismo, a condição materialmente situada da democracia liberal; e 4) a abstração *demos* ou povo como referência normativa da democracia liberal, que esvazia o próprio conteúdo normativo pela ideia universalizada de bem comum, seja por meio de uma perspectiva procedimental, seja na ideia de um público homogêneo. Ademais, o risco é ignorar as condições situadas e diferenciadas da

produção de subjetividades e autonomia, em razão das distintas trajetórias e experiências individuais e coletivas, de acordo com suas posições nas estruturas de desigualdade nas sociedades (BIROLI, 2018).

As obras dos teóricos da economia política e do marxismo avançam em alguns desses aspectos teóricos da relação entre neoliberalismo e democracia, mas não em outros. Um primeiro problema é que nem Streeck (2013), nem os marxistas trazem uma definição explícita do que seria a democracia. Este problema é menor para obra de Harvey (2008) ou de Lévy e Duménil (2015), uma vez que o objeto de suas pesquisas não é necessariamente a crise da democracia, o que não é o caso da obra de Streeck. De qualquer forma, o texto de Streeck se ampara no conceito de pós-democracia de Crouch (2004) o que indicaria a recepção da definição deste autor. Um trecho específico da obra de Streeck (2013) indica essa recepção e traz uma certa definição de democracia que é importante para apresentar um primeiro problema das obras dos teóricos da economia política: a referência a um período muito restrito da relação entre capitalismo e democracia no espaço e no tempo. Para ele "a democracia, tal como a conhecemos, está prestes a ser esterilizada como democracia de massas redistributiva e reduzida a uma combinação de Estado de direito e administração pública" (p. 24). Assim, a democracia a que Streeck (2013) se refere se restringe a um momento histórico muito específico dos "trinta anos gloriosos" da democracia capitalista, aplicável a poucos países no mundo, e que se caracterizaria pelos seus resultados redistributivos.

Essa referência aos resultados da democracia como forma de defini-la traz algumas ambiguidades na obra de Crouch (2004). Ao apresentar um tipo ideal de democracia, considera que a:

> "democracia prospera quando há grandes oportunidades para que a massa de pessoas comuns participe ativamente, por meio de discussões e organizações autônomas, na definição da agenda da vida pública, e quando essas oportunidades estão sendo usadas ativamente por elas" (p. 2).

Assim, Crouch define a democracia ideal a partir de seu caráter liberal, no sentido de oportunidades para a participação política das massas. No entanto, adiante no texto ele indica que a democracia exigiria uma certa igualdade real das capacidades dos cidadãos para influenciarem os processos políticos e reconhece a tensão existente na democracia liberal na relação entre pressões por igualdade e liberdade de ação por meio dos recursos individuais de cada um, em que a expansão em um dos polos necessariamente reduz o espaço do outro (p. 16-17).

A ambiguidade dessa definição se relaciona a origem da exigência da igualdade – mesmo que as duas dimensões a seguir sejam complementares na obra de Crouch: 1) se ela é uma condição para (ou resultante do) arranjo liberal democrático, ou seja, se ela é uma condição externa ao arranjo, de modo que o arranjo em si não interfere nessa condição, 2) ou se ela é própria dele, incluindo uma outra dimensão normativa na democracia, qual seja, de redução das desigualdades. A citação acima da obra de Streeck indica sua tendência para segunda opção, embora a reduza a uma igualdade redistributiva, de renda ou riqueza, e não inclua as restrições participativas na política, as quais ressaltam dimensões hierárquicas que não se limitam a bens que indivíduos ou coletividades possuem (YOUNG, 2002). Mas na obra de Crouch essa relação aparece de forma mais complexa. Em ambos os casos há contradições teóricas e empíricas, embora a concepção da economia política avance sobre alguns limites presentes nas teorias dos foucaultianos.

No primeiro caso, da exigência da igualdade para a realização da democracia liberal, como arranjo separado desse condicionante, a contradição teórica se assemelha a da obra de Brown (2015). O problema da desigualdade seria externo à democracia liberal, de forma que a democracia não teria impacto sobre a própria desigualdade. Assim, a tensão entre capitalismo e democracia liberal não é problematizada e, ao contrário de se ancorar em um modelo abstrato e ideal como faz Brown, seria possível argumentar em favor de um momento próximo ao ideal, referenciando-o a um período histórico muito particular de convivência "pacífica" entre capital e trabalho dos "trinta anos gloriosos", em que essa condição de certa igualdade estaria dada. Essa perspectiva avança em relação a concepção de Brown (2015) quando destaca as condições materiais necessárias para que os atores tenham capacidade de influenciar os processos políticos na democracia liberal em contraposição ao ideal democrático como motor de transformação social. No entanto, a partir dessa perspectiva, há a impossibilidade de se tensionar limites das origens ou causas dessas condições muito específicas de relativa igualdade dentro da relação entre democracia e capitalismo, sem falar de outras restrições morais, institucionais e culturais que compõem as estruturas de desigualdade no capitalismo.

No segundo caso, o da exigência de resultados igualitários da democracia, o caráter normativo recai sobre como a democracia deveria restringir as desigualdades causadas pelo capitalismo. Crouch (2004) centra esse argumento mais sobre dispositivos institucionais capazes de limitar as assimetrias de influência do liberalismo sobre a democracia (p. 17), apesar de que também indica caminho mais próximo ao tomado por Streeck (2013), no qual pontua os avanços dos interesses redistributivos da população em

paralelo à contenção dos lucros do capital, quando fala de democracia econômica associada à democracia política (CROUCH, 2004, p. 11). Em ambas as dimensões da preocupação com a igualdade na democracia liberal, há avanços consideráveis sobre a visão idealizada da democracia na teoria, ao se reconhecer a influência assimétrica do poder privado sobre a institucionalidade e a tensão que existe entre redistribuição e valorização do capital. No entanto, essa perspectiva parte dos próprios princípios liberais[12] para apontar os limites da operação da democracia.

Para a limitação que o liberalismo impõe sobre a democracia, Crouch indica alguns mecanismos institucionais que seriam necessários para garantir a igualdade, como limites de financiamento partidário ou de verbas destinadas a propaganda política (p. 17). De certa forma, essa posição se assemelha à compreensão tardia de Dahl (2001, p. 152) sobre os limites institucionais e oligárquicos na democracia estadunidense. O problema dessa perspectiva é ignorar os aspectos estruturais que condicionam a racionalidade estatal independentemente das eleições (OFFE, 1984a) e que se refletem materialmente nas instituições de acordo com a relação de poder na sociedade, de forma que o centro de poder institucional pode migrar de acordo com interesses sociais dominantes, de algumas instituições para outras (POULANTZAS, 1978). Em suma, ignora-se nessa perspectiva a natureza capitalista do Estado, mas também racial e sexista do pacto liberal (PATEMAN, 1993; MILLS, 2019).

Em relação à democracia incidir sobre a igualdade material, o argumento seria sobre a necessidade de a democracia produzir efeitos redistributivos na sociedade, como uma espécie de regulação do poder privado sobre a produção de riqueza socialmente produzida. Um limite dessa perspectiva é que ela não escapa à tensão própria entre legitimidade e acumulação, da qual parte a obra de Streeck (2013, p. 37). A ideia de efeitos distributivos se adequa à própria lógica capitalista de produção de riqueza e renda, sem interferir estruturalmente na dinâmica de acumulação e valorização: se mantém a força de trabalho como mercadoria, embora com a realização importante de valorização de seu preço, de um lado, e se tensiona a proporção dos recursos extraídos e distribuídos entre as classes sociais, de outro. É inegável o avanço que esse modelo representou para

[12] É importante ressaltar que o pensamento liberal sobre esse tema não é homogêneo. Autores como Dewey ([1935] 1963) e Hobhouse ([1911] 2009), do início do século XX, tinham posições mais radicais e próximas a concepções socialistas sobre a relação entre condições materiais e liberdade, que não poderiam ser classificadas dentro de uma corrente comum que se está considerando aqui. Para esses autores do liberalismo social, por exemplo, não há uma separação entre economia e política clara, de modo que chegam a propor a socialização da riqueza pelo reconhecimento de que ela é sempre produzida socialmente.

a democracia nos países centrais. No entanto, além de ter sido restrito a esses países, há outras variáveis importantes que influenciaram esse processo. É interessante que o pensamento liberal, relembrado por Crouch (2004, p. 17), já se rebelava contra o perigo da participação das massas que poderia resultar no corrompimento das estruturas do capitalismo, por meio do fim da liberdade sobre a propriedade privada (dos meios de produção). O ponto que parece escapar nessa discussão sobre o papel da democracia na promoção da igualdade é que, independentemente da possibilidade ou não de concretização de projetos radicais, o conteúdo substantivo dos projetos políticos e a presença de horizontes normativos que tensionam o capitalismo são fundamentais para a disputa política em torno da igualdade.

Assim, um ponto que parece importante da análise de Crouch para a compreensão da dinâmica entre capitalismo e democracia liberal é o peso que os movimentos dos trabalhadores organizados tiveram sobre a alteração das condições prévias de funcionamento da democracia e sobre o desempenho dela. Nesse sentido, é possível perceber que um dos aspectos mais significativos que representa a transformação neoliberal é justamente a incidência sobre essa dimensão da luta social, tanto pelo desmantelamento dos sindicatos, quanto pela transformação do mercado de trabalho e do próprio processo de acumulação, que passam a depender cada vez menos do trabalho manual industrial nos países centrais. Entretanto, como será abordado nos próximos capítulos, mesmo esse modelo idealizado dependeu do deslocamento de hierarquias sociais para outros espaços e tempos do processo de acumulação para manter taxas de exploração "aceitáveis" entre os capitalistas. Esses deslocamentos exigem um outro olhar sobre o processo de acumulação e para as relações sociais que o compõem – na periferia capitalista, na esfera doméstica e a partir de formas de trabalho diferentes do trabalho assalariado formal.

A perspectiva da economia política, ao de certa forma idealizar o modelo democrático dos "trinta anos gloriosos", perde uma dimensão histórica mais complexa. O desenrolar das lutas dos trabalhadores no século XIX e início do século XX foi marcado por embates violentos, perseguições, revoluções reprimidas e contrarrevoluções autoritárias, que de certa forma tiveram implicações importantes para construção do modelo do pós-segunda guerra (ELEY, 2002; MATTEI, 2023). Mesmo durante o período de bem-estar social, a relação entre capital e trabalho não foi completamente conciliatória, a exemplo do macartismo nos EUA e dos movimentos mais radicais da esquerda no centro capitalista (MIGUEL, 2022).

Uma última questão sobre o conceito de democracia nas análises da economia política que se relaciona aos limites das obras de inspiração foucaultianas, apresentados anteriormente, é o uso que Streeck (2013) faz do termo o "povo do Estado" para caracterizar a dimensão da democracia em oposição ao "povo do mercado", referente a dimensão da acumulação (p. 105). Conceitualmente essa oposição revela uma tensão importante para a democracia que o termo *demos*, utilizado por Brown (2015) não inclui, que é fundamental para o desdobramento da análise sobre a transformação do poder desde cima, na formação de uma fração de classe transnacional à qual o Estado responde de forma e intensidade distintas em relação ao resto da população. No entanto, esse movimento conceitual acaba por restringir a compreensão da dimensão do conflito que é própria da democracia. Assim, apesar do conceito ser importante para a compreensão sobre um limite considerável que qualquer resistência pela via democrática institucional tem sobre as transformações impostas pelo neoliberalismo na correlação de forças, ele perde capacidade analítica para a compreensão do "consenso" ou da legitimidade gerado pelo projeto neoliberal que se reflete nas pressões e conflitos internos ao "povo" da democracia, o que é melhor elaborado pelas análises foucaultianas sobre o processo de economização da vida gerado pela racionalidade neoliberal.

Outro limite importante relacionado a isso é que tanto Crouch, quanto Streeck desconsideram outras hierarquias sociais como gênero, raça e a relação centro-periferia, por exemplo, como barreiras de uma democracia substantiva. É a partir dessa percepção homogeneizada da comunidade política e distributiva das desigualdades que deixam de compreender as exclusões políticas, materiais e simbólicas do período idealizado por eles do capitalismo democrático. Esse aspecto conservador idealizado na obra dos autores remete a uma compreensão polanyiana da separação entre economia e política, em que o mercado desestrutura os valores comunitários quando economiza a política (COOPER, 2017). Essa mesma separação também os impede de compreender a politização típica das exceções do neoliberalismo (MIROWSKI, 2013; SILVA; TAVRES, 2021). Como será abordado no próximo capítulo, essa exterioridade da política em relação à economia oculta a constituição mútua entre capitalismo e democracia, bem como os conflitos que são inerentes à economia e à política.

Tomando como referência os limites identificados acima nas obras foucaultianas sobre a definição de democracia, é possível dizer que os teóricos da economia política avançam apenas parcialmente em alguns pontos. 1) Compartilham de uma visão em alguma medida a-histórica da democracia que reifica um modelo ideal restrito na história;

2) avançam na discussão dos limites da democracia liberal, no entanto sem superar as fronteiras da própria tradição liberal; 3) desenvolvem consideravelmente a relação entre economia e política, embora restringindo a análise às transformações neoliberais e desconsiderando dimensões importantes da desigualdade como gênero, raça e a relação centro-periferia no neoliberalismo, mas também inerentes ao capitalismo; e 4) mantêm certa abstração universalista do público, o que limita a compreensão do conflito no interior da democracia, não obstante identifique um conflito importante "fora dela".

1.4.2. O conceito de neoliberalismo e a crise democrática

As diferenças do significado do conceito de neoliberalismo nas obras discutidas aqui têm implicações teóricas importantes para a compreensão dos seus efeitos na crise democrática. A definição do neoliberalismo como racionalidade que se estende para todas as esferas da vida, impondo valores, comportamentos e métricas econômicas a elas (BROWN 2015; DARDOT; LAVAL 2016) concentra os efeitos do neoliberalismo na dimensão ideacional, que é subjetiva e discursiva, mas também institucional.

Com efeito, essa abordagem tem o mérito de elucidar uma transformação no mundo que transita, de forma complexa embora sintética, entre múltiplas dimensões da vida e níveis analíticos de forma integrada. O neoliberalismo seria capaz de alterar a "conduta das condutas" dos indivíduos (BROWN, 2015, p. 117) – em diversas áreas da produção humana (da política, material, educacional, de políticas públicas, da interpretação da lei, da cultura etc.), pela internalização de uma visão de mundo própria por parte dos indivíduos, recepcionada do mercado como regime de veridição. Assim, a racionalidade neoliberal simultaneamente seria uma forma que corrompe a democracia (mas não só ela) e legitima esse corrompimento no processo de subjetivação do indivíduo (BROWN, 2015, p. 111).

A democracia também seria minada pela técnica e pela gestão eficiente dos negócios, baseados em "boas práticas" (para o mercado), em que o governo, o conflito e conteúdos normativos distintos são substituídos e neutralizados pela forma e procedimento de gestão típica da empresa capitalista, que se traduz no Estado sob a forma da governança como governo conjunto e complementar entre sociedade (mercado) e Estado (p. 126), em que as assimetrias de recursos e as desigualdades de acesso ao governo desaparecem. O governo é substituído pela cooperação desierarquizada público-privada, o conflito pelo saber especialista, o conteúdo normativo pelo processo orientado

para o desempenho. E este desempenho seria baseado na lógica competitiva dos mercados, incutindo aí um horizonte normativo restrito que se baseia, não mais na construção comum dos cidadãos, mas na garantia das condições de competições para que os cidadãos busquem por si mesmo seus interesses privados (Idem, 2015).

Subjetivamente, a competição como único horizonte normativo disponível dentro da racionalidade neoliberal operaria no indivíduo um duplo deslocamento. Ao mesmo tempo em que ele tem sua autonomia restringida pela necessidade de se adequar aos imperativos competitivos do mercado, como uma norma de existência, para alcançar seus objetivos individuais, a responsabilidade pelo seu êxito (ou fracasso) recai apenas sobre ele (p. 38). O mérito passa a ser o único critério de justiça disponível, de forma que a desigualdade passa a ser justificável nessa concepção de justiça (BROWN 2015; DARDOT; LAVAL 2016).

Alguns pontos no conceito de neoliberalismo para os foucaultianos parecem ser importantes para compreender a particularidade do fenômeno. O primeiro deles é a redução do espaço político do conflito, substituído pela cooperação "neutra" e "desinteressada", que é operacionalizado na obra de Brown (2015) por meio do conceito de governança. Essa perspectiva se aproxima da corrente da economia política e das obras dos marxistas, ao perceber a redução dos espaços democráticos de decisão, mas atribui esse fenômeno a uma causa totalizante que é a racionalidade neoliberal e não a uma estratégia política de uma classe dominante, ou a uma dependência estrutural do Estado em relação ao sistema de financiamento da dívida pública (STREECK, 2013). Assim, parece faltar a leitura foucaultiana desse processo uma agência ou uma contraparte material que sustenta este fenômeno como é apresentado por Harvey e Streeck, respectivamente.

Na obra de Dardot e Laval (2019) há um deslocamento nesse sentido em detrimento do aspecto totalizante e onipresente da racionalidade neoliberal. Os autores em obra mais recente se aproximam do argumento de Streeck (2013) e, em alguma medida, de Harvey (2008), ao destacarem uma reconfiguração de poder como um sistema mundial, operado pela governança global de organizações internacionais e arranjos supranacionais (p. 10), com o surgimento de um bloco oligárquico neoliberal, que compartilha posições sociais, cargos privados e públicos e, portanto, uma concepção de mundo comum (p. 97). Mecanismos como a dependência política em relação ao financiamento da dívida (p. 83) e a gestão da crise como expansão do neoliberalismo estão presentes na análise (p. 32). O neoliberalismo teria se reconfigurado, como forma

flexível e plural que é (p. 9), adotando o paradigma da guerra contra as populações, assumindo, então, um caráter estratégico tradicional (p. 15), inexistente na sua gênese como realização concreta (DARDOT: LAVAL, 2016, p. 192). A racionalidade neoliberal ganha uma agência (p. 96) específica por meio desse grupo social e é imposta sobre governos e populações pela forma de gestão de crises, numa eterna guerra contra a democracia social, em que os problemas econômicos e sociais são atribuídos sempre à falta de uma maior neoliberalização dos governos. Ao introduzir o elemento da estratégia, da disputa política, o neoliberalismo perde seu caráter de inexorabilidade e passa a poder ser alvo de resistências, contudo, o problema estaria nas assimetrias de poder geradas e mantidas pelo sistema global de governança neoliberal (p. 25).

Brown (2019) também realiza um deslocamento em relação à racionalidade neoliberal importante que proporciona apreender dinâmicas das relações de poder em outro nível analítico inexplorado pelos teóricos da economia política e pelos marxistas. A moral passa a ser indissociável da racionalidade econômica o que acrescenta dimensões importantes sobre as relações de poder, os conflitos sociais e políticos e a constituição dos sujeitos desde baixo. As hierarquias sociais "perdidas" do passado passam a ser antagonizadas e apropriadas pela racionalidade neoliberal. Moral e economia seriam duas faces constitutivas do projeto neoliberal que produziriam novos efeitos sobre as democracias contemporâneas pela dessublimação da vontade de potência em moralidade que transforma o niilismo da negação dos valores em negação da verdade em favor da violenta irrupção dos desejos de restaurar as formas sociais opressivas antes contidas pelo consciente (p. 221-22). Como será abordado nos capítulos 4 e 5, essa conexão entre moral e mercado é fundamental para se compreender alianças e avanços práticos do neoliberalismo que se une ao neoconservadorismo em defesa do mercado e da família tradicional.

Um segundo ponto é o processo de constituição do sujeito no neoliberalismo. Há entre as três abordagens um ponto em comum que é a ressignificação do papel do trabalhador no neoliberalismo. Para os foucaultianos, o sentido de trabalhador é substituído pelo de empreendedor ou capital humano (FOUCAULT, 2008, p. 308). Perdem-se, assim, os vínculos de solidariedade de classe, amplia-se a atomização para além do liberalismo clássico e eliminam-se as bases teóricas da alienação e exploração concebidas por Marx (BROWN, 2015, p. 65). No entanto, essa operação discursiva parece insuficiente para eliminar as contradições materiais da relação social do capital. À racionalidade neoliberal parece ser atribuída a condição de causa da transformação do

mundo, quando explica melhor uma condição da legitimidade dessa transformação a partir da análise do processo de constituição dos sujeitos. Nesse sentido, ignoram-se a intencionalidade e a ação estratégica que deram causa a transformação do mundo do trabalho pelo enfraquecimento dos sindicatos (HARVEY, 2008), pela transformação da economia política nos países centrais, ao se reduzir o peso do processo produtivo e de consumo das massas de seus territórios (CROUCH, 2004, 2011) e pela pauperização do trabalhador com a redução das políticas sociais e aumento do desemprego, forçando-os a aceitar condições de vida piores diante competição no mercado de trabalho (STREECK, 2013) e do crescimento da superpopulação relativa. E mais: todas essas vertentes teóricas parecem perder de vista como o neoliberalismo mobilizou antagonismos internos às classes e grupos subalternos nesse processo (COOPER, 2024).

Uma potencialidade importante da concepção do neoliberalismo como racionalidade parece ser a capacidade de explicar uma dimensão do "consenso" ou da legitimidade do neoliberalismo, localizada em parte da sociedade, mesmo diante do depauperamento das condições materiais nas sociedades ocidentais. Todavia, essa perspectiva teve de ser reformulada com a ascensão de governos com tendências autoritárias e antidemocráticas, que mobilizaram o descontentamento radical antissistema nos países centrais, evidenciando os limites dessa concepção de racionalidade neoliberal como forma de controle sobre as condutas dos sujeitos. É o caso nas reformulações teóricas de Brown (2019) que buscam na origem do pensamento neoliberal uma dimensão moral conservadora, para explicar a confluência aparentemente contraditória entre neoliberalismo e hierarquias sociais, e da obra de Dardot e Laval (2019) que destaca os efeitos destrutivos da ordem social, como a desfiliação da comunidade política e refiliação étnica-identitária, propulsionados e, ao mesmo tempo mobilizados, pelo neoliberalismo, a fim de se estender a gestão da crise pela crise (p. 14).

Todavia, tem outro aspecto que os foucaultianos atribuem ao neoliberalismo que é fundamental para compreender as transformações do neoliberalismo na democracia: o papel do Estado na manutenção, regulação e expansão dos mercados. Dardot e Laval (2016) identificam a defesa de uma intervenção estatal muito específica que se relaciona a adaptar "politicamente as relações econômicas e sociais regidas pela concorrência" (p. 67-68). A ideia de um Estado mínimo, comumente associada no senso comum ao neoliberalismo, não seria suficiente para se compreender a transformação neoliberal na política e no Estado. Assim, é possível identificar um objetivo fundamental imposto ao Estado que desvela o que está submerso na ideia de um procedimentalismo inserido na

prática de governança. O Estado neoliberal, ao contrário do Estado liberal-social do pós-guerra, não precisaria mais esconder sua natureza capitalista, pois o crescimento econômico se torna razão de Estado, e o processo de valorização do capital e a instrumentalidade da concorrência são os meios para se alcançar esse fim (BROWN, 2015, p. 68). Dessa forma, o Estado subsome à sua natureza capitalista todos os outros objetivos construídos coletivamente, por meio da instrumentalização do mercado competitivo como meio último. Contudo, o limite dessa perspectiva está na restrição analítica que o conceito de neoliberalismo como racionalidade política tem para compreender as especificidades das transformações na economia política e as dificuldades que se apresentam ao Estado neoliberal diante dos conflitos sociais concretos para manutenção de sua função.

Destarte, alguns limites importantes podem ser destacados sobre a perspectiva foucaultiana do neoliberalismo. O principal deles se relaciona à primazia dos aspectos ideacionais sobre os materiais. Para além de relegar a segundo plano uma dimensão da vida que impacta consideravelmente a sobrevivência e a necessidade das populações, inclusive de forma bastante assimétrica de acordo com as classes e grupos sociais, perde-se de vista a compreensão teleológica do poder, a exemplo da defesa de que o projeto neoliberal teria surgido de uma "estratégia sem sujeito", que Dardot e Laval (2016, p. 192) fazem em sua primeira obra. Isto implica dizer que se oculta na análise várias questões fundamentais para compreensão da crise democrática como a alteração na correlação de forças do sistema político; a ampliação das desigualdades e seu impacto na capacidade de grupos subalternos influenciarem os processos democráticos; fenômenos específicos de materialização do poder nas instituições e no Estado; a própria manutenção do capitalismo, mesmo que transformado pelo neoliberalismo, como sistema econômico interdependente do sistema político; e a intencionalidade dos atores (mesmo que suas estratégias não sejam claras ou coerentes) e seus respectivos objetivos em relação aos efeitos do neoliberalismo na política e nos processos de acumulação. Ademais, na medida em que o projeto neoliberal ganha corpo e se expande em experiências reais e concretas, esse aprendizado é mobilizado cada vez mais e de forma mais intencional e intensa pelos atores políticos (HARVEY, 2008, p. 58).

Outro aspecto importante dessa limitação é não relacionar a posição material dos indivíduos e seus efeitos no processo de subjetivação. Brown (2015) reconhece a importância desse vínculo analítico (p. 77), mas não avança ao longo da obra sobre esse tema. Dessa forma, mesmo que a racionalidade neoliberal opere discursivamente sobre

os sujeitos, numa espécie de fetichismo do capital humano, em que o trabalho que gera valor de troca é aplicado ou "investido" a si mesmo – ampliando por si próprio a capacidade de extração de mais-valor relativo –, e a mistificação, antes da mercadoria, é atribuída a uma espécie de cisão do indivíduo em dois, uma parte sendo valor, atribuído externamente e passível de ser comercializado na relação social do mercado, e a outra parte, real e concreta, caracterizada por suas condições particulares de existência, esta última não deixa de existir, a do indivíduo que trabalha sobre si mesmo e que está inserido em condições reais e materiais específicas. Assim, mesmo que essa lógica de valorização operasse universalmente nos indivíduos e sujeitos neoliberais, suas posições materiais na sociedade têm implicações distintas sobre a repercussão do processo de valorização do capital humano, bem como o capital humano individual repercute especificamente sobre a condição material dos indivíduos. Um "empreendedor" informal que se fantasia para vender balas no semáforo, como forma de se valorizar e se destacar no mercado ambulante competitivo das ruas das cidades, está numa posição social distinta e sofre outras consequências desse processo de formação do capital humano do que um empreendedor "pejota", com MBA, que presta serviço a alguma empresa ou, ainda mais, do que um gestor de fundos privados bilionários nas bolsas de valores. Assim, a posição objetiva dos indivíduos e grupos nas estruturas sociais parece ainda fazer sentido para a análise do neoliberalismo. No entanto, as transformações causadas nas classes sociais não parecem ser passíveis de serem apreendidas a partir da concepção do neoliberalismo apenas como racionalidade. Ela aborda as formas de operação lógica e discursiva do neoliberalismo, mas sem relacioná-las a formas concretas de exploração e extração do capitalismo.

Um segundo limite diz respeito a uma compreensão totalizante da racionalidade que oculta modos alternativos de visões de mundo e resistências ao neoliberalismo. É bem verdade que os autores em suas obras mais recentes (BROWN, 2019; DARDOT; LAVAL, 2019) relativizaram a dimensão da legitimidade da racionalidade neoliberal e incluíram a dimensão moral ou a racionalidade teleológica em suas análises, como abordado acima. Mas é importante destacar que o processo de expansão da racionalidade neoliberal não se dá de forma automática. Foi preciso, como destaca Harvey (2008), um longo processo de luta por hegemonia, no sentido gramsciano, em busca da alteração do senso comum na sociedade (p. 50). Esse processo teria partido da organização intelectual do neoliberalismo (p. 50), das elites (p. 64), do Estado (p. 58) e pela criação de instituições específicas na sociedade civil para fortalecer a ideologia neoliberal (p. 53), mas também,

e, principalmente, da alteração das condições materiais dos trabalhadores (p. 50), seja pela sua desorganização, seja pela ameaça do desemprego.

No entanto, a transformação da correlação de força social e política pelo neoliberalismo envolveu processo mais complexos que se relacionam à mobilização e à ressignificação de hierarquias sociais necessárias ao processo de acumulação como as formas opressivas de gênero que possibilitam a exploração do trabalho não pago ou precário das mulheres (CAVALLERO; GAGO, 2021; COOPER, 2017), da população negra (COOPER, 2024), ou de comunidades étnicas subalternizadas nas periferias das periferias capitalistas (GAGO, 2018). Da mesma forma, essa compreensão restritiva das relações de poder também exclui da análise as formas produtivas de subjetivação que resistem às, não obstante são exploradas pelas, formas de extração e exploração reconstruídas pelo neoliberalismo (GAGO, 2018; GAGO; MEZZADRA, 2015).

A radicalização do argumento da racionalidade neoliberal, ao se conceber o neoliberalismo como onipresente no processo de constituição dos sujeitos, flertaria com a definição de um observador privilegiado desde uma ótica do mercado como produtor de verdade, já que o processo de subjetivação do neoliberalismo levaria a uma legitimidade complacente e espontânea da nova ordem política e social (MIROWSKI, 2013). Assim, faltaria nessa perspectiva uma contextualização histórica da gênese neoliberal como prática real, do processo de subjetivação situado em realidades e experiências específicas e uma (re)discussão das relações de poder no neoliberalismo.

O terceiro limite envolve a desconsideração sobre o próprio impacto do capitalismo sobre o governo de condutas, que não parte apenas de uma concepção específica de autoridade, centrada no Estado, mas das próprias transformações sociais resultantes do modo de produção, os “moinhos satânicos” do capitalismo. Envolve a consideração sobre como as próprias condições materiais condicionam o desenvolvimento da compreensão de uma época sobre si mesma (MARX; ENGELS, [1845-46], 2001).

Retomando os argumentos apresentados, a fim de orientar a exposição crítica da perspectiva marxista de Harvey, da economia política de Crouch e Streeck, e da reformulação teórica de Dardot e Laval e Wendy Brown, quatro questões restam (parcialmente) intocadas pelo pensamento inicial dos foucaultianos: 1) a relação entre as transformações ideacionais e materiais, propulsionadas pelo neoliberalismo; 2) o aspecto disputado do projeto neoliberal na luta por hegemonia; 3) uma definição clara de neoliberalismo que o distinga do capitalismo e, portanto, de como ambos impactam na

democracia; e 4) qual a relação entre as múltiplas formas de hierarquias sociais no capitalismo e no neoliberalismo.

Tanto os marxistas, quanto os teóricos da economia política avançam sobre alguns pontos frágeis das obras dos foucaultianos, conquanto regridam em outros. Um primeiro aspecto é a questão do deslocamento de poder realizado pelo projeto neoliberal que tem impacto considerável na alteração da correlação de forças que sustenta as democracias. Os marxistas consideram que esse deslocamento favoreceu uma fração de classe, relacionada à transição no neoliberalismo dos processos de valorização da produção para a valorização financeira. Crouch (2004, 2011) indica a ascensão das corporações internacionais como principal ator político, que passa a influenciar sobremaneira as políticas estatais, bem como as regras dos mercados competitivos, as distorcendo. Streeck (2013) define capital como classe, centrando a tensão entre capitalismo e democracia não mais em sistemas com lógicas contraditórias, mas em dois grupos distintos que compõem o objeto da representação política ("povo do mercado" e "povo do Estado"). No neoliberalismo, o deslocamento de poder teria ocorrido de forma intensa e assimétrica em direção à classe do capital, mais especificamente, do capital financeiro, representado pelos credores da dívida pública. Já Dardot e Laval (2019), mais recentemente, vão chamar o novo ator que surge no neoliberalismo de bloco oligárquico global, um grupo político e econômico que concentra poder em nível transnacional e é responsável pela influência sobre e elaboração do desenho institucional do sistema neoliberal de controle e regulação da competição de mercado e dos sistemas das dívidas nacionais.

Essa nova reconfiguração do poder indicaria o deslocamento das decisões estatais para espaços decisórios restritos à população em geral, por meio de inúmeros mecanismos distintos. Harvey (2008) destaca como esses mecanismos variam no espaço e no tempo, a depender por exemplo da configuração política interna, o que envolve a necessidade de alianças nacionais, às vezes contraditórias, e da posição do país em relação ao centro capitalista. Há, então, na obra de Harvey uma dificuldade de operar o modo de influência nessa reconfiguração de poder desde o conceito classe. Um dos exemplos que ele cita seria o dos mecanismos de contato entre governos e elites por meio de organizações internacionais como o Fórum Econômico Mundial, correspondendo a espaços de trocas de valores, formulações de políticas e de influência mútua. Crouch (2004, 2011) vai ressaltar o excesso de poder nas mãos das corporações internacionais que tornam os Estados dependentes de suas receitas tributárias (aos moldes da ameaça de greve de investimento). Streeck (2013) de forma mais bem elaborada aborda a dependência

estrutural do Estado em relação aos credores da dívida pública, os quais passam a influenciar de forma direta nas políticas dos Estado, por meio do controle ancorado no imperativo de equilíbrio fiscal das economias nacionais. E Dardot e Laval (2019) ressaltam a construção de um sistema neoliberal formado por arranjos institucionais internacionais que condicionam a ação dos governos nacionais por meio da imposição dos instrumentos de gestão de crise.

Assim, a característica geral dessa reconfiguração de poder se relaciona com a formação de elites (classes ou frações de classe) nacionais e supranacionais com uma extrema concentração de poder em suas mãos, de forma que são capazes de alterar condições materiais da acumulação, como seria o caso do processo de financeirização do capitalismo, e instrumentalizar os Estados a fim de criar regras institucionais que garantam a manutenção e expansão dos mercados competitivos. Em última instância, essa reconfiguração seria marcada pela transformação da tensão entre capitalismo e democracia, de modo que o neoliberalismo teria intensificado a desconfiança e repulsa em relação aos mecanismos democráticos de tomada de decisão. Portanto, há uma perspectiva de um neoliberalismo de cima para baixo nessas teorias, ao contrário da perspectiva foucaultiana que tende a negar formas de poder centralizadas ou agentes que atuam estrategicamente, instrumentalizando a racionalidade neoliberal para seus fins.

No entanto, há também nessas obras uma preocupação com os efeitos do neoliberalismo desde baixo. A preocupação desde esse ponto de vista não é apenas com o processo de legitimação do projeto neoliberal – aos moldes foucaultianos –, mas com processos que minaram as formas possíveis de resistência à reconfiguração de poder. Portanto, abre-se espaço nas análises para o problema da disputa política por hegemonia que foi central para o avanço do projeto neoliberal. Dois fatores são recorrentes nessas análises: a alteração no mundo do trabalho e o respectivo desmantelamento das organizações sindicais (tratado na seção anterior); e a desarticulação e fragmentação dos movimentos progressistas. Este último fator pode ser caracterizado, em um primeiro momento, pela incapacidade de parte do movimento progressista em ultrapassar a dimensão liberal da disputa política, seja por uma orientação para a sociedade civil e não para o Estado (CROUCH, 2004), seja pelas dificuldades de tematizar a liberdade para além da concepção negativa do liberalismo (HARVEY 2008,) e, posteriormente, pela capacidade do projeto neoliberal de intensificar as contradições discursivas entre liberdade e igualdade, aumentando tensões internas ao campo progressista (HARVEY, 2008), que tendeu para posições individualistas e anti-organizativas (TAVARES;

BENEDITO, 2018, p. 190), ou mesmo foi cooptado pelo projeto neoliberal (FRASER, 2019). O problema geral se relaciona à tensão entre igualdade e liberdade sob o prisma do liberalismo e ao primeiro fator destacado, da questão do trabalho.

O movimento trabalhista teria em sua origem uma posição de radicalismo que tensiona e transcende os limites do liberalismo. Mesmo que tenha ocorrido um processo de redução das demandas dos trabalhadores dentro da lógica liberal e do capitalismo, os movimentos tiveram uma compreensão da importância da organização como forma e instrumento de mobilização e luta política, ao mesmo tempo em que a busca pela igualdade e justiça social esteve ancorada na solidariedade entre seus membros (HARVEY, 2008), de forma a intensificar as contradições do capitalismo por meio de demandas relacionadas às suas experiências de vida enquanto coletividade. A questão procedimental da luta política se relaciona ao processo que Dean (2016a) nomeia como a interpelação do sujeito como individuo no capitalismo, em que o indivíduo se torna a referência da construção dos interesses, das preferências e da luta, perdendo-se a força dinâmica da coletividade, da multidão, necessária para a ação política (p. 69-70). A dimensão substantiva do problema diz respeito, em partes, ao que Fraser (2003) dicotomiza entre demandas por redistribuição e demandas por reconhecimento, no sentido de que haveria uma oposição sobre os valores de justiça em cada uma, sendo a redistribuição ancorada em valores materiais e o reconhecimento em valores simbólicos da diferença. Fraser não considera que esses valores sejam contraditórios ou irreconciliáveis, mas que a dimensão do reconhecimento, caso fixada numa concepção própria do liberalismo, que ignora o impacto da desigualdade material nos processos de constituição de identidades coletivas, corre sempre o risco de ser capturada pela ideologia neoliberal do mérito e da oportunidade (ARRUZZA et al., 2019).

O processo que Harvey (2008) descreve sobre o neoliberalismo e a desmobilização social se relaciona a esses aspectos: o desmantelamento dos sindicatos, que representavam uma força organizativa importante de resistência ao capitalismo (p. 80); a incapacidade da nova esquerda, a partir das revoltas de 1968, de pautarem as tensões entre liberdade e justiça social e de compreenderem que objetivos coletivos de alguma maneira impõem restrições e obrigações sobre a liberdade dos indivíduos que compartilham a causa, de modo que teria surgido uma desconfiança crescente em relação qualquer forma ou valor que reduzisse a liberdade individual, a exemplo das formas de organização política tradicionais (p. 51); e a capacidade do projeto neoliberal de tensionar

o movimento progressista pela via da liberdade, dentro do discurso do Estado como a origem da repressão a liberdades (p. 52).

Crouch (2004) no mesmo sentido pontua que haveria uma tendência, no momento pós-democrático, das causas progressistas direcionarem suas demandas apenas para a sociedade civil, contra o Estado e não para o Estado. Esse processo é típico dos novos movimentos sociais, para os quais a democratização deveria partir da sociedade e não do Estado, de modo que haveria uma tendência de ignorar o Estado como alvo da política e da transformação do mundo (ALONSO, 2009). Crouch (2004) destaca que a dimensão do liberalismo, da oportunidade de manifestação e organização das causas na sociedade, é um campo essencialmente assimétrico, em que o lobby tem sempre vantagem sobre as causas progressistas, seja pelos recursos que possuem, seja porque obtém mais recurso por meio de suas ações, o que não ocorreria para as causas por justiça, elevando ainda mais as assimetrias de poder na sociedade (p. 17-18). E a tendência que Crouch identifica (como efeito que intensifica ainda mais a deterioração da democracia) é um distanciamento dos grupos progressistas da política eleitoral e partidária (p. 15), o que implicaria em, além de jogar o jogo da política apenas num campo extremamente assimétrico, deixar o Estado, onde se toma as decisões, aberto para as forças pós-democráticas (p. 19).

Entretanto, como levantado anteriormente, essas perspectivas desconsideram as múltiplas hierarquias sociais e como elas se conectam e se constituem mutuamente por como são incorporadas no processo de acumulação. O risco é homogeneizar as demandas de “reconhecimento” e ignorar as formas de exploração e extração do trabalho por meio dos antagonismos mobilizados internamente e entre classes e grupos sociais subalternizadas. Esse é um problema que se relaciona às separações analíticas diversas contidas nas obras analisadas: entre economia e política, entre relações capitalistas e não-capitalistas, entre reconhecimento e distribuição, entre o material e o ideal, entre outras. São essas separações que impedem perceber como múltiplas dimensões e escalas se conectam e convergem de maneira relacional, compondo as relações sociais no capitalismo, as quais são alvo de mediações e transformações pelo neoliberalismo. Além disso, acabam dando centralidade a um sujeito específico, a dos trabalhadores assalariados do centro capitalista, desconsiderando como, por exemplo, o neoliberalismo foi uma reação a resistências ativas no centro, como o feminismo, os funcionários públicos e o movimento antirracista (O’CONNOR, [1972] 2009; COOPER, 2017, 2024), bem como aos movimentos anticoloniais que questionavam às assimetrias de poder e as

relações de dependência entre centro e periferia capitalista, em defesa da expansão da democracia para além das potências ocidentais (SLOBODIAN, 2018).

Outro ponto importante para compreensão da resistência em relação ao neoliberalismo e de uma perspectiva desde baixo é a obra recente de Brown (2019). Enquanto Dardot e Laval (2019) destacam a capacidade do projeto neoliberal desde cima de mobilizar os ressentimentos gerados pelos efeitos materiais do neoliberalismo, Brown (2019) aborda o problema do ressentimento, sempre existente nas sociedades liberais, marcadas por desigualdades de *status* social, mas que se mantinha submerso no tecido social pela abstração jurídica da igualdade e pelo crescimento econômico. Esse ressentimento teria se dessublimado, em meio à crise econômica provocada pela ofensiva neoliberal (p. 201), e foi, concomitantemente, canalizado e acomodado à racionalidade neoliberal, à sua defesa de uma ordem espontânea desigual que remete a um passado comum e moral imaginado (p. 23). Nesse processo, intensifica-se a crise democrática, já marcada pela perda do imaginário de igualdade e liberdade política causada pela racionalidade neoliberal, e, a partir da confluência moral entre conservadorismo e neoliberalismo, a democracia se aproxima do ocaso, em que a desigualdade se torna confronto aberto e violento contra as minorias, excluídas dessa idealização do passado (p. 210). Assim, os efeitos da crise da democracia, propulsionados pela racionalidade neoliberal, ganhariam outra magnitude, por uma via de radicalização do conflito entre valores e identidades coletivas.

Essa é uma perspectiva importante que ambiciona transcender as dicotomias levantadas acima, incorporando dimensões morais à economia e outras hierarquias sociais à análise. Contudo, um problema claro da obra de Brown é estabelecer essa relação entre moral e economia, tomando como referência somente da obra de Hayek. Além do mais, há em sua obra uma distinção entre ideias e práticas do neoliberalismo, como a teoria produzida tivesse em algum momento se desvinculado das estratégias e reações que deram origem. No capítulo 4, essa relação entre ideias e práticas neoliberais será abordado sob a perspectiva da literatura histórica e sociológica do coletivo de pensamento neoliberal, de maneira que se possa apreender as interconexões entre teoria, alianças, articulações, estratégias e resultados práticos políticos em que atores e, inclusive, pensadores do neoliberalismo participaram. Essa separação entre ideia e prática oculta momentos importantes da “contrarrevolução neoliberal” como a ditadura chilena, em que nomes como Friedman e Hayek tiveram participação direta nesse empreendimento piloto

na periferia capitalista, o qual seria fundamental para as transformações no centro anos posteriores (WHYTE, 2019).

Portanto, pode-se dizer que as correntes da economia política, do marxismo e dos foucaultianos revisitadas avançam parcialmente sobre os tópicos das transformações ideacionais e materiais, propulsionadas pelo neoliberalismo (1) e sobre o aspecto disputado do projeto neoliberal na luta por hegemonia (2). Mas, ao mesmo tempo, elas têm dificuldades de relacionar e problematizar as transformações geradas pelo neoliberalismo sob a ótica do capitalismo (3) e de incorporar distintas hierarquias sociais para além de classe à análise (4), o que tem implicações importantes para se compreender a relação entre capitalismo, neoliberalismo e democracia.

Sem uma discussão mais profunda sobre o capitalismo, perde-se de vista o que é novo no neoliberalismo, o que se mantêm de períodos anteriores do capitalismo na contemporaneidade, o que se intensifica sob novas roupagens neoliberais, ou mesmo a possibilidade de defesa contra o argumento de que a crise não é função do neoliberalismo – seja como projeto, ou como racionalidade –, mas do capitalismo – como modo de produção ou ordem social institucionalizada (FRASER, 2014).

Dois pontos problemáticos nas obras analisadas (com exceção dos marxistas) se relacionam à omissão da discussão sobre o capitalismo. O primeiro deles se repete tanto na definição de democracia, quanto de neoliberalismo. Conceitualmente, as obras tomam como referência, para analisar as transformações acarretadas pelo neoliberalismo na democracia, um período histórico, da relação entre capitalismo e democracia, muito específico e restrito dos países centrais, que parece ser antes a exceção que o padrão da relação entre democracia e capitalismo, qual seja, dos “trinta anos gloriosos”. Ao amparar a análise neste período, corre-se o risco de aceitar certas “robinsonadas” da teoria liberal sobre a gênese da democracia e, talvez, inaugurar uma própria robinsonada pela perspectiva crítica, quando se hipostasia a democracia capitalista dos países centrais, retirando-a de seu contexto mundial. Portanto, ao mesmo tempo em que idealizam um período próprio dessa relação entre capitalismo e democracia, ignoram as contradições que o capitalismo impôs à democracia em períodos anteriores nesses países, portanto, que podem não ter sido superadas, mas também, e este é o segundo problema, ignoram as contradições intrincadas nas democracias de países da periferia do capitalismo durante esse período idealizado que não deixaram de existir ao longo do tempo (MIGUEL, 2022).

Esses limites têm influência tanto para a compreensão da democracia na periferia, mas também para compreensão dos efeitos do neoliberalismo nos países centrais. A ideia

provocativa da “teleologia às avessas” de Miguel, de que ao contrário do que se previa na teoria democrática hegemônica da Ciência Política – a qual dizia que as democracias dos países periféricos tenderiam em direção às democracias dos países centrais após a terceira onda de democratização no mundo, num processo de consolidação democrática – estaria de fato ocorrendo o inverso – a aproximação das democracias dos países centrais às condições das democracias da periferia – indica que talvez a referência para os estudos da crise democrática atual não deveria ser o modelo idealizado do centro do capitalismo, mas a realidade concreta dos países da periferia capitalista.

Da mesma forma, a ausência das hierarquias sociais como gênero, raça e a relação centro-periferia das obras – com exceção de Wendy Brown – obscurecem analiticamente aspectos importantes sobre as formas de dominação e opressão no capitalismo que se relacionam a como as desigualdades e a falta de autonomia individual e coletiva impactam a democracia e reforçam essas estruturas sociais. Assim, as hierarquias sociais abrem o espaço teórico para compreender tanto as relações de poder desde cima – no Estado, nas instituições e nas hegemonias políticas –, quanto desde baixo – pela produção de consensos, pelos antagonismos mobilizados e por como estruturam a constituição dos sujeitos. Desse ponto de vista, elas são uma ponte para elucidar o problema anterior levantado sobre a diferenciação entre capitalismo e neoliberalismo. Compreender como o neoliberalismo mobiliza, ressignifica e reconstrói as relações sociais hierárquicas é um meio importante de teorizar sua relação com o capitalismo.

CAPÍTULO 2 - CAPITALISMO, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E HIERARQUIAS SOCIAIS

Algumas dinâmicas sociais, econômicas e políticas apresentadas na teoria crítica sobre o neoliberalismo (como fenômeno) trazem semelhanças com o período de formação do capitalismo – expropriação, economização de todas as esferas da vida, responsabilização individual (ou familiar) pela reprodução social, papel do Estado na institucionalização de uma nova ordem social e no disciplinamento das massas etc. –, o que poderia implicar a ideia de um retorno, no sentido de revitalização de algumas características com nova roupagem. Isso não quer dizer que não há nada de novo no neoliberalismo, muito menos que as condições históricas do desenvolvimento do capitalismo e da ascensão do neoliberalismo não tenham impactos distintos em eventos e processos que se desenrolaram a partir desses marcos e contextos históricos tão diversos. Não se pretende aqui elaborar uma análise histórica que interligue os longuíssimos e longínquos processos causais entre a formação do capitalismo e a concretização do projeto neoliberal, perpassando séculos, eventos históricos monumentais e distintos cursos entre países e regiões do mundo que caracterizam as idas e vindas da expansão e contenção do capitalismo e da democracia. A intenção deste capítulo é abordar as características, contradições e conflitos do processo de formação do capitalismo que são fundamentais para o esforço teórico de o definir e, por consequência, definir o que não é neoliberalismo, evitando a confusão frequente de tomar um pelo outro, de modo a se perder as especificidades analíticas dos limites que cada fenômeno impõe à democracia.

Na primeira seção deste capítulo, a gênese do capitalismo será abordada a partir dos conceitos de acumulação primitiva, elaborado por Marx, e de contramovimento, por Polanyi. Um ponto central é identificar se as características particulares desse momento de transição podem ser encontradas ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Assim, na segunda seção esses conceitos serão abordados a partir de suas críticas e reformulações posteriores na literatura. Por um lado, as análises da acumulação primitiva realizaram deslocamentos espaço-temporais e substantivos, no sentido de descentralizar a ênfase tanto no período de formação do capitalismo, quanto nas características particulares desse desenvolvimento desde a Europa e da perspectiva apenas do trabalhador assalariado. Como consequência, surgem novos sujeitos e processos típicos do capitalismo não abordados ou não centrais na obra de Marx. Por outro, as críticas ao conceito de duplo

movimento de Polanyi destacam uma separação excessiva em sua obra entre Estado, sociedade e mercado, o que impede de situar esses movimentos que propõe nas próprias estruturas do capitalismo e das formações sociais que o antecederam. Ou seja, as críticas procuram desessencializar e repolitizar os argumentos polanyianos.

Em seguida, "a exterioridade constitutiva" do capitalismo será problematizada, a fim de escapar teoricamente das dicotomias analíticas que isolam mecanismos políticos, econômicos e morais no capitalismo, como se essas esferas possuíssem lógicas internas próprias. É a partir dessa discussão que se torna possível situar a relação entre agência e estrutura e determinações e contingências no capitalismo, dando ênfase em como mediações políticas interferem nas relações sociais do capitalismo. Como proposta teórica, será apresentado um mecanismo estrutural, embora sempre mediado politicamente, sobre como distintas hierarquias sociais convergem no capitalismo. O argumento central é o de que o processo de acumulação depende estruturalmente dos deslocamentos das hierarquias sociais, em razão de suas contradições produzidas pelos imperativos expansivos, mas também regressivos do capital. Por fim, na última seção do capítulo, o capitalismo será definido como um modo de produção, dando ênfase em como relações sociais capitalista não podem ser dissociadas de suas dimensões constitutivas materiais, políticas, morais e institucionais.

2.1. Gênese do capitalismo: acumulação primitiva e o "moinho satânico"

Ao retornar à formação histórica do capitalismo, pretende-se identificar processos e fenômenos caracterizados como típicos desse período. Tomando como referência o que poderia ser considerado como uma especificidade desse momento na história, é possível refletir sobre se o desenvolvimento do capitalismo se afasta das particularidades de sua gênese ou se essas características iniciais permanecem, se transformam ou são constitutivas do capitalismo. Além disso, o período da gênese do capitalismo é um ponto de partida importante para a análise, porque é também um momento em que a democracia não existe nessa transição, apesar de que distintos ideais e "projetos" democráticos já estivessem em disputa. Foi o desenvolvimento do capitalismo que condicionou os sentidos e os arranjos institucionais da democracia como se reconhece modernamente (WOOD, 2006). E mais, o que normalmente se considera como não correspondendo à essência do capitalismo – a escravidão, o colonialismo e as hierarquias sociais – é

fundamental para compreender a formação do capitalismo e os limites que este impõe à democracia.

A situação da democracia na gênese do capitalismo varia não apenas em relação aos países num determinado momento histórico, o que também é importante, mas a depender da definição da origem do capitalismo. Por exemplo, duas obras que serão abordadas aqui atribuem aos processos formativos do capitalismo momentos históricos distintos. Em *O Capital*, Marx ([1867] 2015) indica que "a era capitalista só tem início no século XVI", embora se poderia encontrar características da produção capitalista em sociedades anteriores (p. 963) e a análise que faz dos processos que compõem a gênese do capitalismo avançam pelos séculos subsequentes – se é que se pode falar de democracia nesses períodos, ela estaria restrita a imaginários locais de luta social e autogestão comunitária, como nas lutas agrárias antifeudais ou nos movimentos da heresia.[13] É somente a partir do século XVII que demandas democráticas ganham contornos e projetos mais claros nas disputas entre perspectivas distintas. A primeira de ordem popular, ancorada em um ideal radical que remete ao imaginário da democracia como governo do povo – a exemplo de sua origem histórica na antiguidade –, encapadas nas lutas dos *diggers* e *levellers* na Inglaterra e a segunda com uma perspectiva antidemocrática, contrarrevolucionária, que, paradoxalmente, estabeleceu os fundamentos teóricos e institucionais das democracias formais representativas, enquanto buscava retomar os privilégios do senhorio do feudalismo, frente a centralização do poder absoluto e o perigo da radicalização popular, na forma de uma aristocracia parlamentar, como na "Revolução" Gloriosa de 1688 (WOOD, 2006).

Polanyi ([1944] 2000), em *A Grande Transformação*, ainda que reconheça que o capitalismo surge em momento semelhante ao indicado por Marx (p. 45), atribui ao ano de 1834, no Reino Unido, um momento específico de início do capitalismo moderno que tem repercussões drásticas na organização do mundo e das sociedades (p. 102), qual seja, a instituição do padrão de mercado autorregulado para a mercadoria trabalho (p. 162), ou força de trabalho como categoria marxiana. Nesse período, a democracia representava um horizonte de luta coletiva mais próximo às concepções democráticas contemporâneas, desvinculada de um sentido teológico da Reforma, típico das lutas democráticas anteriores, que se forma após as revoluções do século XVIII, tendo como novidade no

[13] Para posições e interpretações distintas desses movimentos e lutas, ver Federici (2023, cap. 1) e Duménil e Lévy (2018, cap. 18).

século XIX as massas de trabalhadores, como o Cartismo na Inglaterra e a formação de partidos de massa pela Europa a partir da década de 1860 (ELEY, 2005).

Esta diferença relacionada aos marcos históricos corresponde ao problema com o qual cada autor pretendia lidar em seu texto. Enquanto Marx teorizou as características próprias da formação do capitalismo que viabilizaram a origem dos ciclos de produção capitalistas, em contraponto a uma visão idealizada da economia política clássica, Polanyi retorna a um momento histórico que considera ter surgido as condições idealizadas pelos mesmos economistas políticos, do livre mercado, momento que é inclusive contemporâneo de Marx. De toda forma, embora o termo gênese não pareça ser, então, o mais adequado para caracterizar a discussão proposta aqui – nem o debate sobre a delimitação histórica da origem do capitalismo será objeto deste trabalho –, ele servirá como ponto de partida para identificar continuidades entre momentos específicos do capitalismo importantes para o objetivo teórico deste capítulo, que, em última análise, possibilita negar a formação do capitalismo como particularidade em relação ao que se pode considerar como sendo sua substância. Isto é, o capitalismo não pode ser compreendido de forma dissociada dos fenômenos políticos e "econômicos" que ocorreram fora da Europa e, mais especificamente, fora da Inglaterra.

Um conceito central para se compreender o capitalismo é o da acumulação primitiva. Marx ([1867] 2015) ao elaborá-lo ironiza a perspectiva da economia clássica, para a qual os trabalhadores seriam os "herdeiros" de antigos proprietários perdulários que deixaram a gerações seguintes apenas sua pele para gerar o suor do trabalho, enquanto os atuais proprietários seriam os herdeiros de uma elite racional, "trabalhadora", que poupou, economizou e acumulou. Assim, estariam dadas as condições de exploração dos ciclos de acumulação capitalista, nessa perspectiva clássica, condições fruto de um "pecado original econômico" (p. 960), que moraliza e individualiza as causas do capitalismo, a partir do comportamento econômico racional a-histórico dos agentes econômicos. O que Marx faz, portanto, é situar o surgimento das condições estruturais necessárias para o início (expansão e reprodução) dos ciclos de acumulação do capital, a partir de um processo político, inserido em circunstâncias históricas concretas, marcadas por duas transformações sociais fundamentais, que correspondem ao "segredo" da acumulação primitiva: os trabalhadores passam a ser "livres" dos meios necessários para realização do trabalho produtivo e, por consequência, "livres" para negociarem sua força de trabalho nos mercados como trabalhadores assalariados (p. 961). São liberdades que pressupõem, por um lado, a emancipação de parte dos trabalhadores enquanto escravos

ou servos, mas, por outro, que implicam a subjugação de todos por meio da liberdade, ou despossessão, em relação aos meios de produção, antes utilizados, sob posse dos trabalhadores para sua própria reprodução social. Subjugação que se completa pela necessidade da venda da força de trabalho por um salário como único meio de suprir suas necessidades reprodutivas, por meio da compra de mercadorias que produzem, mas que não os pertence mais, ao não ser quando compradas no mercado através da troca do valor "equivalente" entre força de trabalho e mercadoria (p. 804).

No entanto, a realização dessa transformação social dependeu de uma série de fenômenos importantes – institucionais, técnicos, morais, ideacionais, materiais, coercitivos e de subjetivação. Tomando a Grã-Bretanha como referência histórica, onde esses processos teriam se realizado de forma completa, Marx ressalta as transformações da vida dos trabalhadores ocasionadas pelas respostas dos senhores e capitalistas às crises do modo de produção feudal, caracterizadas pelos processos de privatização da terra, por meio dos cercamento e das restrições ao uso das terras comunais, de modo que "grandes massas humanas [foram] despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres" (p. 963). Essa inundação dos centros urbanos por massas desalojadas e incapazes de garantir por conta própria suas necessidades de vida não produziu automaticamente um mercado de trabalho disponível para a produção capitalista. Foi necessário um longo processo de disciplinamento social, que passou pela moralização do trabalho e criminalização dos modos de vida antigos, transições institucionais e legais, e, principalmente, pela coerção física.

Em paralelo à privatização da terra e o aumento da população em situação de penúria, sem os meios de vida tradicionais de subsistência, surgiu por toda a Europa ocidental, já no final do século XV, uma série de legislações "sanguinária[s] contra a vagabundagem" (p. 980). Essas leis responsabilizavam a população por sua condição de mendigagem, vagabundagem e delinquência e atribuíam castigos severos à população marginalizada que se intensificavam de acordo com a reincidência – açoite, marcação por ferro em brasa, orelhas cortadas e decapitações foram punições comuns ao longo dos séculos. Da mesma forma, as leis anticolisão (dos trabalhadores), como forma de reprimir resistências e controlar os salários, perduraram até meados do século XIX, quando o movimento dos trabalhadores as tornou insustentáveis (p. 986). Enquanto isso, as ondas de cercamento que se iniciaram de forma privada e violenta, resultando em leis restritivas às expropriações, embora ineficientes, foram institucionalizadas no século XVII, com o

fim da propriedade feudal e a venda das terras estatais aos grandes proprietários, e consolidadas pelo parlamento no século XVIII, com as "leis para o cercamento da terra comunal" de 1777, "decretos de expropriação do povo [...] mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo" (p. 971).

Polanyi ([1944] 2000) também reconhece os efeitos perversos dessas transformações na sociedade e na vida dos trabalhadores e das comunidades. Mas aborda de forma distinta o processo de gênese e seus desdobramentos, a partir de outras causas e momentos históricos. Por uma perspectiva institucional, mas também moral, destaca o processo de destruição dos valores comunitários e do tecido social, em que todos foram triturados pelo "moinho satânico", "transformando homens em massa" (p. 51). A causa central seria os imperativos desencadeados pela revolução industrial iniciada ao final do século XVIII, que submeteram todas as relações sociais à economia. A necessidade de expansão da produção transformou a relação dos humanos com a natureza e entre si, pela mediação de um novo tipo histórico de mercado, não mais sustentado por fatores extraeconômicos, como foi um padrão em outras sociedades. Polanyi, vai revisitar obras da antropologia para defender que em sociedades tradicionais existiam outros princípios e padrões institucionais que regulavam a economia e que, portanto, "a ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência do princípio do menor esforço; e, especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas" (p. 67) são características encontradas em várias sociedades, de forma que o mercado autorregulado não poderia ser, de forma alguma, uma tendência natural ou espontânea das sociedades, em contraste com o argumento dos teóricos clássicos da economia política (e dos neoliberais).

Esses novos imperativos fundamentalmente econômicos teriam economizado todas as esferas da vida, mercantilizando de forma fictícia trabalho, terra e dinheiro. No entanto, para ele "o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem", de forma que "incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado" (p. 93), embora "nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, [...] a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico" (p. 95).

Nesse sentido, sua análise também reconhece o papel do Estado na gênese do capitalismo, contudo acrescenta à característica constitutiva dos mercados pelo Estado, uma dimensão protetiva, em que "a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias" (p. 98). Nesse duplo movimento, o enfoque não é a violência e a coerção, primordiais no conceito de acumulação primitiva de Marx, mas o processo de institucionalização do mercado e sua moral, bem como o de proteção por meio dos contramovimentos que visavam desacelerar e conter a desarticulação social que o mercado autorregulado promovia.

Por um lado, Polanyi ressalta em sua análise que o processo de estabelecimento do trabalho como mercadoria e sua adequação ao princípio do mercado autorregulado envolveu o surgimento de novas categorias sociais com a promulgação da *New Poor Law* [Nova Lei dos Pobres] na Inglaterra (p. 262) que se adequavam a uma concepção teórica liberal da época. O Estado deixou a partir daí de complementar a renda dos trabalhadores pobres, como era a prática durante o período em que vigorou a lei *Speenharnland* (p. 111) – a qual teve como resultado a garantia de baixos salários subsidiados pelo Estado, ao mesmo tempo que manteve o acesso mínimo a necessidades básicas para a população (p. 121) –, e passou a dar assistência apenas aos indigentes na forma de abrigo em albergues, o que teria implicado no fim da categoria social dos pobres (trabalhadores ou pobres honestos que buscavam trabalho), para se estabelecer as categorias dos indigentes (assistidos pelos albergues) e dos desempregados desassistidos (que deveriam ser impelidos ao mercado de trabalho) (p. 123).[14] A dinâmica desencadeada pela aplicação do mercado autorregulado ao trabalho teria se ancorado numa certa desresponsabilização do Estado sobre o trabalhador, mesmo que fosse reconhecido que a responsabilidade do desemprego não fosse necessariamente deste último. A questão fundamental era garantir que a fome fosse o mecanismo que assegurasse tanto a busca por emprego, quanto os baixos salários (p. 263). Assim, ao mesmo tempo em que o Estado estabelece novas regras institucionais necessárias para dar impulso aos imperativos econômicos regidos pelo mercado autorregulado, também institucionaliza uma nova moralidade condizente com as exigências do processo de mercantilização da vida.

[14] Ellen Wood (2001) questiona a validade empírica dos argumentos de Polanyi de um ponto de vista da revisão histórica dos efeitos dessas legislações (p. 32). Sem entrar nesse debate específico, serão tomados como referência os argumentos gerais de Polanyi como referência para a crítica e elaboração teórica proposta neste capítulo.

Por outro lado, a outra face desse duplo movimento teria sido a intervenção estatal de forma espontânea, a fim de proteger a sociedade e a natureza dos efeitos deletérios da autorregulação, seja pelas restrições legais aos cercamentos (durante as dinastias dos Tudors e Stuarts) ou por medidas legislativas antiliberais ou coletivistas. Essa espontaneidade é defendida por Polanyi pelo argumento de que os próprios liberais teriam aprovado essas medidas no parlamento, essas intervenções teriam surgido do dia para a noite sem um projeto específico ou orientado por algum grupo organizado e teriam sido implementadas da mesma forma em países distintos, com regimes e orientações ideológicas diferentes (p. 177-180). De seu ponto de vista, problemas objetivos teriam emergido do processo de liberalização dos mercados, de modo que os atores políticos, independentemente de ideologias, projetos e partidos, teriam sido levados pela necessidade de proteger a integridade da sociedade (p. 180).

Sem considerar ainda os limites da análise de Polanyi sobre o contramovimento espontâneo, que se relacionam ao horizonte normativo em que se enquadra sua crítica ao capitalismo, basta por enquanto destacar que o moinho satânico, analisado pela lente da institucionalização do mercado pelo Estado de novos modos de vida, nada mais é do que o estabelecimento normativo dos imperativos de expansão do processo de acumulação capitalista, embora Polanyi não tenha recepcionado teoricamente as categorias centrais de Marx elaboradas em *O Capital*. Enquanto para Polanyi esses imperativos partem do mercado, para Marx, isso se dá pela relação social do capital, fundamento do processo de produção, mesmo que esta somente se realize enquanto capital no mercado (MARX, [1857-58] 2015, p. 341). Assim, as transformações materiais que condicionaram a existência das massas despossuídas, para ambos autores, estavam ancoradas na coerção econômica que garante a aquiescência por parte dos trabalhadores em relação a uma única forma possível de sobrevivência, uma transformação concreta de adequação do espírito e do comportamento às condições materiais que se impunha sobre as massas, como uma coerção própria do capitalismo na forma de "compulsão, necessidade e disciplina social capaz de submeter todas as atividades e relações humanas às suas exigências" (WOOD, 2006, p. 216). Nas palavras de Marx ([1867] 2015):

> [n]o evolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos

> convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente (p. 983-984).

A despeito de os imperativos estruturais serem uma característica importante para a elaboração teórica sobre a relação entre capitalismo e democracia, resta ainda explorar as condições históricas do surgimento desses imperativos. E aqui, a obra de Polanyi apresenta um primeiro limite. Ao abordar a gênese do capitalismo como algo dado em sua obra, como se o Estado tivesse adequado as instituições necessárias aos imperativos que emergiram pelo mercado, há uma contraditória naturalização dos mercados como um fenômeno inevitável, propulsionado pela revolução industrial (WOOD, 2001, p. 33). Em sua análise, portanto, Polanyi trata das relações sociais que se originam do capitalismo e não das relações sociais que o originaram, o que impossibilita identificar a especificidade histórica do capitalismo (p. 34).

Além dos desdobramentos históricos que marcaram a separação dos trabalhadores dos meios de produção, Marx ([1867] 2015) identifica na história a emergência de outras práticas e fenômenos cruciais no processo de acumulação primitiva em que os Estados e as classes capitalistas em ascensão tiveram participação fundamental. As práticas de melhoramento – técnicas agrícolas para aumentar a produtividade da terra –, por exemplo, representaram a intensificação da exploração do trabalho em um momento em que as propriedades rurais privatizadas (e os lucros) se concentravam na mão de poucos, representando um acúmulo de riqueza por parte dos latifundiários da aristocracia, mas também dos arrendatários, os novos capitalistas, em detrimento dos trabalhadores (p. 990).[15] Além disso, o Estado foi fundamental, contradizendo a economia política clássica, na expansão da atividade econômica e no empoderamento da classe capitalista ao empreender medidas protecionistas aos mercados imperiais e domésticos (p. 1006) e ao criar e resguardar coercitivamente um novo sistema financeiro ancorado na expansão da dívida pública, que representou o enriquecimento dos bancos privados, o financiamento e realização do capital comercial, fruto da violência colonial e das guerras comerciais,

[15] Para uma interpretação histórica da origem do capitalismo que destaca o papel das mudanças na propriedade privada na Inglaterra e as consequências no desenvolvimento de um capitalismo agrário regido já no século XVI pelos imperativos de um mercado capitalista (que media todas as relações econômicas, mas também as sociais, como um imperativo estrutural), ver Wood (2001). Para Wood a prática e a ideia de melhoramento se tornaram os princípios éticos e morais da ideologia da classe capitalista em ascensão, inclusive como fundamento do modelo inglês de dominação colonial que se hegemonizou, a partir do século XVIII (cap. 4).

mas também do capital manufatureiro que gestou a industrialização (p. 1003-08). Assim, a visão imaculada do mérito competitivo, presente no pensamento clássico e ressuscitado pelo neoliberalismo, esconde sua origem histórica respaldada na violação "das leis espontâneas do mercado", cuja marca foi a violência, a guerra e a dominação.

Ainda mais importante é a associação que Marx faz entre a emergência de um sistema capitalista de produção e uma série de formas de acumulação de riqueza, muitas vezes chamadas de pré-capitalistas, fora do circuito de produção de mais-valor – embora conectado a ele – que possibilitaram a concentração de riqueza nas mãos da classe capitalista emergente. Há em sua análise uma relação direta entre capitalismo e colonialismo, o fato de que "a escravidão [inclusive infantil] disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* [sem mais] do Novo Mundo" (p. 1009). Assim, o surgimento de um modo de produção que desloca e disfarça a coerção e exploração para o reino da economia, não pode ser dissociada historicamente da violência e dominação:

> [a] descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. (p. 998).

Essa passagem revela questões importantes. A relação entre as dimensões externas e internas do modo de produção capitalista é problematizada e há a indicação de uma certa permanência dessa relação mesmo durante o processo de consolidação, expansão ou universalização dos movimentos do capital. Ainda que pouco explorada na obra de Marx – que se dedicou à elaboração de uma teoria social do capitalismo, abstraída dos contextos históricos específicos, para identificar seus movimentos contraditórios internos gerais, reproduzidos pelos seus imperativos expansivos – essa relação abre caminhos importantes para a compreensão das transformações do capitalismo e, como consequência, do que é neoliberalismo e de como ambos se relacionam com a democracia.

2.2. Acumulação primitiva e o duplo movimento: limites e potencialidades teóricas

Tanto o conceito de acumulação primitiva, quanto o de duplo movimento serviram de referência para esforços teóricos subsequentes que os reinterpretaram e criticaram. Nesta seção serão revisitadas algumas dessas reformulações tendo ambos os conceitos como ponto de partida teórico para compreender seus limites e potencialidades. O conceito de acumulação primitiva será analisado pela identificação dos deslocamentos espaço-temporais (dos processos, sujeitos, centralidades e história) e substantivos (dos sentidos, fenômenos e atributos) realizados na literatura. O conceito de duplo movimento será analisado pelas tentativas de (re)situá-lo nas estruturas sociais do capitalismo, de modo a identificar os limites teóricos das separações entre sociedade, mercado e Estado que são características na obra de Polanyi.

2.2.1. Deslocamentos espaço-temporais e substantivos do conceito de acumulação primitiva: centro-periferia, raça e gênero

O caminho teórico aberto por Marx com o conceito de acumulação primitiva gerou uma série de debates,[16] críticas, inclusões teóricas, aprofundamentos de seus argumentos e releituras sobre fenômenos posteriores. Enquanto em *O Capital* a acumulação primitiva tem como principal fundamento o processo de separação entre produção e reprodução sociais, dando centralidade às novas condições de existência dos trabalhadores, o principal sujeito da luta de classes no capitalismo para Marx, várias obras expandem e descentralizam a reflexão sobre a acumulação primitiva ao dar enfoque a outros processos e sujeitos, ora ocultos, ora periféricos no pensamento marxiano. Essas críticas ou reinterpretações também deslocaram a centralidade do conceito, tanto de uma perspectiva espacial, do centro para a periferia capitalista ou da produção para a reprodução, quanto temporal, do momento de formação para as formas de expansão, reprodução e transformação inerentes ao capitalismo. Três eixos de deslocamentos no conceito de acumulação primitiva problematizaram aspectos importantes na compreensão do capitalismo: são eles a relação centro-periferia, raça e gênero. Embora nenhum deles opere de forma isolada, de modo que mantêm e estabelecem relações que se compõem mutuamente, os eixos serão apresentados de maneira separada, como forma de

[16] Os debates sobre a transição e origem do capitalismo tenderam a ressurgir sempre em momentos de transformação do capitalismo (FEDERICI, 2023, p. 23). Para uma revisão sobre as perspectivas e argumentos teóricos em disputa, ver Wood (2001, cap. 1).

organização da análise. As conexões, sobreposições e intersecções entre os eixos serão apresentadas e construídas no transcorrer do texto.

O deslocamento centro-periferia:

A relação centro-periferia começa a ganhar contornos importantes a partir das obras marxistas que passaram a associar o imperialismo ao capitalismo, como nas obras de Rosa Luxemburgo, *A Acumulação de Capital*, de 1913, e de Vladmir I. Lenin, *O imperialismo: fase superior do capitalismo*, de 1917. O capitalismo em sua fase imperialista, então, se revelaria a partir de como suas dinâmicas internas impulsionaram sua expansão para além das fronteiras do mundo capitalista, em um caminho reverso ao da acumulação primitiva, em que a expansão colonial e mercantil teria servido ao desenvolvimento do capitalismo na Europa. Nesse sentido, um primeiro deslocamento importante das análises é a preocupação com as relações externas do capitalismo (WOOD, 2014, p. 98).

Para Lenin ([1917] 2010), o imperialismo seria a última fase do capitalismo, em que o capital financeiro se tornou dominante e teria gerado a monopolização do modo de produção (p. 64), ampliando todas as contradições que lhe é inerente (p. 124). Em sua leitura, os monopólios colocariam em ação dinâmicas de expansão sobre o mundo não-capitalista, em busca da exportação de capitais (e não só a extração de mercadorias e expansão dos mercados que caracterizaram o período mercantil), da partilha territorial do mundo pelos cartéis e, depois, pelos Estados imperialistas (p. 88). Essas transformações envolveram tanto uma dimensão política quanto econômica, que se revelam na intensificação das contradições do capitalismo. Nessa direção, a dominação passa a ser sua marca em detrimento da liberdade (p. 124) e a violência e a força são seus meios, ao contrário da competição "pacífica" no mercado (p. 87). Assim, a competição econômica é substituída pela competição imperial entre Estados (ou impérios) pela dominação e divisão do mundo não-capitalista, em busca de hegemonia (p. 90), cujo instrumento fundamental é a coerção (p. 118). Quanto mais o capitalismo se expandia, maior seriam as tensões políticas e econômicas entre os impérios. Como consequência, o resultado da fase imperialista seria a exacerbação da guerra entre as potências, das formas de resistência nas fronteiras do capitalismo (p. 97) e, em último caso, o ocaso do capitalismo.

A obra de Lenin aponta aspectos importantes da relação centro-periferia. Na política, a dominação exercida pelos Estados centrais, por meio força – uma dimensão

pouco explorada nas interpretações contemporâneas. Na economia, a ascensão do capital financeiro e monopolista como motores do capitalismo. Ambas as dimensões ressaltam a dominação sobre o que é externo, periférico. Porém, sua análise não explora as formas de conexão entre essas tendências internas e o que é externo ao capitalismo. É na obra de Rosa Luxemburgo ([1913] 2003) que essas interações ganharam um aspecto mais relacional.

O imperialismo, de acordo com Luxemburgo, "é a expressão política da acumulação de capital em sua luta competitiva pelo que ainda permanece em aberto no ambiente não capitalista" (p. 426). É, em sua perspectiva, efeito de uma condição estrutural contraditória do capitalismo, mas, também, causa que põe em marcha transformações estruturais e novas contradições, a partir do imperativo auto-expansivo do capitalismo que exige sempre uma fronteira para se realizar. Como em Lenin, Luxemburgo identifica o imperialismo como uma fase final do capitalismo. Mas se para o primeiro isso ocorreria em razão dos monopólios que representariam a eliminação dos capitais individuais, concentrando toda a produção, de maneira a estabelecer as condições históricas para transformar a finalidade do modo de produção – do acúmulo de capital para realização das necessidades coletivas – (LENIN, [1917] 2010, cap. X), para Luxemburgo, o estágio final do capitalismo se relaciona à sua gênese, à acumulação primitiva (LUXEMBURG, [1913] 2003, p. 427).

A autora retoma e critica os esquemas de reprodução simples e ampliada na obra de Marx para explorar as contradições inerentes do capitalismo em seu estado mais abstrato para, então, situá-las historicamente. Nesse sentido, o imperialismo seria a forma histórica do capitalismo de lidar com essas contradições, que se relacionam a como, na reprodução ampliada, o valor excedente acumulado é realizado, tendo em vista que o valor disponível na circulação em uma sociedade não pode ao mesmo tempo cumprir as múltiplas funções para expansão do capital (ex.: reinvestir e obter meios de produção que compõem o capital constante; aumentar o trabalho empregado e consumir as mercadorias em constante expansão, a fim de realizar o mais-valor na forma de capital-dinheiro – todos processos, necessários para a reprodução do capital).[17] Assim, é no conceito de

[17] À insatisfação com os limites da obra de Marx, Luxemburgo pondera o fato de que ele não teria conseguido elaborar ou completar teoricamente a análise do processo de reprodução do capital em sua totalidade. Isso seria perceptível pelo caráter inacabado de sua obra nos volumes II e III de *O Capital*, ambos editados e organizados por Engels a partir dos manuscritos a que teve acesso após a morte de Marx (LUXEMBURG, [1913] 2003, p. 139). É interessante como algumas das direções das soluções teóricas apresentadas por Luxemburgo podem ser encontradas nos *Grundrisse* ([1857-1858] 2015), manuscritos preliminares para a redação de *O Capital*, no qual Marx problematiza as questões do consumo, realização

acumulação primitiva – o principal conceito que não está abstraído em sua forma "pura" em *O Capital* – que Luxemburgo identifica o mecanismo de reprodução do processo de acumulação capitalista. Ao invés de caracterizá-lo como o período da gênese do capitalismo, o considera como a condição histórica da qual depende o capitalismo "em todos os aspectos" – capital constante, variável e mais-valor –, dependência que se relaciona aos "estratos e organizações sociais não capitalistas que existem lado a lado com ele" (p. 345). Portanto, a acumulação capitalista não pode ser compreendida apenas pela sua lógica interna, característica dos países centrais, que Marx apreendeu como forma de desvelar a expropriação no direito à propriedade, a exploração na troca de mercadorias, a coerção na compulsão econômica e o conflito de classe na liberdade igualitária, mas precisa ser tomada em conjunto através das relações entre o capitalismo e seu exterior, em que as formas de expropriação, exploração, coerção e conflito são reveladas de maneira evidente, não veladas, pela "força, fraude, opressão, pilhagem" (p. 432).

Nessa dualidade da acumulação de capital, economia e política não são apartadas, e sim atuam conjuntamente na constituição e reconstrução das fronteiras entre capitalismo e não capitalismo. Entretanto, a dependência em relação ao exterior também significa transformá-lo para que possa ser incorporado no processo de acumulação. E o principal meio para esse fim se realizar é a violência e a política, tanto nas sociedades não capitalistas, quanto entre as potências capitalistas que disputam esse exterior vital para sua reprodução social (p. 348). Isso passa pela imposição radical nessas sociedades de novas formas de expropriação e de uso dos recursos materiais, de relações sociais produtivas e de consumo e necessidades que se adequem aos imperativos de acumulação. Nesse ínterim, surgem "combinações peculiares", que mesclam os modos de produção, na forma de modos de vida, trabalho e produção (p. 343).

Contudo, essas transformações dos dois lados da fronteira, ao mesmo tempo em que são meios de solucionar as contradições internas do capitalismo, também reinstituem novas contradições, como o deslocamento espaço-temporal entre realização de valor e capitalização pelo sistema financeiro, a monopolização dos mercados (p. 401-07), os

---

de mais-valor, valor de uso e desejos; da tendência de se *criar* o mercado mundial como momento constitutivo da produção; a relação entre expansão através das barreiras pré-capitalistas e seu reestabelecimento como novas formas de contradição; o problema da superprodução; a incitação externa ao processo de acumulação; o sistema de crédito etc. (p. 532-54). Como os *Grundrisse* só foram publicados integralmente em 1953, Rosa Luxemburgo e uma geração de pensadores marxistas não tiveram acesso a ele (MUSTO, 2008, p. 102).

protecionismos como forma de competição pelo mundo não capitalista (p. 431) e o uso dos recursos, necessários para o capital e para reprodução social do trabalho, em gastos militares, utilizados na colonização e nas guerras entre impérios (p. 434). Em última instância, a principal contradição para Luxemburgo é a necessidade de um exterior para manter a expansão do capitalismo, que tenderia por eliminar todos os exteriores possíveis, logo, eliminando as condições do próprio capitalismo.

Como será abordado nas próximas seções, as transformações históricas sucessivas após a Segunda Guerra Mundial geraram distensões nas análises sobre o imperialismo e na compreensão do que é externo e interno ao capitalismo. Ellen Wood rompe com a ideia da acumulação primitiva como constitutiva do capitalismo (2001) e do imperialismo (2014) – embora reconheça seu papel na história de ambos os fenômenos –, argumentando que a singularidade do capitalismo e da forma histórica atual do imperialismo, o imperialismo capitalista, estaria na expansão dos imperativos dos mercados, de modo que todas as relações sociais (e sociedades) passaram a se sujeitar as compulsões estruturalmente condicionadas pelo capitalismo. A coerção pela força, ainda presente nas formas de "expansão da democracia" e depois na "guerra ao terror" pelo poderio militar dos EUA, seria menos uma forma direta de influência e mais a garantia do respeito à coerção econômica exercida pelos mercados. Nesse sentido, as contradições do capitalismo, ao contrário de propulsionarem a exploração das fronteiras com as sociedades não capitalistas, seriam deslocadas para a periferia capitalista, em um primeiro momento, com a criação de novos mercados pelo financiamento do desenvolvimento nos países periféricos, depois, com a financeirização do capitalismo e a reconfiguração de novas formas de dependência da periferia. Contudo, Wood (2014) destaca como os argumentos dos teóricos clássicos de que o capitalismo não "consegue universalizar seus sucessos e prosperidade das economias avançadas" e "que as potências capitalistas mais importantes sempre dependeriam da exploração das economias subordinadas" se mantêm relevantes (p. 99)

Outras obras recentes também reformularam o conceito de imperialismo, embora recepcionando como a acumulação primitiva é condição da reprodução do império. Harvey (2008) compartilha de uma leitura semelhante sobre o processo de expansão completa do capitalismo, mas insere o conceito de acumulação por espoliação, como práticas que ressignificaram o sentido e formas de acumulação primitiva, como a extração de mais-valor da periferia capitalista, como abordado no capítulo anterior. Em outra distensão conceitual, como incorporação e crítica à ideia de Harvey, Gago e Mezzadra

(2015) também assumem características do conceito de acumulação primitiva na atualidade, mas (re)problematizam as fronteiras do capitalismo, a fim de inserir em sua análise uma dimensão "não capitalista da produção", na perspectiva dos clássicos, abrindo espaço tanto para a compreensão de novas formas de exploração do trabalho comunitário, não formalizado e não produtivo, quanto para processos de ressignificação mútua das fronteiras e das relações centro-periferia. Esse retorno da interpretação do imperialismo a uma dimensão externa inserida no capitalismo retoma a origem conceitual e teórica da relação centro-periferia.

Essa relação surge como resposta dos teóricos periféricos ao debate sobre o desenvolvimento econômico do pós-Segunda Guerra que tomava o processo de desenvolvimento da expansão do centro capitalista como referência e modelo histórico a ser reproduzido nos países periféricos. As primeiras teorias do (sub)desenvolvimento que se contrapunham ao modelo preconizado pelo centro capitalista foram elaboradas por teóricos que faziam parte da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da ONU.[18]

No entanto, foram os teóricos marxistas da dependência que aprofundaram teoricamente essa relação entre o interno e externo do capitalismo, aprofundando suas análises para além da economia nacional em seu agregado, ao problematizarem a própria concepção de desenvolvimento capitalista, pelo questionamento do que é capitalismo, pelos conflitos internos na periferia e pelas distintas lutas e formas de exploração de classe. Esses autores, recepcionando as inspirações da literatura clássica sobre imperialismo, dos limites internos e externos ao capital para que possa se universalizar, reconectaram as formas contemporâneas de dominação e exploração do centro sobre a periferia capitalista aos processos da acumulação primitiva, problematizando a relação espaço-temporal do conceito. Nesse novo deslocamento, a própria ideia do que é interno ou externo, capitalista ou pré-capitalista, desenvolvimento ou subdesenvolvimento, passa a ser questionada – o que põe em xeque a possibilidade de superação da condição periférica pela via de um reformismo desenvolvimentista. Assim, a universalidade do capital não seria a reprodução de uma relação estrutural interna sobre o que lhe é externo,

[18] Nomes importantes como Raúl Prebisch e Celso Furtado problematizaram a assimetria da relação entre os países do centro e da periferia, seja por meio da tendência à deterioração dos termos de troca – entre matérias primas produzidas pelos países da periferia e bens de industrializados, pelo centro – (PREBISCH, 1949), ou pela dependência do desenvolvimento capitalista da periferia, transformada em dominação, em relação às demandas externas que mantinha uma dualidade entre atraso e moderno em países como o Brasil (FURTADO, [1959] 2007).

mas a de uma relação estrutural entre o interno e externo, em que ambos se constituem mutuamente. Ao mesmo tempo em que recepcionaram os avanços da interpretação de Luxemburgo sobre como o capitalismo transforma e incorpora aspectos das sociedades pré-capitalistas, se afastaram de uma perspectiva teleológica e escatológica da história do capitalismo e buscaram compreender como as assimetrias, desigualdades e hierarquias entre centro e periferia são necessárias para (e condicionam) a reprodução capitalista também na contemporaneidade em ambos os espaços. Em última instância, abrem-se caminhos para compreender como o capitalismo desloca suas contradições para outros espaços e temporalidades, consequentemente, (re)criando novos conflitos e antagonismos políticos e sociais.

Um aspecto central nas análises marxistas da dependência é a compreensão do capitalismo como um sistema global de acumulação, de modo que a fronteira de seu externo constitutivo passa a ser vista como parte do próprio capitalismo. Nesse sentido, Andre Gunder Frank (1977) estende o conceito de acumulação primitiva para o de acumulação primária, a fim de ressaltar a permanência no tempo, no processo de acumulação capitalista, de sua dependência sobre relações de produção não capitalistas (p. 25). Fundamentando-se nos *Grundrisse*, onde Marx explora sua concepção da acumulação como totalidade, incluindo produção e circulação como partes diversas com uma unidade em comum, conectadas pela realização de mais-valor, Frank caracteriza a amplitude do sistema capitalista pela identificação de como formações sociais específicas e relações de produção distintas (capitalistas ou não) são incorporadas no processo geral de acumulação do sistema, o que significa expandir o conceito de capitalismo às conexões entre "relações de produção, de troca e de realização do capital", tomando como critério de sua definição "a transformação dessas relações ampliadas pela incorporação na acumulação capitalista", p. 33.

A partir desse deslocamento do conceito de capitalismo, é possível voltar a análise para a diversidade de formas (re)produtivas que compõem à acumulação, para a desigualdade na estrutura do sistema capitalista e para o caráter irregular do processo geral de acumulação. A diversidade envolve uma série de combinações não capitalistas, preservadas, transformadas, ou criadas, quando inseridas no sistema de acumulação. Incorporam-se formas violentas típicas da acumulação primitiva (p. 25), expropriações e extrativismos contemporâneos, atividades de reprodução social baseadas em laços

comunitários e na domesticidade de gênero[19] (p. 30) e relações de produção pré-capitalistas ou não capitalistas – como a escravidão e servidão, contemporâneas ou não.[20] A desigualdade estrutural, por sua vez, se relaciona à exacerbação da exploração, a superexploração – que remunera o trabalho de formas mínimas, abaixo das necessidades de reprodução social –, importante para acumulação de capital na periferia e no centro, mas também para a "elevação dos níveis salariais nos países metropolitanos" (p. 27). Essa desigualdade impõe limites para o desenvolvimento econômico, social e político nos países periféricos, tanto de uma perspectiva externa quanto interna a suas sociedades. Já a irregularidade diz respeito às expansões e retrações, ciclos e crises que se interconectam de formas distintas entre espaços e tempos da acumulação. Ao passo que efeitos dos fenômenos econômicos, sociais e políticos transbordam através do sistema de acumulação, a "cada crise o processo de acumulação volta a depender significativa e criticamente de um grande aumento da superexploração e da chamada acumulação primitiva" (p. 50). Em vista disso, há uma relação coconstitutiva em sua análise entre irregularidade, formas e relações sociais de produção da acumulação primária, mas também entre essas diferenças e a diversidade de composição, lutas e interesses de classe (p. 51), o que proporciona situar, nessa estrutura desigual do capitalismo, limites, bem como perspectivas e horizontes distintos sobre processos políticos e democráticos.

Compartilhando da visão sistêmica do capitalismo e da compreensão da universalidade da relação centro-periferia na história do capitalismo, Ruy Mauro Marini (1973) questiona a ausência, na obra de Frank, das especificidades dessa relação ao longo das transformações do capitalismo (p. 4). Assim, sua obra possibilita identificar, em diálogo com o conceito de imperialismo capitalista de Ellen Wood, formas de desigualdade e exploração dentro da lógica capitalista de reprodução durante o marco histórico do desenvolvimentismo. O conceito central de sua análise é o da superexploração do trabalho. É a partir dele que Marini traça a especificidade da dependência, configurada em meados do século XIX com a consolidação do capitalismo

[19] Embora Frank (1997) destaca que "o mais geral e importante exemplo da acumulação capitalista do capital sobre a base, em parte, da acumulação primitiva através de relações 'não-capitalistas' é a produção e reprodução (literalmente falando), que o capital não paga, realizada pela esposa e pela mãe dentro da família burguesa e operária!" (p. 30), foram as feministas, como será abordado, que colocaram a questão da reprodução social, do cuidado e da divisão sexual do trabalho no centro da análise sobre o capitalismo.

[20] Essa perspectiva é importante para afastar a compreensão de que a escravidão foi algo não capitalista, ou em descompasso com o capitalismo. Da mesma forma, abre a possibilidade para compreender como relações recentes como o colonato e formas de trabalho análogas à escravidão (rural, mas também urbana, a exemplo da indústria têxtil e do comércio, que empregam imigrantes latino-americanos, asiáticos e africanos) também são inerentemente capitalistas.

industrial e com as independências das nações latino-americanas, e orienta o exame das transformações capitalistas subsequentes no continente. Superexploração do trabalho, dessa forma, se define, em sua obra, pelas formas de negar "ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho" (p. 13).[21] E sua relação com a particularidade histórica da dependência se relaciona a como, na divisão internacional do trabalho, o deslocamento da exploração no centro capitalista do mais-valor absoluto para o relativo, necessário à industrialização, se fundamentou na superexploração do trabalho na periferia (p. 5), logo, possibilitando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores no centro, reduzindo os conflitos de classe e servindo de causa contra-arrestante para a tendência da queda da taxa de lucro no capitalismo industrial.[22]

Essa dinâmica se perpetua e se intensifica ao longo das transformações do capitalismo por meio da manutenção das trocas desiguais, em que "as leis de mercado" são violadas pela capacidade monopolista do centro industrial de manter o valor de seus produtos sobrevalorizados, comparativamente aos da periferia, de modo que a contratendência disponível ao capitalista periférico seria a intensificação da exploração do trabalho, contraditoriamente, reduzindo o valor das unidades da mercadoria que produzem (p. 9). Os ciclos produtivos na América Latina teriam reproduzido essa relação, mesmo com a industrialização da periferia, condicionada pela estratificação dos mercados internos, em que os trabalhadores não consomem os produtos da indústria nacional – portanto, podem ser sempre alvo da superexploração[23] –, mas sim as classes altas, intensificando-se a concentração de renda, exploração e desigualdade de classes (p. 19).

A superexploração do trabalho, assim, reproduz uma hierarquia entre centro e periferia que se reflete na redução das tensões entre classes, mas também antagoniza a

---

[21] A superexploração do trabalho pode operar das seguintes formas de acordo com Marini (1973): pela redução do fundo de consumo abaixo dos limites para a reprodução da força de trabalho; pelo mais valor-absoluto com a extensão da jornada de trabalho a níveis extenuantes; e a intensificação do trabalho, de forma que o desgaste a que o trabalhador é submetido encurta sua capacidade de trabalho ao longo da vida (p. 13). A característica central é, então, uma exploração física, o que a separa da categoria tradicional de mais-valor absoluto, uma vez que envolve, além do aumento do trabalho excedente, também a redução do trabalho necessário (p. 33).

[22] Isso ocorreria tanto pela redução dos custos de reprodução do trabalho, quanto pela redução do capital constante, por meio de produtos para subsistência e matérias primas baratos produzidos pela periferia (MARINI, 1973, p. 9).

[23] Marini (1973) explica essa independência da produção industrial sobre os salários do proletariado, diversa da condição da produção no centro, em razão de que o valor do produto industrial não determinaria o valor da força de trabalho: uma vez que não consomem as mercadorias, elas não incidem sobre o fundo de consumo do trabalhador, o que não exige o aumento da produtividade, a fim de reduzir o preço da mercadoria, logo dos salários; e, como não consomem, a realização do mais-valor não depende dos salários, mas da concentração de renda pelas classe dominantes que sempre foram o mercado consumidor dos produtos industrializados na periferia (p. 22).

relação intraclasse. Se no centro, o aumento dos salários e a manutenção dos lucros se ancorou no mais-valor relativo, na periferia, o lucro se manteve pelo seu desvinculamento em relação à necessidade de realização do mais-valor pelos salários, reduzindo o poder da classe trabalhadora. Em ambos os casos, teria sido a superexploração que serviu como meio de apaziguar ou conter o conflito. No entanto, os interesses dos trabalhadores do centro, nesse acordo entre capital e trabalho, passam a entrar em choque com os interesses das classes subalternas da periferia.

Um outro deslocamento dos conflitos sociais sob a relação centro-periferia, foi identificado por Francisco de Oliveira ([1972] 2003a). Embora não faça parte do grupo que comumente é caracterizado de teóricos marxistas da dependência e ele mesmo tenha trabalhado com Celso Furtado, sua abordagem marxista traz aproximações importantes com o conceito de superexploração, mesmo que não o utilize, e amplia a crítica às teorias da dependência cepalinas sob novas perspectivas que se conectam as interpretações de Frank (1977) e Marini (1973). Entre as diversas reflexões argutas e autênticas de *Crítica à Razão Dualista*, uma delas traz elaborações políticas indispensáveis para a discussão aqui proposta, ao problematizar a luta de classes e entre frações de classe na teoria da dependência de uma perspectiva interna aos países periféricos: Oliveira põe em evidência a periferia da periferia.

A acumulação primitiva, para Oliveira, é uma relação estrutural que constitui a periferia, não só como gênese, nem apenas como dependência em relação à expansão do centro; é um processo de expansão da periferia "por elaboração de periferias" (p. 29). Esse desenvolvimento "desigual e combinado" típico do capitalismo, assume a forma paradoxal da imbricação constitutiva entre o arcaico e o novo, o "atraso" e o "moderno", na periferia capitalista:

> [a] 'especificidade particular' de um tal modelo [de expansão capitalista na periferia] consistiria em reproduzir e criar uma larga 'periferia' [interna] onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (OLIVEIRA, [1972] 2003a, p. 46-47).

Da mesma forma que a acumulação primitiva é constitutiva do capitalismo em um nível sistêmico, essa relação estrutural se reproduz internamente nos países periféricos. Se a superexploração é uma dinâmica que se reproduziu nesses dois níveis de forma estrutural, Oliveira expande sua compreensão ao incorporar aspectos não capitalistas na

especificidade histórica do período do desenvolvimentismo, destacados por Frank de forma geral e ausentes na obra de Marini. Assim, ao mesmo tempo em que a superexploração seria condicionada pela lógica interna do capital, ela se sustentaria também pela lógica "externa" de sua expansão, a acumulação primitiva. Nesse sentido, Oliveira explora formas contemporâneas de (re)introdução de relações "novas" no "arcaico" e de reprodução de "relações arcaicas no novo" (p. 39).

Dois setores da economia centrais nessa relação foram a agricultura e o de serviços, para Oliveira. O pacto desenvolvimentista com a agricultura, enquanto deslocou os proprietários de terras do centro do poder, concedeu à essa fração de classe a possibilidade de manutenção do padrão "primitivo" da exploração da força de trabalho (p. 30)[24] – pela exclusão do trabalhador rural da cidadania regulada, nos termos de Santos (1979). Isso possibilitou criar um exército de reserva pelos migrantes nos centros urbanos e reduzir os preços dos alimentos pela redução dos custos de reprodução do trabalho rural, consequentemente, influenciando a desvalorização dos salários urbanos – condições necessárias à expansão industrial na periferia capitalistas brasileira. Portanto, "por detrás dessa aparente dualidade, do atrasado e moderno, existe uma integração dialética" em que o "não capitalismo" é condição de existência e expansão do "capitalismo" periférico (p. 32).

De modo semelhante, o setor dos serviços também envolveu a criação de uma nova periferia urbana, como forma de absorver a força de trabalho, criar um exército de reserva para indústria, mas, principalmente, sustentar a expansão industrial pela precarização do trabalho nessas atividades do terciário sem que o setor industrial tivesse de destinar parte do capital industrial para a capitalização desse setor necessário à realização de mais-valor e à reprodução social urbana (p. 38). Esses novos serviços – como o comércio de produtos industriais de baixo custo, construção de moradias,

[24] Esse padrão de exploração envolveu processos de acumulação primitiva pela expansão das terras cultiváveis de formas distintas no Brasil que destoam do padrão histórico da expropriação dos trabalhadores dos meios de produção no centro capitalista: a expropriação não foi da propriedade, mas do "excedente que se forma pela posse transitória da terra", instrumento da expansão das fronteiras internas e externas do latifúndio agrário (OLIVEIRA, [1972] 2003a, p. 29). Assim, a expansão das fronteiras ocorre por meio da utilização de relações produtivas não capitalistas, em que o trabalhador rural produzia para sua própria subsistência e para venda dessa mercadoria no mercado doméstico, reduzindo o valor dos produtos para reprodução da força de trabalho rural e urbana, ao mesmo tempo em que esses cultivos expandiam o espaço cultivado dentro do latifúndio, onde o trabalhador também participava da produção, garantindo aos proprietários a expansão da produção sem aumento dos custos do trabalho. Essas condições só se tornaram possíveis pelas elasticidades da oferta de terra – expansão interna e externa das terras cultiváveis, marcada pelo extrativismo dos recursos naturais, sob controle dos grandes proprietários – e de trabalho – em razão da histórica concentração de terra no Brasil (p. 30).

manutenção dos automóveis etc. – foram realizados de forma horizontal, proliferando-se pela cidade, cuja característica foi o uso intensivo da força de trabalho, remunerada por valores baixos, o que representou a apropriação de mais-valor para os setores capitalistas, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho e pela desresponsabilização dos setores "capitalistas" por essas atividades que compõem o ciclo de acumulação. Assim, esforços comunitários de produção habitacional como os mutirões, a propagação de ambulantes, camelôs e feiras nos centros urbanos e o "talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários" – os prestadores de serviço informais "autodidatas" ou desempregados da indústria – representaram, para além da manutenção de práticas não capitalistas nas cidades, as condições de possibilidade do desenvolvimento do capitalismo periférico, pela criação de sua própria periferia (p. 45).

Essa lógica dual se materializa e se reproduz na forma característica de expansão urbana nacional, em que a oposição entre periferia e centro é necessária para expansão do mercado imobiliário atrelada a reprodução do capital. A segregação socioespacial espraiou a cidade para cada vez mais longe, num processo que exigia do poder público a expansão da infraestrutura urbana necessária para a realização da especulação imobiliária em novos espaços, ao mesmo tempo em que forçava a população subalterna para cada vez mais para longe do centro, para regiões onde imperou a autoconstrução e, logo, o barateamento da reprodução da força de trabalho para o centro da cidade (KOWARICK, 1979).

São as mesmas dinâmicas que partiram de uma condição histórica particular e se transformam em novas relações estruturadas, mediadas pelas lutas de classe e intraclasse ao longo do tempo, que Oliveria (2003b) identifica mais recentemente no processo de informalização da economia, característico da formação social do ornitorrinco brasileiro (p. 89). Essas novas formas de trabalho que desvinculam o capital variável do salário adiantado pelo capitalista, portanto, que deixam de ser custo produtivo e se tornam apenas mais-valor relativo, seriam o "lado contemporâneo não-dualista da acumulação de capital na periferia", pelo qual o capital incorpora a informalidade no seu ciclo produtivo (p. 89-90). De forma um tanto presciente, Oliveira expande a noção de informalidade para o trabalho não remunerado, cuja exploração é mediada por novas formas tecnológicas – o exemplo que utiliza é o acesso pelo consumidor a serviços bancários pela internet e caixas eletrônicos que substituiu o trabalho dos bancários, mas sua interpretação pode facilmente ser estendida para as atividades de *data-mining* nas redes sociais pelos usuários (p. 90).

Outro ponto importante na análise de Oliveira ([1972] 2003a) que dialoga com esse processo de mediação das transformações estruturais capitalistas é o papel que ele atribui à luta de classes, à política e à ideologia nessas mudanças do capitalismo periférico. Sem assumir uma perspectiva teleológica ou determinista, defende que as transformações estruturais do "subdesenvolvimento" periférico foram uma "possibilidade definida dentro dela mesmo", cujas condições foram condicionadas pela relação estrutural centro-periferia, mas foram mediadas e estabelecidas por meio da luta de classes e a dominação política (p. 41). Assim, identifica o populismo dos anos 1930 como a ideologia de uma fração de classe em luta por hegemonia que teria realizado uma "revolução passiva", aos moldes gramscianos, em um pacto desde cima, pelo deslocamento e conservação do poder das antigas frações hegemônicas, com reformas sociais seletivas, mas sustentadas pela exploração aos moldes do passado ressignificado. Da mesma forma, considera a Ditadura Militar de 1964, mais especificamente a partir de 1967, como contrarrevolução, que solucionou provisoriamente as contradições estruturais e políticas do período anterior (1957-1962) por meio de um desenvolvimentismo que decidiu desvelar sua posição de classe e conter os antagonismos propulsionados estruturalmente pela coerção (p. 72).[25] Nesse sentido, a contrarrevolução periférica, se afastando da alternativa neoliberal em luta por hegemonia no centro capitalista (implementada no Chile, esboçada com Roberto Campos no Brasil e posta em marcha nos EUA e na Grã-Bretanha quase uma década depois), teria sido imposta pelo próprio desenvolvimentismo que se reestruturou na década de 1970, mantendo formas de acumulação primitiva – aos moldes dos mega projetos dos militares –, mas, cada vez mais, ancorado na superexploração do trabalho, formal e informal (p. 70), em um momento em que o sistema financeiro inicia seu processo de ascensão.

Como será abordado neste capítulo e no capítulo 5, essas relações centro-periferia se transformaram estruturalmente ao longo do tempo – a exemplo do papel da dívida nas formas de exploração do trabalho remunerado, informal, comunitário, mas também

[25] Oliveira ([1972] 2003a) identifica as contradições estruturais e políticas do período 1957-1862 na dependência do superexcedente extraído pelo aumento da exploração do trabalho como forma de inversão nos ramos da indústria de ponta (p. 68). Esse imperativo para expansão capitalista, ancorado historicamente na dualidade constitutiva da periferia, intensificaria suas contradições estruturais, mas também políticas, com o aumento nos custos de reprodução social dos componentes urbanos, intensificando a exploração do trabalho formal, que também fazia parte do pacto hegemônico da "cidadania regulada". A luta de classes, contida pela exploração, poderia se unificar naquele momento em torno de interesses comuns. O poder político só resolveria essa situação, após tentativas austeras mal-sucedidas de combate à inflação (tanto no governo Goulart, com Furtado, quanto no Castelo Branco, com Campos), quando os militares adotam um combate inflacionário seletivo, sustentado pela violência, em benefício das classes dominantes e em detrimento das subalternas (p. 60-69).

mediado pelo Estado, por meio dos programas de assistência social, utilizados como garantia de crédito, no capitalismo financeirizado (GAGO; MEZZADRA, 2015). E essas mudanças foram mediadas por projetos políticos distintos ao longo do tempo, seja na periferia ou no centro capitalista. Todavia, essas transformações estruturais mediadas do capitalismo envolveram deslocamentos, ressignificações, recriação de hierarquias típicas da relação centro-periferia para distintos espaço-temporalidades, introduzindo, inclusive, relações historicamente típicas da periferia no centro capitalista. Essas transformações não podem ser compreendidas sem que se considere como as hierarquias centro-periferia foram mobilizadas e ressignificadas politicamente, mas também como foram reestabelecidas estruturalmente no capitalismo por meio de seu deslocamento no espaço e no tempo, interna e externamente, nos polos dessa relação. Assim, o conceito de acumulação primitiva transmutado em sua contemporaneidade serve de referência para apreender como, nas crises, essas hierarquias são meios estratégicos e contra-arrestantes de lidar com suas contradições. Em última análise, essas condições estruturais, mas também as formas de mobilização política dessas hierarquias, colocam a relação centro-periferia como central para se compreender os limites do capitalismo sobre a democracia.

O deslocamento de raça:

A questão da raça, embora presente no capítulo 24 de *O Capital*, foi retomada pelos teóricos que, situados em sociedades periféricas, experienciavam, subjetiva e objetivamente, formas de opressão que excedem as explicações pelas lentes teóricas de classe. Ao aprofundarem processos históricos levantados por Marx, como o sistema violento de dominação colonial, o tráfico de escravos, o modelo escravista de monoculturas intensivas e o enriquecimento e dependência das metrópoles em relação a essas formas de exploração, C. L. R. James ([1938] 2010) e Eric Williams (1944) posicionaram essas formas de opressão colonial e os negros escravizados no centro da análise da formação do capitalismo. Assim, os autores aprofundaram a análise histórica iniciada por Marx, mas também deslocaram a centralidade da acumulação primitiva do que se passava na Europa para o que os europeus fizeram na África e nas Américas. E mais: voltaram-se para o papel das coletividades escravizadas e racializadas na história do capitalismo. Do ponto de vista das transformações nas condições materiais e sociais, isso passa por identificar como o processo originário de acumulação de capital esteve intimamente relacionado às colônias e à escravidão, como havia uma dependência

econômica estrutural das classes capitalistas e dos Estados em relação às colônias e como o novo sistema capitalista industrial que surgiu foi financiado, estimulado e construído a partir da violência, exploração e opressão raciais.

Nesse sentido, o comércio triangular[26] foi, ao mesmo tempo, uma fonte de acúmulo de riqueza sem precedentes para o Estado e novas classes capitalistas (comerciais, coloniais, financeiras e manufatureiras), tornou as metrópoles dependentes desse sistema de exploração colonial e da escravidão e financiou o surgimento das novas indústrias, durante a revolução industrial (JAMES, ([1938] 2010, p. 60; WILLIAMS, 1944, p. 52). Williams rastreia essas conexões entre exploração colonial e racial e a nova indústria pela identificação de como os "proprietários coloniais ausentes" participaram, primeiro, na revolução agrária na Inglaterra (pela compra de terras e investimentos dos lucros coloniais no melhoramento) e depois "forneceram parte do enorme desembolso para a construção das vastas plantas [industriais] para atender às necessidades do novo processo produtivo e dos novos mercados" (p. 98). Mas também observa como os novos bancos e seguradoras teriam sido construídos a partir das fortunas obtidas com o tráfico de escravos, de modo que o nascente sistema financeiro, que financiou as novas indústrias, estava estreitamente associado ao comércio triangular (p. 100).

Essa dependência econômica do comércio de escravos, da escravidão e da exploração colonial se refletiu politicamente de diversas formas. Na França, os conflitos internos à Revolução Francesa expuseram as contradições entre os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a manutenção das coloniais e da escravidão, durante os debates e disputas entre as frações da burguesia (formada também pela burguesia marítima que lucrava com o comércio triangular) no parlamento. À tomada de poder, seguiu o choque da realidade econômica para os abolicionistas que precisaram relativizar a extensão dos direitos dos homens a uma mínima quantidade de mulatos livres em São Domingos (JAMES, ([1938] 2010, p. 64-77). Da mesma forma, com a ascensão de Napoleão ao poder, o interesse nos lucros exuberantes do período absolutista orientou a tentativa de se estabelecer uma aparentemente paradoxal restauração (das colônias e da escravidão que haviam sido extintas durante o período jacobino) no ânimo revolucionário

[26] O comércio triangular se estruturava em rotas que interligavam Europa, África e as Américas. A primeira rota, entre Europa e África, se efetivava pelo comércio entre negros capturados e escravizados na África por manufaturas das metrópoles. Em seguida, os negros e negras africanos eram traficados para as colônias e trocados por insumos das plantações intensivas coloniais e metais preciosos, que irrigavam os mercados das metrópoles e depois eram processados pelos capitalistas em ascensão, iniciando um novo ciclo de escoamento dos produtos manufaturados e da agricultura doméstica para África e colônias (WILLIAMS, 1944, p. 52).

(p. 247). Na Inglaterra, a defesa do fim do tráfico e da escravidão ora foi propulsionada pelas disputas monopolistas pelos mercados coloniais – como forma de enfraquecer as potências concorrentes diante dos altos custos produtivos de suas colônias – (WILLIAMS, 1944, p. 135), ora foi contida quando algum mercado obtido ainda se apresentava lucrativo – como quando os ingleses invadiram São Domingos durante a Revolução Francesa (p. 149). Mesmo após o domínio britânico do comércio internacional e a imposição do fim do tráfico (em 1807) e da escravidão (em 1833), os ingleses mantiveram posições ambíguas e seletivas sobre a escravidão, a fim de não melindrar seus parceiros comerciais no Brasil, EUA e Cuba (p. 169).

A introdução da perspectiva racial no processo de acumulação primitiva foi importante como contraposição à concepção emancipatória do capitalismo, em que os imperativos auto-expansivos do capital romperiam as barreiras tradicionais das hierarquias de *status*, mas também de raça. Se a obra de Williams ainda traz, em alguma medida, essa perspectiva, ao atribuir o fim da escravidão às transformações das condições materiais e sociais de produção na Grã-Bretanha, que viu na "humanidade lucrativa" (p. 170) uma forma de acabar com os monopólios coloniais e tornar o mundo inteiro em uma colônia britânica (p. 142), James ([1938] 2010) posiciona o poder dos negros (e também das massas trabalhadoras) no centro da análise, em oposição a uma história de submissão e passividade. Assim, a história da Revolução Haitiana e do fim da escravidão é centrada tanto nas figuras dos líderes e ex-escravos Dessalines e, principalmente, Toussaint, quanto na força de resistência e nas qualidades dos povos negros. Do mesmo modo, em oposição a uma interpretação universalista dos princípios igualitários da Revolução Francesa que teria sido encampada pela burguesia, James destaca o papel das massas francesas na extensão dos direitos liberais aos povos coloniais, em confronto com a "aristocracia de pele" (p. 124). Esse deslocamento em relação aos sujeitos da história, realizado por James, refletia a permanência da exploração capitalista e imperial, ancorada na hierarquia racial no Continente africano, e os limites de não se perceber essas formas contextualizadas de exploração em projetos emancipatórios (p. 342).

A introdução das hierarquias raciais e dos sujeitos racializados nas análises do capitalismo possibilitou estender a interrelação entre racismo e capitalismo para além do processo de formação da acumulação primitiva. Ou melhor, possibilitou compreender a acumulação primitiva e o racismo não só como um estágio inicial do capitalismo, mas como uma dinâmica própria dos processos de expansão do capital. Por conseguinte,

ampliou e contextualizou tanto os sujeitos e coletividades na luta de classes, quanto os novos horizontes emancipatórios, em que a questão racial passa a ser incontornável.

Esses efeitos teóricos, mais tarde, se desdobraram em interpretações sobre, por exemplo, a situação dos povos africanos em um contexto de universalização do capitalismo – problemas tradicionalmente marginalizados acadêmico e politicamente nos centros hegemônicos. Assim, novas categorias e adaptações foram elaboradas, a fim de se estabelecer teoricamente a relação entre raça e classe, tendo como referência a acumulação primitiva. Não é à toa que a primeira grande crise do capitalismo moderno, que implicou o fim do império de portas abertas hegemonizado pelo Reino Unido, se traduziu politicamente na Conferência de Berlim em 1884, quando as potências capitalistas repartiram o Continente africano sob suas esferas de influência e dominação, intensificando um novo ciclo de acumulação primitiva que caracteriza o período imperialista, em que a diferença e "inferiorização" de raça foi mobilizada ideologicamente – fundamentada não mais na moral, mas principalmente nas teorias biológicas pseudocientíficas do positivismo – como forma de legitimar, aos olhos do centro, a violência e exploração a que os povos africanos foram submetidos (ALMEIDA, 2019, p. 21).[27]

No contexto de ebulição das lutas e dos processos de descolonização no Continente africano, que indicavam o fim do imperialismo clássico, Frantz Fanon (1968) destaca como o capitalismo imperialista nas colônias representou um novo fenômeno histórico que não podia ser compreendido pela aplicação direta das categorias marxianas tal como elaboradas por Marx. Do mesmo modo em que classe e raça se fundem como forma de dominação, sustentada pela violência, exploração e acumulação de riqueza (p. 29), a definição do limite espacial e temporal do capitalismo como pré-capitalista, impossibilitaria apreender que a construção das sociedades coloniais se deu não pela oposição de classe, mas de raça, entre estrangeiros e os outros de pele negra. O que é externo ao capitalismo seria também constitutivo e constituído pelo próprio capitalismo. Desse modo, Fanon problematiza a ideia de universalidade capitalista, que não percebe sua "singularidade admitida como absoluta" que nega, violenta, segrega e transforma

[27] É interessante notar como racismo e periferia não podem se restringir a apenas uma dinâmica global entre nações e países. As periferias e raça compõem hierarquias constituídas em um nível global, mas também em níveis regionais e locais. Nesse sentido, a obra de Manoel Bomfim, A América Latina: males de origem ([1903] 2008) é uma referência de como o racismo teórico permeia novas fronteiras e divisões, criando marginalidades e periferias, que são internas a projetos políticos de emancipação das periferias globais e regionais.

todas as diferenças e barreiras encontradas em seu caminho (p. 30). Daí, sua defesa revolucionária dos processos de descolonização que deveriam passar impreterivelmente pela violência e pela eliminação desse "eu" colonial que só existe em negação do outro subjugado. Em sua obra, são os povos africanos, principalmente, os camponeses subalternizados, os sujeitos revolucionários do século XX.

Embora sua obra, em um primeiro momento, pareça refletir a singularidade histórica da condição das nações africanas no contexto de descolonização e lutas por independência, as questões levantadas por Fanon se estendem para além dessa especificidade histórica e geográfica. As questões da opressão, subalternidade e hierarquias relacionadas à raça assumem uma universalidade quando se percebe como raça é uma categoria central na definição das fronteiras típicas do processo histórico de formação e desenvolvimento da acumulação capitalista. Desse modo, a relação centro-periferia pode contribuir para identificação dessa universalidade latente em Fanon. Ao mesmo tempo em que ela é fundante do capitalismo e das formas modernas de racismo e hierarquização de raça, com "a descoberta do novo mundo" (ALMEIDA, 2019, p. 17), sua especificidade se transforma na história, juntamente com as concepções de raça, o que não significa que a relação centro-periferia determine todas as formas de racismo. Todavia, essa relação e suas margens que a caracterizam, bem como as opressões raciais que nelas ocorrem, ajudam a compreender dimensões comuns que confluem nas periferias, as atravessam internamente, mas que também alcançam o centro capitalismo, refletindo-se em suas respectivas periferias internas.

Por outra via, Walter Rodney ([1972] 2018), após a descolonização da maioria dos países africanos, se insere no debate do pós-Segunda Guerra sobre o desenvolvimento econômico e o neocolonialismo, retomando a discussão sobre o papel do colonialismo e do imperialismo no desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, ao propor de forma reversa o argumento de que o capitalismo foi também quem subdesenvolveu a África. Em sua análise, o autor põe em xeque a concepção linear, teleológica e universal de desenvolvimento do capitalismo (p. 100), descentrando o caminho europeu como referência. Ao mesmo tempo que problematiza o conceito de desenvolvimento para além da dimensão econômica e revitaliza a história do desenvolvimento das sociedades africanas antes da tragédia que foi o contato com os europeus (cap. 2), ressalta como desenvolvimento e subdesenvolvimento só podem ser compreendidos por uma via relacional, em que um constitui o outro (p. 103), como nos argumentos das teorias marxistas da dependência. Portanto, só haveria desenvolvimento nos países capitalistas

pela condição imposta – pela exploração, subjugação, e dominação – aos povos africanos, em uma relação de dependência estrutural mútua (p. 56). Isto é, o desenvolvimento do centro dependeria da produção de subdesenvolvimento; a expansão depende da reconfiguração de suas fronteiras externas. Além disso, o meio de expansão do capitalismo que seria inerentemente econômico teria se racializado ao longo da história, pela necessidade econômica de exploração do trabalho africano, de modo que a opressão, inevitável à (super)exploração, se tornou racial e "indistinguível da opressão por razões econômicas" (p. 118). Nesse sentido, raça e classe passam a ser inseparáveis para compreender não só a formação, mas também o processo de expansão e desenvolvimento no capitalismo nas múltiplas periferias.

Como será abordado neste capítulo, essa fusão de raça e classe nas formas de opressão e exploração capitalista, ressaltada por Fanon e Rodney, não significa uma identidade fixa entre os dois eixos de desigualdades, nem que raça ou classe como categorias se encerram uma na outra, ou que se constituem sempre a partir de uma mesma estrutura social em todos os contextos sociais. Embora classe seja uma categoria associada à economia ela também é política, ideológica e cultural. Formas de consciência e identificação de classe são constituídas na experiência concreta como parte do processo de acumulação, no conflito e mobilização política enquanto coletividade (WOOD, 1998; 2006), mas também por modos de distinção social culturais, baseadas em outros tipos de capitais como o simbólico (BOURDIEU, 1989; 2007). De forma semelhante, raça também se desdobra concreta e simbolicamente por essas múltiplas estruturas constitutivas – cultura, linguagem, *status* social, ideologia e instituições políticas (GONZALEZ, 1984; GUIMARÃES, 2002; ALMEIDA, 2019). Assim, as hierarquias sociais estabelecidas por classe e raça não se restringem a formas de experiência individuais ou coletivas relacionadas ao processo de acumulação, embora este seja fundamental para as compreender. Como relações sociais, ambas são construções históricas mutáveis de acordo com as transformações das ordens sociais em que se estabelecem, mas tanto raça quanto classe carregam características fundantes relacionadas ao processo histórico de formação do capitalismo (FEDERICI, 2023, p. 214; GUIMARÃES, 2002, p. 76; WOOD, 1998, p. 38-39). Portanto, embora possam assumir formas históricas em que exista uma identidade entre elas, como destacam Fanon e Rodney, o importante para este trabalho é compreender como classe e raça são relações sociais que se atravessam, de forma que indivíduos e grupos que se situam em ambas as estruturas de desigualdade experienciam trajetórias de vida em que privilégios ou

desvantagens se convergem na intersecção entre essas hierarquias que constituem as formas de sociabilidade e existência dos sujeitos no capitalismo.

De forma inversa, as desigualdades que raça e classe estruturam podem ser, e foram, mobilizadas, política e materialmente, nas sociedades como hierarquias opostas e antagônicas entre si, como forma de dominação de classe. Ou melhor, as desigualdades distintas de classe, como raça – mas também gênero, discutida na próxima seção –, serviram como forma de constituir diferenciações e hierarquias internas à classe. Isto posto, ao mesmo tempo em que impediu a solidariedade desses grupos subalternos enquanto unidade que reúne essas múltiplas experiências opressivas em sua totalidade, também foi utilizado instrumentalmente como meio de intensificar as formas de exploração que atravessam todas essas hierarquias, mesmo que por mecanismos e intensidades distintas. Isso ocorreu como processo inerente à formação do capitalismo, na acumulação primitiva, em que povos originários, negras e negros escravizados e mulheres camponesas e proletárias eram superexplorados, possibilitando reduzir os custos de reprodução social e, por consequência, deprimir o valor da força de trabalho dos trabalhadores europeus (FEDERICI, 2023, p. 119 e 210).

Todavia, a acumulação primitiva não é uma característica somente da gênese capitalista e essa relação entre hierarquias também foi mobilizada em outras formações sociais capitalistas mais atuais. Um exemplo foi a dependência das conquistas por direitos e melhores condições de vida dos trabalhadores do centro capitalista em relação à violenta exploração colonial imperialista no Continente africano e à superexploração do trabalho na América Latina (MARINI, 1973; RODENY, [1972] 2018, p. 58).[28] Os salários mais baixos pagos a mulheres, negros e negras, ou imigrantes no centro capitalista, em razão do sexismo ou racismo, que pressionam os preços dos salários para baixo, inclusive dos trabalhadores formais brancos, sob efeito da ampliação da superpopulação relativa, é outro exemplo (ALMEIDA, 2019, p. 113). Essa relação que opera pela introdução de hierarquia sociais internamente à classe, opondo a solidariedade à competição desigual, complexifica o conceito de superexploração do trabalho e inclui na relação constitutiva entre “atrasado” e “moderno” um recorte de raça, como no impacto que raça teve sobre os trabalhadores negros, no início do século XX no Brasil, pela competição com os

[28] O ponto aqui levantado não diminui a importância da luta dos trabalhadores nos países centrais, seja no sentido de conquista reais fundamentais, seja como causa dessas conquistas. A questão problematizada é como formas distintas de hierarquia são mobilizadas politicamente e realocadas estruturalmente no processo de acumulação capitalista geral.

trabalhadores brancos – principalmente imigrantes europeus – nos centros urbanos, impondo aos negros barreiras à "emancipação capitalista" após a abolição formal da escravidão (FERNANDES, [1972] 2013). Mas essa relação também não é restrita ao capitalismo periférico. As periferias e hierarquias de raça se constituíram em países do centro capitalista como os EUA, em que a exploração do trabalho marcado pela hierarquia de raça foi estrutural para a economia dos estados do Sul, e igualmente do Norte (DU BOIS, [1935] 2017). Por fim, os conflitos raciais e de gênero, mobilizados em momentos e lugares distintos durante a contrarrevolução neoliberal e sua hegemonia, são desdobramentos recentes dos movimentos da acumulação primitiva que se refletiram nos ataques a direitos sociais e demandas de minorias (BIROLI, 2018; 2020; COOPER, 2024).

O deslocamento de gênero:

Outra crítica fundamental ao pensamento marxiano e marxista foi elaborada pelas teóricas feministas. As distensões provocadas pelo feminismo, mais que aprofundar teoricamente o conceito de acumulação primitiva, desvelaram omissões analíticas de partida. Apesar das diferenças entre perspectivas internas ao feminismo, um ponto em comum é o reconhecimento da ausência da discussão dos papeis diferenciados de gênero na reprodução social, ocultando as formas de opressão da divisão sexual do trabalho nas análises sobre o capitalismo na tradição marxista (BIROLI, 2018, p. 26).[29] A crítica à primazia de classe sobre outras desigualdades, levou a posições distintas no feminismo, desde uma concepção do patriarcado como um sistema de dominação independente do capitalismo (p. 27), a compreensões mais nuançadas sobre como desigualdades de gênero, classe e raça são categorias relacionais e sobrepostas concretamente, impactando mulheres de forma diferenciada (BIROLI, 2018; DAVIS, [1981] 2016; GONZALEZ, 1984).

Uma obra importante, mais próxima destas últimas perspectivas, e que retoma o conceito de acumulação primitiva, é o livro de Silvia Federici (2023), *Calibã e a Bruxa*. Nela, Federici discute de um ponto de vista histórico e teórico como as desigualdades e a hierarquização de gênero – mas também de classe, raça e da relação centro-periferia – são

[29] Uma exceção clara, até meados do século XX, dentro da tradição marxista é a obra de Aleksandra Kollontai. Para uma perspectiva histórica da ausência ou marginalidade das questões de gênero na tradição política e teórica vinculada ao marxismo, ver Geoff Eley (2005).

inescapáveis para compreender o processo de formação do capitalismo e suas contradições atuais.

De modo semelhante à literatura até aqui abordada, Federici compreende o conceito de acumulação primitiva como um processo fundacional, relativo à gênese do capitalismo, mas também como processo "universal em cada fase do desenvolvimento capitalista" que é posto em marcha diante das crises, revitalizando e adaptando velhas estratégias, a fim de reestabelecer hierarquias ocultas (ou não) no processo de exploração do trabalho (p. 36). A acumulação primitiva é, portanto, um movimento interno de reestruturação das relações sociais capitalistas e um processo eminentemente político. Assim, a autora retorna, em seu livro, à história do capitalismo para elucidar o papel das mulheres e das transformações estruturais que impactaram suas existências em sua fundação, de modo que se possa desvelar aspectos universais dessas opressões ao longo da expansão capitalista. Ao mesmo tempo em que reinterpreta mudanças – estruturais, políticas e ideológicas – no ordenamento social e nas relações sociais de produção e reprodução, se volta para o corpo feminino como objeto de disputa política e de exploração capitalista.

A síntese de sua crítica feminista aos aportes teóricos que incorpora, de Marx e Foucault, é realizada justamente pela expansão do conceito de acumulação primitiva que elabora. Se esteve ausente em Marx a construção da divisão sexual do trabalho, a formação da ordem patriarcal e a alienação das mulheres sobre seus corpos, em Foucault falta uma concepção de poder situada na realidade material, lhe dando sujeitos e objetos; em ambos há omissões históricas em relação à repressão e violência perpetradas sobre as mulheres e ao fenômeno constitutivo da acumulação primitiva (e das práticas e tecnologias estatais do biopoder) em paralelo à separação dos trabalhadores de seus meios de produção e à escravização na África e América Latina, que foi a caça às bruxas empreendida na Europa e nas colônias.

Para Federici a transição para o capitalismo não pode ser compreendida como um processo de libertação do trabalhador, um progresso histórico expansivo que rompe suas barreiras. Ao contrário, o capitalismo teria sido uma contrarrevolução que criou e reestabeleceu novas barreiras e divisões, inclusive dentro da própria classe dominada, como as hierarquias de raça e gênero (p. 119). Essa contrarrevolução, em sua leitura, foi um longo processo de reações às lutas antifeudais – movimentos milenaristas, a heresia, as guerras camponesas e formas de resistências passivas e descentralizadas por todo canto – que se desdobraram a partir de inúmeras crises na Baixa Idade Média. As principais

crises que ameaçavam a correlação de forças sociais foram as populacionais e suas respectivas crises do trabalho, desencadeadas por circunstâncias históricas como a peste negra, mas também, com o passar do tempo, emergindo das próprias reações iniciais das classes dominantes em aliança (bispos, mercadores e senhores feudais) a crises e lutas anteriores que delas se originaram – como os cercamentos e a expansão colonial; a primeira gerando formas de resistência, mortes, pobreza generalizada e desorganização social e a segunda, a dizimação dos povos originários escravizados nas minas da América Latina, resultando na escassez de mão de obra e redução dos lucros comerciais das metrópoles.

Assim, além da separação dos trabalhadores dos meios de produção, liberando-os para exploração capitalista, e sua respectiva contraparte da coerção estatal, a fim de disciplinar e submeter essas massas às novas condições de vida no capitalismo, essa mesma separação entre produção e reprodução sociais, significou, não apenas a responsabilização do trabalhador pela sua reprodução social, mas também a descoletivização e a invisibilidade do trabalho reprodutivo para o uso. Como consequência, o trabalho que envolve todas as atividades intermediárias de regeneração cotidiana passa à esfera privada, mais especificamente, para esfera doméstica, perdendo valor social por não ser mercadorizado, quando não assume valor de troca. E mais: a reprodução geracional que havia se tornado central, diante das crises populacionais e do trabalho, passa a ser objeto de interesse político e econômico. Dessa maneira, a contraparte dessas transformações sociais foi igualmente à coerção estatal, contudo, orientada para a subjugação das mulheres ao trabalho reprodutivo desvalorizado socialmente em suas duas faces, cotidiana e geracional.

Federici nega uma idealização da vida das mulheres camponesas no período feudal e reconhece formas de subordinação de gênero, tanto aos trabalhadores, quanto aos senhores (p. 192). No entanto, argumenta que as condições de vida em comunidade asseguravam às mulheres certa autonomia sobre a natalidade e sobre suas condições econômicas, seja porque o trabalho, antes realizado em comum pelas mulheres das comunidades camponesas, lhes assegurava uma forma de apoio coletivo e o reconhecimento social do papel que exerciam, seja em razão de também trabalharem nas lavouras e deterem acesso aos bens comuns das terras comunitárias. A consequência das transformações sociais desencadeadas pela separação entre produção e reprodução social foram, portanto, ainda mais graves para as mulheres.

Esse processo de separação, do ponto de vista de gênero, significou o estabelecimento da divisão sexual do trabalho, possibilitando "um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado" (p. 146). Ao mesmo tempo em que a despossessão implicou para as mulheres a dificuldade de acesso ao trabalho remunerado, intensificada pela desvalorização do trabalho produtivo exercido por elas e pela responsabilidade de destinarem seu tempo para o trabalho não remunerado reprodutivo, completamente feminizado, também resultou na desvalorização da força de trabalho dos homens, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho, com a inclusão de um componente não remunerado realizado pelas mulheres em seu cálculo. Se para os homens significou o aumento da exploração sobre seu trabalho, para as mulheres envolveu, além da exploração do trabalho não remunerado – pelos trabalhadores e capitalistas –, a subordinação e dependência em relação ao salário dos homens, o que Federici chama de patriarcado do salário (p. 195). Assim, além do cercamento das terras comuns, teria ocorrido o cercamento social, que deslocou a reprodução da vida do comum para o privado e doméstico, o que se traduziu na transformação dos "bens comuns" disponíveis para a reprodução social: das terras comunitárias perdidas para o uso do corpo das mulheres como bem disponível para se obter os meios de sustento da reprodução básica da vida (p. 191).

Da mesma maneira em que a transição entre a expropriação dos meios de produção e a submissão do trabalhador ao mercado de trabalho capitalista não acorreu automaticamente, o deslocamento na esfera reprodutiva, do comum para o doméstico, também não. A destruição de modos de vida anteriores causou, assim como a desorganização social, formas de resistência e marginalidades que não se adequavam aos novos imperativos econômicos da criação e subjugação da mão de obra. Dessa forma, foram necessárias medidas de expansão, reprodução e divisão dos trabalhadores, bem como uma nova racionalização e moralização sobre o indivíduo e o(s) corpo(s), que representaram uma guerra violenta sobre as mulheres e os povos periféricos. As respostas a esse imperativo foram a escravização dos negros e negras africanos e o desenvolvimento de uma política orientada à reprodução da mão de obra, ambas sustentadas pelo desenvolvimento de uma ideologia sobre o domínio do corpo, que o transforma em máquina passível de controle – o que representou, para a classe dominante, o autocontrole

pela consciência de si e, para a classe dominada, a racionalização do controle de seus corpos pela classe dominante).[30]

Federici destaca como, nesse contexto em que os índices populacionais retraiam e o mercantilismo tinha como pressuposto econômico a magnitude populacional (trabalho) como causa da riqueza das nações, os Estados europeus passam a implementar políticas reprodutivas "orientada[s] a quebrar o controle que [as mulheres] haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução" (p. 174). Do ponto de vista institucional, foram estabelecidas novas disposições legais prevendo a aplicação de graves sanções sobre os crimes reprodutivos, os quais criminalizaram práticas comuns, antes permitidas ou desimportantes da perspectiva do poder público, como aborto, controle da natalidade, obrigatoriedade de informar sobre gravidez e partos às autoridades, infanticídio, entre outros (p. 174). Além disso, esse processo de criminalização envolveu o estabelecimento da responsabilidade jurídica das mulheres (estas passam a responder em seu próprio nome nas cortes por seus crimes); a marginalização das parteiras, que foram excluídas do acompanhamento reprodutivo com o surgimento da obstetrícia, predominantemente, uma ocupação masculina; e a proibição de várias práticas e conhecimentos comunitários sobre a saúde e métodos contraceptivos naturais, repassados por gerações entre mulheres das classes mais baixas (p. 177). Em suma, o corpo das mulheres lhes foi alienado como objeto político posto "a serviço da acumulação capitalista" (p. 178).

Como característica da acumulação primitiva, esse foi um processo violento, não só pela gravidade das sanções impostas pela política reprodutiva, ou pelos seus efeitos na condição de vida das mulheres das classes baixas – seja pela coerção econômica ou política – mas, principalmente, pela guerra às mulheres que se alastrou na Europa e se estendeu do final do século XV até o auge do capitalismo mercantil entre 1580 e 1630 (p. 297). A caça às bruxas teria representado esse momento extremo, comparável à escravidão, a dizimação dos indígenas e às expropriações dos trabalhadores. A conexão histórica entre o fenômeno e a acumulação primitiva, na análise de Federici, para além

[30] Essa separação entre racionalidade e corpo, ao mesmo tempo em que teria criado o indivíduo, estabeleceu o corpo como instrumento dessa individualidade em oposição à racionalidade (FEDERICI, 2023, p. 277). Esse deslocamento teria se refletido tanto na concepção do indivíduo capitalista que racionaliza suas ações, quanto no trabalhador que pode vender seu corpo como mercadoria, alienado de si – sua força de trabalho. Além disso, foi o que teria possibilitado a construção do selvagem, aquele que é caracterizado apenas pelo corpo. Federici vai mostrar como os sujeitos despersonificados na figura do selvagem no pensamento, nas artes e nos círculos sociais das classes dominantes foram os camponeses em luta, os nativos (ou calibãs) e negros, colonizados e escravizados, bem como as mulheres, em resistência e não submetidas, as bruxas (p. 203). Para um aprofundamento dessas transformações ideológicas pela filosofia, ciências e artes, ver capítulo 3 de Federici (2023).

do recorte temporal, está na luta antifeudal, em que as mulheres tiveram papel fundamental, uma vez que eram as mais afetadas pelas novas relações sociais que se estabeleciam, e na política reprodutiva, que buscava retirar o poder das mulheres sobre o controle da reprodução social. Tanto as práticas de insubmissão à nova ordem, quanto as de autonomia reprodutiva foram os principais alvos dos "julgamentos", torturas e sadismos, empreendidos pelos agentes da Igreja e do Estado.[31] Segundo Federici, a caça às bruxas teve como consequência o enfraquecimento das formas de resistência do campesinato; o aprofundamento das divisões entre homens e mulheres dentro da classe trabalhadora; a estigmatização e criminalização das mulheres não submissas e em resistência; e a destruição de "práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social" (p. 294).

Esse deslocamento de gênero que Federici realiza no conceito de acumulação primitiva é importante tanto para identificar a hierarquia de gênero como fundante do capitalismo, quanto para compreender como as fases do capitalismo também reincorporam e ressignificam essas hierarquias estruturalmente por meio de novos processos de acumulação primitiva. Além disso, Federici estabelece, analítica e historicamente, conexões e divisões entre as hierarquias discutidas neste capítulo e classe.

A exploração do trabalho reprodutivo das mulheres e a consequente desvalorização da força de trabalho feminina geram tanto oportunidades quanto desvantagens para os trabalhadores homens. Ao passo que lhes possibilitam certa independência e autonomia – quando comparadas com a situação de servidão e com a situação das mulheres – e foram utilizadas como instrumentos na luta pela melhoria de suas condições de vida – como nas demandas pelo salário familiar –, também representaram a garantia de sua exploração pelo aumento do mais-valor absoluto ou

[31] Federici (2023) destaca como essas práticas criminalizadas se relacionavam a formas de resistência e de perpetuação de modos de vida que ameaçavam a ordem social que se estabelecia, todas elas podendo ser interpretadas como desdobramentos das lutas de classe. Nesse contexto, foram perseguidas práticas como: formas coletivas de protestos, tratadas de uma perspectiva moral como características selvagens, pervertidas e irracionais, associadas ao excesso coletivo da sexualidade e da abundância alimentar dos banquetes (de outro ângulo, a liberdade sexual e o desejo por outros níveis de consumo); o controle reprodutivo pelas mulheres, associado ao controle da morte e da vida realizado pelas bruxas (o ataque à autonomia sobre o corpo feminino); a negação da submissão sexual ou resistência contra violências sexuais, em que homens acusavam as mulheres que lhes negavam serem violentadas por terem lançado "feitiços" contra sua "virilidade" (a negação da autonomia sexual); e resistências locais de mulheres, em sua maioria mais velhas e sem lugar na nova sociedade, que eram acusadas de crimes diabólicos quando em face da negação de ajuda ou esmolas, praguejavam e amaldiçoavam aqueles que lhes negavam assistência (a insubmissão da subalternidade) (p. 306-308).

relativo, a depender das fases do capitalismo, reduzindo o tempo despendido de trabalho necessário. Além disso, a desvalorização da força de trabalho feminina implica em pressões competitivas, relacionadas ao aumento da superpopulação relativa, exercidas sobre a capacidade de luta dos trabalhadores. Uma consequência histórica é a divisão interna da classe dominada pela antagonização de demandas das mulheres e dos homens, não apenas sobre a valorização dos salários, mas também sobre a esfera reprodutiva. Dessa forma, é possível relacionar demandas pela liberação sexual e autonomia reprodutiva à oposição de valores morais, de domesticidade e feminização do trabalho como centrais na luta de classe: gênero, ao mesmo tempo em que condiciona estruturalmente a exploração de classe, é articulado politicamente como categoria antagônica à classe, a fim de desmobilizar formas de solidariedade interna a ela. Ou seja, o capitalismo impõe, estrutural e politicamente, um limite à emancipação de classe que se relaciona à manutenção das hierarquias de gênero. Ao mesmo tempo em que os horizontes de transformação social, pelo ponto de vista de classe, são restritos sem a inclusão das lutas sobre gênero – as mulheres também constituem a categoria classe e a divisão sexual do trabalho não produz formas de exploração apenas das mulheres, embora sejam elas as maiores prejudicadas – politicamente, as hierarquias de gênero são instrumentais à desmobilização de classe – os imperativos econômicos, assim como põem trabalhadores em competição entre si, também o fazem entre mulheres e homens.

De forma semelhante, as hierarquias de raça e da relação centro-periferia se relacionam à classe por meio desse duplo efeito, como destaca Federici (p. 110-111). A exploração da escravidão e dos povos colonizados, o imperialismo colonial na África e a superexploração do trabalho na periferia foram respostas paralelas às da exploração de gênero durante as mesmas crises que condicionaram o surgimento do capitalismo e sua respectiva expansão – no centro e na periferia. Essas formas de (super)exploração reduziram os custos de reprodução da força de trabalho, aumentando o mais-valor expropriado, em fases e regiões distintas do capitalismo, e garantiram as formas mais contemporâneas de conciliação de classe, entre trabalho e capital e entre classes e frações dominantes – tanto internamente aos países, quanto entre países periféricos e centrais –, conectando distintos trabalhadores no processo de acumulação, seja pelo aumento do mais-valor relativo como contratendência do empoderamento da classe, seja pela realização do valor dos bens produzidos na periferia capitalista pelo consumo dos países centrais. Assim, as hierarquias de gênero, raça e da relação centro-periferia representam um limite tanto para as lutas de classe no centro capitalista – como nos limites impostos

ao salário e nos antagonismos internos à classe –, mas também nas lutas internas das periferias, em que essas hierarquias são os meios de manter a dominação de classe em uma condição de dependência em relação ao centro e de antagonizar subalternidades pela criação de periferias nas periferias.

Nesse sentido, o capitalismo impõe desigualdades e hierarquias estruturais que atravessam múltiplas experiências comuns entre os grupos posicionados nessas estruturas. Mas essas desigualdades e hierarquias se diferenciam de acordo com a combinação dos efeitos dessas múltiplas posições sobre as trajetórias de vida individuais e coletivas. Mulheres negras e periféricas experienciam formas de exploração que podem ser compartilhadas por mulheres brancas de classes superiores, mas muitas oportunidades que a estas são dadas também dependem da exploração e desvantagem a que as primeiras são submetidas – a exemplo do trabalho remunerado de cuidado, o trabalho doméstico exercido pelas mulheres negras nas casas de mulheres brancas, que possibilita às últimas obterem certo grau de autonomia e independência no mercado de trabalho (BIROLI, 2018, p. 69). De forma semelhante, os trabalhadores periféricos, em sua maioria negros e negras, e os trabalhadores periferizados do centro capitalista, nativos ou imigrantes, estão posicionados em estruturas de desigualdade que lhes impõem desvantagens de classe comuns, a partir das explorações que se constituem na relação social do capital. Mas as experiências, as desvantagens e os níveis de exploração são distintos, inclusive dependentes e antagonizados entre si e entre as hierarquias de gênero e raça, quando situados no processo ampliado de acumulação do capital.

Portanto, ao mesmo tempo em que esses deslocamentos oferecem formas analíticas de tecer conexões comuns e antagônicas entre as hierarquias, também indicam como se expressam e se materializam de maneiras específicas e historicamente situadas.

2.2.2. (Re)situando o duplo movimento: a relação entre política e capitalismo

A Grande Transformação de Karl Polanyi ganhou interesse renovado por diversos pensadores do campo progressista nas últimas décadas. A razão, de forma geral, é a identificação das condições sociais atuais com o momento histórico que precedeu a grande transformação em sua obra (FRASER, 2017, p. 31). A submissão de todas as esferas da vida (economia, sociabilidade e natureza) aos imperativos do mercado autorregulado e a respectiva destruição desses fundamentos básicos que sustentariam qualquer ordem social que culminou na crise generalizada da década de 1930 parecem se

reproduzir contemporaneamente como efeito do neoliberalismo. Assim, as preocupações teóricas na literatura giram em torno da relação entre o Estado e mercado – suas formas de intervenção no mercado, antes e hoje –, da comparação entre esses dois momentos de soberania do mercado e suas respectivas crises – quais as semelhanças e diferenças que possibilitam a recepção teórico de sua obra –, do exame teórico das bases ontológicas e normativas que sustentam a teoria de Polanyi – quais valores estão contidos nesses desdobramentos históricos do duplo movimento – e qual a relação entre o que é interno ou externo ao capitalismo – qual a natureza e o nível analítico dos movimentos polanyianos.

Uma primeira crítica a ser analisada sobre a obra de Polanyi foi elaborada por Dardot e Laval (2016) sobre a relação entre Estado e mercado ao longo das fases do capitalismo. Os autores percebem um limite na análise de Polanyi que se relaciona ao papel do Estado e da intervenção política na constituição e regulação do mercado. Para eles, o problema da análise de Polanyi sobre o papel do Estado não estaria na sua participação contraditória no duplo movimento entre intervenção para o estabelecimento da sociedade de mercado e intervenção, em favor da sociedade, contra os efeitos dos mercados. O problema seria não ter levado adiante em sua análise um achado importante que o próprio Polanyi fez sobre uma terceira forma de intervenção, a do papel do Estado em manter o funcionamento do mercado autorregulado (p. 67). Sua preocupação com o contexto da época e sua tese de que seria justamente o duplo movimento que gerou a grande transformação, com repercussões catastróficas, mas também restauradoras para as sociedades, o teria levado a não perceber que, ao contrário do fim da instituição dos mercados autorregulados, essa terceira forma de intervenção poderia produzir uma transformação teórica e social em direção à reordenação dos princípios liberais do mercado autorregulado sem intervenção estatal, para o princípio dos mercados competitivos regulados pelo Estado. E para Dardot e Laval é justamente esse aspecto da intervenção estatal que caracterizaria a natureza do neoliberalismo, das intervenções destinadas "a moldar politicamente relações econômicas e sociais regidas pela concorrência" (p. 68). A governamentalidade liberal, que impôs limites às práticas estatais pelo estabelecimento do mercado como regime de verdade, teria sido substituída pela governamentalidade neoliberal, em que o Estado passa a operar pela mesma racionalidade econômica dos agentes de mercado, de forma a regular e blindar as práticas extraeconômicas de proteção dos mercados de outras formas de racionalidade. O

neoliberalismo, nesse sentido, seria um terceiro movimento de restauração e síntese dos anteriores.

Sem se afastar da leitura de Polanyi sobre a relação entre Estado, mercado e sociedade, essa perspectiva não põe em questão outros limites importantes para o conceito de duplo movimento. Uma primeira deficiência na análise de Polanyi relacionada a essa relação está na separação, como esferas isoladas, entre Estado, sociedade e mercado. Ao compreender o conflito de classes como um problema de particularismos do período histórico que analisa ([1944] 2000, p. 185), Polanyi acaba por hipostasiar a sociedade e o Estado, como sujeitos coletivos homogêneos e completamente apartados um do outro, e o mercado passa a ser uma instituição que apenas organiza as relações sociais na sociedade. Dessa concepção limitada e idealizada sobre Estado e sociedade é que se torna possível atribuir a espontaneidade aos contramovimentos e dar à sociedade um sentido funcional quase durkeimiano, em que os desequilíbrios causados pela luta de classes teriam levado a uma situação de anomia da grande transformação, justamente porque os interesses particulares não levaram em conta as necessidades funcionais da sociedade, tanto da dependência da produção industrial, quanto da necessidade de qualidade de vida dos trabalhadores. Essa perspectiva de Polanyi reflete o espírito reformista de seu tempo, em que o capitalismo nos países centrais sofreu inflexões a partir da mudança de hegemonia no pensamento econômico e político. Em oposição aos modelos que substituíram o liberalismo de livre-mercado, entre eles o fascismo e o comunismo soviético, Polanyi defendeu uma perspectiva reformista social-democrata que domesticasse o capitalismo e os impulsos das massas em destruir as formas industriais de produção do capitalismo.

Assim, um primeiro problema dessa análise está em atribuir à industrialização a causa do surgimento dos mercados e não o inverso – um problema na identificação da gênese do capitalismo (WOOD, 2001, p. 32). Isso possibilita desvincular as dinâmicas destrutivas do mercado das relações sociais de produção do capitalismo. Não por acaso, em sua análise os conflitos internos à sociedade e à política são subsumidos em uma visão orgânica e funcional da sociedade e do Estado. Por conseguinte, o efeito teórico foi ignorar como o conflito é inerente e constitutivo da sociedade e da política (também do Estado), ou seja, que estes polos não são homogêneos, não estão em isolamento um do outro, nem possuem funcionalidades gerais passiveis de equilibrar seus conflitos internos. Portanto, o argumento da espontaneidade obscurece o conflito que gerou tais medidas de restrição da liberdade (ou poder) dos mercados, bem como a impossibilidade de

reconciliar os distintos objetivos que orientaram essas ações sob um princípio social comum da sociedade, mediados pela política.

Ao conceber o Estado isoladamente da sociedade, Polanyi perde de vista o impulso que a luta de classes e os movimentos dos trabalhadores tiveram na aprovação das legislações que analisa. Ao mesmo tempo em que é plausível dizer que os parlamentos reagiram ao perigo das massas, num momento histórico de inúmeras tentativas de revolução e de crescente organização dos trabalhadores que alterou a correlação de forças sociais, há o argumento de que a burguesia tem a compreensão, em certa medida, da necessidade de se preservar a força de trabalho para garantir os ciclos de acumulação capitalista, como um remédio diante da ameaça do conflito de classes (MARX, [1867] 2015, p. 399, 433). Sendo assim, mesmo que se assuma o aspecto funcional do duplo movimento, ele se relacionaria não a um ente coletivo comum e homogêneo, mas à reprodução dos processos de acumulação, cujo motor são os imperativos estruturais do capitalismo, que inevitavelmente produzem, e se deparam com contradições, internas e externas que, por sua vez, problematizam essa mesma funcionalidade. Dessa maneira, esse processo poderia ser interpretado como sendo constantemente desafiado pelas condições postas pelas lutas sociais em momentos em que essas contradições revelam o grau de disfuncionalidade que é inerente ao sistema capitalista.

Do mesmo modo, ao considerar, sob o signo do contramovimento, a ação dos capitalistas individuais em direção ao protecionismo como um fenômeno igual ao das demandas por melhores condições de vida, ou das leis antitrustes como análogo as das leis anticoalizões trabalhistas, Polanyi não percebe os limites da conciliação entre interesses antagônicos pelo princípio da igualdade, ou da ideia de coletivismo, direcionados à sociedade. Acaba por incorporar princípios normativos comunitaristas em sua teoria e interpretação histórica que ignoram as relações de poder presente na sociedade e no Estado, a dominação, opressão (FRASER, 2014, p. 544), mas também a exploração de classe e as hierarquias sociais. Ou seja, a característica central da sociedade civil na história foi manter as desigualdades reais, sustentadas pelo, e constitutivas do, Estado, por meio da igualdade formal (MARX, [1843] 2010); as classes estão em uma relação marcada pela assimetria de poder econômico, mas também político (WOOD, 2006, p. 221); e não é possível falar em valores morais da “sociedade” sem desvalorizar outros, em conflito dentro da sociedade e entre sociedades (FRASER, 2014, p. 544). Assim, perde-se de vista os conflitos intrínsecos a essa sociedade, regulada ou não, bem como a forma como os conflitos se materializam no Estado de forma assimétrica, seletiva

e estrutural (OFFE, [1972] 1984a; POULANTZAS, [1978] 2014). Ademais, perde-se de vista como nos momentos de transição do capitalismo, em que a acumulação primitiva se faz presente, o processo político assume sempre formas que refletem as lutas e reações internas às sociedades, mas que também produzem efeitos em outras sociedades.

Como discutido nas seções anteriores, às lentes de análise centradas nas dinâmicas internas e entre os países centrais, como a de Polanyi, escapa os processos de realocação espaço-temporal das hierarquias sociais necessárias ao processo de acumulação, mas que também são mediadas e instrumentalizadas na disputa política pela (re)ordenação social. Isso significa reconhecer que as relações de mercado se sustentam na reprodução de hierarquias sociais e em relações sociais de produção e reprodução distintas da relação contratual de mercado característica da "lógica interna" do capitalismo (LUXEMBURG, [1913] 2003; WILLIAMS, 1944), mas que são incorporadas no processo de acumulação como um todo (FEDERICI, 2023; FRANK, 1977; OLIVEIRA, [1972] 2003a; GAGO; MEZZADRA, 2015). Portanto, se Polanyi não omite, desconsidera o papel histórico do monopólio do império hegemônico do Reino Unido, das trocas desiguais com a periferia, das formas violentas de abertura de mercados (como na Índia e na China), da exploração racial, de gênero, e das formas não capitalistas incluídas nos circuitos econômicos de acumulação de capital na sustentação do "mercado-autorregulado". Quando Polanyi considera o novo mercado, estabelecido e resguardado pelo sistema financeiro, como um mecanismo de paz entre as potências capitalistas (p. 30), acaba por criar uma fronteira analítica para o que é capitalismo – ou a paz –, desvinculando todos esses fenômenos violentos e periféricos da própria concepção do que é mercado. Se como Marx, dá centralidade aos fenômenos internos do desenvolvimento do capitalismo, Polanyi, ao contrário de Marx, desconsidera as ligações históricas entre os fenômenos "não europeus" e o capitalismo, como se essas ligações não fossem constitutivas do capitalismo – ou da paz europeia.

Parte dessa crítica é apreendida por Nancy Fraser (2014, 2017). A autora classifica a análise de Polanyi sobre o caráter fictício das mercadorias terra, trabalho e dinheiro como uma interpretação ontológica do processo de mercadorização desses entes (2014, p. 547). Esses "fatores de produção" da economia política teriam, na perspectiva polanyiana, uma essência não mercadorizável, uma vez que não são produzidos para a venda. Seriam em si naturais, dados por sua condição universal que independe do social e da história. Porém, Fraser pontua que todas essas formas possuem sempre um significado social específico, de modo que, antes do surgimento do mercado

autorregulado, elas já estariam moldadas por relações de poder e dominação – como suas formas adquiridas no feudalismo, pela escravidão ou patriarcado. Por essa razão, a concepção ontológica da crise do capitalismo assume um caráter defensivo e conservador de restauração de uma ordem natural (p. 548). O problema, para Fraser, é não perceber hierarquias, exclusões e modos de dominação existentes que são externos e anteriores ao mercado. Ao criticar a desintegração social da comunidade pelo mercado, Polanyi, por um lado, ignora a dominação e as hierarquias internas à comunidade que, para ele, devem ser restauradas; por outro, não percebe os efeitos emancipatórios do mercado que rompe com a tradição e dominação anteriores, que, como indica Fraser, foram percebidas por Marx (p. 547).

Como alternativa e recepção à teoria de Polanyi, Fraser propõe uma interpretação estrutural sobre as mercadorias fictícias. Nessa leitura, a autora descarta a ideia de uma condição original ou natural da terra, trabalho e dinheiro para sustentar que o mercado e a mercadorização se fundamentam estruturalmente sempre em condições de fundo não-mercadorizáveis – a natureza precisa se autorregenerar para poder ser explorada, o trabalho precisa de relações de cuidado para poder ser exercido no dia seguinte e o dinheiro precisa de convenções sociais, ou fé, para obter validade. Sendo assim, qualquer tentativa de tornar todas as coisas em mercadorias geraria, paradoxalmente, efeitos destrutivos para a própria condição de existência do mercado (2014, p. 548). E a crise atual do neoliberalismo estaria relacionada, justamente, a esse processo, em que as condições de fundo passam inclusive a ser mercadorizadas – a exemplo dos créditos de carbono, da imigração para suprir trabalhos domésticos e de cuidado remunerados, ou as agências de rating que comercializam a confiança do capital fictício (p. 551).[32] Portanto, considerando como essas condições de fundo não são naturais, mas socialmente construídas, Fraser considera que sua reinterpretação possibilitaria compreender de forma mais complexa e matizada os valores ético-normativos subjacentes ao que seria o movimento, contramovimento e, um novo momento que estabelece, o que chama de terceiro movimento (2017).

Basicamente, Fraser faz uma releitura da obra de Polanyi a partir de sua teoria dicotômica da justiça, em que opõe demandas de redistribuição (materiais) e de

[32] Visto da periferia capitalista, mas também da periferia interna ao centro, a questão do cuidado ou do trabalho doméstico remunerado sempre foi uma realidade para mulheres negras, inclusive, impondo condições de existência muito diversa entre as mulheres, pelo fato de terem também de cumprir o trabalho de cuidado não remunerado em seus lares, ou de contar com apoios comunitários precários (GONZALEZ, 1984; HOOKS, 2015).

reconhecimento (culturais), como lógicas normativas distintas (2003). No entanto, em sua teoria, uma possível terceira lógica, a ecológica, desaparece – embora em outros textos Fraser readéqua sua teoria para incorporá-la, se afastando, mesmo que não completamente, da perspectiva polanyiana, como será abordado na próxima seção (2015a). Todavia, em sua síntese sobre o conceito de duplo movimento, Fraser, ao mesmo tempo em que cria uma nova dimensão à sua teoria da justiça, também acrescenta outra à de Polanyi. A lógica normativa do mercado é somada à reconhecimento e redistribuição. E emancipação, como um terceiro movimento, ao duplo movimento de Polanyi. Assim, estabelece uma posição aparentemente tricotômica entre mercado, proteção social e emancipação (2017, p. 38). Entretanto, ao que parece derivar de uma confusão teórica entre níveis analíticos – entre condições estruturais, projetos políticos e princípios de justiça –, é possível identificar que a tríade que elabora diz respeito a disputas políticas estruturalmente situadas que se deslocam entre os eixos distribuição e reconhecimento, e não a "uma gramática da luta social" como afirma em outra passagem de seu texto (p. 38). Ao misturar gramáticas a momentos de luta na história, Fraser acaba por rotular em uma mesma gramática, ou projeto político, demandas, grupos e movimento sociais muito distintos.

Sendo assim, o movimento pela mercadorização, que resulta na expansão da lógica do mercado-autorregulado no século XIX, seria ao mesmo tempo um projeto que atribui ao mercado a responsabilidade distributiva, portanto, pelo princípio da meritocracia, mas também que põe em xeque hierarquias de *status* tradicionais, representando uma dimensão emancipatória do mercado – não parece ficar claro se esse é um efeito dos imperativos estruturais do capitalismo ou se é um princípio moral do projeto que o põe em marcha. Da mesma forma, o contramovimento teria sido uma reação que se inicia na década de 1930, entre segmentos sociais distintos, à desintegração da comunidade, tanto por meio da restauração de valores morais comunitários, desintegrados pelo mercado, quanto pela redistribuição material externos aos mecanismos de mercado. Por último, o terceiro movimento, o emancipatório, que teria ganhado força ao final dos anos 60´ nos países centrais – normalmente associados à contracultura –, seria uma reação à dominação conservadora presente na proteção social dos regimes de bem-estar social, mas que manteria uma posição ambígua em relação ao eixo de redistribuição. Como desdobramento desses projetos e de suas ambiguidades, Fraser interpreta o neoliberalismo como projeto renovado que se utiliza do enfraquecimento da proteção social, causado pelos movimentos por emancipação, e incorpora as críticas

emancipatórias da autoridade, burocracia e conservadorismo, como forma de reestabelecer o mercado como mecanismo distributivo e realizar a mercadorização de todas as dimensões da vida – o que chama em outro lugar de "neoliberalismo progressista" (FRASER, 2019).

A reformulação teórica proposta por Fraser traz uma questão importante que aproxima as discussões sobre os conceitos de acumulação primitiva e duplo movimento. Ao questionar a possibilidade de mercadorização completa da sociedade, propõe a ideia de que o mercado – ou capitalismo, embora essa identidade insira incompatibilidades teóricas entre os conceitos de acumulação e duplo movimento, – depende de relações sociais que lhe são externas. Isso proporciona deslocar a análise para outras esferas da vida, como a reprodução social, e as compreender como constitutivas do capitalismo, em que formas de exploração, dominação e opressão, aparentemente externas ao capitalismo, são reincorporadas às suas transformações históricas.

No entanto, em sua releitura de Polanyi, Fraser para no meio do caminho teórico necessário para se estabelecer essa conexão. Sua concepção dos três movimentos históricos, além de explicitar problemas empíricos importantes que sustentam sua reflexão teórica,[33] revela como os problemas de sua concepção dicotômica de justiça são reproduzidos nas separações analíticas que estabelece entre mercado e condições de fundo e entre os três movimentos. Embora possa reconhecer uma relação constitutiva entre relações contratuais e não contratuais, as separações ético-normativas que elabora a

[33] Alguns desses problemas empíricos envolvem não considerar os conflitos, as lutas sociais e a correlação de forças subjacentes a cada um desses movimentos. O movimento do mercado como emancipação esconde dominações e opressões perpetradas na periferia capitalista, mas também as lutas internas aos países centrais que representaram avanços sociais importantes, como se a emancipação fosse um princípio de partida da expansão do mercado. Basta lembrar a violência e criminalização dos modos de vida como forma de disciplinar os trabalhadores e as mulheres na transição do capitalismo, a permanência da escravidão ao longo do século XIX, as múltiplas revoluções populares, no mesmo século, combatidas violentamente, ou as lutas feministas da primeira onda (ELEY, 2005; FEDERICI, 2023; WILLIAMS, 1944). A proteção social, da mesma forma, representou o deslocamento espaço-temporal de inúmeras hierarquias sociais para periferia e, também, internamente nos países centrais, como a manutenção hierarquias de raça e gênero no salário familiar fordista, o incentivo a imigração como forma de se obter trabalho mais barato (como no caso dos turcos na Alemanha), ou sistemas de bem-estar regidos por graus distintos de desmercadorização e de universalidade (COOPER, 2017; ESPING-ANDERSEN, 1991; MARINI, 1973). Antes de ser um processo inerente à proteção social, é preciso situar as formas de proteção social nas transformações estruturais do capitalismo, para compreender como hierarquias e *status* são ressignificados e redistribuídos no processo de acumulação global. Por fim, o terceiro movimento representou não só uma crítica à proteção social, mas uma ameaça ao capitalismo (O´CONNOR, [1973] 2009). Como será abordado nos próximos capítulos, as transformações que resultam do neoliberalismo são mais bem compreendidas como contrarrevolução (COOPER, 2024) do que como uma síntese entre liberalismo de mercado e nova esquerda. A análise que Fraser tece sobre a relação entre emancipação e neoliberalismo retrata melhor um período posterior representado pelas terceiras vias, em que as condições sociais e políticas já haviam se alterado e a centro-esquerda institucional se deslocou em direção à direita no espectro ideológico.

impedem de as situar nessa mesma relação estrutural do mercado e compreender como emancipação e proteção social são condicionadas por esses imperativos estruturais. Se reconhecimento e redistribuição são demandas que, quando separadas, impossibilitam perceber como formas de opressão atravessam essas duas dimensões (YOUNG, 2009), emancipação e proteção social também são valores que respondem a problemas constituídos de várias formas por relações sociais que compõem uma mesma estrutura social. A separação dos movimentos históricos entre mercado, proteção social e emancipação oculta que todos eles se situam no capitalismo, daí o limite da identidade entre mercado e capitalismo – que Fraser não apresenta, mas ao não problematizar o capitalismo em sua análise, não leva adiante a relação estrutural que estabelece.

Uma outra crítica a Polanyi que se orienta justamente por essa relação entre fronteiras, do que é interno ou externo ao capitalismo, pode ser encontrada na obra de Melinda Cooper (2017). Em crítica semelhante a que Fraser constrói sobre a obra de Polanyi, Cooper deriva um problema central no conceito de duplo movimento da característica essencialista atribuída por ele às mercadorias fictícias. Como suas naturezas não são problematizadas historicamente, isso possibilita a Polanyi conferir ao contramovimento e à relação de dependência entre mercado e valores sociais imanentes uma relação de exterioridade diante do capitalismo. Assim, se as bases sociais necessárias ao mercado-autorregulado, que ele próprio tende a destruir, são valores sociais que o precedem, a reação do contramovimento, que assume a forma de uma defesa externa e espontânea contra os processos de desintegração social desencadeados pelo capitalismo, somente poderia se expressar como uma restauração ou reconstrução dos valores do passado, quando os valores sociais assumiam sua forma "pura" e "não corrompida". Dessa forma, o passado é idealizado e suas formas de opressão e dominação reproduzidas de forma acrítica. É por essa razão que Cooper considera a obra de Polanyi como "a expressão ideológica do bem-estar social, que se combina com a social-democracia e o conservadorismo social na forma do salário familiar fordista" (p. 15), o qual mantinha a população negra excluída da proteção social e reproduziu a condição de domesticidade das mulheres pela valorização do salário de seus maridos, as mantendo dependentes e sem autonomia.

Essas paradoxais relações de exterioridade e funcionalidade entre o capitalismo e suas bases sociais, de um lado, e o capitalismo e o contramovimento, de outro, se associam ao que Cooper compreende ser uma problemática confusão entre capitalismo e a lógica do mercado-autorregulado, consequentemente, do liberalismo econômico como

a única forma de expressão ideológica do capitalismo. O que a análise polanyiana impossibilita de apreender, então, é que o duplo movimento seria completamente interno à dinâmica do capital, de modo que tanto liberalismo econômico, quanto conservadorismo social seriam expressões constitutivas do capitalismo (p. 15-16). Desse modo, Cooper estabelece teoricamente a conexão ou reincorporação da política nas estruturas sociais, no capitalismo, o que Fraser parece iniciar, mas não completa.

Em resumo, as discussões sobre o conceito de duplo movimento oferecem teoricamente formas de associar momentos históricos distintos do capitalismo, em que processos de expansão e retração parecem ser característicos a ele. É a partir desse movimento que se pode identificar o que é particular do neoliberalismo e o que é universal no conceito de capitalismo.

Assim, o que falta, primeiro, no conceito de duplo movimento e no caminho teórico proposto neste trabalho, é uma definição clara do que é o capitalismo. Nesse sentido, essas transformações políticas precisam ser relacionadas ao que é estrutural do capitalismo, portanto, o que pode ser encontrado ao longo de sua história, mas também à novidade, ou especificidade, que imprimem nessa estrutura. Todavia, isso não significa que a política seja externa ao capitalismo e sim que está situada e condicionada nele. Um segundo problema é definir a relação entre estrutural e contingente, capitalismo e política, estrutura e agência. Para esse esforço, movimento como mercado-autorregulado e contramovimento como proteção confundem mais que esclarecem. Essas identidades representam transições das fases do capitalismo, projetos políticos, lógicas institucionais, ideologias, ou formas de Estado? É a partir do debate orientado pelo conceito de acumulação primitiva que essa lógica de expansão e retração, capturada pelo conceito de duplo movimento, pode ser incorporada à análise da relação entre capitalismo e democracia, evitando esses limites apresentados.

2.3. Exterioridade, mediações políticas e hierarquias sociais no capitalismo

A questão das fronteiras do capitalismo, o seu externo constitutivo, permeia tanto o debate sobre acumulação primitiva, quanto as revisões e críticas ao conceito de duplo movimento. Fraser (2015a, 2015b), em um afastamento aparente da obra de Polanyi, utiliza a interpretação estrutural das mercadorias fictícias como marco desses limites para propor uma “definição expandida do capitalismo”, na qual introduz em sua análise o conceito de acumulação primitiva como referência das separações institucionais e

normativas que caracterizariam o capitalismo. Essa conexão evidente que sua obra faz entre os debates anteriormente analisados é um ponto de partida útil para a elaboração teórica proposta nesta seção.

Fraser define o capitalismo como "ordem social institucionalizada" para estender sua compreensão para além do sistema econômico, incluindo dimensões não mercadorizáveis da vida em comum (2015a, p. 721). Tomando como base uma interpretação restrita do capitalismo que faz sobre a obra de Marx, a autora propõe "giros epistemológicos", a fim de deslocar a análise para outras relações sociais ocultas e constitutivas do capitalismo, o que chama de "condições de possibilidade de fundo", como complemento aos giros realizados pela teoria marxiana (p. 711-12). Fraser considera que Marx teria realizado dois importantes deslocamentos epistemológicos em sua teoria do capitalismo. O primeiro deles, central em sua teoria do capital, seria a passagem da troca para a produção, no qual Marx desvela a exploração contida nas formas contratuais aparentemente livres e voluntárias do mercado, implicando a dominação do trabalhador pelo capital.[34]

Contudo, o segundo giro epistemológico de Marx, o da acumulação primitiva, é o que fornece a articulação teórica sugerida por Fraser entre a lógica interna do sistema capitalista e sua dimensão externa – as condições de possibilidade de fundo do processo de acumulação. Nesse deslocamento, Marx passa da exploração para a expropriação, mediada não pelos impulsos sistêmicos da coerção econômica, mas pela política e violência. Assumindo uma interpretação semelhante à adotada neste trabalho, Fraser considera a acumulação primitiva como um processo constitutivo não só da gênese capitalista, mas do seu processo de expansão e reprodução (p. 711). É, então, a contextualização dos movimentos do capitalismo na história que proporcionaria a identificação de uma relação que lhe é constitutiva entre suas dimensões externa e interna, entre capitalismo, enquanto sistema econômico, e o não capitalismo, como dimensões de fundo das quais depende. No entanto, em seu modelo teórico, essas fronteiras são incorporadas como parte integrantes do conceito ampliado de capitalismo que elabora. A

[34] É essa inflexão que determinaria as características que Fraser (2015a) assume como fundamentais ao conceito marxiano de capitalismo – a propriedade privada dos meios de produção que estrutura uma nova divisão de classe entre produtores e proprietários; a dupla liberdade do trabalho, dos meios de produção e das ordens hierárquicas prévias, baseadas no *status* jurídico; o capital como sujeito social que condiciona os interesses individuais ao imperativo sistêmico da reprodução ampliada da acumulação de capital; e o mercado como o único mecanismo social para satisfazer as necessidades individuais dos produtores e proprietários, determinando as formas de reprodução e produção sociais, isto é, a subsistência pelo salário e a alocação do capital excedente de acordo com os imperativos da acumulação (p. 707-09).

externalidade, assim, é definida em relação à dimensão econômica do capitalismo e não ao capitalismo em si.

Dessa forma, Fraser propõe a expansão dessas dimensões de fundo do capitalismo como ordem social institucionalizada. Os novos giros epistemológicos que acrescenta em sua teorização incluem as passagens da produção para a reprodução social, da economia para a natureza e da economia para a política. Cada uma dessas dicotomias é delimitada por separações institucionais que estabelecem novas fronteiras externas em relação ao sistema econômico. Todas elas teriam sido criadas por rompimentos com o mundo anterior não capitalista e possuiriam princípios ético-normativos particulares a cada dimensão em oposição aos da economia. As construções institucionais do capitalismo que estruturam essa divisão também não são fixas, mas teriam sido transformadas ao longo da história, a partir do tensionamento entre os princípios da economia (a mercadorização ou economização) e dos relacionados às suas condições de fundo. A disputa que se travaria entre esses campos são sobre os limites de cada separação, o que chama de "lutas de fronteira" (p. 722). Assim, a tendência a expansão da economia sobre suas dimensões externas que lhe sustentam gerariam contradições estruturais inerentes ao capitalismo, repercutindo em crises que são internas, mas também não necessariamente originadas no sistema econômico.

A separação entre produção e reprodução incorpora a crítica feminista abordada na discussão sobre acumulação primitiva e reflete a divisão entre o trabalho remunerado no mercado e o trabalho não remunerado exercido domesticamente, o que coloca a dominação de gênero como característica do capitalismo. Mas Fraser também amplia essa dimensão para incluir o processo de socialização e subjetivação no capitalismo, o que envolveria atividades como educação, cooperação social, afetos e a construção de significados compartilhados (p. 713). Ao longo da história do capitalismo teriam ocorrido deslocamentos dessas fronteiras pelo tensionamento entre os princípios normativos dessas duas esferas. O Estado de bem-estar social representou um momento de avanço da valorização dos princípios da reprodução social sobre os de mercado, pela desmercadorização de serviços sociais públicos, enquanto o neoliberalismo implicou um movimento inverso, o que na compreensão de Fraser estaria transformando esta condição de fundo em "um importante ponto crítico da crise capitalista" (p. 715).

A Separação entre natureza e economia, típica do capitalismo, significou a oposição estrutural entre um mundo natural e outro humano, em que a natureza se torna objeto do domínio racional, disponível para apropriação capitalista. O neoliberalismo

teria iniciado uma nova fase de transformação dessas fronteiras, intensificando o processo de mercadorização e expropriação da natureza. Mas esse mundo natural possui ritmos próprios de regeneração desconsiderados pelos princípios que regem a expansão capitalista. Ao mesmo tempo em que a natureza é uma condição de existência da vida e do sistema capitalista, esse deslocamento das fronteiras em direção a uma economização do natural seria um outro ponto de crise capitalista, criando novas contradições internas relacionadas à expansão do sistema econômico sobre o que lhe é externo e do qual depende.

A última dicotomia entre economia e política estabelecida no capitalismo teria representado a despolitização da economia, pela separação entre a esfera pública e a privada. Se por um lado, essa separação desobrigou os proprietários das funções sociais anteriormente sob responsabilidade das classes dominantes que se apropriavam dos excedentes produtivos – como proteção militar e a organização jurídica e política –, por outro, cria uma dependência entre o sistema capitalista de produção e a nova esfera do poder público que precisa, agora, exercer essas funções que não estão mais a cargo da classe capitalista. Mas o poder público continua necessário à acumulação, uma vez que esta depende da proteção da esfera privada por meio de instituição e leis públicas que garantam a propriedade privada, o valor do dinheiro e os contratos, ou seja, a manutenção da separação entre economia e política (p. 716).

Fraser estabelece dois níveis do poder público, um interno ou doméstico, caracterizado pelos Estados que possuem o monopólio legítimo da força, e outro externo que precisa organizar internacionalmente o sistema de Estados soberanos. Neste último nível, são os impérios hegemônicos que cumpriram na história essa função de garantir – pela força e pela organização institucional – a não interferência dos Estados sobre a esfera da economia internacional, protegendo o livre fluxo do capital entre as fronteiras dos Estados, o sistema monetário e os contratos internacionais. Nesse nível do poder público, é onde Fraser localiza, como uma nova divisão do capitalismo, a relação entre centro-periferia estabelecida pelo imperialismo (p. 718). As transformações históricas correspondentes a essa separação, também teriam envolvido o deslocamento das fronteiras, tanto no sentido de uma maior intervenção dos domínios públicos na economia, interna e internacionalmente, quanto na regressão neoliberal que limitou ambas as dimensões do poder público, pela expansão dos valores do mercado como forma de regulação da atividade política – essas transformações serão abordadas com maior profundidade nos próximos capítulos.

Sem entrar por enquanto nas especificidades históricas que implicam em limites teóricos e políticos sobre cada uma dessas separações que Fraser estabelece, seu conceito ampliado de capitalismo oferece tentativas importantes de síntese para os problemas teóricos das fronteiras, das mediações entre estrutura e agência e das distintas formas de opressão que são constitutivas do capitalismo. Ao ressaltar a "imbricação funcional" ou dependência entre o sistema econômico e suas condições de possibilidade de fundo como uma relação interna do capitalismo (p. 710), Fraser, ao mesmo tempo, evita o economicismo que nega as relações sociais "não capitalistas" como constitutivas da economia e repara certas deficiências de suas obras mais polanyianas, ao situar as lutas e disputas sobre as fronteiras no capitalismo. Também se esquiva de uma concepção teleológica e completamente funcionalista quando historiciza a construção e a transformação das separações institucionais, o que põe em evidência a agência e as formas de mediação políticas e normativas entre as estruturas do capitalismo e as experiências concretas dos sujeitos e coletividades (2015a, p. 722; 2015b, p. 165). Nessas disputas, estariam em aberto os desdobramentos concretos das lutas sociais, sendo sempre possível avanços e retrocessos em relação à emancipação. Assim, Fraser amplia a compreensão sobre as contradições inerentes ao capitalismo, das relações internas ao processo de acumulação para as suas múltiplas relações constitutivas não econômicas, o que significa situar as diferentes lutas sociais e suas respectivas formas de opressão no interior do capitalismo.

Apesar de evidenciar aspectos e lacunas importantes do conceito de capitalismo, a proposta teórica de Fraser contém problemas. Seus limites refletem tanto a manutenção de certa inspiração polanyiana, quanto a forma como interpreta a obra de Marx. Da deficiência que vê em Marx, busca soluções em Polanyi, mas acaba por inserir limites teóricos à expansão e à crítica do conceito marxiano de capitalismo que só poderiam ser solucionados por uma outra interpretação de Marx. Isto é, ao realizar a síntese entre o pensamento dos dois autores, acaba reduzindo o potencial analítico da crítica necessária ao pensamento marxiano pela incorporação dos limites próprios da perspectiva polanyiana.

Fraser, ao mesmo tempo em que reduz o conceito de modo de produção a uma dimensão econômica, reverte o giro epistemológico realizado por Marx da troca para a produção sob influência do quadro analítico de Polanyi, priorizando o mercado como espaço privilegiado de sua análise sobre as tensões entre a esfera econômica e suas dimensões constitutivas de fundo. Nesse sentido, as contradições do capitalismo e suas

crises se referem ao processo de economização ou mercadorização dessas esferas não mercadorizáveis da vida – uma conclusão polanyiana que, por outras vias, chega a conclusões semelhantes às dos foucaultianos sobre o neoliberalismo. Perde-se de vista, então, a dimensão da acumulação, da exploração e da apropriação do mais-valor, o que a impede de explorar as relações constitutivas que não são fictícias nem isoladas entre o que é aparentemente econômico e o que não é. Com a manutenção da dualidade entre mercadoria e não-mercadoria, acaba obscurecendo a dualidade que nega entre capitalismo e não capitalismo, pela dicotomização entre o econômico e múltiplas outras esferas não-econômicas. Portanto, a relação de dependência entre exploração capitalista e dominação – de gênero, da natureza e do público – é explicada por uma separação estrutural que mantém as dicotomias isoladas por intermediações institucionais e lógicas ético-normativas internas próprias. Como consequência, a problematização da externalidade do capitalismo acaba enfraquecida pelo estabelecimento de novas externalidades, agora, internas ao conceito de capitalismo, pela separação da economia.

Essas dicotomias estruturais têm limites teóricos para se compreender os demais níveis de análise. Como cada esfera possui lógicas internas próprias, as mediações políticas e as "lutas de fronteira" estão sempre em oposição normativa e são constituídas por processos de sociabilidade exclusivos – o cuidado remete à cooperação social, a natureza, à preservação e a política, ao comum. Um primeiro problema é o risco de se idealizar os princípios normativos originados em polos opostos da economia, uma vez que as separações institucionais impedem que se perceba como essas lógicas também são constituídas pelo processo de acumulação, ou seja, a dependência estrutural não é unidirecional, mas relacional. Dessa forma, concepções de cuidado, ao mesmo tempo em que podem incorporar ou se adequar a princípios normativos econômicos – como a confluência entre neoliberalismo e neoconservadorismo (BROWN, 2019; BIROLI, 2020) –, também podem ressignificar e transformar as formas de opressão enquanto tensionam as fronteiras entre economia e cuidado, ou economia e política – como a manutenção de formas de opressão de gênero, mas também de raça, no salário familiar fordista durante o período de bem-estar social (COOPER, 2017).

A idealização normativa também pode incorrer no perigo da essencialização das diferenças de gênero pela valorização da esfera da reprodução social, como o fazem algumas teóricas da ética do cuidado, atrelando a gênero ou à esfera da reprodução social valores morais que não podem ser dissociados da condição de dominação imposta sobre as mulheres (BIROLI, 2020, p. 76). Ademais, a proteção da natureza pode tanto ser

incorporada à lógica do mercado, como na confluência no conceito de sustentabilidade entre as dimensões ambiental, econômica e social, a fim de reconciliar as três lógicas normativas, quanto relegada a segundo plano diante de outros projetos políticos de emancipação, como os neodesenvolvimentismos na América Latina que condicionam o neoextrativismo ao desenvolvimento social no "consenso das commodities", como projeto político de emancipação da periferia capitalista (SVAMPA, 2019).

Em relação à dicotomia entre economia e política, é ainda mais evidente como essa separação oculta o fato de que emancipação e dominação não são dissociadas do processo de acumulação. Ao mesmo tempo em que a democracia foi uma conquista das lutas sociais, os sujeitos, valores, recursos e projetos políticos que a tensionam são constituídos também pelo processo de acumulação, de modo que múltiplas clivagens sociais influenciadas pela esfera "econômica" são postas em conflito na esfera pública – como as hierarquias de raça, gênero, classe e centro-periferia –, problematizando a capacidade de mobilização política comum sem se questionar o impacto que a acumulação tem sobre interesses, formas de autonomia e a formação de preferências de indivíduos e coletividades.

Em resumo, ao criar novas dimensões externas dentro do capitalismo e dicotomizar suas respectivas lógicas ético-normativas, a interpretação de Fraser sobre as lutas de fronteira como meios de emancipação corre o risco de as tornar críticas como "consciência de si" (MARX; ENGELS, [1848] 2005, p. 37) – ou política que se autonomiza – uma vez que, embora reflitam a experiência de coletividades em esferas da vida reais e concretas, estão sempre desconectadas de outras realidades sociais as quais também constituem essas lutas e normatividades e que são inescapáveis para projetos de transformação social. Isto é, reprodução, ecologia ou política não são dimensões da vida herméticas entre si, homogêneas internamente, nem opostas ao processo de acumulação capitalista, o que implica que este condiciona as possibilidades de luta, de consciência e de transformação da realidade ou "das separações" institucionais.

Alguns dos problemas teóricos do conceito de capitalismo proposto por Fraser podem ser evitados a partir de uma reinterpretação do capitalismo como modo de produção. Fraser ao considerar como características da definição de Marx a propriedade privada dos meios de produção, a consequente divisão de classe entre produtores e proprietários, a dupla "liberdade" do trabalho, a compulsão sistêmica da acumulação e a reprodução do capital como determinação da alocação do excedente social da produção, apreende apenas uma parte da definição marxiana do capitalismo. É apenas

desconsiderando o capitalismo como totalidade que é possível lhe atribuir feições meramente econômicas, mesmo que estas não se reduzam a isso. Assim, a produção capitalista não se restringe ao momento da criação de mais-valor pela apropriação do trabalho excedente não pago por parte do capitalista, objetivado na mercadoria – embora central na teoria do capital –, nem à relação social do capital pressupõe apenas atributos econômicos. E mais, as relações sociais de produção, em seu sentido ampliado, pressupõem formas não econômicas – política, jurídica, ideológica, relações com a natureza – que não são externas à produção, mas "organicamente" relacionadas a ela, como totalidade (MARX, [1857-1858] 2015, p. 60).

Na concepção marxiana, produção, distribuição, troca e consumo não podem ser compreendidos como momentos encadeados linearmente, tendo a produção como ponto de partida (MARX, [1857-1858] 2015, p. 62). Todas essas "etapas" são momentos internos à produção, constituídos por ela, mas também constitutivos da produção: produção é (quando consome matérias primas), cria (as necessidades de) e produz (o seu objeto como finalidade para) o consumo, não apenas no sentido econômico, mas em um sentido social, de modos de vida e modos de uso da mercadoria, isto é, essa relação é uma forma de constituir sujeitos no capitalismo (p. 68); a distribuição, que depende de valores e "leis sociais", é interna à produção, uma vez que, além de alocar produtos, estabelece a configuração da propriedade e da posição dos indivíduos de acordo com o modo de produção (p. 72); e a troca está contida na produção ou é determinada por ela, pois depende da divisão do trabalho, das formas de propriedade e refletem as necessidades das relações de produção (p. 75). Dessa forma, essa concepção ampliada da produção põe em xeque a possibilidade de separação das esferas da vida em relação à sua dimensão econômica. Como reprodução social, formas de distribuição, os arranjos institucionais da circulação ("o mercado") e as necessidades sociais e individuais dependem do modo de produção, qualquer transformação nessas esferas e seus correspondentes princípios normativos não podem ser compreendidos em oposição ao modo de produção, mas como constitutivos e constituídos por suas relações sociais estruturalmente condicionadas. Nesse sentido, a economização ou mercadorização da vida, como expressão normativa e (ideo)lógica "do mercado" não é apreendida desconsiderando os imperativos e contradições resultantes do processo de acumulação.

Como consequência, as contradições do capitalismo caracterizadas como se aparentemente se originassem de uma dimensão externa à economia, do fato de que certas dimensões não podem ser mercadoria, ocultam uma série de processos, abordados no

debate sobre a acumulação primitiva, que envolvem a incorporação, ressignificação e transformação de relações "não-capitalista" no momento da acumulação, processos que são materiais ou concretos, mas também políticos, institucionais e morais. Assim, as contradições do capitalismo não colocam esferas separadas com normatividades específicas em conflito – reprodução e produção, economia e natureza, ou economia e política –, mas são reflexo de imperativos expansivos da acumulação que se chocam com suas barreiras internas e, aparentemente, externas.

A produção no capitalismo como produção ampliada põe em questão a necessidade de realização do mais-valor pelo consumo, o que, por sua vez, impulsiona e intermedia a distribuição e a troca (MARX, [1857-1858] 2015, p. 539-43). Assim, as contradições resultantes desse imperativo expansivo do capital, para Marx, se relacionam a como limites internos da (re)produção capitalista impõem fronteiras externas a serem superadas e incorporadas em sua lógica auto-expansiva, mas sempre estabelecendo novas fronteiras, contradições e movimentos contratendenciais que abrandam esses mesmos limites e contradições, os deslocando de forma mais intensa no espaço e no tempo. Assim, Marx aborda inúmeras contradições internas ao capitalismo que revelam não só o aspecto técnico das "leis econômicas" que buscava desvelar, mas também suas dimensões chamadas de superestruturais.[35] Mais importante para a discussão sobre a exterioridade do capitalismo são os limites e barreiras externos a expansão do capital considerados por Marx e as formas correspondentes "não-econômicas" que mantêm uma relação "organicamente" conectada à produção e não uma de "mera conexão da reflexão" ([1857-1858] 2015, p. 60).

Este último aspecto remete à discussão sobre a relação entre base econômica e superestrutura. Ao contrário de "separações institucionais" ou determinações econômicas em última instâncias, essas dimensões política, jurídica e ideológica dizem respeito a uma

[35] Como alguns exemplos desses limites internos e suas respectivas causas contra-arrestantes que impõem sempre novas contradições se segue: a organização e união do proletariado pela aglutinação da massa de trabalhador pela indústria e a contraparte do deslocamento dos interesses políticos para os econômicos – da superação para a redução da exploração –, ou dos interesses econômicos para os políticos na democracia – da classe para o Estado (MARX, [1848] 2005, p. 47-49; [1843] 2010, p. 40); o aumento dos salários e o aumento correspondente da exploração pelo mais-valor relativo; a redução da dependência do trabalho na lei da queda tendencial da taxa de lucro e sua contraparte do aumento da exploração, compressão dos salários, redução dos custos do capital constante, as pressões da superpopulação relativa sobre a competição do salário, a expansão do comércio exterior, etc. ([1894] 2017, p. 326-33); a superprodução e o limite da realização do mais-valor pela massa de salários e capital acumulado em circulação e as respectivas alternativas do financiamento do consumo e empréstimos internacionais – a exportação do capital ([1857-1858] 2015, p. 551); a destruição do capitalista pelo capitalista realizada pelo monopólio e o imperialismo como solução ([1867] 2015, p. 1013; LENIN, [1917] 2010), e assim sucessivamente.

totalidade, em que o processo de acumulação concreto e esse nível superestrutural são dimensões relacionais e mutuamente constituídas. Nesse sentido, a interpretação marxiana de Ellen Wood (2006) aprofunda aspectos dessa relação que suprem certas lacunas teóricas sobre essa "exterioridade" do capitalismo. Para a autora, a separação entre o econômico e o político é reflexo da própria ideologia da classe dominante, o que não significa negar a existência de uma separação estrutural (p. 27) – o Estado e a legislação, por exemplo, ao mesmo tempo que são condições da produção, possuem limites claros sobre a intervenção na esfera da economia. Todavia, ao se assumir essa divisão teoricamente, como na dicotomia entre base e superestrutura, incorre-se no risco de reproduzir representações da realidade, como as da economia política, que ocultam processos de dominação.

Um primeiro problema da separação é tratá-la como oposição entre esferas ou estruturas e não como uma totalidade "contínua de relações e formas sociais com graus variáveis de afastamento do processo de produção e apropriação imediato" (p. 32). Portanto, as categorias econômicas elaboradas por Marx só adquirem significado em "determinações sociais específicas" na história, que envolvem formas de propriedade específica, de dominação, lutas de classe e de exploração, todas elas condicionadas por instituições sociais e políticas, expressões ideológicas e assimetrias de poder entre as classes (p. 30).

Outro problema da separação é não perceber que, além de ser política, ela também mascara os atributos políticos da esfera econômica. De fato, a novidade do capitalismo como modo de produção, foi relegar parte do poder político para uma esfera não-econômica, desresponsabilizando os proprietários de funções sociais como proteção militar, reprodução social e organização institucional, as relegando ao Estado (p. 37). No entanto, a "diferenciação do econômico e político é a diferenciação das funções políticas", em que parte é atribuída ao poder público e parte é privatizada nas mãos da classe proprietária; ou seja, a "diferenciação do econômico é uma diferenciação da esfera política" (p. 45). Isso evolve reconhecer dimensões do poder que são exercidas de forma privada e por meio da economia, como o controle capitalista sobre a produção e alocação dos excedentes e dos recursos sociais de acordo com objetivos particulares, bem como o poder de apropriação do trabalho, em que o proprietário privado submete e controla completamente a vida do trabalhador durante o tempo de vida cedido por este àquele em troca de um salário (p. 36).

Um ponto central na análise de Wood sobre seu conceito de capitalismo é que, paralelamente à privatização do poder político econômico e à concentração do controle sobre a produção pelos capitalistas, o poder econômico passa a ser exercido pelos imperativos de acumulação e competição do capital enquanto sujeito social (2001; 2006; 2014). Ao mesmo tempo em que ao trabalhador é imposto a necessidade de vender a força de trabalho no mercado, o capitalista é impelido a expandir o valor excedente como condição de sua existência. Assim, a particularidade do capitalismo como modo de produção seria que o processo de acumulação é regido completamente pela coerção econômica e não mais por fatores extraeconômicos, embora estes sejam necessários como condição do exercício de poder meramente econômico. É daí, que deriva tanto sua concepção da gênese capitalista, quanto seu conceito de imperialismo capitalista (2001; 2014).

Consequentemente, alguns limites teóricos emergem de sua definição de capitalismo. Tanto a relação entre expansão e exterioridade do capitalismo deixa de ser problematizada – o que subsome o conceito de acumulação primitiva e as hierarquias sociais à lógica interna do capital –, quanto as formas de mediação entre estrutura e agência distintas da luta de classe perdem centralidade. Sobre este último aspecto, Wood não ignora a relação entre luta de classes e política, de um lado, e a transformação das relações de produção em forças materiais históricas, de outro, o que evita uma perspectiva determinista, economicista e teleológica do capitalismo. No entanto, perde-se de vista outras formas de mediação política específicas que refletem as contradições dos imperativos expansivos da acumulação desde uma perspectiva das periferias e marginalidades do capitalismo.

Esse mesmo problema também está presente na perspectiva marxiana – e é o que em parte Fraser se esforça para responder, por vias que inserem outros limites teóricos. De todo modo, Marx não deixa de considerar o aspecto da contingência que é inerente à política e à luta de classes, de maneira que é possível distinguir suas obras em que a história parece independer da ação humana – como um reflexo das transformações e contradições estruturais – e outras mais políticas em que a contingência é central em seu argumento. Essa diferença pode ser traçada pelo nível analítico considerado por Marx a depender de seus textos (CODATO; PERISSIOTO, 2011, p. 44), mas, mesmo em obras mais "macro-históricas", é possível de se encontrar essas dinâmicas relacionais.

Sem entrar nos debates sobre se haveria posições irreconciliáveis entre as variadas obras marxianas, a partir dessa perspectiva mais relacional, pode-se estabelecer uma

referência teórica importante sobre a interação entre estrutura e agência. O principal aspecto é a compreensão de Marx sobre a condição situada dos indivíduos e coletividades na estrutura social, sendo esta composta por realidades materiais específicas, pelo conjunto de forças produtivas, por suas configurações políticas correspondentes e por formas de consciência que expressam a dominação – todas como construções históricas, o que pressupõe a agência, mas também os limites estruturais herdados do passado (MARX; ENGELS, [1845-1846] 2001, p. 36). Por isso, se a história é feita pelos humanos, ela também não é uma construção "de livre e espontânea vontade": as circunstâncias, as condições reais e materiais, são sempre dadas pelas lutas passadas, logo, independentemente da ação individual e coletiva no presente (MARX, [1852] 2011, p. 25). Da mesma forma que a agência transforma as estruturas sociais, a possibilidade de transformação é condicionada pela realidade, não é nunca apenas expressão da escolha, da consciência ou da política enquanto esferas autônomas. Além disso, é sempre bom lembrar que os limites e as condições estruturais da agência, por um lado, não significam a ausência da circunstância, nem a inevitabilidade da história, por outro, não implicam condições iguais para as coletividades que aspiram à transformação social (Idem, [1852] 2011) – na estrutura social (que é econômica, mas também política) é imprimida as assimetrias de poder entre as classes, o que significa o estabelecimento de vantagens e desvantagens, conforme a posição social das coletividades nessa estrutura.

É essa compreensão que possibilita problematizar interpretações sobre Marx que lhe atribuem uma percepção emancipatória do capitalismo, como em Fraser (2014; 2015a) e Federici (2023). De fato, em inúmeras passagens de sua obra, Marx ressalta como o capitalismo criou formas de vida mais livres, pela destruição de relações de dominação passadas, e que isso seria inerente à acumulação de capital, cuja tendência seria expandir essa "liberdade", se universalizando no mundo. Entretanto, se parte dessas afirmações podem ser explicadas por uma característica política intrínseca ao seu pensamento – que se acentua em obras mais direcionadas ao movimento revolucionário como em *O Manifesto* –, no sentido de perceber o capitalismo como a única forma de dominação na história que possibilitaria a emancipação da classe dominada, em razão de suas contradições materiais, sociais e políticas particulares, a relação entre estrutura e agência em seu pensamento abre outros caminhos interpretativos. Não só a transformação depende da luta de classe, da contingência (MARX, [1852] 2011), mas também essa emancipação capitalista se mostra somente na aparência. Enquanto o conflito possível e o "poder de desfrutar com toda a tranquilidade da contingência dentro de certas

condições" materiais, que caracteriza a liberdade capitalista na concorrência, aparentam o fim das relações estáticas diante da estrutura social, é no capitalismo em que os indivíduos estariam menos livres, em razão de estarem "mais subsumidos por um poder objetivo" (MARX; ENGELS, [1845-1846], p. 95).

Haveria no capitalismo, portanto, "uma relação de dependência absoluta" do trabalhador em relação ao capitalista, oculta no contrato de trabalho "voluntariamente" realizado na circulação (MARX, [1867] 2015, p. 1021). Enquanto os modos de produção anteriores dependiam da ideologia e do *status* para reproduzir a desigualdade na estrutura social – servos e camponeses possuíam os meios de vida, mas eram submetidos a classificações hierárquicas de *status* que fixavam a estratificação social –, o capitalismo parece universalizar a igualdade e liberdade entre os indivíduos ideologicamente, mas restaura as diferenças por meio da estrutura social – as possibilidades de existência e a mobilidade dos trabalhadores seriam dadas desde o nascimento pela distribuição da propriedade realizada no passado (MARX; ENGELS, [1845-1846], p. 95). O "segredo político" seria a acumulação primitiva que estabeleceu a desigualdade da estrutura social, condicionando a margem possível de contingência da vida. Assim, essa dimensão ideológica que transgrede as hierarquias, as restabelece posteriormente ao separar a igualdade formal das desigualdades reais, transformando a desigualdade material em desigualdade política, uma vez que parte do poder político é privatizado na esfera econômica, pela separação entre poder social e poder político.

Esse ponto remete à discussão da exterioridade do capitalismo, a relação entre os impulsos expansivos estruturais e seus limites e contradições, internos e externos. Em Marx, do mesmo modo que a expansão das relações sociais de produção, necessárias à produção ampliada, implicam na expansão ideológica (e moral) dessa emancipação restrita, seus limites e contradições refletem um impulso (estrutural) de contenção que é material, mas que também não deixa de ser ideológico. Essa dinâmica é melhor retratada quando Marx acrescenta uma outra dimensão dos limites da emancipação, ao abordar o problema da realização do mais-valor pelo consumo: o fato de que o consumo como condição para transformar a exploração em dinheiro nas mãos dos capitalistas guarda limites internos à lógica auto-expansiva do capital, relacionados à impossibilidade dos trabalhadores e capitalistas consumirem a produção sempre crescente através da quantidade de dinheiro disponível em circulação que precisa servir à reprodução social, mas também à ampliação da produção ([1857-1858] 2015, p. 550-51). A este aspecto "civilizador" do capitalismo que integra socialmente todos os membros da sociedade e

rompe com os limites da tradição como forma de universalizar a produção e o consumo – os modos de vida na sociedade – (p. 542), se segue a transformação e incorporação dessas hierarquias destruídas sob a forma das desigualdades internas ao capitalismo – condição da exploração e limite de sua realização –, impondo novos obstáculos à expansão do capital:

> O capital, de acordo com essa sua tendência, move-se para além tanto das fronteiras e dos preconceitos nacionais quanto da divinização da natureza, bem como da satisfação tradicional das necessidades correntes, complacentemente circunscrita a certos limites, e da reprodução do modo de vida anterior. O capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais.
>
> Porém, do fato de que o capital põe todo limite desse gênero como barreira e, em consequência, a supere idealmente, não se segue de maneira nenhuma que a superou realmente, e como toda barreira desse tipo contradiz sua determinação, sua produção se move em contradições que constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas. Mais ainda. A universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo (p. 542-43).

Portanto, o aspecto emancipatório do capitalismo precisa ser problematizado a partir da questão de sua exterioridade, tanto sob um ponto de vista dos imperativos estruturais do processo de acumulação, quanto das expressões ideológicas que os fundamentam. Isto é, essa dinâmica de expansão e contenção se realiza tanto pelos imperativos estruturais da produção ampliada, quanto pelas mediações políticas, institucionais e ideológicas que transformam, restauram ou ressignificam a exterioridade sobre uma forma capitalista. Assim, expansão e contenção são sempre momentos necessários, mas também abertos ao conflito e à luta política, pelas suas contradições e pelo seu aspecto contingente.

No entanto, escapa à Marx como as formas de hierarquia social são constitutivas do capitalismo enquanto condições de sua expansão – como abordado no debate sobre acumulação primitiva –, mas também como são meios de ressignificar e incorporar essas fronteiras rompidas internamente ao modo de produção capitalista.

Outra obra que oferece alternativas para o debate sobre a exterioridade do capitalismo em um nível de análise que privilegia as mediações políticas das dinâmicas expansivas e de contenção do capital é a de Melinda Cooper (2017). A autora, enquanto recepciona essa compreensão sobre o pensamento de Marx, segundo a qual os movimentos expansivos e regressivos do capital seriam internos ao capitalismo, questionando o problema do contramovimento como exterioridade na obra de Polanyi, também tensiona esses movimentos teoricamente ao incluir o debate sobre hierarquias sociais. Sobre essa dimensão política constitutiva do processo de expansão e retração da acumulação capitalista, Cooper considera que esse "duplo movimento" interno do capital precisa ser radicalizado teoricamente como forma de compreender o processo de reincorporação das "condições 'sociais e culturais' sob as quais o valor deve ser reproduzido e reapropriado de forma privada" (p. 17), para além do restabelecimento das desigualdades na estrutura das relações sociais de produção. Assim, seria interno e constitutivo ao capitalismo, frente às contradições inerentes à sua dinâmica expansiva e regressiva, o processo de "reinvenção da tradição" que se expressa e se realiza por meio de "formas políticas diferentes em diferentes momentos históricos" (p. 18). Nessa perspectiva, tanto a política do bem-estar social, fundamentada no salário familiar fordista, quanto o neoliberalismo e o neoconservadorismo seriam expressões do "duplo movimento do capital" que precisa reconstruir suas fronteiras e hierarquias internas diante dos conflitos gerados pela expansão do capital (p. 18).

Dessa forma, abre-se o caminho para considerar como imperativo do capitalismo a reafirmação das "instituições reprodutivas da raça, da família e da nação como forma de garantir a distribuição desigual da riqueza e renda ao longo do tempo" que se realiza por disputas e mediações políticas desencadeadas como necessidade, mas também como possibilidade, a partir das contradições geradas pela expansão do capital (p. 16). Em sua abordagem, Cooper possibilita incluir outros conflitos sociais como constitutivos do capitalismo e traçar conexões políticas, ideológicas e morais entre distintos projetos que travam a disputa pela hegemonia e pelas formas de mediação do capitalismo, para além das dicotomias estanques entre economia e mercado, de um lado, e dimensões não mercadorizáveis, de outro. Porém, em sua concepção, a dinâmica da transgressão e restauração assume uma orientação linear e é analisada priorizando as mediações políticas e morais internas dos países do centro capitalista, o que obsta apreender os deslocamentos espaço-temporais das hierarquias sociais típicos do processo de acumulação primitiva.

Tomando como referência o conceito de acumulação primitiva, os avanços teóricos realizados por Cooper podem sem incorporados à definição ampliada do processo de acumulação, em que a relação centro-periferia e o conceito de imperialismo acrescentam outras perspectivas sobre a exterioridade do capitalismo e sobre suas dinâmicas expansivas e regressivas, em que as hierarquias sociais são centrais para identificar tanto os imperativos da acumulação de capital, mas também as formas de mediação política que acompanham as transformações histórias do capitalismo em distintos espaços do capitalismo.

Como abordado anteriormente, Luxemburgo ([1913] 2003) acrescenta à dinâmica expansiva do capital um externo constitutivo necessário estruturalmente à acumulação de capital que responde às contradições da realização do mais-valor discutidas por Marx. Assim, os imperativos da acumulação, regidos pela coerção econômica no centro, dependeriam, como causa contra-arrestante de suas contradições, da manutenção de uma relação hierárquica com a periferia, cuja expressão ideológica e política foi o imperialismo. A acumulação primitiva, então, é estabelecida teoricamente como constitutiva à lógica do capital, sendo a apropriação, a violência, e a dominação política na periferia capitalista as contrapartes da compulsão econômica no centro. Mas a previsão de Luxemburgo de que a universalização do capital, que colocaria um fim nessa condição da reprodução da acumulação, pela extinção de seu exterior constitutivo e a impossibilidade de manter processos de acumulação primitiva, não se realizou na história. O imperialismo teria apenas se transformado, de modo que as formas de dominação entre centro-periferia passaram a ser comandadas pela coerção econômica, sustentada no poder militar da potência hegemônica dos EUA, em que a acumulação primitiva deixa de ser o meio de expansão e dominação do império (WOOD, 2014). Se a Luxemburgo escapa a dinâmica de retração contrária à expansão, a Wood falta a compreensão da dependência do capitalismo em relação às hierarquias sociais distintas de classe – raça, gênero e a relação centro-periferia.

Gago e Mezzadra (2015) oferecem uma síntese importante entre as obras das duas autoras ao restabelecerem a conexão teórica entre o conceito de acumulação primitiva e a lógica expansiva inerente ao capital sobre um externo constitutivo em uma condição histórica da universalização do capitalismo. À dialética entre limite e barreira da expansão do capital, apresentada por Marx, propõem as dimensões extensivas e intensivas da expansão em uma fase do capitalismo contemporâneo onde as fronteiras geográficas foram ultrapassadas de forma completa. É dessa forma que a exterioridade do capitalismo

se mantém como condição da expansão do capital: “no momento em que não existem mais limites no sentido literal, os limites são produzidos pelo próprio capital através de dinâmicas que lembram a dinâmica da acumulação primitiva” (p. 48).

A expansão extensiva remete às formas (neo)extrativistas da acumulação por espoliação caracterizadas por Harvey (2008), em que recursos naturais e formas de produção antigas são objeto da apropriação das corporações internacionais. Permanecem, nessa perspectiva, uma dinâmica entre o atrasado e moderno, ou entre o natural e econômico, em que a acumulação primitiva desapropria, espolia e avança sobre comunidades originárias, relações do campo que mantém modos menos desenvolvidos de produção e recursos naturais ainda não explorados. No entanto, a dimensão intensiva oferece uma conexão teórica entre o debate sobre as múltiplas periferias, a superexploração do trabalho e a incorporação de relações “não capitalistas” no processo de acumulação global. Assim, problematizam-se as dicotomias que opõem uma lógica econômica ou capitalista “pura”, típicas do centro, a outras relações de (re)produção social da periferia, as quais são desvalorizadas e desconectadas analiticamente em relação ao processo de valorização da acumulação, como no uso comum das categorias binárias “produtivo e improdutivo, trabalho manual e intelectual, bem como a fronteira entre produção e reprodução” (p. 49).

Nesse sentido, Gago e Mezzadra reposicionam o conceito de exploração no centro da análise do capitalismo contemporâneo, ao situarem a categoria trabalho nas suas determinações sociais específicas, em que as condições do centro capitalista não refletem os sentidos de trabalho, apropriação e exploração que se intensificam nas periferias. De maneira similar à crítica de Oliveira ([1972] 2003a), que identificou a constituição mútua e dependente entre o “atrasado” e o “moderno”, a periferia e o centro, e as periferias e os centros das cidades periféricas, Gago e Mezzadra traçam essas conexões mais contemporâneas por meio de novas formas de exploração que variam em escalas, modalidades de trabalho e coordenadas espaço-temporais (p. 50). A apropriação do mais-valor, como, por exemplo, da produção e reprodução comunitária, dos usuários dos algoritmos e dos excedentes do capitalismo – como beneficiários de assistência social, estudantes ou pessoas feminilizadas – não mais se realiza apenas pela subordinação, mediada pelo salário, de trabalhadores a capitalistas. A particularidade atual está em como o sistema financeiro proporciona ao capital a apropriação do trabalho e a extração do mais-valor sem a necessidade de “passar por uma relação social com o outro do capital:

[...] com o ‘trabalho vivo’” (p. 51). Assim, a mediação central entre capital e trabalho na acumulação primitiva extrativista deixa de ser o salário e se converte na dívida (p. 43).

A partir dessa leitura contemporânea da expansão do capitalismo pela transformação de suas fronteiras ou periferias, o conceito de superexploração do trabalho pode ser adaptado às novas relações sociais do capital, de forma a acomodar distintas categorias de trabalho como o informal, comunitário e reprodutivo, sem os compartimentalizar em dicotomias ou esferas dissociadas da acumulação capitalista. Além disso, o mecanismo da dívida se torna central para se apreender como a exploração submete os trabalhadores e trabalhadoras, mas também os excedentes do capitalismo, a condições de vida em que possuem recursos abaixo do mínimo necessário para sua reprodução cotidiana. Uma forma de operação da superexploração mediada pela dívida se dá pela necessidade das pessoas em se endividarem para pagar por bens e serviços básicos de subsistência, o que significa que suas formas de trabalho não mais são suficientes para reprodução regenerativa diária – a consequência é o aumento da intensidade da extração do mais-valor pela inadimplência e seus juros crescentes (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 14). Ademais, a dívida se torna um imperativo estrutural que submete e coage as “pessoas a aceitarem quaisquer condições de trabalho, pelo fato de a obrigação financeira acabar ‘comandando’ o trabalho no tempo presente” (p. 9), ou seja, um mecanismo que se acrescenta a, e reproduz, as pressões coercitivas da superpopulação relativa.

Dessa maneira, Gago e Mezzadra (2015) reconectam a dinâmica da exterioridade do capitalismo ao processo de acumulação e às relações sociais do capital, em que o conceito de acumulação primitiva é central para compreender a relação constitutiva entre produção, reprodução e formas políticas do capitalismo, para além da dicotomização entre economia e outras esferas aparentemente não econômicas – evitando a corresponde exclusão das periferias como referencial teórico central. Ademais, a inserção de uma perspectiva ampliada da acumulação em sua análise complementa a dimensão contingente das mediações políticas que acompanham a dialética entre expansão e regresso do capitalismo e oferece elementos teóricos para se introduzir as hierarquias sociais como atributos constitutivos e fundamentais do conceito de capitalismo.

A discussão teórica realizada até aqui possibilita estabelecer uma definição para o conceito de capitalismo que será central para o distinguir do conceito de neoliberalismo e, por conseguinte, delimitar teoricamente a relação de ambos com a democracia. Na próxima seção, o capitalismo será definido como modo de produção, o que pode parecer

ter tornado todo o esforço teórico precedente desnecessário frente a esse retorno à Marx. Todavia, será a partir da problematização das fronteiras do capitalismo, da relação entre suas estruturas e formas de mediações políticas que reconfiguram esses limites e do papel das hierarquias sociais nesse processo, que esse retorno a Marx incorporará tanto os deslocamentos teóricos apresentados no conceito de acumulação primitiva, quanto a dinâmica entre expansão e retração do conceito de duplo movimento que pretende (re)conectar capitalismo e neoliberalismo. Ou seja, ao mesmo tempo em que essas inflexões teóricas expandem o conceito de capitalismo que será proposto, este, como modo de produção, possibilita eliminar lacunas entre os debates apresentados. Nesse caminho que será traçado, as influências da obra de Polanyi inevitavelmente ficarão pelo percurso – restarão como memória das leituras que chamaram a atenção para a importância do regresso ao capitalismo para se analisar o neoliberalismo, do retorno à Marx.

Assim, como trajetória para a definição do conceito de capitalismo, serão problematizadas as suas fronteiras – a relação constitutiva do capitalismo com o que aparentemente lhe é externo –, a relação entre a estrutura e agência no capitalismo a partir da ideia de contingência política – como mediações políticas que transformam essas estruturas estão sempre condicionadas e situadas no capitalismo – e como as hierarquias sociais são constitutivas das dinâmicas de expansão e retração do capitalismo – como contradições internas do capitalismo e como objetos de luta política.

2.4. Definição de capitalismo

Neste trabalho, o capitalismo é compreendido como um modo de produção. O ponto de partida dessa proposta teórica é, sem dúvida, a teoria social do capital de Marx. Porém, os debates sobre a acumulação primitiva, a exterioridade do capitalismo e as formas situadas de mediação política que transformam o capitalismo indicam críticas e reformulações necessárias na definição do conceito. Como será discutido, é a categoria hierarquia social que permite recepcionar esses tensionamentos na teoria do capitalismo sem deixar de dar centralidade à exploração e à apropriação.

Na obra de Marx, o capitalismo tem como fundamento mais geral a criação de valor pela exploração do trabalho, realizada pela produção de mais-valor e a respectiva apropriação desse excedente do trabalho – porquanto, do tempo de vida dos indivíduos – por parte da classe dominante (MARX, [1867] 2015, p. 312, 322-23). A apropriação e a

exploração pressupõem a propriedade privada dos meios de produção e a divisão da sociedade em classes, entre proprietários e produtores, entre capitalista e trabalhador (p. 802). Mas essas relações diretas de subordinação e exploração se concretizam pela dominação impessoal dos imperativos do capital como "valor que se autovaloriza" (p. 297). Por conseguinte, a produção social não é determinada pelos proprietários, muito menos pelos produtores, e sim pelo efeito desses impulsos de valorização (p. 150 e 613). Tanto em um nível mais abstrato quanto no mais complexo – da reprodução simples para a ampliada – a necessidade do capital é, então, se expandir (p. 813), o que impõe uma série de limites, barreiras e contradições, internas e externas, à sua tendência estrutural – progressiva e universalizante. Desse movimento entre necessidade expansiva e suas contradições resultantes, decorrem contramovimentos de contenção, tanto da expansão, quanto das contradições: as crises e as causas contra-arrestantes respectivamente ([1857-1858] 2015; [1894] 2017).

Assim, interpreta-se aqui a expansão e contenção como sendo impulsos e momentos, não lineares, constitutivos do capital. Ou melhor, são características comuns que assumem identidade e alteridade em um mesmo processo: expansão com contradições inerentes, como universalização que põe em evidência a existência e a necessidade dos limites internos e "externos"; crises e contratendências como contenção e expansão simultâneas; valorização e crise como negatividade, mas também como identidade do mesmo processo; e expansão e causas contra-arrestantes que deslocam, no espaço e no tempo, o impulso de contenção, as contradições, os limites e as crises, como momentos constitutivos e simultâneos da expansão.

Além disso, esse "sujeito automático" que submete e conecta a todos na valorização (e contenção) de si mesmo, por meio do valor, é tanto uma construção social – algo suprassensível, cujo sentido é atribuído pelos humanos socialmente –, quanto relações sociais objetivas, independentes das vontades dos sujeitos – a realidade concreta como é apresentada a todos (MARX, [1867] 2015, p. 206-09). Ou seja, a objetividade e universalidade dessas relações sociais pressupõem atributos subjetivos objetificados e relações sociais particulares que realizam essa mistificação que, de modo algum, significam uma ilusão existencial ou uma verdade produzida apenas nas ideias, mas como o mundo é – representação e ontologia são parte inseparáveis da experiência concreta. Porém, o capital enquanto sujeito social não implica a ausência da ação humana, mas sim que seus imperativos condicionam e influenciam o concebível em relação às interpretações e aos objetivos individuais e coletivos: enquadram estratégias para alcançá-

los, por meio da distribuição de recursos desiguais, e constituem os sujeitos e coletividades, seus interesses, valores e horizontes de possibilidade de forma relacional a partir de suas posições na estrutura social (JESSOP, 2008).

Esse ponto de partida da definição do capitalismo como modo de produção, por recepcionar esses aspetos da obra de Marx, reflete seus atributos mais abstratos que somente obtêm sentidos concretos em configurações sociais específicas na história. Sendo assim, essas relações sociais objetivas e, aparentemente econômicas, são indissociáveis das formas extraeconômicas particulares que protegem, reproduzem, estabelecem, regulam e expressam os limites de seus sentidos sociais. Isto é, toda categoria econômica abstrata contém em si, na realidade social, expressões "não-econômicas" que lhe são constitutivas e variam no tempo e no espaço, a relação entre conteúdo e forma, entre forças materiais e ideologias, inseparáveis historicamente (GRAMSCI, [1926-1934] 2022, p. 185-86). A mercadoria, a exemplo da força de trabalho, possui valores, valores de uso e valores de troca concretos somente quando situados em determinações sociais (pelas formas de trabalho, de exploração e de apropriação), históricas (pelas condições específicas de cada sociedade), políticas (pelas correlações de força, lutas sociais, suas respectivas formas de repressão e legislações decorrentes desses conflitos), culturais (pelas necessidades reprodutivas cotidianas particulares), morais (pelos níveis de exploração aceitáveis) (MARX, [1867] 2015, p. 317-18), mas também globais (pela integração de relações e determinações sociais de produção distintas no processo de acumulação, as tornando interdependentes) (FRANK, 1977; MARINI, 1973).

Além disso, esse aspecto objetivo das relações capitalistas não é invariável – o capitalismo se transformou na história –, nem produz efeitos idênticos em um mesmo momento histórico – estes dependem dos níveis e da posição situada dos sujeitos, objetos e relações em análise. Portanto, o conceito de acumulação global (FRANK, 1977) possibilita acrescentar à essa dimensão objetiva e sistêmica da autovalorização uma pluralidade de relações sociais particulares. O processo de acumulação global pode ser definido como o movimento de autovalorização do capital que abrange e integra relações de produção e formações sociais para além das fronteiras espaço-temporais formais – empresas, cidades, países, blocos regionais etc. com etapas lineares próprias de cada espacialidade – e das relações sociais de produção tradicionalmente associadas ao capitalismo, em circuitos ampliados e integrados do capital. Portanto, embora essas relações sociais particulares sejam condicionadas pelos imperativos econômicos

(WOOD, 2006), elas não se reduzem a estes e são parte constitutiva do capitalismo enquanto modo de produção. E mais: além dos imperativos econômicos e suas formas de coerção nunca serem tão somente econômicos, já que a esfera do econômico no capitalismo contém atributos que lhe são inerentemente políticos (Idem, 2006), ela também abriga outras dimensões pelos mesmos motivos.

Diante disso, propõe-se a categoria hierarquia social como intermediação teórica entre recepção e crítica ao conceito marxista de capitalismo. É a partir dela que se pretende integrar teoricamente a questão da exterioridade do capitalismo, a pluralidade de relações e formações sociais que o compõem, as dimensões ausentes ou secundárias no marxismo – embora constitutivas do capitalismo – e as transformações estruturais do modo de produção e suas respectivas mediações políticas, mantendo à exploração, a apropriação, a extração e a dominação como fundamento do capitalismo.

Quatro tipos de hierarquia social são fundantes do capitalismo e remetem ao processo de acumulação primitiva – a relação centro-periferia, raça, gênero e classe. Enquanto categoria, a hierarquia social não concerne somente relações sociais do capitalismo, mas como conceito, nesta tese, ressalta atributos específicos que as conecta às formas de exploração, extração e subordinação e às transformações no processo de acumulação capitalista, embora as formas contemporâneas de expressão das hierarquias, as desigualdades que estruturam e as relações de opressão que delas derivam não se reduzem ao capitalismo enquanto "economia" ou às relações sociais de produção – a exemplo da violência simbólica e física relacionada à gênero e sexualidade (MIGUEL, 2016, p. 13), ou de como desigualdades de raça têm efeitos que não coincidem ou não são colineares aos de gênero e classe, como no caso da exclusão de negros e negras ao longo de cada etapa ou barreira que se acumula na trajetória institucional necessária para a inclusão na representação política (CAMPOS; MACHADO, 2020).[36]

[36] Mesmo assim, é importante ressaltar como as hierarquias sociais convergem em vários sentidos na história e na atualidade do capitalismo. Federici (2023) chama a atenção para como a homossexualidade passou a ser perseguida, diante das políticas sexuais e nas caças às bruxas, relacionadas à necessidade do controle do trabalho, no período de formação do capitalismo (p. 354). Contemporaneamente no Brasil, país que mais assassina a população trans, as vítimas no ano de 2023 foram, majoritariamente, pessoas pretas e pardas (72%) e submetidas a condições de vida precárias e vinculadas à prostituição (57%) (TGEU, 2024). A comunidade LGBTQI+, apesar das suas inúmeras diferenças socioeconômicas internas, sofre com opressões de gênero e de sexualidade que se refletem em desigualdades "econômicas" por inúmeros motivos, como exclusões ou preconceitos no mercado de trabalho, restrições ao acesso a serviços públicos e privados como educação, saúde e moradia etc. (YOUNG, 2009). Também, a sub-representação da população negra, em alguns casos, se intensifica quando se controla por classe (tendo renda como proxi), na medida em que são as classes mais abastadas as mais favorecidas na representação e são nelas onde a desigualdade de raça é mais presente (CAMPOS; MACHADO, 2017, p. 133).

As hierarquias sociais, apesar de estarem relacionadas sociologicamente às formas históricas de estratificação social, assumem características no capitalismo que não são meros "vestígios" das configurações sociais passadas (MARSHALL, 1967, p. 159). Elas foram ressignificadas e constituídas no capitalismo a depender de como se inseriram no processo de acumulação geral. Isto é, hierarquias não são externas ou antagônicas ao desenvolvimento do capitalismo, não obstante formas históricas em que se apresentaram o foram, mesmo quando incorporadas e transformadas pelas relações de produção capitalistas – a exemplo da manutenção de hierarquias relacionadas a castas e estados, organizadas por princípios de hereditariedade e *status* jurídico, respectivamente (p. 147-48 e 160).

Do mesmo modo, a concepção de estratificação de classe, como característica do capitalismo não pode ser compreendida pela ausência do *status* social, nem pela posição de classe de acordo com determinantes meramente econômicos, como na diferenciação de Weber entre estamentos e classes – o primeiro relativo ao *status* e o segundo, às oportunidades econômicas distribuídas pelo mercado – (WEBER, [1921] 2015, p. 203), ou em interpretações economicistas do marxismo em que os diversos atributos superestruturais das relações de produção são meros reflexos ou efeitos unidirecionais destas (WOOD, 2006). É nesse sentindo que classe é compreendida aqui como uma hierarquia social, pois, além de ser determinada por uma posição relacional entre indivíduos e grupos conforme as posições estruturais dadas pelas relações de produção – que por si só já impõe hierarquias –, abrange dimensões que dizem respeito aos valores subjetivos de distinção social – que também influenciam no processo de subjetivação –, mas também por determinantes objetivos não econômicos que são constitutivos das relações tidas como econômicas, os quais implicam em diferentes e cumulativas posições sociais estruturadas, restringindo oportunidades, capacidades e práticas aos indivíduos e coletividades (YOUNG, 2002, p. 98).[37]

Portanto, ao mesmo tempo em que o conceito de hierarquia social chama a atenção para a estratificação social, as relações sociais que as estruturam não dizem respeito apenas aos recursos que sujeitos possuem e herdam, os quais expressam privilégios e

[37] É importante ressaltar como na gênese do capitalismo a hierarquia de raça, por exemplo, foi estabelecida, estratégica, moral, política e funcionalmente, também por formas institucionais relacionadas ao *status* jurídico, ou pela negação de *status* para os negros escravizados, tanto como condição e necessidade do modo de produção capitalista que se estabelecia (MILLS, 2019; WILLIAMS, 1944), quanto como forma política de desidentificação e obstrução da potencial solidariedade entre frações de classes subalternas – entre trabalhadores livres, servos, escravos e indígenas nas colônias, por exemplo (FEDERICI, 2023, p. 213).

desvantagens cumulativas (HASENBALG, 1982), mesmo que estes sejam fundamentais para compreendê-las. As hierarquias sociais constituem os sujeitos, regulam aspirações, preferências e horizontes de vida (FRANÇA, 2024) e influenciam experiências, aprendizados e capacidades práticas individuais e coletivas, o que não significa que as trajetórias de vida, interesses e opiniões sejam determinadas pelas posições estruturais dos sujeitos (BIROLI, 2018; YOUNG, 2002). Além disso, as posições sociais estruturadas não são fixas, mas constituídas de forma relacional às demais posições e convergências hierárquicas. Ou seja, não há homogeneidade interna às hierarquias, e as desigualdades que produzem não são apenas cumulativas ou unidirecionais (BERNARDINO-COSTA, 2014), de modo que podem, em determinadas relações sociais, antagonizar sujeitos posicionados de forma semelhante em uma mesma estrutura hierárquica, em razão de como outras hierarquias convergem em posições específicas (BIROLI, 2018).[38]

Sem desconsiderar os aspectos que poderiam ser chamados de simbólicos ou culturais das hierarquias sociais que condicionam os comportamentos, as expectativas sociais sobre determinadas posições de *status*, as variadas formas de opressão e o processo de constituição das subjetividades de forma relativamente independente e distante do processo de acumulação, a preocupação teórica deste trabalho abrange as conexões entre as distintas hierarquias e a exploração capitalista. E, nesse sentido, a exploração também se relaciona ou passa por um processo de constituição mútua com outras formas de subordinação, o que não implica que a exploração tenha primazia ou determine todas as formas de opressão e dominação, nem que possíveis remédios políticos, institucionais, reformadores ou revolucionários (FRASER, 2003), que busquem eliminar ou conter a exploração resolvam sumariamente todas as formas de opressão relacionadas às hierarquias sociais discutidas aqui.

Raça, gênero, classe e a relação centro-periferia são construções sociais, históricas e políticas, mas não deixam de estruturar relações objetivas. Também por isso, estão intimamente relacionadas às formas de exploração, expropriação, subordinação e apropriação originárias e perenes do capitalismo. Ao mesmo tempo, elas não são formas fixas, nem estabilizadas, o que significa que se transformaram ao longo do tempo no

[38] A definição de hierarquias sociais neste trabalho se aproxima de como a literatura sobre interseccionalidade aborda as convergências entre as desigualdades de raça, classe e gênero. No entanto, a escolha teórica pelo conceito de hierarquias sociais se deu pela finalidade de ressaltar o aspecto relacional entre as relações sociais estruturadas, o processo de constituição de subjetividades e as relações de poder inerentes ao capitalismo.

capitalismo e se estruturam de modo plural em um mesmo momento histórico pela conjunção entre hierarquias e pelas disputas, lutas sociais e conquistas em cada sociedade. As hierarquias de raça e classe, por exemplo, convergem estruturalmente no Brasil atribuindo privilégios e desvantagens a indivíduos e grupos que se refletem em desigualdades materiais, na realização ou negação de direitos formais e em formas de prestígio social. Assim, essa convergência tem efeitos na intensidade da discriminação social, na construção de sua expressão ideológica da democracia racial, na violência física e simbólica dela resultante e na inserção econômica dos grupos que compõem a classe (ALMEIDA, 2019; GUIMARÃES, 2002; HASENBALG, 1982). Da mesma maneira, a hierarquia de gênero enquanto se expressa em formas de opressão comuns a todas as mulheres, também se conjuga a outras hierarquias, de modo que dispõem grupos de mulheres em posições antagônicas entre si (BIROLI, 2020, p. 13). Ainda assim, a divisão sexual do trabalho estabelecida no capitalismo "é a base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas", impondo privilégios e desvantagens de forma variada entre mulheres (p. 23). Não menos importante, a hierarquia periferia-centro reúne as demais hierarquias em múltiplas escalas espaciais, internamente aos países, nas periferias do urbano, na relação campo-cidade, entre outras relações que envolvem o território, mas também entre países, pela relação da dependência estrutural da expansão capitalista desse "exterior" constitutivo. Sem dúvida, o "imperialismo cultural", ao mesmo tempo em que reflete formas de opressão que não se reduzem ao capitalismo (YOUNG, 1990), tem em vários sentidos como contraparte a exploração, expropriação e subjugação capitalistas, típicas da acumulação primitiva. Não obstante, as hierarquias periféricas também se refletem no centro capitalista na figura, por exemplo, dos imigrantes e das populações marginalizadas que carregam em si as marcas históricas dessa relação hierárquica.

Dessa forma, as hierarquias periferia-centro, raça, gênero e classe se constituíram de formas específicas no desenvolvimento do capitalismo e mantêm uma relação estrutural como condições da expansão e retração do processo de acumulação. Essa relação se estabelece, para cada uma delas, mas também as entrelaçando, pela dependência estrutural, no processo geral de acumulação, entre exploração e apropriação, de uma lado, e as hierarquias sociais, de outro. Ou seja, a apropriação e a exploração dependem da manutenção de alguma relação hierárquica no processo de acumulação como salvaguarda da produção de mais-valor. O que significa, de maneira inversa, que a redução da exploração, a partir de alguma hierarquia social no capitalismo, produz

contradições inerentes à acumulação de capital que dependem estruturalmente do deslocamento, restabelecimento e reconstrução espaço-temporal das hierarquias sociais, de modo combinado ou não, para reassegurar à acumulação. Ou seja, no capitalismo, ao contrário de esferas separadas da economia, regidas por lógicas, racionalidades e princípios não econômicos, as hierarquias fazem parte do processo de acumulação por como se integram na produção de mais-valor e estabelecem níveis distintos de exploração e apropriação.

Os impulsos estruturais conjuntos de expansão e retração da autovalorização são mais bem compreendidos a partir da introdução teórica das hierarquias sociais. Se a expansão significa romper barreiras e limites – mesmo no sentido de reconstrução das fronteiras dentro do capitalismo –, ela é acompanhada necessariamente pelo restabelecimento desses limites – da acumulação e das hierarquias.

Por um lado, essa dinâmica não envolve apenas momentos que se desdobram no tempo, como periodicidade ou intermitência, mas também como simultaneidade e perenidade. A expansão pressupõe a retração tanto como tendência de crise no tempo futuro, quanto como deslocamento simultâneo de suas contradições, interna ou externamente à expansão. Como exemplo, as contradições da expansão no Estado de bem-estar social no centro capitalista, ao mesmo tempo que se desdobraram em crise efetiva em um momento futuro, também resultaram, concomitantemente à expansão, no deslocamento da exploração e apropriação por meio das hierarquias sociais de classe e de raça para periferia capitalista, intermediada pela superexploração do trabalho e pela reconfiguração do colonialismo em neocolonialismo e do imperialismo colonial em capitalista (MARINI, 1973; OLIVEIRA; [1972] 2003a; RODNEY, [1972] 2018; WOOD, 2014). Da mesma forma, os ganhos salariais dos trabalhadores e a garantia da exploração de classe pelos capitalistas contaram igualmente com a ressignificação da hierarquia de gênero e raça no centro, por meio do salário familiar fordista (COOPER, 2017). De outra maneira, o desenvolvimentismo significou no Brasil o estabelecimento de hierarquias pela separação formal da cidadania regulada, pela necessidade da superexploração do trabalho e da incorporação e reconfiguração de relações sociais de produção "atrasadas" – no campo e nas periferias urbanas – e por formas de subordinação racial e de gênero do trabalho doméstico remunerado, todas elas "ocultadas" no imaginário de uma nação pacífica, inclusiva, miscigenada e democrática (IANNI, 2002; GONZALEZ, 1984;

GUIMARÃES, 2002; MARINI, 1973; OLIVEIRA, [1972] 2003a; SANTOS, 1979).[39] Assim, a conexão entre expansão e retração se dá também nas formas de exploração direta, combinadas e incorporadas no processo geral de acumulação, todas reunidas na objetificação do mais-valor por meio do valor mistificado nos mercados internacionalmente integrados.

Por outro lado, as contradições que estabelecem esses limites internos e "externos" não dizem respeito apenas à relação entre trabalho e capital – como nos limites da realização do mais-valor da acumulação ampliada destacados por Marx –, mas igualmente entre capital e as demais hierarquias sociais das quais dependem a exploração. Isto é, aos limites tradicionalmente relacionados à acumulação, devem ser acrescentados outros que dizem respeito à raça, à gênero e à relação centro-periferia, como abordado na discussão sobre a acumulação primitiva, que não necessariamente abrangem relações diretas de exploração, mas são intermediadas e compostas nas interconexões do processo de acumulação. Se a exploração do trabalho remunerado formal é condição e fronteira da autovalorização do capital, a exploração de outras formas de trabalho e relações sociais também o são – trabalho não remunerado, o cuidado privatizado, informalização, terceirização, trabalho análogo à escravidão, trabalho comunitário, precarização e empreendedorização, periferização da expansão do desenvolvimento, endividamento e a apropriação dos benefícios sociais, as pressões hierárquicas sobre a população relativa, a extração hierárquica de impostos pelos Estados, socialização desigual da dívida pública e a apropriação pelo centro capitalista do mais-valor produzido na periferia, etc.

Nesse sentido, as hierarquias sociais são causas contra-arrestantes fundamentais das contradições da expansão do capital. Isso põem em xeque a ideia do capitalismo enquanto potencial contraditório de emancipação e pondera a autovalorização do capital como imperativo de sobrevivência e único objetivo do capital individual. O impulso estrutural da retração, em complemento ao da expansão, abre espaço para se considerar o restabelecimento das hierarquias como contramovimento constituinte do capitalismo, sendo expressão ideológica da resistência à emancipação e realização de riqueza e, igualmente, necessidade ou condição da acumulação pela manutenção dos potenciais mecanismos de exploração. Daí, a acumulação primitiva ser um movimento de natureza política perene e constitutivo do capitalismo e a crise ser uma oportunidade e uma

[39] Para uma releitura contemporânea da democracia racial que remete à obra de Gilberto Freyre ([1933] 2004), mantendo o imaginário desse mito cuja expressão mais evidente seria o carnaval, ver Damatta (1984; 1991).

estratégia de classe que responde aos imperativos da valorização do capital, ambos tendo a restituição, ressignificação e intensificação das hierarquias sociais como meios de realização. Por consequência, o impulso da contenção é, ao mesmo tempo, momento de valorização pela expropriação, aumento das necessidades ou produção de antagonismos, mas igualmente um imperativo que entra em contradição com os objetivos autoexpansivos da acumulação.

A compreensão das hierarquias sociais desde a sua relação com o processo de acumulação problematiza teoricamente as formas de mediação política e de lutas sociais que se originam dessas contradições internas e influenciam nas transformações no modo de produção capitalista. Como abordado anteriormente, os impulsos de expansão e retração no capitalismo produzem diversas contradições relacionadas aos limites que as hierarquias impõem ao processo de acumulação. Essas contradições, ao mesmo tempo em que exigem respostas e mediações políticas, nunca de maneira pré-determinada, são potenciais de lutas diversas que têm as hierarquias sociais como referência. Dessa forma, as transformações do capitalismo refletem essas múltiplas lutas e mediações, que dependem da mobilização de recursos (ideológicos, políticos, econômicos, institucionais etc.), da capacidade de organização, da correlação de forças sociais e políticas dos distintos projetos em disputa e das próprias condições estruturais, assimétricas e relacionais, em que o conflito se realiza.

Um primeiro aspecto importante é que as mediações políticas podem representar avanços e retrocessos de diferentes maneiras a partir das distintas hierarquias sociais em múltiplas escalas analíticas. Isso significa dizer que, como no capitalismo há uma tendência, em consequência dos impulsos de expansão e retração do capital, do deslocamento das contradições e hierarquias sociais, a fim de manter a exploração necessária à acumulação, o resultado, os meios e as transformações desses deslocamentos dependem sempre do conflito político.

Assim, um segundo ponto é que as hierarquias sociais possibilitam estabelecer e conjugar, no centro da análise, múltiplas lutas, coletividades e sujeitos. Essa conexão teórica se dá através de um conteúdo comum em disputa, referente à exploração, mas também específico, relacionado às distintas consequências nas variadas trajetórias de vida, efeito das hierarquias experienciadas que se integram pelo processo de acumulação. Em vista disso, o político, ao contrário de autonomizado, passa a ser compreendido como situado e engendrado nas relações sociais capitalistas. Ademais, o conflito entre capitalismo e o político deixa de ser percebido pela ideia de economização da política ou

pela tensão ou choque entre normatividades distintas: a racionalidade econômica é inerentemente política e moral, em razão das hierarquias serem condições estruturais do capitalismo. Portanto, a análise dos processos de constituição dos sujeitos e de formação de preferências passa pela identificação das posições situadas, individuais e coletivas, nas estruturas de desigualdade hierárquicas constituídas no, e pelo, capitalismo. Isso abre espaço para compreender como as próprias hierarquias sociais podem estar, em situações específicas, em antagonismo entre si e não só em relação à classe capitalista, mesmo que todas elas possam ser objeto de exploração.

Uma outra questão, por conseguinte, se relaciona à caracterização de projetos políticos a partir das hierarquias sociais. Elas proporcionam um referencial analítico importante para se identificar e enquadrar os limites e contradições internos às ideias e práticas dos projetos políticos. Desse modo, os valores e princípios normativos que sustentam programas e objetivos políticos podem ser contrastados com as práticas e suas consequências concretas, tendo como parâmetro analítico os deslocamentos espaço-temporais das hierarquias sociais e as novas formas de opressão, subordinação e exploração que engendram. Isso passa por considerar os enquadramentos teóricos e normativos das hierarquias que encampam, os valores e princípios subjacentes as formas extraeconômicas que sustentam e as contradições históricas dos impulsos estruturais do capitalismo que os motivam.

Essa definição de capitalismo evita alguns problemas teóricos comuns a várias obras que abordam a relação entre capitalismo e política, democracia ou crise. A incorporação das hierarquias sociais como condições e mecanismos estruturais – embora sempre mediados politicamente – dos processos de expansão e contenção inerentes ao capital afasta os problemas teóricos ocasionados por construções conceituais estanques, dicotômicas, e topograficamente isoladas que impedem traçar as dinâmicas relacionais e mutuamente constitutivas entre o que se considera interno e externo ao capitalismo – economia e política, produtivo e não-produtivo, econômico e não-econômico, moderno e atrasado, desenvolvido e subdesenvolvido, base e superestrutura etc. Além disso, possibilita se distanciar de concepções meramente funcionalistas do capitalismo, ao introduzir teoricamente tanto a disfuncionalidade do processo de acumulação, quanto as mediações políticas que, embora condicionadas estruturalmente, não produzem efeitos sistêmicos pré-determinados. Portanto, evita-se também uma perspectiva teleológica e mecanicista das transformações do modo de produção, considerando o conflito e certo grau de contingência como inerentes à agência, à política e à história – embora as lutas e

formas de consciência não pairem no ar, elas também não são fenômenos sem sujeito. Por fim, contesta a troca, ou o mercado, como o fundamento do capitalismo, ao dar centralidade à exploração e às formas distintas de produção de mais-valor e de apropriação, para além de uma perspectiva economicista. Portanto, ao mesmo tempo que evita os limites da compreensão do capitalismo como economização ou mercadorização da vida, reinserindo a categoria trabalho como central, expande a categoria para além do trabalho formal assalariado, de forma a compreender múltiplas relações sociais que se integram e compõem a exploração e que distanciam – mas constituem – os momentos de produção de mais-valor e de apropriação, seja este entre trabalhadores (formais, informais, em situação de servidão, aposentados, "empreendedores", pequenos proprietários terceirizados que assumem etapas produtivas menos lucrativas por conta própria, trabalhadores de distintas nacionalidades etc.), com intermediação do Estado e entre Estados, ou pelos capitalistas (proprietários de terra, de máquinas, de bancos, de algoritmos etc.).

CAPÍTULO 3 - CAPITALISMO, DEMOCRACIA E CRISE DE *STATUS*

Um problema corrente em parte da literatura crítica é atribuir ao neoliberalismo a causa das crises democráticas contemporâneas. Esse problema não diz respeito ao fato de que o neoliberalismo tenha produzido retrocessos e golpes em regimes democráticos. De fato, o neoliberalismo explica parte desses processos. O problema está em desconsiderar o capitalismo, seja enquanto causa das crises democráticas, seja por não o delimitar teoricamente de forma clara. Desde a periferia capitalista, a relação entre capitalismo e crise democrática historicamente parece ser uma constante. Seria isso uma particularidade das periferias?

Os chamados trinta anos gloriosos, um fenômeno, este sim, particular do centro capitalista, serviu de referência para obscurecer o capitalismo em grande parte da teoria democrática. Todavia, a história de conflito entre capitalismo e democracia não se restringe a suas periferias, nem o pós-Segunda Guerra representou um momento de convivência pacífica e harmoniosa entre os dois – basta lembrar, por exemplo, o que foi o regime de segregação racial nos EUA. Isso não significa dizer que essa relação seja idêntica no centro e na periferia. Mas, sem uma análise teórica dos limites inerentes ou particulares às democracias capitalistas, não é possível delimitar o impacto que o neoliberalismo tem sobre regimes democráticos, nem compreender as contradições inerentes desse momento histórico específico do centro capitalista, hipostasiado como referente universal da democracia capitalista.

Ao se considerar o caráter perene da acumulação primitiva no capitalismo e relacioná-la aos imperativos expansivos e regressivos do processo de acumulação, foi proposto, no capítulo anterior, um mecanismo teórico de como as hierarquias sociais convergem, reaproximando periferia e centro a partir de uma compreensão mais ampla do capitalismo enquanto modo de produção. Neste capítulo, a análise volta-se para a democracia, a ressituando teoricamente no capitalismo.

Na primeira seção serão discutidas as transformações históricas dos sentidos, das experiências concretas e das disputas sobre a democracia no capitalismo. Em seguida, os conceitos de autonomia e desigualdades serão tomados como referência para compreender limites que o capitalismo impõe às democracias. Esses limites serão abordados tanto pelo ponto de vista da dominação, do Estado capitalista e de suas seletividades estruturais, quanto das opressões e do consenso, em que o conceito de

hegemonia é central para aproximar as relações de poder "desde baixo e de cima". Como será proposto, as hierarquias sociais são uma referência analítica importante para se compreender essas conexões nas democracias capitalista. Por fim, serão propostos alguns argumentos teóricos sobre como os imperativos do processo de acumulação, apresentados no capítulo anterior, impactam a democracia e o conflito político. A proposição central é a de que há nas democracias capitalistas a tendência a crises de *status* que se originam da contradição entre exploração e consenso, expressando os conflitos acerca das relações de dominação e subordinação. A partir do conceito de crise de *status*, apresenta-se uma relação entre os imperativos estruturais do capitalismo e a contingência da política, em que as mediações assumem formas variadas e conflitivas para lidar com essas contradições capitalistas e realizar deslocamentos espaço-temporais das hierarquias sociais e reconstruir consensos excludentes, ideológica e politicamente.

Como desdobramento teórico das crises, serão apresentados dois argumentos adicionais que estabelecem como as hierarquias sociais contêm e ameaçam a democracia. O primeiro diz respeito às condições em que os interesses gerais da valorização da acumulação perdem precedência para grupos e frações de classe dominante, mas também para o Estado. Respondendo aos imperativos regressivos do capital, isso ocorre quando as hierarquias sociais são intensificadas. Nesse contexto, a democracia passa a ser irrelevante do ponto de vista da dominação. O segundo argumento proposto complementa essa condição ao apontar como a democracia passa a ser um meio de conter suas próprias tendências potencialmente emancipatórias, seja sobre a ampliação da igualdade, seja a partir da legitimação da redução dos espaços democráticos. São os antagonismos internos aos dominados, produzidos pela intensificação das hierarquias sociais, um meio fundamental de desativar esse potencial democrático no capitalismo.

3.1. Democracia e capitalismo na história

A democracia não é necessária ao capitalismo. Em seu formato contemporâneo, se se considera sua definição minimalista – sufrágio universal, eleições livres, periódicas e competitivas –, ela é um fenômeno muito recente no centro capitalista[40] (LIJPHART,

[40] O primeiro país a se encaixar nesse critério teria sido a Nova Zelândia 1983 (mantendo a exclusão das mulheres para cargos eletivos até 1919, mesmo que pudessem votar) (LIJPHART, 2003, p. 70). Ou seja, todos os países só alcançaram os atributos de uma democracia minimalistas no século XX.

2003, p. 70), e, desde a periferia, o capitalismo convive bem com regimes autoritários, inclusive com o apoio das democracias ocidentais.[41]

A democracia moderna também não é efeito do capitalismo, como uma tendência teleológica da história, argumento comumente encontrado em distintas tradições do pensamento político: do capitalismo surgiria o liberalismo e deste, invariável ou logicamente, se evolui para a democracia moderna (WOOD, 2006, p. 197). Lógica que também é habitual e foi repaginada na Ciência Política pelos teóricos da modernização (LIMONGI, 2012) e da transitologia (VITULLO, 2007). Entretanto, apesar da democracia não ser efeito do capitalismo, seu modelo atual, enquanto instituições, valores e sentidos, só pode ser compreendido quando se considerada a influência do capitalismo em sua gênese moderna e suas respectivas transformações. Isso pressupõe que a democracia foi uma realidade variada ao longo da história, tanto como prática quanto ideal, ambos anteriores ao capitalismo, e que como a conhecemos se trata de uma especificidade histórica situada no capitalismo.

Se o capitalismo não depende da democracia, isso não é verdade em relação ao Estado moderno. O capitalismo nasce historicamente em um momento que os Estados se centralizaram e concentram o poder político (WOOD, 2006), sendo sua gênese marcada por práticas estatais que regularam e intervieram no ordenamento social, criando as condições políticas e institucionais para seu desenvolvimento – ver capítulo anterior. O Estado moderno, que para Weber ([1920] 1993), seria o arranjo institucional de dominação que monopolizou dentro de um território o uso da violência legítima e expropriou os meios de gestão, antes privados (p. 62), não surge, como o mesmo Weber considera, "em paralelo perfeito com o desenvolvimento da empresa capitalista" (p. 61) – se de fato há alguma coincidência, ela não foi em paralelo –, o que não quer dizer que Estado e a "empresa capitalista" não tenham muito em comum – no capitalismo e ainda mais com o neoliberalismo. Assim, o Estado também é peça chave para compreender as transformações e limites impostos à democracia no capitalismo, como destacam os autores das teorias do Estado neomarxistas.

No entanto, se, por um lado, a emancipação política que a democracia proporcionou não é resultado do capitalismo, por outro, seu avesso, a democracia

[41] Empiricamente as ditaduras militares latino-americanas são um bom exemplo dessa relação e, do ponto de vista teórico, o conceito de bonapartismo remete a como a autonomia relativa do Estado, inerente e necessária ao capitalismo, pode variar a depender da correlação de forças sociais e políticas, de modo que a democracia é apenas um regime político específico, em condições particulares de cada Estado e sociedade (POULANTZAS, [1968] 1977).

capitalista como mera expressão ideológica e institucional do domínio de classe, "a democracia burguesa" (DOMÈNECH, 2021), também traz problemas do ponto de vista da história e, consequentemente, se traduz em obstáculos teóricos. Ou seja, a democracia não carrega o potencial da emancipação humana, que seria resultado do capitalismo, nem foi um projeto de cima para baixo, um arranjo político idealizado pela classe dominante.

Um olhar sobre a origem da democracia moderna possibilita contextualizar os avanços e retrocessos em seus sentidos e suas formas que foram consequências de disputas e lutas políticas, em que classes e grupos subalternos na maioria das vezes estiveram do lado perdedor. O que não quer dizer que não tenham influenciado no conteúdo ou na própria possibilidade da democracia. Sem essas lutas e conflitos, provavelmente, ela não seria uma realidade, mesmo que limitada. Dessa forma, não é o capitalismo causa, embora tenha tido efeito sobre a democracia. E é essa relação contraditória que abre espaço para se reconhecer a domesticação histórica dos potenciais democráticos e a diluição de seus conteúdos, mas também as brechas para tensionamentos e conflitos que proporciona e ainda carrega, não à toa, a mantendo como objeto de interesse e preocupação dos grupos dominantes e dominados.

As democracias reais, ou seu formato paradoxal como democracia representativa, não foram fruto de uma engenharia institucional abstrata e preconcebida, como muitas vezes se presume serem, em que extensão geográfica e complexidade dos assuntos públicos tenham definido os rumos e os contornos inescapáveis do possível alcançado pelas classes revolucionárias do ocidente. A base do que se convencionou chamar de democracia representativa, o governo representativo, não surge como projeto democrático. Pelo contrário, a representação foi uma fórmula e alternativa política aristocrática, reconhecida conscientemente pelos teóricos e atores políticos que a propuseram, cuja raiz histórica mantém, ainda hoje, seus efeitos em sua adjetivação democrática (MANIN, 1995; WOOD, 2006).[42] Mas os momentos históricos fundantes do

[42] Manin (1995) destaca quatro princípios comuns que permanecem na democracia representativa em relação a sua perspectiva aristocrática de origem, embora tenham se transformado ao longo da história: 1) a escolha pelo mecanismo eleitoral em detrimento ao do sorteio representa a escolha pelo governo da aristocracia e não do povo – até o século XVIII, os teóricos políticos, tendo como referência a democracia grega, reconheciam o voto e, por consequência, a representação, como expressões do governo aristocrático (MIGUEL, 2021). 2) A representação se expressa no dilema entre dependência e mandato, que na história predominou propostas conservadoras e antidemocráticas para ambos os lados do dilema – como a visão burkiana e dos federalistas (PITIKIN, 1967; VITULLO; CUNHA FILHO, 2020; WOOD, 2006). 3) A opinião pública ganha importância, mas sua influência é sempre filtrada, quando considerada (VITULLLO; CUNHA FILHO, 2020; WOOD, 2006). 4) E o debate público é mediado pelas instituições formais, o que retira a legitimidade de outros espaços e meios de se fazer política, na maioria das vezes caracterizados pelo conflito (TAVARES, 2012; TRINDADE, 2018). Para uma posição contrária ao argumento da distância

modelo de governo representativo e de sua transubstanciação democrática – as revoluções ocidentais – revelam os sentidos e projetos democráticos em disputa, cujas soluções políticas são melhor compreendidas como alternativas antirrevolucionárias ou antidemocráticas, cada uma delas respondendo a condições sociais e políticas distintas que influenciaram no grau de restauração do poder das elites dominantes e na possibilidade de negação da democracia.

Os princípios constitucionais modernos – a limitação do governo, separação de poderes etc. –, muitas vezes confundidos com a democracia, remetem na história não à garantia da cidadania universal, mas à conquista – expressada na Magna Carta – e, posteriormente, à reafirmação dos privilégios dos senhores ou aristocratas diante da Coroa – e no caso da "Revolução" Gloriosa de 1688 também das massas (WOOD, 2006, p. 177). No século XVII, quando os sentidos de representação se tornaram objeto plural de disputa política (PITIKIN, 2006, p. 28),[43] o contexto do "estado de natureza" da guerra civil inglesa foi decidido por momentos contrarrevolucionários, que, ao contrário de serem um marco da democracia moderna, como afirmou Margaret Thatcher e outros (WOOD, 2006, p. 199), significou a derrota dos ideais de um *demos* popular defendido pelos *levellers* e radicalizados pelos *diggers*, em um primeiro momento pela República de Cromwell e, em sequência, pela restrição ainda maior da representação política em 1688 (Idem, 2006; 2008). Desse modo, na Inglaterra, o berço do capitalismo, o referencial constitucionalista e parlamentar da democracia surge como projeto político e defesa de valores de *status* pré-capitalistas do senhorio e da aristocracia.

Os contornos democráticos da representação só surgiriam em outro contexto revolucionário, o que possibilitou a releitura tardia do constitucionalismo inglês como gênese da democracia moderna. A Revolução Estadunidense de 1776 e os debates constitucionais posteriores também refletem a ambiguidade da democracia moderna. Foram os federalistas os responsáveis por reinterpretar o governo representativo como democracia. Porém, isso só ocorre em razão do contexto político revolucionário, em que os impulsos e a participação popular ativa não deixaram no horizonte político a alternativa

---

genealógica entre representação e democracia, ver Ubinati (2006), embora essa posição seja defendida predominantemente de uma perspectiva teórica e não histórica, reconhecendo disputas em torno dos sentidos de representação.

[43] É Hobbes ([1651] 2019) quem elabora a primeira alternativa sistemática do conceito de representação no pensamento político, cuja origem e viés absolutista também deixou sua marca no liberalismo posterior, de modo que a solução teórica para o conflito entre vontade dos representados e ação do representante é solucionado pelo atributo formal e autorizativo da representação que constitui a soberania e a organização do público (PITIKIN, 2006, p. 29).

aristocrática inglesa, o que não significa que a democracia tenha sido o objetivo dos federalistas (WOOD, 2006, p. 185). Ao contrário, o papel dos "pais fundadores" foi o de diluir e esvaziar o conteúdo e a forma da democracia sem negá-la, mantendo uma divisão entre massa e elite, entre proprietários e trabalhadores, em um contexto em que a expansão da comunidade política era inevitável. Toda a arquitetura constitucional que Hamilton, Madison e Jay ajudaram a elaborar girou em torno da preocupação relacionada a como conter a democracia, o "perigo da tirania da maioria" da maior facção em potencial, em favor dos proprietários endividados que teriam colocado muito a perder durante a guerra de independência a financiando – em oposição aos não notáveis que "só" tinham a vida a perder no processo de construção da soberania dos EUA (VITULLO; CUNHA FILHO, 2020, p. 26).

Assim, o modelo estadunidense representou a adoção da democracia enquanto nome, ao passo que seu conteúdo e sua forma se ancoraram em princípios antidemocráticos. O sentido de democracia, tendo como referência Atenas, até então incontestado no pensamento político como significado, foi combatido e rejeitado em favor de seu significante original. Os esforços teóricos e institucionais dos federalistas passaram por estabelecer: a passivação da cidadania e o filtro representativo dos notáveis, ao contrário da noção de *isegoria* ateniense que pressupunha a capacidade e o direito de participação de todos nos assuntos públicos; a concentração de poder no governo federal contra a autonomia dos estados e a possibilidade de uma maior participação popular; a redução dos números de representantes nas assembleias como forma de diminuir a representatividade e conectar os trabalhadores com os debates políticos; e o esvaziamento do conteúdo social do povo em favor de uma oligarquização da democracia, em contraste com o sentido original de democracia que a vinculava a *eleutheria*, a liberdade do *demos* em relação ao poder social dos ricos (WOOD, 2006).

No entanto, a todos os pressupostos federalistas, tidos como dilemas insuperáveis da democracia representativa na contemporaneidade pelo *mainstream* Ciência Política, havia posições e propostas antagônicas superadas por como os debates constitucionais foram levados adiante pela pressa do processo e pela manipulação de seus temas (VITULLO; CUNHA FILHO, 2020). Os antifederalistas, nome que inclusive serve ideologicamente à interpretação favorável aos vencedores da construção do Estado estadunidense, defenderam alternativas cujos princípios se contrapunham ao esvaziamento do sentido de democracia: a manutenção da autonomia dos estados, o aumento do número de representantes e de assembleias, a redução do número de

instituições e poderes políticos e uma maior rotatividade dos cargos. Todas essas orientações tinham o objetivo de ampliar a participação popular e aproximar a conexão entre representantes e representados em resposta à "impossibilidade" de uma democracia mais substantiva (Idem, 2020).

Da mesma forma, o conturbado contexto político da Revolução Francesa compreendeu, no processo revolucionário, momentos em que o horizonte democrático se desdobrou em um sentido mais substantivo. Enquanto os jacobinos estabeleceram na constituição de 1793 a subordinação da propriedade ao direito de condições de vida necessárias a uma democracia substantiva (GAUTHIER, 2021), como forma de solucionar o "dilema" entre necessidade e política, sob inspiração rousseauniana, foram os girondinos que, de forma contrarrevolucionária e antidemocrática, retiraram qualquer teor positivo e substantivo da liberdade e da igualdade dos direitos universais. Como abordado no capítulo anterior, isso representou a exclusão da cidadania dos povos das colônias francesas, agravado pelo ocaso revolucionário, quando Napoleão Bonaparte intensificou a hierarquia dos direitos universais, com a tentativa de restabelecer a escravidão e o domínio colônias (JAMES, [1938] 2010).

Mesmo que a democracia tenha sofrido um esvaziamento de seu conteúdo, ela também guardou em si resquícios das contradições que impõe à divisão entre governantes e governados, visto que foram as lutas sociais que a mantiveram como realidade, conservando algum ideal e vários conflitos no horizonte político. O "bem comum" e o "povo" como significantes vazios, mobilizados na transformação do governo representativo em democracia, passaram a ser objeto de disputa política. Enquanto a democracia conservou a fronteira da expansão da comunidade política como alvo, as massas subsistiram como ameaça política. E esse foi o conflito central do século XIX imposto pelas clivagens entre elites e massas, proprietários governantes e trabalhadores governados, ou representantes e representados. Mais uma vez, a democracia passou por transformações históricas relacionadas aos esforços de contenção e expansão de seus significados concretos. Enquanto a inclusão e a universalização do sufrágio só foram alcançados contemporaneamente como resultado de conflitos sociais intensos que os tinham como objetivo, mas também de outros que se orientavam para a radical transformação social e política das sociedades – o cartismo, as sufragistas e o movimento pelos direitos civis nos EUA representam exemplos mais próximos dos primeiros objetivos e as revoluções de 1848, 1871, 1917, 1918 e os anos vermelhos do início da

década de 1920, dos últimos –,[44] essa mesma inclusão foi contra-atacada, não somente pela resistência conservadora violenta a cada um desses movimentos, mas também por novas transformações no sentido da democracia, em que o capitalismo foi condição e pano de fundo fundamental para essas acomodações.

Para Wood (2006), no campo ideológico e político, foi o liberalismo que consolidou a alienação do poder democrático e a separação entre democracia e o *demos* (p. 196). Mas foi o capitalismo que garantiu, de maneira concreta, que essa separação, aliada à expansão da comunidade política, não representasse um perigo para a transformação do poder social que emergia com as mudanças do poder público. O liberalismo toma o lugar da democracia, à medida em que a associa a garantia das liberdades e direitos constitucionais e processuais para todos. Paradoxalmente, a democracia moderna passa a se basear "em formas pré-modernas e pré-capitalistas de poder", quando o alvo do projeto político originário, o Estado absoluto, já não possuía o mesmo poder, e seu sujeito histórico, o senhorio, também não exercia a dominação (p. 200-01). Assim, o privilégio e a forma de liberdade, ancorados no *status* jurídico, que foram fundamentais para a manutenção de poder das aristocracias frente a concentração do poder pelo Estado, quando estendidos à maioria da população, já não tinham o mesmo peso social e político ou não carregavam o potencial de transformação das relações de dominação. Ou seja, a transformação do poder social no capitalismo, em que a apropriação não dependeria mais de formas extraeconômicas diretas, baseadas no privilégio do *status* jurídico, mas, sim, da propriedade privada, assegurou que a extensão da liberdade política não interferisse nesse mesmo poder social. A liberdade assim definida e, por consequência, a democracia, embora importantes, deixam intocadas formas de dominação fundamentais. Por ter se baseado em formas pré-capitalistas, o liberalismo não contém em seus "remédios" meios de lidar com essa nova esfera de poder. Na verdade, é o liberalismo que a liberta e estabelece a "economia" e o mercado como o espaço da liberdade e proteção contra formas de opressão que já não seriam tão fundamentais, de modo que a dominação, subordinação e exploração do capitalismo

[44] Outros movimentos, lutas e horizontes emancipatórios distintos dos abordados neste capítulo são importantes para compreender os contextos de disputa política ou questionamento, na periferia capitalista, sobre os conteúdos e a validade de conceitos centrais no pensamento político como soberania, emancipação, cidadania, liberdade ou mesmo democracia (BALLESTRIN, 2013). Sem dúvida, ao não os abordar e não os conectar a como os desdobramentos das lutas no centro capitalista influenciaram o capitalismo e a democracia periféricos, a este trabalho se impõem limites importante. Sem negar a magnitude dessa deficiência e a importância de um debate entre os argumentos teóricos, de modo geral, propostos aqui e o conceito de Sul Global, o tempo, os prazos e as condições de vida que acompanharam minha escrita forçosamente impuseram recortes, cujas escolhas são inteiramente de minha responsabilidade.

passam a ser veladas pelo sentido de liberdade pré-capitalista. Isso posto, a identidade entre democracia e liberalismo opõe qualquer perspectiva que tenha intenção de questionar a dominação capitalista democraticamente à própria democracia (Idem, 2006). Como será abordado mais a frente, apesar de essa separação ter sido fundamental, ela deixa relações de opressão e subordinação persistentes e necessárias ao capitalismo de fora da análise, o que limita a compreensão sobre a relação entre capitalismo e democracia.

Na teoria política, uma inflexão do sentido de democracia mais recente foi realizada por meio das concepções hegemônicas da Ciência Política sobre a democracia. A principal ruptura com as reformulações modernas da democracia foi a extinção quase por completo de algum resquício de conteúdo substantivo que a justificaria. A democracia deixa de ser vinculada ao que ela deveria ou poderia entregar ou responder (o bem comum, o interesse público, a liberdade dos indivíduos, desenvolvimento etc.) e passa a ser apenas um procedimento de escolha dos governantes pela competição por poder.[45] O que ela entrega seria sobretudo um efeito adverso do sistema político ou resultado de uma série de fatores, dentre os quais, a democracia procedimental seria sempre condição necessária.[46] À democracia, então, sobraria como justificativa uma concepção funcionalista da legitimidade que o voto pode oferecer: evitar o banho de sangue na disputa pelo poder por meio da solução pacífica e cooperativa dos conflitos.[47] Mas se o conflito parece ser reconhecido como inerente na democracia ou na política, a referência não é Maquiavel, mas parece ser Hobbes. O reconhecimento do conflito, nesse sentido, é a sua própria negação e uma ode à estabilidade do e pelo poder político – o *status quo* como objetivo.[48]

---

[45] Embora de distintas formas, várias delas irreconciliáveis do ponto de vista teórico, como bem lembra Pateman (1992), os federalistas, utilitaristas, republicanos, liberais dos séculos XIX e XX, entre outros, conceberam de alguma forma um bem coletivo como função da, ou inerente à, democracia. Várias das contradições teóricas e políticas com as quais essas correntes não conseguiram lidar derivam das tensões que um conteúdo substantivo impõe à relação de dominação política por meio da democracia.

[46] Para a negação da definição da democracia pelo que ela entrega ver o texto clássico da definição procedimental de democracia de Schumpeter ([1942] 1961, cap. 21 e 22). Para uma reelaboração mais sútil e sofisticada, ver Dahl ([1972] 2012). Para uma concepção da democracia como obstáculo ao alcance do bem coletivo da estabilidade do governo, ver a análise que Vitullo (2021) faz do relatório da Comissão Trilateral publicado em 1973, em que Samuel Huntington estabelece o conceito de crise de governabilidade. Para uma crítica as teorias conservadoras da crise e de sua relação com as perspectivas críticas, ver Offe (1984c).

[47] Para uma justificativa da concepção minimalista da democracia baseada na contenção da violência, ver Przeworski (1997). Para uma definição funcionalista da política (ou democracia) como solução pacífica dos conflitos, ver Schmitter (1965).

[48] Para uma crítica ao valor da estabilidade na democracia, ver Pateman ([1970] 1992, cap. 1) e Vitullo (2007). Para a discussão sobre o apagamento do conflito em diversas tradições que pretendem se afastar do modelo procedimentalista fundado na decisão, como a teoria deliberativa e o agonismo, ver Miguel (2014).

Na teoria democrática hegemônica, permanecem os fundamentos do esvaziamento moderno do sentido de democracia relacionado à incapacidade popular e à defesa do papel dos notáveis, repaginados por Schumpeter ([1942] 1961) pela recepção dos teóricos elitistas e da concorrência econômica à teoria democrática, mediada pela categoria "apatia", que seria inerente à natureza psicossocial das pessoas comuns,[49] ou como a diluição do poder social, a fim de conter os perigos da maioria, no pluralismo madisoniano de grupos de interesses de Dahl ([1956] 1989; [1972] 2012). Contudo, a redução da democracia a um procedimento representou a autonomização da política, em que a compreensão da democracia passa a ser associada a suas dinâmicas internas, isto é, ao que se passa no sistema político formal. O objeto único da política e o que a explica seria o poder político. Nesse sentido, a autonomização da política deixa de ser somente uma questão de não interferência na sociedade civil (ou no mercado), ou da separação entre economia e política (e a respectiva impossibilidade de transformação da primeira pela última) e se torna um apagamento epistemológico de boa parte da política e do poder (BALLESTRIN, 2019).

Contraditoriamente, esse "realismo", ou sua contraparte do empiricismo, da teoria democrática foi alçado a ideal por meio de acomodações que universalizaram os modelos identificados empiricamente e que são mantidos como referência teórica – geralmente alguma democracia representativa de uma das potências ocidentais –, os desviando do mundo concreto.[50] E, uma vez que o modelo passa a operar abstratamente, independentemente do tempo e do espaço, é sempre possível retornar a esse ideal – do ponto de vista normativo e conceitual – quando a realidade foge do previsto, em um

[49] Para uma revisão teórica das reinterpretações enviesadas, de acordo com as mudanças do cenário político e social, da pervasiva categoria apatia na teoria democrática, ver Miguel (2022, cap. 1).

[50] A definição de Dahl ([1972] 2012), uma das principais definições da Ciência Política hegemônica, expressa bem todos esses movimentos metodológicos e epistemológicos nos sentidos da democracia. Dahl toma como referência o modelo dos EUA, o que de partida exige um contorcionismo retórico para justificar o *status* jurídico diferenciado e a exclusão da população negra da comunidade política até os anos 1960 (p. 47-48). Em um desenvolvimento teórico sofisticado, Dahl parte de um ideal normativo substantivo da democracia, que conecta governantes e governados, mesmo que restrito ao conceito de responsividade, e então realiza um processo sucessivo de esvaziamento do conteúdo e sentido da democracia, até chegar ao que chama de poliarquia, um conceito "realista" e empiricamente orientado, cuja operacionalização expressa nada mais que o conceito procedimental e minimalista da democracia, composto por duas dimensões, a competição (concorrência eleitoral) e a participação (o voto). Ao mesmo tempo em que reconhece a distância entre ideal e real, defende que essas dimensões propostas mantêm resquícios das qualidades e atributos ideais que foram se perdendo ao longo das páginas de seu livro. E isso se realiza por um processo metodológico conceitual que parte do abstrato ideal (responsividade e suas condições) para o real (as instituições liberais e as dimensões minimalistas) e, em seguida, faz do real um novo ideal (o modelo de democracia estadunidense, sua sociedade plural e a estabilidade do conflito). E é esse percurso de esvaziamento, reinterpretação e reclassificação do ideal que o possibilita vincular os valores ideais a uma democracia real mínima que passa a os carregar implicitamente, como representação real e ideal, mesmo que como algo muito distante do que efetivamente é.

mecanismo analítico semelhante ao que o conceito de livre-mercado é para parte das ciências econômicas – ambos nunca existiram na prática como idealizados e qualquer falha é atribuída aos impedimentos de sua concretização ideal. Dessa forma, isso tem consequências na compreensão de como o que é "externo" à política impõe limites a, e influência, a democracia. Ao tomarem como pressuposto que a política pode ser explicada por si mesma, o realismo e o empiricismo da teoria democrática cai na petição de princípio, pela conclusão a partir do que assumem de partida. Quando esse "ideal" falha, como nas crises da democracia "consolidadas" do ocidente, ou mesmo da periferia, a Ciência Política *mainstream* tem dificuldades de dar respostas para além das instituições formais e dos velhos dilemas da teoria política que mantêm a política como reino apartado das realidades sociais[51] – as necessidades e participação ativa, a representação como independência ou mandato, a "soberania individual" e a soberania coletiva, o bem comum e a pluralidade de interesses e valores, a universalidade pública e a particularidade privada, entre outros.

Sem entrar nos numerosos debates sobre esses dilemas que animam diversas perspectivas e alternativas teóricas à teoria democrática hegemônica,[52] um ponto

[51] Para um exemplo que recorre ao papel das elites políticas ou "guardiões partidários" das instituições, ver Levitsky e Ziblatt (2018). Para uma explicação dicotômica entre liberalismo e democracia em que novamente a democracia se torna a ameaça para ela mesmo, recorrendo ao "perigo da maioria" e à falsa equivalência da polarização pelo conceito de populismo, ver Mounk (2019). Para uma crítica à literatura hegemônica que tende a considerar a crise atual como processos contingentes e desvinculados dos processos de reprodução social reais, ver Moreira (2020) ou Miguel (2022, cap. 1). Para a crise no Brasil a partir de argumentos endógenos ao sistema político, ver Limongi (2023). Para uma negação da crise democrática no contexto brasileiro sob o velho argumento de que "as instituições estão funcionando", ver Melo e Pereira (2024). Não se pretende aqui refutar argumentos importantes de alguns desses autores. O ponto a ser ressaltado é o limite das análises sobre a democracia que não incluem em suas explicações dinâmicas "externas" à política. Isso se torna um problema tanto para interpretar os momentos que antecedem às crises, mas também para se identificar os problemas pervasivos das democracias contemporâneas e orientar os debates sobre possíveis projetos democráticos.

[52] Sobre perspectivas distintas sobre a oposição entre necessidades sociais e seus efeitos sobre a política e a participação, ver Rousseau ([1755] 2017; [1762] 1999), Weber ([1920] 1993) e Arendt ([1958] 2007). Como alternativa a este dilema sobre a perspectiva da participação e aprendizado político, ver Pateman ([1970] 1992). De um outro ponto de vista, em que se questiona a separação da política das necessidades sociais como forma de ocultar outras formas de opressão e violência na própria crítica à violência como poder na teoria arendtiana, ver Miguel (2015). Sobre o dilema da representação e mandato no conceito de representação política, que deriva da separação entre governantes e governados e da questão das necessidades ver Pitikin (1967). Sobre alternativas a esse dilema para além da representação substantiva de Pitikin, que tem como central uma perspectiva construtivista da representação, mas também para uma crítica a esta mesma perspectiva a partir do conceito de autonomia, ver Almeida (2018). Sobre a relação entre "soberania individual" e a soberania coletiva, duas posições opostas se apresentam nas obras de Rousseau ([1762] 1999) e Locke ([1689] 1994). Para o primeiro, soberania individual só faz sentido enquanto participação na soberania pública que delimitará a liberdade e obrigações dos indivíduos e é Locke que estabelece uma concepção sistemática da soberania individual relacionada ao trabalho e propriedade, prefigurando os princípios liberais. E é Tocqueville ([1835] 2005) quem problematiza de forma extensa a tensão entre coletividade e individualidade, a partir da ideia de perigo das maiorias. Para uma perspectiva crítica desses dilemas e as alternativas que se desdobravam quando o indivíduo estava em construção na

importante é que muitos desses dilemas apenas assumiram essa forma em razão das trajetórias e transformações que a democracia passou na modernidade. Assim, vários deles, de fato, impõem problemas teóricos e práticos inescapáveis que se relacionam à própria construção do Estado moderno e às formas assumidas pelas instituições e princípios que organizam a representação política. Para a discussão que se propõe aqui, da relação entre democracia e capitalismo, dois conceitos são centrais e atravessam vários desses problemas teóricos e práticos: autonomia e desigualdades. Ambos possibilitam identificar os limites da teoria democrática tradicional (mas não só) e incorporar teoricamente como o capitalismo restringe a democracia, tanto de uma perspectiva da constituição dos sujeitos, mas também pela distribuição assimétrica de recursos e poder necessários para a agência política, individual e coletiva. Ou seja, autonomia e desigualdades põem em destaque como as mediações políticas no capitalismo transcorrem de forma assimétrica a partir de distintas capacidades e condições que os atores, que encampam e "consentem" os projetos políticos em disputa, possuem ou com as quais se defrontam.

3.2. Autonomia, desigualdades e democracia capitalista

Autonomia e desigualdades chamam à atenção para dimensões não visíveis do poder (BACHRACH; BARATZ, [1962] 2011; LUKES, [1974] 2005) que se acumulam às formas reputadas, práticas e episódicas, condicionando seu exercício na política (PERISSINOTO, 2007). O poder teleológico que influencia e impõe, por meio de recursos e coações, comportamentos, vontades e decisões em situações concretas, com ou sem resistência (DAHL, [1961] 2005; WEBER, [1921] 2015), ou o poder comunicativo, como apoio e consentimento do grupo, a "ação em concerto" não instrumental, ancorado na fala, na opinião, no consenso e no diálogo (ARENDT, [1958] 2007; HABERMAS, 1993), embora opostos do ponto de vista ontológico e normativo, deixam escapar as condições históricas, estruturais e situadas em que o poder é exercido ou constituído – o poder engendrado nas estruturas sociais, econômicas, institucionais, ideológicas e

---

história, ver Wood (2012, cap. 7). Para uma crítica às consequências políticas desse dilema, ver Dean (2016a, cap. 2). Para concepções distintas sobre o universalismo político, ver Madison, Hamilton e Jay ([1787-1788] 1993), Marx ([1843] 2010) e Rousseau ([1762] 1999). Sobre a defesa do universalismo na teoria política contemporânea do igualitarismo liberal, ver Rawls ([1971] 1997), na teoria deliberativa da democracia, ver Habermas (1997). Como contrapontos críticos a essas duas correntes mais recentes, ver Biroli (2018, cap. 2) e Fraser (1997), respectivamente.

políticas. A dominação ou influência políticas, mas também o consenso, debate ou deliberação, se realizam em contextos em que as instituições que regulam essas práticas trazem em si valores que restringem seletivamente os conteúdos, comportamentos e resultados possíveis da política (BARACH; BARATZ, [1962] 2011; OFFE, 1984b), e as estruturas sociais em que as ações políticas se concretizam limitam e constituem as preferências, capacidades, desejos e vontades dos sujeitos, de modo que o consenso e a obediência nem sempre refletem a adesão consciente pelo cálculo ou convencimento dos dominados ou membros da comunidade política, mas, sim, a exclusão de horizontes de sentido e objetivos potenciais pelo processo como as preferências são formadas e condicionadas e, também, pelos meios de inteligibilidade da ação e objetivos políticos disponíveis e considerados como legítimos (BOURDIEU, 1989; LUKES, [1974] 2005).

Assim, o conceito de autonomia possibilita relacionar teoricamente como desigualdades produzidas pelo capitalismo impactam os processos democráticos e, por conseguinte, se refletem nas formas que assumem as mediações políticas que transformam as relações sociais capitalistas ao longo do tempo. O sentido de autonomia aqui empregado se aplica tanto como atributo individual, quanto coletivo. Parte-se do pressuposto que o indivíduo está situado em posições específicas referentes às relações sociais estruturadas e hierárquicas que mantêm com outros indivíduos de variadas formas e que são produzidas sócio-historicamente, de maneira coletiva e independente da ação individual presente (YOUNG, 2002). Dessa forma, coletividades e indivíduos compartilham posições estruturadas semelhantes e se constituem enquanto sujeitos relacionalmente a outras coletividades posicionadas diferentemente nas mesmas estruturas. Entretanto, como há variadas estruturas sociais hierárquicas e desiguais – como as que definem as hierarquias abordadas neste trabalho –, as pessoas ao mesmo tempo que se constituem pelas variadas posições que assumem nessas relações estruturadas, também podem compartilhar e se diferenciar entre si em relação a distintas posições ao mesmo tempo (BIROLI, 2018).

Além disso, os indivíduos não são independentes das relações sociais em que estão situados, de forma que os valores, princípios e objetivos são construídos socialmente e, em alguma medida, reinterpretados pelos sujeitos, o que significa que as preferências individuais sempre serão influenciadas pelos processos de socialização (ALMEIDA, 2018, p. 10; YOUNG, 2002, p. 96-98). Mas isso não quer dizer que as representações do real que se desenvolvem na história sejam livres das condições materiais nas quais elas se constituem (MARX; ENGELS, [1845-1846] 2001), nem que as ações individuais e

coletivas históricas não se cristalizam no ambiente material, físico e institucional (POULANTZAS, [1978] 2014; YOUNG, 2002). Portanto, as relações sociais objetivas estruturadas não se transformam pela agência individual – embora as trajetórias individuais variem desde pontos de partida semelhantes –, o que significa que a ação política efetiva depende de sujeitos coletivos (DEAN, 2016a).

Nesse sentido, o conceito de identidades para caracterizar os grupos posicionados de forma semelhante implica problemas teóricos já levantados por outros autores. As identidades não são fixas, o que problematiza uma perspectiva essencialista das preferências (MOUFFE, 2005). Contudo, apesar de a linguagem ser importante para dar inteligibilidade às experiências e à mobilização política (LACLAU; MOUFFE, [1985] 2001), a experiência real não se transforma pelo voluntarismo da linguagem, nem as formas de identificação dependem apenas do discurso ou da articulação política (WOOD, 1998). A política democrática pode até representar um "vazio" em disputa (MOUFFE, 1998), mas ela está sempre situada em relações sociais objetivas e estruturadas. Além disso, a política como identidade pode homogeneizar as experienciais opressivas, dando preponderância ou primazia a certos tipos de opressão (YOUNG, 2002).

Um outro problema do conceito de identidade se relaciona ao objeto deste capítulo, o capitalismo e a democracia. Enquanto o reconhecimento das diferenças seja fundamental para as proteger e as articular de um ponto de vista democrático, o conceito de identidade impõe limites teóricos para a diferença de classe. As formas de dominação de classe não se resolvem politicamente pelo reconhecimento das diferenças, o que pressuporia a legitimidade da exploração (WOOD, 2006). Mas, como será abordado adiante, ao contrário da perspectiva que identifica opressões de raça e gênero como mecanismos não estruturais do capitalismo (Idem, 2006, p. 231), elas são, junto à hierarquia periferia-centro, constitutivas do capitalismo e impõem restrições à democracia e autonomia de diversas formas.

A autonomia é a possibilidade de escolhas individuais e coletivas factíveis e inteligíveis sobre a própria vida – os interesses, desejos, princípios, objetivos e valores que orientam a ação, restrita nessa discussão à ação política, embora em um sentido amplo para além da política formal – que se realizam em condições tanto de independência, individual ou coletiva, substantiva e reflexiva crítica, quanto de interdependência em relação às necessidades (re)produtivas cotidianas e geracionais, aos sentidos e horizontes de vida compartilhados e à ação coletiva. As dimensões de justiça social de Young (2002) são uma referência importante para se definir os atributos da autonomia política. Para

além da autonomia como autodeterminação, sentido caro à tradição liberal (BIROLI, 2015, p. 85), Young (2002) propõe o princípio do autodesenvolvimento. Ambas as dimensões compõem as condições necessárias à autonomia e se opõem as formas de sua negação, a dominação e a opressão respectivamente. Autodeterminação, consistindo na capacidade "de participar na determinação da própria ação e da condição da própria ação", não é, portanto, apenas um atributo individual, nem se restringe a uma dimensão negativa da liberdade liberal (p. 31). Se dominação envolve a capacidade de pessoas e coletividades em determinarem as condições de ação de outros de forma visível ou em razão de limites estruturais e institucionais em que a política se realiza, Young acrescenta à não coação direta nos desejos e escolhas, uma dimensão produtiva do poder, de modo que agrega uma condição rousseauniana à autonomia, considerando autodeterminação também como "a participação na elaboração de regulamentações coletivas projetadas para impedir a dominação" (p. 31-32).

No entanto, um problema menos evidenciado por Young abrange os limites à autodeterminação relacionados ao poder de não decisão que as instituições garantem a grupos e classes sociais. A inclusão na participação nos processos decisórios não se traduz na inclusão na agenda. Young não desconsidera esses limites, tanto de uma perspectiva das seletividades das instituições formais, que impõem a necessidade de práticas conflitivas para distender os consensos tidos como legítimos (Idem, 2014), quanto da relação entre posição social e conteúdo da política (Idem, 2002, cap. 4). Porém, mesmo que de uma perspectiva da justiça, em que a participação deveria garantir a expansão da agenda, o capitalismo representa uma demarcação estrutural clara sobre o conteúdo legítimo da política que impacta a autodeterminação.

Autodesenvolvimento para Young se opõem a formas de opressão, e diz respeito às condições materiais, institucionais, de *status* social e comunicativas, em que as pessoas aprendem e desenvolvem capacidades para se expressar e orientar suas ações e escolhas. Dessa forma, o autodesenvolvimento abarca a ausência de barreiras que impõem necessidades materiais (bens, renda e serviços básicos), mas também formas de subordinação que limitam o aprendizado político e o reconhecimento das diferenças culturais, de modo de vida, de expressão e valorativas como legítimas. Essas restrições passam por formas de subordinação atreladas à divisão de classe, gênero e raça do trabalho, aos princípios e valores que estruturam as esferas comunicativas e às instituições políticas formais, bem como aos valores de *status* social estruturados nas relações sociais e instituições políticas (p. 33). Enquanto essa dimensão se relaciona ao processo de

constituição dos sujeitos e preferências, a dominação reflete as barreiras, coerções e exclusões sobre ação política mesmo para sujeitos que possuem condições de autodesenvolvimento.

Ambas as dimensões da autonomia não são isoladas prática e analiticamente uma da outra. A dominação social e política condiciona formas de opressão, exploração e subordinação entre indivíduos, classes e grupos, enquanto a ausência de autodesenvolvimento restringe a possibilidade de transformar as relações de dominação. Dito de outra forma, o autodesenvolvimento é condição da autodeterminação e a autodeterminação, do autodesenvolvimento. Essas dimensões da autonomia, ou a ausência delas, são mutuamente constituídas em múltiplos níveis analíticos.

Dessa forma, é possível estabelecer teoricamente como o capitalismo impõe restrições à autonomia política a partir de dimensões não observáveis do poder que se referem às condições materiais dos atores políticos e às necessidades de reprodução social que implicam na redução do tempo e recursos disponíveis para ação e reflexão política; às relações sociais objetivas em que estão inseridos que os impõe limites de aprendizado político e no processo de formação de preferências; e às condições institucionais do exercício de poder que estabelecem o escopo do possível seletivamente. Essas restrições impactam os processos democráticos, reduzindo seu potencial enquanto meio de disputa política e de emancipação, mas também ameaçam a própria democracia, quando as contradições expansivas e regressivas do capitalismo impulsionam a necessidade de mediações políticas, em que o conflito desigual e os deslocamentos das hierarquias sociais, vitais ao processo de acumulação, podem assumir formas que intensificam as restrições à autonomia ou esvaziam ainda mais os sentidos da democracia.

A relação entre poder, democracia e capitalismo pode ser observada em dois níveis de análise, ambos interconectados pelo conceito de autonomia, o conflito político que se dá pela relação entre "a política desde cima e desde baixo", estruturado pelos recursos desiguais e pelas formas de poder não visíveis, e o processo de constituição de subjetividades, que se realiza em condições estruturadas que impõem desvantagens e atribuem oportunidades diferenciadas, seja pelos recursos que dispõem os sujeitos, seja pelas formas de sociabilidade a que estão submetidos que influenciam no desenvolvimento dos atributos cognitivos, práticos e ideacionais dos sujeitos.[53]

[53] Nota-se que os recursos são considerados importantes aqui, tanto para a autodeterminação – em espaços decisórios atores possuem capacidades recursivas distintas, como um grupo que consegue contratar equipes técnicas, de propaganda, ou possuem recursos simbólicos considerados como legítimos –, quanto para o

3.3. Dominação política: o Estado capitalista, democracia e seletividades estruturais hierárquicas

Um ponto de partida teórico sobre a relação entre autonomia e desigualdades, por conseguinte, sobre a relação entre capitalismo e democracia, é a obra *Sobre a Questão Judaica* de Marx ([1843] 2010). É nela que Marx estabelece pera primeira vez a contradição entre emancipação política universal e desigualdades reais que se reflete na oposição entre a abstração da igualdade da cidadania perante o Estado e a condição desigual de existência das pessoas reais na sociedade civil. Nesse sentido, a universalidade formal que representa o Estado político é tanto o reconhecimento das particularidades e desigualdades na sociedade civil, mas também da dependência do Estado em relação a elas, já que a existência da igualdade formal só faria sentido diante de sua negação na sociedade civil. "Só assim, *por cima* dos elementos *particulares*, é que o Estado se constitui como universalidade" (p. 12, itálico do original). Essa dualidade, entre igualdade abstrata e pública e desigualdade real e privada, é o fundamento do liberalismo político e da democracia capitalista, ao estabelecer a emancipação política de um ponto de vista jurídico e finalístico e, ao mesmo tempo, negar à comunidade política a busca por qualquer fim que se sobreponha às liberdades (e desigualdades) da sociedade civil, tendo em vista que, às preferências individuais, são garantidas à autodeterminação das escolhas. Portanto, "[a] emancipação política foi simultaneamente uma emancipação da sociedade civil da política" (p. 28-29) e a igualdade formal não tem um "significado político. É apenas o igual direito à liberdade", o de ser mônada egoísta na sociedade (p. 24-25).

É pela oposição entre público e privado, entre igualdade universal e liberdade privada, que passa a ser possível velar as desigualdades sob o conceito de liberdade, de modo que o voluntarismo da escolha, garantido pela emancipação política e de *status*, traz consigo a necessidade de subordinação às relações sociais hierárquicas entre atores privados, impulsionados pela necessidade e falta de alternativas concretas. Essa é a crítica que Wood (2006) aprofunda em sua discussão sobre a separação do político e econômico no capitalismo que possibilitou a emancipação política da democracia, sem alterar a dominação social no capitalismo. O contrato de trabalho seria livre, mas se realiza em

---

autodesenvolvimento – uma trabalhadora, que gasta oito horas por dia no trabalho, mais duas horas no transporte público e várias com atividades de cuidado em casa para receber um salário mínimo tem, por exemplo, menos tempo, dinheiro, vitalidade ou incentivos disponíveis para se dedicar à política, a estudos ou experiências que lhe trarão aprendizado e redes de contato.

condições estruturais desiguais que implicam a subordinação e exploração do trabalhador ao capital.

Assim, enquanto as formas de subordinação e opressão da relação capital e trabalho são garantidas pelas relações desiguais da sociedade civil, pela dominação social, a dominação política passa a ser intermediada pelo Estado. E a contradição da democracia formal com as desigualdades do capitalismo põe sempre em tensão a relação entre governantes e governados, já que a igualdade perante o Estado e a emancipação política tenderiam a concentrar as lutas sociais como lutas políticas orientadas ao poder público que nunca são capazes de completar a aproximação entre abstração e realidade (OFFE, 1984a; POULANTZAS, [1978] 2014).

Essas contradições entre dominação política e social que se intensificam pela democracia não foram sistematizadas na obra marxiana. Enquanto Wood (2006) avançou teoricamente sobre os limites da política quando contrapostos a manutenção de parte da privatização do poder na esfera econômica, foram os teóricos neomarxistas do Estado capitalista que aprofundaram analiticamente sobre a questão da transformação da dominação de classe em dominação política na democracia, o primeiro nível analítico da autonomia que envolve as condições estruturais, situadas e constituídas pelo capitalismo, em que o conflito político é travado.

Pela incompletude do projeto intelectual de Marx, que ambicionava redigir um livro sobre o Estado, o qual se acrescentaria aos volumes de *O Capital* – os dois últimos também incompletos –,[54] vários autores marxistas buscaram em obras distintas referências marxianas para analisar a dominação política intermediada pelo Estado (CODATO; PERISSINOTTO, 2011). E como Marx apresenta perspectivas diferentes sobre o Estado ao longo de sua obra, o tema no marxismo também se pluralizou, a depender, por exemplo, das obras de Marx que tomaram como ponto de partida (JESSOP, 2008).[55]

---

[54] Sobre o plano original de Marx para *O Capital*, ver Gorender (2015, p. 37-38), em sua apresentação do volume I, ou Codato e Perissinotto (2011) na apresentação de seu livro, *Marxismo como ciência social*.

[55] As obras de Marx e Engels que abordam o Estado variam desde perspectivas mais instrumentalistas do Estado, como "o comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa", do *Manifesto Comunista* ([1848] 200; p. 42), a perspectivas mais estruturalistas e macro-históricas como em *A Ideologia Alemã* e o Prefácio da *Crítica da Economia política*, ou mais contingentes, como nas obras políticas de Marx, mais especificamente, o *18 Brumário*, de onde origina a ideia de autonomia relativa do Estado. Jessop (2008) classifica as correntes teóricas do neomarxismo em essencialismo subsuncionista, derivada de teorias marxistas-leninistas, cuja ênfase era uma teoria geral em que a multiplicidade de formas estatais era explicada ou determinada pela lógica inerente do capital; a derivação lógica, que buscou as formas e funções do Estado a partir das categorias econômicas de *O Capital* – como lei da queda tendencial da taxa de lucro –; e o método de articulação, com foco nas dinâmicas contingentes e estruturadas da política, cuja influência

Uma característica importante de parte dos marxismos ocidentais é retomar as discussões sobre a política como uma dimensão da dominação com características próprias. Embora relacionadas à teoria social marxiana, essas concepções se afastaram de compreensões subsuncionistas, típicas do marxismo tradicional, para o qual a política estava inserida numa lógica mais abrangente e determinante da relação de dominação econômica (JESSOP, 2008) e o Estado capitalista era visto apenas um instrumento necessário para a dominação de classe pela via da moderação de conflitos, como braço repressivo do capitalismo (CARNOY, 1984). Apesar de serem influenciados por esse debate do marxismo tradicional, os neomarxistas dos anos 1960 e 1970 incorporaram em suas análises teóricas um grau maior de complexidade sobre a relação entre dominação e política. Um conceito central para a compreensão dessa dominação é o de Estado capitalista. Há no neomarxismo a percepção de que as lutas de classe entre capital e trabalho típicas do século XIX são cada vez mais mediadas pelo Estado e pela democracia contemporaneamente, gerando uma série de contradições para a reprodução da luta de classes, mas também para a reprodução do próprio modo de produção capitalista.

Três autores neomarxistas são importantes para compreender a relação entre democracia e capitalismo sob perspectivas distintas, mas que de certo modo se complementam. A relação contraditória entre Estado capitalista e classes dominantes será discutida a partir das elaborações teóricas de Claus Offe. A relação entre conflito social e a incorporação deste conflito de forma assimétrica na própria materialidade do Estado será analisada através da obra de Nicos Poulantzas. Já os limites da categoria classe para a compreensão dos conflitos políticos no Estado capitalista começam a se esboçar na obra de James O'Connor.

De uma perspectiva estruturalista, Claus Offe propõe uma série de sínteses que dialogam com a questão da racionalidade, com a relação entre capitalismo e democracia e com o papel do Estado em lidar com essas lógicas racionais conflitantes. Para Offe, o Estado no capitalismo possui uma autonomia relativa em relação ao poder econômico justamente pela sua exigência funcional em ordenar os processos de acumulação, na medida em que os capitalistas individuais não conseguem se organizar enquanto classe – a não ser em temas negativos para o sistema de acumulação –, visto que a lógica do processo de valorização do capital é a da concorrência entre unidades do capital ([1972] 1984b). No entanto, em regimes democráticos, o Estado capitalista também precisa se

---

é o *18 Brumário* e os *Cadernos do Cárcere* de Gramsci (p. 12). Para outras revisões das teorias marxistas do Estado, ver Carnoy (1984) e Codato e Perissinotto (2011).

legitimar de tempos em tempos e agir como se estivesse governando em benefício da sociedade como um todo, a fim de esconder sua natureza capitalista de classe e manter a estabilidade de sua dupla função (OFFE, [1972] 1984b; OFFE; RONGE, [1972] 1984). Dessa forma, o Estado protegeria e sancionaria instituições e relações sociais que constituem o requisito fundamental para a dominação de classes do capital. Sua estrutura e atividades visariam, assim, estabelecer e manter regras que institucionalizam as relações de classe específicas de uma sociedade capitalista – a relação capital-trabalho. No entanto, o Estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classes, o que significa criar as condições segundo as quais cada cidadão é incluído nas relações de troca – o pleno emprego e o e investimento produtivo do capital (OFFE; RONGE, [1972] 1984; p. 125). A contradição aparente entre mediação da dominação de classe e defesa dos interesses de todas as classes se explica pelo fato de que, em uma sociedade capitalista, estar empregado para o trabalhador é um interesse sem alternativas para suprir suas necessidades existenciais.

Dessa forma, o Estado capitalista possui uma dependência estrutural acerca da valorização do processo de acumulação para sua reprodução (OFFE; RONGE, 1984). Essa dependência estrutural deriva do fato de que, no capitalismo, a produção é privatizada, de modo que o Estado não influencia direta e politicamente em como o capital é alocado. Como o Estado depende indiretamente do processo de acumulação, por meio da tributação, como fonte de recursos para se reproduzir, ele tem como função evitar ou limitar os efeitos tendenciais de crise na acumulação. Nesse sentido, o campo da legitimidade democrática, ao mesmo tempo em que evita que o conflito social ponha em xeque o domínio social, pelo seu redirecionamento ao Estado, também produz contradições relacionadas à valorização do capital, pela tendência do aumento de demandas sobre o Estado que pressionam a arrecadação de impostos – como por serviços públicos – e tensionam a relação social do capital – a exemplo de reivindicações trabalhistas ([1972] 1984c). Mas como os recursos materiais que garantem o exercício do poder político legítimo dependem da valorização da acumulação, esta é sempre o ponto de referência da ação do Estado (OFFE; RONGE, [1972] 1984, p. 124), o que se torna evidente nos momentos de crise (OFFE, 1984b)

Essas funções contraditórias do capitalismo condicionam o Estado capitalista a agir seletivamente de duas maneiras (OFFE, [1972] 1984b). Primeiro, ele organiza o interesse coletivo do capital, logo, atua seletivamente contra os interesses individuais dos

capitalistas. Isso deve ocorrer porque a racionalidade econômica é pautada no individualismo dos atores, orientada unicamente para lucro e pela competição, o que faz com que os capitalistas ajam em contradição com suas necessidades sistêmicas. Segundo, o Estado barra seletivamente os interesses anticapitalistas que surgem a partir da dimensão democrática do sistema político, a fim de garantir a reprodução material do Estado, ancorada na extração de recursos do sistema de acumulação. Isso significa dizer que a dependência estrutural da valorização do capital pelo Estado estabelece restrições institucionais assimétricas, relacionadas às dimensões ocultas do poder político (BACHRACH; BARATZ, [1962] 2011). Do ponto de vista da autonomia, o Estado impõe limites fundamentais à autodeterminação, ao reduzir o escopo político do possível na democracia.

Além do problema estrutural entre acumulação e legitimidade, o Estado lidaria com o problema da racionalidade limitada (OFFE, [1972] 1984a). A racionalidade do Estado enfrenta inúmeras contradições internas e externas. Estas últimas dizem respeito ao problema estrutural, enquanto as primeiras giram em torno do conflito entre formas de racionalidades burocráticas distintas: a burocrática (que é limitada pela lei e não consegue atuar de acordo com demandas futuras, que são uma exigência funcional de sua natureza capitalista), a tecnocrática (que envolve a especialização sobre inúmeros setores de políticas públicas, que, em grande medida, são conflitantes entre si) e a democrática (que tenta suprir as demandas de conciliação entre capital e trabalho). Para além do problema cognitivo da racionalidade em que nem todas as informações estão disponíveis para que a burocracia possa lidar com todas as exigências que recaem sobre o Estado, o que faz com que ações estatais gerem uma série de consequências indesejadas, o próprio funcionamento do Estado e suas formas de racionalidade distintas impõem limites e contradições para a intervenção estatal.

Apesar de concatenar níveis distintos de análise a partir de uma perspectiva estruturalista, a obra de Offe acaba por relegar a segundo plano dimensões importantes da democracia que envolvem o conflito e a luta de classes, ao dar maior ênfase ao papel do Estado na dominação capitalista (CARNOY, 1984) e de reunir todos os conflitos sociais dentro de um subsistema definido da democracia, como se as pressões resultantes que se originam dele fossem coesas ou sempre opostas aos interesses do capital, o que deixa inexplorado o processo de formação de preferências – problema também comum a Streeck (2014), ver cap. 1 – e os diversos conflitos internos ao Estado, economia e democracia. Além disso, ao adotar uma perspectiva funcionalista entre os subsistemas da

política democrática, do Estado administrativo e do mercado (OFFE, [1972] 1984b), mesmo que reconheça as dinâmicas disfuncionais acarretadas nas fronteiras intersistêmicas, Offe acaba não percebendo como essas racionalidades podem estar presentes nos distintos "subsistemas" (1984a), como a literatura sobre o neoliberalismo destaca, apesar de adorarem uma outra concepção de racionalidade (BROWN, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016).[56] Isso se dá pelo isolamento teórico entre as esferas de análise que não lhe permite adotar uma concepção mais relacional entre política, mercado e burocracia. Este último problema, também pode ser encontrado, em alguma medida, na recepção que Fraser (2015b) faz da relação entre crise administrativa e de legitimidade da obra de Habermas – de quem Claus Offe foi professor assistente e com o qual manteve projetos de pesquisa conjuntos, de modo que ambos compartilham perspectivas teóricas próximas sobre a relação entre acumulação e legitimidade (BORCHET; LESSENICH, 2016).

Outro autor neomarxista que complementa essa perspectiva ao dar centralidade à luta de classes para compreender a autonomia relativa e a natureza capitalista do Estado é Nicos Poulantzas. Sua obra oferece uma alternativa ou complementação teórica sobre o Estado capitalista e traz a relação entre seletividades institucionais e luta de classes para o centro da análise, sem deixar de considerar o aspecto relacional entre as relações de produção e a ideologia e entre lutas sociais e Estado (JESSOP, 2008, cap. 5).

O Estado para Poulantzas ([1978] 2014) é uma relação social, em que as lutas de classe são materializadas e condensadas em seu aparato institucional. Se, por um lado, o Estado seria a forma que a classe dominante encontrou para dar unidade à organização social no processo de formação justamente dessa classe como dominante, de modo que ele seira predominantemente de natureza capitalista, por outro, a democracia teria servido para deslocar o conflito entre capital e trabalho da esfera econômica para a esfera política, ocultando a exploração por meio do acesso individualizado à luta política no Estado que se expressa pelo voto. Portanto, a separação do poder econômico do poder político, pela autonomia relativa do Estado, seria necessária para que a natureza capitalista do Estado seja assegurada, cuja expressão é a autonomia relativa que detém.

[56] Offe adota uma perspectiva da racionalidade estratégica que se aproxima a Weber, e os foucaultianos compreendem a racionalidade como regimes de verdade. Ver discussão sobre a obra de Foucault e sobre projetos políticos como conceito que possibilita abordar as dimensões teleológica e discursiva nos capítulos 4 e 5.

Poulantzas traça o deslocamento do conflito social da economia para o Estado a partir das relações de produção e do conflito de classe. Assim, seletividades são imprimidas no Estado baseando-se na organização social da economia que reproduz a dominação capitalista: a divisão entre trabalho manual e intelectual, representa a concentração da produção do conhecimento e do poder nas mãos da classe dominante, e isso se reflete inclusive em como a produção científica é direcionada e controlada pelo Estado, por meio de um conhecimento técnico, produzido e demandado pelo governo, que aparta a classe dominada dos modos de se fazer política; a individualização dos membros das classes antagônicas é a forma que o Estado, via representação política, isola trabalhadores e capitalistas de suas posições de classe e os reúne atomizadamente na luta política do Estado; a lei, por sua vez, é o que regula essa individualização e estabelece os termos do conflito, retirando-o da disputa sobre a propriedade e os meios de produção, para realocá-lo na disputa sobre os objetivos do Estado – ao mesmo tempo em que isso garante a dominação capitalista, por meio da canalização do conflito da economia para a política, também abre espaço para que os interesses das classes dominadas consigam, de alguma forma, entrar na disputa política e imprimir seus interesses no aparato estatal; por fim, a nação é o que reintegraria os indivíduos separados de suas classes sob uma unidade – isso se passa pela construção de um imaginário comum relacionado à tradição, a linguagem e ao território, numa dimensão discursiva da dominação.

Mas essa reprodução do capitalismo pelo Estado, como relação social, não é estática. Ao mesmo tempo em que o Estado é fruto da luta de classe, ele também a molda. Isso abre espaço para abordar em sua análise as lutas sociais no Estado entre frações do bloco hegemônico e entre classe dominante e classe dominada, evitando uma concepção homogênea e mais estruturalista do Estado.[57] Esses conflitos políticos, por mais assimétricos que sejam, dão lugar analítico para compreensão de como o aparato estatal é marcado por contradições internas, em que frações hegemônicas distintas conseguem imprimir seus interesses em diferentes setores, ao mesmo tempo em que o Estado é permeável para que a classe dominada, em alguma medida, imprima sua relação de força nas instituições. Não significa, pelo fato de a classe dominada estar presente no Estado, que o Estado não tenha uma natureza capitalista, já que sua presença continua sendo como

[57] A obra de Poulantzas sofreu transformações epistemológicas importantes. Seus últimos livros, mais especificamente seu último, se afastaram de uma compreensão excessivamente estruturalista presente em suas primeiras obras, as quais foram duramente criticadas como sobredeterministas por Ralph Miliband (1973) nos debates que travou com Poulantzas na *New Left Review*. Sobre as mudanças no pensamento de Poulantzas, ver Jessop (2008, cap. 5). Sobre o debate Poulantzas-Miliband, ver Bianchi (2007).

classe dominada. Daí, a conclusão de Poulantzas de que o caminho democrático para o socialismo depende de uma radical transformação das estruturas institucionais por dentro do Estado, mas não só, pois o Estado mantém sua natureza assimétrica, suas seletividades e seus mecanismos de resistência à transformação. Nesse sentido, a mobilização social das classes dominadas deveria agir tanto pela via estatal, mas principalmente fora dele, como forma de pressão e alteração da correlação de forças na sociedade. Isso porque qualquer ameaça à fração hegemônica por dentro do Estado faz com que ocorra a realocação dos centros de poder de um aparato estatal para outro – do executivo para o legislativo ou judiciário, por exemplo –, à medida que a fração hegemônica perca espaço em algum polo de poder.

A compreensão teórica de Poulantzas sobre a cristalização da luta de classes e da correlação de forças sociais nas instituições do Estado proporciona um complemento importante às noções de dependência estrutural em relação à acumulação e de autonomia relativa do Estado no capitalismo. Dessa forma, Poulantzas incorpora teoricamente a contingência da política; o conflito entre classes e entre frações de classe; a heterogeneidade do Estado, não como espaço de disputa, mas como arranjo contraditório de distintas instituições que estruturam a disputa política; a perspectiva mais relacional entre Estado e sociedade; a ideia da luta por hegemonia dentro e pelo Estado, em que distintos projetos, inclusive entre as frações dominantes se chocam; a centralidade da ideologia na política; e uma visão mais complexa das contradições e conflitos inerentes aos impulsos políticos da democracia. Todas essas questões são importantes para compreender tanto a influência do capitalismo sobre a democracia e autonomia, quanto as transformações do capitalismo, mais especificamente, as mediações políticas geradas pelo neoliberalismo que será tema dos próximos capítulos.

Porém, várias críticas foram levantadas em relação à obra tardia de Poulantzas, como seu caráter excessivamente teórico e abstrato (CARNOY, 1984), ou sua exclusão analítica do papel central que as relações sociais de produção imprimem sobre a política, em razão de sua redefinição dos atributos de classe no capitalismo tardio (WOOD, 1998). Para este trabalho, um limite de sua obra para a compreensão entre democracia e capitalismo se relaciona ao foco central que dá ao modelo de Estado e de capitalismo nos países centrais. Esse é um problema compartilhado com Offe, Wood e os demais autores que analisam o neoliberalismo, como abordado no capítulo 1. Como consequência, a relação entre hierarquias sociais, capitalismo e democracia fica restrita a uma concepção

de classe vinculada à dinâmicas dos países do capitalismo tardio, ancoradas na figura do trabalhador assalariado industrial.

Uma perspectiva teórica neomarxista sobre o Estado que mantém a conexão entre estrutura e contingência, mas que complexifica o entendimento sobre os sujeitos e interesses em disputa no capitalismo e as contradições que daí resultam está presente na obra de James O'Connor, *The Fiscal Crisis of the State*. Nela, O'Connor ([1973] 2009) elabora uma teoria fiscal marxista que se desdobra em uma teoria do crescimento econômico e da crise fiscal do Estado no capitalismo tardio. Mesmo que em sua obra o autor tome como referência os EUA, o que incorre no mesmo problema interpretativo que enfatiza as condições dos países do centro capitalista, O'Connor tensiona os conflitos de classe e social para além das definições tradicionais do trabalho formal e das relações de troca em um mercado único, o que abre espaço para inclusão teórica da relação entre democracia, hierarquias sociais e distintos conflitos e contradições no capitalismo.

O'Connor parte da mesma dualidade funcional contraditória do Estado que Offe elabora: a garantia da valorização da acumulação e manutenção da legitimidade do sistema político. No entanto, O'Connor aprofunda essa relação a partir da análise sobre a disputa política em torno do orçamento público e do teor de classe que as despesas públicas assumem. Para isso, ele desenvolve, tendo como referências as categorias econômicas de Marx, uma nova forma de classificar a natureza dos gastos orçamentários que refletem as duas funções estatais. O primeiro tipo de gasto é o capital social, o qual envolve as despesas necessárias à valorização da acumulação e é categorizado em dois tipos de gastos referentes ao capital constante e o variável. O investimento social abrange gastos físicos (como a construção de infraestrutura) que aumentam a produtividade do trabalho e a taxa de lucro das empresas, pela redução dos custos de produção privados, e o consumo social consiste em gastos que reduzem os custos do trabalho e aumentam a taxa de lucro, pelo aumento da capacidade produtiva da força de trabalho (políticas educacionais, investimento em pesquisa etc.). Assim, o capital social representa no orçamento condições e insumos necessários a, e utilizados para, a produção privada.

O segundo tipo de gasto são as despesas sociais necessárias à função da legitimidade. Ao contrário do primeiro tipo, elas não geram produção e envolvem serviços e atividades que buscam amenizar os efeitos negativos do processo de acumulação – problemas ecológicos, de saúde, pauperização, desemprego e desordem social – e podem ser tanto repressivas ou de bem-estar social. Para O'Connor, qualquer agência estatal possui e realiza ambas as funções e gastos, de modo que a maioria das

políticas públicas incluem em si as características contraditórias entre legitimação e acumulação. E essa definição dos gastos públicos serve de referência para identificar o poder político de classes que se expressa na composição qualitativa e quantitativa do orçamento.

Em seu modelo, o autor considera três setores econômicos importantes para compreender as contradições do capitalismo tardio, são eles os setores monopolista, estatal e concorrencial. O Estado tem uma dependência estrutural relacional e contraditória acerca do setor monopolista. O crescimento do Estado é tanto causa quanto efeito do crescimento e expansão do setor monopolista. Ao mesmo tempo em que este depende dos gastos estatais para crescer, aquele se expande em razão das disfuncionalidades geradas pelos monopólios. A irracionalidade da expansão monopolista se dá em razão de que sua produtividade se baseia num baixo uso de força de trabalho o que pressiona o deslocamento do trabalho para os demais setores e aumenta a superpopulação relativa. Dessa forma, o Estado precisa aumentar as despesas sociais como contratendência do crescimento monopolista, a fim de manter a lealdade e legitimidade no sistema político. O setor concorrencial envolve toda a gama de pequenas empresas produtivas e de serviço que dependem de baixa tecnologia e uso intensivo de força de trabalho, o que significa que ele cresce e se mantém lucrativo justamente pelos efeitos adversos do setor monopolista que gera um excedente populacional e desvaloriza o preço dos salários (Idem, [1973] 2009).

Desse modo, essa dinâmica expansiva do Estado e dos monopólios produz uma série de contradições que tendem a crises econômicas, sociais e políticas. Como os custos de capital são socializados pelo Estado, mas o excedente social e os lucros são apropriados de forma privada, para O'Connor, haveria no capitalismo tardio a tendência estrutural a crises fiscais, em que os gastos sociais e as receitas públicas crescem em velocidades distintas e incompatíveis, de modo que o Estado incorreria sempre em déficits fiscais. E a crise se intensifica em razão dos "interesses especiais" e das pressões políticas, que envolvem desperdícios, duplicidades, políticas que expressam múltiplos interesses contraditórios, bem como uma série de consequências indesejadas e imprevisíveis do ponto de vista político, econômico e social.

A perspectiva de O'Connor destaca aspectos importantes para este trabalho que acrescentam dimensões da política, da apropriação privada e do conflito social às seletividades estruturais do Estado e ao processo de cristalização das lutas de classe na ossatura material do Estado, levantados por Offe e Poulantzas respectivamente. Primeiro,

a organização do processo de acumulação não é uma questão técnica e administrativa. Há sempre disputas, influências particulares e consequências indesejadas na prática estatal que refletem as assimetrias de poder dos grupos e classes sociais. Segundo, o Estado intermedia as formas de apropriação privada por como tributa e distribui seletivamente o excedente de capital. A expropriação reflete os impulsos estruturais e funcionais do Estado, mas também a correlação de forças sociais. Grande parte do excedente do produto social é apropriado pelo capital sem custos, com intermediação do Estado. Por fim, o conflito social e as contradições produzidas pelo capitalismo excedem as relações privadas de classe entre capital e trabalho e também variam dentro e entre setores da economia, a partir de imperativos estruturais diferentes do capitalismo.

Um ponto importante reconhecido por O'Connor é o de que há a politização de reinvindicações diversas de distintos grupos sociais não produtivos, como jovens, funcionários públicos, minorias raciais e de gênero, dependentes do Estado, em múltiplas escalas que se conectam com o Estado – níveis federativos, regiões, periferias urbanas etc. Assim, a crise fiscal e a disputa pelo orçamento estatal se refletem de formas variadas sobre esse excedente populacional gerado pelo setor monopolista. As frações da classe trabalhadora têm interesses, modos de organização e são sujeitas a múltiplas formas de exploração. Trabalhadores sindicalizados no setor monopolista se antagonizam a trabalhadores do setor competitivo e do setor público, e pequenos proprietários entram em conflito com os grandes monopolistas, justamente por como a distribuição de recursos orçamentários pode impactar cada fração de forma diferente, o que é exemplificado e evidenciado por O'Connor nos diferentes significados que grupos e frações de classe atribuíram à revolta fiscal da década de 1970 nos EUA (p. 228). Além disso, a crise fiscal se reflete não apenas nas reinvindicações por fatias do orçamento, mas também nas demandas relacionadas às transformações nos princípios que orientam a atividade estatal, como igualdade racial, de gênero e controle democrático, sendo que essas reivindicações se conectam e atravessam as lutas "econômicas" (p. 239), de modo que esses conflitos resultam da interdependência entre expansão do capital e exploração de classe, mas também das opressões de raça e gênero que variam a depender dos setores da economia política capitalista em que tomam forma (p. 243).

As teorias neomarxistas do Estado apresentam, então, uma dimensão do poder político estruturalmente embricado no Estado que é fundamental para compreender os limites da democracia e da autonomia política dos sujeitos individuais e coletivos no capitalismo. No entanto, há alguns problemas teóricos particulares de cada autor e outros

comuns a todos eles – principalmente, o período histórico que sustenta suas teorias que se distancia do contexto das periferias capitalistas.[58]

Apesar de o conceito de autonomia relativa ser útil para se compreender limites estruturais e institucionais tanto à democracia, quanto à autonomia política, uma forma de evitar os limites teóricos relacionados à ausência da periferia capitalista na análise é a inclusão da relação entre as hierarquias sociais e o processo de acumulação. A concepção racionalista e técnica da organização das contradições capitalistas pelo Estado, mais evidente na obra de Claus Offe (1984a; 1984b), perde de vista a dimensão política, ideológica e conflitiva dos interesses, ideias e práticas inerentes às disputas entre distintos projetos políticos sobre as formas de mediação das crises e contradições do capitalismo que se realizam na, e impactam a, democracia. Esses são limites importantes para compreender as transformações ocasionadas pelo neoliberalismo.

Esses problemas da obra de Offe, mas também de Fraser (2015b),[59] se assemelham às omissões analíticas que a ideia da separação entre política e economia no capitalismo pode acarretar, quando compreendida de uma forma isolada. Essa separação precisa ser relativizada teoricamente em alguns sentidos. Como Wood (2006) destaca, a economia possui poderes políticos – a decisão privada de alocar o capital que pode ser desdobrada no mecanismo da "greve de investimentos", como recurso político que ameaça o Estado contra a decisões democráticas[60] – e há dimensões da política para além da democracia no Estado – a economia depende de princípios políticos institucionalizados que carregam valores que restringem os efeitos possíveis da democracia, como o direito de propriedade. Ambos os aspectos não são completamente ignorados por Fraser e Offe, seja pela relação estruturalmente constitutiva das dimensões de fundo, seja da seletividade institucional do Estado capitalista. O problema, então, está na ideia de que cada subsistema – estatal, da democracia ou da economia – possui racionalidades ou os princípios éticos normativos

[58] O´Connor reconhece esses limites teóricos, inclusive, para compreender as transformações decorrentes dos processos de neoliberalização, em sua introdução à edição de 2001 de *The Fiscal Crisis of the State*, ([1973] 2009, p. xxiv).

[59] No artigo *Legitimation Crisis?*, Fraser (2015b) utiliza o mesmo quadro teórico em que incorporar a concepção de Polanyi a de Marx (2015a), pelo conceito de capitalismo como ordem social institucionalizada, para abordar o objeto da crise da democracia. Nesse artigo, Fraser recepciona a dualidade funcional do Estado, elaborada pelo neomarxismo e estabelece o que para ela seria uma contradição inerente ao capitalismo em todas as suas fases, mesmo que as instituições, as formas de mediação política e as lutas sociais sejam específicas historicamente: a crise administrativa do Estado tende a se tornar uma crise de legitimidade "quando o impulso do capital em direção à acumulação ilimitada se desprende do controle político e se volta contra suas próprias condições de possibilidade" (p. 164).

[60] Um exemplo recente no Brasil, foi a quebra do pacto entre setor produtivo e governo federal no mandato de Dilma Rousseff, em que mesmo beneficiados por isenções fiscais governamentais decidiram por não investir, contendo o aumento da produção e gerando pressões políticas sobre o Executivo (SINGER, 2018).

da política que lhes são próprios (OFFE, 1984a, p. 38-39; FRASER, 2015b, p. 163). Nesse sentido, Wood (2001; 2003; 2006) também incorre em problemas inversos, quando considera que a dominação social no capitalismo ocorre fundamentalmente pelos imperativos e compulsões do mercado através da coerção econômica.

O argumento aqui defendido é o de que há dimensões políticas inerentes ao processo de acumulação que não se reduzem à lógica econômica "automática" dos mercados e que remetem aos imperativos estruturais expansivos e regressivos do processo de acumulação. Essas dimensões políticas da economia são fundamentais para compreender os limites que o capitalismo impõe à democracia e à autonomia. A omissão teórica dessas dimensões nas obras em questão se deve pelo excessivo papel dado ao mercado como mecanismo, lógica ou racionalidade específica do capitalismo, o que não significa dizer que as compulsões econômicas estruturais que os mercados exercem não existam. Os mercados, de fato, ocultam a dominação e opressão social pela ideia de liberdade das relações de troca, mas também velam sua essência política mais visível. "O mercado" como "termômetro" da economia e da gestão das políticas econômicas domésticas é apenas algumas das dimensões de poder político da economia que se evidencia contemporaneamente, por exemplo, na austeridade fiscal (DARDOT; LAVAL, 2019; MATTEI, 2023; STREECK, 2014), assim como o é a manipulação dos mercados pelas grandes corporações, monopólios, influências políticas específicas e pelo poder assimétrico entre Estados, enquanto setores não monopolistas mantêm dinâmicas e impulsos próprios da concorrência de mercado (CROUCH, 2011; MIGUEL, 2022; O'CONNOR, [1973] 2009).

Portanto, as formas de poder econômico direto dos agentes do mercado, suas compulsões estruturais e seus valores e princípios cristalizados nas instituições do Estado são apenas parte do poder político relacionado à esfera econômica. Como abordado no capítulo anterior, a acumulação primitiva ou primária é parte constitutiva dos momentos expansivos, mas também regressivos do processo de acumulação e das transformações do capitalismo, que são acompanhados pelas disputas entre projetos e reivindicações durante as formas de mediação política desses momentos. Isso significa dizer que a ênfase na coerção econômica ou no mercado como dinâmicas que definem a economia acaba ocultando aspectos inerentemente políticos que são resultado das contradições estruturais do capitalismo, como a dependência por parte do processo de acumulação das hierarquias sociais. Assim como as relações de troca escondem e possibilitam a coerção econômica,

esta também esconde e possibilita a coerção, opressões e seus usos desiguais nas formas de exploração e extração capitalistas.

Portanto, um problema comum compartilhado por perspectivas radicalmente distintas que consideram o mercado como espaço da liberdade, do voluntarismo, de potencial emancipação, ou mesmo da coerção meramente econômica é legitimar ou, de forma oposta, desconsiderar as múltiplas formas de hierarquias sociais necessárias à exploração e à acumulação de capital, numa espécie de mito da igualdade racial, de gênero ou periférica, como se a única diferença que existisse entre indivíduos e coletividades fosse as oportunidades e os recursos que cada um dispõe para a competição no mercado, ou, em uma perspectiva crítica, as diferenças de classe. Historicamente, tanto a ideologia que subjaz a lógica contratual, quanto as instituições e práticas que dela decorreram, trazem em si valores e relações sociais hierárquicas de gênero (PATEMAN, 1993), de raça (MILLS, 2019) e periféricas que não se reduzem às relações de produção, mas lhes são condições estruturais. Além disso, a ênfase nas relações de troca, pode tirar de vista a centralidade da produção, logo, da exploração e do papel das hierarquias na produção de mais-valor, mas também pode reforçar a ideia de que o mercado é um mecanismo técnico, apenas econômico ou não político. E essa perspectiva deixa de apreender práticas importantes, características do neoliberalismo, como será abordado nos próximos capítulos.

O mercado é construído por regras, instituições, relações sociais e práticas políticas intencionais, incluindo a violência, que carregam valores de classe e de outras hierarquias, necessários à expansão e à contenção da acumulação como deslocamentos de suas contratendências. Isso pressupõe que não há uma separação clara entre economia e política, no sentido tanto de totalidade, mas também de que as formas de operação do mercado, que se transformam historicamente, refletem valores e disputas que as constitui. Assim, a dependência estrutural da acumulação em relação às hierarquias sociais implica em um outro olhar não só em relação a construção histórica das relações de mercado, mas também dos Estados e das relações entre Estados. Dessa forma, as instituições estatais e internacionais que regulam e são condições das relações sociais capitalistas (FRASER, 2015b) expressam as correlações de força sociais e políticas e refletem múltiplas e mutáveis seletividades estruturais hierárquicas. Cada fase do capitalismo é acompanhada por sua expressão política hegemônica global que é, em algum grau, disputada, mas também reinterpretada e internalizada, institucional e ideologicamente, dentro das fronteiras estatais de acordo com os contextos sociais e políticos domésticos. Contudo,

essas condições políticas não são apenas externas ao mercado ou à economia. Elas estabelecem, regulam e produzem poderes políticos específicos na esfera econômica.

Como economia e política são mutuamente constitutivas, do ponto de vista do Estado, as contradições que resultam das duplas funções da valorização da acumulação e da legitimidade podem ser ampliadas de forma a incluir a dependência estrutural da acumulação em relação às hierarquias sociais. O debate neomarxista sobre a teoria do Estado destaca, principalmente, como a lógica expansiva da valorização condiciona os interesses autorreprodutivos do Estado, por conseguinte, os horizontes possíveis da democracia. Sem dúvida, o contexto particular do aumento de produtividade capitalista, do fortalecimento institucional e organizacional dos trabalhadores e das políticas de bem-estar influenciaram essa perspectiva. Porém, os imperativos de contenção da acumulação trazem outras dimensões dessas contradições.

Em recente obra, Miguel (2022) propõe uma alternativa teórica sobre a contradição entre legitimidade e acumulação desde a periferia capitalista que toca em alguns aspectos importantes levantados até aqui sobre a relação entre dominação, democracia e autonomia. O autor assume como premissa teórica que as democracias concorrenciais se amparam na relação contraditória entre a assimetria sobre o controle de recursos que os grupos dominantes possuem – cujo fundamento principal dessa desigualdade é o capitalismo –, de um lado, e a promessa igualitárias do poder político democrático que o voto potencializaria para os grupos dominados, de outro. A relação é sintetizada, então, como uma relação entre veto e voto, cujo equilíbrio dessa contradição dependeria da correlação de forças entre grupos dominantes e dominados (p. 42).

Assim, Miguel elabora duas hipóteses sobre a relação entre capitalismo e democracia que refletem as diferenças das condições da democracia no centro e na periferia capitalistas. Partindo de forma crítica do teorema de Dahl ([1972] 2012) o qual propõe que as democracias dependem para sobreviver dos cálculos racionais entre os grupos políticos (ou elites) em posição antagônica sobre os custos de tolerância e de repressão da competição eleitoral, Miguel (2022) questiona, tanto a racionalidade desses cálculos, quanto o que se calcula. O que estaria em questão, então, seria os custos de tolerância em relação aos níveis de igualdade que a democracia pode produzir e os custos de suprimir a democracia, calculados pelos grupos dominantes. Mas esses limites da igualdade seriam determinados por avaliações subjetivas acerca do que se considera como aceitável de transformação social pela democracia. Dessa forma, a estabilidade das democracias concorrenciais dependeria da relação entre veto e voto, definida pela

avaliação subjetiva por parte dos grupos titulares de grandes recursos de poder sobre se os custos de subtrair a democracia são maiores que os custos de aceitar suas regras e resultados. E, como desdobramento desta hipótese, haveria menor tolerância por parte desses grupos na periferia capitalista em relação a tendências igualitárias resultantes da democracia, mesmo que restritas, o que faria com que as avaliações subjetivas desses grupos seguissem padrões distintos e mais baixos que os padrões dos grupos dos países centrais (p. 13).

Miguel chama a atenção para o fato de que o veto reflete as assimetrias de poder condicionadas pelo capitalismo e a relação de dependência estrutural das periferias em relação ao centro. Os cálculos e os fins políticos não são apenas objetivos e racionais, mas também possuem uma dimensão cultural, e as desigualdades e hierarquias assumem historicamente níveis mais intensos na periferia capitalista. Ou seja, a relação de dependência e subsidiariedade do modo de produção periférico produziria efeitos estruturais, culturais e políticos que condicionam as democracias. Como os grupos dominantes na periferia seriam ao mesmo tempo dominados, em razão da falta de autonomia que possuem no mercado internacional, a distinção social consistiria numa marca das sociedades periféricas. De um lado cultural, a distinção seria uma forma de afirmação diante das classes dominantes internacionais e das dominadas internamente, pela ostentação e intensificação das diferenças – característica compartilhada pelas classes médias nativas (p. 89). De outro, econômico, a distinção é também efeito estrutural pela dependência da superexploração do trabalho, o que intensificaria as relações de subordinação que trazem suas marcas raciais do colonialismo escravista e restringem as condições da igualdade formal liberal (p. 90). Além disso, o contexto da democracia na periferia seria influenciado pelas suas relações hierárquicas de dependência externa. O imperialismo como ameaça de intervenção, direta e indireta, nos assuntos internos dos países periféricos exerceria pressões de veto sobre a democracia, pelo que Miguel chama de "pedagogia da autolimitação" (p. 94) – o cálculo da antecipação das reações – e serviria como estratégia das classes dominantes nativas, por meio da acomodação subordinada, a fim de conter uma democracia popular que poderia pôr em risco seu poder (p. 100).

Portanto, um dos argumentos defendidos por Miguel é o de que o neoliberalismo como causa das crises democráticas na periferia obscureceria os limites da democracia que são próprios do capitalismo periférico, ao desconsiderar os desenvolvimentos históricos da democracia nessas regiões e os limites estruturais engendrados nas

instituições políticas da democracia representativa liberal (p. 99). Nesse sentido, a periferia seria a referência histórica e empírica para compreender as crises da democracia "consolidadas" em um processo que, de forma provocativa, chama de "teleologia às avessas", em alusão a Ciência Política hegemônica internacional que sempre teve como referência os países centrais para descrever e explicar a evolução da democracia a partir de seus modelos teóricos (p. 94). O que o neoliberalismo teria ocasionado nas democracias foi aproximá-las à condição periférica.

A hipótese de Miguel (2022) sobre a relação entre veto e voto dialoga com a inclusão teórica das hierarquias no debate sobre capitalismo e democracia, ao destacar como alterações nas relações sociais de dominação e opressão definem os limites aceitáveis de igualdade e, por conseguinte, da democracia. Entretanto, essa relação não depende apenas do cálculo subjetivo das elites, como também da correlação de forças que distende esses cálculos – a igualdade aceitável hoje não necessariamente a mesma do passado. Esse aspecto enfatiza a importância do conteúdo da política em conflito e a capacidade de mobilização social dos grupos dominados.

Ainda assim, à essa dimensão contingente do conflito e da política, enfatizado por Miguel, toda a discussão empreendida neste capítulo e nos anteriores leva ao argumento de que há uma relação estrutural acerca das hierarquias que impacta a democracia e a compreensão das diferenças entre centro e periferia. O nível de dependência das relações de produção e exploração das hierarquias sociais em cada contexto histórico e social influencia tanto a avaliação subjetiva dos grupos internos à classe dominantes, quanto o potencial de antagonismos dentro das classes subalternas. Desse ponto de vista, a relação entre democracia e capitalismo na maioria dos países centrais é mais próxima da condição periférica do que comumente se supõe – por exemplo, as exclusões de gênero e raça, bem como suas sobredeterminações na sociedade estadunidense guardam, nesse sentido, muitas semelhanças com a sociedade brasileira. A grande e importante diferença está na capacidade dos países centrais em deslocar as hierarquias para a periferia capitalista – diferença esta que se transformou com os processos de neoliberalização –[61] o que remete ao imperialismo e à acumulação primitiva como meios políticos, econômicos e morais que também condicionam as democracias periféricas – apesar de que práticas imperialistas também podem ser replicadas em escalas regionais na periferia capitalista.

[61] Ver capítulos 4 e 5.

Um outro acréscimo importante sobre a relação entre as hierarquias sociais e as seletividades estruturais que as instituições impõem aos impulsos democráticos vem das teorias feministas que tensionam e expandem analiticamente a contradição entre igualdade formal e desigualdades reais levantadas pelo marxismo, pela distinção entre público e privado. Para além, das formas do obscurecimento do caráter conflitivo das relações privadas relacionadas ao contrato de trabalho, as teóricas feministas destacam que o privado também é espaço de opressões e de poder, relacionados às hierarquias de gênero, que se realizam no âmbito doméstico e familiar. Além disso, a igualdade formal que caracteriza a esfera pública e esconde as assimetrias de poder de classe, visíveis ou institucionalizadas, também é marcada por outras formas de dominação. Os valores de neutralidade, racionalidade e impessoalidade da esfera pública restringem tanto formas de participação – excluindo modos de expressão subalternizados e atribuindo privilégios epistêmicos a determinados grupos –, quanto a agenda política – conteúdos definidos como privados, íntimos ou pessoais não acessam o debate político, uma vez que à esfera privada é garantida a não interferência pública – ao estabelecer quais procedimentos, práticas e objetos políticos são considerados como legítimos (BIROLI, 2014).

Sem entrar nas diversas interpretações e tensões sobre a relação entre o público e o privado internas ao feminismo,[62] um ponto importante é evidenciar como as hierarquias de gênero são materializadas nas instituições estatais – argumento que pode ser estendido a outras hierarquias como de raça (ALMEIDA, 2019; MILLS, 2019). Isso significa reconhecer uma dimensão ideológica-moral estrutural das instituições sociais e estatais, que é uma construção social, política e histórica, e que se apresenta como universal e neutra. Assim como as relações hierárquicas de gênero e raça foram constituídas modernamente na transição capitalista (FEDERICI, 2023; WILLIAMS, 1944), as próprias transformações do capitalismo e do poder público também implicaram em formas ressignificadas dessas opressões e exclusões, sociais e políticas (ALMEIDA, 2021; BIROLI, 2020; BROWN, 2015; 2019; COOPER, 2017; FERNANDES, [1972] 2013; FRASER, 1997; MIGUEL 2020).

[62] Para esta questão, ver Biroli (2014).

3.4. Opressões e consensos: hegemonia, posições sociais hierárquicas e relações de poder

A dominação política se conecta relacionalmente de distintas maneiras às formas de opressão e subordinação no capitalismo. A separação entre desigualdades reais e a igualdade formal, as seletividades institucionais do Estado, a oposição entre público e privado, a distribuição assimétrica de recursos variados entre classes e grupos sociais e a dependência estrutural do capitalismo em relação às hierarquias sociais que se traduzem em dominação política também incidem sobre a constituição dos sujeitos. Para a democracia, essa dimensão da heteronomia tem efeitos importantes. Ela restringe tanto o processo de construção crítica de alternativas de mundos possíveis, inteligíveis e factíveis, quanto o aprendizado de capacidades e habilidades, individuais e coletivas, necessárias à mobilização, à organização e à prática políticas das quais a consecução desses fins políticos criativamente elaborados depende. Dessa forma, autonomia como autodesenvolvimento diz respeito à possibilidade de elaboração de conteúdos substantivos da política e às condições práticas e pedagógicas para que sujeitos possam criar e avançar esses mesmos conteúdos – o processo de formação de preferências, o aprendizado participativo nas instituições sociais e políticas e a possibilidade de ocupar espaços decisórios.

A subjetivação chama a atenção para dilemas que dialogam com a reconstrução dos sentidos de democracia na história e que se relacionam às características da dominação social e política: o esvaziamento de um sentido social da democracia que a transformou em um método formal de representação e o individualismo possessivo que (de)situa e (des)coletiviza os sujeitos em oposição a um comum. Nesse processo de desenvolvimento histórico e teórico, o procedimento se opõe ao conteúdo da democracia, e interesses, valores ou bens subjetivos, aos objetivos. Por um lado, ao conteúdo substantivo da democracia, são contrapostas as alternativas das regras e procedimentos que protegem o sistema político da natureza dos “homens”, dos “perigos da maioria”, dos conflitos entre as éticas da convicção e da responsabilidade, das massas apáticas e autoritárias, do reino das necessidades ou dos totalitarismos. Todavia, enquanto os fins políticos ameaçam as liberdades individuais e as “minorias”, o procedimento mantém a dominação pela valorização da estabilidade, da ordem ou do *status quo*. Por outro, diante de interesses, valores e bens coletivos objetivos, é defendida a subjetividade e autodeterminação individual. Valores são heterogêneos e irredutíveis entre si e

pressupõem diversos meios possíveis em disputa para os alcançar, ou não haveria objetividade possível, uma vez que a realidade e as ideias seriam produzidas por, e dependentes da, consciência humana. Logo, para além dos sujeitos e dos sentidos semânticos, haveria apenas o "nada" nauseante sartreano.

Sem dúvida, o conteúdo da política ameaça essencializar indivíduos e coletividades, pondo em risco a alteridade, e o objetivismo de valores tem de lidar com o problema do observador privilegiado e da restrição das escolhas individuais e coletivas autônomas. O problema é que o procedimento e a subjetividade dos fins, quando desconsiderada a dominação política e a relação constitutiva entre ideias, política e realidade concreta, produzem resultados que, em parte, procuram evitar. O procedimentalismo contém valores e conteúdos específicos que regulam o sistema político, mesmo que de forma velada, e a subjetividade de valores e a autonomização da política exigem um papel preponderante dos intelectuais ou elites políticas para intermediar sentidos ou interesses.[63]

Do ponto de vista das opressões características do capitalismo que impactam na constituição dos sujeitos e restringem o autodesenvolvimento, três pontos são importantes: a ideologia como concepção de mundo que expressa, organiza e consolida as relações sociais concretas e objetivas no capitalismo; as posições sociais estruturadas dos sujeitos em relações hierárquicas em que as preferências são formadas, atribuindo privilégios e desvantagens de forma assimétrica; e as estruturas de autoridade das instituições sociais e políticas que condicionam as formas de sociabilidade em que o aprendizado político se constitui. Esses aspectos se interrelacionam entre si e refletem as circunstâncias reais, práticas e ideacionais da dominação social e política. Dito de outra forma, refletem barreiras e restrições a sujeitos e grupos para ocuparem espaços

[63] O papel dos intelectuais no pluralismo radical pós-estruturalista é menos evidente do que o das elites políticas da teoria democrática hegemônica. Como tudo é discurso, como sair de seu próprio campo discursivo para criar um novo campo que possa oferecer orientações políticas, alianças ou articulações discursivas que reconstruam as diferenças em forma de uma unidade precária? O risco da necessidade de um agente externo parece ser evidente. Para esta crítica sobre a teoria democrática pós-estruturalista, cujos expoentes mais representativos são Laclau e Mouffe ([1985] 2001), ver Wood (1998, cap. 4). Um outro problema sobre o sujeito político nessa perspectiva, que deriva da concepção da história da democracia, vinculada à Revolução Francesa, que Laclau e Mouffe propõem, é o papel da burguesia como último sujeito da história, aquele que estabeleceu os valores e princípios originários da democracia e da emancipação, responsáveis por desestabilizar a fixação do social (p. 152-59). Essa interpretação se torna mais evidente no desenvolvimento da obra de Mouffe (1995, 2005, 2013) em que seus argumentos se aproximam de uma perspectiva contratualista de Rawls ([1971] 2011) – mesmo que critique o autor – ou do pluralismo estadunidense de Dahl ([1972] 2012), em que o consenso sobre os princípios e regras da democracia representativa liberal é o fundamento básico da política democrática, o antagonismo deve ser transformado em agonismo e o espaço da política passa a ser as instituições formais.

decisórios nos quais possam expressar e se fazer avançar seus objetivos, valores e interesses, construídos de forma autônoma.

O conceito de ideologia ao mesmo tempo que complementa e integra a discussão sobre a dependência estrutural do Estado em relação à acumulação e a transformação da dominação social em política, também abre espaço para inserir teoricamente o processo de constituição dos sujeitos e os limites que o capitalismo impõe à democracia e à autonomia na análise. Uma referência central sobre o conceito de ideologia é Antonio Gramsci. Para ele, as ideologias são concepções de mundo que se expressam nas múltiplas esferas da vida individual e coletiva, no espaço e no tempo, (GRAMSCI, [1926-1934] 2022, p. 133) e que mantêm uma relação orgânica e necessária com as relações sociais de produção, dando forma – os sentidos culturais, jurídicos, estéticos e econômicos – ao conteúdo da experiência material, como consolidação do bloco histórico (p. 185-86). Assim, as ideologias se apresentam tanto como ideias, quanto por práticas e comportamentos concretos. São formas de interpretar o real e, igualmente, (re)produzem e limitam esse real, pois "elas 'organizam' as massas humanas, formam terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc." (p. 148). Portanto, não são "falsa consciência" como ideais que falseiam a representação do real, mas são uma "realidade [...] objetiva e operante" a partir da qual os sujeitos constituem sua consciência no mundo, seus objetivos, suas tarefas e suas capacidades (p. 188). Entretanto, a ideologia, enquanto expressão de uma relação de dominação, é inerentemente contraditória, uma vez que a unidade da ideologia, sua universalização pelo consenso, é incompatível com os conflitos entre classe dominante e classes subalternas (p. 189). Há, então, dimensões produtivas e negativas do consenso no processo de constituição do real.

Essas contradições também se refletem na produção das subjetividades, na forma como as ideologias são incorporadas na vida cotidiana pelo senso comum. Como concepção de mundo particular que se pretende universal, a ideologia entra em choque com outras ideologias, culturas e modos de vida e se apresenta popularmente de maneira desagregada, conflituosa, incoerente, de modo que cada indivíduo também participa nesse processo construtivo e reprodutivo do senso comum, ao acrescentar à essa composição heterogênea de ideias e práticas, que perduram no tempo e na cultura, suas próprias interpretações e "filosofias" (p. 148). No entanto, a transformação efetiva da cultura independe da ação individual, mas de um sujeito coletivo que constrói um "momento

cultural", em que uma concepção comum de mundo é compartilhada e formada, em um aprendizado mútuo, de maneira prática e consciente (p. 152-153).

Na concepção de ideologia em Gramsci é possível perceber uma crítica a certa compreensão sobre a objetividade da esfera ideacional, no sentido de que as concepções de mundo não resultam automaticamente das condições materiais (p. 147), nem do voluntarismo ideológico do intelectual ou liderança (p. 159), mas são construídas e disputadas por sujeitos coletivos, o que não significa que as ideias não tenham uma dimensão objetiva relacionada aos valores ético-políticos e aos efeitos práticos da dominação e emancipação. Há, então, uma relação constitutiva entre realidade concreta, ideias e práticas que não é fixa, nem pré-determinada na história, mas que dá centralidade às condições históricas, materiais e ideacionais, em que os sujeitos e as ideologias são constituídos. Do mesmo modo, é possível perceber uma crítica ao elitismo, na qual o papel do intelectual, da liderança ou do filósofo é atribuído aos indivíduos comuns que adquirem suas capacidades, habilidades e personalidade de forma prática e orgânica (p. 203-204), por meio também da transformação das relações das quais eles participam conjuntamente, de maneira mais ou menos consciente e ativa (p. 155). A ideologia e as condições materiais que elas expressam restringem o processo de formação de consciência dos sujeitos individuais e coletivos, mas também os produzem, por como o ambiente social e natural em que os indivíduos são socializados influenciam nos modos de inteligibilidade do mundo que possuem. E é esse sentido produtivo que possibilita identificar relações, por um lado, de consenso e autocontrole dos sujeitos no capitalismo, características da vida na sociedade civil, para além das formas de dominação coercitiva do Estado (p. 278), e, por outro, de conflito contínuo, uma vez que as formas ideológicas necessárias à reprodução social real, por serem uma construção social, são sempre instáveis e disputadas, logo, estão submetidas à contingência e à luta política (p. 291).

É a partir do conceito de hegemonia que Gramsci articula o processo de constituição dos sujeitos à relação de dominação política exercida pelo Estado. Hegemonia é um processo político, moral e intelectual em que se estabelece e mantém uma ideologia, uma visão de mundo particular, como universal na sociedade, de modo que parte da dominação se exerce pela construção de consensos em complemento a dominação pelo Estado em seu sentido estrito de coerção, comando e autoridade exercidos pelas instituições formais (Idem, [1926-1937] 2022). Assim, a sociedade civil é espaço de luta de classes e de dominação pela hegemonia, formada por instituições e organizações sociais que difundem e socializam as pessoas na ideologia dominante. E a

sociedade política envolve as instituições formais e estatais que definem as regras, o direito e os meios da disputa política e da autoridade, que em última instância, garantem a conformidade ou coagem resistências aos consensos por meio da força (p. 208). Essa totalidade, ou unidade histórica, responsável por realizar a transformação da dominação social em política (p. 273) e que organizava e garantia a dominação nos países "ocidentais", onde havia se desenvolvido as formas capitalistas mais avançadas de sua época, é o que Gramsci chama de Estado "ampliado" ou "integral", a "hegemonia couraçada de coerção" (p. 269, 295).

Portanto, há uma dimensão ética e moral da dominação, para além da intelectual, que Gramsci identifica na ideia de Estado ético recepcionado de Hegel. Contudo, se para Hegel o Estado ideal seria a forma de estabilizar três ordens normativas distintas na modernidade – o direito, a moralidade e a ética – a partir da integração entre o Estado civil – subjetividade e particularidade da sociedade civil –, o Estado ético – a comunidade e os valores tradicionais e historicamente construídos de boa vida – e o Estado político – as regras, as burocracias e instituições formais capazes de proteger as individualidades e incorporar os valores comuns – (PELCZYNSKI, 1976), para Gramsci, não há unidade possível em um Estado ético no sentido hegeliano, uma vez que a própria existência do Estado político consiste na necessidade de garantir a conformidade aos interesses das classes dominantes – daí, deriva sua compreensão marxista do fim do Estado como possibilidade de se alcançar um Estado ético sem classes (GRAMSCI, [1926-1934] 2022, p. 270). Um ponto importante é que Gramsci reconhece a interconexão "orgânica" entre essas dimensões éticas, sociais e políticas no pensamento de Hegel, todavia, essa universalidade existe enquanto dominação, como representação ideológica de um particular.

Para este trabalho, essa perspectiva gramsciana é importante, porque destaca a precariedade, as exclusões e as contradições dos consensos estabelecidos pelas hegemonias no capitalismo. Enquanto Gramsci não aborda uma dimensão produtiva do Estado que se intensifica na história posteriormente – a organização do processo de acumulação e as políticas de bem-estar que cumprem a função da legitimidade –, os teóricos neomarxistas – com exceção de Poulantzas, que tem clara inspiração na obra do pensador sardo (JESSOP, 2008) – tendem a não privilegiar o conflito interno ao campo da legitimidade, a partir do nível analítico das ideologias – O'Connor percebe esse conflito, mas não o aprofunda sob uma perspectiva da constituição dos sujeito. Além disso, a ideia de Estado ético evidência uma dimensão moral que constitui as relações

sociais na sociedade e as regras, instituições e práticas estatais – ambos planos de forma integrada. Portanto, o processo de constituição dos sujeitos, seja por uma perspectiva produtiva através do consenso, seja de outra restritiva, por meio da conformidade e coação, passa pela internalização ou imposição de valores substantivos específicos que uma visão meramente procedimentalista da política ignora. Toda integração social ou estabilidade pela política carrega valores particulares e contraditórios, reproduzidos pelo consentimento e pelas formas de sociabilidade na sociedade e nas instituições sociais e formais que podem propulsionar crises nos planos ideológicos e materiais. Nesse aspecto, por exemplo, Wendy Brown em *As ruínas do Neoliberalismo* parece se aproximar mais de uma leitura gramsciana que foucaultiana do neoliberalismo, quando a perda de consenso expressa a dessublimação dos "fenômenos patológicos mais variados" da velha ordem que agoniza.

A partir dessa compreensão do conceito de hegemonia e de sua dimensão intelectual e moral, é possível incluir teoricamente as múltiplas hierarquias sociais na análise de uma perspectiva da constituição dos sujeitos e da construção de consensos nas sociedades capitalistas. Uma obra que lida com essa relação entre subjetividades, o campo das ideias e as hierarquias sociais é *Hegemony and Socialist Strategy*, de Laclau e Mouffe ([1985] 2002). Nela os autores propõem uma alternativa teórica baseada no pós-estruturalismo para lidar com distintas diferenças sociais do ponto de vista da política, da contingência e do discurso. Porém, ao introduzirem teoricamente as hierarquias sociais diversas das de classe, acabam por excluir o capitalismo como referente significativo para democracia e para as lutas sociais.

Essa exclusão tem consequências problemáticas, teóricas e práticas, para se compreender a relação entre capitalismo, democracia e autonomia e para a inclusão das diversas hierarquias sociais como objeto de análise. Na obra de Laclau e Mouffe, isso decorre da compreensão ontológica que têm da política, de sua perspectiva epistemológica do discurso e da releitura histórica que propõem sobre a democracia.

Do ponto de vista ontológico, a realidade não teria essência nem objetividade, mas seria constituída como objeto do discurso, sendo a própria materialidade sempre mediada discursivamente. Qualquer fenômeno só existe (socialmente) e obtém significado a partir da interpretação, do nome que lhe atribui um sentido específico – um terremoto pode ser o choque de placas tectônicas ou a ira divina, o que ele é socialmente depende de como os sujeitos o compreende. O discurso seria, então, o único plano ontológico do ser e é definido como uma "totalidade estruturada", em que os sentidos estão dispersos de forma

regular em uma configuração, cuja coerência depende de práticas discursivas que estabeleçam uma relação entre os sentidos das diferenças – articulação dos elementos em momentos –, transformando e criando novos sentidos para esse conjunto, de modo que as diferenças permanecem, mas se transformam internamente e no conjunto – como equivalências construídas em uma formação discursiva (p. 105). Mas essa totalidade é sempre precária – a formação do discurso não estabiliza as diferenças de forma fixa e pode ser sempre questionado por outros discursos – e a estruturação não é externa à formação discursiva – não há um princípio que a unifique que possa ser apreendido, mas o que estrutura o discurso é a forma como as diferenças estão dispersas de forma relacional entre si. Todavia, o discurso não seria apenas a linguagem, mas também os elementos não linguísticos em que o discurso assume um caráter material e prático: os objetos nomeados, as instituições que os regulam e as ações que, por sua vez, dependem dos significados desses objetos, dos objetos e das instituições para serem realizadas (p. 106-112). Portanto, não haveria objetividade possível fora de um campo discursivo, uma vez que o real não existe em um plano diferente do discurso. Mas, como toda objetividade – como fixação dos sentidos das coisas – é instável, porque pode ser subvertida por outros sentidos ou discursos – pelo antagonismo entre identidades discursivas –, ela não existe senão enquanto consenso discursivo.

Dessa forma, partindo da compreensão ontológica da relação entre realidade e discurso, Laclau e Mouffe consideram que qualquer ator social está em posições diferenciais nos campos discursivos que "constituem o tecido social" como particularidades. Cada identidade social só existiria a partir de posições relacionais referentes a suas negações – as diferenças –, mas, ao mesmo tempo, essa separação nunca está completa, em razão de que ela é uma operação discursiva e, como tal, precisaria estabilizar todos os sentidos em uma totalidade para manter a separação das diferenças. Como não há fixação possível – mas a "sobredeterminação" de identidades e discursos – também não há separação completa (p. 122).

Quando essa negatividade se estabelece em sentidos opostos que impedem a plena constituição das identidades, se formam as relações de antagonismo, em que a oposição entre o ser e o outro – entre trabalhador e patrão, por exemplo – seria marcada pela impossibilidade de cada polo ser em si completo. Pois cada identidade nega a objetividade constitutiva do outro, põem em xeque a sua identidade, o seu sentido (p. 125). É a partir dessa compreensão que o social, para Laclau e Mouffe, seria constituído pela diferença, em que o antagonismo define suas fronteiras e impossibilita sua unidade a partir de um

fundamento ou princípio que fixe todas as posições relacionais – a relação capital trabalho não poderia então ter apenas um polo como identidade plenamente construída, ou seja, o capital não é o que define o social. Consequentemente, haveria uma "sobredeterminação" dos sentidos entre as múltiplas identidades que impedem que um único sentido se estabeleça – como o conceito de classe que estrutura toda a sociedade no marxismo (p. 126). Pelo contrário identidades como classe, raça e gênero, seriam diferenças sobredeterminadas que impedem a essencialização das fronteiras de seus sentidos, de suas identidades, pela relação de negatividade que têm entre si, desestabilizando os conteúdos de cada identidade. O social, nesse sentido, é sempre uma relação discursiva precária e nunca estabilizada completamente. Ao se tentar reunir as diferenças em uma equivalência – entre os pontos de encontro de raça, classe e gênero, por exemplo – transformam-se as identidades internas da equivalência, mas também cada identidade evidencia o limite dessa unidade do social, pelo antagonismo entre as diferenças.

Por conseguinte, a política seria o meio de instituição do social, da articulação das diferenças a partir de relações antagônicas. E o poder se basearia na construção de vínculos identitários que excedem as diferenças e constituem uma unidade em comum, uma nova identidade – conquanto, sem homogeneizar as diferenças ou fixando uma totalidade discursiva permanente –, em oposição a um antagônico, por meio do estabelecimento de uma hegemonia (p. 170). O conceito de hegemonia é central para Laclau e Mouffe, porque seria a única forma da política democrática possível e, igualmente, a única estratégia socialista viável da radicalização da democracia em que seria possível incluir todas as lutas contra as diversas expressões de subordinação. Hegemonia seria o resultado de práticas políticas que fixam parcialmente os sentidos do social e conseguem reunir as diferenças em torno de antagonismos comuns – criando o que chamam de pontos nodais, essa articulação de uma unidade discursiva (p. 189). Como não há uma referência ou princípio externos ao discurso, a política e o poder são, e dependem da, contingência, da capacidade dos sujeitos em criar pontos de encontro discursivos entre as identidades em relação a um outro em comum. E o terreno para o surgimento da hegemonia é a crise de identidades que cria a dissolução dos vínculos discursivos entre as diferenças (p. 136).

Do ponto de vista epistemológico, a sociedade deixa de ser um "objeto válido do discurso", pela inexistência de um princípio inerente a ela e independente da política – o capitalismo, a divisão de classes etc. (p. 111). Assim, a política em sentido amplo passa a ser o espaço constitutivo da realidade, onde opera a lógica da diferença e da

equivalência, a primeira como lógica de expansão da complexidade da política, do antagonismo, e a segunda, de sua simplificação, da hegemonia, ambas constitutivas e restritivas uma da outra (p. 130). Em outras palavras, o objeto da democracia passa a ser lidar com paradoxo entre igualdade e diferença que Fraser (2003) estabelece teoricamente pela dicotomia entre redistribuição e reconhecimento, mas, que, em Laclau e Mouffe ([1985] 2002), é restrito ao campo do reconhecimento, das identidades.

Em Fraser (2003), as demandas por redistribuição pressupõem objetivos igualitários materiais, enquanto as demandas por reconhecimento, da valorização das diferenças culturais. Quando grupos situados em relações opressivas sobredeterminadas por esses polos reivindicam contra ambas as formas de opressão, as demandas por igualdade tenderiam a enfraquecer as demandas pela valorização da diferença e vice-versa – igualdade tenderia a romper as fronteiras da diferença e a diferença, a negar a igualdade como horizonte (p. 85). Para Laclau e Mouffe ([1985] 2002), as demandas pelo reconhecimento impõem o mesmo paradoxo por si mesmas. Como a transformação das relações discursivas dependem de práticas articulatórias por meio de uma hegemonia, a subversão das formas opressivas entre identidades implica na transformação das próprias identidades que os grupos reivindicam valorizar para criar equivalências ou relações que valorizem a igualdade entre elas. E, de forma inversa, as diferenças inescapáveis ameaçam a estabilidade da unidade. Se para Fraser (2019) o paradoxo é posto justamente para chamar à atenção para o problema das reinvindicações de reconhecimento sem levar em questão o capitalismo, argumento que explora no que chama, por exemplo, de neoliberalismo progressista, Laclau e Mouffe ([1985] 2002) estabelecem esse problema justamente pela negação epistemológica do capitalismo como fundamento social básico e comum de como essas disputas e os sujeitos são constituídos. Dito de outra forma, teria sido, em termos marxistas, a ideologia burguesa que desestabilizou o social e criou a formação discursiva que é constitutiva desse paradoxo, mas não como restrição e sim como condição da emancipação.

Essa perspectiva decorre da interpretação que fazem da história. Para Laclau e Mouffe a democracia, ou seu imaginário, surge na Revolução Francesa com a articulação da unidade da política e do social a partir dos valores de igualdade e liberdade. Assim, seria apenas desde esse referencial discursivo que as identidades passaram a poder ser antagonizadas e subvertidas, uma vez que os discursos que essencializavam e totalizavam o social foram descontruídos – como ordens divinas teológicas (p. 155). Para os autores teria sido somente quando “o discurso democrático se torna disponível para articular as

diferentes formas de resistência à subordinação é que [existiu] as condições para tornar possível a luta contra os diferentes tipos de desigualdade" (p. 154). Como atribuem, ontológica e epistemologicamente, centralidade ao discurso, a principal transformação histórica na modernidade não poderia ser o capitalismo, mas algo capaz de estabelecer uma totalidade discursiva sem um centro de dispersão das diferenças, daí a identificação da democracia como referência da história. Toda a realidade do social passaria a ser produzida desde o campo discursivo do imaginário democrático pela política.

Apesar dos inúmeros problemas de sua teoria como o eurocentrismo histórico que ignora lutas sociais anteriores ao que chamam de revolução democrática, [64, 65] Laclau e Mouffe trazem aspectos importantes que complexificam a compreensão gramsciana sobre os limites e antagonismos que permeiam a construção de consensos pela hegemonia. As distintas diferenças que compõem os campos discursivos destacam como consensos interferem e constituem os sujeitos de forma variada e como, à construção contra-hegemônica, essas diferenças impõem dilemas importantes na disputa política – a instabilidade e a contingência da política e a impossibilidade da construção de um universal político. No entanto, são justamente o afastamento em relação a Gramsci e sua aproximação ao pós-estruturalismo que acabam por introduzir uma série de novos problemas teóricos e práticos para a radicalização da democracia. Ao incluírem analiticamente outras hierarquias sociais, excluem classe e o capitalismo como objetos fundamentais para se compreender a democracia e a dominação.[66]

---

[64] Wood (1998) argumenta que Laclau e Mouffe dão primazia à história política francesa, ignorando o contexto histórico de distintos países. Um exemplo histórico importante para teoria da democracia radical seria como a luta dos trabalhadores da Inglaterra no século XIX teria mobilizado o discurso da revolução democrática para antagonizar suas relações de subordinação como no Cartismo ou reivindicar por melhores condições materiais de vida, se afastando do ideal revolucionário e consentindo ao discurso hegemônico, logo não reconhecendo a exploração como opressão, mas apenas subordinação. Wood critica essa perspectiva por desconsiderar a história dos trabalhadores ingleses que não teria a França como referência, mas a história de lutas revolucionárias anteriores à Revolução, como o movimento dos *diggers* e dos *levellers* no século XVII (WOOD, 1998, p. 70-71).

[65] É interessante que um dos exemplos que utilizam mais de uma vez no livro é o da relação colonizador e colonizado. A ideia de que a subordinação somente teria sido possível ser compreendida como opressão pelos povos originários e escravizados nas colônias é uma evidente negação da história de resistência desses povos e populações que é empiricamente invalidada, por exemplo, pelo que significou a *grand marrronage* – as comunidades permanentes de escravizados fugitivos nas Américas –, a exemplo da construção dos grandes quilombos e mocambos no Brasil (CARNEIRO, [1946] 1958; GOMES, 2015).

[66] Para uma crítica a ausência das relações de dominação na teoria democrática agonística de Mouffe (2005), ver Miguel (2014). O artigo de Miguel é mais simpático ao conceito de antagonismo proposto por Laclau e Mouffe ([1985] 2002) do que ao de agonismo. Mas é possível expandir suas críticas aos primeiros quando partem da ideia de que os princípios de igualdade e liberdade liberais são o fundamento das lutas e formações hegemônicas e contra-hegemônicas. Nesse sentido, não há dominação senão pelos olhos de agentes externos (p. 153-54).

Isso se dá pela perspectiva ontológica, epistemológica e histórica que propõem. Uma crítica ao trabalho de Laclau e Mouffe que põe evidência esses problemas foi elaborada por Ellen Wood (1998). Para ela, a principal falha teórica estaria na autonomização da política que o foco excessivo no campo discursivo acarreta. Ao separarem a ideologia de suas determinações sociais, do capitalismo, o conceito de hegemonia que propõem implica que qualquer hegemonia existente não se fundamenta na divisão de classe. Como toda hegemonia precisaria articular relações de equivalência entre sujeitos sociais e não possui um polo central de dispersão das diferenças, a totalidade discursiva criada não pode ter um conteúdo de classe, o que é diferente de dizer que a hegemonia na democracia liberal não é "mera farsa e mistificação" (p. 52). Para Laclau e Mouffe não há dominação ou hegemonia de classe.

Portanto, toda a crítica e a alternativa teórica que estabelecem partem da incapacidade histórica e teórica que atribuem ao marxismo e à classe proletária por não terem conseguido propor uma forma de hegemonizar a política e instituir um social comum às diferenças. Ou seja, a ênfase em uma ontologia com um princípio estruturante de classe a partir do qual seria possível determinar um interesse material objetivo – o fim da propriedade privada dos meios de produção e da exploração – decorreria de um limite epistemológico para compreender a realidade social. No entanto, Wood (1998) afirma que os autores confundem a crítica a uma orientação determinista de parte do marxismo sobre a tradução de interesses materiais de forma espontânea em objetivos políticos ou em ação em concerto, com a existência de formas de exploração e opressão que são objetivas e impactam a condição de vida e as experiências dos trabalhadores. Ao negarem a objetividade das relações sociais capitalistas, negam também que a exploração traz vantagens para os capitalistas e desvantagens aos trabalhadores, que a ausência da exploração traria benefícios para quem é explorado, ou que a relação capital e trabalho impacta de forma fundamental o poder político e social. Em resumo, "os interesses conflitantes entre capital e trabalho estão todos nos olhos de quem vê" e não derivam da posição situada comum ou antagônica de acordo com as relações de produção (p. 61).

Para Wood essa seria uma negação da própria história como processos, condições, conexões, causalidades, limites e possibilidades. Porém, a compreensão da história que afirmam, sobre a "revolução democrática", ignora as transformações dos sentidos da democracia pelo capitalismo (Idem, 2006). Com efeito, resultam na compreensão de que os trabalhadores só puderam compreender sua subordinação com opressiva a partir do discurso democrático-liberal, ignorando as inúmeras lutas e movimentos dos

trabalhadores anteriores. Como consequência teórica e prática, essa perspectiva ontológica e histórica acaba por negar qualquer papel aos trabalhadores no projeto democrático que propõem, uma vez que suas lutas seriam econômicas e não afetariam a liberdade ou igualdade senão por uma revolução impraticável (Idem, 1998, p. 65).

As críticas de Wood a Laclau e Mouffe são importantes para reintroduzir o capitalismo aos problemas teóricos da constituição dos sujeitos, da autonomia e da democracia. Uma perspectiva meramente discursiva das relações sociais pode fomentar a ideia de que indivíduos, imersos em estruturas sociais desiguais e em campos discursivos favoráveis aos grupos dominantes, tomam suas decisões e definem suas trajetórias de vida de forma voluntária (BIROLI, 2018). E mais: dizer que a subordinação é uma relação não opressiva por causa da ausência de um discurso capaz de antagonizar os sujeitos e subverter os sentidos de suas identidades ignora a experiência na forma de raiva, dor, violência, sofrimento ou resistência passiva, muitas vezes, não nomeadas ou articuladas de forma clara. Se a psicanálise é uma referência do pós-estruturalismo de Laclau e Mouffe, a neurose da inconformidade deveria ser tão constitutiva do sujeito quanto o recalque do consenso (DEAN, 2016a, p. 52-53).

Nesse sentido, a importância das dimensões simbólicas e culturais não podem ser dissociadas das estruturas em que os atores estão posicionados. Ademais, uma perspectiva que considere as estruturas sociais não implica que estas possuem agência ou pré-determinem as práticas e os resultados políticos. Mas se toda relação estrutural é mediada pela agência e pelo simbólico, as mediações práticas e ideacionais não estão no vácuo e sim situadas em condições estruturais e institucionais assimétricas em relação à distribuição de recursos – materiais e simbólicos – e às formas do agir e do se expressar – a exemplo da participação e dos repertórios políticos – que interferem na efetividade, legitimidade, valoração e possibilidades da constituição de identidades, mas também de projetos, objetivos, práticas e valores que constroem – os predicados dos sujeitos.

Entretanto, a crítica que Wood estabelece também cria certos limites sobre como integrar teoricamente as hierarquias sociais ao processo de constituição dos sujeitos e de suas preferências no capitalismo. Se Laclau e Mouffe opõem as demais diferenças em relação à classe pela exclusão do capitalismo como referente das hegemonias e da construção de contra-hegemonias, mantendo o antagonismo de classes em quaisquer das alternativas, Wood adota caminho inverso ao contrapor, em certos sentidos, classe sobre as demais diferenças, não associando a constituição das diferenças distintas das de classe ao capitalismo. Esse aspecto de sua obra é mais evidente em *Democracia contra*

Capitalismo, na qual analisa as múltiplas desigualdades e hierarquias a partir da dicotomia entre igualdade e diferença de forma similar à entre reconhecimento e redistribuição.

Para Wood (2006), ao contrário das demais diferenças, a identidade que define classe não pode ser acomodada ou valorizada no capitalismo, de modo que o conceito de identidade oculta diferenças importantes entre classe e as demais. Igualdade de classe implica no fim do capitalismo, enquanto para as outras isso não seria necessariamente uma condição. Um ponto importante que Wood ressalta é que o capitalismo é capaz de "cooptar e reforçar desigualdades e opressões que não criou e adaptá-las aos interesses da exploração de classe" (p. 221), como, por exemplo, raça e gênero que seriam identidades "extraeconômicas" que formam no capitalismo subclasses e criam vantagens a certos setores da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que ideologicamente podem mascarar que as opressões que decorrem dessas identidades não teriam nenhuma relação com "a lógica necessária do sistema capitalista" (p. 229). Essa posição se aproxima, por um lado, à compreensão neste trabalho sobre a relação de dependência da acumulação em relação às hierarquias sociais, mas se afasta, por outro, ao não considerar as hierarquias como fundantes ou estruturais do capitalismo, mas apenas como relações extraeconômicas utilizadas e incorporadas de modo contingente à lógica da acumulação.

Wood (2006) considera que o capitalismo seria "indiferente às identidades sociais das pessoas que explora" e não teria "uma tendência estrutural para a desigualdade racial ou opressão de gênero", de forma que seriam essas opressões extraeconômicas que "escondem as realidades estruturais do sistema capitalista e dividem a classe trabalhadora" (p. 229). Como abordado anteriormente no capítulo 2, essa é uma perspectiva centrada apenas em uma concepção de trabalho e em um referencial espaço-temporal restrito do capitalismo. E é justamente o não reconhecimento desse movimento interno do capitalismo que a leva a assumir posições problemáticas relacionadas às diferenças que não de classe. Isso é evidente em seus argumentos em que defende que o capitalismo teria exercido uma "pressão estrutural *contra* a diferença extraeconômica" de raça, tornando necessário justificar a escravidão pela desumanização ideológica da população negra (p. 331, grifo da autora), ou que "não há necessidade estrutural específica de opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela", o que implicaria que a exploração do trabalho não pago das mulheres poderia ser erradicado sem impactos no capitalismo (p. 332). Além de desconsiderar a acumulação primitiva como lógica perene do capitalismo, ignorando a relação constitutiva centro-

periferia entre países e internamente a eles, essa perspectiva acaba reforçando a separação analítica entre economia e política que a própria Wood critica. Em última instância, o risco é culpabilizar raça, gênero e a hierarquia centro-periferia pelos antagonismos internos à classe e à incapacidade de formação de uma contra-hegemonia subalterna. Argumento oposto ao de Laclau e Mouffe.

Dois últimos aspectos importantes sobre a relação entre autodesenvolvimento e democracia no capitalismo envolvem as posições sociais estruturadas dos sujeitos em relações hierárquicas e as estruturas de autoridade em que esses sujeitos estão submetidos. A partir da análise de como as estruturas de desigualdade e relações de poder se constituem de forma mútua, é possível escapar a esses problemas teóricos e práticos que o foco nas identidades, nos discursos ou na dicotomia entre diferença e igualdade acarretam.

As variadas formas de opressão características do capitalismo que influenciam a constituição dos sujeitos e limitam seu autodesenvolvimento vão além das relações de classe. Mas, assim como não é possível compreender o processo constitutivo dos sujeitos posicionados nas relações sociais estruturadas por classe sem se considerar as desigualdades de gênero, raça e centro-periferia, a análise das demais hierarquias também são estruturadas no e pelo capitalismo, por como se relacionam, por exemplo, ao processo de acumulação. O capitalismo é um limite e possibilidade desse processo constitutivo fundamental e suas relações sociais estruturadas produzem, em grande medida, às hierarquias sociais.

A ênfase no conceito de identidades para compreender a relação entre as hierarquias e a constituição dos sujeitos, assim como para análise da dominação, também traz alguns problemas teóricos relacionados a como as hierarquias sociais se antagonizam e como elas se relacionam a relações de poder na vida cotidiana. A ideia de identidades fixas ou comuns em um dos eixos de desigualdade tradicionais – raça, classe ou gênero – impede de se perceber que os antagonismos ocorrem internamente em todos esses eixos e que há relações de poder assimétricas entre os grupos que compartilham alguma identidade a depender de como esses eixos se convergem. Como destaca Flávia Biroli (2018), as "diferenças se definem na forma de privilégios e desvantagens", portanto, não são uma questão apenas identitária, "mas de posições que ganham sentido de hierarquias" (p. 36). Este aspecto reforça a importância de se analisar a relação entre as hierarquias sociais, seus antagonismos, e como os sujeitos e suas preferências são constituídas de forma situada em contextos específicos em que a estruturação das relações sociais

hierárquicas ocorre de formas particulares (YOUNG, 2002). As ideologias, os arranjos institucionais formais e sociais, as condições materiais, os conflitos e os consensos estabelecidos interferem, ao longo do tempo e no espaço, na materialização dessas diferentes posições sociais e criam antagonismos e relações de poder internamente, entre e por meio das hierarquias sociais. Dessa forma, o conceito de identidade pode nos levar a considerar que os interesses e preferências são constituídos de forma homogênea por grupos e classes sociais que compartilham identidades. No entanto, esse é um processo relacional e entrecruzado por múltiplos antagonismos que se relacionam a como posições sociais estruturadas obtêm privilégios e desvantagens em relação às outras hierarquias de acordo com como elas estão configuradas e materializadas em contextos específicos.

Raça, gênero, classe e periferia-centro são hierarquias que estruturam as relações sociais em que os sujeitos estão situados e são constituídos. Esse processo constitutivo das identidades, das desvantagens e privilégios que condicionam as trajetórias de vida das pessoas é, portanto, mais complexo do que as lentes analíticas das dicotomias entre diferença e igualdade e entre distribuição e reconhecimento pressupõem. Como as identidades e trajetórias carregam traços comuns e diferentes entre e dentro de grupos e classes sociais, os interesses e preferências são múltiplos e situados em relações sociais concretas. Dessa forma, é na convergência entre as hierarquias sociais que trajetórias, necessidades e preferências são estabelecidas (BIROLI, 2018). Por conseguinte, os desejos, interesses, preferências e objetivos políticos não podem ser compreendidos de uma forma abstrata e dessituada das posições relativas individuais e coletivas.

Assim, a questão dos antagonismos internos e entre as hierarquias sociais impõem dilemas que exigem análises que transcendam uma concepção dicotômica entre diferença e igualdade. Não obstante, um risco teórico e político evidente é evitar que essa complexidade recaia em teorias e práticas que singularizem as especificidades ao ponto em que o individualismo metodológico seja o único recurso epistemológico e as alternativas políticas deixem de ter como horizonte transformações estruturais (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 50). Por esse motivo, a análise das convergências entre as hierarquias sociais requer a busca por mecanismos explicativos que esclareçam como essas relações sociais estruturadas são (re)produzidas em comum e de forma interrelacionada. Uma das propostas desse trabalho é justamente identificar um desses mecanismos que, conquanto não reduza todas as hierarquias a um fundamento único e primordial, as situa desde imperativos estruturais do capitalismo que têm efeitos conjuntos sobre elas a depender de como são estruturadas a partir dos conflitos e consensos políticos: a dependência

estrutural do processo de acumulação em relação as hierarquias sociais. Como abordado anteriormente, isso não significa dizer que o capitalismo determina como as hierarquias convergem entre si, nem que seus efeitos são os mesmos entre as distintas escalas temporais e espaciais.

Retomando Gramsci, a lógica contingente da política não pressupõe que a ideologia ou hegemonia estejam apartadas dos aspectos estruturais do capitalismo. De forma inversa, os imperativos estruturais do capitalismo, sua expansão, mas também sua retração, não se realizam sem as mediações contingentes, se expressando nas disputas por hegemonia, na formação de consensos pela ideologia, nas práticas estatais do campo da legitimidade, na coerção direta pelo Estado ou na violência e extrativismos típicos da acumulação primitiva. Nesse sentido, essas mediações, a agência, a contingência e os conflitos sociais materializam, por meio de fatores "extraeconômicas", valores, concepções de mundo e antagonismos que são produtivos e restritivos de posições sociais hierárquicas e das práticas sociais e políticas que possibilitam. O que não quer dizer que as condições em que elas se constituem não sejam condicionadas por esses imperativos estruturais e pelas assimetrias de poder cristalizadas historicamente por outras mediações nas estruturas sociais e institucionais. Além disso, a relação entre estrutura e agência nunca é meramente funcionalista. O caráter contingente das mediações políticas ocasiona efeitos e resultados não previstos ou indesejados e implica que os conflitos e disputas políticas produzem configurações históricas e específicas distintas pelo modo como interferem na (re)estruturação das hierarquias sociais por meio da alteração de relações materiais, institucionais e ideológicas que expressam os consensos e as opressões e exclusões que os acompanham. São essas práticas e ideias políticas que ressignificam e materializam os deslocamentos das hierarquias sociais.

Outro ponto importante que se relaciona à complexidade de como as hierarquias sociais se convergem envolve as dimensões que compõem interesses e preferências. A lógica dicotômica da justiça proposta por Fraser (2003) entre distribuição e reconhecimento, mesmo que seja uma proposta analítica e não de como as reinvindicações efetivamente se apresentam na realidade, tende a compartimentalizar os sentidos das demandas sociais e as formas opressivas que procuram transformar, de maneira que enfraquece a capacidade dessa separação teórica em apreender o aspecto relacional das opressões contra às quais as reivindicações se apresentam e se constituem (YOUNG, 2009). Da mesma forma que diferenças produzidas pelas hierarquias requerem a ressignificação dessas diferenças, a fim de que elas possam ser valorizadas, essas

demandas são também uma forma de transformar as desigualdades materiais distributivas entre as diferenças, seja porque envolvem a crítica às exclusões políticas que determinantes culturais e simbólicos impõem, restringindo as decisões que afetam a distribuição material, seja em razão de que dimensões culturais ou simbólicas também contribuem na produção de desigualdades distributivas (Idem, p. 205-10). O primeiro caso abrange, por exemplo, como a democracia formal exclui a representação de posições sociais subalternizadas – pela separação entre o público e privado, definindo as fronteiras do que deve ser considerado e como devem ser considerados os objetos do debate público (BIROLI, 2014), pelas pressões do campo político para adequar comportamentos e práticas que não se conformam a suas formas reprodutivas (BOURDIEU, 1989), ou pelos valores, racionalidades, repertórios e recursos disponíveis e tidos como legítimos nas instituições formais (YOUNG, 2014). O segundo envolve casos como os que raça, sexualidade ou gênero restringem o acesso a bens e serviços, seja pelos preconceitos que impõe barreiras à contratação de pessoas negras e LGBTQI+ para determinadas ocupações no mercado de trabalho, ou pelas formas de responsabilização por atividades de cuidado atribuídas assimetricamente às mulheres que as impedem de buscar ocupações mais valorizadas e mais bem pagas, em função da redução do tempo e recursos materiais disponível que possuem (BIROLI, 2018; GONZALEZ, 1984; YOUNG, 2002).

Essa questão põe em evidência como as hierarquias sociais são constituídas a partir de múltiplas dimensões – materiais e simbólicas – que lhes dão forma e conteúdo e as quais são materializadas nas condições, nas relações sociais e nas práticas em que as experiências de vida se realizam. Nesse sentido, os interesses e preferências inevitavelmente carregam atributos subjacentes que são morais, materiais, políticos e ideológicos, mesmo que as reivindicações aparentem ser apresentadas a partir de apenas uma dessas dimensões. Como as estruturas hierárquicas são constituídas por todas essas dimensões, qualquer alternativa política – reformista ou transformadora, para usar os termos que Fraser (2003) apresenta – realiza deslocamentos com certas manutenções das especificidades desses atributos. Assim, políticas de distribuição de renda universais ou localizadas partem de pressupostos ideológicos e morais que podem ou não considerar explicitamente dimensões simbólicas relacionadas a questões de reconhecimento.

O Programa Bolsa Família no Brasil, por exemplo, ao mesmo tempo em que dá prioridade às mulheres como responsáveis por receber o benefício social com o objetivo de garantir maior independência a elas (BARTHOLO *et al*., 2019), por sua característica familista, incorpora valores e morais familiares que atribuem socialmente a

responsabilidade pelo cuidado e pelo trabalho doméstico não remunerado às mulheres. Como consequência, o Programa "gera uma sobrecarga de obrigações para as mulheres, o que tem forte impacto no modo como usam o seu tempo" e na possibilidade de buscar independência financeira no mercado de trabalho formal (MARIANO; SOUZA, 2015, p. 166). Esse é um efeito semelhante ao encontrado nas políticas de bem-estar fundamentadas no salário familiar fordista, que aumentavam os salários dos trabalhadores formais brancos, mas, de forma explícita, atribuíam responsabilidades às mulheres direcionadas às atividades próprias da esfera doméstica – sem contar a exclusão da população preta entre os beneficiários (COOPER, 2017). O ponto aqui a ser destacado é que essas políticas nunca são apenas distributivas. Uma alteração ou reforma no desenho de uma política pública pode manter esses valores morais e ideológicos quando não pretende os transformar, o que significa que a proposta tem uma dimensão moral que lhe é constitutiva, ou pode buscar institucionalizar e materializar outros valores que alterem a estruturação de certas hierarquias sociais, por meio de reformas ou mudanças nas políticas. Essas práticas e ações políticas não necessariamente obtém os resultados esperados, muitas vezes seus objetivos são ambíguos, em razão do conflito entre projetos políticos (O'CONNOR, [1973] 2009; ZAHARIADIS, 2003), e podem, inclusive, de forma intencional ou não, deslocar ou criar novas formas como se estruturam as relações hierárquicas. O mecanismo da dependência do processo de acumulação em relação às hierarquias sociais é, em parte, responsável por estruturar os limites e possibilidades desses deslocamentos.

Do ponto de vista da constituição das subjetividades, práticas e preferências coletivas, essas convergências entre hierarquias operam de maneiras negativas e produtivas. Do mesmo modo que restringem subjetividades e trajetórias pelas opressões e subordinações que sujeitam pessoas e reduzem seus horizontes de possibilidade, também os produzem dentro desses horizontes possíveis. Essas dimensões produtiva e restritiva abrangem tanto as identidades, experiências e predicados dos sujeitos, quanto os ativismos e práticas contestatórias a que se dedicam (BERNARDINO-COSTA, 2014). Assim, as opressões se refletem na falta ou restrição de poder de grupos e classes subalternas e nas estratégias e repertórios que mobilizam para fazer avançar seus objetivos na agenda pública e romper com consensos estabelecidos (TAVARES, 2012; TRINDADE, 2018a; YOUNG, 2014).

Contudo, essa dimensão restritiva suscita assimetrias materiais e simbólicas e produz efeitos políticos que reforçam essas condições assimétricas. As desigualdades

estruturadas, criadas pelas hierarquias sociais, restringem as possibilidades de ação política dos sujeitos a partir de suas posições sociais que, por seu turno, as reproduzem, uma vez que grupos e classes subalternas terão menor acesso à participação política, à formação da agenda e ao processo de tomada de decisões. Assim, a ausência de autonomia como autodesenvolvimento tem impactos significativos na democracia, tanto pela exclusão de sujeitos, vozes e perspectivas sociais dos espaços de debate e tomada de decisão, quanto pelos efeitos que essas exclusões produzem, reforçando as condições sociais e as relações de poder assimétricas entre as posições hierárquicas, na sociedade e na política. Em suma, as opressões e subordinações derivadas das hierarquias sociais revelam "o caráter hierarquizado da democracia" (BIROLI, 2018, p. 51).

Essa relação entre as hierarquias sociais e as estruturas de autoridade que produzem diz respeito a uma dimensão política do processo de constituição dos sujeitos. As hierarquias sociais produzem relações de poder, de maneira que as formas de opressão não estão dissociadas das relações de subordinação e dominação. As relações supostamente livres e voluntárias que são tidas como características do mercado ou da produção de consensos democráticos se realizam tanto em condições assimétricas e desiguais, em que os sujeitos não têm muitas alternativas diante das necessidades materiais e imposições sociais, quanto em relações de autoridade, típicas das relações senhor-escravo, que sujeitam indivíduos e coletividades – como nas relações de trabalho e de casamento, por exemplo (PATEMAN, 1993, p. 21-24). Estruturas hierárquicas e suas relações de poder impactam a democracia, nesse ciclo que se autorreforça, justamente pelas formas como desigualdades – materiais e simbólicas – reduzem a autonomia como autodesenvolvimento. A depender de como as hierarquias sociais se convergem, as posições sociais dos sujeitos determinam a disponibilidade de recursos como tempo, renda, rede de contatos, mas também recursos institucionais públicos e privados como bens e serviços aos quais têm acesso. Da mesma maneira, as hierarquias inserem os sujeitos em quadros ideológicos e morais que os impõem relacionalmente qualificações valorativas e expectativas de comportamento.

Como consequência desse processo, essas posições estruturadas geram vários efeitos políticos que impactam na autonomia e nas trajetórias individuais e coletivas a partir de suas dimensões moral e ideológica, material e prática. As hierarquias sociais: naturalizam ideologicamente diferenças – como nas variadas ressignificações culturais, pseudocientíficas e sociais pelas quais gênero e raça passaram na história – (ALMEIDA, 2019; BIROLI, 2018); atribuem responsabilidades de forma desigual – entre atividades

mais ou menos valorizadas, como as atividades públicas ou mais bem remuneradas pelo mercado, ou as atividades de trabalho não pago ou com baixa remuneração estruturadas pela divisão social, periférica, sexual e racial do trabalho – (ALMEIDA, 2019; BIROLI, 2018; FRANK, 1973; MARX, [1867] 2015); criam formas de dependências, subordinação e vulnerabilidades variadas e desiguais de acordo com a convergência entre as hierarquias – como a dependência dos "independentes", dos homens ou mulheres abastadas e, na maioria das vezes brancos, que dependem do trabalho reprodutivo cotidiano realizado por outras pessoas, ou de dependência derivativa, daquelas pessoas que exercem o cuidado incontornável em condições desvalorizadas socialmente – (Idem, p. 77); ou impedem que grupos e classes subalternizados se desenvolvam psicológica e praticamente a partir do aprendizado participativo, dependendo das estruturas de autoridade das instituições sociais e políticas em que experienciam a vida – como nas relações de trabalho em que trabalhadores e trabalhadoras são excluídos do processo de tomada de decisão, em que seus próprios propósitos e escolhas acerca das atividades em que passam a maior parte do tempo de suas vidas são desconsiderados, nas "famílias tradicionais" patriarcais em que se normaliza e naturaliza posições de submissão das mulheres e filhos, nas escolas em que crianças e jovens têm seus comportamentos disciplinados e controlados, entre outras (PATEMAN, [1970] 1992).

Em resumo, a relação entre capitalismo e democracia pode ser compreendida a partir desse referencial teórico que ressalta como as formas de dominação e opressão reproduzidas tanto em um nível estatal, quanto no da constituição dos sujeitos reduzem a autonomia individual e coletiva necessária às transformações dessas mesmas condições excludentes desde a democracia. Um ponto central para se identificar como dominação e opressões são reproduzidas e ressignificadas pela relação entre estrutura e agência no capitalismo e na democracia é a dependência estrutural do processo de acumulação acerca das hierarquias sociais. O capitalismo é limite e possibilidade dessas transformações e as mediações políticas que as produzem são condicionadas pelos imperativos expansivos e regressivos do capital.

3.5. Crises de *status* e as mediações políticas da exploração e do consenso

Partindo dessa discussão, é possível estabelecer teoricamente uma relação entre dominação social e política em que as hierarquias sociais ganham maior centralidade no capitalismo, portanto, conectando a dominação capitalista a diversas opressões e relações

de poder no cotidiano. A dominação de classe que se transforma em dominação política, pela dependência estrutural do Estado em relação à valorização do capital, também se traduz em dominação de gênero, raça e sobre as periferias, em parte, pela dependência estrutural da acumulação em relação às hierarquias sociais. Do ponto de vista da democracia e da autonomia, significa reconhecer que o exercício de poder político é estruturalmente condicionado por como essas desigualdades, engendradas nas relações e instituições, sociais e estatais, atribuem recursos (materiais, simbólicos e redes de contato) e impõem seletividades (estruturais, ideológicas, procedimentais, repressivas e morais) de forma assimétrica entre as distintas frações de classe e grupos sociais.

Assim, à tendência a crises fiscais, resultante das funções contraditórias do Estado – da valorização da acumulação e da garantia da legitimidade – pode ser acrescentada uma outra dimensão interrelacionada. Por um lado, como o processo de acumulação depende das hierarquias sociais, a organização da valorização do capital exige a manutenção, criação, ressignificação ou deslocamento das desigualdades de gênero, raça, classe ou da relação centro-periferia, historicamente constitutivas das sociedades capitalistas, a fim de assegurar a apropriação privada de mais-valor pela exploração do trabalho e por extrativismos que assumem formas variadas nas fases do capitalismo e internamente a elas. Por outro, a legitimidade também depende da produção de consenso, que, para além da redução dos problemas sociais perversos gerados pela valorização de capital, se relaciona à construção de pactos sociais e políticos que distribuem inevitavelmente privilégios e desvantagens de forma desigual entre e dentro de grupos e classes sociais, bem como condicionam o aprendizado e as capacidades de agência dos atores individuais e coletivos. Assim, o consenso depende da política como meio de solucionar os conflitos ou domesticá-los, das múltiplas formas de seletividade que reduzem a intensidade das disputas e do escopo das reivindicações e de concepções de mundo que expressem representações ético-morais desses pactos sociais, de modo a limitar os horizontes possíveis do que pode ser considerado como legítimo.

Como um dos argumentos teóricos desta tese, se propõe que *a contradição entre acumulação e legitimidade no capitalismo se desdobra em outra contradição entre exploração e consenso, cuja tendência é a crise de status como expressão dos conflitos acerca das relações de dominação e subordinação, políticas e sociais*.

O conceito de crise de *status* não diz respeito somente a uma dimensão cultural das posições sociais estruturadas pelas hierarquias sociais, mas igualmente, a relações sociais objetivas que condicionam oportunidades, privilégios e desvantagens, individuais

e coletivas, entre grupos e classes sociais, como o acesso a condições materiais de vida e recursos variados necessários à ação política. Ou seja, as crises de *status* expressam as tensões, reinvindicações e conflitos sobre as desigualdades entre essas variadas posições estruturadas. Portanto, o conceito de crise remete à ideia de um processo contínuo ao contrário de um episódio ou evento que marque uma ruptura. As hierarquias sociais e os consensos políticos estabelecidos estão em constante contradição, de modo que o que caracteriza a crise é o processo de intensificação dos conflitos políticos e sociais produzidos por essas contradições. Isso não significa dizer que eventos específicos não tenham importância para a compreensão dos processos de crise, nem que haja estabilidade política, como ausência de conflitos, nos períodos que precedem as crises.

O argumento proposto destaca o fato de que a necessidade estrutural de se estabelecer hierarquias necessárias à exploração – mesmo que signifiquem seus deslocamentos espaço-temporais – impõe limites aos pactos sociais e políticos que buscam a legitimidade. Ou seja, as formas de exploração e extração – e as opressões que as acompanham – estabelecem o nível de precariedade da legitimidade e do consenso políticos no capitalismo. Como essas contradições são irreconciliáveis, o conflito social e político que produzem é inescapável e se expressa a depender das correlações de força que condicionam os deslocamentos hierárquicos do processo de acumulação. Por um lado, o conflito em potencial estabelece sempre a possibilidade de transformação da relação entre hierarquias e consensos. Por outro, a tendência da exploração é antagonizar os sujeitos individuais e coletivos por meio das diferentes hierarquias, de modo que as formas de exploração e extração se interconectam através de ganhos e perdas simultâneos e relacionais entre e dentro de grupos e classes sociais. Portanto, a exploração, ao mesmo tempo em que intensifica o potencial de conflito e a impossibilidade de consenso, também reduz a capacidade de solidariedade entre a subalternidade, minando a transformação da correlação de forças sociais e políticas. Isto é, a exploração é fonte de conflito, mas também o desloca, seja para o Estado, seja da dominação para a relação entre dominados.

A crise de *status* manifesta-se em duas formas gerais complementares e mutuamente constitutivas. A crise como efeito de conflitos e reivindicações que tensionam as relações sociais hierárquicas e a crise enquanto perda (relativa, absoluta ou subjetiva) de posições privilegiadas socialmente reconhecidas entre e dentro de classes e grupos. Essas crises também impactam a estabilidade aparente dos consensos e da legitimidade que são precariamente construídos e repletos de exclusões em direções opostas. A democracia formal, portanto, é tanto um meio de processar e "solucionar" o

conflito, quanto fonte de pressões e reinvindicações que os exacerbam. As seletividades do Estado restringem a agenda, os objetivos e as práticas "não legítimas" da esfera pública, e a igualdade formal, como forma de se estabelecer uma universalidade sempre incompleta, guarda o potencial do conflito, seja dentro das instituições estatais, diante de suas exclusões que lhes são inerentes, seja na sociedade, como reconhecimento de sua negação e afirmação: as desigualdades reais reivindicadas ou objetadas.

As perturbações na acumulação e nas formas de exploração também são causa e efeito das crises de *status*. Essa relação reflete os imperativos expansivos e regressivos do capital que são parte de um mesmo processo antagônico que se desdobra no espaço e no tempo de forma simultânea e periódica. A lógica competitiva dos mercados traz em si o imperativo da criação de diferenças e de hierarquias exploráveis, necessárias à produção de mais-valor e à valorização do capital.[67] Esse processo criativo é também destrutivo. Ele resulta dos imperativos autoexpansivos da acumulação e dos movimentos regressivos do capital, como crises, contradições e contratendências. Assim, a acumulação tanto destrói e rompe os limites das hierarquias, quanto necessita as recriar e as ressignificar como novas barreiras e limites, sua "exterioridade" constitutiva, a fim de garantir a exploração e maximizar a produção e extração de mais-valor. Dessa forma, o capitalismo requer sempre novas formas de mediação política para lidar com esses imperativos. E a crise de *status* produz essa necessidade política, mas também resulta dela. É na contradição entre exploração e consenso que parte do conflito político se estabelece e abre espaço para novas disputas sobre os deslocamentos das hierarquias sociais que podem implicar na perda e na intensificação das posições privilegiadas de grupos e classes sociais, inclusive de forma simultânea desde uma mesma posição social.

Essas contradições entre exploração e consenso possibilitam compreender aspectos importantes da relação entre democracia e capitalismo. Toda expansão da democracia em direção a uma concepção mais substantiva, ativada por reinvindicações sobre a inclusão de um conteúdo social em seu sentido gera tensões relacionadas à dependência do Estado em relação à acumulação capitalista. Um limite claro dessa expansão da democracia no capitalismo é a necessidade estrutural dos deslocamentos das

[67] Por exemplo, a destruição criativa (SCHUMPETER, [1942] 1961, p. 203), a acumulação primitiva, a violência na imposição e criação de mercados (LUXEMBURGO, [1913] 2003), os interesses particulares que interferem na competição (COOPER, 2024; CROUCH, 2011) – como o lobby, corrupção, os subsídios, as isenções, os carteis, fusões, trustes, dumpings, e outras formas de protecionismo –, as reformas trabalhistas, previdenciárias etc. e a expropriação extensiva e intensiva (GAGO; MEZZADRA, 2015) são formas e meios, econômicos e políticos, de se estabelecer hierarquias, legítimos ou não, a depender do momento histórico.

hierarquias sociais. Todo deslocamento envolve mediações políticas que buscam novos consensos – como os desenvolvimentismos ou os modelos de Estado de bem-estar social, que corresponderam a expressões políticas de uma mesma fase do capitalismo. Essas mediações representam momentos expansivos, mas também regressivos do ponto de vista do processo de acumulação global e das formas democráticas (quando existentes) e políticas.

Um ponto fundamental da contradição entre exploração e consenso envolve os efeitos políticos dos movimentos e contramovimentos da acumulação e legitimidade que são internos ao modo de produção. Os períodos de "bonança" e de recessão do capitalismo incidem de forma variada nas hierarquias sociais. A tendência no capitalismo é que as classes dominantes e suas respectivas frações sejam sempre beneficiadas com a valorização da acumulação e menos prejudicadas, quando não favorecidas, nos períodos de crise.[68] E os momentos de expansão e retração da democracia produzem resultados igualmente assimétricos. A expansão da democracia em uma direção substantiva sempre tensiona, em alguma medida, o poder relativo, social e político, entre dominantes e dominados. Contudo, pactos de legitimidade mantêm formas de dominação – as seletividades do Estado lhes são inerentes no capitalismo e o limite do consenso na democracia capitalista é a exploração –, embora o grau de antagonismo entre grupos e classes dominados, estabelecido pelos consensos, varie de acordo com os deslocamentos das hierarquias sociais.[69] De forma inversa, o desmantelamento da democracia pressupõe a perda de espaço e de poder, mesmo que restrito, por parte dos grupos dominados para tensionar a política e participar das formas de mediação do capitalismo, o que não se reflete da mesma forma para os grupos dominantes. Estes mantêm poderes materializados nas instituições e poderes "econômicos" dos quais o Estado depende.[70]

Esse quadro de cenários teóricos hipotéticos sobre os efeitos políticos da expansão e retração da acumulação e da democracia, sem dúvida, representa uma simplificação

---

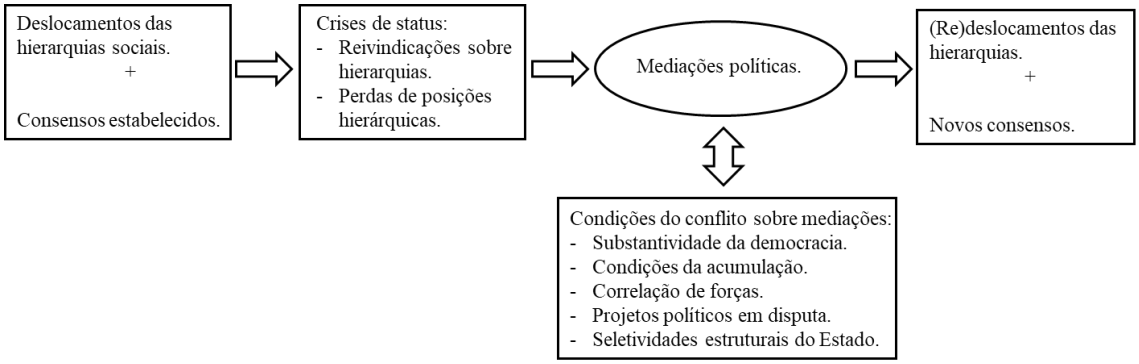
[68] De modo geral, desconsiderando as intervenções realizadas pelos Estados na economia, as desigualdades materiais tendem a aumentar em momentos de estagnação econômica, principalmente, em razão da concentração de renda entre os extratos mais ricos nas sociedades capitalistas, quando a taxa de remuneração de capital (r) excede a taxa de crescimento da economia (g) (PIKETTY, 2014).

[69] Os exemplos abordados neste trabalho, como dos regimes de bem-estar social do centro e dos desenvolvimentismos da periferia, indicam variados arranjos excludentes em um mesmo período histórico.

[70] Na história, são diversos os casos que refletem esse cenário. Desde o golpe de Napoleão III (MARX, [1852] 2011), passando pelas contrarrevoluções e fascismos do entreguerras (COOPER, 2020; MATTEI, 2023), pelos aproximações entre burocracias, elites políticas e capitalistas nas ditaduras da América Latina (GEDDES, 1994; WHYTE, 2019), até os acessos privilegiados da classe dominante às salas das agências técnicas nacionais e internacionais contemporaneamente (VAROUFAKIS, 2016), a assimetria de poder entre dominantes e dominados nos processos de desdemocratização são marcantes.

considerável da realidade social e política, mas serve, pelo menos do ponto de vista heurístico, para se interpretar e deduzir cálculos subjetivos, níveis de conflito e o contexto de distribuição de vantagens e desvantagens que condicionam as mediações políticas que emergem das crises de *status* e pressionam por novas formas de deslocamentos das hierarquias e rearranjos dos consensos estabelecidos. Este processo político pode ser simplificado pelo mecanismo representado na Figura 3.1.

Figura 3.1. Processo da relação entre crises de *status* e reconstrução das hierarquias sociais e dos consensos políticos.



Fonte: elaborado pelo autor.

Os cenários políticos esboçados acima indicam uma variação dos cálculos possíveis que orientam a avaliação subjetiva acerca da relação entre níveis de igualdade democrática e de valorização da acumulação. Incorporando essas possibilidades ao mecanismo da crise de *status* e das mediações políticas, significa dizer que os cenários representam aspectos das condições em que os rearranjos dos deslocamentos das hierarquias e dos consensos políticos irão ser decididos.

Obviamente, essas mediações não são eventos lineares, tampouco estáticos no tempo. Pelo contrário, representam disputas constantes e simultâneas, com graus de intensidade diferentes e sobre agendas políticas mais abrangentes ou específicas que criam as condições extraeconômicas do processo de acumulação. Os resultados das mediações políticas que derivam das crises de *status* não refletem um desdobramento teleológico determinista, nem a existência de uma essência do social que deve permanecer. Mas, ao passo que essas disputas refletem a contingência política, elas estão situadas em condições estruturadas desiguais e assimétricas que estabelecem vantagens e oportunidades relacionais entre classes e grupos sociais. Além disso, as mediações políticas do capitalismo não dizem respeito apenas a rearranjos na dimensão econômica

do capitalismo. Eles também são inevitavelmente ideológicos, morais, institucionais, coercitivos e políticos.

As condições em que essas múltiplas mediações ocorrem dependem, igualmente, de como os impulsos democráticos podem interferir em seus resultados, dos momentos expansivos e regressivos do processo de acumulação, da configuração das seletividades estatais, da correlação de forças sociais e políticas sobre os objetos em disputa e dos conteúdos, recursos e estratégias encampados pelos projetos políticos em conflito. Portanto, a democracia é apenas uma dessas condições, embora seja central, uma vez que é um dos meios que grupos e classes subalternizadas podem utilizar para se fazer avançar ou expressar seus interesses, opiniões e perspectivas sociais, embora ela não se restrinja à agência política desde as instituições formais (YOUNG, 2002; 2014).

Tomando como referência a hipótese de Miguel (2022) sobre a relação entre voto e veto, ela se insere em um cenário específico de expansão da valorização da acumulação e da democracia, no qual as condições em que as mediações políticas se realizavam tendiam a transformar as formas de deslocamentos das hierarquias e da construção dos consensos políticos em benefício de grupos e frações das classes subalternas. O caso empírico de referência envolve os avanços sociais, mesmo que modestos, e a expansão da valorização do capital durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Nesse sentido, o veto dos grupos dominantes representou o golpe impetrado contra a Presidente Dilma Rousseff e as subsequentes violações das regras democráticas, como nas eleições de 2018, com a prisão do principal candidato na disputa presidencial.

A interpretação proposta neste trabalho é a de que esse caso específico representa uma forma possível de transformação das condições de disputa sobre as mediações políticas abertas pelas crises de *status* – no exemplo brasileiro, um momento mais evidente que expressou essas crises foi as Jornadas de Junho de 2013 –[71] com a finalidade de influenciar na reconfiguração da exploração e dos consensos políticos. No Brasil, a reforma trabalhista, o teto de gastos, a reforma previdenciária, privatizações – como da Eletrobrás e de refinarias e campos do pré-sal da Petrobrás –, a extinção de espaços e instituições participativas, o desmantelamento das instituições de controle, a

[71] Pela própria definição de crise de *status*, as Jornadas de junho de 2013 não podem ser compreendidas como a própria crise, mas foram um momento importante de sua intensificação. Elas expressaram limites dos consensos do lulismo, tanto para as classes e grupos subalternos, quanto para a classe média, grupos e frações dominantes. Também não se trata de atribuir às Jornadas a causa dos retrocessos democráticos brasileiros subsequentes, mas de evidenciar os limites, antagonismos e exclusões dos pactos sociais do período.

reconfiguração do poder institucional entre Executivo, Legislativo e Judiciário e autonomia do Banco Central são alguns exemplos dos resultados das mediações que sucederam a alteração das condições políticas e sociais.

É a partir da inclusão da relação estrutural entre exploração e hierarquias sociais que se pode compreender outros limites que o capitalismo impõe à democracia para além do veto visível dos grupos dominantes. As condições de expansão e retração tanto da democracia quanto da valorização da acumulação produzem efeitos assimétricos sobre os grupos dominados e dominantes, de modo que, contraintuitivamente, é o cenário de dupla retração, da democracia e da acumulação, que potencializa as condições para se ampliar a exploração e reconfigurar o consenso de forma favorável aos grupos dominantes, pois é nesse contexto que as hierarquias sociais e seus respectivos antagonismos se exacerbam. Dessa forma, a deterioração da democracia, mas também a retração da valorização da acumulação são condições, de uma perspectiva política e estrutural, favoráveis à dominação social e política no capitalismo, de maneira que as mediações necessárias ao estabelecimento de rearranjos extrainstitucionais que reconfiguram, em alguma medida, estruturalmente o modo de produção tendem a ser mais favoráveis, nessas circunstâncias, aos objetivos, interesses e valores das classes e grupos dominantes.

O segundo argumento proposto, então, consiste em duas proposições complementares da relação entre democracia e capitalismo:

1) *como os interesses das frações de classe e grupos dominantes não são meramente econômicos,* os *interesses gerais da valorização da acumulação perdem precedência, desde que as hierarquias sociais sejam intensificadas e expressem os imperativos regressivos da acumulação*.

Nesse sentido, as consequenciais das mediações política regressivas para a democracia, sua subtração – o corrompimento de suas regras e instituições, golpes etc. – ou seu esvaziamento com a manutenção de suas características formais – a desdemocratização ou a redução dos espaços decisórios oriundos dos impulsos democráticos e a intensificação das seletividades institucionais – aparentam refletir valores morais ou culturais, ou mesmo a irracionalidade das classes e grupos dominantes, em detrimento de seus interesses objetivos. A partir de uma interpretação econômica, técnica ou administrativa, seria possível dizer que as crises de *status* podem resultar em crises democráticas que têm como consequência o aumento das desigualdades e a desorganização do processo de acumulação, o que, contraditoriamente, iria de encontro aos interesses capitalistas e do Estado, pressupondo a irracionalidade dos interesses dos

grupos dominantes, das burocracias e atores políticos. De forma semelhante, uma lente de análise moral ou cultural sobre essa proposição poderia indicar que as dimensões simbólicas da diferença ou da distinção social têm precedência, em determinadas situações, sobre as dimensões econômicas e de classe.

Entretanto, o que essa proposição contempla é a dimensão política que, interconectada estruturalmente pelos imperativos expansivos e regressivos da acumulação, é indissociável dos atributos morais, culturais e econômicos, e expressa o aspecto funcional das hierarquias sociais em relação à exploração e garante a tradução da dominação social em dominação política. Dessa forma, somada à dimensão negativa capaz de dar unidade política à classe dominante – a ameaça anticapitalista ou a resistência contra o avanço da igualdade – (HARVEY, 2008; MIGUEL, 2022; OFFE, 1984b), é possível identificar dimensões produtivas dessa unidade: a intensificação das hierarquias sociais necessárias à exploração e extração do trabalho – formal, informal, reprodutivo, comunitários etc. – e a criação das condições para que as mediações políticas tendam a ser favoráveis às classes dominantes e a reproduzam.

Por um lado, essa unidade se relaciona ao fortalecimento político necessário à dominação e à desestabilização da solidariedade potencial entre grupos e classes subalternos pela intensificação dos antagonismos relacionados às hierarquias. Representa, então, o controle sobre as formas de expressão política e ideológica do contramovimento de contenção da acumulação. Por outro lado, ela se reflete em ganhos objetivos do ponto de vista da valorização do capital, como a concentração, redistribuição e realização de riqueza em detrimento de sua criação, bem como a intensificação das hierarquias necessárias à produção e extração potencial de mais-valor. Nesse sentido, a intensificação das hierarquias sociais serve como contratendência e expressam os imperativos regressivos dos processos de acumulação.

Da perspectiva do Estado, os efeitos gerados por essa relação são contraditórios. O Estado, ao mesmo tempo, perde e amplia sua autonomia relativa. A desorganização e retração do processo de acumulação pressupõem a intensificação das contradições entre acumulação – a redução das receitas necessárias à reprodução estatal – e legitimidade – crises fiscais ou administrativas que o impedem de conter os efeitos sociais perversos da acumulação, pela redução das receitas públicas –, o que representa a redução da capacidade estatal de exercer sua autonomia relativa. Contudo, com a redução das pressões originadas de sua função em relação à organização da acumulação, o Estado pode ampliar sua autonomia, uma vez que nessa situação, ele não está sob ameaça dos

grupos e frações de classe dominante. De forma inversa, as tensões do polo da legitimidade também tendem a ser contidas pela precarização da vida e os efeitos estruturais do aumento da superpopulação relativa que antagonizam indivíduos e coletividades.

Assim, como uma segunda proposição que complementa essa dinâmica política, tem-se que:

2) *a própria democracia passa a ser um meio de conter suas tendências potencialmente emancipatórias, seja sobre a ampliação da igualdade, seja a partir da legitimação da redução dos espaços democráticos, quando há a intensificação das hierarquias sociais que ampliam os antagonismos internos às classes e grupos dominados*.

Essas duas proposições representam conjuntamente dinâmicas características de momentos contrarrevolucionários. As hierarquias sociais são mobilizadas politicamente tanto como forma de conter a democracia e, por conseguinte, impossibilitar a construção de consensos favoráveis às classes e grupos dominados e a contra-hegemonias mais amplas que possam ameaçar a dominação, quanto meio de restabelecer as condições necessárias à exploração de mais-valor, mas também de redistribuir riqueza por meio de formas extrativas de trabalho, típicas da acumulação primitiva. Entretanto, a intensificação das hierarquias e o antagonismo que produzem tendem à impossibilidade de reduzir o conflito e criar consensos, de modo que a dupla crise de *status* assume, nessas condições, um estado perene. Daí, a necessidade de uma dimensão ideológica das mediações políticas que ressignifique às hierarquias sociais de modo a articular valores morais que justifiquem e criem alguma forma de consenso, mesmo que isso signifique um consenso sobre a necessidade do uso da violência e da repressão, entre os grupos dominantes e parte dos dominados que tenham perdido, objetiva ou subjetivamente, posições privilegiadas.

Essa dimensão moral e ideológica é constitutiva de qualquer mediação política nos momentos de crise de *status*, mas, nos momentos contrarrevolucionários, elas são ainda mais importantes frente à intensidade do conflito em potencial. Esses "consensos" precários se expressam e se expressaram na história de variadas formas que, geralmente, se somam em um mesmo processo: são todas elas variações de consensos excludentes, seja por meio da materialização de seletividades nas instituições formais, pela redução do escopo de decisões democráticas em que a técnica e a especialização cumprem função central, pela construção imaginada de um povo ou nação restritos, ou pelo consenso sobre

a violência, estrutural ou visível, em que a fome, a privação, a repressão, a exceção ou fim da democracia são tidos como justificáveis. Alguns exemplos históricos foram o início do fascismo italiano da "economia pura" após os anos vermelhos e a austeridade britânica do pós-Primeira Guerra que sucedeu a profusão de greves, cooperativas e guildas construtivas no império inglês, nos anos 1920 (MATTEI, 2023), a ditadura Chilena que derrubou o governo socialista de Allende (WHYTE, 2019), os governos Thatcher e Reagan que puseram um fim nas mobilizações e organizações dos trabalhadores, mas também, senão principalmente, dos excedentes do bem-estar social que radicalizaram as demandas e lutas anti-hierárquicas de forma ampla (COOPER, 2017, 2024; HARVEY, 2008; PECK, 2010), ou os vários golpes democráticos, para não falar das tentativas malsucedidas, que derrubaram governos da chamada "onda rosa", em países como Brasil, Paraguai, Honduras, Venezuela e Bolívia (ABREGO; OSUNA, 2022; SILVA, 2018; MIGUEL, 2022).

Um aspecto que os argumentos teóricos deste trabalho propõem é que, para além dessas formas de consensos excludentes das democracias capitalistas, as hierarquias sociais necessárias ao, e constitutivas do, processo de acumulação são um meio significativo de contenção e desmantelamento da democracia. Isso se relaciona a como os antagonismos são mobilizados entre os subalternizados, mas também à redução da autonomia individual e coletiva em razão da pauperização das condições de vida, das relações de poder hierárquicas que reproduzem formas de subordinação e opressão, de como as preferências e as habilidades práticas se formam nessas relações hierárquicas e da redução das expectativas e dos horizontes de vida no capitalismo. Dessa forma, a dependência por parte do processo de acumulação das hierarquias sociais é um mecanismo estrutural, mediado politicamente, que possibilita compreender uma dimensão importante de como essas hierarquias convergem no capitalismo a partir da exploração e extração capitalista, mas também os antagonismos e conflitos produzidos pelos consensos hegemônicos. Essas convergências são fundamentais para se compreender restrições e limites à democracia capitalista. Como será abordado nos próximos capítulos, o mecanismo proposto se expressa de formas distintas a partir das mediações políticas realizadas pelo projeto neoliberal no capitalismo contemporâneo. E uma característica central do neoliberalismo é a ênfase que ele dá aos imperativos regressivos da acumulação de capital.

CAPÍTULO 4 - DAS IDEIAS ÀS PRÁTICAS DO PROJETO NEOLIBERAL

Ainda que a discussão sobre o neoliberalismo como corpo teórico não seja objeto desta tese – algo que demandaria uma análise minuciosa e longa das obras dos inúmeros, contraditórios e, por vezes, obscuros autores neoliberais, portanto, que envolveria a desgastante e imersiva convivência, por longo tempo, com esses pensadores, mesmo que mediada pelos seus textos –, há uma literatura importante para análise da relação entre neoliberalismo e democracia que fez a conexão entre o exame aprofundado da teoria e a prática dos agentes neoliberais ao longo do século XX, sob uma perspectiva que une a história da produção de conhecimento e a sociologia política da relação entre conhecimento produzido e os contextos em que este conhecimento está situado, bem como em relação às formas de organização e difusão dessa produção (PLEHWE, 2018). Ela é importante para este trabalho, porque possibilita compreender a produção intelectual menos divulgada dos neoliberais, sem que se perda de vista sua amplitude, variedade e contradições – evitando que derivemos de um ou outro autor todo o pensamento neoliberal – e as inúmeras tentativas de intervenção na realidade política por parte desses atores. De certa forma, para além da compreensão da diversidade do neoliberalismo, ela também possibilita a identificação de certa unidade do projeto neoliberal. É a busca dessa unidade neoliberal a que o esforço deste capítulo se dedicará, a fim de definir o conceito de neoliberalismo, evitando a confusão semântica com o conceito de capitalismo.

Essa literatura uniu a análise das ideias e práticas neoliberais para compreender a unidade do chamam de Coletivo de Pensamento Neoliberal (CPN) (MIROWSKI; PLEHWE, 2009). A perspectiva permite a imersão no desenvolvimento do pensamento neoliberal e seu respectivo impacto nas transformações multiescalares da realidade, a partir da reconstrução histórica dos espaços e debates fundacionais; do pensamento político, econômico e moral de múltiplos autores; de comunicações e falas informais de vários deles; da construção de uma estrutura organizacional intelectual e política comum (embora difusa); bem como das variadas ligações regionais, nacionais e transnacionais durante a atuação prática ou agência dos partidários ideológicos do projeto neoliberal, em várias disputas políticas. Sendo assim, ao mesmo tempo em que reconstitui as incoerências internas às teorias do pensamento econômico, político e social neoliberal, não deixa de caracterizar o neoliberalismo pela sua dimensão concreta e prática.

Este capítulo está dividido da seguinte maneira. Na primeira seção serão abordas características do neoliberalismo identificadas na literatura. A primeira delas, à primeira vista, parece indicar a impossibilidade de qualquer unidade conceitual: sua pluralidade. Há uma heterogeneidade inerente ao neoliberalismo em relação às diferenças de pensamento entre autores, à distintas alianças políticas e intelectuais, às escolas e doutrinas que tradicionalmente se associa ao neoliberalismo, às mudanças de rumo nas ideias e nas práticas neoliberais ao longo do tempo e às estratégias mobilizadas para alcançar seus objetivos. É nas duas subseções seguintes que essa pluralidade será relativizada a partir de dois meios pelos quais o neoliberalismo construiu uma unidade comum. A primeira delas é sua forma de organização, cujo centro de dispersão é a SMP, e a segunda envolve as doutrinas epistemológica e política do coletivo.

Em seguida, será tratada uma outra unidade do neoliberalismo a partir de sua relação com a democracia. O neoliberalismo surge de seu distanciamento do liberalismo incorporando uma característica marcadamente autoritária e iliberal. Partindo dessa exceção neoliberal, serão discutidos aproximações e distanciamentos entre liberalismo e neoliberalismo, a fim de se estabelecer algumas características particulares do projeto neoliberal que possibilitam inserir as hierarquias sociais teoricamente no conceito de neoliberalismo.

Por fim, na última seção, será proposta uma definição de neoliberalismo como projeto político reacionário e renovador. Ao contrário do que comumente se associa ao neoliberalismo, a ordem de mercado ou a soberania dos mercados obscurecem aspectos importantes do neoliberalismo. O projeto neoliberal tem como principal objetivo construir uma ordem hierárquica do capital, cujos fundamentos são a contenção da democracia e a reconstrução e ressignificação das hierarquias sociais. A especificidade do neoliberalismo é, então, a ênfase que dá nas mediações políticas que realiza no capitalismo aos imperativos regressivos da acumulação como meio de manter sua hegemonia política na contemporaneidade. Assim, o neoliberalismo pode ser visto como a idealização de um retorno à acumulação primitiva da era dos impérios do capitalismo, em um contexto em que as democracias do centro capitalista são uma ameaça, mas são ainda mais, as democracias periféricas.

4.1. Características do neoliberalismo como coletivo de pensamento

4.1.1. Pluralidade

Antes de reconstruir atributos comuns ao conceito de neoliberalismo, é importante apresentar uma característica conceitual que, à primeira vista, parece frustrar esse esforço de identificar sua unidade. Para todos esses autores que pensam a relação entre ideias e práticas neoliberais, uma marca do neoliberalismo é sua pluralidade. Essa diversidade se desdobra de inúmeras formas pelos níveis de análise, escalas espaciais e temporais, bifurcações das doutrinas de pensamento, estratégias, objetivos e resultados concretos de suas ações. Em última análise, é a contradição aparente das múltiplas ideias e práticas desencadeadas pelo projeto neoliberal que dificulta a apreensão de sua singularidade.

Os próprios cânones do neoliberalismo apresentam posições teóricas e individuais que se transformaram ao longo do tempo ou que acumulam incongruências internas. Muitas dessas transformações são respostas e adaptações às mudanças de conjuntura e ao equilíbrio da correlação de forças política e social, a depender do objeto concreto em análise ou em disputa. Friedrich Hayek tentou conciliar de forma precária sua concepção do mercado como processador transcendental de informação e a dualidade que propõe entre "*kosmos*" e "*taxis*" – entre ordem espontânea e arquitetada – ao viés construtivista inerente ao CPN (MIROWSKI, 2023, p. 89-95).[72] Milton Friedman adotou posições múltiplas em relação às políticas de bem-estar que se transformaram conforme os contextos políticos (COOPER, 2017, p. 43-48).[73] E James Buchanan, que inicialmente defendeu maiorias qualificadas para limitar o poder das maiorias em atribuir encargos e gastos coletivos sobre os indivíduos na forma de impostos (BUCHANAN; TULLOCK, [1962] 1999), se afastou mais tarde da ideia de consenso de mercado para defender mecanismos constitucionais coercitivos como o equilíbrio orçamentário, quando as

[72] Hayek, ao longo de suas obras opõe a ordem espontânea dos mercados (e da moral) às intenções humanas de desenhar as instituições (HAYEK, [1944] 2010, p. 59; 1998, p. 37). Mas a crítica pervasiva às intervenções racionais e planejadas entra em contradição com o reconhecimento neoliberal da necessidade de proteção e arquitetura do mercado em contraste com o liberalismo econômico clássico.

[73] Friedman, durante o consenso do New Deal, defendeu formas redistributivas que adotassem mecanismos de mercado, como pela restituição de impostos para famílias de baixa renda (COOPER, 2017, p. 43-46). Com a crise do Estado de bem-estar social dos anos 1970, passa a adotar posições mais libertárias e a produzir conteúdo (acadêmico e midiático) radicalmente contra políticas sociais, defendendo seu fim e concentrando sua crítica não apenas nas disfunções que as políticas causavam no mercado, mas também, paradoxalmente a sua posição libertária, em um apelo moral contra a degradação da família tradicional (p. 48).

demandas por expansão do bem-estar social na década de 1970 alcançaram seu ápice (COOPER, 2024, p. 232-241).

É possível dizer que essas transformações internas nas obras dos intelectuais são comuns em qualquer doutrina de pensamento. Afinal de contas, a teoria sempre se depara com objetos situados e móveis na história e, portanto, o conhecimento nunca é fixo e está sempre sujeito a acréscimos, reinterpretações ou refutações. Mas quando olhamos para a trajetória política desses autores neoliberais, percebemos que suas obras e eles próprios estiveram sempre engajados no esforço prático de interferência no mundo concreto. Assim, sem se compreender o papel que desempenharam na influência política real em distintos debates e políticas, perde-se de vista a natureza da pluralidade do projeto neoliberal que se relaciona à adaptação do pensamento aos objetivos práticos neoliberais, às formas de organização construídas, às alianças costuradas e às estratégias adotadas.

Desse modo, suas teorias e suas declarações parecem adequar-se às conjunturas e aos objetivos diante dos quais se deparam, a fim de informar (ou desinformar) a ação de aliados e opositores. Objetivos práticos e debates teóricos se misturam e se contradizem ao longo do tempo, criando uma aparente falta de unidade interna ao projeto, de forma que iniciativas de o compreender poderiam ser acusadas de teorias da conspiração ou podem chegar à conclusão de que não há padrões de ação, ou mesmo que a pluralidade, a incoerência, ou a desorganização sejam a marca das práticas neoliberais. Levada a linha de raciocínio ao extremo, não haveria projeto.[74]

Essas variações aparentemente incongruentes nos objetivos do projeto neoliberal também se refletem nas múltiplas alianças construídas pelos defensores do projeto em várias regiões do mundo e em períodos históricos distintos. Essas alianças, muitas vezes,

[74] São vários os exemplos de variações nos objetivos coletivos empreendidos pelos neoliberais. Enquanto a defesa de Estados mínimos aparece na teoria (NORTH, 1990), nos relatórios dos *think thanks*, nas falas formais, ou mesmo no senso comum, a captura do Estado e a defesa de um Estado forte são objetivos neoliberais ubíquos (MIROWSKI, 2009; PECK, 2010). A soberania dos Estados é ora vista como um problema a ser contornado por uma ordem internacional que proteja a liberdade do capital (SLOBODIAN, 2018), ou como algo a ser defendida, sob um teor nacionalista, diante das "ameaças externas", como a imigração ou a centralização supranacional (SLOBODIAN; PLEHWE, 2020). Outro objetivo comum, a austeridade, muitas vezes confundida com o próprio projeto neoliberal (STREECK, 2014; DARDOT; LAVAL, 2019), é contraposta à extravagância dos gastos tributários e da "impressão de dinheiro" pelos bancos centrais que beneficiam a valorização dos ativos financeiros – e a fração de classe dominante – e aumentam sobremaneira a pressão sobre as dívidas internas (COOPER, 2024). Também, enquanto os direitos humanos foram duramente criticados e repudiados, quando formulados pela ONU no pós-Segunda Guerra Mundial, foram cooptados e moralizados de acordo com o projeto neoliberal a partir da década de 1970 (WHYTE, 2019). Ou mesmo, a despolitização pelo desmantelamento dos sindicatos (monopolistas) que corromperiam o funcionamento das "ordens espontâneas" é contrastada com a luta por hegemonia a partir da construção de inúmeras organizações regionais, nacionais e transnacionais, *think tanks* e movimentos *astroturf*, a fim de influenciar os rumos da política (COOPER, 2024; MIROWSKI, 2009; PHILLIPS-FEIN, 2009; PLEHWE; FISCHER, 2019; STEINER; 2009).

parecem incongruentes com as ideias neoliberais justamente quando revisitamos uma ou outra obra de algum autor ou de alguma doutrina neoliberal. Em última instância, essas costuras políticas parecem indicar a inexistência de qualquer unidade no neoliberalismo. Quais seriam as afinidades entre tantas alianças teoricamente tão incongruentes? A nova direita, fundamentalistas religiosos e neoliberais nos EUA em busca do desmantelamento do bem-estar social e da reafirmação da família como unidade da reprodução social (COOPER, 2017). Neoliberais e nacionalistas na União Europeia em defesa do livre fluxo do capital e contra o do trabalho (SLOBODIAN; PLEHWE, 2020). O "progressismo" das terceiras vias e o neoliberalismo das desregulamentações tocadas por partidos de esquerda (CALLISON; MANFREDI, 2020). Os Chicago Boys, os gremialistas católicos e as Forças Armadas na sanguinária ditadura no Chile (WHYTE, 2019). Os populistas da economia do lado da oferta e a austeridade constitucional da Escola da Virgínia (COOPER, 2024). Ou mesmo neopentecostais, a velha direita, militares, milicianos e neoliberais, todos juntos, em um governo reacionário no Brasil.

É possível dizer que alianças fazem parte da política. Qualquer projeto cede parte de sua agenda, a fim de construir coalizões que alcancem outros objetivos considerados mais relevantes e em comum. Sem dúvida, há alianças mais pragmáticas do que programáticas em um ou outro caso, mas o que interessa a este capítulo é compreender as afinidades que atravessam esses esforços práticos em busca de influenciar e transformar as relações de poder nas sociedades e no Estado. Assim, a compreensão da pluralidade do neoliberalismo não para na constatação dessa característica que lhe é inerente. De fato, compreender essas variações é importante para evitar interpretações da realidade política que excluem a análise do neoliberalismo por não perceber suas múltiplas formas de operação, ou que adotam concepções muito genéricas do projeto neoliberal as quais se atribui todas as determinações da realidade. Da mesma forma, o inverso também pode ser problemático: o conceito de neoliberalismo se torna algo tão plural que perde sua capacidade explicativa.[75]

[75] Duas interpretações na literatura sobre o neoliberalismo tendem a enfatizar a pluralidade sobre a unidade. A primeira delas vem da geografia política e econômica e aborda o neoliberalismo como um processo. Ao contrário de procurar por um neoliberalismo com "N" maiúsculo, essa perspectiva elucida as formas construídas e disputadas dos neoliberalismos existentes (PECK et al., 2012). Nesse sentido o objeto de análise são os processos de neoliberalização, caracterizados como "uma tendência historicamente específica, desenvolvida de maneira desigual, híbrida e padronizada de reestruturação regulatória disciplinada pelo mercado" (BRENNER et al., 2012, p. 18) e marcados por contradições e pela abertura do processo às influências dos espaços e tempos em que transcorrem (PECK, 2010, p. 7). A outra perspectiva é a do neoliberalismo mutante (CALLISON; MANFREDI, 2020). Essa metáfora aborda o caráter persistente do neoliberalismo diante das inúmeras crises e de suas transformações ao longo do tempo. Apesar dessa mutabilidade ser uma marca desde a origem do movimento, recentemente, ela assumiria cada

4.1.2. Organização da pluralidade: o Coletivo de Pensamento Neoliberal

A literatura sobre o Coletivo de Pensamento Neoliberal é um ponto de partida importante para se pensar o neoliberalismo como um projeto político, com certa unidade para além da pluralidade evidente discutida na seção anterior. A construção desse projeto, que começou desde uma posição marginalizada na academia e na política, teve a finalidade desde o início de disputar e conquistar a hegemonia na sociedade e no Estado, pela estruturação e organização de laços entre academia, meios de comunicação, política e os negócios (PLEHWE, 2009a, p. 22).

Por coletivos de pensamentos[76] Plehwe considera a formação de grupos de profissionais, ideólogos e intelectuais, afiliados em torno de valores e princípios que orientam a produção do conhecimento e disputam, entre coletivos, os avanços da compreensão e interpretação da realidade de forma reflexiva (2009a; 2018).[77] Portanto, a produção de conhecimento não seria linear, nem apenas marcada por momentos de rupturas paradigmáticas. Ao contrário, haveria sempre disputas entre concepções concorrentes que se associam ao poder relativo dos coletivos de conhecimento. Da mesma forma, rupturas paradigmáticas podem ocorrer e, mesmo assim, perdurarem perspectivas contrárias ao desenvolvimento da ciência (2018, p. 86). Além disso, esses coletivos não são completamente coerentes internamente, nem fechados a influências e a trocas externas, o que possibilita compreender os esforços dos coletivos em influir em múltiplas comunidades epistêmicas e na opinião pública em geral de forma sistêmica (PLEHWE, 2009a, nota 5, p. 35). E a produção de conhecimento é sempre situada. Não é

---

vez mais formas que parecem romper qualquer tipo de afinidade com sua descendência. Porém, para os autores, essas novas formas, como a emergência da extrema direita e de populismos autoritários, são bifurcações que se adaptaram diante das conjunturas políticas, sociais e econômicas com as quais têm que lidar. Apesar de ambas as abordagens explorarem dimensões importantes do neoliberalismo, no primeiro caso, enfatiza-se a distância entre ideal e prática neoliberal que deixa de se apreender um rastro comum entre ideias do projeto neoliberal e os resultados concretos de suas ações que dizem respeito à reprodução das hierarquias sociais necessárias para manter em movimento as dinâmicas de valorização e retração inerentes ao processo de acumulação. Na segunda perspectiva, o foco analítico nas mutações genealógicas do neoliberalismo corre o risco de deixar escapar a intencionalidade e os vínculos das ideias neoliberais com as transformações concretas e ideacionais da contemporaneidade.

[76] Para uma revisão do sentido do conceito de coletivo de pensamento, embora não altere a discussão proposta neste trabalho, ver Plehwe (2018).

[77] Há algumas distinções entre os conceitos de coletivo de pensamento e de projeto político. A principal delas se relaciona ao espaço central de disputa. Enquanto o primeiro está mais associado à produção e batalha pelo conhecimento no campo da ciência (Idem, nota 5, p. 35), o segundo se orienta para a disputa na sociedade e no Estado (DAGNINO, 2004, p. 144) e não necessariamente parte da academia ou de acadêmicos. Mas com certeza há conexões e intersecções entre os dois conceitos, já que nenhum desses espaços são herméticos entre si, e muitos atores envolvidos transitam entre eles. Além disso, o uso que Plehwe (2009a) faz do conceito de coletivo de pensamento não relega a segundo plano, ou desconsidera as orientações e estratégias políticas do coletivo (nota 11, p. 36).

completamente determinada pelas condições socioeconômicas, nem completamente autônoma, no sentido de um sistema fechado no nível analítico das ideias, o que possibilita compreender como as subjetividades, influenciadas pelas visões de mundo dos coletivos, são constituídas por dimensões objetivas, mas também pelo comprometimento a princípios e valores compartilhados (2018, p. 92-3).

A origem do CPN, ou do neoliberalismo, remonta ao início do século XX, mais especificamente, no pós-Primeira Guerra Mundial.[78] Normalmente, a literatura remete a dois momentos fundantes do neoliberalismo. O primeiro deles foi o Colóquio Walter Lippman em 1938 em Paris, quando diversos intelectuais, incluindo futuros fundadores da SMP, se reuniram junto a Lippman para debater seu livro, *The Good Society*, do ano anterior. Foi a partir desse encontro que esse grupo de pensadores passa a se autodenominar como neoliberais[79] e formula os primeiros princípios gerais do novo movimento (Idem, p. 14).[80] O segundo momento de fundação do CPN, em que se consolida uma forma de organização perene e se formalizam os princípios comuns do coletivo, foi a formação da SMP, na Suíça, sob a liderança de Friedrich Hayek.

A SMP foi fundada em razão de sentimentos, leituras de mundo e interesses compartilhados entre seus membros. Todos eles sentiam-se marginalizados e isolados em relação à academia e às posições ideológicas predominantes na política (Idem, p. 16). Desde a Grande Depressão, as alternativas políticas haviam se distanciado do liberalismo econômico clássico, em consequência das severas crises do final do XIX e início do XX, e o papel do Estado se transformou, na teoria e na prática, de modo a ganhar maior relevância no controle da economia, em um momento de aumento das pressões populares pela expansão da democracia nos países centrais. Dessa forma, a SMP foi concebida como uma organização para se opor ao que chamavam de coletivismo (incluindo as experiências sociais-democratas e socialistas) e para elaborar uma nova concepção de liberalismo que se afastasse das falhas de suas correntes clássicas (p. 6).

---

[78] É possível identificar uma proto-organização do coletivo que prefigurou o que seria mais tarde a SMP nos seminários privados de Ludwig von Mises, em Viena, onde se reuniram acadêmicos para discutir temas e valores comuns a todos eles que se relacionavam à crítica ao planejamento estatal, bem como os caminhos para reconstrução da ordem internacional desmantelada pela Grande Guerra (PLEHWE, 2009a; SLOBODIAN, 2018). Entretanto, foi apenas após a Crise de 29 e com a Grande Depressão que esse grupo passa a se distanciar das teorias econômicas do liberalismo clássico, ao perceberem os limites dos princípios do *laissez-faire* na manutenção de uma ordem de mercado (PLEHWE, 2009a, p. 12).

[79] Foi apenas entre as décadas de 1950 e 1960 que os intelectuais do coletivo deixam de se denominar como neoliberais e passam a negar o rompimento com o liberalismo clássico, que foi um dos princípios compartilhados pelo grupo desde sua fundação (MIROWSKI, 2009, p. 427).

[80] Plehwe (2009a) identifica "a prioridade do mecanismo de preços, a livre iniciativa, o sistema de competição, e um Estado forte e imparcial" como princípios comuns que surgem nesse momento (p.14).

Partindo desses princípios, os intelectuais neoliberais que formaram a SMP voltaram-se para a disputa de longo prazo para remodelar todo o tecido social, concentrando esforços na conquista de intelectuais, lideranças, capitalistas e formadores de opinião (MIROWSKI, 2009, p. 431). Assim, de uma perspectiva elitista de cima da montanha, os neoliberais buscaram influenciar os sentidos, significados e a prática da política, em uma luta por hegemonia, por meio da organização, especialização em diversos temas caros a seus membros e pela difusão em rede do conhecimento, de estratégias e de valores produzidos na Sociedade (PLEHWE; WAPEN, 2006; PLEHWE, 2009a).

Mirowski e Plehwe (2009) utilizam a SMP como referência para identificar as pessoas e grupos que se autoidentificam com o CPN. No entanto, as ideias e as práticas neoliberais não podem ser derivadas automaticamente do ponto central em que a SMP se localiza, nem estão apenas associadas somente aos membros do coletivo. Isso tem a ver com a própria construção organizacional elaborada pelos neoliberais e com as múltiplas estratégias desenhadas para influenciar a realidade, envolvendo inclusive obscurecer a SMP, seus laços e redes transnacionais e multiescalares, bem como reproduzir, difundir e promover posições contraditórias a partir de diversas posições do CPN, que são, inclusive, encapadas por atores e grupos que não têm uma relação direta com o coletivo.

Uma metáfora interessante para compreender a organização do CPN é a apresentada por Mirowski (2009, p. 430), que compara o coletivo de pensamento com uma boneca russa, formada por diversas camadas, cada uma escondida dentro da outra. A primeira camada, menos visível e central, seria a SMP. Construída de forma seletiva e privada, ela representa a elite do coletivo, cujos membros são predominantemente intelectuais. A segunda camada, mais visível, embora não publicamente conectada à SMP, é formada pelos departamentos universitários e escolas de pensamento.[81] As

[81] Tradicionalmente o CPN é associado à Escola Austríaca, formada por nomes como Hayek, Mises, Schumpeter e Popper, cuja marca no pensamento neoliberal é a primazia do mercado, como processador de informação para regular as atividades humanas sobre as formas desenhadas e planejadas pela política (MIROWSKI, 2013); a Escola de Freiburg, casa dos ordoliberais alemães como Walter Eucken, Alexander Rüstow e Wilhelm Röpke, que destacaram o papel do Estado forte e dos arranjos extraeconômicos institucionais, morais e jurídicos necessários para manter a ordem competitiva dos mercados; a Escola de Chicago, representada por nomes como Milton Friedman e Gerry Becker, responsável pela reconciliação do neoliberalismo com a teoria neoclássica e pela perspectiva economicista, em que as alternativas de mercado são superiores à intervenção humana para resolver problemas sociais e proteger a liberdade individual e política; a Escola da Virgínia, fundada por James Buchanan e Gordon Tullock, encarregada pela inserção do neoliberalismo na Ciência Política, ao condenarem políticos e burocratas que sempre buscariam interesses particulares, guiados pelo egoísmo da ubíqua racionalidade de mercado, e defendendo, a partir dessa crítica, limites constitucionais e institucionais para o gasto público e decisões políticas; e, acrescentada pelo trabalho de Slobodian (2018), a Escola de Genebra, composta por intelectuais como

principais escolas de pensamento destacadas na literatura não exaurem a influência que o neoliberalismo teve sobre departamentos universitários ao redor do mundo, embora os contextos sociais e políticos dos diversos países tenham influenciado na capacidade de inserção do pensamento neoliberal na academia e na política institucional.[82]

A camada seguinte da boneca russa, identificada por Mirowski (2009), é composta pelos meios de financiamento que promovem e difundem o conhecimento produzido pelos neoliberais. Essas fundações atuam na forma de entidades filantrópicas como meio de assegurar seus privilégios fiscais e de se manter com um *status* aparentemente neutro diante do conhecimento (p. 430).[83]

Outra camada fundamental para compreender o CPN é a dos *think tanks*, em sua maioria financiados pela camada anterior. Esses institutos de pesquisa, treinamento e difusão de conhecimento fazem a mediação entre o conhecimento produzido no alto da montanha e o debate público. Novamente, essa mediação não implica uma reprodução fiel ou congruente do pensamento dos "apóstolos" neoliberais. Essa camada é importante

---

William Rappard, Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, Wilhelm Röpke, Lionel Robbins e Gottfried Haberler, cuja preocupação central, ao longo do século XX, foi a conjectura e arquitetura de ordens internacionais que "encapsulassem" os mercados competitivos diante de várias "ameaças" com as quais se depararam ao longo do século.

[82] Na França, o neoliberalismo esteve em uma posição ambígua e contraditória, em momentos de maior influência (logo após o Colóquio de Walter Lippman) e de retração (após o apoio ao colaboracionismo de Vichy) em relação ao contexto sociopolítico (DENORD, 2009). Na Grã-Bretanha, de forma contraditória, nomes importantes do neoliberalismo, como Lionel Robbins e Friedrich Hayek, estiveram presentes em espaços acadêmicos responsáveis pela elaboração do modelo de bem-estar do país, como a London School of Economics (LSE) (TRIBE, 2009; SLOBODIAN, 2018, p. 96). No entanto, o neoliberalismo se mantém na marginalidade da academia até a ascensão de Thatcher. Para conexões entre a tecnocracia da austeridade do pós-Primeira Guerra, iniciada na Grã-Bretanha por Ralph Hawtrey e incorporada pela corrente da "economia pura" na Itália com o neoliberalismo, ver Mattei (2023). Na Itália, os Bocconi Boys, que têm como um de suas referências Luigi Einaudi – também membro da Escola de Genebra –, tiveram forte influência interna, em diversos momentos da política econômica italiana, incluindo no período fascista (MATTEI, 2023), e externa, tanto em relação às políticas relacionadas à integração europeia (HELGADÓTTIR, 2016), quanto na teoria sobre finanças públicas de James Buchanan (MASINI, 2019). Na América Latina, nomes importantes do neoliberalismo regional transitaram e transitam entre cargos acadêmicos, políticos, institutos de pesquisa e think tanks. No Brasil são figuras importantes Roberto Campos, Eugênio Gudin e José Merquior (BIELSCHOWSKY, 2001; LYNCH, 2020; BIANCHI, 2023). Outros nomes na América Latina incluem os escritores Vargas Llosa do Peru e Carlos Alberto Montaner, nascido em Cuba, e os acadêmicos Carlos Sabino da Venezuela e Alberto Benegas Lynch e Gerardo Bongiovanni da Argentina (PLEHWE; FISCHER, 2019), assim como o atual presidente da SMP, o guatemalteco Gabriel Calzada.

[83] Essas fundações foram fundamentais para sustentar projetos e pesquisas de atores neoliberais em momentos que antecederam a formação do CPN, empregando diversos pensadores neoliberais em Viena e Genebra (como foi o caso da Fundação Rockefeller) (SLOBODIAN, 2018, p. 68-75), ou no próprio financiamento do Colóquio de Walter Lippman (DENORD, 2009, p. 47). Também, viabilizaram a organização e manutenção da SMP (a exemplo da Fundação Volcker) (PHILLIPS-FEIN, 2009, p. 286) e financiaram inúmeras batalhas específicas encampadas por neoliberais, como contraofensivas em relação à articulação terceiro-mundista da Nova Ordem Econômica Mundial (BAIR, 2009, p. 356) e a agenda pela constitucionalização do equilíbrio orçamentário de Buchanan nos EUA, financiada pelos bilionários irmãos Koch que mais tarde bancariam o movimento libertário, religioso e reacionário Tea Party (COOPER, 2024, p. 321).

como forma de tradução do conhecimento para uma linguagem acessível de acordo com as audiências; como meio de vida de atores neoliberais; como mecanismo de arregimentação e treinamento de novos partidários; e como meio de dar capilaridade às ideias e práticas neoliberais, inclusive, como institutos guarda-chuva para outros *think tanks*, fornecendo a conexão entre idealizadores e financiadores (MIROWSKI, 2009; PLEHWE; FISCHER, 2019; DJELIC; MOUSAVI, 2020).[84]

Por fim, a última camada identifica por Mirowski (2009), que foi desenvolvida e acrescida à rede neoliberal mais recentemente, é a das organizações "*astroturfed*", os movimentos sintéticos ou artificiais, no sentindo de tentarem apresentar uma aparência de base espontânea, quando são financiados e organizados de cima para baixo por essas fundações e institutos que compõem as camadas anteriores.[85]

Essa estrutura de organização por camadas e redes sobrepostas, embora latentes, é uma das formas de perceber a relação entre unidade e pluralidade do projeto neoliberal. Sob a perspectiva da pluralidade, atores inseridos no CPN desempenham múltiplos papéis, com distintas orientações práticas, muitas vezes contraditórias entre si, nas várias camadas da boneca russa, o que torna difícil a reconstrução de suas agências e da unidade do projeto. Além disso, essa aparente falta de conexão entre escalas, atores, objetivos e alianças fortalece a impressão de espontaneidade do coletivo e do projeto que remetem ao pensamento neoliberal das ordens espontâneas de Hayek, encampado pela SMP (MIROWSKI, 2009, p. 431). Assim, apesar de ser possível rastrear essas, não há uma relação mecânica entre ideias e práticas transmitidas entre os elos das várias camadas que compõem o CPN. No entanto, parte da unidade aparece no sentido da construção de meios de disputa pela hegemonia do neoliberalismo, mesmo que essa construção tenha, ao

---

[84] Os primeiros *think tanks* a acomodar e divulgar concepções neoliberais foram o *American Enterprise Institute* (antes, *American Enterprise Association*, de 1938) e o *Institute of Economic Affairs* (de 1955), do mesmo fundador – o capitalista entusiasta Sir Antony Fisher– do *Atlas Economic Research Foundation* (de 1981), ou *Atlas Network*, o principal *think tank* neoliberal no mundo (DJELIC; MOUSAVI, 2020). Hoje existem inúmeros *think tanks* em diversas regiões do globo que mantêm relação com a rede neoliberal. Na américa Latina, Plehwe e Fischer (2019, p. 16-20) identificaram cinco redes regionais incubadoras de inúmeros *think tanks* que guardam conexões entre as redes, grupos políticos ideológicos e lideranças em comum. A *Red Liberal de America Latina* (RELIAL), o *Atlas Network*, a *Hispanic American Center for Economic Research* (HACER), a *Fundación Internacional para la Libertad* (FIL) e a *Latinoamérica Libre*.

[85] Essas organizações, geralmente, se organizam em torno de pautas religiosas ou de temas específicos (p. 431), mas não só. Existem casos importantes de movimentos que aparentemente surgem de forma espontânea em torno de pautas reacionárias e conservadoras mais gerais. Como exemplos mais significativos estão vários grupos locais que passaram a se articular em torno da pauta reacionária do *Tea Party* nos EUA, na segunda década do século XXI (COOPER, 2024, cap. 5) e o Movimento Brasil Livre (MBL), articulado em meio as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, com aparência de espontaneidade, mas vinculado e financiado pelas redes de *think tanks* neoliberais, como a Atlas Network e seu satélite, o Estudantes pela Liberdade (EPL).

mesmo tempo, um caráter hierárquico – quando pensada desde a SMP, que pela sua particularidade privada e seletiva obscurece sua relação com as demais camadas – e difuso – partindo de forma relativamente autônoma das demais camadas e da própria formação das subjetividades que reflete o fortalecimento da hegemonia do projeto.

Como será abordado na seção seguinte, essa relação entre unidade e pluralidade tem a ver também com a própria estratégia do coletivo em não dar transparência às suas conexões, ao ocultar valores e princípios comuns pelas formas contraditórias em que são (re)elaborados através das camadas e inseridos em configurações sociais distintas de forma concreta, e em domesticar suas contradições evidentes, ideacionais e práticas, a partir de uma estratégia de produção e difusão do conhecimento (ou ignorância) que incorpora a contradição à compreensão do que é a ciência e a verdade.

4.1.3. Construção da unidade: epistemologia e estratégia política neoliberal

Uma outra forma de compreender a unidade do neoliberalismo a partir da literatura sobre o CPN é buscar os valores e princípios comuns nas ideias e práticas neoliberais, inseridos na análise da doutrina epistemológica estabilizada no coletivo (MIROWSKI, 2009; 2013). A partir dessa análise, as relações entre neoliberalismo e capitalismo e neoliberalismo e democracia se tornam mais claras. Ao mesmo tempo que, epistemologicamente, o neoliberalismo tente solucionar suas contradições enquanto doutrinas de pensamento, também oferece uma orientação estratégica capaz de dar coesão à pluralidade de práticas dissonantes que o compõem, em razão dos resultados práticos alcançados pelo coletivo como um todo. Nesse sentido, a doutrina epistemológica do coletivo é complementada pela doutrina política da dupla verdade.

No projeto neoliberal, há uma tensão constante entre o privado e o público, o indivíduo e o coletivo, a liberdade e a igualdade, a economia e a política, o mercado e o Estado, ou entre o espontâneo e o planejado. Essas dicotomias não são necessariamente novas na longa estrada do pensamento liberal, apesar de as tensões relacionadas a elas e como cada corrente pretende apaziguá-las, pendendo para um lado ou para outro dos extremos, variam bastante dentro da tradição.[86] No neoliberalismo, a contradição resulta da compreensão inerente ao projeto de que as liberdades, privadas, econômicas, e

[86] Obviamente, essas dicotomias eludem como essas categorias no pensamento liberal articulam-se de modo mais complexo. Mas essas oposições conceituais servem para situar as tensões, contradições e limites inerentes ao liberalismo de um ponto de vista teórico e prático.

políticas, garantidas pelo mercado competitivo e ameaçadas pelos impulsos coletivos da intervenção planejada da política em direção à maior igualdade, dependiam dos mesmos instrumentos políticos e intervencionistas para reinstaurar, proteger e controlar esses princípios e valores comprometidos.[87]

Esse afastamento do neoliberalismo do liberalismo tem repercussões importantes. No liberalismo clássico, o papel do Estado, do ponto de vista teórico, seria garantir as liberdades de uma forma negativa, de modo que a operação do mercado dependeria dessas liberdades e, ao mesmo tempo, às constituiriam e reforçariam. A partir do neoliberalismo, há uma transformação no papel do Estado, que deixa de ser negativo e passa a ser construtivo. Portanto, nem as liberdades, nem o mercado, devem ser livres. Liberdade e mercado não se constituem e não se regulam mutuamente: precisam ser construídos. Como consequência, há a desnaturalização da economia, que, se de um lado, possibilita criar liberdades e mercados possíveis, de outro, impõem a contenção desse potencial criativo a partir da elaboração de uma forma específica de liberdade e de mercado.

Em razão dessa contradição surgem problemas teóricos e práticos que se conectam. De um ponto de vista teórico, o objetivo dos neoliberais passa por compreender a especificidade ontológica do mercado e da liberdade, suas características, suas bases de sustentação extraeconômicas e suas histórias recontadas. Da mesma forma, a normatividade comumente oculta nas teorias do liberalismo, se torna mais difícil de se esconder no pensamento neoliberal. Uma vez que existem formas específicas de liberdade e de mercado a serem construídas, o indivíduo deixa de ser "o melhor juiz de suas próprias preferências", e valores e interesses – antes irredutíveis e intransmissíveis – necessários para a formação da ordem proposta passam a valer mais que outros. Assim, o indivíduo e seus interesses perdem centralidade no neoliberalismo e a autodeterminação liberal limitada é ainda mais restringida. Além da liberdade econômica precisar ser apartada da liberdade política positiva, outros valores sociais passam a influenciar a santidade dos contratos voluntários em um mercado livre. O "consenso" e a "liberdade" do mercado deixam de ser suficientes para reprodução da ordem econômica, social e política.

Esses problemas teóricos refletem problemas práticos para o projeto neoliberal. Com a desnaturalização da economia, o neoliberalismo a recoloca ideologicamente no

[87] Com certeza a ideia de um mercado livre e autorregulado sempre foi uma ilusão. Na história da hegemonia liberal, o Estado sempre teve um papel importante na reestruturação das bases materiais, sociais e jurídicas necessárias para a reprodução capitalista – ver capítulo 2. Mas o que distingue o neoliberalismo é o objetivo claro e consciente de interferir e determinar a (re)construção dessas bases extraeconômicas.

terreno da política. É preciso fazer política e conter a política. É preciso capturar o Estado e demonizar seus perigos. É necessário fortalecê-lo, mas seletivamente desmantelá-lo. Enfim, a concepção de política se afasta de um processo e volta a se orientar para um bem, embora não comum. Mas ao lidar com a política, o projeto precisa responder a suas contradições. Assim, se a intervenção humana é um perigo, com efeitos deletérios para o ordenamento social, por que a intervenção proposta pelos neoliberais seria diferente? Se a intervenção humana ameaça a liberdade e o mercado concebidos pelos neoliberais, quem é o sujeito da intercessão por essa ordem? Como um projeto político que condena os avanços da política sobre a economia pode se afastar da política aos olhos do público sem o artifício da neutralidade? Essas questões revelam os problemas da autoridade para lidar com a contingência e o conflito que são inerentes à democracia; da legitimidade e da construção de subjetividades, necessárias para submissão a suas visões de mundo; da coerção quando o consenso falha; e, em última instância, de como ocultar a contradição da restrição da liberdade individual em defesa dessa mesma liberdade.

Quando se olha para a declaração de objetivos da SMP de 1948, essas contradições já estavam presente no texto. Mercado e liberdade estariam ameaçados, assim como os valores, a moral e as instituições formais que os sustentavam. A proposta do grupo seria identificar os meios para restabelecer uma ordem perdida. Mas como resolver as contradições que daí surgem era uma incógnita ou disputa no grupo, o que pode ser percebido pelas orientações vagas que propõem para campos de estudo, a fim de conter "a decadência dos valores civilizacionais" que compreendiam estar passando o ocidente (PLEHWE, 2009a, p. 24-25). Essas formas de "solucionar" esses problemas, foi algo construído e alcançado com o tempo pelo coletivo, em meio a inúmeros conflitos internos (MIROWSKI, 2009, p. 417).

De fato, cada corrente do neoliberalismo assume posições distintas em relação à perspectiva ontológica do mercado, das instituições, valores e da história (MIROWSKI, 2013, p. 63-65). Diante da pluralidade de concepções, propostas e revisionismos, o problema está em justamente dar unidade às respostas práticas deste corpo de pensamento quando defrontadas com a política. Ao olhar para as descrições e prescrições de mundo das correntes neoliberais, pode-se perceber como se distanciam de uma unidade geral, ontológica e normativa. Mirowski (2009) reconhece que essas concepções distintas do CPN não conseguem reconciliar suas contradições internas teoricamente, de modo que a SMP parece ter cindido ao longo de seu desenvolvimento (p. 441).

As doutrinas do neoliberalismo estadunidense são as que parecem se afastar mais da contradição entre construtivismo e espontaneidade do mercado. A partir do formalismo econômico, essas correntes buscam traduzir temas variados relacionados às hierarquias sociais em uma linguagem aparentemente economicista e neutra. No entanto, como aponta Mirowski (2013), a consequência prática da naturalização do mercado e da economização das hierarquias, valores sociais e democracia é a desmitificação do mercado e da liberdade. Se mercado e suas liberdades são imanentes, uma vez implementadas suas receitas, a realidade expõe suas contradições. Se o mercado e suas reregulações falham, por que deveriam ser mantidos? Se o mercado competitivo impõe a responsabilização sobre os "parasitas" que se acostumaram a sugar os impostos dos indivíduos sem seu consentimento, como afirmava Buchanan, como justificar a socialização da dívida das grandes empresas do mercado financeiro (COOPER, 2024)? Se as previsões matemáticas estão erradas diante das crises, como foi o caso em 2008, é o mercado que não opera por uma lógica mecânica e natural, ou é o conhecimento neutro e técnico produzido pela teoria que deve ser desacreditado (MIROWSKI, 2013, cap. 4)? Se a liberdade política é garantida pela liberdade do mercado, como justificar o apoio a ditaduras em prol das prescrições dos especialistas neoliberais, como Friedman o fez no Chile (WHYTE, 2019, cap. 4)? Se a defesa das hierarquias sociais e das desigualdades se camufla sob o ar da neutralidade do tecnicismo e racionalismo, ela também precisa se fundamentar na promessa moral de liberdade e de democratização privada pelo mercado. Então, como justificá-la nas crises em períodos de hegemonia neoliberal diante da pressão popular, quando a tutela dos especialistas perde legitimidade? Aqui, tecnocracia e impulso popular defendidos desde Chicago e Virgínia parecem se apartar.

Não há dúvidas que essas perspectivas economicistas tiveram papel fundamental na transformação da política econômica, como no desmantelamento do Estado de bem-estar fordista nos EUA (COOPER, 2017; 2024) e nas políticas de reforma estrutural do Consenso de Washington na periferia capitalista (PLEHWE, 2009a, p. 8). E, com certeza, ainda exercem forte impacto na reformulação do consenso macroeconômico da austeridade mundo afora (DARDOT; LAVAL, 2019; MATTEI, 2023; STREECK, 2013). O ponto que Mirowski (2013) levanta sobre essas perspectivas é que elas não podem ser compreendidas apenas por essas características particulares e autoevidentes das doutrinas mais racionalistas. Elas precisam ser inseridas no contexto amplo do CPN. Assim, teria sido a construção de uma epistemologia neoliberal comum que possibilitou a doutrina política do coletivo lidar, de forma estratégica, com suas inúmeras contradições internas.

Segundo Mirowski (2009, 2013), o coletivo conseguiu se unificar, mesmo que tardiamente, em torno de um conjunto de compromissos epistêmicos que se relacionam ao papel do conhecimento na contemporaneidade. Esse foi um projeto geral do neoliberalismo que contou com a mobilização das suas formas de organização em níveis distintos da boneca russa e se estabeleceu, a partir da década de 1980, como senso comum no domínio da política. Não foi um projeto arquitetado apenas verticalmente desde a SMP, mas foi produzido de forma sistemática pela interação entre ideias, práticas e estratégias conflitantes ao longo do tempo em múltiplas escalas do coletivo e na sociedade.

A ideia central da epistemologia neoliberal é tratar o conhecimento desde uma lógica de funcionamento típica do mercado. O conhecimento objetivo, nesse sentido, "é um estado raramente alcançado por qualquer indivíduo, porque a sua experiência é subjetiva e idiossincrática", ou seja, os processos sociais como um todo são inapreensíveis individualmente (p. 423). No entanto, esse relativismo inicial se dissolve no transcendente. Como os preços no mercado, o conhecimento é agregado a partir do fluxo livre de ideias e informações, de modo que, pela espontaneidade das trocas individuais, o mercado do conhecimento revelaria a verdade.

Seria uma espécie de radicalização do que Foucault (2008) considerou como sendo um novo regime de verdade aplicado à prática governamental pelo liberalismo a partir do século XVIII. Se a racionalidade liberal negava a possibilidade da compreensão da totalidade da economia, ao mesmo tempo em que afirmava um ganho coletivo pela operação desse mecanismo espontâneo que seria o mercado (p. 379), no neoliberalismo, uma série de deslocamentos são realizados sobre a relação conhecimento e mercado. Primeiro, não há de partida como garantir que a espontaneidade produzirá ganhos coletivos. Essa própria afirmação envolveria tentar impor uma compreensão inalcançável sobre o mercado. Segundo, a impossibilidade de apreensão da totalidade se estende para além da economia. Moral, política, ciência e instituições passam a ter como referência o mercado como processador de informações, uma vez que não só os preços, mas qualquer conhecimento sobre a realidade só poderia ser obtido pela lógica de operação do mercado. Por fim, o próprio julgamento sobre o que é verdade se torna instável. O alcance da verdade precisa, então, ser intermediado – para alcançá-la e disseminá-la –, mas sempre de forma incompleta, pois é o mercado a última autoridade para avaliar se essa aproximação à verdade se efetivou. Como resultado, a ignorância é o estado geral do conhecimento na epistemologia neoliberal.

Essa compreensão epistemológica, aparentemente distinta do conhecimento técnico produzido pelos especialistas, possibilitaria amenizar certas contradições do projeto, inclusive de parte de seu esforço economicista, e dar unidade à sua visão de mundo (MIROWSKI, 2009). Tal como as falhas do mercado deixam de ser atribuídas ao próprio mercado, mas à incapacidade de o compreender como um todo, é essa natureza incognoscível que proporcionaria a defesa do mercado como solução dos problemas humanos: a racionalidade deixa de ser uma qualidade dos indivíduos e sim da forma de agregação de informação por esse ente incompreendido.

Assim, a concepção epistemológica neoliberal é parte da mediação lógica necessária para lidar com o paradoxo central do coletivo entre intervenção e crítica à intervenção. No entanto, sua contraparte é a doutrina política da dupla verdade (MIROWSKI, 2013, p. 78). Se a doutrina epistemológica define os limites da razão para intervenção humana na reprodução social, a doutrina política define os eleitos da razão para conduzirem a reprodução social pela intervenção. Enquanto a epistemologia possibilita o neoliberalismo "se mascarar como uma filosofia radicalmente populista", que se contrapõe às intenções elitistas dos intelectuais em compreender todo o funcionamento do mundo e as suas soluções, a doutrina da dupla verdade é o meio para esconder como os neoliberais "não fazem o que pregam" (MIROWSKI, 2009, p. 425) e como o projeto neoliberal acaba os colocando na posição criticada por eles, do elitismo.

A doutrina da dupla verdade, segundo Mirowski (2013), envolve a construção de uma verdade para as massas, exotérica, e outra para elite fechada dos círculos centrais do CPN, esotérica. Ambas tratam dos mesmos temas, mas muitas vezes entram em contradição (p. 79). Ao passo que os purismos das ideias são defendidos e professados publicamente, os limites desses purismos não. Se o conhecimento só pode ser alcançado pelo fluxo livre de ideias no mercado, evitando intervenções voluntaristas, quem define qual e quando a verdade foi alcançada? Se o mercado não se autorregula, mas precisa ser construído, quem define quais os requisitos e como implementá-los para a reprodução dessa ordem idealizada? Esses dilemas são objeto apenas da verdade esotérica. A doutrina da dupla verdade evidenciaria, então, a resposta para essa pergunta: uma elite escolhida no CPN.[88]

[88] Como ressalva, Mirowski (2013) destaca que a agência na forma de produção do conhecimento e por meio das ações estratégicas da dupla verdade não caracterizariam uma relação de manipulação ou conspiração pelo projeto neoliberal. É a própria forma de organização em camadas do CPN que possibilita uma (re)produção sistêmica do conhecimento e de táticas contraditórias que refletem a doutrina da dupla verdade. Não há um controle direto hierárquico sobre a produção e difusão do conhecimento, nem sobre as

4.2. Unidade autoritária e moral: a exceção do "novo" sobre a democracia

A compreensão sobre a relação entre a concepção epistemológica neoliberal e a doutrina da dupla verdade possibilita explorar contradições gerais entre neoliberalismo e democracia, que se desdobram em inúmeras ideias, práticas, estratégias, alianças e objetivos específicos que configuram a pluralidade do neoliberalismo. Para Mirowski (2013), a maior contradição com a qual os neoliberais tiveram que lidar, dentro e fora do coletivo, vem da sua novidade em relação ao liberalismo clássico no que diz respeito ao papel do Estado. Como a epistemologia neoliberal afirma a incapacidade das massas de compreender a arquitetura da ordem social e, por consequência, os intelectuais, continuamente, iriam as mobilizar a fim de intervir nas estruturas necessárias para a reprodução do mercado, os neoliberais dão centralidade ao Estado forte em seu projeto como meio de conter o que consideravam ser as patologias da democracia (p. 96). E para Mirowski, foi o iliberalismo, buscado em obras dos ideólogos do fascismo e do nazismo como Carl Schmitt, a inspiração para renovar o liberalismo em decadência. O novo liberalismo surge, então, como um liberalismo autoritário.

Assim como Schmitt ([1932] 2009) – que reconheceu as contradições entre o Estado constitucional liberal e a democracia, uma vez que ao Estado seria imposto o limite de ação sobre as liberdades do indivíduo, ao mesmo tempo em que se demandaria dele a participação em todos os assuntos da sociedade, gerando um paradoxo entre Estado grande, contudo fraco (p. 25) –, os neoliberais compreenderam a necessidade de um Estado forte. Mas, se para Schmitt, a contradição estaria na normatividade da liberdade individual contida no pensamento liberal, incapaz de dar unidade ao político, por relegar moralmente à esfera individual o momento decisório sobre os conflitos em que os indivíduos estivessem imersos (religiosos, econômicos, éticos etc.) (p. 47), para os neoliberais, a solução viria da restrição da liberdade por meio da adequação dos indivíduos aos imperativos de mercado incompreendidos pelas massas, de forma a limitar a influência da liberdade sobre a ordem estabelecida.[89] Assim, enquanto para Schmitt

---

estratégias dos atores nas múltiplas camadas da boneca russa. Enquanto a epistemologia neoliberal difundida de forma sistêmica na sociedade possibilita conter outros projetos políticos em diversas escalas políticas e sociais no campo das ideias, a doutrina da dupla verdade propulsiona táticas diversas através das camadas, semeando dúvida e ignorância na sociedade sobre a validade das práticas sociais e políticas para solução e transformação de problemas políticos concretos, garantindo às elites políticas e intelectuais contextos oportunos à intervenção para e pelo mercado.

[89] Mises fala de uma margem de liberdade para os indivíduos restrita à adequação das escolhas aos imperativos de mercado (WHYTE, 2019, p. 26). Friedman associa a liberdade política à não coerção sobre as decisões individuais no mercado (Idem, p. 148), o que significa que o mercado é um espaço político

([1932] 2009), o problema do Estado total envolvia a penetração de interesses diversos da sociedade no terreno do político, reduzindo sua autonomia e limitando o exercício de soberania do Estado que deveria se concretizar na decisão normativa sobre a manutenção da ordem diante do conflito (p. 27 e 41), para os neoliberais, o totalitarismo é justamente a interferência coletiva sobre a ordem do mercado, que deve ser afirmada e resguardada pelo Estado. Ou seja, o conteúdo do político, do estabelecimento da relação amigo-inimigo, que definiria a essência e a autonomia da esfera política (SCHMITT, [1932] 2009 p. 27), passa a se traduzir pela dualidade entre um nós, os "amigos" do mercado, e um outro, os que ameaçam sua existência, seus "inimigos". E, se o "[s]oberano é quem decide sobre o estado de exceção" (Idem, [1922] 2006, p. 7), a exceção à ordem do mercado, sua construção planejada ou a desvirtuação de seus princípios são definidas pela elite do CPN (MIROWSKI, 2009, p. 444). Ao contrário de um regime de veridição que contém o Estado pelo mercado (FOUCAULT, 2008), o consenso obtido pela verdade do mercado exigiria, diante das ameaças ao tempo de solução via mercado, a imposição política pelo Estado das soluções propostas pelos eleitos da interpretação dessa verdade. O poder pelo conhecimento é indissociável do poder pela coerção.

Nesse sentido, Mirowski aponta (2009) como é a doutrina da dupla verdade que opera o deslocamento da crítica à democracia para a crítica ao Estado e à política, ocultando, embora nem sempre, sua característica iliberal, intervencionista e antidemocrática:

> Uma elite seria ensinada a compreender a deliciosamente transgressora necessidade schmittiana de reprimir a democracia, enquanto as massas seriam presenteadas com histórias devastadoras sobre "reverter o Estado-babá" e serem "livres para escolher"[90] – através da convocação de uma organização leninista fechada de contra-intelectuais (p.445-46).

É esse mesmo deslocamento, por exemplo, que permite Hayek e Friedman operarem um malabarismo retórico e conceitual em defesa da ditadura de Pinochet no Chile, caso em que a exceção schmittiana-neoliberal foi instaurada com a participação e o apoio dos dois intelectuais. Mas também é a partir dessa relação entre epistemologia e exceção que sua contraparte ideológica-moral se torna mais evidente. Hayek, em sua obra

---

necessário para condicionar a validade do conteúdo da liberdade, e Hayek que o homem comum não deveria ter escolha senão se ajustar as forças cegas do mercado (MIROWSKI, 2013, p. 96).

[90] No inglês, *free to choose*, em referência ao programa televisivo protagonizado por Milton Friedman em 1980.

A Constituição da Liberdade, distingue os conceitos de democracia e liberalismo pela oposição dos dois conceitos aos seus extremos:

> O liberalismo... preocupa-se principalmente em limitar os poderes coercitivos de todos os governos, sejam eles democráticos ou não, enquanto o democrata dogmático conhece apenas um limite para o governo – a opinião da maioria. A diferença entre os dois ideais destaca-se mais claramente se nomearmos os seus opostos: para a democracia é um governo autoritário; para o liberalismo é o totalitarismo. Nenhum dos dois sistemas exclui necessariamente o oposto do outro: uma democracia pode muito bem exercer poderes totalitários e é concebível que um governo autoritário possa agir com base em princípios liberais (HAYEK, [1960] 1978, p. 103).

Em sequência, Hayek caracteriza a oposição democracia-ditadura como se restringindo ao método de governo e liberdade-totalitarismo ao sentido normativo imposto ao governo (p. 104). Apesar de se aproximar a uma concepção procedimentalista da democracia, em que os conteúdos da política não se vinculam ao processo democrático, ao contrário da visão shumpeteriana, em que as lideranças eleitas definiriam esse conteúdo sem a influência popular – para Schumpeter ([1943] 1961) o voto é o consumo passivo de um conteúdo ofertado pela liderança política no mercado eleitoral (p. 330) –, Hayek dá um passo além e fixa o conteúdo da política na oposição normativa conceitual entre liberalismo e totalitarismo. Há explicitamente nas ideias de Hayek um retorno de um bem (não tão) comum à teoria política que Schumpeter tanto nega. À primeira vista, a perspectiva parece reproduzir algo compartilhado por inúmeras teorias distintas que defendem princípios básicos liberais, a fim de sustentar as mais diferentes concepções procedimentalistas da democracia – Dahl ([1972] 2012) propõe garantias institucionais da responsividade para o modelo representativo liberal pluralista, Rawls ([1971] 2011) defende uma base normativa fundante que chama de "estrutura básica" que garantiria a liberdade com certa distribuição equitativa, Habermas (1992) estabelece os princípios ético-normativos necessários à deliberação racional e Mouffe (2005) parte de um consenso mínimo sobre as regras que transformariam o antagonismo em agonismo, o conflito menos radicalizado dentro das regras do jogo.

Porém, Hayek não está preocupado com as bases normativas da democracia. Se os teóricos da democracia definem as bases liberais, garantindo que a política respeite às liberdades individuais, para propor um método específico do fazer político que contenha a democracia, Hayek fixa princípios liberais para, ao que parece, impedir que qualquer método político tenha efeito sobre o mercado. Os métodos de governo são despolitizados,

restringidos, e o conteúdo político é moralizado pela oposição normativa que apresenta. Dessa forma, a política como procedimento de escolha de governantes e de decisão é esvaziada. Parece torna-se desimportante seja qual forma assumir desde que apartada da definição da dimensão normativa. No entanto, o que Hayek propõe não é qualquer moralização da política aos moldes de Schmitt. Se para este a política é o meio da definição do conflito amigo-inimigo pelo estabelecimento de um conteúdo moral fixo que unifica a comunidade política a partir desse antagonismo, para aquele, não há definição possível pela política, pois o conteúdo moral antagônico já está dado. Nesse sentido, Hayek de fato nega a política. Mas como todo bom neoliberal sabe que a manutenção do mercado exige a construção de suas condições extraeconômicas de existência, e se tomarmos a política como o conflito sobre qual vai ser seu conteúdo, o que Hayek não explicita em seu argumento é que o governo enquanto método ou procedimento deve servir a – e não somente proteger – um conteúdo específico, uma finalidade política. Como a liberdade deve ser construída, ela não pode ser definida apenas pela sua negação. E se para os neoliberais, o "livre mercado" não se autossustenta, é a política que precisa interceder pela liberdade, ou melhor, pelos mercados, no argumento neoliberal.

Aqui, há um paradoxo. Ao mesmo tempo em que há a negação da política, igualmente, ela é necessária à construção da ordem normativa a qual Hayek defende. Portanto, na proposta de Hayek, a política não é um método procedimental – sua forma é irrelevante –, mas um instrumento para um fim pré-determinado, normativo. Por isso, há tanto uma negação da política como disputa por poder, quanto o reconhecimento da necessidade da política enquanto forma de poder e autoridade para se alcançar e proteger a base normativa que propõe, a soberania dos mercados. Ao mesmo tempo, a liberdade que defende também não diz respeito somente a uma dimensão negativa em que os valores irredutíveis individuais sejam protegidos. Essa forma de liberdade deve ser moldada e condicionada pela política para que um ideal de liberdade específico seja alcançado e não pode ser deixada como escolha livre no mercado que se autocontém. Como bem lembra Brown (2015), o Estado neoliberal pode, sem problemas, desvelar a sua essência capitalista (p. 68).

Como coerção seria o estabelecimento de um fim político sobre os indivíduos, e a liberdade, a ausência de coerção, ao caracterizar a liberdade como um fim normativo, surge o paradoxo da defesa da ausência de coerção que requer ser mantida coercitivamente sobre os indivíduos. Essa contradição é inerente ao liberalismo como percebida por Marx em "Sobre a Questão Judaica". Mas no neoliberalismo ela se amplia

pelo reconhecimento do projeto neoliberal da necessidade de construção e proteção de um tipo específico de liberdade e mercado, um conteúdo do político, sob auxílio de um Estado forte. Esse paradoxo do liberalismo autoritário neoliberal se torna evidente em uma famosa entrevista realizada com Hayek pela jornalista Renée Sallas, para o jornal El Mercúrio em 1981, quando o criador da SMP utiliza as mesmas dicotomias de sua obra para defender a ditadura chilena como o meio para se alcançar a liberdade:

> Sallas: Qual a sua opinião sobre as ditaduras?
> Hayek: Bem, eu diria que, como instituição de longo prazo, sou totalmente contra as ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes é necessário que um país tenha, durante algum tempo, alguma forma de poder ditatorial. Com você pode compreender, é possível que um ditador governe de forma liberal. E também é possível que uma democracia governe com uma total falta de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo. A minha impressão particular é – e isto é válido para a América do Sul – que no Chile, por exemplo, haverá uma transição de um governo ditatorial para um governo liberal. E durante esta transição poderá ser necessário manter certos poderes ditatoriais, não como algo permanente, mas como um regime transitório temporário (CALDWELL; MONTES, 2014, p. 44).

Essa contradição também está presente nas justificativas de Friedman sobre seu apoio à ditadura de Pinochet e reflete a dicotomia central em seu pensamento entre coerção política e liberdade. Friedman considerava a situação no Chile como "um milagre político ainda mais surpreendente" que econômico, uma vez que a ditadura teria substituído o controle estatal hierárquico pelo controle horizontal pelo mercado (FRIEDMAN, 1994, p. 177 apud WHYTE, 2019, p. 150). Para ele, a liberdade política só poderia se fundamentar na liberdade econômica (FRIEDMAN, [1962] 2002), mas como liberdade política é definida a partir da ausência de coerção, o conceito passa a ser a liberdade econômica livre da política, ou a liberdade sem política, o que nada mais é que a ausência de interferências políticas no mercado. Daí, a possibilidade de se interpretar a existência de liberdade em uma ditadura que persegue e assassina opositores políticos, desde que o Estado ou a política se restrinjam ao seu papel de promotor dos princípios e requisitos do mercado, dos fins normativos e morais a que todos devem se adequar. Whyte (2019) destaca como no projeto neoliberal há algo mais do que a separação entre economia e política, entre liberdade e coerção. Segundo a autora, Friedman reconhecia a necessidade da existência de valores específicos para se sustentar uma ordem de mercado que são representados pela ideia de responsabilização individual

pela própria vida, em oposição a valores coletivos de justiça social, que, segundo ele, seriam até a ditadura de Pinochet, pervasivos na sociedade chilena. Assim, a interpretação que Whyte faz sobre a referência ao milagre político da Junta Militar por Friedman é a de que o milagre teria sido exatamente introduzir essa nova ordem moral do mercado pela via extraeconômica (p. 151).

Quando se compara os conceitos da teoria política liberal e neoliberal, podemos perceber os deslocamentos de seus sentidos entre as tradições, o que tem implicações práticas importantes para compreender as ideias e práticas do projeto neoliberal, bem como as mediações políticas na democracia e nos deslocamentos das hierarquias sociais propostas ou alcançadas pelo projeto.

Na tradição liberal, a liberdade é o meio de garantir a não interferência e a sobreposição do poder coletivo democrático sobre as decisões na esfera privada individual – em relação a valores, interesses, opiniões, preferências e propriedade. Todavia, houve variações internas à doutrina sobre os limites aceitáveis entre as desigualdades privadas necessárias à manutenção da "liberdade" e a igualdade substantiva que a igualdade formal poderia produzir.[91]

Essa tensão entre liberdade e igualdade herdada de uma tradição aristocrática pelo liberalismo ganhou contornos distintos com a ascensão das massas no cenário político. Apesar de esse contexto ser mais característico do século XIX (MIGUEL, 2016), em que Tocqueville ([1840] 2004) e Stuart Mill ([1861] 1980) se interessaram tanto pelos efeitos da expansão da participação, quanto pelas qualidades e capacidades políticas que a massificação poderia produzir nos indivíduos, essa preocupação também esteve presente nas origens da representação política e de sua identidade com a democracia (WOOD, 2006; VITULLO; CUNHA FILHO, 2020). Assim, o perigo da maioria, tema central para o liberalismo político, se relaciona tanto à ameaça da violação da escolha individual sobre a boa vida pela política, quanto à ameaça à reprodução das desigualdades sociais necessárias para a valorização do processo de acumulação capitalista – daí, a preocupação

[91] A depender dos momentos históricos, propostas opostas foram levantadas internamente ao liberalismo como a perspectiva mais economicista ou darwinista típica do século XIX, da escola de Manchester ou de Spencer, em oposição às ambiguidades democráticas de Tocqueville e Stuart Mill – este último que em algumas obras se aproximou a alternativas socialistas (DARDOT; LAVAL, 2016, cap. 1; PATEMAN, [1970] 1992, p. cap. 2). Mais adiante no século XX o liberalismo social de Hobhouse ou Dewey teve como oposição variações mais moderadas, a exemplo do keynesianismo, ou reações conservadoras e reacionárias como o início do neoliberalismo, ainda incipiente dentro do liberalismo, que se refletem, por exemplo, na obra de Lippman e suas conexões com os Europeus, principalmente da escola austríaca e de Freiburg. Mais recentemente essas oposições se evidenciam no liberalismo igualitário proposto por Rawls e um neoliberalismo e libertarianismo meritocráticos já consolidados como correntes não mais marginais do liberalismo (BIROLI, 2018, p. 59).

de grande parte dos precursores e dos expoentes da tradição liberal em identificar liberdade, minorias e trabalho ao direito de propriedade (LOCKE, [1689] 1994; MADISON; HAMILTON; JAY, [1787-1788] 1993; TOCQUEVILLE, [1835] 2005).

Dessa forma, a tensão no liberalismo se dá entre universal-abstrato e particular-pessoal, entre público e privado, e entre autodeterminação coletiva e individual. Essas tensões fizeram com que a igualdade formal, mesmo que restrita, mantivesse em aberto o espaço do conflito sobre as fronteiras do que é público e do que é definido como privado. Questionamentos sobre a esfera privada do trabalho, sobre a subalternização das mulheres no âmbito doméstico, ou da inclusão da população negra no público são exemplos históricos do desdobramento dessas tensões do arranjo da democracia liberal por parte de pressões populares no século XX (ELEY, 2005).[92] Assim, ao mesmo tempo em que a emancipação política foi um meio de afirmar desigualdades substantivas na sociedade, também se tornou um potencial de questionamento, mesmo que restrito, dessas mesmas assimetrias sociais.[93]

Contudo, a tensão entre liberdade e igualdade na doutrina do liberalismo não foi solucionada do ponto de vista teórico somente pela distribuição de poder social e político que a separação entre economia e política ideologicamente materializou nas sociedades capitalistas, ou, pela coerção direta que, de forma prática, suprimiu e evidenciou as contradições inerentes da teoria liberal. Como abordado no capítulo anterior, essas dicotomias entre economia e política ou liberdade e igualdade escondem seus entrelaçamentos materiais, simbólicos e práticos que estruturam as relações de poder no âmbito privado e público e são fundamentais para se compreender as relações de dominação e opressão que influenciam a constituição dos sujeitos no capitalismo. Assim, os atributos morais da dimensão ideológica do projeto liberal como expressão hegemônica de uma concepção de mundo também estiveram presentes nas ideias e em suas materializações práticas e institucionais ao longo da história nas diferentes fases do

[92] De forma oposta, a democracia liberal também é um meio de tensionar as demandas por proteção de minorias na esfera privada, como é o caso da não intervenção estatal sobre os valores morais de grupos subalternos como a comunidade LGBTQI+ (BIROLI, 2014), ou sobre as formas de família não tradicionais (COOPER, 2017). Por essa razão, haverá sempre dilemas e limites políticos para abordar projetos de emancipação desde uma concepção liberal ou republicana, sem que se questione essa dicotomia entre o público e o privado.

[93] A violência como resposta a esses distintos movimentos – dos trabalhadores, mulheres e população negra, por exemplo – expressam as ambiguidade e contradições do projeto político liberal, mas também os sentidos e a origem de suas concepções democráticas. Parafraseando Marx, é pelo conceito "da segurança, que a [sociedade capitalista] não se eleva acima do seu egoísmo. A segurança é, antes, a asseguração do seu egoísmo", ou da liberdade (da propriedade privada) sobre a ameaça da igualdade substantiva que a igualdade formal pretende conter, mas pode potencializar (MARX, [1843] 2010, p. 50, grifo do autor).

capitalismo. A preocupação com o consenso e a conformidade pela subjetivação, apesar de se expressar de forma variada na teoria de acordo com as distintas correntes internas e com as transformações sociais e políticas a que respondiam, tem um lastro comum no liberalismo.

A espontaneidade do desenvolvimento civilizacional do ocidente e do "homem" econômico – igualmente ocidental, conquanto tido como universal – presente no iluminismo escocês (WHYTE, 2019, p. 18) ou a biologização positivista da economia por Spencer (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 46-48) expressam valores morais e hierárquicos – raciais, de gênero e da relação centro-periferia – do capitalismo colonial e imperialista do livre-mercado, em que a constituição dos sujeitos necessários ao capitalismo passava pela identificação de atributos morais específicos na teoria e se contrapunha àqueles que não possuíam essas qualidades "espontâneas ou naturais", portanto, passíveis de serem excluídos da condição de sujeito – os colonizados, escravizados, objetificados e desumanizados (FEDERICI, 2013; MILLS, 2019; PATEMAN, 1993). Da mesma forma, quando as massas e a democracia se tornam uma realidade, as ambiguidades que daí surgem transformam essa dimensão moral de múltiplas formas, como nas justificativas, ao mesmo tempo, do colonialismo, da democracia, da expansão do sufrágio e de sua restrição pelo método ponderado a partir das qualidades dos sujeitos na obra de Stuart Mill ([1861] 1980) e, mais recentemente, pela categoria apatia "do homem comum" que, desde Schumpeter, se tornou pervasiva na teoria democrática hegemônica (PATEMAN [1970] 1992, cap. 1; MIGUEL, 2022, cap. 1), ou pela neutralidade e abstração da racionalidade prática que permeiam as concepções de esfera pública em Habermas ou o monólogo da posição original de Rawls, que universalizaram valores específicos de uma classe com gênero, cor e localização geográfica (BIROLI, 2014; FRASER, 1990; YOUNG, 2014).[94]

Apesar dessas variações, um marco que as dividem e expressa as ambiguidades do liberalismo a partir do século XIX é a existência da democracia. Para o (pré)liberalismo econômico o dilema da liberdade se restringe à irredutibilidade dos valores de modo que o mercado automaticamente constituiria essas subjetividades necessárias à reprodução social e o escopo da política assumia um limite claro de não

[94] Os consensos distributivos dentro do capitalismo a partir do pós-Primeira guerra se expressam, de alguma forma, no segundo princípio geral proposto por Rawls ([1971] 2011) de que a as desigualdades materiais e o enriquecimento de poucos somente seriam justos na medida em que a vida em geral não piorasse (p. 64), ou, dito de outra forma, que a classe proprietária pudesse acumular capital desde que a condição de vida dos trabalhadores formais do centro capitalista melhorasse.

interferência no processo automático do mercado – embora também coubesse ao Estado funções educativas como em Adam Smith ou nos utilitaristas Bentham e James Mill. Para o liberalismo político, a partir das reinvindicações das massas e a expansão da democracia, as questões da autodeterminação e do autodesenvolvimento acrescentam contradições teóricas que o procedimentalismo democrático tenta solucionar. Quando a comunidade política se expande, os interesses individuais passam a ser objeto de preocupação na teoria política, visto que a democracia poderia ser um meio pelo qual a união de interesses também pudesse significar a interferência nos valores individuais e no mercado. Romperam-se, então, as condições de uma sociedade do individualismo possessivo de mercado: o dever político diante da soberania, restrito à comunidade política de uma classe relativamente homogênea, e a aceitação da inevitabilidade da sujeição ao mercado (MACPHERSON, 1979, p. 284-85). Daí, um tema recorrente no liberalismo político e na teoria democrática hegemônica ser a preocupação com as qualidades cognitivas dos cidadãos que passaram a compor a comunidade política. Em ambos os casos, subjazem valores morais e materiais inerentes aos arranjos procedimentais propostos contra o perigo autoritário ou igualitário da política: o mercado como processo que constitui ou penaliza subjetividades de forma espontânea [ou estrutural] e a democracia como regras e instituições que reproduzem e excluem os fins da política [alternativos]. Também em ambos, os procedimentos impediriam a determinação externa dos fins individuais, mas os condicionariam, pela "liberdade" do mercado ou pelas regras democráticas, dentro de um horizonte possível que não alterasse os princípios organizativos da sociedade – em termos rawlsianos, a "estrutura básica". Em outras palavras, esses arranjos passam a delimitar um fim dentro do qual há uma margem de possibilidade das escolhas e valores individuais.[95]

[95] Nesse aspecto o argumento proposto neste trabalho se afasta da ideia de que o individualismo possessivo na teoria política representasse uma preocupação apenas com o problema da irredutibilidade dos interesses e valores individuais. Também, o que se propõe aqui é bem distinto da perspectiva de que o individualismo possessivo represente empiricamente a realidade das sociedades de mercado, argumento defendido por Macpherson (1979). Como abordado nos capítulos 2 e 3 e será abordado de uma perspectiva crítica ao neoliberalismo no próximo capítulo, apesar de os imperativos de mercado significarem a dependência e sujeição dos indivíduos – o que seria necessário para garantir a independência e soberania individual (MACPHERSON, 1979) –, há dimensões políticas, institucionais e morais inerentes aos mercados que não são meramente condições de fundo apartadas da economia, de modo que a soberania individual é uma ficção da teoria; o mercado não é meramente um mecanismo automático estruturalmente imune à ação política; e a sujeição aos mercados é assimétrica e repercute de formas distintas entre grupos e classes não só diante de seus imperativos expansivos, mas também regressivos, consequentemente, tendo implicações sobre as condições materiais, simbólicas e políticas em que os sujeitos se constituem e agem politicamente de forma individual e coletiva.

No projeto neoliberal, por sua vez, há um retorno ao papel do mercado na definição do escopo válido da liberdade e das escolhas finalísticas dos indivíduos que remete ao liberalismo clássico. No entanto, uma diferença central é que suas teorias e práticas se situam em contextos históricos no quais a democracia e os conflitos sociais que a ascensão das massas produziu são uma realidade. Embora o mercado também se manteve como referencial do espaço de liberdade (MACPHERSON, 1979), ou verdade, (FOUCAULT, 2008), as ideias de sociedade civil e da democracia no liberalismo como espaços separados do mercado reduz, inevitavelmente, o papel deste na constituição dos sujeitos e em como as preferências e objetivos individuais são orientados. Dessa forma, nos contextos sociais e políticos em que os neoliberais estão produzindo suas teorias, o mercado parece já não ser suficiente para regular a sociedade e a liberdade e para produzir os sujeitos moralizados que idealizam, nem o Estado tem a função apenas de guarda noturno sobre as relações "livres e voluntárias" de troca.

Enquanto, Marx ([1843] 2010) percebeu que o Estado liberal precisava das desigualdades na sociedade civil para se afirmar, visto que a igualdade formal dependia da existência de sua negação para ter validade, no projeto neoliberal, as desigualdades no mercado, ou a liberdade do mercado, precisam mais do que nunca do Estado para se afirmar. Como os mercado e todos os fatores extraeconômicos que o sustentam precisam ser construídos e mantidos para os neoliberais, tanto o domínio privado deixa de ser um reino de completa liberdade em seu sentido negativo, tendo de ser submetido aos imperativos não do mercado mas para o mercado – a irredutibilidade dos valores deixa de ser uma questão para o neoliberalismo, ao contrário do que a dicotomia entre coerção política e liberdade econômica que propõem afirma –, quanto o domínio público da igualdade formal precisa ser redirecionado para a afirmação e reintrodução das desigualdades na esfera privada, para a construção da liberdade (ou desigualdade) idealizada pelo projeto neoliberal. E isso só é possível pela defesa de uma coletividade pelo projeto neoliberal que supera o nível ontológico do indivíduo, antes ausente no projeto liberal, como reconhecia Marx.[96]

Sendo assim, na teoria política liberal, a defesa de uma coletividade, mais ou menos latente a depender das obras, entra em contradição com o individualismo e a

[96] De fato, há uma dimensão coletiva no projeto liberal, reconhecida pelo marxismo, que se relaciona à ideologia da classe dominante, ou seja, que uma visão de mundo de uma classe é apresentada como universal para todas as classes (MARX; ENGELS, [1946] 2002). Mas esse valor de classe para Marx se relaciona a dissolução de laços comuns entre os indivíduos na sociedade, uma vez que os membros da classe dominante e todos os indivíduos estariam em competição entre si.

liberdade que são o cerne da tradição. Por conseguinte, a questão da integração social no liberalismo depende do procedimentalismo do mercado e da democracia para lidar com o problema da liberdade individual e das desigualdades produzidas pelo mercado, de um lado, e da autoridade política e vontade coletiva, de outro, de maneira que os valores morais e materiais institucionalizados na economia e na política possam reduzir os horizontes de possibilidade dos interesses individuais (e coletivos) dentro de uma finalidade política específica – a manutenção da ordem social. No neoliberalismo, o fim da política passa a ser a (re)construção de uma sociedade específica, a partir de valores predefinidos, na medida em que o arranjo liberal teria falhado em reproduzir a ordem social pelo espontaneísmo ou procedimentalismo. Contudo, esses valores predefinidos assumem a característica particular do CPN da pluralidade e da adaptação de acordo com os contextos e objetivos políticos específicos. Tanto na teoria quanto na prática do projeto neoliberal, há uma constante ressignificação das hierarquias sociais que se relaciona aos interesses específicos do projeto em realizar as mediações que assumem como necessárias à reprodução da ordem capitalista.[97]

Portanto, esses valores predeterminados exigem ser ressignificados constantemente, de forma paradoxal, pela política através dos momentos de exceção resguardados ao CPN. Isso significa pôr um fim ao paradoxo da integração social liberal, pelo menos para os neoliberais, entre liberdade e obediência. Nem os valores irredutíveis são um problema – é a construção do mercado que os garantiriam –, nem a política – os valores ético-normativos fixos a impediria de influenciar sobre as liberdades individuais e a esfera privada [e o doméstico]. É exatamente o autoritarismo escondido no ideal de liberdade que os fazem escapar do paradoxo. Como moral e mercado seriam fruto da evolução espontânea da civilização (BROWN, 2019), ambos devem ser resguardados e são epistemologicamente inatingíveis pela racionalidade humana. Entretanto, é a exceção

[97] Essa coletividade no pensamento neoliberal assume inúmeras formas. A ideia de defesa da "civilização ocidental" esteve presente nos momentos fundacionais do neoliberalismo, na declaração inicial da SMP, nos textos dos ordoliberais, como o papel fundamental das hierarquias sociais na obra de Röpke ([1942] 1950), contrapondo a moral comunitária à horizontalização da massificação, na compreensão de Mises de que a evolução civilizacional da divisão internacional do trabalho teria criado hierarquias raciais que se refletiam nas capacidades competitivas da civilização ocidental (WHYTE, 2019, p. 55), ou no espontaneísmo de Hayek que considerava que tanto mercado quanto moral teriam sido um desenvolvimento evolutivo característico à civilização ocidental em oposição a valores atávicos de outras sociedades (BROWN, 2019; SLOBODIAN, 2018). O velho argumento neoliberal, compartilhado pela escolha racional, pela Escola de Chicago e pelos vienenses, de que os "interesses especiais" (egoístas) causariam efeitos infestos pela via da democracia e que somente poderiam ser controlados pelo mercado encoberta como o projeto neoliberal reinventou interesses especiais na forma de valores coletivos adequados ao funcionamento do mercado, os quais deveriam ser reintroduzidos pelo Estado (MIROWSKI, 2009).

neoliberal que os reordenaria politicamente, escapando do procedimentalismo democrático liberal. Ou seja, o projeto neoliberal tem como pressuposto a contenção e redução do espaço da política democrática, por um lado, e a ressignificação e (re)construção moral e material das hierarquias sociais, por outro. Em suma, seu objetivo central é a reconfiguração das relações de poder na sociedade desde cima e de baixo.

4.3. Definição de neoliberalismo

O neoliberalismo é considerado neste trabalho um projeto político. Apesar de recepcionar diversos aspectos da literatura que trata o neoliberalismo como um coletivo de pensamento, a definição como projeto procura enfatizar a orientação do neoliberalismo em disputar não apenas a produção de conhecimento, mas, principalmente, as mediações políticas necessárias ao processo de acumulação do capital que respondem às contradições dos imperativos estruturais expansivos e regressivos do capitalismo. Desde sua criação, o projeto buscou se organizar e se fortalecer para lutar pela hegemonia política e para fazer avançar suas concepções de mundo. Atualmente, tem como objetivo manter e expandir sua hegemonia conquistada pelo globo tanto pela influência, direta ou indireta, nos processos decisórios – por meio da participação em governos e agências internacionais, ou pela materialização de suas ideias e valores em múltiplas escalas políticas e institucionais incidindo sobre o controle da agenda política e das decisões –, quanto pela construção das condições materiais, sociais, políticas, culturais e morais em que as subjetividades são constituídas.

De forma geral, é possível resumir algumas características comuns do neoliberalismo na literatura. A *pluralidade* de ideias, práticas, alianças, objetivos e estratégias que compõem o projeto. A *unidade organizacional* construída desde sua fundação que tem, a partir da centralidade da Sociedade Mont Pèlerin, uma dispersão difusa, autônoma e transnacional. A *unidade epistemológica* do mercado como processador de informação como meio de dar coesão às suas contradições internas que provêm da pluralidade. O reconhecimento da necessidade de *capturar e fortalecer o Estado*. Seu *afastamento em relação ao liberalismo clássico* por perceber a incapacidade dos mercados em se autorregularem, cuja consequência dessa deficiência teria sido, para o neoliberalismo, o aumento da interferência da política nas regras e instituições da ordem social dos impérios. Uma orientação *construtivista* no sentido de edificar as condições extrainstitucionais para o retorno de uma ordem social passada que idealizam, mas

também de ressignificar e reconstruir essa ordem a partir dos desafios contextuais que enfrentam. A *ordem dos mercados* como ideal, embora não se possa compreender o mercado de forma dissociada dos valores morais, das instituições sociais e formais e das relações de poder que o estruturam. A doutrina da *dupla verdade*, cuja marca é a *exceção*, a fim de resolver a contradição que surge da relação entre sua doutrina epistemológica e sua característica construtivista. A compreensão de que a *democracia é uma ameaça* à construção e manutenção da ordem social que propõe. E as *hierarquias sociais* e as desigualdades que produzem são consideradas fundamentos éticos e morais da reprodução da ordem idealizada, portanto, devem ser protegidas dos impulsos igualitários da democracia.

A partir dessa caracterização geral, propõe-se que o neoliberalismo pode ser compreendido como um projeto reacionário, mas também renovador.[98] Uma renovação moral do passado e das formas de limitar a democracia. Enquanto almeja reestabelecer ou

[98] É importante lembrar que a concepção do neoliberalismo como projeto não pode ser confundida com doutrinas teóricas específicas elaboradas pelos intelectuais neoliberais. O argumento do reacionarismo ou da renovação do passado pode parecer contraditório quando confrontado com perspectivas de autores mais libertários, como, por exemplo, de Milton Friedman. De fato, como destaca Mirowski (2013, p. 49), o neoliberalismo como coletivo construiu uma unidade que ao longo do tempo acabou por se tornar o oposto das vertentes libertárias, principalmente sua variante anarcocapitalista. Friedman certamente não ignora o papel central da coerção estatal na construção da ordem neoliberal, mas passou a adotar concepções mais libertárias a partir da década de 1970 – década do golpe na democracia Chilena do qual participou. Contudo, mesmo autores libertários importantes revitalizaram hierarquias sociais em suas teorias em contradição com valores e princípios comuns à doutrina. Assim como Friedman reinventou as hierarquias de gênero sob a ótica do mercado (COOPER, 2017) e, igualmente, reinterpretou o monopólio e o poder corporativo, sempre criticado por ele, a partir do eufemismo do controle privado dos acionistas da "democracia do mercado" (CROUCH, 2012), Rothbard, a referência do libertarianismo nos EUA, foi outro que realizou esse deslocamento de diversas formas, adaptando seu argumento sobre vários temas libertários (COOPER, 2021), desde a defesa do controle dos imigrantes, até a legitimação do racismo como autodefesa diante das distorções que políticas de bem-estar geravam na conquista de riqueza por mérito (p. 8).
Da mesma forma, a ideia de que o neoliberalismo tenha uma tendência autoritária ou contrária à democracia pode encontrar barreiras quando confrontada com doutrinas específicas e casos particulares influenciados por neoliberais. O caso da Alemanha Ocidental do pós-guerra em que a reconstrução contou com a influência dos ordoliberais é um dos principais deles (FAUCAULT, 2008). Os ordoliberais percebiam a democracia como um meio necessário para conter os conflitos e reconstruir a Alemanha. No entanto, a democracia nunca deixou de ser vista como um perigo diante da possibilidade do empoderamento das massas, logo, deveria ser restringida (SLOBODIAN, 2018, p. 14). Essa posição ocorre menos em função de uma preocupação teórica e prática típica do liberalismo político que se dedicou a construir "remédios" contra os "perigos da tirania da maioria" do que em razão de um pragmatismo diante das tensões políticas do período, quando a organização dos trabalhadores e o socialismo impunham uma outra correlação de força social e política (p. 266). Esse aspecto contextual também se reflete entre os ordoliberais no que se refere a defesa de políticas sociais e negociações coletivas dos salários como forma de conter conflitos, evitando revoltas populares (STEINER, 2009). Hayek ([1979] 1998) foi um dos que lidou com essas duas agendas de forma mais direta do ponto de vista teórico. Para ele um mínimo de sobrevivência poderia ser garantido pelo Estado, mas os eleitores só poderiam impor gastos governamentais caso participassem do seu custeio (p. 51), de forma que a alternativa seria restringir os direitos políticos daqueles que dependiam do Estado e dos recursos dos outros, no caso, os dependentes e os funcionários públicos (p. 119-120). Enfim, essa é sua perspectiva "higiênica" da democracia (CALDWELL; MONTES, p. 47): a democracia reduz os custos para o projeto neoliberal, mas é reinventada sob novos argumentos a partir de velhas hierarquias como o sufrágio ponderado.

defender as hierarquias sociais perdidas de um passado capitalista idealizado, compreende a necessidade de reinventar, inovar, empreender ou empreendedorizar novas e velhas hierarquias, diante das transformações do capitalismo, do equilíbrio da correlação de forças políticas e sociais, dos contextos culturais, políticos e institucionais com as quais precisam lidar, e dos impulsos igualitários da democracia. Da mesma forma, a restrição da democracia é ressignificada de distintas maneiras, da coerção direta ou golpe, passando pela blindagem institucional da técnica e do sufrágio ponderado ou pelo deslocamento do espaço da democracia da política para o mercado, ou mesmo pela produção da ignorância que garante a incapacidade decisória da política, resguardando as soluções via mercado. Essa é uma unidade do projeto que pode ser percebida a partir de diversos momentos históricos, em diferentes escalas e regiões do mundo, em que o neoliberalismo esteve envolvido, seja enquanto foi um movimento marginal, contrarrevolucionário[99], ou hegemônico na luta política.

Dessa definição advêm algumas pressuposições. A primeira delas diz respeito a relação entre neoliberalismo e capitalismo. Não há uma identidade ontológica entre os dois conceitos, ou seja, o neoliberalismo não é uma fase do capitalismo, uma ordem social específica ou um modo de produção particular do capitalismo na história. Todavia, o neoliberalismo, ao longo do tempo, realizou mediações políticas capazes de transformar o capitalismo estruturalmente – a transformação do sistema monetário, a desregulamentação e a consequente re-regulação e expansão dos mercados financeiros, a arquitetura de um sistema internacional, composto por regras, organizações e agências, públicas e privadas, que limitam a soberania do Estado e as decisões sobre suas próprias políticas macroeconômicas, a ampliação da interdependência dos Estados por meio da

[99] Apesar dos momentos característicos que precederam o que é chamado de contrarrevolução neoliberal – a hegemonia dos modelos de Estado de bem-estar social no centro capitalista e suas crises – não poderem ser chamados de revolução, com exceção talvez do potencial do que o Chile poderia representar na história a partir de um governo socialista eleito, o termo se refere tanto ao imaginário e a preocupação do CPN sobre os rumos possíveis da crise do bem-estar social, com as reinvindicações por expansão do modelo que extrapolavam os consensos que beneficiavam os trabalhadores brancos, sindicalizados e mais bem remunerados (COOPER, 2024). O uso do termo também requer outra ressalva que remete ao fato de que as propostas neoliberais não foram apenas uma reação à crise no centro capitalista (PLEHWE, 2009b). O desenvolvimento das ideias e práticas do coletivo se deu desde sua origem, quando marginalizados pela hegemonia política e do conhecimento, portanto, não foi apenas como reação, mas uma construção própria de um projeto político contra-hegemônico. Isso não quer dizer que não tenha adaptado suas propostas e estratégias aos novos contextos, as reformulado para se aproximar de alianças potenciais ou as negado com característica típica da doutrina da dupla verdade. A pluralidade e a contradição sempre estiveram presentes no coletivo e fazem parte do processo e estratégia de produção de conhecimento e de ação política. Além disso, a ideia de reação do projeto neoliberal também não se restringe somente ao que se passava no centro capitalista. Como Slobodian (2018) e Whyte (2019) destacam, o projeto neoliberal esteve diretamente envolvido com a ameaça que os movimentos de descolonização e democratização da periferia capitalista representavam para o capitalismo.

integração nos mercados internacionais de capitais e de uma economia global cada vez mais dependente das informações e "sinais" produzidos pelos atores privados e públicos, entre outras. Essas transformações resultaram no que é comumente chamado de capitalismo financeirizado. Foram mudanças mais ou menos graduais, construídas e disputadas pelo projeto em múltiplas frentes, inclusive, dentro do CPN – ver capítulo 5 – e cujos resultados nem sempre estiveram claros para o projeto, ou refletiram seus objetivos iniciais, o que não significa que houve um rompimento entre ideias e práticas neoliberais.

Essas transformações no capitalismo também não podem ser atribuídas apenas às mediações políticas realizadas pelo projeto neoliberal. Elas resultam das contradições estruturais do capitalismo e dos conflitos sociais e políticos que se escalaram durante as crises fiscais, de acumulação, de legitimidade e de *status* no capitalismo orientado pelos Estados – como dos regimes de bem-estar social e dos desenvolvimentismos periféricos. Foi nesse contexto que o projeto neoliberal ascende como hegemonia e no qual disputou as alternativas de reconfiguração dos arranjos extraeconômicos do capitalismo – institucionais, morais, jurídicos, políticos e ideacionais. Nesse sentido, essas mediações alcançadas pelo neoliberalismo expressaram ideologicamente tanto as transformações pelas quais o modo de produção passava, quanto os resultados estruturais subsequentes, influenciados pela materialização das ideias neoliberais. Isto é, as relações sociais estruturadas do capitalismo foram condição e resultado da disputa pela hegemonia na qual o projeto neoliberal se fortaleceu e se disseminou.

Como abordado ao longo do capítulo, essas disputas foram travadas em múltiplas frentes, inclusive sobre as condições em que as mediações políticas são realizadas – a democracia, a correlação de forças sociais e políticas e as regras e instituições que regulam os processos decisórios. Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo esteve envolvido na reconfiguração de poder desde cima, nos conflitos sobre a arquitetura das instituições e do direito internacionais (SLOBODIAN, 2018; WHYTE, 2019), na influência sobre governos, políticas públicas e processos decisórios (COOPER, 2017, 2024; CROUCH, 2011; HARVEY, 2008; PECK, 2010), nas batalhas sobre a produção, disseminação e validação do conhecimento (PLEHWE, 2009a; MIROWSKI, 2009), também se devotaram à disputa pelos "consensos" desde baixo por meio da forma organizativa e das estratégias políticas e culturais que desenvolveram (MIROWSKI, 2013) e pela mobilização ideológica e moral de grupos e frações de classe sociais (BROWN, 2019; COOPER, 2017, 2024). Como consequência dessas mediações políticas

que o neoliberalismo imprimiu no capitalismo, a hegemonia neoliberal resultante restringiu, a partir das novas condições estruturadas estabelecidas, os horizontes de possibilidade de novas mediações e transformações do capitalismo. As relações de dominação política e social se alteraram e as relações de poder na sociedade e suas respectivas formas de opressão condicionam o processo de constituição de subjetividades e os antagonismos entre classes e grupos sociais.

Não obstante essas transformações terem reconfigurado o processo de acumulação capitalista, isso não significa dizer que relações sociais de produção tenham perdido centralidade, ou que a exploração e a extração de mais-valor não tenham relação com a valorização do capital no capitalismo financeiro (ANTUNES, 2022; GAGO; MEZZADRA, 2015; PAULANI, 2010). A concepção de que o trabalho é uma categoria irrelevante diante do capital humano e da empreendedorização de si mesmo, conquanto destaque uma dimensão ideológica do neoliberalismo – ancorada na justificativa ético-moral da responsabilidade individual (WHYTE, 2019) e da inexistência do social (BROWN, 2019) – e indique uma transformação das relações sociais no capitalismo que dizem respeito à desregulamentação e à flexibilização do trabalho, oculta exatamente como essas transformações mantêm a exploração e a extração por meio de outras formas de trabalho distintas do trabalho manual, formal, assalariado e tradicional, que se relacionam a reconfiguração da acumulação primitiva que passa a se utilizar de mecanismos que conectam a produção à financeirização por meio da dívida – seja ela pública ou privada (CAVALLERO; GAGO, 2021; GAGO; MEZZADRA, 2015; HARVEY, 2008).

Um segundo ponto entrelaçado à essa diferenciação entre capitalismo e neoliberalismo envolve o significado do mercado e da liberdade para o projeto neoliberal. Embora os dois conceitos sejam mobilizados nas teorias e nas práticas neoliberais como os fundamentos da ordem social que propõem, compreender o neoliberalismo a partir desses significantes mantém a análise dentro das contradições inescapáveis do neoliberalismo. Se o mercado é o melhor mecanismo para solucionar os problemas políticos e sociais e se a coerção ou interferência no mercado produzem efeitos perversos, como manter a ordem do mercado quando esta não se reproduz por si mesma espontaneamente? A ideia de que a separação entre economia e política, típica do pensamento liberal e neoliberal, obscurece uma dimensão política da coerção econômica (WOOD, 2006), ou moral da responsabilidade individual (WHYTE, 2009), apreende aspectos importantes dessa contradição, mas ainda se mantém nos termos (neo)liberais.

A ordem social vislumbrada não pode ser a da soberania dos mercados ou da liberdade no mercado, uma vez que o mercado não se autorregula e a liberdade escapa seu escopo e espaço legítimos de exercício. A ordem projetada é a do resgate e da reconstrução das relações de poder em que as trocas se realizam e na qual subordinações, opressões e exploração se efetivam. É uma ordem do capital (MATTEI, 2023), mas é uma ordem dependente das hierarquias sociais. Assim, no projeto neoliberal, a preocupação central é sobre como, e sob quais termos, essas hierarquias serão reproduzidas e reconstruídas. O mercado e a "liberdade" são reconhecidamente insuficientes para a reprodução dessa ordem pelos neoliberais.

O economicismo tipicamente vinculado ao projeto neoliberal, traduzido nos conceitos de mercado e de liberdade, esconde tanto as relações de produção do capitalismo, como as relações de poder que estruturam os mercados e os limites da liberdade. A preocupação do projeto neoliberal com os fatores extraeconômicos expressa justamente a compreensão de que o capitalismo – ou o mercado, para os neoliberais – se reproduz e se constitui a partir de instituições, regras jurídicas, valores morais e a violência. Considerar o mercado e a liberdade como apartadas dessas condições mantém a ilusão de que ambos são algo dissociado de tudo que os constitui. E mais: vela que os mercados são disputados, construídos e manipulados. Não há mercado sem política, em termos neoliberais, sem coerção. Por esse motivo, a democracia é uma ameaça, pois ela pode interferir nas relações de poder específicas que constituem "os mercados".

Dessa forma, um outro desdobramento da definição proposta do neoliberalismo abrange as finalidades do projeto. A partir da pluralidade das ideias e práticas identificadas na literatura sobre o CPN é possível perceber como a concepção de ordem social que estabelecem não é estática, o que pressupõe o reconhecimento do aspecto contingente e disputado da política, por isso a constante reinvenção, reconstrução e ressignificação do passado e das condições extraeconômicas do mercado. Assim, uma das finalidades do projeto neoliberal é alcançar e manter a hegemonia política no capitalismo pela negação da política. É devido ao ímpeto construtivo e ao reconhecimento da impossibilidade da estabilidade da ordem pelo "mercado" que o conteúdo desse projeto hegemônico assume uma forma circular: reconfigurar constantemente as relações de poder na sociedade e no Estado, de modo que os conflitos, as crises, contradições e os objetos políticos sejam mediados pelo projeto, ou seja, que as alternativas a serem consideradas politicamente sejam definidas pelo neoliberalismo. Consequentemente, as hierarquias sociais e a contenção da democracia são meios e fins de si mesmas. A

intensificação das desigualdades contém a democracia e a restrição da democracia é meio de ampliar as desigualdades. Nesse sentido, o projeto neoliberal tem como finalidade interceder sobre as condições em que as mediações necessárias à reprodução do capitalismo ocorrem e redefinir os conteúdos e alternativas dessas mediações, a fim de readaptar a ordem hierárquica necessária ao capital.

A contenção da democracia e a ressignificação e reconstrução das hierarquias sociais assumem formas variadas de acordo com os contextos específicos em que o projeto neoliberal atua. Por conseguinte, não há uma estratégia específica ou única do projeto para fazer avançar esses objetivos. As maneiras pelas quais a democracia foi restringida sob influência do projeto neoliberal incluem: os casos extremos de golpes militares – a derrubada do governo Allende e seu assassinato, bem como a perseguição política da oposição, é o caso mais conhecido – ou parlamentares – como os exemplos na América Latina em que se violaram as regras democráticas e na qual governos mais progressistas foram substituídos por plataformas políticas neoliberais como no caso da "Ponte para o futuro" de Michel Temer que sucedeu a presidente eleita Dilma Rousseff no golpe de 2016; a exacerbação da violência estatal como forma de controle social em resposta às crises e conflitos sociais que lhes é causa – a exemplo do governo em El Salvador que mobiliza a violência urbana como razão da exceção permanente do Estado e abre o espaço para o aprofundamento da neoliberalização (ABREGO; OSUNA, 2022) –;[100] a substituição da democracia pela técnica e especialização com a transferência das decisões para atores, instituições, organizações internacionais e cortes não eletivas, ou pela redução da autonomia dos Estados, seja com a constitucionalização de regras e normas, nacionais ou internacionais, que excluem determinadas agendas da deliberação política, seja pela pressão que organizações internacionais, públicas e privadas,

[100] A relação do neoliberalismo com a violência e a coerção é uma característica da estratégia de exceção do projeto que representa uma lacuna importante neste trabalho. Variados fenômenos contemporâneos que expressam a ampliação dos processos de neoliberalização podem ser abordados sob essa chave analítica e dialogam com a contenção da democracia e com a ressignificação e reconstrução das hierarquias sociais. Wacquant (2009) aborda o crescente processo de encarceramento, punitivismo penal e violência policial pelo que chama de Estado penal. Zuboff (2019) trata das ferramentas e dispositivos tecnológicos de controle e adequação de comportamentos que se expressam nas redes sociais, nos softwares de vigilância, em que informação, disciplinamento e mercadorização se fundem no capitalismo de vigilância. Mbembe (2018), apesar das diferenças epistemológicas, entrelaça ambos os fenômenos, da violência e da vigilância, pela reformulação do conceito foucaultiano de biopolítica ao propor o de necropolítica para compreender aspectos da governamentalidade que escapam à obra de Foucault como o controle não apenas produtivo da vida, mas também da morte dos sujeitos subalternizados.

conseguem submeter sobre governos – por meio de mecanismos como o endividamento público externo ou interno ou a avaliação de classificação de risco, por exemplo.

Todavia, há uma estratégia em particular do projeto neoliberal que conecta democracia e hierarquias sociais e que se relaciona as crises de *status* do capitalismo. Uma preocupação primordial do projeto neoliberal são os perigos resultantes das reinvindicações que tensionam as hierarquias sociais e podem desestabilizar as relações de poder sociais e políticas. O neoliberalismo surge, inclusive, como uma reação ao desmantelamento da ordem dos impérios ocidentais e da escalada dos conflitos que o empoderamento da classe trabalhadora como ator político potencializou. De forma semelhante, as demandas pela descolonização dos povos periféricos e a ameaça da expansão da soberania e democratização das novas nações (SLOBODIAN, 2018; WHYTE, 2019), por um lado, e os conflitos e lutas pela expansão dos regimes de bem-estar social levados adiante por grupos e classes subalternos excluídos dos consensos estabelecidos (BROWN, 2019; COOPER, 2024), por outro, também expressaram novas crises de *status* as quais mobilizaram a atenção e os esforços no projeto neoliberal. Foram essas inúmeras batalhas políticas em que os neoliberais estiveram envolvidos que consolidaram a estratégia do projeto para hegemonizar as mediações políticas necessárias à reprodução do capitalismo e reconfigurar as hierarquias sociais necessárias à exploração capitalista e os consensos políticos sobre a ordem social.

Um dos argumentos propostos neste trabalho sobre o neoliberalismo é o de que *o projeto neoliberal, como expressão hegemônica do capitalismo contemporâneo, prioriza os imperativos regressivos da acumulação capitalista por meio das respostas e mediações políticas que realiza nas crises de status*. Nesse sentido, o neoliberalismo renova e ressignifica os contextos, meios e práticas da acumulação primitiva capitalista em que a ampliação das hierarquias sociais são condição e efeito desse processo e pelas quais a democracia se contém por si mesma pela ampliação dos antagonismos sociais.

Como abordado nos capítulos 2 e 3, a acumulação primitiva é inerente ao capitalismo e responde aos imperativos regressivos e expansivos do processo de acumulação. Portanto, o argumento proposto não é o de que a expressão hegemônica que antecedeu o neoliberalismo tenha prescindido da acumulação primitiva. Os regimes de bem-estar social e os desenvolvimentismos periféricos, de maneiras variadas, reconstruíram e deslocaram suas hierarquias sociais no modo de produção capitalista – o colonialismo, a superexploração do trabalho e as hierarquias de gênero e raça perduraram durante os 30 anos gloriosos, bem como as periferias da periferia capitalista foram

constitutivas dos desenvolvimentismos. Mas os projetos políticos hegemônicos, da social-democracia keynesiana e dos desenvolvimentismos por substituição de importações, por exemplo, realizaram mediações políticas no capitalismo que tenderam a reconciliar suas crises de *status* a partir de respostas que priorizaram os imperativos expansivos do capital.

Uma especificidade do projeto neoliberal foi desenvolver uma estratégia para retomar os valores hierárquicos que estruturaram a ordem social dos impérios, a fim de escapar das ambiguidades do liberalismo político que teve de lidar com a democracia. Os golpes, a repressão autoritária, a técnica – pela burocratização ou governança, do liberalismo incorporado e do neoliberalismo, respectivamente – ou a interferência internacional sobre os Estados, quando vistos da periferia capitalista, são estratégias comuns ao longo das fases do capitalismo. Entretanto, a legitimidade e a necessidade de construção de consensos se ancoraram em justificativas a partir dos benefícios da expansão do capital – justiça social, redistribuição, modernização, industrialização, "o crescimento do bolo para ser repartido", a melhoria das condições de vida, o aumento do emprego formal etc. Todas essas alternativas deslocaram hierarquias necessárias à produção de mais-valor e reconfiguraram as exclusões da política e dos pactos sociais. A diferença do projeto neoliberal é que os movimentos regressivos do processo de acumulação são acentuados, pelas mediações que realizam, e mobilizados, estrategicamente, como forma de conter a democracia e ampliar as hierarquias sociais, de modo que as expansões paralelas ou subsequentes da acumulação partam da intensificação da exploração e da extração de mais-valor das múltiplas hierarquias sociais recriadas. Assim, expansão e retração tendem para idealização reacionária e renovadora do projeto, num passado constantemente ressignificado. A austeridade, as crises, a perda de direitos, a moralização da política, dos mercados e dos conflitos sociais, o endividamento privado e público, a ampliação dos antagonismos e o ressentimento da precarização são momentos regressivos, da reconstrução da "exterioridade" do capitalismo, que acompanham a concentração da apropriação de riqueza e renda no capitalismo financeiro e abrem espaço para constante reconfiguração dos arranjos extraeconômicos favoráveis ao projeto neoliberal. Dessa forma, a democracia é domesticada pela regressão. E os consensos, pela ampliação dos antagonismos explorados no processo de acumulação. Isso não significa dizer que essa seja a única forma de conter a democracia capitalista utilizada pelo neoliberalismo. Porém, é a partir dela, inclusive, que as demais formas são potencializadas.

Um último argumento que decorre da definição proposta para o neoliberalismo se relaciona às formas como o projeto neoliberal realiza suas exceções "desde cima e desde baixo". É a partir da identificação das estratégias nessas distintas escalas que se torna possível afastar a aparência de que o objetivo do neoliberalismo seja estabelecer uma ordem do mercado. Em vista disso, argumenta-se que *o projeto neoliberal tem como principal finalidade ampliar as hierarquias sociais e intensificar a exploração e extração do capital*. *Essa é a estratégia do projeto para lidar com as respectivas crises de status que o capitalismo financeirizado produz, as intensificando*.

Como será abordado no capítulo 5, há uma intensificação da politização e moralização dos mercados na hegemonia neoliberal. Desde cima, as exceções neoliberais passam por corromper os valores e princípios que institucionalizaram "em nome da liberdade do mercado" – práticas que se sustentam na estratégia política e na doutrina epistemológica do projeto efetivadas pela produção de ignorância (MIROWSKI, 2013). Do ponto de vista da dominação, há uma aparente "deseconomização" e consequente politização e moralização do que parece ser os interesses da classe dominante que diz respeito à reprodução e intensificação das hierarquias sociais. No entanto, a ampliação das explorações e dos extrativismos das variadas formas de trabalho entrelaçam dimensões econômicas, políticas e morais.

Desde baixo, o crescimento da exploração, das opressões e a pauperização da vida tendem para intensificação do conflito e aparentemente ameaçam a dominação. Mas é justamente a exploração e as opressões que transformam a politização e moralização dos mercados em antagonismos internos aos dominados. A ordem do capital hierarquizada é o que contém a democracia pela via da pauperização material da vida, pela subordinação e opressão simbólica e pela constituição dos sujeitos a partir das estruturas de autoridade hierárquicas da sociedade. É pela intensificação das hierarquias sociais que os antagonismos econômicos, políticos e morais são traduzidos em exclusões nos consensos que tendem a reproduzir as relações de poder na sociedade e na política.

A partir dessa compreensão das ideias e práticas neoliberais, busca-se evitar concepções escatológicas do capitalismo e da hegemonia neoliberal. Ao mesmo tempo em que escapa a uma compreensão meramente contingente da política como o capitalismo estrutura os horizontes de possibilidade da democracia, também é necessário compreender como mediações políticas respondem de forma distinta aos imperativos estruturais do capitalismo. Nesse sentido, é justamente o caráter construtivo e regressivo do neoliberalismo, que ao se adequar e readaptar aos imperativos capitalistas, mantêm

sua hegemonia diante das inúmeras crises que produz. Além disso, alternativas e projetos contra-hegemônicos que desconsiderem as restrições estruturais do capitalismo ou a necessidade de disputar a hegemonia em múltiplas frentes nas quais o neoliberalismo atua dificilmente poderão o superar.

Por fim, a compreensão do projeto neoliberal apenas como um liberalismo autoritário obscurece como as hierarquias sociais e distintos antagonismos são mobilizados econômica, política e moralmente pelo neoliberalismo contra processos democráticos. Entre exceções, golpes, e esvaziamento da democracia, há também uma repolitização e moralização da democracia em benefício da manutenção e ampliação das relações de poder hierárquicas. A partir dessa compreensão, uma análise material ou economicista do neoliberalismo corre o risco de incompreender ou ignorar tanto demandas e reinvindicações contra as formas de opressão que não são meramente resultantes das desigualdades materiais, quanto como o neoliberalismo incorpora dimensões morais, culturais, políticas e materiais na ordem do mercado que defendem. De forma inversa, o neoliberalismo não é apenas um projeto que incide sobre a realidade somente pela mobilização simbólica e ideacional de subjetividades. As dicotomias como igualdade e liberdade, distribuição e reconhecimento, economia e política, material e discursivo, apesar de indicarem algumas tensões e contradições do (neo)liberalismo acabam por obscurecer como essas dimensões são relacionais e se constituem mutuamente – algo que é implicitamente reconhecido pelo projeto neoliberal, mas negado continuamente em suas ideias e reinvindicações sobre o “mercado e a liberdade”.

CAPÍTULO 5 - A RECONSTRUÇÃO DA ORDEM HIERÁRQUICA DO CAPITAL

O neoliberalismo enquanto projeto político saiu de uma posição de marginalidade no início do século XX para alcançar a hegemonia política na década de 1980. Nesse percurso histórico, a ressignificação e a reconstrução das hierarquias sociais tiveram papel central na estratégia política do projeto, tanto para conter a democracia, quanto para mediar politicamente as transformações no capitalismo que o levaram a condição hegemônica.

A análise do neoliberalismo pela lente das hierarquias sociais possibilita escapar das armadilhas interpretativas que capturam a crítica para um registro teórico sob os termos estabelecidos pelos próprios neoliberais. O mercado, a tradução economicista da interpretação da vida, as dicotomias entre liberdade e coerção, as ambiguidades entre indivíduo e família e a suposta neutralidade do racionalismo individualista são referentes teóricos neoliberais que obscurecem uma compreensão do próprio projeto neoliberal sobre a totalidade das relações sociais capitalistas. Não à toa o projeto mobilizou e mobiliza dimensões morais, culturais e políticas entrelaçadas à econômica como forma de assumir a direção do capitalismo.

Esse foi um esforço ideacional e prático levado adiante em múltiplas escalas espaço-temporais pelo projeto neoliberal em que dominação e opressão fazem parte da construção de uma ordem social hierárquica do capital que renova o passado, a adaptando e a ressignificando a cada momento de crise e frente a formas de resistência que tensionam sua hegemonia. Essa reinvenção depende das contradições e ambiguidades internas ao projeto que se desvelam nas reiteradas exceções que os neoliberais outorgam a si mesmos.

É o processo de reconfiguração das hierarquias sociais ao longo do capitalismo, mediado pelo projeto neoliberal, que proporciona desenredar e reconstituir as ideias e práticas neoliberais disseminadas na agenda pública e no senso comum. As hierarquias sociais tecem os encontros e desencontros entre a democracia e o capitalismo contemporâneo, entre dominação e consenso, entre exploração e antagonismos e entre subjetividades e subordinações.

Neste capítulo, as exceções neoliberais serão discutidas desde duas perspectivas: dos conflitos políticos sobre os mercados e da relação do consenso a partir da constituição de subjetividades. Essas duas escalas da política indicam a necessidade, por um lado, de

se afastar do mercado como referencial – autoafirmado – das ideias e práticas neoliberais e, por outro, de inserir uma dimensão restritiva e conflitiva ao processo de constituição de subjetividades no capitalismo contemporâneo que tensione a interpretação dos consensos na hegemonia neoliberal. Esse tensionamento chama a atenção para o papel das hierarquias sociais na hegemonia neoliberal. Assim, em seguida, será abordado como as hierarquias da relação centro-periferia, de classe, gênero e raça são fundantes do pensamento neoliberal e das práticas, estratégias e alianças que o projeto realizou e realiza ao longo da construção de sua hegemonia.

5.1. As exceções neoliberais vistas de cima

As transformações das formas e estratégias das exceções neoliberais, como o projeto busca impor a ordem hierárquica do capital, se relacionam com o desenvolvimento e consolidação das unidades do neoliberalismo, abordadas no capítulo anterior, mas também com os modos de resistência e de antagonismo ao projeto neoliberal e com a posição relativa do projeto na disputa pela hegemonia.

No processo de construção e estabilização do coletivo desde uma condição de marginalidade, os debates esotéricos centraram-se em múltiplos temas e foram adaptados e reformulados de acordo com as perspectivas dominantes das ordens políticas, econômicas e sociais, domésticas e internacionais (MIROWSKI; PLEHWE, 2009; SLOBODIAN, 2018). A exceção nesse contexto se relaciona à característica elitista da SMP que se isenta dos limites que suas ideias impõem a todos os demais em relação à intervenção na ordem política e social e ao domínio racional totalizante sobre essas mesmas ordens. Contudo, como atributo do coletivo, a pluralidade de perspectivas representa a reinvenção e a disputa interna sobre as alternativas de exceção diante dos desafios, mas, também, a dificuldade de consolidar e superar as contradições dessa pluralidade, restringindo a definição de uma unidade de sua dimensão exotérica. Assim, as exceções propostas ou exercidas variaram, na forma e em intensidade, orientadas aos contextos das disputas – como é o caso dos modelos distintos para conter a democracia – e de acordo com os pressupostos teóricos que as fundamentaram – econômicos, morais, técnicos, legais, entre outros.

Foi com a estabilização de sua unidade, organizacional e epistemológica, que a pluralidade ganha outra dimensão na estratégia política exotérica do CPN. E essa estabilização coincide com a ascensão do projeto neoliberal à hegemonia política global,

na década de 1980 (MIROWSKI, 2013), quando as bases extraeconômicas de sustentação do capitalismo dentro e entre os Estados estavam em consolidação sob uma roupagem neoliberal – o sistema monetário havia migrado para os câmbios flutuantes, abrindo as portas para a financeirização do capitalismo (SCHMELZER, 2020), o monetarismo e sua contraparte necessária para o projeto neoliberal dos bancos centrais independentes se expandiam como ideal da política macroeconômica (CROUCH, 2011; HARVEY, 2008; STREECK, 2013), crises inflacionárias reverberadas na periferia abririam as portas na década seguinte para uma nova política de desenvolvimento neoliberal, encampada pelos ajustes estruturais do Consenso de Washington (PLEHWE, 2009a, 2009b), uma série de organizações e tratados internacionais passaram a incorporar os preceitos neoliberais de proteção da ordem dos mercados (SLOBODIAN, 2018) e a austeridade fiscal, política e industrial foi restabelecida como dominante no mundo (MATTEI, 2023). Esse momento em que as mediações políticas exercidas pelo projeto neoliberal reestruturaram o capitalismo representaram o contexto ideal da adoção da estratégia neoliberal para conter a democracia pela ressignificação e reconstrução das hierarquias sociais, alterando as relações de poder na sociedade e no Estado.

Mirowski (2013) identificou um novo padrão da estratégia política da dupla verdade do projeto neoliberal que envolve a produção sistêmica de conhecimento que se origina de distintas camadas do coletivo e reverbera por outras organizações e atores que mantêm afinidades e vínculos com o coletivo (*think tanks*, movimentos e organizações locais, órgãos da mídia tradicional e alternativa, partidos, políticos, associações da sociedade civil, profissionais acadêmicos, especialistas etc.), se desdobrando numa pluralidade de formas de difusão de ideias e práticas, muitas vezes em completa contradição com as perspectivas esotéricas da SMP. A cola desse aparentemente caótico e contraditório processo, segundo Mirowski (2013), é a doutrina epistemológica neoliberal que restaura a unidade do coletivo pelo pressuposto da impossibilidade da apreensão racional, individual ou coletiva, da verdade, senão pelos sinais oferecidos pelo mercado. Assim, ao mesmo tempo em que a pluralidade faz parte da própria concepção de como o mercado produz verdade, a contradição perde sentido, uma vez que não há pressuposto com *status* de verdade para ser logicamente invalidado. A consequência lógica da doutrina é o reconhecimento da condição de ignorância diante e sobre o mercado.

O uso político estratégico é a produção da ignorância por meio da produção de conhecimento no CPN, o que fortalece seu próprio pressuposto epistemológico (Idem, p.

379).[101] Essa produção sistemática e autônoma, através das camadas do coletivo,[102] de perspectivas e interpretações contraditórias dos fatos e dos fenômenos, estabeleceriam um estado constante de dúvida sobre a realidade e sobre suas causalidades, bem como de perda de legitimidade e autoridade das fontes de conhecimento na sociedade (ciência, mídia, intelectuais, especialistas, experiência vivida etc.). O questionamento e a disputa do que é crível e do que é realidade criaria o ambiente necessário para a disseminação da epistemologia neoliberal e para a estratégia política do coletivo de intervir na realidade. O padrão de ação nesse processo é típico dos momentos de crise. Em um primeiro momento, há a negação de concepções e propostas alternativas dos campos antagônicos no curto prazo, semeando a dúvida sobre a interpretação da realidade. Em seguida, ocorre a profusão de alternativas, inclusive contraditórias, desde o CPN, no médio prazo, controlando e inflando a agenda, de modo a tirar de foco as posições concorrentes que se originam de fora do coletivo. Por fim, paralelamente, se realiza o financiamento de pesquisas e projetos de longo prazo para se desenvolver soluções orientadas para o mercado que possam ocupar o espaço da alternativa válida. A intenção geral da estratégia complementa a lógica epistemológica: ganhar tempo e minar a oposição para que soluções "pelo" mercado possam surgir "espontaneamente" e serem implementadas (p. 379).

---

[101] Mirowski (2013) considera que a estratégia política atual do neoliberalismo incorporou os métodos e práticas identificados pela literatura da agnotologia nas campanhas das corporações do tabaco contra os avanços científicos sobre os riscos do tabagismo. O conceito de agnotologia significa a produção de ignorância, o que é o oposto da ignorância sobre os fenômenos reais, como na epistemologia neoliberal. Segundo Mirowski "[e]sta literatura é muito diferente de uma antiga 'sociologia da propaganda', que era um artefato das teorias da Guerra Fria sobre sociedades totalitárias. A agnotologia [...] estuda um conjunto de procedimentos baseados no mercado, em oposição à propaganda, a qual tende a emanar de uma única fonte. Em vez disso, situa a prática da produção da dúvida como enraizada nas profissões da publicidade e das relações públicas, com ligações estreitas à organização de grupos de reflexão e de empresas de lobby. Sua essência é uma série de técnicas e tecnologias para usar e influenciar disciplinas acadêmicas existentes de forma independente, com o propósito de fomentar impressões de controvérsia implacável onde as disputas reais são marginais, causando estragos nas percepções externas sobre a configuração das doutrinas ortodoxas e criando um conjunto paralelo de porta-vozes e veículos para ideias que sejam convenientes para os interesses financiados dos bastidores, combinados com a inflação de disputas em nome do 'equilíbrio', a fim de infundir nos [que estão de fora] a impressão de que nada foi resolvido dentro do centro da comunidade de pesquisa" (p. 245).

[102] Mirowski (2013) também afasta a ideia de que haja uma conspiração neoliberal no mundo. O próprio conceito de coletivo de pensamento nega essa perspectiva ao considerar o processo relacional, disperso e não concertado da produção do conhecimento entre o meio interno do coletivo e o mundo social em que está situado (PLEHWE, 2018). Da mesma forma, a produção de ignorância não significa que os atores envolvidos em pesquisas que fundamentam a dúvida, mesmo diante de um paradigma científico estabelecido, não acreditem nas visões de mundo e no conhecimento que propagam (MIROWSKI, 2013). Parafraseando Michal Kalecki, "isso não significa que pessoas que promovem esses conhecimentos não acreditem neles, por mais limitados que sejam. Mas ignorância obstinada é com frequência a manifestação de motivos políticos latentes" (1943, p. 324).

Essa estratégia apresentada por Mirowski pode ser reinterpretada como um dos mecanismos da hegemonia neoliberal desde cima. Por meio da dúvida e da ignorância produzida por uma concepção de mundo específica, o neoliberalismo consegue exercer a direção política das mediações e reformulações extraeconômicas do capitalismo.

Uma consequência da consolidação das doutrinas, no contexto da condição hegemônica do projeto neoliberal, é a própria transformação dos modos de exceção exercidos pelos neoliberais que se associa aos momentos de crise, mas não só. As exceções que caracteristicamente compreendem a imposição da soberania da ordem hierárquica do capital em detrimento de formas democráticas de decisão sobre essa ordem se convertem em exceções da própria ordem estabelecida pelo projeto neoliberal, que, ao mesmo tempo, subvertem os processos democráticos e (re)produzem as condições necessárias de domesticação da democracia.[103] A condição dessas exceções é a manutenção ou intensificação das hierarquias sociais que subordinam, mantêm em condição de dominados e garantem a exploração de grupos e classes sociais subalternas. Assim, toda a base extraeconômica institucional e normativa pode ser corrompida sob a garantia da manutenção de sua dimensão moral e dos seus efeitos materiais e políticos – como a reprodução e intensificação das desigualdades, mas também a desmobilização coletiva diante dos impulsos da competição privada sobre a sobrevivência.

Nas crises os momentos de exceção derivados do projeto neoliberal que corrompem a ordem do mercado são justificados pela ideia de salvação da ordem ameaçada e são acompanhados da exceção tradicional do uso do Estado para violar os arranjos extraeconômicos, o sistema legal vigente e suprimir a prestação de contas da democracia. No entanto, a característica na hegemonia neoliberal é que estes arranjos teriam sido normatizados sob influência do próprio projeto neoliberal, que agora realiza a exceção da exceção. As estratégias política e epistemológica servem para instalar a

[103] A relação sobre como o neoliberalismo se fortalece a partir de crises e as exceções abertas diante delas são temas recorrentes na literatura que aborda o neoliberalismo sob diferentes prismas (DARDOT; LAVAL, 2019; HARVEY, 2008; KLEIN, 2008; MIROWSKI, 2013; PECK, 2010), mesmo que cada um deles descreva os mecanismos dessa relação de forma diferente. A perspectiva da literatura do CPN é importante para este trabalho, porque evidencia uma dimensão contingente da política, que percebe o papel das ideias e das práticas nos conflitos, avanços e retrocessos, do projeto neoliberal, ao mesmo tempo em que possibilita a reconstrução teórica de unidades do neoliberalismo, imprescindíveis para uma delimitação teórica do conteúdo ideológico, das agências e das estratégias do projeto político. Isso evita cair em uma compreensão sistêmica do neoliberalismo, desde uma superagência do capital global (STRECK; 2014; DARDOT; LAVAL, 2019), ou de uma racionalidade onipresente sem sujeito em que a crise se torna estabilidade (BROWN, 2015; DARDOT; LAVAL, 2019). Também evita uma separação dicotômica entre economia e política (KLEIN, 2008) e possibilita compreender a lógica da crise para além da dimensão exotérica da idealização da ordem do mercado inalcançada (PECK, 2010).

dúvida sobre as causas da crise, sobre as alternativas viáveis e reforçam a ideia de incorruptibilidade do mercado, legitimando as soluções que restabelecem sua lógica. É possível perceber uma relação entre a estratégia hegemônica do neoliberalismo de produção de consensos desde cima e como os antagonismos produzidos pelas variadas convergências das hierarquias sociais desestabilizam a democracia, criando as condições de reprodução da ordem construída pelo projeto neoliberal.

Mirowski (2013) identifica essa estratégia hegemônica do neoliberalismo na crise financeira global de 2008, quando governos salvaram o sistema financeiro o qual foi responsável pela própria crise.[104] Nesse processo, houve a socialização dos prejuízos privados e o endividamento público em proporções inéditas, inclusive com o uso da flexibilização quantitativa (*quantitative easing*), que nada mais é do que uma forma da famigerada "impressão de dinheiro" pelos bancos centrais – em outros termos, de monetização da dívida –, numa clara exceção à ordem competitiva do mercado e do arcabouço institucional neoliberal que regulava a política econômica. A crise foi marcada pela disseminação de interpretações e contra-interpretações pelo CPN sobre a bancarrota, semeando a dúvida sobre as suas causas e possíveis soluções. A quebra dos protocolos da política econômica neoliberal e a transferência de riqueza pública para o mercado foram justificadas, entre outras formas – a exemplo da afirmação de que as corporações financeiras seriam "grandes demais para quebrar" –, pelo argumento de que a atribuição das decisões sobre como lidar com a crise ao próprio mercado – também conhecido como os grandes do sistema financeiro – seria a melhor forma de restabelecer a sua própria ordem. Assim, o desenho do resgate das instituições financeiras privadas contou com a participação direta delas mesmas.[105] O que para muitos pressagiava o fim da era neoliberal, que teria chegado em um estado zumbi (CALLISON; MANFREDI, 2020), acabou fortalecendo o poder político dos "mercados" e supostamente restringindo o dos Estados, em razão do crescente endividamento público (STREECK, 2013).

De maneira distinta, nos momentos estáveis da hegemonia, as exceções servem para desvelar uma outra dimensão também fundamental do projeto que é a afirmação e ressignificação das hierarquias sociais que aparentam não servir diretamente à maximização da reprodução do capital, embora sejam sempre incorporadas em outros momentos de valorização da acumulação ou realização do capital. O ponto a ser

[104] O autor também associa essa estratégia a como o coletivo neoliberal lida, por exemplo, com o problema do aquecimento global.
[105] Para uma discussão detalhada desse processo nos EUA, ver Mirowski (2013).

destacado, como abordado no capítulo 3, é que uma compreensão excessivamente funcionalista do papel do Estado capitalista, ou de um olhar apenas sistêmico, racional e estrutural do capitalismo, deixa de compreender as mediações do projeto neoliberal, instáveis e disputadas, que são políticas, normativas e morais, no processo de valorização da acumulação, nas formas de disputar a ação estatal e na construção de uma visão de mundo de classe, mas que transcende a própria noção de classe.

Essas formas de exceção têm a ver com a compreensão que Michal Kalecki (1943) tinha sobre os limites das políticas econômicas keynesianas, de que a classe capitalista possui interesses políticos que se sobrepõem aos interesses econômicos. Assim, o desemprego e a pauperização das condições de vida da população exercem um poder de disciplinamento da classe trabalhadora e da sociedade que é fundamental para o exercício do poder econômico. Se essas condições estiverem ameaçadas, os capitalistas tenderiam a priorizar seus interesses políticos em detrimento dos econômicos – a maximização dos lucros (p. 326). Essa é a mesma lógica do uso da austeridade diante das ameaças políticas ao capitalismo no período do entreguerras pelo fascismo na Itália e pelo regime liberal na Grã-Bretanha, documentada por Clara Mattei (2023). Entretanto, Melinda Cooper (2024) aponta como não foram apenas as hierarquias de classe que preocuparam capitalistas e intelectuais neoliberais, durante a contrarrevolução neoliberal da década de 1970. As transformações de gênero e raça também podem ser incluídas na compreensão de como interesses econômicos podem perder primazia diante da ameaça da dissolução dessas hierarquias sociais. E estendendo o argumento de Cooper, as hierarquias centro-periferia podem ser pensadas sob esse prisma econômico – no sentido da dependência –, mas também moral – em que concepções de justiça, hierarquias culturais e relações de poder que reproduzem subordinações, opressões e variadas formas de exploração e extrativismos se fundem –, a partir da análise das obras de Quinn Slobodian (2018) e Jessica Whyte (2019).

Em linha com o argumento proposto neste trabalho, o que esses autores destacam é como interesses de classe – dominantes, mas também subalternas – não se reduzem a uma dimensão econômica no capitalismo. As contradições e crises de *status* do capitalismo põem em questão como os deslocamentos das hierarquias necessárias à exploração capitalista passam pela construção de consensos políticos e sociais que, além de inevitavelmente excluir grupos e classes subalternas, se constituem a partir de dimensões materiais, morais e políticas. A novidade do projeto neoliberal é como mobiliza essas múltiplas dimensões de forma intencional, na disputa hegemônica sobre

os consensos e a direção da ordem social, tanto do ponto de vista ideológico, como será abordado na próxima seção, quanto a partir de suas práticas e mediações políticas que intensificam as hierarquias sociais e reconfiguram as relações de poder na sociedade e na política. Nesse sentido, a direção política se exerce sobre condições em que a democracia é autocontida, cujos resultados reforçam as assimetrias de poder e os antagonismos sociais que contêm a própria democracia.

De modo geral, essa dinâmica e estratégia da hegemonia neoliberal expressa um modo particular de como a dominação no capitalismo assume aspectos que se distanciam dos imperativos expansivos do capital. A valorização da acumulação deixa de ser prioridade, o que reduz as pressões sobre essa função do Estado e a democracia passa a não ser uma ameaça à dominação política e social. Déficits públicos em conflito com a austeridade, a monetização da dívida corrompendo os preceitos monetaristas, a recalcitrante crítica à inflação enquanto a inflação dos ativos financeiros cresce exponencialmente, ou o repúdio e coerção sobre as intervenções nos preços econômicos – protecionismos, subsídios e impostos – quando realizados na periferia capitalista, embora relevadas no centro, são práticas frequentes durante a hegemonia do projeto neoliberal, inclusive, levadas adiante com apoio de membros do coletivo, dentro e fora do Estado (SLOBODIAN, 2020; COOPER, 2024).[106] Enquanto as hierarquias sociais se mantiveram intocadas ou se ampliaram, nos países do centro ou da periferia, essas exceções não motivaram uma reação concertada das elites econômicas e do projeto neoliberal.

O Brasil é um bom exemplo. O endividamento público e a quebra das regras institucionais da política econômica são percebidas de forma distinta quando hierarquias sociais estão ou não ameaçadas. No governo Bolsonaro, essas violações da "ordem neoliberal do mercado" – sem considerar as ameaças à democracia – parecem não ter sido razão suficiente para invocar reações ao longo de seu mandato.[107] Anos antes, no primeiro

---

[106] O caso dos direitos de propriedade intelectuais (PI) é representativo dessa relação entre pluralidade, epistemologia e doutrina política neoliberal. A questão nunca foi unanime nos debates internos entre os neoliberais. Ao mesmo tempo em que alguns viam as regras de PI como protecionismo e incentivo ao monopólio, outros membros do coletivo tiveram participação importante tanto no desenho dos direitos de propriedade, quanto no desmantelamento das regras antitruste (SLOBODIAN, 2020) – mudanças que, conjuntamente às reinterpretações teóricas e jurídicas sobre as leis antitruste foram fundamentais para a oligopolização do capitalismo global e para o fortalecimento do poder político das corporações (CROUCH, 2011). A pluralidade complementa as doutrinas epistemológica e política ao oferecer sempre uma alternativa desde o CPN que possa ser recepcionada por governos e organizações internacionais no redesenho da ordem econômica e política.

[107] Durante o governo de Bolsonaro no Brasil, os limites fiscais constitucionalizados no período de regência de Michel Temer, o "teto de gastos", formam violados reiteradamente, seja de forma indireta pelo não

governo da ex-presidente Dilma, em 2011, o pacto entre trabalho e "capital produtivo" – entre governo federal, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e sindicatos dos trabalhadores –, com vistas ao desenvolvimento de uma política que contivesse o processo de desindustrialização no país, foi quebrado por parte dos representantes do capital em favor de uma aliança com o "bloco rentista nacional", mesmo que isso significasse a manutenção das condições adversas para expansão da produção no país (SINGER, 2018, p. 57-61), num movimento semelhante ao pressagiado por Kalecki (1943, p. 330) e encontrado em países no centro capitalista no momento de contrarrevolução neoliberal aos avanços do Estado de bem-estar social (COOPER, 2024). De forma diversa ao governo Bolsonaro e com características que extrapolam a relação entre capital e trabalho, no golpe parlamentar à ex-presidente Dilma Rousseff – embasado juridicamente na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelo suposto descumprimento das metas de superávit, quando realizou decretos de crédito suplementares, cujo mérito é juridicamente insustentável e economicamente risível quando comparado com os "problemas" fiscais do governo Bolsonaro –, é possível perceber como havia por trás do debate sobre o deterioramento fiscal do Estado, um contexto moralizado da crise política que pode ser percebido, por exemplo, nas falas parlamentares, durante a votação no Congresso pelo seu impeachment, justificando o golpe em nome de "Deus e da família" (JINKINGS, 2016, p. 12), ou na máxima que circulou o país, que representa bem o humor das transformações que ocorriam na sociedade, de que "o aeroporto virou uma rodoviária".[108]

Com certeza o contexto da derrubada da presidente Dilma foi mais complexo e outros fatores se aproximam mais ou menos do argumento levantado neste trabalho.

---

pagamento dos precatórios (dívidas públicas de origem judicial transitadas em julgado) (CASTRO, 2021), quando adiou gastos obrigatórios que passariam a ser exigidos de governos futuros, ou pelo pacote orçamentário de transferências sociais em período pré-eleitoral, também inconstitucional (MOTORYN, 2022). Ao todo, o governo "furou" o teto de gastos em cerca de 795 bilhões de reais durante os quatro anos de mandato (SCHREIBER, 2022). A exceção a esse argumento foram as mobilizações na sociedade civil com a participação de banqueiros e atores do mercado que resultaram na "Carta pela democracia" em 10 de agosto de 2023, um pouco menos de dois meses antes das eleições presidenciais. No entanto, essa não foi a mesma reação diante das mais de 700 mil mortes na pandemia, dos vários Sete de Setembro em que parte da pauta foi a intervenção militar, ou nos reincidentes ataques ao processo eleitoral. Diante de uma democracia que pouco ameaça a reprodução da ordem hierárquica, perdê-la, em alguns casos, parece poder mobilizar grupos dominantes contra a incerteza que um golpe possa representar.

[108] Uma variação desse "espírito do tempo" que se conecta com o neoliberalismo, pode ser encontrada nas falas do representante simbólico e prático do neoliberalismo no governo Bolsonaro. Paulo Guedes, em ato não tão falho, evidenciou o teor moral da política econômica neoliberal que propunha para o país, em que o papel de raça, gênero e classe tem lugar bem definido: "[n]ão tem negócio de câmbio a R$ 1,80. [...] Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada. Mas pera aí. [...] Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste. [...] Vai para Cachoeiro do Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear o Brasil..." (GLOBO, 2020).

Diversos processos e eventos são discutidos na literatura como a participação da operação Lava-Jato (SINGER, 2018; MIGUEL, 2022), o consequente fortalecimento do ciclo de protestos da extrema direita (TATAGIBA, 2019), a perda de sustentação da base parlamentar governista (LIMONGI, 2023), a deterioração institucional iniciada com questionamento das eleições de 2014 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a guinada mais desenvolvimentista do primeiro mandato de Dilma, as ameaças aos políticos e partidos investigados por corrupção (SINGER, 2018), o avanço de pautas feministas e LGBTQI+ na década de 2010 e a reação neoconservadora (BIROLI, 2020), a alteração, mesmo que mínima, das estruturas de desigualdade materiais e simbólicas nos governos petistas (COSTA, 2018; MIGUEL, 2022), entre outros fatores. A questão levantada não é afirmar que o golpe se deu em razão apenas de uma questão moral, nem que o neoliberalismo seja sua causa, mas como as exceções à ordem do mercado e seus correspondentes impactos no processo de acumulação do capitalismo são interpretados de formas distintas pelas lentes das hierarquias sociais pelos representantes e aliados do projeto neoliberal.

Essas transformações das formas de exceção na hegemonia do projeto neoliberal adicionam elementos importantes para compreender a relação entre neoliberalismo e democracia. O projeto neoliberal desde sua formação se preocupou com como conter os "excessos" das democracias na política doméstica e internacional (SLOBODIAN, 2018, 2020), mas quando alcançaram a hegemonia, as hierarquias sociais mobilizadas durante o período contrarrevolucionário do projeto (COOPER, 2017; 2024; WHYTE, 2019) também se tornam, estrategicamente, uma forma indireta de contenção da democracia. As estruturas de desigualdade – de classe, raça, gênero e da relação periferia-centro –, em um contexto de ausência de alternativas ao recurso da responsabilidade privada, comunitária, individual e familiar, como forma de reprodução social – pelo contrato de trabalho superexplorado, pelo trabalho informal, pelo empreendedorismo desde baixo ou precarização, e pelo trabalho de cuidado inescapável, por exemplo – impõem limites à autonomia de indivíduos e grupos e, por consequência, à ação coletiva e à participação política (BIROLI, 2018). Uma forma de contenção se dá em razão de como a competição e sua moralização põem indivíduos e grupos sociais em conflito uns com os outros, reduzindo o potencial de construção de laços de solidariedade – a privação como disciplinamento – (MATTEI, 2023)[109], mas também a mobilização política de uma moral

[109] Essa questão remete ao papel da superpopulação relativa no controle dos preços do salário e na despolitização das classes, em que a estratégia da austeridade, utilizada de formas distintas não só pelo

que põe subalternidades de distintas hierarquias sociais em conflito (COOPER, 2024), cria desvantagens e privilégios dependentes da opressão e exploração entre e dentro de grupos e classes sociais subalternas (BIROLI, 2018) e estabelece relações de poder que subordinam indivíduos e grupos e condicionam suas trajetórias, capacidades participativas e suas preferências (MILLS, 2019; PATEMAN, [1970] 1992, 1993).[110] Essas questões estão entrelaçadas a como a hegemonia neoliberal também é construída desde baixo e se relaciona aos processos de constituição de subjetividades. Essa conexão passa por compreender como interesses objetivos materiais estão intrincados a outras formas de hierarquia, a partir da epistemologia e estratégia política neoliberal – tema abordado na próxima seção.

A compreensão do papel das hierarquias sociais no projeto neoliberal abre espaço para se pensar a relação entre neoliberalismo e capitalismo. Como destacado anteriormente, o projeto de poder neoliberal não se preocupa apenas com as formas de reprodução do capitalismo desde seus imperativos expansivos, mas principalmente com como reincorporar as hierarquias sociais em reinventadas configurações sociais institucionais. Nesse processo reconstrutivo, questões objetivas de classe podem parecer perder prioridade para a manutenção das condições políticas que mantêm as relações de poder das hierarquias sociais que são econômicas, políticas e morais. Se a característica do capitalismo orientado pelo Estado era ter como ponto de referência a reprodução dos interesses dos grupos dominantes no capitalismo desde a acumulação, no capitalismo financeirizado a valorização do capital a partir do controle direto sobre a produção e, consequentemente, sobre o trabalho (GAGO; MEZZADRA, 2015) pode deixar de ser o

---

projeto neoliberal, é um dos principais meios de se alcançar essa condição (MATTEI, 2023; COOPER, 2024). No Brasil, as medidas iniciadas no governo Temer são um exemplo dessa estratégia, como a reforma trabalhista, o teto de gastos e, posteriormente, a Reforma da Previdência, aprovada no governo Bolsonaro. No centro capitalista, os ataques ao Estado de bem-estar social como nos EUA e na Grã-Bretanha cumpriram a mesma função (HARVEY, 2008).

[110] A moralização das hierarquias assume roupagens distintas também. A simbologia dos parasitas, não produtivos, que incorpora desigualdades de gênero, raça e classe (os excedentes do neoliberalismo) é recorrente no discurso neoliberal. A estratégia foi utilizada, sob influência de Buchanan, na revolta dos impostos na década de 1970 nos EUA, e por Paulo Guedes, nos ataques ao funcionarismo público, em meio as tentativas de viabilizar a proposta de reforma administrativa (COOPER, 2024; GLOBO, 2020). É importante ressaltar que o funcionarismo público brasileiro, comumente associado aos privilégios do alto escalão, é marcado por desigualdades internas e formado por uma grande maioria de cargos de baixa remuneração (MEDEIROS; SOUZA, 2013). Na América Latina, essa moralização das hierarquias pode ser encontrada de outras formas, nas alianças, ideias e práticas neoliberais, como no movimento neoconservador (BIROLI *et al*. 2020), nas reações no Brasil à PEC das domésticas (COSTA, 2018) e aos avanços sociais nos governos petistas (MIGUEL, 2020), nos retrocessos relacionados à demarcação de terras de povos originários e no relaxamento da fiscalização do trabalho análogo à escravidão (SINGER, 2018), nos conflitos étnicos e culturais com os imigrantes bolivianos na Argentina (GAGO, 2018), ou na violência sobre as mulheres e LGBTQI+ que resistem aos processos de moralização da dívida que operam o extrativismo do trabalho de reprodução social (CAVALLERO; GAGO, 2021).

ponto de referência a depender da avaliação subjetiva dos grupos dominantes sobre suas posições sociais relativas nas estruturas de desigualdade e sobre a reprodução das hierarquias sociais. Ou seja, na hegemonia do neoliberalismo, o veto também se dá de forma indireta (MIGUEL, 2022) pela reestruturação do equilíbrio da correlação de forças em detrimento do controle sobre a valorização da acumulação.

Nesse sentido, o processo de acumulação parece se afastar do centro da ideologia da classe dominante, se se compreender a expansão do capitalismo como um processo mecânico, aos moldes da ideologia do laissez-faire, mas também de perspectivas deterministas e economicistas do marxismo. Ao se considerar a dimensão política da reprodução do capitalismo – da ameaça de resistência – e como as hierarquias sociais foram reincorporadas e transformadas historicamente no capitalismo em suas fases ou restruturações – na acumulação primitiva, no modelo liberal dos mercados competitivos, no capitalismo orientado pelo Estado e na financeirização –, pode-se perceber que o projeto neoliberal se preocupa com como mediar alternativas para essas duas dimensões inerentes ao capitalismo: os deslocamentos hierárquicos e a construção de consensos excludentes. Essas mediações priorizam, então, os imperativos regressivos do processo de acumulação, seja pelos freios no processo de expansão do capitalismo que ameaça sempre superar velhas formas de hierarquias sociais pela mobilização e empoderamento político dos grupos e classes subalternizados, desencadeando possíveis espaços de reação ao próprio capitalismo, portanto, a partir de sua dimensão política e material – cujos instrumentos mais comuns são a austeridade, corte de gastos públicos, aumento dos juros, precarização do trabalho e redução do consumo (COOPER, 2024; HARVEY, 2008; MATTEI, 2023) –, mas também pela reconfiguração dessas velhas hierarquias, no processo de valorização da acumulação – a superexploração do trabalho periférico, a privatização do cuidado e os extrativismos do mercado financeiro intensivos e extensivos (BIROLI, 2020; GAGO; MEZZADRA) – e pela distribuição, realização e transferência de riqueza desiguais – por meio do racismo, nacionalismo, das exceções do orçamento público ou da família tradicional como referência jurídica da propriedade (COOPER, 2017, 2024).[111]

[111] Sobre esse aspecto, uma compreensão estruturalista do capitalismo deixa de perceber como a política, instituições e valores reconfiguram as relações sociais do capitalismo. Para além dos limites empíricos dos dados que Dumènil e Levy (2018) apresentam, em acordo com Pikety (2016), que impossibilitam compreender a riqueza acumulada e não realizada – ver Cooper (2024) sobre como os dados sobre desigualdade de renda e riqueza não captam o acumulo de riqueza pelo processo de valorização inflacionária dos ativos financeiros não comercializados que se mantêm sob propriedade de familiais e rentistas –, os autores não percebem como a extravagância neoliberal relacionada às reformas no sistema

Essas formas de exceção do projeto neoliberal também oferecem uma outra compreensão importante sobre o papel do Estado. A afirmação de que o projeto neoliberal precisa capturar o Estado e manter um Estado forte para impor a soberania do mercado (PECK, 2010) parece em conflito com o paradoxo do enfraquecimento do Estado, em razão do endividamento público para manter essa mesma soberania (STREECK, 2013). Contudo, as exceções neoliberais à "ordem do mercado" indicam que o enfraquecimento do Estado e sua dependência estrutural em relação aos processos de acumulação são fenômenos relativos, quando analisados sob a lente do papel das hierarquias sociais na contenção da democracia, como afirmado no capítulo 3. Nesse sentido, o conceito de autonomia relativa perde poder explicativo pelo questionamento teórico e empírico de sua dimensão técnica e racional, seja na ideia de organização do capital global (OFFE, 1984a) ou no desenho de como comprar tempo para as próximas crises (STREECK, 2013). Se as relações sociais de produção não se definem apenas pelos aspectos econômicos abstratos e racionais, mas, principalmente, pela sua dimensão política (WOOD, 2006, p. 28), tratar a economia política como algo a ser racionalizável oculta as relações de poder que são econômicas. A dependência estrutural do Estado em relação à valorização da acumulação é uma contradição mais política e menos racional do projeto social-democrata keynesiano, o que não quer dizer que o Estado não dependa estruturalmente da acumulação para obtenção de impostos, mas que essa foi uma alternativa, uma escolha e condição política de como mediar a relação capital e trabalho no capitalismo.[112]

Streeck (2013) utiliza o conceito de autonomia do Estado para abordar o neoliberalismo como forma de indicar, pela sua negação empírica, uma escatologia que critica no neomarxismo. Seria a perda de autonomia relativa pelo empoderamento da fração de classe dominante que levaria o capitalismo democrático a crises sempre mais profundas e mais difíceis de se resolver, o que indica em sua obra uma interpretação mais técnica e econômica da contradição entre democracia e capitalismo, que teria sido

---

tributário nos EUA e às reregulações do sistema financeiro vêm retirando o poder dos acionistas e dos gestores capitalistas e reinstaurando um capitalismo familiar ou privado nas últimas décadas, em caminho oposto ao capitalismo gerencial previsto pelos autores franceses (COOPER, 2024).

[112] A experiência das guerras e alguns momentos entre elas revelaram outras formas de organização social do trabalho e da produção, seja pelos trabalhadores, seja pelo Estado, que indicam alguns limites para a universalização dos princípios que fundamentam as teses de Offe e Ronge (1984). O Estado orientou consideravelmente a produção capitalista nesses períodos, a quebra do padrão-ouro apresentou alternativas aos impostos como fonte primordial de recursos, e ocupações de fábricas, cooperativas e guildas se mostravam como novas formas de organização do trabalho e da produção, inclusive intermediadas pela contratação pelo Estado (MATTEI, 2023).

desmantelada pelo neoliberalismo e o endividamento do Estado. Sem dúvida, os ciclos de endividamento público através das reincidentes crises do capitalismo financeiro são utilizados como estratégia da dupla verdade sobre a restrição dos horizontes de possibilidade da política. No entanto, como abordado anteriormente, a dívida não é a principal fonte de recursos do Estado, limitando a caracterização de Streeck do Estado neoliberal como Estado endividado (SILVA; TAVARES, 2021), as formas de exceção mostram como o equilíbrio fiscal não é necessariamente o objetivo do projeto neoliberal, mas um recurso político, visto o reincidente endividamento público de governos apoiados pelos neoliberais (COOPER, 2024) e a captura do Estado não ocorre somente sob influência direta do capital global (MIROWSKI, 2013), o povo do mercado, como Streeck (2013) parece afirmar. A literatura do CPN mostra como as formas de mediação, realizadas pelos neoliberais, são mais complexas, disputadas e heterogêneas, inclusive internamente ao coletivo e no Estado.

A tradução do poder de classe, ou econômico, em poder político, que o (neo)marxismo e os teóricos da economia política procuram teorizar,[113] tem limites pela não compreensão dessa dinâmica complexa entre ideias, práticas e estratégias neoliberais, por uma visão unidimensional das hierarquias sociais, e também pela ausência do debate sobre o processo de constituição de subjetividades no capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista estrutural, a essência capitalista do Estado perde de vista uma dinâmica do conflito e da luta política da dimensão da legitimidade, da democracia, mas também da acumulação, de seus imperativos regressivos. O risco é considerar que a democracia produz sistemicamente apenas impulsos pela igualdade, o que desconsidera a compreensão de como a democracia é também marcada por disputas sobre a afirmação de hierarquias sociais, como o Estado e o capitalismo influenciam estruturalmente na alocação de recursos políticos de distintos grupos e classes sociais e como formas de resistência surgem independentemente da política democrática formal. Todos esses aspectos são centrais no projeto neoliberal.

[113] Ver o capítulo 3 para a discussão sobre o tema na teoria neomarxista e o capítulo 1 para uma perspectiva dessa relação no neoliberalismo sob a lente de análise do marxismo e dos teóricos da economia política.

5.2. As exceções neoliberais vistas de baixo

A literatura que abordou mais profundamente de forma teórica o aspecto da produção de consenso e de subjetividades pelo neoliberalismo foi a de inspiração foucaultiana, que tem como ponto de partida a interpretação que Foucault fez das novas formas de governamentalidade neoliberais do século XX, em seu curso no Collège de France entre 1978-1979, como abordado no capítulo 1.

Uma crítica importante aos limites dessa perspectiva pela literatura sobre o CPN foi apresentada por Mirowski (2013). O autor reconhece tanto a importância dessas inspirações para compreender o neoliberalismo, quanto os limites da análise apenas do CPN para elucidar seu impacto no mundo (p. 100 e 105). Porém, o próprio autor faz uma crítica às bases do pensamento de Foucault e, por consequência, às obras inspiradas por ele que aponta caminhos para abordar essa dimensão do neoliberalismo cotidiano. É justamente a partir da compreensão do neoliberalismo "desde cima" e de suas formas de exceção, que sua crítica se fundamenta (p. 110).

Sem desconsiderar a importância das inovações interpretativas de Foucault sobre o neoliberalismo para compreender certos fenômenos relacionados à constituição das subjetividades,[114] Mirowski defende que o pensador francês teria incorporado de forma acrítica a doutrina epistemológica neoliberal em sua análise, com consequências teóricas para a pesquisa do objeto em questão:

> Se eu tivesse de resumir onde Foucault, de outra forma presciente, tomou o rumo errado, foi ao engolir muito depressa o preceito neoliberal básico de que o mercado era um processador de informação mais poderoso e abrangente do que qualquer ser humano ou organização de seres humanos. O que Foucault não percebeu foram as noções críticas das duplas verdades (p. 110).

Ao focar nos efeitos da economia política como regime de verdade nas práticas governamentais e na conduta das condutas dos sujeitos na modernidade (FOUCAULT, 2008, p. 258), Foucault teria deixado a economia política (neo)liberal intacta, sem crítica (MIROWSKI, 2013). A economia não foi objeto de seu próprio método de análise, das

[114] As inovações de Foucault para compreender o neoliberalismo, segundo Mirowski (2013), foram a fragmentação da identidade do eu empreendedor, a racionalização econômica de todas as esferas da vida, a racionalização como economia moral, o corpóreo e o psíquico – o biocapital – como formas de capital do eu empreendedor fragmentado, o risco como substituto da justiça e a ignorância como estado natural no neoliberalismo (p. 106-08). Para uma discussão sobre essas questões na literatura foucaultiana sobre neoliberalismo e democracia, ver capítulo 1 desta tese.

relações de poder que se constituem dentro dos regimes de verdade,[115] pelas posições epistemológicas assimétricas e privilegiadas que dão autoridade a certos sujeitos dentro desse campo de relações (BROWN, 2006a, p. 70). A verdade e o conhecimento como indissociáveis da política (Idem, p. 71) serviram à análise da autolimitação das práticas governamentais e das tecnologias e dispositivos da governamentalidade que conduzem e constituem os sujeitos, mas não às relações de poder, constituídas pelas concepções de verdade, no campo da economia.[116] Assim, o questionamento corrente em suas obras sobre a impossibilidade de se pensar em sistemas totalizantes de poder (p. 71), parece não ser aplicado à economia e ao mercado como regime de veridição no neoliberalismo, que, ao constituir todos como *homo aeconomicus*, homogeneíza e universaliza seus princípios e valores a todas as esferas da vida, por meio desse ente invisível que seria o mercado. A invisibilidade do mercado que representa a "natureza intotalizável" da economia (FOUCAULT, 2008, p. 383) é a própria totalidade da produção de verdade e, por consequência, no pensamento de Foucault, da realidade.

Dessa forma, é possível interpretar a obra de Foucault dentro da própria epistemologia pós-estruturalista e mesmo assim, se chegar a problemas teóricos semelhantes. Como no pensamento pós-estruturalista não há verdade absoluta, mas apenas verdades constituídas discursivamente, a realidade produzida pelo discurso – pelo regime, mas também pelos sujeitos e reconhecida por eles – é apenas a mediação discursiva necessária para dar realidade a experiência concreta, tornar o "inteligível possível" (p. 47). Assim, a realidade não seria exterior às suas representações, aos sujeitos e ao discurso, de modo que o mercado e sua invisibilidade não constituiriam a única forma possível de interpretar a realidade, ou mesmo de dar sentido ao que é o mercado e sua espontaneidade, mas seriam apenas uma forma na história, em conflito com outras

[115] Regimes de verdade, ou racionalidades, seriam campos discursivos em que o poder é exercido de forma dispersa internamente ao campo, mas se estendendo para além dele, mediado por "termos, categorias e crenças expressas por meio de declarações que são de senso comum dentro do discurso. Como um conjunto de práticas de fala que carregam valores, classificações e significados, o discurso constitui simultaneamente uma verdade sobre os sujeitos e constitui os sujeitos em termos deste regime de verdade" (BROWN, 2006, p. 71-72).

[116] A crítica aqui não é uma exigência de uma compreensão marxista no pensamento de Foucault sobre as relações sociais do capital. Todo regime de verdade para Foucault implica relações de poder que se constituem por como verdade e conhecimento definem a realidade dos sujeitos e os próprios sujeitos na realidade (BROWN, 2006a, p. 71). Ao assumir o mercado como um ente invisível, Foucault (2008, p. 381-383) se abstém de procurar essas relações de poder, não materiais ou negativas, mas produtivas, simbólicas, porém, assimétricas, dentro do mercado. Não há, na discussão que Foucault faz sobre o mercado como regime de veridição, a análise da atribuição de posições privilegiadas no campo discursivo do mercado a certos sujeitos em relação a outros no mercado, o que não significaria apenas identificar relações de exploração, dominação ou opressão, consideradas desimportantes de uma perspectiva crítica para ele (p. 50), mas relações de poder sobre a verdade do e no mercado.

racionalidades, em que eles se apresentam (p. 42). Todavia, como o regime de verdade, no caso o mercado, não é produzido pelos indivíduos estrategicamente – o poder não está contido nos sujeitos e instituições, não pode ser um recurso transferível ou não é apenas repressivo (BROWN, 2006a, p. 68-70) – não há espaço na análise foucaultina para o erro, ilusões, ideologia, a manipulação da verdade, o uso político intencional da "verdade", muito menos para a falsa consciência dos sujeitos sobre seus interesses (FOUCAULT, 2008, p. 27 e 50).

O problema, então, que decorre da análise foucaultina, para além de compreender o mercado como superprocessador de informação (MIROWSKI, 2013, p. 101), é não poder questionar a validade do mercado como produtor de verdade, uma vez que ao adotar essa perspectiva ele teria que abdicar de sua própria concepção epistemológica de poder e verdade.

Deste problema surgem limitações teóricas para abordar o mercado, o consenso, o processo de constituição de subjetividades e a legitimidade democrática que se relacionam com as exceções do projeto neoliberal. Assim, Mirowski (2013) propõe uma outra concepção do mercado desde uma perspectiva da relação política entre ideias e práticas que o constituem. O primeiro aspecto é que o mercado não pode ser caracterizado no singular, ou seja, ele não é monolítico, não gera informações sempre da mesma forma, nem valida verdades. Mercados são construídos por "disputas sobre a verdade" (p. 112). Isto é, não são resultados diretos dos desenhos propostos pela elite da SMP, nem de uma lógica interna espontânea, mas são consequência do "ajuste mútuo de tentativa e erro entre o mercado politicamente fortalecido e o eu empreendedor cotidiano" (p. 113). Novos mercados são criados, falham, prosperam e tentam se adequar ao imaginário, valores e desejos das subjetividades constituídas também pelos mercados.

Assim, mercados podem sistemicamente entrar em crise, em razão de sua própria lógica de operação e de como são politicamente construídos e estruturados, o que para Foucault seria inconcebível, uma vez que o mercado seria justamente a forma de conter o poder político sobre ele próprio (p. 111-112). Da mesma forma, as crises revelam – embora não só elas – como o neoliberalismo não impôs a autolimitação às práticas governamentais, como Foucault havia previsto (2008, p. 264), mas as ampliou e fortaleceu, inclusive distorcendo e contradizendo os sentidos de verdade preconizados pela epistemologia neoliberal (MIROWSKI, 2013, p. 113). Portanto, a referência foucaultiana bloqueia teoricamente o exame das formas de exceção neoliberais. E mais,

impede compreender como as exceções também se relacionam aos processos constitutivos dos sujeitos neoliberais, centrais em sua análise.

É a partir da inclusão das exceções neoliberais – a negação da epistemologia neoliberal pela sua contraparte política – no quadro teórico geral que é possível pensar como inovações mercadológicas capturam os empreendedores de si e geram um processo de constituição mútua entre mercados e subjetividades. Dessa forma, um conjunto de processos característicos da contemporaneidade dessa relação coconstitutiva, mas assimétrica, entre mercados e sujeitos, podem ser incorporados como objetos de análise (Idem, 2013): as inovações dos créditos de risco e a "democratização" dos desejos de se tornar um investidor, um proprietário ou pagar suas dívidas; as mídias sociais e o trabalho gratuito de produção de informação aos algoritmos sob propriedade de alguém em troca da possibilidade de construir o seu próprio eu digitalmente; os cursos *online* que te ensinam a ser quem quiser, inclusive que te ensinam a vender cursos *online* sobre como você se tornou alguém diferente usando esses cursos; a expansão de mercados de programas de mundo cão ou *reality shows* como forma de canalizar os ressentimentos e frustrações do eu ideal não alcançado em outras pessoas em situação piores que a sua; as inúmeras tentativas de vender o que o consumidor não sabia querer; a propriedade de uma mercado, regido por algoritmos, que conecta motoristas empreendedores privados, não trabalhadores formais, a consumidores de transporte; o *murketing* e a venda do estilo, da identidade e da distinção, contra a manipulação do consumismo; a mercadorização da revolta, da ética ou da consciência em que o sujeito paga a mais para expressá-las no mercado, seja por produtos com "selos" de procedência, pelo trabalho voluntário que engrandece o currículo, pela contratação de plataformas de petição, ou pela venda de produtos de protesto verde-amarelos para sujeitos expressarem sua indignação.

Assim sendo, sem desconsiderar o aspecto político de como mercados são construídos e reprojetados assimetricamente desde cima, a compreensão do processo de constituição de subjetividades também passa por reconhecer a repolitização desde baixo, abrindo espaço para a análise das transformações nos mercados e pelos mercados que transcendem apenas a racionalidade econômica, bem como no papel do Estado na reestruturação desses mercados e subjetividades. Mirowski (2013), então, estende sua crítica à literatura de orientação marxista que, em busca de operacionalizar teoricamente como o neoliberalismo seria um projeto de classe, incorpora a interpretação foucaultiana em suas pesquisas, a fim de traçar os mecanismos causais que conectem o poder da classe dominante à conformidade das massas, por meio das tecnologias e dispositivos da

governamentalidade neoliberal. Essa reconciliação, para ele, seria impossível do ponto de vista epistemológico. As categorias capital humano e mercado, assimiladas por Foucault da teoria neoliberal, negam as próprias categorias centrais do marxismo, como trabalho, exploração, mais-valor e a centralidade da produção no processo de valorização do capital. Além disso, o conceito de poder foucaultiano como produtivo da realidade e dos sujeitos, aliado ao seu desprezo às análises sobre as formas restritivas de poder, como opressão e coerção, impediriam qualquer compreensão de interesses que sejam externos aos indivíduos e grupos (p. 111). Não há lugar teórico para interesses objetivos de classe, interesses que se formam para além da verdade criada pelo mercado, a partir de uma realidade que independe da interpretação dos indivíduos, nem para classes que dispõem de poder que possa ser instrumentalizado sobre sujeitos ou sobre o mercado.

Em contrapartida, ao incorporar a disputa política e discursiva sobre os mercados em sua análise, Mirowski reconhece o exercício de poder dos agentes de mercado (dos capitalistas), embora difuso e nem sempre realizável, na manipulação ou captura e, de certa forma, na produção de desejos e interesses dos indivíduos. Para ele, esse processo de socialização e da formação das subjetividades dos indivíduos no neoliberalismo cotidiano envolve uma relação complexa e não predeterminada de poderes exercidos pelo Estado em favor dos mercados, da mobilização constante e ativa para se estabelecer ou desconstruir os sentidos de verdade desde múltiplas camadas da boneca russa e pelo fortalecimento político dos mercados como a única alternativa para a reprodução social. E é justamente mantendo-se no campo da política, das ideias e das práticas, que Mirowski se esquiva do debate sobre falsa consciência e da exterioridade dos interesses em relação aos indivíduos, da objetividade da verdade que se relaciona às condições materiais de existência.

Nesse sentido, a análise do consenso e da constituição das subjetividades exigiria voltar-se para como o projeto neoliberal concebe e, estrategicamente se orienta para estabelecer, os interesses econômicos como indissociáveis da cultura, da moral e da política (p. 116).[117] É nesse processo de mediação das transformações do capitalismo pela

[117] Mirowski (2013) também reconhece que as subjetividades não podem ser explicadas apenas por uma dimensão teleológica do poder, ao abordar as literaturas sobre dissonância cognitiva e agnotologia, uma vez que o processo de constituição dos sujeitos também envolve sentimentos e imaginários. Neste trabalho, em razão do objeto de análise proposto, essas dimensões não serão exploradas, o que não significa que sejam desimportantes para a análise da formação de preferências políticas e para o debate sobre democracia, capitalismo e neoliberalismo. Para uma compreensão ampla dos conceitos e debates sobre essas dimensões em múltiplos aspectos da política, ver Szwako e Ratton (2022). Para uma relacionada ao objeto desta tese, ver Silveira (2024).

construção das ordens sociais, que o projeto neoliberal mobiliza hierarquias sociais, impõem barreiras a alternativas democráticas, intervém nas condições extraeconômicas para reprodução das relações de poder que constituem os mercados, cria e difunde discursos e intervém nas formas de sociabilidade. E toda a discussão sobre a pluralidade neoliberal indica que a constituição das subjetividades também precisa ser analisada de acordo com como o neoliberalismo se adapta e se insere em contextos distintos – culturais, territoriais, econômicos, morais e políticos.

No entanto, como a literatura sobre o CPN tem como objeto de análise a política e a relação, histórica e sociológica, entre as ideias e práticas, produzidas e reinventadas pelo coletivo, ela não se propõe a analisar diretamente o capitalismo – as relações sociais do processo de acumulação –, mesmo que os autores reconheçam a importância desses processos nos próprios conceitos de coletivo de pensamento e estilos de pensamento (PLEHWE, 2018).

A politização das ideias e práticas dos e pelos neoliberais, sem dúvida, são fundamentais para abordar a constituição de subjetividades e o consenso em sociedades democráticas. Contudo, o poder, seja ele negativo ou produtivo, também se relaciona a experiências concretas e relações sociais engendradas pelo capitalismo, que refletem antagonismos e assimetrias de posições em estruturas de desigualdades específicas, como a de classe (WOOD, 1998). Assim, por um lado, negar a existência de classe – que é um objetivo discursivo e, também, prático do projeto neoliberal – restringe a análise sobre o neoliberalismo desde baixo, por desconsiderar a existência de formas de opressão e exploração que se constituem nas relações sociais necessárias à reprodução do capitalismo. Essas condições materiais, por outro lado, estruturaram historicamente formas de sociabilidade e relações sociais para além de classe que, ao mesmo tempo, subjugam certas subjetividades e põem em movimento formas de resistência coletivas subalternas (BIROLI, 2018; BERNARDINO-COSTA, 2014).

Isso não significa dizer que os interesses materiais objetivos existam de forma estática na história, que eles se traduzem espontaneamente em objetivos políticos e em ação coletiva, ou que membros de uma classe não participam da tomada e construção de consciência sobre seus próprios interesses – argumentos que Laclau e Mouffe ([1985] 2001) utilizam no seu afastamento ao marxismo em busca de um novo socialismo de um ponto de vista pós-estruturalista, como abordado no capítulo 3 –, mas que a supressão da exploração ou opressão traz benefícios para os indivíduos objetificados nessa relação e prejuízos para os sujeitos que as exercem (WOOD, 1998, p. 61). Essas formas de poder

vitimam objetivamente indivíduos e grupos (FRASER, 2014, p. 279), o que não significa negar o potencial criativo e de resistência das subjetividades (FRASER, 2014, p. 276; GAGO; MEZZADRA, 2015 p. 44). Portanto, considerar a existência de interesses objetivos materiais diz respeito ao reconhecimento de relações sociais opressivas específicas do capitalismo. De um ponto de vista democrático, envolve assumir que, ao mesmo tempo em que essas estruturas de desigualdade existem, a consciência a vontade e os projetos políticos de transformação social devem passar por mediações políticas coletivas, orgânicas, pedagógicas e ativas (GRAMSCI, [1926-1934] 2022; PATEMAN, [1970] 1992).

Embora não seja a posição epistemológica dos autores e autoras da literatura sobre o CPN, uma percepção da constituição dos sujeitos fundamentada apenas no campo da produção do conhecimento, do discurso e da verdade corre o risco de reproduzir os problemas da Ciência Política hegemônica na análise da teoria democrática por outra via. Se a disciplina enclausura a política apartando-a dos fenômenos considerados externos ao campo – os históricos, sociais, econômicos e culturais –, de modo a restringir o debate sobre democracia e crise democrática, pela racionalização de modelos de democracia que se regem por lógicas próprias, abstratas e universais (BALLESTRIN, 2018), a literatura pós-estruturalista autonomiza e a-historiciza a política, ao a desvincular das estruturas sociais que posicionam indivíduos em relações hierárquicas e condicionam suas formas de experienciar a vida (WOOD, 1998, p. 53 e 75). A política, contra uma perspectiva determinista absoluta, passa a ser seu oposto, a mera contingência, e a depender apenas de articulações discursivas entre indivíduos e grupos que interpretam e produzem a realidade em conflito, preenchendo um vazio universal do político (MOUFFE, 1991). Em outras palavras, é como se o poder na democracia independesse do que aconteceu no passado, ou da distribuição de recursos políticos e econômicos na sociedade, mas apenas da habilidade de formar maiorias pelas ideias.

Todavia, como abordado no capítulo 3, se a análise das subjetividades de uma perspectiva interpretativista encontra um limite no conceito de classe, a análise de classe também tem limites para compreender a constituição dessas subjetividades no capitalismo – que se relacionam a posições diferenciadas de inserção de grupos nos circuitos de acumulação de capital – e, por consequência, o papel do projeto neoliberal nesse processo. Como abordado no segundo capítulo, o processo de expansão, reprodução e realização do capital envolveu tanto o rompimento, quanto a (re)incorporação dessas hierarquias – de gênero, raça, classe e da relação centro-periferia. Embora essas hierarquias se

conectem entre si e com classe no processo de valorização do capital, essas conexões assumem formas específicas, em distintas escalas espaciais e temporais, ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Consequentemente, o limite da análise restrita à classe perde de vista como outras estruturas de desigualdade que reproduzem essas hierarquias sociais influenciam no processo de constituição das subjetividades, seja por uma dimensão negativa, de opressão, ou por uma produtiva, nas formas de consciência coletiva e de resistência.

Não é sem motivo que o projeto neoliberal buscou do ponto de vista discursivo, teórico e prático neutralizar e invalidar a ideia, o conceito e a mobilização de classe (COOPER, 2024; HARVEY, 2008; MIROWSKI, 2013; SLOBODIAN, 2018), em um momento em que ela era central, política e economicamente, para a reprodução do capital – pela força política dos trabalhadores, dos sindicatos e partidos, pela "ameaça" do comunismo, das revoluções e de outras formas de organização social e política, e pela centralidade do modelo industrial do trabalho formal na reprodução do capital. Mas também o fez incorporando estrategicamente a mobilização de outras hierarquias, em suas práticas e ideias, e formando alianças com outros projetos políticos por meio dessas conexões hierárquicas.

Como Mirowski (2013) destaca, a produção de conhecimento do CPN e as articulações políticas desempenhadas por atores e organizações fundem as esferas da economia, da política e da cultura, de modo que interesses e subjetividades sejam entrecortados e inseparáveis dessas várias dimensões de sociabilidade na hegemonia neoliberal. E é a partir do reconhecimento por parte do projeto neoliberal de como os mercados são constituídos por essas dimensões que a análise deve se voltar não para os mercados, mas para como o neoliberalismo reconfigura as relações de poder que criam privilégios e desvantagens a partir das variadas formas que as hierarquias sociais convergem no capitalismo. O mecanismo da dependência da acumulação dos deslocamentos das hierarquias sociais serve de referência para traçar as estratégias neoliberais e para identificar como antagonismos específicos são produzidos no capitalismo financeirizado.

Por conseguinte, a análise da constituição das subjetividades e a ideia de um consenso democrático precisa ser tensionada tanto de uma perspectiva da disputa política das ideias e práticas neoliberais, mas também de como o capitalismo condiciona esses processos. Em última instância, envolve explorar teoricamente a relação entre

neoliberalismo e capitalismo, bem como seus efeitos sobre transformações na democracia e nas hierarquias sociais.

Enfim, compreender essas relações problematiza a análise sobre como o capitalismo e o neoliberalismo impactam a democracia e a política de uma perspectiva do consenso. Por um lado, o processo de constituição de subjetividades não (re)produz visões de mundo homogêneas e imunes ao conflito e às formas de resistência, o que significa reconhecer modos produtivos de realidades interpretativas e concretas em disputa. Essas experiências políticas e sociais podem incorporar valores neoliberais, a fim de os tensionar, os subverter, embora reproduzindo hierarquias sociais inerentes ao projeto neoliberal e reintroduzindo formas de exploração capitalista, como no caso das formas de organização política, econômica, comunitárias e culturais dos migrantes nas periferias urbanas latinoamericanas (GAGO, 2018), ou podem incorporá-los de maneira a se fazer avançar o projeto neoliberal, mas também hierarquias sociais ressignificadas pelo neoliberalismo, contudo o excedendo, complementando ou desvelando, como os movimentos neoconservadores na América Latina e, também no mundo, que disputam concepções políticas, morais e éticas da família e sexualidade, tensionando sentidos e os limites da democracia, do Estado, do privado e público e do mercado (BIROLI *et al*., 2020; BROWN, 2019; COOPER, 2017). Da mesma forma, novas formas de resistência podem surgir em confronto com os valores neoliberais, os tensionando pela crítica à sua lógica interna, suas contradições e exceções, como no caso da ressignificação e negação feminista do caráter universal e privado da dívida, explorando formas de insubordinação da subalternidade dentro da lógica da financeirização (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 36), das disputas sobre as exceções neoliberais sobre o orçamento público desde os excedentes do neoliberalismo, reivindicando estender a extravagância neoliberal para a subalternidade, ou do uso estratégico do sistema financeiro ou dos instrumentos de contenção das crises como forma de reorientar os grupos sociais marginalizados e endividados a serem "resgatados" pela socialização da dívida (COOPER, 2024, p. 436-438).

Por outro lado, esse debate abre espaço para se analisar os efeitos restritivos do poder político, econômico e moral sobre subjetividades – a opressão, coerção, violência, exploração e dominação –, fundamentais para compreensão do processo de formação de preferências e das capacidades psicossociais e políticas necessárias à agência. A partir dessa perspectiva é possível considerar as especificidades espaciais e temporais da (re)incorporação das hierarquias no capitalismo, o que envolve situar histórica e

territorialmente o papel das mediações políticas realizadas pelo projeto neoliberal na transformação do capitalismo e de suas relações sociais de reprodução do capital e das hierarquias, sem ignorar as formas de exploração inerentes ao capitalismo que incorporam essas hierarquias e impõem limites à democracia. Ou seja, ao mesmo tempo em que é possível compreender transformações heterogêneas nas estruturas de desigualdades em fases distintas do capitalismo – as relações de classe, raça, gênero e centro-periferia na acumulação primitiva, no período de expansão da competição de mercado liberal, no capitalismo orientado pelos Estados e na financeirização capitalista –, se reconhece o papel de projetos políticos nessas transformações e os limites e oportunidades assimétricos que o próprio capitalismo impõe a elas. Isso não implica negar reações, mas observar as desigualdades de poder e de recursos que condicionam a vida, limitam os horizontes de transformação social e contém a democracia.

5.3. A ressignificação e reconstrução neoliberal das hierarquias sociais

As exceções neoliberais desde cima e de baixo são fundamentais para se analisar como o projeto se orientou ideológica e estrategicamente para reconfigurar as hierarquias sociais no capitalismo. Como afirmado, o neoliberalismo teve desde o início a intenção ambiciosa de alcançar a hegemonia política no capitalismo. A ressignificação e (re)construção das hierarquias sociais e de contenção da democracia são meios e fins deste objetivo. Por um lado, a ruína da democracia e as hierarquias sociais remetem a idealização de um passado específico pelo projeto, remetem à reconstrução de uma ordem hierárquica do capital. Por outro, conter a democracia e intensificar as hierarquias sociais serviram e servem estrategicamente à conquista, manutenção e reprodução da hegemonia neoliberal. E mais, hierarquias e democracias restritas se autorreproduzem. Elas refletem e expressam a dimensão política e moral dos imperativos capitalistas. A novidade do projeto neoliberal envolve como reconstruiu e ressignificou as mediações políticas necessárias à reprodução do capitalismo com uma ênfase nos imperativos regressivos do capital. A intensidade e reformulações das formas de exploração e de extração, os rearranjos institucionais, morais e políticos que estabeleceram a ampliação da concentração de riqueza e renda, o crescimento dos antagonismos sociais, das formas de opressão e subordinação, bem como a dessublimação dos autoritarismos sociais expressam os efeitos das mediações neoliberais no capitalismo.

Esses processos e movimentos foram e são, pelo viés construtivista do projeto neoliberal e pela inevitável instabilidade da hegemonia, constantemente reinventados pela adaptação neoliberal aos contextos e resistências, pelas alianças construídas e pelas condições sociais e políticas em que as mediações são disputadas. As hierarquias sociais e a contenção da democracia, nesse sentido, respondem no projeto neoliberal à inevitabilidade das crises de *status* no capitalismo e são os meios de hegemonizarem as mediações políticas e de deslocarem às hierarquias sociais necessárias à exploração capitalista e de reconstruir consensos excludentes que reproduzem e renovam à ordem hierárquica do capital concebida pelo projeto neoliberal.

Nesta seção, serão apresentadas como as hierarquias sociais periféricas, de classe, gênero e raça foram reconfiguradas no projeto neoliberal, tanto de um ponto de vista ideacional, como prático e estratégico. A partir dessa análise, é possível compreender como as ideias e práticas neoliberais conjugam dimensões econômicas, políticas, morais e culturais. A reconfiguração de hierarquias de gênero e raça não são auxiliares ou separáveis às hierarquias de classe e da relação periferia-centro, nem envolvem questões menores ou meramente simbólicas no projeto neoliberal. Essa compreensão evita se cair no economicismo ou nas próprias dicotomias neoliberais, mas também evidencia como lutas e conflitos sobre as hierarquias sociais, quando interpretados de forma isolada, tendem a reproduzir a estratégia e dilemas ideológicos do próprio projeto neoliberal. É a busca desses entrelaçamentos complexos entre as hierarquias sociais a que o restante deste capítulo se dedicará.

5.3.1. As hierarquias periferia-centro

A relação centro-periferia no capitalismo foi uma preocupação fundamental do projeto neoliberal nascente. O contexto com o qual os prosélitos se preocuparam durante o surgimento do movimento neoliberal foi o da desintegração dos impérios e das demandas pós-coloniais nascentes por autodeterminação e soberania nacional (SLOBODIAN, 2018). Os desafios para esses neoliberais foi a construção de uma nova ordem global que pudesse conter os efeitos de possíveis excessos do nacionalismo dos novos Estados e do perigo das democracias sobre o mercado internacional e os fluxos de capitais. Foi um período em que as posições dos neoliberais ainda tinham pouca influência. A era do liberalismo clássico havia chegado ao fim, transformando os paradigmas da política interna e internacional. Com a quebra do padrão-ouro, a retração

do comércio internacional, a participação intensiva dos Estados no controle das economias internas, iniciada durante a Primeira Guerra e revitalizada no entreguerras sob o novo paradigma do keynesianismo, e o fortalecimento da democracia de massas, os neoliberais percebiam o mundo ocidental em desintegração. E a democracia era um duplo perigo ao capitalismo, no nível interno dos regimes políticos, mas também internacionalmente, com as crescentes demandas por igualdade entre as nações.

O livro *Globalists* é uma referência importante para compreender parte da relação entre a democracia e a hierarquia centro-periferia no projeto neoliberal. Nele Slobodian (2018) reconstrói as inúmeras alternativas propostas pelos membros da Escola de Genebra que estiveram envolvidos com o projeto de construção dessa ordem mundial perdida.[118] A característica geral desse empreendimento, segundo o autor, foi o desenho de instituições e leis internacionais, insuladas das decisões políticas, que encapsulassem a economia global em relação à democracia e aos Estados. Assim, o projeto envolveu uma adequação do nível analítico da ordem estatal para a ordem internacional, uma transição descrita por Slobodian como do ordoliberalismo para o ordoglobalismo (p. 12).

A ideia da construção de uma constituição econômica que assegurasse a ordem do mercado dentro do Estado, diante das demandas coletivas da democracia, foi reconfigurada, de modo que, ao contrário de indivíduos, seriam agora os Estados que teriam alcançado a emancipação política e deveriam ser contidos pelos fatores extraeconômicos. Mas, nessa arquitetura da nova ordem, os Estados nacionais seriam peças fundamentais, os meios coercitivos para impor o direito do capital e a ordem do mercado internacional às nações. A ausência do império como forma de coesão e coerção da ordem, exigiu a adaptação de soluções ao caminho irreversível, percebido pelos neoliberais, do surgimento dos novos Estados nacionais. Se nos Estados a democracia precisava ser restringida para o mercado, internacionalmente, o alcance da soberania também deveria ser. Dessa forma, o projeto neoliberal para economia global não vislumbrava um mercado sem fronteiras, sem Estados, nem a liberação dos mercados das

[118] Essas propostas variaram de acordo com as transformações políticas, sociais e econômicas das relações internacionais. Algumas foram bem-sucedidas, outras não saíram do papel. Da mesma forma, não foram propostas consensuais entre os membros da Escola de Genebra, mas foram envoltas por conflitos e disputas internas do coletivo (SLOBODIAN, 2018). Como exemplos das propostas e participações bem-sucedidas dos neoliberais na construção de uma nova ordem global, pode-se citar os mandatos coloniais do pós-Primeira Guerra sob responsabilidade da Liga das Nações; a ênfase em acordos bilaterais de comércio, quando suas propostas federativas não prosperaram; a reconstrução de um direito internacional de investimento estrangeiro que se sobrepusesse sobre os sistemas jurídicos nacionais; a influência sobre as regras de competição econômica da União Europeia; o redirecionamento de organizações internacionais como FMI e o Banco Mundial, a fim de disciplinar políticas econômicas nacionais; e a criação da OMC e formas de vincular os Estados às decisões da instituição.

formas de intervenção, assim como nacionalmente o mercado não se basearia no laissez-faire autorregulado, sem a intervenção do Estado. A nova ordem, portanto, dependeria dos Estados nacionais e da construção de arranjos extraeconômicos que resguardassem e impusessem o mercado mundial e o direito privado através das fronteiras.

A trajetória analítica realizada por Slobodian possibilita compreender como o projeto neoliberal buscou reinventar, de acordo com transformações nos contextos internacionais, a contenção da democracia e as relações de poder entre centro e periferia capitalistas, por meio de encaixes institucionais e legais supranacionais que imobilizassem os efeitos da democracia e das novas soberanias sobre a economia mundial. A exceção neoliberal proposta se inseriu ao longo do século na doutrina epistemológica e política do CPN. Ao mesmo tempo em que a economia seria um *cosmos* incognoscível a ser preservado, eram os intelectuais neoliberais que conheciam as regras necessárias para garantir essa totalidade incompreensível (p. 270). Nesse sentido, o que estaria oculto nas intenções do coletivo não era o papel dos Estados na manutenção da ordem, mas a (re)construção das assimetrias de poder na relação centro-periferia no capitalismo global (p. 269), que teria se fundamentado na restrição da democracia, a fim de redirecionar seletivamente a soberania nos Estados em função da soberania internacional do mercado.

Todavia, escapa à perspectiva de Slobodian como as assimetrias de poder entre centro-periferia se relacionam à reinvenção das hierarquias sociais que caracterizaram historicamente essa relação. E essas hierarquias cumprem um papel importante na contenção da democracia e dos Estados. Ao longo do livro, o autor afirma que, na pluralidade do projeto neoliberal, dissidentes do coletivo assumiram posições mais reacionárias que colocaram as hierarquias sociais no centro de suas propostas e teorias, o que representaria à exceção no CPN – como foi o caso de Röpke, ao defender hierarquias raciais como meio de proteger o mercado internacional e conter o perigo que as maiorias negras representavam com as independências das ex-colônias no Continente africano (p. 149). Mas antes de ser uma exceção, as hierarquias sociais podem ser vistas como regra na lógica de operação do projeto neoliberal em favor do fortalecimento político do capital e da restrição da democracia.

Esse limite analítico se relaciona ao uso ambíguo que Slobodian faz do conceito de império. Ao não questionar a definição neoliberal, apropriada da obra de Carl Schmitt, em referência ao direito romano, que separa a esfera econômica do *dominium* – o poder privado da economia – da esfera política do *imperium* – o poder soberano político –,

Slobodian acaba por aquiescer à separação entre política e economia pela dicotomia entre coerção e liberdade.[119] É por essa razão que considera o projeto de Genebra como a busca constante do equilíbrio entre economia e política, fortalecendo os Estados, enquanto os redireciona, a partir de soluções do direito internacional, para afirmação da liberdade privada do capital internacional. No entanto, a relação centro-periferia extrapola a concepção jurídica e a dicotomia entre economia e política. Como lembra Ellen Wood (2014), o sentido e as formas de operação dos impérios não são fixos na história. Elas não se reduzem à coerção pelo direito e pelo poder político de uma hegemonia global, nem a economia é dissociada de poderes políticos e coercitivos. Da mesma forma, o imperialismo historicamente não está dissociado da expansão do capitalismo nos países centrais – como no debate da acumulação primitiva –, ou da construção de hierarquias sociais na periferia necessárias à expansão do capitalismo – como a ressignificação simbólica e funcional da escravidão nos processos de acumulação capitalista –, nem mesmo do processo de universalização do capitalismo nas periferias – pelas pressões imperiais para tornar as (ex-)colônias dependentes dos imperativos do mercado.

Assim, ao longo do século XX, os neoliberais entraram na disputa dos sentidos de imperialismo, o que envolveu dissociar os impérios do capitalismo – argumento elaborado tanto pelos sociais-democratas, quanto pelos marxistas – e reabilitar uma concepção normativa de mercado vinculada aos efeitos pacíficos que produziria (WHYTE, 2019, p. 114-16).[120] A dicotomia entre liberdade e coerção no âmbito doméstico foi elevada para dimensão internacional, ao definir o mercado como espaço de liberdade e os impérios (e depois os novos Estados) como o reino da coerção. Desse modo, os impérios passaram a ser retratados pelos neoliberais como um problema para o

---

[119] Uma referência dessa ambiguidade se reflete na interpretação que Slobodian faz do argumento pós-colonialista do presidente ganense Kwame Nkrumah, o qual afirmava, em defesa da Nova Ordem Econômica Mundial, que o neocolonialismo seria a pior forma de imperialismo. Para Slobodian, o que o líder africano estaria questionando seria a perversidade maior do *dominium* em relação às antigas ordens do *imperium* (2018, p. 219). Contudo, passa desapercebido o argumento de que a ordem do *imperium* teria sido ressignificada por uma nova forma de *dominium*. É a dicotomia aplicada ao nível internacional que impede a compreensão de como poderia existir um império em um mundo de nações soberanas. Ou seja, o conceito de império a partir dessa interpretação de Slobodian passa a ser apenas uma relação jurídica da dominação colonial clássica.

[120] Esse é um evidente regresso do pensamento neoliberal ao liberalismo clássico pré-democrático. Entretanto, é um retorno que escapa dos argumentos da Econômica Política de que o mercado estaria associado a uma concepção de justiça social, no sentido de que o egoísmo individual produziria bem-estar no agregado. Se o conceito minimalista de democracia se justifica pela solução do conflito violento por meio da canalização da disputa para a competição eleitoral formal (PRZEWORSKI, 1997), a contenção da democracia se justifica pela solução pacífica via mercado. No entanto, esse procedimentalismo é apenas parte do argumento. Como abordado no capítulo 4, o neoliberalismo precisa impor limites ao procedimentalismo para garantir sua característica construtivista.

mercado, mas também como a causa (política) das atrocidades coloniais – um argumento que mais tarde seria readequado, por exemplo, em defesa da ditadura chilena. Mas se os Estados são fundamentais para o equilíbrio da ordem neoliberal proposta, o império também o é e cumpre a função de realizar em nível internacional a coerção que os Estados realizam domesticamente dentro de suas fronteiras. Falta à lógica ordoliberal aplicada em nível global, apresentada por Slobodian, uma peça fundamental para completar a lógica da dupla verdade que se relaciona ao equilíbrio entre liberdade imposta pelas relações de poder no mercado e a coerção garantidora dessa liberdade. Assim, o império é o meio de resguardar a relação centro-periferia pela coerção econômica e, em última instância, pela coerção militar (WOOD, 2014).

Além disso, o império é a forma fundamental da hierarquia social, política, econômica e cultural da relação centro-periferia. Não que ela seja a única, mas ela condiciona e atravessa uma série de desigualdades, como as de superexploração de classe, raça e gênero, seja na periferia, que impõem condições mais baixas de existência para reprodução social, ou no centro, na figura dos imigrantes e das imigrantes. Como o império não é uma relação externa ao capitalismo, embora existiu historicamente antes do surgimento do capitalismo (Idem, 2014), também não é uma novidade criada pelo projeto neoliberal, mas sim uma reconstrução mediada por ele. Assim, enquanto foge à Slobodian a ressignificação do império pelos neoliberais como uma relação de poder hierárquica central, também parece escapar a Wood a reinvenção do império capitalista pelos neoliberais que ressignifica as hierarquias para além dos imperativos do mercado, inclusive readaptando esses imperativos de um ponto de vista ontológico – transformando as formas de exploração capitalista –, epistemológico – em ataque às categorias analíticas utilizadas para compreender o mercado e o processo de formação de subjetividades – e normativo – em que economia, política e cultura se fundem, excedendo a capacidade de compreensão de interesses objetivos, incompreensíveis no *cosmos* do mercado.

Portanto, o argumento teórico de que o projeto neoliberal tem como uma das formas de sua unidade o objetivo de mediar as transformações do capitalismo por meio da ressignificação dos modos de restrição da democracia e das hierarquias sociais pode ser identificada pela releitura dos esforços da Escola de Genebra em reconstituir o império após sua dissolução. Slobodian (2018) reconhece a fascinação neoliberal pelos impérios e a aflição que os assolou com sua desintegração com o fim da Grande Guerra. O neoliberalismo surge, inclusive para ele, como uma vertente militarizada do liberalismo. Mises foi um dos que reconhecia o papel fundamental da coerção – quando usada

apropriadamente, contra os grupos certos – como fundamental para a expansão das fronteiras do comércio internacional e para o desmantelamento das organizações populares que ameaçavam o *status quo* – a exemplo das repressões policiais na Viena Vermelha da década de 1920 (p. 34). Portanto, de forma geral, a crítica neoliberal não era ao império, mas aos impérios que ameaçassem a ordem hierárquica do capital idealizada pelo projeto neoliberal. Na verdade, os impérios ofereceram no passado a solução que buscavam no presente e não possuíam mais, em razão das transformações inevitáveis do sistema internacional. E a hierarquia perdida remetia à idealização tanto do Império Habsburgo – a memória de potência dos vienenses –, que teria sido capaz de dar unidade política interna às suas múltiplas nações, bem como manter um "mercado livre" dentro de suas fronteiras, quanto do Império Britânico do século XIX, em seu período hegemônico, quando estabeleceu a abertura colonial para o comércio internacional e protegeu o padrão-ouro internacionalmente (p. 94).

Essas hierarquias perdidas da relação centro-periferia e as formas de conter a democracia foram, então, reinventadas continuamente se adequando à disputa política e aos contextos internos e internacionais em transformação, de forma que suas posições marginalizadas fossem alcançando penetração no debate político e econômico até conquistarem a hegemonia política. Se o controle direto pelos impérios não podia mais servir para manter os novos Estados na sua condição periférica, um novo modo de império deveria ser repensado. Mas o projeto neoliberal precisou disputar no campo das ideias e das práticas as mediações políticas, econômicas e morais da reconstrução do império, da afirmação das hierarquias centro-periferia e da contenção da democracia. Como abordado no segundo capítulo, o império capitalista, segundo Wood (2014), teria surgido apenas após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, em um momento histórico em que os imperativos do mercado haviam se universalizado, o que possibilitou o império, no caso os EUA, a exercer como principal forma de domínio a coerção econômica, mesmo que ancorada em seu poderio militar. A leitura que Wood faz do imperialismo mostra como a reconstrução do império não foi resultado do projeto neoliberal, mas a obra de Slobodian (2018) oferece uma perspectiva de como o projeto neoliberal disputou desde sua posição marginal a reconstrução das hierarquias centro-periferia a partir da transformação do império capitalista.

Essa disputa empreendida pelo projeto neoliberal se deu em múltiplas frentes para além da Escola de Genebra, embora vários membros transitaram e mantinham relações com núcleos distintos das camadas do coletivo. No âmbito da política internacional, os

debates também foram travados, por exemplo, em torno da questão do colonialismo, dos modelos de desenvolvimento econômico (PLEHWE, 2009b), dos direitos humanos (WHYTE, 2019) e do sistema monetário internacional (SCHMELZER, 2020). É possível perceber, nas discussões internas e externas à SMP sobre esses temas, o processo de adequação das propostas a partir da ressignificação das hierarquias da relação centro-periferia e das novas formas plausíveis de restrição da democracia. De forma geral, as hierarquias que inicialmente eram pensadas de um ponto de vista moral e cultural foram gradativamente repensadas – ocultando os discursos moralizante e culturalista, sem deixar de sempre estarem presentes – desde uma perspectiva mais econômica, técnica e institucional-legal. E as propostas debatidas tiveram sempre que responder ao crivo interno da SMP sobre sua capacidade de lidar com o perigo da democracia. Essa foi uma adaptação que representou o processo de deslocamento do projeto neoliberal da posição de marginalidade em relação ao paradigma hegemônico do keynesianismo, que regia as políticas econômicas internas, e do liberalismo embutido ou incorporado (*embedded liberalism*) (RUGGIE, 1982), até conquistar a hegemonia política. Perspectivas e propostas que hoje parecem pervasivas foram sendo construídas, desenhadas e articuladas politicamente pelo coletivo desde a década de 1950.

De início, temas e debates sobre o colonialismo, o desenvolvimento econômico e a ordem econômica global incorporaram e mobilizaram velhas hierarquias do pensamento político. O colonialismo foi defendido por nomes como Baudin, Röpke e Benham, ora como uma benesse aos "povos primitivos incivilizados", ora como um meio fundamental da manutenção da divisão do trabalho internacional e do mercado mundial, reafirmando o papel natural dos povos colonizados segundo suas condições de desenvolvimento (PLEHWE, 2009b).[121] Raça também foi mobilizada em defesa da manutenção das hierarquias da ordem, como meio de negar a intervenção política nessas estruturas globais de desigualdade, justificadas de uma perspectiva do avanço histórico das civilizações – argumento encampado por Mises (WHYTE, 2019, p. 55) –, ou como forma de defender o domínio da supremacia branca em países africanos contra o avanço da democracia nos países recém independentes – no caso de Röpke (SLOBODIAN, 2018, p. 150). A questão do avanço moral e cultural – consequentemente, racial – inerente ao conceito de civilização ocidental também foi incorporado pelos neoliberais, como no caso de Hayek, cuja teoria sobre desenvolvimento espontâneo idealiza os valores e instituições ocidentais

[121] A relação entre colonialismo e democracia não exige um aprofundamento por razões óbvias.

(WHYTE, 2019, p. 18), e sua proposta de democracia restringida foi defendida para os países periféricos, sob o argumento de que esses povos não teriam os atributos necessários para manterem democracias aos moldes ocidentais de forma estável (CALDWELL; MONTES, 2014).

Com o passar do tempo, novas propostas e ideias do coletivo reinterpretaram a hierarquia centro-periferia e a democracia, de formas a adaptá-las às transformações nos desafios políticos e ideológicos. Entre esses desafios estavam a incorporação de novos Estados na ONU e o perigo do voto igual dos membros com o crescimento do movimento terceiro-mundista, o plano Marshal e a ajuda financeira aos países "subdesenvolvidos", as teorias desenvolvimentistas e os projetos de industrialização orientados pelo Estado na periferia capitalista, as demandas de autonomia e nacionalização dos recursos privados, frente o perigo das alianças na Guerra Fria, o controle estatal sobre os fluxos de capitais assegurado pelo sistema monetário internacional de Bretton Woods, e a defesa da incorporação de direitos sociais e econômicos na Carta de Direitos Humanos da ONU.

Assim, o projeto neoliberal passou a propor ideias e práticas em confronto com as alternativas em questão. A proposta de desenvolvimento neoliberal reafirmou a relação centro-periferia já no final da década de 1950 a partir do papel do capital privado estrangeiro no investimento nos países em desenvolvimento, direcionados às vantagens comparativas entre os Estados – como negação da política de ajuda financeira do centro capitalista e das teorias desenvolvimentistas da periferia – e condicionados à imposição de um modelo de política econômica e do trabalho e à transformação cultural e moral da população a fim de se adequar às exigências da competitividade internacional (PLEHWE, 2009b). A democracia estaria condicionada, assim, às expectativas do centro em relação à acomodação da periferia aos imperativos e valores hierárquicos do mercado idealizado.

Da mesma forma, a moralização de mercado dos direitos humanos foi uma contraproposta estabelecida em oposição aos debates encampados pelo movimento pela Nova Ordem Econômica Internacional na ONU, formado pelos países da periferia capitalista, sob orientação terceiro-mundista. O argumento central dos neoliberais era a capacidade do mercado internacional em solucionar pacificamente os conflitos que a política apenas intensificaria. Dessa forma, os direitos deveriam se restringir à garantia da liberdade privada (de pessoas físicas e jurídicas) no mercado internacional contra a coerção política dos Estados (WHYTE, 2019). Nesse sentido, democracia e direitos humanos estão em lados opostos e a conformidade com valores morais do mercado seria a única maneira de resguardar os direitos humanos.

Outra frente de batalha neoliberal envolveu a disputa sobre o sistema monetário internacional. Embora o sistema de Bretton Woods incorporou mecanismos que do ponto de vista dos neoliberais eram importantes para a ordem do mercado, como o incentivo à redução das tarifas pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e o controle do câmbio pelo FMI, o sistema ainda estava muito longe do idealizado (SLOBODIAN, 2018, p. 119). O GATT não tinha a capacidade normativa de impor suas resoluções e tinha o pleno emprego como princípio para as políticas monetárias nacionais. Além disso, a autonomia monetária garantida no sistema empoderava os Estados nacionais que podiam controlar os fluxos de capital, barrando os efeitos da especulação financeira e adotar políticas expansionistas domesticamente. De forma geral, os pilares da política monetária neoliberal até então abrangiam a rejeição do controle da moeda e dos fluxos de capital e o uso de instrumentos automáticos do mercado como forma de conter as pressões sociais da democracia, por meio de restrições fiscais e monetárias. E era isso o que ideal do padrão-ouro representava, a garantia da austeridade (SCHMELZER, 2020; MATTEI, 2023). Assim, adaptação do projeto neoliberal para o sistema monetário, passou por amplo conflito interno à SMP e representou uma ruptura no coletivo entre os favoráveis a um retorno do velho padrão-ouro (com câmbio fixos e livre fluxo de capitais), defendido pelos hayekianos e libertários tradicionais, e os favoráveis ao sistema de câmbios flutuantes, representados por Milton Friedman (MIROWSKI, 2009).

Schmelzer (2020) mostra como, uma vez que o grupo liderado por Friedman suplantou seus opositores internos, houve uma forte organização e mobilização interna e externa à SMP, mas encampada por ela, como forma de consolidar o projeto no debate público, acadêmico e político. Assim, quando a janela de oportunidade se abriu, com a crise internacional do petróleo e da balança de pagamento nos EUA no início da década de 1970, a opção já tinha saído da marginalidade do pensamento econômico e especializado e pode ser incorporada pelo governo Nixon.

A mudança do sistema monetário internacional é com frequência relacionada à expansão da financeirização global, à transformação do capitalismo e ao crescimento da concentração de renda no mundo (WOOD, 2014; SCHMELZER, 2020; COOPER, 2024), contexto importante da contrarrevolução neoliberal. Mas antes dessa alternativa se tornar a única disponível no imaginário econômico mundial, ela foi amplamente questionada internamente na SMP pelo temor de que a manutenção da autonomia monetária dos Estados representaria o empoderamento da política e das pressões democráticas sobre a política monetária (SCHMELZER, 2020). Em outras palavras, a proposta para vários

neoliberais era pouco antidemocrática. Schmelzer destaca que custou longos debates, rompimentos de amizade e banimentos internos para que Friedman convencesse os membros da SMP de que sua proposta estaria condicionada ao monetarismo doméstico, o que a afastaria dos modelos keynesianos (p. 208). Foi a partir de 1979 que o modelo proposto por Friedman se consolida com a introdução do monetarismo na política do FED por Paul Volcker. Desse ponto de vista, Friedman previu corretamente. Nos dias de hoje, os câmbios flutuantes, o fluxo de capital especulativo e o monetarismo são pilares essenciais da austeridade fiscal e da domesticação da democracia, principalmente na periferia capitalista, por exemplo, com o uso da especulação sobre as moedas domésticas pelo mercado financeiro internacional (CABALLERO; GAGO, 2021, p. 30).

Assim, as transformações do capitalismo foram marcadas por disputas políticas intensas sobre o desenho extraeconômico para sustentá-las. Valores morais, arranjos institucionais e novas ideias foram construídos pelos neoliberais, em meio a essas disputas, a fim de ressignificar as hierarquias da relação centro-periferia e as formas de domesticação da democracia. Enquanto essas reinvenções tenderam para uma perspectiva economicista e institucional pautada no princípio de liberdade, essa liberdade é ressignificada a partir de uma normatividade específica, pré-política, sobre os valores hierárquicos que são sua condição de existência. E a finalidade do projeto neoliberal foi garantir sua influência política sobre essas mediações necessárias para a reprodução e reconfiguração da ordem capitalista global, adequando-as aos desafios que se apresentavam, desde valores e princípios comuns.

O conceito de imperialismo é, então, central para compreender a relação centro-periferia no capitalismo, mas também as ressignificações e reconfigurações dessa relação pelo projeto neoliberal. O imperialismo capitalista definido por Wood (2014), e a ordem e soberania dos mercados defendida pelos neoliberais, que Slobodian (2018) e Whyte (2019) apreendem, destacam um ponto em comum importante, o uso da coerção econômica como meio de manter as relações assimétricas de poder entre centro e periferia capitalistas. Essa é uma relação típica do capitalismo, tanto em sua expressão ideológica no liberalismo incorporado, quanto no neoliberalismo. Todavia, a ênfase nos mercados como mecanismo dessa relação deixa de apreender como a acumulação primitiva é outro mecanismo constitutivo do capitalismo não somente de sua gênese. O pós-Segunda Guerra foi marcado por inúmeros deslocamentos das hierarquias sociais, em que o neocolonialismo, os extrativismos e a superexploração do trabalho são algumas de suas características – mais evidente sob a perspectiva da periferia capitalista. As ditaduras na

América Latina somente revelam a dependência da acumulação em relação a essas hierarquias. E a acumulação primitiva chama a atenção para como a dominação centro-periferia não é apenas econômica, mas também política, coercitiva e moral.

O projeto neoliberal intensifica justamente essas dimensões da hierarquia periferia-centro, embora seja a ideia do mercado e a dicotomia entre liberdade-coerção que velam esse processo. Por exemplo, a preocupação com a liberdade do capital estrangeiro frente a independência dos países periféricos foi mobilizada tanto para proteger a propriedade, quanto para garantir o acesso aos recursos naturais na periferia pelo capital internacional privado das nacionalizações, sob o argumento dos direitos humanos ou da ordem dos mercados (SLOBODIAN, 2018; WHYTE, 2019). No entanto, subjaz ao economicismo da proteção dos mercados uma concepção lockeana do melhoramento e da propriedade que expressou ideologicamente o nascimento do capitalismo e a expansão colonial, que parte de fundamentos morais de classe – sobre o sentido de trabalho desvinculado da pessoa que o realiza para aquela que o mobiliza – (WOOD, 2012), civilizacionais – baseado na superioridade do "ocidente" – (WHYTE, 2019), de gênero – que se fundamenta nas subordinações entre "dependentes e independentes" – (PATEMAN, 1993) e raciais – no sentido de que as regras e princípios que criam "o mercado" demarcam tanto as condições de inclusão no mundo dos brancos, quanto as relações de subordinação racializadas (MILLS, 2019). A "ordem do mercado" neoliberal, portanto, não é somente reproduzida pela coerção econômica ou pelo encapsulamento institucional das trocas desiguais, nem se orienta apenas para expansão da acumulação pela criação de valor. No projeto neoliberal, essas dimensões foram ressignificadas e reconstruídas. À coerção econômica, são incluídas novas formas de subordinação hierárquica e de dependência, bem como valores morais institucionalizados em torno da ideia da proteção dos mercados. O capitalismo financeirizado "é o avesso do mercado, da concorrência, do risco capitalista e da ausência do Estado" (PAULANI, 2010, p. 109). À criação de valor, acrescentam-se novos mecanismo e relações sociais extrativistas de valor produzido nas periferias e de recursos naturais inexplorados, por meio da acumulação por espoliação (HARVEY, 2008), mas também pela ressignificação e intensificação dessa extração por meio da dívida, da transformação das relações campo-cidade, das periferias urbanas e de povos tradicionais com os mercados, e da exploração indireta do trabalho informal, comunitário e de reprodução social realizado principalmente por mulheres, grupos étnicos e racializados e populações periféricas (CAVALLERO; GAGO, 2021; GAGO, 2018; GAGO; MEZZADRA, 2015).

5.3.2. As hierarquias de classe

Classe e trabalho foram preocupações fundamentais do projeto neoliberal ao longo de seu desenvolvimento, apesar de que as ideias e práticas do neoliberalismo tenham sido construídas em torno da negação da validade e ressignificação de ambas as categorias. Não à toa o projeto neoliberal tenha participado em transformações ideológicas, teóricas, institucionais, políticas e materiais que tiveram como efeito o questionamento de pensadores de variadas filiações no espectro político sobre a centralidade da divisão de classe e do trabalho no capitalismo. De fato, o trabalho e as classes se tornaram mais heterogêneos e fragmentados, o que não quer dizer que não sejam centrais no capitalismo financeirizado (ANTUNES, 2022; PAULANI, 2010), ou que a heterogeneidade e a fragmentação não fizessem parte das distintas fases do capitalismo (FRANK, 1977; OLIVEIRA, [1972] 2003a). Centralidade não pode ser confundida com primazia, nem trabalho e classe devem tomar como referência apenas as formas típicas do, ou reconhecidas pelo, centro capitalista. Aliás, uma das particularidades imprimidas pelo neoliberalismo no capitalismo contemporâneo foi a reconstrução de uma ordem do capital hierárquica que se aproximou de processos típicos do passado, embora distintos, e se afastou dos trinta anos gloriosos do capitalismo. Nesse sentido, o capitalismo financeiro e sua expressão hegemônica neoliberal representaram a periferização do centro (BRAGA, 2012), em que precarização e superexploração do trabalho, a associação entre variadas relações de produção e reprodução sociais no processo de acumulação e a acumulação primitiva se tornam fenômenos ainda mais comuns. Para a periferia capitalista, processos históricos do capitalismo foram acentuados, destruindo avanços precários e se fazendo regredir as condições periféricas (MIGUEL, 2022).

Contudo, essas transformações no mundo do trabalho e nas hierarquias de classe também não refletem uma relação direta e sem desvios entre ideias e práticas neoliberais. Como é típico do projeto neoliberal, as perspectivas, alternativas alianças e estratégias para lidar com esses temas foram plurais, de acordo com os contextos políticos e sociais em que o projeto participou. No período de marginalidade do neoliberalismo, entre as décadas de 1940 e 1960, não havia consenso na SMP sobre como lidar com os sindicatos e a questão do trabalho no capitalismo (STEINER, 2009). Apesar de ter sido um dos principais temas debatidos pelos neoliberais no período, Steiner identifica uma divisão interna na Sociedade sobre como limitar os efeitos dos “monopólios do trabalho” na

economia de mercado. Entre aqueles que defendiam alguma forma de organização do trabalho – posição dominante até a década de 1940, encampada principalmente pelos ordoliberais –, para evitar a escalada do conflito entre capital e trabalho, as ações para lidar com o tema deveriam ser orientadas para a doutrinação e adequação dos trabalhadores aos mercados competitivos e impedir legalmente a possibilidade de intervirem na economia ou estabelecerem uma "democracia industrial" em que participassem das decisões sobre a produção (p. 187). Basicamente, as medidas aceitáveis dos sindicatos para esses neoliberais deveriam se restringir às negociações sobre demandas econômicas do trabalho – salários, segurança do trabalho, benefícios sociais etc. – sem o uso da "coerção legalizada" – greves, protestos e a filiação obrigatória a sindicatos para determinadas ocupações, o *union shop* (p. 191). Essa posição refletiu o contexto europeu, em que os sindicatos eram vistos pelos neoliberais como uma realidade inescapável diante da força que os trabalhadores haviam alcançado política e socialmente no continente. O principal problema para essa vertente era evitar o aumento da politização do trabalho e a expansão das demandas para além dos interesses econômicos individuais.

A outra perspectiva que se tornaria dominante a partir da década de 1960 foi compartilhada principalmente pelos austríacos e estadunidenses e recebeu apoio financeiro de grandes capitalistas ultraconservadores e libertários dos EUA para custear os encontros e conferências internacionais da SMP (PHILLIPS-FEIN, 2009; STEINER, 2009), grupo que mais tarde organizou interesses comuns das frações de classe dominantes e foram peça-chave no desmantelamento do bem-estar social dos EUA e na reconfiguração social e política do trabalho (COOPER, 2024; HARVEY, 2008). Essa posição que se hegemonizou em um primeiro momento no coletivo de pensamento e, em seguida, no mundo, representou uma das vitórias de Hayek dentro da SMP (STEINER, 2009). A caracterização dos sindicatos como um monopólio que corrompia o mercado como ordem espontânea e ultraprocessador de informações e representava "a principal ameaça à ordem econômica e à sociedade livre", orientou as ideias e práticas do projeto neoliberal sobre a organização do trabalho que buscavam criar um mercado livre e competitivo (p. 195). A ênfase nesse momento foi a necessidade de se revogar as leis que asseguravam o poder dos trabalhadores, o monopólio do trabalho que se traduzia no uso da "coerção e violência" sobre o mercado, como as legislações que regulavam as negociações coletivas, o associativismo ou mesmo o salário-mínimo.

É possível perceber, pelo reconhecimento entre os neoliberais do poder social e político da classe trabalhadora, uma relação estratégica e política entre os debates internos

e conflituosos da SMP, os momentos históricos em que foram travados e o desenvolvimento das ideias e doutrinas que foram disseminadas publicamente. A negação e ressignificação ideológicas e teóricas das categorias trabalho e classe foram construídas em paralelo a esse reconhecimento, mas também outras intervenções neoliberais criaram as condições materiais e políticas para que a ideologia neoliberal pudesse se tornar hegemônica.

Duas ideais centrais no projeto neoliberal fundamentam as disputas ideológicas acerca das hierarquias de classe: o mercado como mecanismo de produção de verdade e o capital humano. Ambas foram apreendidas por Foucault (2008) e representam em seu pensamento como a racionalidade neoliberal produz subjetividades e a realidade na contemporaneidade. As duas se complementam e são importantes para compreender o processo de negação das categorias trabalho e classe do ponto de vista teórico e ideológico. O mercado como mecanismo de produção de verdade, na qual se sustenta a doutrina epistemológica do neoliberalismo (MIROWSKI, 2013), opera uma negação epistemológica da validade de classe que se consubstancia em negação política. Não é uma negação ontológica, mas sim normativa. A "retórica da ameaça" é mobilizada para conter os desejos e interesses de transformar a ordem "espontânea" do mercado, cujos efeitos seriam pôr em risco à existência da liberdade e das conquistas do desenvolvimento histórico da sociedade ocidental (HIRSCHMAN, 1992). Em resumo, é retirada das classes, mas também de qualquer coletividade, a legitimidade dos anseios por intervenções no mercado.

A ideia do capital humano, por sua vez, opera em um nível, além de epistemológico, também ontológico. Ao trabalho (abstrato), deixa de ser atribuída a validade como criação de valor. A negação do trabalho não seria apenas a expressão (errônea) de uma transformação das relações de produção em que o trabalho vivo perde relevância, proporcionalmente, ao trabalho morto no capitalismo financeirizado informacional (ANTUNES, 2022, p. 45), mas de que o valor é criado pelas qualidades individuais e criativas dos indivíduos em competição no mercado pelos desejos e satisfações dos consumidores. Trabalho se torna capital e a separação entre capital variável e capital constante passa a não fazer sentido teoricamente. O valor deixa de ser uma relação social fundamentada no trabalho e passa a ser produzido pela racionalidade e comportamentos individuais no mercado competitivo, no qual o valor surge do encontro entre empreendedores de si mesmo em busca de suprirem suas satisfações (FOUCAULT, 2008, p. 311). O valor não decorreria do tempo e do esforço médios do trabalho social,

mas das qualidades individuais que produzem satisfação.[122] Desse modo, não há distinção de classe, mas somente unidades-empresas em competição, em que todos são proprietários de capital, embora com qualidades distintas que expressam a competência e responsabilidade individual sobre o investimento em si mesmo; não há salário, mas renda que corresponde ao retorno de autoinvestimento, do mérito e do risco; e, em suma, não há força de trabalho como mercadoria, mas somente capital, ativos individuais mobilizados em pé de igualdade para produzir satisfação no mercado e se autovalorizar.

Porém, esse pano de fundo ideológico que metamorfoseia o trabalhador em empreendedor, colaborador, "pejota", pequeno proprietário, ou portador de capital, e que complementa a estigmatização da intervenção estatal ou das demandas de classe como distorções e empecilhos à liberdade e ao mérito individual alcançado no mercado, não foi incorporado ao senso comum apenas como reflexo dessa construção discursiva. Houve, ao longo do tempo, radicais transformações nas condições materiais de vida nas sociedades capitalistas, reformulações institucionais importantes sob influência das ideias e estratégias do projeto neoliberal, respaldadas pelas formas organizativas que estabeleceram, mobilizações políticas diversas em distintas escalas temporais e espaciais, aprendizados acumulados pelo projeto, desmantelamentos do poder social e político dos trabalhadores e usos estratégico das distintas hierarquias sociais como forma de antagonizar frações de classe e grupos subalternos. Foram esses processos que reconfiguraram as hierarquias de classe e ajudaram a produzir novas formas de consenso sobre os deslocamentos hierárquicos realizados pela hegemonia neoliberal no capitalismo financeirizado.

As mudanças nas relações de classe produzidas pelos processos de neoliberalização assumiram percursos e formas variadas no mundo, tanto entre países do centro, quanto da periferia capitalista (HARVEY, 2008; PECK, 2010). Não obstante, é possível identificar a relação entre algumas ideias e práticas neoliberais responsáveis por alterar as condições institucionais, as relações de produção no capitalismo e a correlação de forças entre capital e trabalho.

---

[122] Essa é uma readequação da teoria neoclássica baseada no valor-utilidade, na qual o valor das mercadorias derivaria de uma dimensão subjetiva relacionada à utilidade que os indivíduos no mercado dão a elas (PAULANI, 2008, p. 107). A teoria do capital humano estende essa compreensão para o trabalho, acrescentando uma dimensão qualitativa e subjetiva ao valor da força de trabalho. No entanto, o indivíduo como empresa obscurece o trabalho como mercadoria, e a satisfação, as assimetrias inerentes à relação capital-trabalho. Além disso, o homem racional neoclássico naturalizado passa a ser visto como um capital passível de ser moldado.

Entre as múltiplas frentes em que o projeto neoliberal esteve envolvido durante seu período contrarrevolucionário estão o contexto da crise inflacionária nos países centrais, as pressões internacionais sobre o padrão ouro-dólar, a crise do petróleo e sua respectiva crise de acumulação, bem como o aumento da procura por parte do capital pela valorização não produtiva no mercado financeiro de Londres (PAULANI, 2008). As práticas neoliberais nesse período incluíram a aplicação do monetarismo elaborado por Friedman para lidar com as crises inflacionárias, em benefício dos proprietário de ativos e em detrimento dos assalariados, a partir do Plano Volcker de 1979, em uma evidente orientação de classe que inverteu os efeitos da inflação sobre a distribuição de renda (COOPER, 2024; HARVEY, 2008; PAULANI, 2008);[123] a democracia dos ativos também idealizada pela Escola de Chicago fortaleceu as grandes corporações (CROUCH, 2011), inclusive alterando a estratégia de associações e sindicatos dos trabalhadores que passaram a gerir fundos de pensão privados, em uma paradoxal orientação que pretendia resguardar os trabalhadores diante da pauperização produzida pelas transformações capitalistas, mas que reforçava e legitimava os processos que lhe foram causa (COOPER, 2024);[124] a revitalização das políticas de balanço orçamentário, cujos princípios foram reformulados por Buchanan e tomaram espaço no ideário público em distintas escalas – locais, estaduais e federais –, de modo a favorecer as classes dominantes sob a lógica individualizada da contribuição proporcional ao uso de bens e serviços públicos utilizados e que serviu como substrato para mobilizar múltiplos interesses antagônicos em torno dos ataques ao orçamento público, demandas sindicais e gastos sociais (COOPER, 2024); a economia do lado da oferta responsável por embasar a redução dos impostos de forma regressiva em favor dos grandes proprietários, pressionando ainda mais os orçamentos públicos e revertendo a contribuição de classe sobre a socialização das receitas e despesas orçamentárias (COOPER, 2024; HARVEY, 2008); e o fortalecimento de organizações internacionais como FMI, Banco Mundial e OMC que passaram a disseminar e impor os ajustes estruturais neoliberais na periferia capitalista e restringir a soberania dos Estados

[123] A inflação frente ao poder de barganha dos sindicatos foi um mecanismo redistributivo de renda. Os trabalhadores conseguiram aumentar seus salários, os capitalistas produtivos mantinham suas taxas de lucro pelo ajuste dos preços à inflação, mas a fração de classe financeira era prejudicada pelo fato de os ativos serem avaliados pelo preço nominal, de modo que a inflação depreciava o valor dos ativos em termos reais. Com o aumento das taxas de juros pelo FED, os ativos se valorizaram, enquanto a inflação era controlada pelo desaquecimento da economia, repercutindo no aumento do desemprego e a capacidade de barganha dos trabalhadores.

[124] Fenômeno semelhante, por exemplo, ao apontado por Oliveira (2003b) no Brasil, como crítica ao lulismo a partir da ideia da ascensão de uma nova classe social formada por lideranças sindicais, agora diretores de fundos sob a lógica do sistema financeiro.

nacionais sobre suas políticas econômicas internas (CROUCH, 2011; DARDOT; LAVAL, 2019; SLOBODIAN, 2018; STREECK, 2013).

Concomitante a essas ideias e práticas do projeto neoliberal, houve uma unidade política das classes dominantes, mobilizada em torno dessas agendas, e uma desarticulação da classe trabalhadora formal e sindicalizada nos países do centro capitalista – sindicatos e associações de classe tradicionais também perderam filiados, força política ou representatividade nos países periféricos como o Brasil, após os ajustes estruturais, embora greves e mobilizações do precariado sejam mais comuns ao redor do mundo (ANTUNES, 2022; BRAGA, 2012). Enquanto, diversos segmentos dos capitalistas se reuniram ao projeto neoliberal, interconectados pelas diversas associações patronais, *think tanks* e institutos de financiamento que compõem o que Mirowski (2009) chama de boneca russa do CPN,[125] o projeto neoliberal foi adquirindo espaço político, alianças e aprendizados. O projeto aprendeu com a ditadura Chilena, com a gestão fiscal realizada na cidade de Nova York em meados dos anos 1970 que prefigurou o plano Volcker em âmbito nacional (HARVEY, 2008), e com a reversão dos consensos progressistas na Califórnia durante o mandato de governador de Reagan no Estado (COOPER, 2014). Das práticas-piloto na periferia, o projeto interveio no centro e, a partir do aprendizado acumulado no centro, a periferia voltou a ser alvo de suas intervenções intermediadas pelas organizações internacionais.

Os sindicatos e as associações de classe foram severamente enfraquecidos nesse período contrarrevolucionário do projeto neoliberal. E esse processo se deu por intervenção direta e indireta dos governos neoliberais, mas não só. A coerção foi prática comum no Chile, nos EUA e na Grã-Bretanha, ou mesmo no Brasil, com os tanques enviados pelo governo FHC para desmobilizar a greve dos petroleiros em 1995 (TRINDADE, 2018, p. 10). Enquanto Pinochet prendeu, torturou e assassinou os dissidentes e membros sindicais (WHYTE, 2019), Reagan mirou no sindicato dos funcionários públicos dos controladores de voo e demitiu todos diante dos conflitos

[125] Entre algumas dessas associações nos EUA estão a Câmara de Comércio que cresceu e se mobilizou durante a revolta dos impostos, a Cidadãos por uma Economia Sólida dos irmãos Koch que teve ampla participação na defesa pelo orçamento balanceado e, mais tarde, no surgimento da facção reacionária *Tea Party*, e a Federação Nacional de Empresas Independentes que deu capilaridade às associações patronais e institutos de pesquisa com grande financiamento e intermediou a disseminação do ideal do empreendedorismo no país (COOPER, 2024). Na Grã-Bretanha, o *Institute of Economic Affairs*, o *Centre for Policy Studies* e o Instituto Adam Smith tiveram ampla participação no governo de Thatcher e na mobilização e organização do projeto neoliberal naquele país (HARVEY, 2008).

grevistas (COOPER, 2024, p. 182), e Thatcher o fez com um dos principais sindicatos britânicos, também público, o dos mineiros (HARVEY, 2008).

Mas não foram apenas essas ações repressivas a causa da desmobilização dos sindicatos. Além de uma ampla mobilização entre as frações de classe dominante que buscaram quebrar a força de sindicatos como da construção civil nos EUA – sob liderança de capitalistas que participaram das primeiras reuniões da SMP sobre a questão dos "monopólios do trabalho" – (COOPER, 2024, p. 133), os conflitos entre sindicatos públicos, privados e de diversos setores da economia, bem como os antagonismos de raça, gênero, intergeracionais e entre proprietários e inquilinos internos à classe trabalhadora, foram mobilizados e explorados pelo projeto neoliberal, a fim de impossibilitar qualquer tipo de solidariedade frente aos ataques à organização e às reinvindicações trabalhistas (Idem, cap. 2). Em meio às transformações no trabalho com a liberalização dos mercados, privatizações (HARVET, 2008), flexibilização da produção, desemprego, crises de acumulação (PAULANI, 2008) e os conflitos sobre um orçamento público ampliados (COOPER, 2024), as pressões típicas do exército de reserva serviram de condição ideal para antagonizar e culpabilizar privilégios e desvantagens sob a roupagem do individualismo, da liberdade, do mérito ou da tradição.

Dessa forma, as mediações políticas do projeto neoliberal, durante as crises de *status* que emergiram e propulsionaram a contrarrevolução neoliberal, ressignificaram e reestruturaram, ideológica e materialmente, as hierarquias de classe no capitalismo. Essas transformações tiveram impacto sobre a morfologia do trabalho, as relações sociais de produção, as formas de extração e apropriação de mais-valor e sobre como os conflitos sociais e de classe se expressaram nas contradições do Estado, mais especificamente, nas disputas sobre orçamento público.

O capitalismo financeirizado fez surgir novas e variadas formas de trabalho, reconfiguradas em escala global e local, cujos significados também foram alterados (ANTUNES, 2022, p. 95). O trabalho se tornou mais complexo – no sentido da diversidade de ocupações e interconexões que compõem a reprodução social capitalista; mais fragmentado – disperso em múltiplas escalas espaço-temporais; e mais heterogêneo – em relação às formas, sujeitos e hierarquias que compõem a classe trabalhadora (p. 100). Ao mesmo tempo em que é possível perceber o aumento das dimensões intelectuais do trabalho – expansão do setor de serviços, de tecnologia e informação – (p. 90), também se nota a expansão da precarização do trabalho, ou do precariado, "a fração mais mal paga e explorada do proletariado" (BRAGA, 2012, p. 17).

Entretanto, não existe uma divisão clara entre esses dois processos. A ampliação do uso de tecnologias digitais – dos recursos informacionais, dos algoritmos e da inteligência artificial – e do setor de serviços, apesar de impactarem o mundo do trabalho, não substituem o trabalho vivo. O trabalho manual "tradicional" ainda compõe grande parte da produção capitalista – nas fábricas, na construção civil, nas redes de *fast food* etc. –, toda tecnologia precisa ser operada – como pelos programadores dos algoritmos, ou pelos produtores de informação gratuita nas redes sociais – e, mais importante para este trabalho, as formas tangíveis do trabalho se entrelaçam às imateriais nas múltiplas escalas dos circuitos da acumulação capitalista (ANTUNES, 2022, p. 90-91), a qual é global, mas também local, e ambas possuem suas próprias periferias. Além disso, a precarização do trabalho se dá, igualmente, pela incorporação dessas novas tecnologias, de modo que o trabalho intelectual extenuante, embora super remunerado, do Vale do Silício, seja uma exceção. Os fenômenos da "uberização" dos trabalhadores de aplicativo (ANTUNES, 2020), do teletrabalho ou do telemarketing (BRAGA, 2012) são parte constitutiva dessas transformações do capitalismo financeirizado.

Essas alterações das relações de produção capitalista não são uma exceção na história, mas expressam os deslocamentos hierárquicos de classe e da relação centro-periferia mediados pelo neoliberalismo no capitalismo contemporâneo. A consequência foi, por um lado, a periferização do centro capitalista, em um processo que guarda semelhanças à relação entre o "atrasado e o moderno" que Oliveria ([1972] 2003a) identificou como sendo constitutivo do modo de produção periférico, por outro, a ressignificação e reincorporação da exterioridade do capitalismo, das periferias da periferia capitalista, nos processos globais e locais de valorização da acumulação (GAGO; MEZZADRA, 2015; GAGO, 2018). Nesse sentido, a precarização do trabalho não pode ser compreendida como uma exceção ou efeito das crises do capitalismo, mas como inerente a ele, de modo que é justamente a expansão dessa "exterioridade" que caracteriza o capitalismo contemporâneo, cujas mediações que a tornaram possível foram construídas, em grande parte, pelo projeto neoliberal.

Antunes (2022) propõe uma definição para a classe trabalhadora a partir dessa complexidade contemporânea como a "classe-que-vive-do-trabalho", que compreenderia o "conjunto heterogêneo, ampliado, complexo e fragmentado de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, assalariados desprovidos dos meios de produção", incluindo trabalhadores do setor produtivo e improdutivo, formais e informais, e que exercem trabalho intelectual ou manual (p. 110). Dessa definição, ele exclui os grandes

gestores do capital, os pequenos empresários, “a pequena burguesia urbana e rural que detém – mesmo que em pequena escala – os meios de produção” e os que vivem de renda e especulação (p. 100).

Embora essa definição ressalte aspectos das transformações na morfologia do trabalho, ela deixa de apreender dinâmicas do capitalismo, inclusive algumas reconhecidas por Antunes como importantes para a análise da hierarquia de classe,[126] que refletem a dependência estrutural por parte do processo de acumulação das hierarquias sociais, como as mediações do projeto neoliberal reconfiguraram e ressignificaram essas hierarquias, bem como estas servem politicamente à reprodução de sua hegemonia. O trabalho reprodutivo não pago realizado por mulheres e de forma comunitária estão excluídos da definição, assim como formas de extração de mais-valor mais ambíguas que remetem à acumulação primitiva típicas da atualidade escapam à análise. O foco no traço comum de uma identidade de classe, mesmo que fundamental do ponto de vista político e da caracterização do trabalho, deixa de captar mecanismos do capitalismo que fazem convergir as hierarquias internas a classes, mas também as que não podem ser explicadas apenas por classe. E essas convergências e ambiguidades são fundamentais para compreender a hegemonia neoliberal.

Um ponto de partida para considerar esses mecanismos são as transformações nas relações sociais de produção no capitalismo financeirizado e seus efeitos sobre a classe dominante. Paulani (2010) identifica uma dominância da valorização financeira no capitalismo, de modo que sua lógica reconfigurou o processo de acumulação capitalista contemporâneo. Isso significa dizer que a acumulação assume uma característica rentista, em que o setor financeiro se apropria da renda gerada pela produção, os interesses materiais passam a ser orientados no curto-prazo, em detrimento do planejamento e investimentos de longo-prazo, a aversão ao risco se contradiz à forma de operação instável e especulativa, e a apropriação de mais-valor é exterior aos processos produtivos, o que significa que a prioridade passa a ser a valorização dos ativos financeiros e não a expansão da produção em si (p. 129).

Essa dominância da valorização financeira tem implicações sobre as relações de produção tradicionais. O setor produtivo passa a priorizar a produção por demanda, a flexibilização do trabalho, a horizontalização da administração privada e a descentralização da produção (PAULANI, 2008, p. 122). Como reflexo dessas

[126] Entre elas estão o trabalho reprodutivo e de cuidado não pago exercido pelas mulheres e a convergência entre hierarquias sociais que chama de transversalidade (ANTUNES, 2022, cap. 7).

transformações, o toyotismo substituiu o taylorismo e o fordismo das linhas de produção, de modo a intensificar o uso do trabalho (e a apropriação do mais-valor absoluto fundido ao relativo)[127] e reduzir os seus custos (econômicos e políticos), a partir da eliminação de níveis hierárquicos internos, em que "colaboradores" proativos "participam" das decisões gerenciais e assumem o papel de vigilância entre si. O controle de estoque reflete a produção por demanda e a customização do consumo "individualizado", dando flexibilidade, mobilidade e liquidez ao capital, a fim de o tornar disponível para desfrutar oportunidades de valorização em outros setores produtivos, financeiros ou públicos. E a terceirização, os contratos de tempo parcial e a "pejotização" que expressam a flexibilização, são formas de reduzir a resistência passiva do trabalho e os custos produtivos pela "delegação" dos riscos com os trabalhadores, empreendedores e pequenos proprietários (p. 123). Assim, uma característica central das relações de produção do capitalismo financeirizado é a dispersão espaço-temporal das formas de trabalho e dos riscos e custos produtivos, com a finalidade de garantir a mobilidade e flexibilidade do capital típica do sistema financeiro. Por conseguinte, há um distanciamento entre produção e apropriação de mais-valor, tanto em relação à descentralização produtiva, mas principalmente entre valorização financeira e produção (GAGO; MEZZADRA, 2015).[128]

A partir da pesquisa que orientou este trabalho, foi possível identificar três mecanismos centrais interconectados que fazem convergir as hierarquias sociais, intensificam e complexificam as hierarquias de classe e dão unidade e reconfiguram as classes dominantes no capitalismo: *a ressignificação da superexploração pela ideia de capital humano, a extração operacionalizada pela dívida e a relação entre extravagância e austeridade do orçamento público*. Esses três mecanismos expressam as transformações do capitalismo contemporâneo, refletem as práticas e finalidades da hegemonia neoliberal, explicitam suas dimensões materiais, morais e políticas, e representam uma adequação histórica do mecanismo estrutural do capitalismo proposto nesta tese da

[127] O trabalho flexível por meta, atividade ou produto aumenta ao mesmo tempo a produtividade, reduz o tempo de não-trabalho e o tempo do trabalho não-pago, pelo uso da força de trabalho apenas quando necessita dela (OLIVEIRA, 2003b, p. 88).

[128] Enquanto as grandes corporações se apropriam de parte da produção presente, sem precisar adiantar capital ao trabalho na forma de salário (OLIVEIRA, 2003b, p. 89), o rentismo se apropria da produção social futura, seja pela valorização dos ativos sobre as expectativas antecipadas não necessariamente relacionadas à produção, seja pela remuneração dos títulos públicos que são pagos pela extração da renda socialmente produzida (PAULANI, 2010, p. 130).

dependência por parte da acumulação das hierarquias sociais, de um ponto de vista dos imperativos regressivos do capital.

O primeiro mecanismo envolve a ressignificação e transformação da (super)exploração do trabalho. Uma característica particular do capitalismo é condicionar a vida e a existência à valorização de capital, ao passo que o tempo de vida não produtivo, "os momentos mortos [...] desde o ponto de vista da produção", é excluído da responsabilidade da organização do processo produtivo (MARINI, 1973, p 14), conquanto seja condicionado por ele. E isso se dá pela mercadorização do trabalho enquanto força de trabalho e pela separação dos trabalhadores dos meios de produção. Portanto, as formas "não capitalistas" de produção e reprodução social são exploradas indiretamente pelo capital – a produção não mercantil, o cuidado, o apoio comunitário etc. Com a transformação das relações de produção no capitalismo financeirizado, essas formas de exploração do tempo de vida não dedicado diretamente à valorização do capital tomam uma outra dimensão que se expressa ideologicamente pela ideia de capital humano. O trabalhador, mas não só, como empreendedor de si mesmo, se responsabiliza pelas formas reprodutivas do aumento de produção – educação, experiência, formação de rede de contatos, atividades criativas etc. – que assumem a conformação de um trabalho sobre si mesmo, não remunerado ou pago pelos sujeitos – com recursos materiais, tempo e esforço físico e intelectual. Isso significa a transformação dos "momentos mortos" em momentos potenciais de produção, a integralização do tempo de vida dedicado à valorização do capital.

Além disso, acrescenta-se o trabalho reprodutivo cotidiano e generativo, assumido em sua maioria pelas mulheres, cada vez mais privatizado e direcionado para a esfera familiar – tema da próxima seção –, mas também o próprio trabalho produtivo. Veronica Gago (2018) chama de pragmática vitalista esse momento produtivo de subjetividades e de valor desde baixo no neoliberalismo (ou capitalismo) que manifesta o aspecto ambíguo de resistência e perseverança, mas também de exploração e opressão, que cria ensamblagens multiescalares, excedendo a racionalidade e governamentalidade neoliberais, ao entrelaçar, nas "economias barrocas", o global às periferias, conhecimentos, habilidades e saberes tradicionais, comunitários e populares a cálculos econômicos, a circuitos transnacionais de valorização do capital e a grandes empresas e marcas internacionais. Há, então, em sua análise das comunidades andinas migrantes na Argentina, um olhar sobre como cultura, subjetividades, técnicas e processos econômicos

se constituem mutuamente pelo neoliberalismo, extravasando os espaços e temporalidades tradicionais do trabalho, do Estado, da cidade e do mercado.

Esses fenômenos não são necessariamente novos, como discutido no capítulo 2. Os mutirões, a informalidade, as feiras, os ambulantes, antes de uma exceção ou falha, foram constitutivos do capitalismo periférico (OLIVEIRA, [1972] 2003a). Ademais, embora a ênfase na resistência e vitalidade desde baixo chame a atenção para uma relação produtiva do consenso neoliberal que escapa a concepções vitimistas, paternalistas e elitistas sobre a subalternidade, pode se perder de vista a dimensão da exploração e extração de trabalho que mobiliza as hierarquias sociais, inclusive internamente aos grupos e comunidades, sem que se delimite os conceitos de capitalismo e neoliberalismo, como no caso dos imigrantes que se tornam patrões e "benfeitores" comunitários e passam a explorar familiares e outros migrantes, como no estudo de caso que Gago pesquisou (p. 130). É em trabalho posterior que Gago aborda essa dimensão ao incluir o capitalismo e a acumulação primitiva em sua análise em parceria com Mezzadra.

Apesar dessas análises levantarem aspectos fundamentais que se relacionam a como as hierarquias sociais convergem no capitalismo e como o projeto neoliberal ressignifica essas interconexões no espaço e no tempo do capitalismo financeirizado, há outro aspecto importante sobre as hierarquias de classe que diz respeito ao processo produtivo da acumulação. A dominância da valorização financeira cria interdependências entre superexploração e exploração em distintos níveis. Nesse sentido, as posições sociais do trabalho e de classe se tornam cada vez mais ambíguas e a separação do trabalhador da propriedade dos meios de produção deixa, em alguns processos produtivos, de demarcar com exatidão as fronteiras de classe, do trabalho e da exploração. Um cozinheiro que vende marmitas ou quitutes na cidade, uma feirante que possui um ponto de venda, uma motorista de aplicativo que utiliza seu carro ou sua moto, o autônomo que cria uma empresa, o "gato" da construção civil que gerencia suas próprias equipes de trabalho,[129] o agricultor familiar que trabalha na sua terra e o pequeno empresário que passa a assumir etapas produtivas antes sob responsabilidades das grandes corporações –

[129] A figura do "gato" é muito comum na construção civil brasileira e corresponde a trabalhadores que adquirem posições técnicas e conhecimento, como pedreiros, mestres de obra, encanadores etc. e que deixam suas ocupações assalariadas e organizam e gerenciam equipes de serviço com colegas de trabalho, muitas vezes, informais, passando a vender serviços irregulares, sem documentação trabalhista ou registros técnicos, a clientes privados. Em muitos casos se tornam autônomos regulares e recebem serviços terceirizados de grandes construtoras que deixam de arcar com os custos trabalhistas e os pisos salariais. Muitas vezes, um "gato" subcontrata serviços a colegas ou subordinados, assumindo a relação formal contratual, e intermediando a superexploração do trabalho por parte das construtoras.

como a venda, assistência técnica, ou mesmo a produção direta de mercadorias – são todos, em alguma medida, proprietários, realizam atividades antes vinculadas ao trabalho assalariado, e, em alguns casos, superexploram e são (super)explorados a partir de suas posições na hierarquia de classe. São essas ambiguidades que, do ponto de vista do capital humano, do empreendedorismo, aproximam ideologicamente – mas também pela experiência de vida – trabalhadores de "proprietários", explorados de apropriadores.

Isso não significa dizer que todos os exemplos citados façam parte da classe trabalhadora, mas sim que há uma crescente complexificação das hierarquias e relações de classe que as tornam mais ambíguas e aproximam experiências de vida, expectativas, preferências, sujeitos e predicados da exploração. Do ponto de vista da classe dominante, essa complexidade cria uma unidade que se relaciona à apropriação do tempo de vida e do valor não pagos por meio da redistribuição dos custos e riscos da atividade produtiva e pelo distanciamento entre capital e trabalho que obscurece e "terceiriza" a exploração. E é a teoria do capital humano que ideologicamente e de forma prática vela essa unidade e expressa a representação de relações sociais comuns do cotidiano, embora hierarquizadas, particulares e atravessadas por outras relações sociais de opressão e subordinação.

O segundo mecanismo que se relaciona ao primeiro é a da extração operacionalizada pela dívida. O capitalismo financeirizado modificou as formas de extração a partir de operações extrativistas que redefiniram os processos de acumulação primitiva – como o capitalismo avança sobre sua exterioridade para lidar com suas contradições da expansão da acumulação.[130] Nesse percurso, a extração se vincula ao financeiro e produz efeitos sobre a pluralidade do trabalho, a produção de subjetividades, a interconexão das relações sociais de produção e reprodução e as atividades estatais e governamentais. E é a dívida uma forma de compreender como essa complexidade e diversidade se unifica no capitalismo contemporâneo.

Uma característica fundamental da extração envolve a ocupação pelo capital de espaços periféricos para "convertê-los em suas operações" (GAGO; MEZZADRA, 2015, p. 41). Essa ocupação é acompanhada pela produção de novos espaços – físicos, digitais ou do trabalho –, o que significa os reconfigurar e os inserir nos circuitos financeiros e de acumulação a partir das transformações institucional e legal que regulam esses espaços, pela readequação moral, disciplinando, controlando e produzindo novas racionalidades,

[130] Ver capítulo 2 deste trabalho.

comportamentos, e subjetividades, e pela criação de novas relações sociais de produção passíveis de serem exploradas financeiramente. Todas essas mudanças contam com um papel essencial do Estado.[131,132]

Essa multiplicidade e pluralidade de formas de trabalho, de hierarquias e de operações extrativistas se relacionam às transformações do processo de acumulação primitiva no capitalismo financeirizado e às hierarquias centro-periferia. O avanço das fronteiras do capital sobre a "exterioridade" do capitalismo toma formas distintas no momento histórico em que universalização do capitalismo já se completou geograficamente. Gago e Mezzadra (2015) chamam a atenção, então, para a característica intensiva da acumulação primitiva, a qual precisa reorganizar de forma violenta espaços e sociedades, recriando novas "exterioridades" a serem incorporadas nos circuitos financeiros da valorização do capital (p. 48). Um aspecto importante dessas operações extrativas é o distanciamento entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que possibilita

---

[131] A transformação dos territórios rurais, tradicionais e naturais contam com a regulação das patentes – por exemplo, de tecnologias, sementes, recursos biológicos, apropriadas e produzidas por grandes corporações – e dos espaços – transformando as regras sobre o uso comercial, extrativo e produtivo desses territórios, por meio da expansão e redefinição sobre suas fronteiras legais. Isso também ocorre com os espaços urbanos periféricos pela alteração das legislações de uso do solo, pela aplicação de instrumentos urbanísticos que inserem periferias na "cidade legal", tornando-as objeto da colonização financeira – com a construção de agências bancárias e equipamentos privados de infraestrutura e comércio das grandes redes e marcas internacionais –, se apropriando de instrumentos desenhados para outros fins como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Brasil ou a regularização fundiária, o que não significa que esses novos espaços não mantenham uma relação intrincada entre o "ilegal e o legal". Outra forma de colonização desses espaços se dá pela expansão do consumo nas periferias a partir do crédito popular ou consignado, garantido sobre a apropriação direta dos benefícios de assistência social transferidos pelo Estado à população por parte das instituições financeiras e empresas privadas. De forma semelhante, os espaços digitais são ocupados por redes sociais, empresas que realizam *data mining*, pela "mineração" de *bitcoins*, ou pelas "fazendas de ouro" na China que utilizam a força de trabalho de jovens para produzirem estoque de "riqueza" em jogos online a serem vendidos para jogadores do centro capitalista que não precisam dedicar tempo de suas vidas para produzir esses recursos digitalmente. Sobre essas novas formas de extração territorial rurais e naturais ver Svampa (2019) e Mezzadra e Nielson (2017). Para as transformações urbanas e periféricas na América Latina, ver Gago (2018), Rolnik *et al*. (2021). E para a reconfiguração dos espaços digitais ver Mezzadra e Nielson (2017).

[132] A reconfiguração das formas de extração financeira põe em questão limites importantes sobre os governos progressistas na América Latina. A inclusão da "cidadania pelo consumo" envolve tanto o extrativismo sobre os recursos naturais e territórios tradicionais como destaca Svampa (2019), mas também o endividamento, a exploração e a sujeição da população periférica a formas de trabalho informais, ilegais e precarizadas que reforçam a lógica da financeirização e a hegemonia neoliberal, amplamente criticadas por setores de esquerda, como destacam Gago e Mezzadra (2015) e Paulani (2008). A inclusão pelo crédito reforça uma "retórica oposta à da austeridade e consegue unificar inclusão e exploração sob aparatos financeiros", pela diminuição dos efeitos do endividamento do Estado e dos sucessivos processos de neoliberalização como privatização e precarização de serviços públicos (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 9). Todavia, são dinâmicas que ampliam ideológica e materialmente a expansão da hegemonia neoliberal, por meio de contradições e contratendências a partir da lógica financeira. Esse processo se assemelha à adoção da alternativa neoliberal pelos governos da "terceira via" do centro capitalista (COOPER, 2024; STREECK, 2013), mas assumem formas distintas na América Latina com uma maior participação do Estado na redistribuição de renda, no que alguns autores chamam de "hegemonia às avessas", em que a direção intelectual e moral se dá em nome das classes subalternas, enquanto o projeto político posto em marcha expressa os interesses da classe dominante (OLIVEIRA *et al*., 2010).

“uma relação direta entre o capital e a extração de valor” (p. 50). No entanto, o fim da intermediação entre capital e trabalho vivo – o que poderia ser interpretado pela ideia do empreendedorismo como liberdade e ausência de exploração –, embora exista, reflete somente a aparência dessa relação. Ainda são mantidas relações sociais de produção tradicionais, interconectadas em distintas escalas espaço-temporais – como no uso conjunto entre trabalho formal e informal em cadeias produtivas transnacionais, por exemplo –, e os novos arranjos de cooperação social produtivos desses “empreendedorismos” não são de fato livres ou gratuitos, mas são condicionados por imperativos que disciplinam, controlam e moralizam subjetividades e o trabalho (p. 43). Nesse sentido, é a dívida que ressignifica e conecta a extração à exploração em novas relações sociais produtivas e reprodutivas no capitalismo financeirizado, mas também a relação entre Estado e as experiências concretas nas variadas posições de classe e nas hierarquias sociais.

A dívida contraída por indivíduos e famílias para produzir, reproduzir a vida ou rolar a própria dívida é um dos meios explicativos da complexidade e pluralidade de formas do trabalho produtivo e reprodutivo, bem como da criatividade popular que resiste à ocupação pelo capital nos novos espaços de vida criados – o “corre” diário, a “gambira”, o crime, o apoio comunitário e das redes de fiéis, e novas formas de organização política, criminal e religiosas são expressões desses movimentos.[133] A dívida, portanto, ao mesmo tempo em que forma uma unidade nessa diversidade por meio da exploração da criatividade popular, também não pode ser apreendida a partir de “uma subjetividade singular do endividamento”, de modo que diferenças internas a classe, mas também de gênero e raça implicam “situações concretas” e diferentes de como posições sociais nas hierarquias sociais são impactadas cotidianamente pelas operações extrativistas (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 4).

Um traço comum da dívida é que ela age como uma compulsão coercitiva da superpopulação relativa. Assim, “põe em prática a exploração da criatividade a qualquer preço: não importa o trabalho que você faça, o que importa é pagar a sua dívida”, coagindo as pessoas a aceitarem qualquer tipo e condição de trabalho “pelo fato de a obrigação

[133] Para uma discussão sobre como religião, o crime e o Estado representam regimes normativos sobrepostos e em conflito nos espaços periféricos, cuja intermediação comum é o dinheiro, ver Feltran (2014). Para uma discussão das formas de resistência cotidianas como o trabalho comunitário, a pirataria e organizações políticas autogestionárias que se articulam paralelamente e com instituições formais, ver Gago (2018). Para formas de resistência política diretamente orientadas contra o endividamento popular, ver Cooper (2024, *Conclusion*) e, de um ponto de vista da relação entre dívida e gênero na América Latina, Cavallero e Gago (2021).

financeira acabar ‘comandando’ o trabalho no presente” (Idem, p. 9). Cavallero e Gago chamam de “terror financeiro” esse processo em que o valor produzido é “depreciado” pelos juros e taxas bancárias, reduzindo progressivamente o poder de compra, os salários, os benefícios sociais e o tempo de vida livre da dívida (p. 13). Dessa forma, a dívida tem uma dimensão material que impulsiona o trabalho, o tempo de vida e a criatividade produtiva e reprodutiva, mas também moral, a partir do disciplinamento no presente, condicionando comportamentos, e do futuro, controlando expectativas, desejos e horizontes criativos e alternativos de vida (p. 15-19). A criatividade é produzida e negada pela valorização do capital, pelo viver que produz dívida, “invertendo” a imagem de potência do trabalho e da vida (p. 15).

Um último mecanismo que complementa a reconfiguração das hierarquias de classe, mas também das demais, é a relação entre extravagância e austeridade do orçamento público. O endividamento cotidiano tem uma relação constitutiva com o endividamento dos Estados. Enquanto as dívidas públicas movem as políticas de austeridade com seus cortes de gastos sociais e privatização de serviços públicos, transferindo responsabilidades, antes públicas, para a esfera privada e doméstica, o endividamento privado é tanto uma consequência desse deslocamento de responsabilidade, uma vez que a população passa a depender de crédito para suprir suas necessidades diárias, quanto uma forma de lidar politicamente com a austeridade, ao aumentar o consumo privado pelo endividamento (CAVALLERO; GAGO, 2021). Todavia, a austeridade e o endividamento são apenas uma parte das transformações levadas adiante pela hegemonia neoliberal no capitalismo e nos orçamentos públicos.

Melinda Cooper (2024) identifica na contrarrevolução neoliberal da década de 1970 o momento em que foi estabelecido as bases da política fiscal nos EUA – e que se espalharia pelo mundo de variadas formas – de “um duplo mandato não oficial às autoridades fiscais e monetárias” que, ao mesmo tempo, pôs fim “às restrições tradicionais sobre o dinheiro público e a criação de dívida”, mas condicionou o uso desses “poderes para os fins mais estreitos” (p. 14). O fim do padão ouro-dólar deu maior liberdade para a política fiscal, visto que o FED poderia controlar o balanço das contas públicas a partir de uma política monetária não mais atrelada às reservas de ouro, o que, em teoria, eliminava as barreiras que os câmbios fixos impunham sobre o orçamento (SCHMELZER, 2020). Foi o monetarismo inicialmente implementado por Volcker a partir de 1979 que certificou e expandiu a restituição da austeridade diante da mudança do sistema monetário internacional – o controle inflacionário por meio das taxas de juros

garantiria a contenção do salário (social) e dos gastos públicos. Contudo, Cooper (2024) observa como foram duas influências distintas e contrárias, que fazem parte do projeto neoliberal, as responsáveis por fundamentar doutrinariamente esse duplo mandato.

A Escola da Virgínia com os orçamentos equilibrados e os economistas do lado da oferta (*supply-side movement*) com os cortes de impostos, paradoxalmente, se complementariam estabelecendo uma estratégia de austeridade e extravagância seletiva sobre as disputas acerca do orçamento (Idem, 2024). Enquanto a austeridade foi levada à cabo para conter a expansão das despesas públicas sobre os recursos "visíveis", em relação aos "gastos" – os conflitos sociais sobre o orçamento passaram a ser travados por disputas sobre fatias disponíveis cada vez menores destinadas à política social –, a extravagância incidiu, de forma inversa, sobre as despesas públicas indiretas, de onde viriam (ou não viriam) os recursos do orçamento, de maneira que a disputa se deu em um momento "anterior" ao da austeridade, sobre gastos tributários – as exonerações tributárias ou renúncia de receitas que equivalem, para o campo das finanças públicas, às despesas tradicionais –, revertendo a progressividade da arrecadação (COOPER, 2024; TAVARES; HEY, 2024).

Essas duas doutrinas do pensamento econômico são conflitantes, porque, por um lado, os orçamentos equilibrados pressionam para que receitas e gastos públicos se equalizem, contendo os déficits fiscais, por outro, os cortes de impostos e isenções pressionam o orçamento pelo lado inverso da política econômica expansionista que vigorou nos Estados de bem-estar social, contribuindo para os déficits orçamentários. Entretanto, para Cooper (2024), elas se tornaram complementares por recriarem "as condições austeras das finanças sólidas clássicas para meros assalariados e beneficiários da segurança social" e "ao mesmo tempo um mundo de abundância inimaginável para os detentores de ativos" (p. 21). As contradições doutrinárias, além de reconfigurarem a correlação de força social e política entre classes e grupos sociais em favor das classes dominantes, "conferiu um impulso de autorreforço [...], permitindo aos legisladores invocarem a crescente dívida federal como prova de pecaminosidade fiscal cada vez que infligiam uma nova rodada de cortes" (p. 25). Como consequência, o mantra disseminado da austeridade, sistematicamente, entrega dívida pública, inflação dos ativos, baixo crescimento econômico e concentração de renda.

Nesse cenário, o Estado fiscal não perde "poderes de emissão e redistribuição de dívida" como constantemente apontado pela literatura sobre austeridade e

neoliberalismo.[134] Mas a preservação desses poderes passa a estar subordinada à garantia das hierarquias sociais e da correlação de força sociais e políticas, em detrimento da democracia e de políticas igualitárias. Os déficits públicos, a inflação (dos ativos), a monetização da dívida pela flexibilização quantitativa (*quantitative easing*) e a intervenção do Estado na economia passam a ser relevados pelo objetivo de perpetuar um "Estado de bem-estar" dual com "transferências de renda esfarrapadas [a subalternidade] e subsídios escandalosamente generosos à riqueza privada" (p. 19). O poder do Estado se torna uma exceção, embora com essência de norma, de modo que "o estado de emergência se mostra como uma necessidade do capitalismo" (PAULANI, 2010, p. 132). E o rentismo "com seu conjunto de práticas discriminatórias e seu permanente e concreto açambarcamento da riqueza social por uma aristocracia capitalista privilegiada e bem postada junto ao Estado e nele" (p. 132) revela a primazia política da captura sobre a geração de riqueza, da extração sobre a produção (Idem, 2008).

E mais, as exceções desde cima do projeto neoliberal que expressam a extração do rentismo evidenciam como a competição do mercado, o risco, o mérito e ausência do Estado são o avesso da realidade do capitalismo financeirizado e dos fundamentos das ideias e práticas neoliberais. A concentração de renda, a moralização e a hierarquização das relações sociais capitalistas e a politização dos mercados e da economia se intensificam na hegemonia neoliberal e expressam a primazia dada pelo projeto às mediações políticas que respondem aos imperativos regressivos do processo de acumulação e valorização do capital.

Desde baixo, embora as inúmeras convergências das posições hierárquicas reflitam a singularidade dos conflitos, antagonismos e diferenças, "a austeridade da despesa pública é o fio condutor comum que atravessa as suas diversas experiências", ao passo que a extravagância orçamentária cria uma unidade hierárquica (COOPER, 2024, p. 440), as operações extrativistas intermediadas pela dívida atravessam o cotidiano da subalternidade (GAGO; MEZZADRA, 2015) e a pluralização das formas, sujeitos e predicados da (super)exploração interconecta vivencias da (re)produção social capitalista (OLIVEIRA, 2003b; PAULANI, 2008), por meio da atribuição e descentralização da responsabilidade (re)produtiva, cujos resultados são extraídos e apropriados, seletiva e hierarquicamente, pelo Estado e pela classe dominante. Esses deslocamentos hierárquicos e as exclusões estabelecidas pelos consensos desde baixo se complementam na

[134] Ver capítulo 1.

hegemonia neoliberal pela transformação das condições materiais de vida, das subordinações e opressões que produzem e da moralização das relações de poder que estabelecem, em que as exceções ideológicas e políticas são postas em marcha a despeito da democracia e de alternativas políticas.

5.3.3. As hierarquias de gênero

Como abordado no capítulo 2, a invisibilidade, descoletivização e desvalorização do trabalho reprodutivo, a divisão sexual do trabalho, o contrato sexual e a responsabilização de gênero pelo cuidado expressam relações sociais constitutivas do capitalismo. Assim, as hierarquias de gênero, apesar de sofrerem reconfigurações ao longo do tempo, são uma marca recorrente nas distintas fases do capitalismo, seja na periferia (BIROLI, 2018; GONZALEZ, 1984), seja no centro capitalista, inclusive durante os "trinta anos gloriosos" do capitalismo (COOPER, 2017; HOOKS, [1984] 2015). Entretanto, as hierarquias de gênero foram ressignificadas e reconfiguradas pelo neoliberalismo, tanto como um objetivo da (re)construção da ordem hierárquica do capital idealizada pelo projeto, quanto como uma estratégia da contrarrevolução neoliberal que abriu o caminho para que se tornasse hegemônico. Contemporaneamente, as hierarquias de gênero são fundamentais para se compreender ameaças e recuos da democracia (BIROLI, 2020).

A defesa das hierarquias de gênero nas ideias e práticas do projeto neoliberal são, inicialmente, assim como as de raça, menos evidentes que as da relação periferia-centro e de classe. Mas, com o tempo, se tornaram mais explícitas e passaram a ser um objeto central do projeto, ao contrário de como abordaram as hierarquias de raça, em que o racismo foi encoberto pelo racionalismo, embora não menos importante ao projeto neoliberal – tema discutido na próxima seção. Talvez, com exceção de Röpke, para quem a defesa de todas as hierarquias sociais abordadas neste trabalho é fundante e declarada em seu pensamento,[135] as hierarquias de gênero ganham destaque no pensamento neoliberal, principalmente, em resposta aos movimentos por liberação sexual nos anos

[135] Wilhelm Röpke em, *The social crisis of our time*, expressa um descontentamento conservador tocquevilliano e elitista em relação à massificação da sociedade, cuja causa, além de remeter à perda dos laços comunitários – concepção que serve para desvelar certo conservadorismo em obras de pensadores de esquerda abordadas neste trabalho, como de Karl Polanyi e Wolfgang Streeck – se fundamenta na dissolução das estruturas hierárquicas da sociedade e de sua correspondente perda tanto da reverência aos sábios intelectuais, quanto da resignação diante dos papeis que cada pessoa deveria assumir na estrutura hierárquica (RÖPKE, [1942] 1950, p. 10-11), em uma paradoxal compatibilização moderna entre Platão e a democracia.

1960 e às expansões e reivindicações, para além dos trabalhadores brancos e sindicalizados do salário familiar fordista, acerca do modelo de bem-estar social (COOPER, 2017).

A proeminência que as hierarquias de gênero receberam no projeto neoliberal não pode ser explicada sem se considerar as alianças, convergências e aproximações ideológicas, políticas e estratégicas entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Ainda que os sentidos atribuídos ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo, bem como os argumentos explicativos das aproximações mútuas variem entre obras, há um consenso na literatura de que ambos são conceitos centrais para se compreender as transformações ideacionais e concretas das relações de gênero no capitalismo contemporâneo.

Wendy Brown, de forma arguta, foi uma das primeiras autoras a sistematizar teoricamente essas aproximações, conquanto tenha reformulado seus argumentos no decorrer de sua obra. Em *American Nightmare*, Brown (2006b) compreende o neoliberalismo e o neoconservadorismo como racionalidades políticas, em um sentido foucaultiano, que, embora aparentemente contraditórias do ponto de vista lógico e ideacional, formariam uma simbiose parcial e não sistemática "no nível da subjetividade política" (p. 693). Nessa primeira obra, Brown define o neoliberalismo de modo semelhante a que faz em sua obra posterior, *Undoing the Demos*,[136] ao considerar a racionalidade neoliberal como a tradução da racionalidade de mercado para as diversas esferas da vida, de modo que se caracterizaria pela amoralidade (p. 692). De forma inversa, o neoconservadorismo seria uma racionalidade política nos EUA distintiva pela moralização do poder estatal para fins de regulação social e política, doméstica e internacionalmente, o que a afastaria de suas linhagens conservadoras antecedentes, mais vinculadas ao libertarianismo, tradicionalmente mais críticas acerca do poder estatal e do militarismo (p. 697). Assim, em sua definição, o neoconservadorismo não formaria um conjunto unificado socialmente, incluindo interesses de grupos religiosos diversos, mas também seculares, de intelectuais e anti-intelectuais, ou mesmo de posições variadas no espectro político.

No entanto, essa aparente contradição, entre amoralidade neoliberal e moralidade neoconservadora com referentes políticos díspares – o mercado, de um lado, e a teologia, de outro –, as faria convergir como complemento (Idem, 2006b). A racionalidade neoliberal teria preparado o solo da ascensão neoconservadora, pela desvalorização "das

[136] Ver capítulo 1.

práticas e instituições que o neoconservadorismo então consagra" (p. 702). Ao quebrar os consensos do bem-estar social sobre igualdade, redistribuição e legitimidade democrática, o substituindo pela racionalidade de mercado, o neoliberalismo teria oferecido os fins neoconservadores por outras vias, de modo que a desdemocratização e a (des)moralização da sociedade e da política puderam ser suplementadas pelo autoritarismo e a (re)moralização neoconservadoras (p. 703).

Há uma ambiguidade teórica inicial no pensamento de Brown que diz respeito às fronteiras entre moral e mercados na racionalidade neoliberal. Ao mesmo tempo em que reconhece o impulso construtivo – institucional, jurídico e normativo – do neoliberalismo que o distingue do "deixar ser" do liberalismo econômico clássico, considera que a racionalidade neoliberal não preconiza valores finalísticos, embora ofereça os meios para os alcançar, pelos incentivos produzidos por mecanismos de mercado (p. 700). Nesse sentido, parece haver uma lacuna na racionalidade neoliberal que necessita ser suprida por uma moralidade e valores que lhes são externos. Em *Undoing the Demos*, essa ambiguidade reaparece e se modifica em como Brown (2015) aborda as hierarquias de gênero no neoliberalismo. Assim como reconhece que o "familismo é um requisito essencial, e não uma característica incidental" no neoliberalismo, ela atribui as transformações nas hierarquias de gênero aos efeitos produzidos pela racionalidade neoliberal e não necessariamente a uma dimensão teleológica que lhe é inerente (p. 105-106). A privatização de bens e serviços públicos que desmantelou toda uma infraestrutura pública de reprodução da vida pelos modos de governança neoliberal teria sido a causa da intensificação das hierarquias, uma vez que, em contextos sem alternativas, a responsabilização pelo trabalho doméstico e pelas atividades de cuidado não pagos recai desproporcionalmente sobre as mulheres. Além disso, a generificação do indivíduo, oculta na ideia de capital humano, seria ilegível nos próprios termos da racionalidade neoliberal, reforçando os papeis de gênero inescapáveis diante desse apagamento discursivo. Portanto, antes de ser uma ilusão ou ideologia, essa elipse teórica e discursiva, quando racionalidade dominante, produziria fardos ainda maiores sobre a invisibilidade e exclusões de gênero (p. 106-107).

Alguns problemas teóricos surgem dessa perspectiva. O primeiro deles é que o conceito de neoliberalismo perde poder explicativo para lidar com contextos periféricos em que não exista infraestruturas públicas orientadas para reprodução social aos moldes dos modelos de bem-estar social. O segundo, que se relaciona ao primeiro, envolve a separação entre moral e mercado e, por conseguinte, entre reprodução e produção no

capitalismo. Essa separação retoma os problemas das dicotomias teóricas que acabam por dificultar a análise das próprias dicotomias neoliberais, como entre liberdade e coerção ou, para a discussão das hierarquias de gênero, entre mercado e esfera doméstica. Brown (2015) aborda de forma crítica as contradições ontológicas presentes na famosa afirmação de Thatcher[137] e na obra de Friedman ([1962] 2002) sobre a relação entre mercado, indivíduos e família sob a perspectiva da elipse retórica ou dos efeitos que esse ocultamento ou falha ontológica produzem. Porém, a recepção do mercado como ontologia separada das outras esferas da vida, embora entrelaçadas discursivamente a ele, a impede de perceber como as hierarquias de gênero são constitutivas da lógica neoliberal, mas, principalmente, de definir o neoliberalismo enquanto projeto, com uma finalidade específica.

É em obra mais recente que Wendy Brown (2019) revisa seus argumentos teóricos, reconhecendo o neoliberalismo como um projeto, mas também sua dimensão moral inerente. Sob influência da literatura que aborda o CPN (p. 21), identifica como as hierarquias sociais, apesar de não estarem explícitas no pensamento neoliberal, são "facilmente inserida[s] no projeto neoliberal mercado-e-moral", de forma que os mercados tendem a reproduzir as hierarquias sociais, e a moralidade tradicional defendida pelo projeto "serve para repelir o combate às desigualdades" (p. 24). Além disso, Brown aponta como a privatização neoliberal não se dá apenas na esfera pública, mas também pela proteção da esfera doméstica, em que o papel da família deve ser resguardado da intervenção política. Essas inflexões em seu pensamento, além de possibilitar compreender o neoliberalismo como um projeto com dimensões morais definidas, também abre espaço para se analisar a especificidade de como o neoliberalismo se conjuga com o neoconservadorismo por meio da defesa dos valores familiares.

É na obra de Melinda Cooper, *Family Values*, em que as hierarquias de gênero e a aliança entre neoliberalismo e o que chama de novos conservadores sociais é mais bem explorada. Aos expandir a análise para a produção intelectual dos pensadores neoliberais para além da obra de Hayek, como faz Brown, mas também para a relação entre ideias e práticas do projeto neoliberal, Cooper (2017) adiciona a pluralidade, a contingência e as estratégias à leitura que faz do período contrarrevolucionário neoliberal nos EUA. E, como afirma, a reinvenção dos valores familiares foi fundamental para essa transição.

[137] Segundo Margaret Thatcher, "Não existe tal coisa como a sociedade. Existem apenas homens e mulheres individuais . . . e suas famílias" (apud BROWN, 2015, p. 100).

Um aspecto interessante da obra de Cooper, que se insere em sua definição de novo conservadorismo social, é o reconhecimento da composição heterogênea desse agrupamento político que inclui as afinidades formadas entre neoconservadores e parte da esquerda – como o movimento comunitarista. Assim como Brown (2006b), ela aponta a novidade em relação ao conservadorismo anterior à 1960, mas amplia sua definição, a fim de capturar a configuração das hierarquias de gênero no Estado de bem-estar social e os descontentamentos generalizados, incluindo os de setores da esquerda, que os movimentos por libertação produziram (COOPER, 2017, p. 19).

Ao contrário do argumento recorrente de que o neoliberalismo e o novo conservadorismo tenham se aliado e se orientado contra o modelo keynesiano, Cooper defende que foi o desafio à normatividade sexual – mas também à ordem racial – do salário familiar fordista, representado pelos movimentos de libertação sexual, pelas expansões do New Deal em direção a reconfigurações de gênero e raça do Programa Grande Sociedade de Johnson e pelas reinvindicações mais radicais de expansão do bem-estar social para além do trabalho sindicalizado por parte de setores da esquerda, que mobilizou e fez convergir neoliberais e novos conservadores. A alternativa produzida por essa aliança estratégica foi a reinvenção da tradição das leis dos pobres, baseada na responsabilização familiar privada. Como resultado, o bem-estar social se converteu em políticas para policiar a responsabilidade familiar da população pobre, e parte da dívida do Estado foi transferida para as famílias privadas (cap. 3).

Não obstante o neoliberalismo sempre teve a crítica ao Estado de bem-estar social como um de seus nortes, Cooper observa como os neoliberais estadunidenses adequaram seus argumentos de acordo com a correlação de força social. Durante o "consenso" do salário familiar fordista, o projeto neoliberal se orientou para transformações internas do modelo, a fim de alterar os mecanismos de redistribuição pela via do mercado (Idem, p. 43). Com as crises do Estado de bem-estar e a crescente radicalização das reinvindicações sociais, os neoliberais "refinaram e, em alguns casos, revisaram completamente os seus conceitos fundadores", a fim de responder diretamente "às mudanças na composição racial e de gênero da força de trabalho, aos movimentos pelos direitos civis e pelos direitos sociais, e à ascensão do radicalismo estudantil" (p. 18).

Dessa forma, se, por um lado, o projeto neoliberal não pode ser compreendido pela amoralidade de suas ideais e práticas, por outro, as ressignificações das hierarquias de gênero empreendidas por seus expoentes também não refletem apenas seus próprios argumentos de que o mercado é o principal meio de se assegurar os valores familiares (p.

57). Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo se adapta à "espontaneidade do mercado", ele realiza uma deferência histórica seletiva a esses movimentos (p. 312). Nas palavras de Cooper, "[s]e o neoliberalismo está preparado para acomodar a novidade das 'forças sociais descontroladas' [da espontaneidade], então, é somente para canalizá-las para a *forma constantemente reinventada* de riqueza privada e herança familiar" (p. 312, grifo nosso), como contramovimento regressivo e interno do capitalismo.

Essas formas de reinvenção moral pelo mercado foram fundamentais na reconfiguração das hierarquias de gênero e nas estratégias da contrarrevolução neoliberal em que a família tradicional teve papel fundamental, mas também nas convergências de raça e classe que essa concepção de família produziu. Um dos principais alvos da aliança neoliberal-novos conservadores nos EUA foi a política de Ajuda às Famílias com Crianças Dependentes (AFDC).[138] Embora um programa marginal no modelo de bem-estar que representava um montante pequeno das despesas sociais, o AFDC foi amplamente atacado em razão da composição social de seus beneficiários. Dentro do modelo hierarquizado de bem-estar estadunidense fundamentado no trabalho, essa política assistencial, historicamente, representou as posições de *status* social mais desvalorizadas. O AFDC incluía os pobres não contribuintes, viúvas de maridos pobres e mães divorciadas ou não casadas, o que expressou, ao longo do tempo, um recorte racial da política pública, em consequência das exclusões, barreiras e hierarquias no trabalho que reproduziram as desigualdades decorrentes das posições sociais da população negra (p. 35). Foi da crítica neoliberal-novos conservadores à essa política que surgiu a infame expressão "rainhas do bem-estar" (p. 53).

O uso seletivo da convergência racial e de gênero também foi mobilizado nos ataques às políticas de bem-estar de saúde como estratégia de mobilização e união de neoliberais e os novos conservadores. As tentativas de expansão do *Medicaid* nos EUA foram rechaçadas na opinião pública pela concentração das críticas às transferências reduzidas do programa à saúde da mulher que incluíam o financiamento para práticas abortivas (COOPER, 2024). O argumento arquitetado foi o de que o governo federal dos Democratas utilizava a política de saúde como uma prática eugenista contra a população negra (p. 373). Assim, o tema do aborto foi o meio de unificar setores religiosos antes em conflito – os católicos que, tradicionalmente, apoiaram as políticas de bem-estar e os pentecostais radicais mais próximos da tradição libertária. Essa longa aliança, somada às

[138] Abreviação na língua inglesa para *Aid to Families with Dependent Children*

costuras pelo projeto neoliberal, a partir de suas inúmeras camadas organizativas, e ao fortalecimento de uma fração reacionária dentro das instituições formais – o avanço do *Tea Party* no Congresso e dos neoconservadores na Suprema Corte – possibilitaram a decisão "*Dobbs vs. Jackson Women's Health Organization* de 2022 [que] anulou [a jurisprudência] *Roe vs. Wade* e encerrou cinco décadas de proteções constitucionais para o direito ao aborto" (p. 421). Nos dois casos abordados acima, os antagonismos de gênero, raça e classe foram centrais na mobilização política contra o modelo de bem-estar social, mas também frente às potenciais transformações radicais das hierarquias sociais.[139]

O projeto neoliberal teve grande influência em ambos os casos – mas também em outros – pela tradução dos argumentos morais em questões fiscais, econômicas e legais. Foram diversos os temas em que os pensadores neoliberais reavaliaram e reinventaram suas formulações teóricas para adequarem seus argumentos à reconstrução das hierarquias de gênero e raça a partir de concepções dos valores familiares necessários ao mercado. Desde Chicago,[140] o corrompimento da família passou a ser o fundamento explicativo da crise moral e econômica do bem-estar. Para Becker, as políticas de assistência social e de incentivo à inclusão das mulheres no mercado de trabalho teriam gerado distorções nas relações livres e ótimas do mercado, desmantelando o altruísmo familiar – mantido pela "renda psíquica" das mulheres ou a "satisfação" do cuidado –, necessário à manutenção da responsabilidade individual dos trabalhadores – homens – em sustentar suas famílias (BROWN, 2015, p. 102; COOPER, 2017, p. 60). A relação entre família tradicional e maximização pelo mercado também foi reformulada a partir da reversão da ideia de mérito, no sentido de que a segurança econômica no mercado seria melhor alocada na sociedade através da transmissão familiar da herança, de modo que o interesse pelo legado intergeracional de riqueza agiria como um incentivo à ética do trabalho, como afirmava Fridman (COOPER, 2017, p. 59). De modo semelhante, Friedman também atrelou os valores familiares em seu ataque à política monetária e fiscal do modelo de bem-estar estadunidense. Para ele, a inflação seria uma distorção que, além de produzir a perda da confiança no dinheiro, teria sido utilizada de modo irresponsável

[139] Cooper (2024) destaca como o tema do aborto antagonizou feministas aos homens dentro do movimento negro, produzindo a aliança contraintuitiva e incongruente que objetou a expansão dos serviços de saúde nos EUA, a qual compreendeu religiosos e nacionalistas negros (p. 368). A feministas negras, por sua vez, reivindicavam outro sentido de justiça reprodutiva que incluía tanto a liberdade em relação à coerção estatal, quanto à comunitária, em defesa de uma concepção ampliada de autonomia reprodutiva das mulheres (p. 369).

[140] A Escola da Virgínia também elaborou teorias e argumentos na mesma direção a partir do racionalismo econômico aplicado à teoria política e fiscal, em que as hierarquias raciais foram um subtexto fundamental, como será abordado na próxima seção.

para financiar programas de assistência social que minariam os incentivos "naturais" da família e do mercado (p. 30). Assim, a família e a moral – ou o trabalho doméstico não remunerado exercido pelas mulheres e a normatividade sexual – seriam requisitos fundamentais da "ordem dos mercados" para os neoliberais.[141]

Dessa forma, a ideia de um "neoliberalismo progressista" (FRASER, 2019) requer ser nuançada por como os valores familiares e as hierarquias de gênero são inerentes ao pensamento neoliberal, mas também pelas práticas concretas que dele decorrem. O neoliberalismo se adequou à correlação de forças em diversos contextos históricos, reformulando suas ideias e práticas, como na defesa e incorporação de agendas de movimentos feministas e LGBTQIA+ por organizações internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento nos anos 1990 (BIROLI, 2020). As pautas neoliberais antidiscriminatórias e de promoção de oportunidades, "independentemente do sexo ou sexualidade", apesar de desconfigurarem sentidos e possibilidades reivindicados pelos movimentos sociais, refletem a pluralidade e adaptabilidade do projeto diante de contextos sociais e de formas de resistência específicas (p. 145-46). Mesmo que se possa interpretar esses deslocamentos sob a perspectiva de como o projeto neoliberal mobiliza antagonismos por meio de sentidos de liberdade e igualdade restritos, a fim de realizar a "gestão de diversidades" (GILROY, 2018, p. 19), isso não significa dizer que, nesses casos, o projeto neoliberal utiliza pautas de gênero e antirracistas com o propósito de intensificar as hierarquias de classe. Novamente, tal argumento cai em dicotomias as quais o pensamento neoliberal explora estrategicamente. Não só o projeto neoliberal arquitetou, no mesmo período, políticas em que as hierarquias de gênero (e raça) estavam no cerne das reconfigurações de classe, a exemplo do governo Clinton, como, do ponto de vista teórico, o progressismo identificado com demandas por "reconhecimento" obscurece a reprodução de hierarquias

[141] A "economização" dos valores familiares se desdobrou em várias propostas práticas para casos particulares relacionados ao "perigo" das transformações nas hierarquias de gênero e dos valores familiares (COOPER, 2017). Alguns exemplos foram a alternativa do financiamento privado estudantil, fundamentado nas teorias do capital humano, contra o questionamentos da juventude em relação às autoridades acadêmica, pública e familiar durantes os movimentos de contracultura (p. 236-37), as formas sugeridas de lidar com a epidemia da AIDS nos EUA, contra alternativas públicas em apoio a comunidade LGBTQIA+, cujo valor passa a ser quantificado pelo risco do desvio em relação aos valores familiares tradicionais, ou pelo cálculo do retorno que essa comunidade daria ao Estado, subtraindo seus impostos pagos pelos gastos públicos para mantê-la viva (p. 170). Ou seja, a vida, a morte e a desconformidade moral da subalternidade passam a ser precificadas. Além disso, a reforma institucional do bem-estar social, empreendida pelo governo Clinton, transformou os mecanismos de distribuição de renda em meios de policiar e controlar as "responsabilidades 'privadas' familiares e do trabalho" atribuídas às famílias pobres beneficiadas pela assistência social, revitalizando as práticas governamentais de resistência dos estados do Sul às políticas federais de assistência social como a AFDC (p. 70).

de raça e gênero necessárias a, e constitutivas do, modelo de “distribuição material” pela via do mercado que convergem com as hierarquias de classe.

Cooper (2017) chama a atenção para este tipo de argumentação ao criticar interpretações vindas do campo da esquerda que sugerem que a contrarrevolução neoliberal utilizou a mobilização e a defesa das hierarquias de gênero como cortina de fumaça para o desmantelamento dos modelos de bem-estar social. Além de expressar uma deficiência analítica em que se separa a dimensão econômica da cultura, da política e das hierarquias sociais distintas das de classe, essas perspectivas deixam de compreender como, para o projeto neoliberal, as grandes questões macroeconômicas estão intimamente ligadas às hierarquias de raça e gênero (p. 24). E ainda mais problemático, algumas perspectivas de esquerda tendem a confluir com projeto conservador ao culpabilizarem as reinvindicações contra as hierarquias de gênero e raça pela desmobilização ou perda de força social da classe trabalhadora. Numa espécie de idealização dos trinta anos gloriosos, valoriza-se de forma acrítica o período sem se perceber os fundamentos hierárquicos no qual se ancorou (p. 8-9). É nesse sentido em que o teor crítico, por exemplo, da obra de Wolfgang Streeck se esvai e deixa,

> como sintoma emergente nas frestas deste recalque uma teoria social acrítica, que exclui diversos sujeitos de direito e injustiças sociais para, afinal, encontrar-se tanto sobre um fundamento como em um horizonte normativo eurocêntrico e patriarcal (TAVARES; MARRA, 2024, p. 29).

Dessa forma, ao se analisar a relação entre neoconservadorismo e neoliberalismo, é possível perceber como as hierarquias de gênero não são marginais ao projeto neoliberal, mas peça fundamental de suas propostas “econômicas e políticas”. Do ponto de vista estratégico, as hierarquias sociais servem como autorreforço dos desmantelamentos das políticas sociais que promulgam, reproduzindo as hierarquias, moralizando à política e antagonizando classes e grupos subalternizados, sendo a contenção da democracia uma de suas consequências.

Ademais, a aliança entre neoliberais e neoconservadores não se restringe ao centro capitalista ou ao momento contrarrevolucionário do projeto neoliberal. Contemporaneamente, a aliança é um fator explicativo fundamental dos retrocessos democráticos e de direitos experienciados na América Latina (BIROLI, 2020). Na região, o neoconservadorismo se fortaleceu recentemente a partir da segunda década do século XXI, mas seu desenvolvimento data dos anos 1990. Biroli et al. (2020) propõem uma definição posicional de neoconservadorismo latino-americano que se relaciona ao seu

caráter reativo, mas também propositivo, frente aos avanços sobre agendas de gênero e libertação sexual, cujos marcos temporais estão justamente nesse período. Na década de 1990, uma série de conferências da ONU foram espaço de disputa sobre a agenda de gênero, relacionadas ao controle populacional e ao controle da sexualidade, nas quais os movimentos feministas alcançaram vitórias políticas importantes.[142] É nesse mesmo momento que surge como reação a expressão "ideologia de gênero", o qual aparece, pela primeira vez em 1998, em um documento da Igreja Católica, tomando como referência publicação de uma neoconservadora estadunidense, Dale O'Leary (p. 18). No entanto, foi na década de 2010 que a expressão se torna uma "estratégia eficaz", servindo "como uma espécie de 'cola simbólica'" para aliança de diversos grupos com interesses distintos em torno de uma agenda comum (p. 22). É justamente nesse período que pautas reprodutivas e de sexualidade dos movimentos feministas e LGBTQIA+ avançaram como em políticas educacionais – em temas sobre igualdade de gênero e diversidade sexual – e em leis relacionadas ao casamento igualitário. Como reação, inúmeros ciclos de protesto irromperam em várias regiões do mundo (p. 22-23), assim como disputas localizadas ou mais amplas sobre esses temas nos espaços formais do poder. Esse caráter reativo e a temporalidade que o demarca não implicam que os conflitos entre o neoconservadorismo, de um lado, e feministas e comunidade LGBTQIA+, de outro, entre moral unitária e pluralismo ético, produziram avanços e retrocessos lineares, mas que esses antagonismos mobilizaram e mobilizam reposicionamentos estratégicos e relacionais, na disputa pelo Estado e sociedade (BIROLI, 2024, p. 77).

Biroli et al. (2020) identificam como característica do neoconservadorismo contemporâneo que possibilitam aproximar o conceito da realidade da periferia capitalista: a capacidade de criar alianças e afinidades entre grupos diversos em torno da agenda antigênero – como na improvável aliança entre católicos e evangélicos na América Latina; a estratégia de juridificação da moralidade como forma não apenas de recusar direitos, mas de definir seus limites e sentidos; a atuação em contextos democráticos a partir da criação e mobilização de inúmeras organizações na sociedade

[142] Biroli *et al*. (2020) destacam que neste período os direitos das mulheres são incluídos como direitos humanos na conferência Saúde Reprodutiva e Justiça, realizada no Rio de Janeiro em 1993, como preparação para Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da ONU, realizada no Cairo no mesmo ano. A partir desse documento, além de se institucionalizar princípios éticos relacionados à igualdade e autonomia das mulheres, foi garantida maior representatividade (50%) das mulheres nas posições decisórias sobre a agenda de direito e a alocação de pelo menos 20% dos recursos da organização vinculados aos programas de população e desenvolvimento para os grupos da sociedade civil envolvidos com direitos das mulheres (p. 19).

civil, partidos, frentes parlamentares e ativismos burocráticos, de modo que a estratégia passa a ser utilizar dos sentidos de democracia e da ciência contra o pluralismo que constitui esses conceitos; o caráter transnacional das organizações e estratégias do neoconservadorismo; e a convergência com o neoliberalismo ao redor de uma concepção de valores familiares em comum que estabelece a defesa da esfera privada da família como central (p. 28-40).

Essa aliança na América Latina entre neoliberais e neoconservadores, como destaca Flávia Biroli (2020), possibilita compreender como as campanhas antigênero comprometem valores e condições fundamentais da democracia, servem à legitimação de lideranças e projetos autoritários e promovem ideias e propostas afins ao projeto neoliberal (BIROLI, 2020, p. 137). No Brasil, o processo de desdemocratização não pode ser compreendido sem se considerar essa confluência. O projeto neoconservador passou a atacar e barrar diversas políticas dos governos federais petistas, bem como a pautar os direito reprodutivos e sexualidade a partir de seus próprios termos, como nos debates sobre o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos de 2009 – o direito ao aborto foi contraposto ao direito de vida do nascituro e a liberdade religiosa à demanda pela criminalização da homofobia – (BIROLI *et al*., 2020, p. 32); na centralidade que o tema do aborto ganhou nas eleições de 2010, causando o recuo da então candidata Dilma Rousseff sobre a questão durante a campanha; o bloqueio ao Escola Sem Homofobia em 2011, a retirada da igualdade de gênero das metas do Plano Nacional de Educação (2011-2020) (BIROLI, 2024, p. 77); e a proposição do projeto de lei 5.069/2013, que dificultava o acesso ao aborto nos casos previstos em lei (MARIANO; BIROLI, 2017). Com o golpe ao governo de Dilma Rousseff, sob influência do neoconservadorismo, a pauta antigênero caminhou em paralelo às reformas neoliberais de desmonte de direitos sociais e de desconstitucionalização do governo Temer – como a reforma trabalhista ou o novo regime fiscal –, governo que, aliás, foi o primeiro a criar um ministério em que família era uma de suas atribuições (SILVA; TAVARES, 2021). Porém, foi no governo de Bolsonaro que as pautas antigênero ganham um viés mais construtivo e passam a ser materializadas legalmente, a partir de uma posição central no poder em diversos ministérios – como o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação (BIROLI *et al*. 2024).[143]

[143] Biroli et al. (2024) fazem uma pesquisa detalhada sobre as lideranças neoconservadoras que ocuparam cargos importantes nesses ministérios, bem como sobre as políticas públicas, atos normativos e retrocessos de conquistas históricas dos movimentos feministas e da agenda pela igualdade de gênero nessas pastas.

Um ponto central desse percurso casado entre autoritarismo neoliberal e neoconservador na periferia capitalista, em que o Brasil é uma referência desse fenômeno político contemporaneamente,[144] é que as batalhas travadas para reconstrução das hierarquias de gênero em torno da família tradicional não são meramente pautas morais ou "de costumes". Elas oferecem perigos reais à democracia pelas "visões unitárias do *demos*" que provêm, mas também são uma estratégia política para "deslegitimar demandas ou traduzi-las em agendas de diversidade com baixo potencial transformador" (BIROLI, 2024, p. 80). Portanto, separar as questões de gênero da complexidade que as entrelaças as distintas hierarquias sociais mantém as análises no campo estratégico do projeto neoliberal, embora os neoliberais reconheçam a indissociabilidade das hierarquias em seus desígnios hegemônicos.

De forma inversa, a economia política neoliberal que acompanha o projeto neoconservador não pode ser interpretada somente pelas lentes do economicismo, do racionalismo, do engano ou incorreção da técnica ou mesmo das hierarquias de classe. Os mecanismos abordados na seção anterior que fazem convergir as hierarquias sociais, aprofundam as hierarquias de classe e dão unidade às frações das classes dominantes no capitalismo, também, são fundamentais para compreender as formas contemporâneas de opressão e dominação de gênero, bem como da constituição de identidades a partir de distintas posições estruturadas pelas hierarquias sociais. A ressignificação da (super)exploração do trabalho pela ideia de capital humano passa inevitavelmente pela reconfiguração das hierarquias de gênero e raça. As transformações das relações de trabalho e o desmantelamento de políticas sociais, acompanhadas pelo familismo, ressaltam como formas de trabalho não pago na esfera doméstica, a desvalorização do trabalho pago de cuidado e a divisão sexual do trabalho de forma mais ampla que submete mulheres a atividades, jornadas, responsabilidades e salários desiguais, expressam novas formas de exploração, mas também reconfigurações importantes nas relações sociais de produção e reprodução.

Igualmente, as transformações das operações extrativistas no capitalismo operacionalizadas pela dívida pesa de forma diferente sobre as hierarquias sociais. Mesmo que a dívida seja um traço comum da extração no capitalismo contemporâneo,

[144] É sempre bom lembrar que, embora em contextos históricos distintos e expressando formas tradicionais de golpes na democracia, a ditadura Chilena foi o primeiro caso em que neoliberais, representados pelos Chicago Boys, mas também com a participação direta de Friedman e Hayek, e conservadores religiosos, liderados pelos gremialistas, se aliaram em busca de um projeto de poder antidemocrático e moral.

ela não homogeneíza as hierarquias, “mas antes as exploras” (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 5). Nesse sentido, a dívida é um meio de moralizar mulheres e corpos feminizados (p. 3), como uma “economia da obediência” que restringe as expectativas individuais e reforça as pressões sociais sobre os papeis na sociedade a que mulheres devem se submeter (p. 20). Essa é uma intersecção importante entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Cavallero e Gago observam como o bordão #ConMisHijosNoTeMetas presente nos ciclos de protesto antigênero na América Latina, em resposta a inclusão de temáticas sobre igualdade de gênero e sexualidade na educação, surge em paralelo à introdução nos currículos escolares de disciplinas como educação financeira para a juventude (p. 21).[145] A dívida também se atrela à violência dos corpos feminizados, por como impede mulheres de saírem de relacionamentos violentos, e à redução dos horizontes alternativos de vida de mulheres que precisam se submeter às condições presentes pelo cumprimento da dívida no futuro (p. 9). Além disso, a dívida se torna um meio de extração que extravasa o trabalho produtivo e se entranha nos diversos modos de reprodução social, seja como meio de suprir necessidades reprodutivas, de conectar formas de trabalho doméstico, comunitário e popular, exercido em sua maioria por mulheres, ou pela extração de benefícios sociais que servem de garantia ao endividamento popular na cidadania do consumo (p. 7).

Por fim, a austeridade do orçamento público é orientada e recai de modo mais intenso sobre mulheres, mas, principalmente, sobre mulheres negras e periféricas. A precarização do trabalho, a exploração e desvalorização do trabalho reprodutivo e a extração do tempo, esforço, intelecto e futuro das pessoas por meio da dívida se conectam de variadas formas ao desmantelamento de políticas sociais e à privatização de bens e serviços públicos, mas também da esfera familiar e doméstica (BROWN, 2019; COOPER, 2024). Nesse processo não há uma direção linear, mas a austeridade (e a extravagância) do orçamento público é tanto causa como efeito das reconfigurações das hierarquias de gênero.

[145] No Brasil, a reforma do ensino médio pode se enquadrar nessa mesma intepretação, na medida em que uma das disciplinas eletivas pervasivas nas escolas é a de “projeto de vida”. Como relato de um pai de duas crianças com 3 e 4 anos que tem condições de colocá-las em escolas particulares, me pasmou quando, em entrevistas nas escolas, mais de um(a) coordenador(a) entusiasmadamente “distinguiu” a escola por oferecer às crianças “aulinhas” de “projeto de vida”.

5.3.4. As hierarquias de raça

As hierarquias de raça talvez sejam uma das mais presentes e das menos evidentes no projeto neoliberal, no sentido de que as ideias neoliberais obscurecem seu racismo a partir dos conceitos "mágicos" de liberdade, mérito ou equilíbrio fiscal, ao mesmo tempo em que as alternativas desenhadas para as principais preocupações do projeto estiveram intimamente entrelaçadas a concepções hierárquicas racializadas. Como todas as hierarquias sociais abordadas nesta pesquisa, a de raça se entrelaça às demais em diversos momentos de intervenção do projeto neoliberal: nas preocupações fundantes dos neoliberais acerca do desmantelamento da ordem dos impérios e da moral da civilização ocidental, no plano piloto do Chile em que a questão dos indígenas não foi marginal,[146] no período contrarrevolucionário no centro capitalista em que as alianças com a nova direita nos EUA também estiveram associadas à preocupações raciais e cujas estratégias conjuntas mobilizaram antagonismos internos à classe, raça e gênero, e, contemporaneamente, na radicalização reacionária da extrema direita que, na maioria dos casos, leva adiante, se alia ou faz parte do projeto neoliberal, intensificando a dimensão moral de um passado idealizado em que a supremacia branca, ocidental, anticomunista ou das elites coloniais são uma de suas forças motrizes.

No pensamento neoliberal, o racismo aberto é uma exceção, embora, em suas mutações recentes, sejam cada vez mais explícitas as reivindicações de grupos, organizações e representantes que compõem as múltiplas camadas do projeto, como a extrema direita xenófoba de origem neoliberal na União Europeia que se mobilizada em torno da anti-imigração (SLOBODIAN; PLEHWE, 2020), o supremacismo branco do *Tea Party* nos EUA (COOPER, 2024), ou os "apitos de cachorro" das performances do bolsonarismo com copos de leite, mimetizações de Goebbles e gestos supremacistas. Posições como a defesa explícita de Röpke de um racismo biológico e da ideia de que o baixo desenvolvimento civilizacional da população das ex-colônias africanas explicaria taxas de juros maiores ou a necessidade de "uma linha do Zambeze" que dividisse o continente entre regiões controladas pela população negra e pelos brancos, a fim de resguardar a liberdade do capital no mercado internacional (SLOBODIAN, 2018), a

[146] Logo após o golpe militar no Chile, o povo Mapuche foi desapropriado de suas terras em favor da exploração florestal por empresas privadas, perderam títulos que haviam recebido do governo anterior, a regularização de terras passou a ser individualizada, rompendo com os acordos comunitários, e os Mapuche, bem como atores públicos envolvidos com políticas públicas relacionadas à saúde intercultural, foram perseguidos e assassinados, como no conflito de Temuco de 1973 (CARRASCO; MUÑOZ, 2016; GUZMAN; VERGARA, 2010).

defesa de Hutt da implantação de um sufrágio ponderado como forma de solucionar os problemas na África do Sul e Rodésia em favor das elites brancas (Idem, p. 151), ou a substituição do racismo biológico pelo argumento encampado por Mises sobre o desenvolvimento diferenciado da civilização branca (WHYTE, 2019, p. 55) não são a regra no pensamento neoliberal, apesar de dizer bastante sobre o neoliberalismo e os intelectuais neoliberais.[147]

De forma geral, as hierarquias de raça no pensamento neoliberal são dissimuladas pelo cinismo e a abstração da racionalidade econômica, da inclusão pela conformidade moral e jurídica, ou dos movimentos espontâneos a-históricos. Essas distintas perspectivas foram as bases doutrinárias para a ressignificação das hierarquias sociais pelo projeto neoliberal, embora as estratégias, alianças e a adequação das ideias aos contextos e objetivos tenham variado, e as exceções ao que propagam sejam uma marca fundamental do projeto. Assim como as hierarquias de gênero, a de raça foi economizada pela Escola de Chicago por métricas de risco, mérito e pela moralização da responsabilidade individual, a Escola da Virgínia as traduziu em princípios políticos e de finanças públicas, os ordoliberais o fizeram pela neutralidade institucional, legal e moral necessárias aos mercados competitivos, e os austríacos incutiram a dimensão evolutiva civilizacional na lógica espontânea dos mercados e da moral.

Não obstante, é possível traçar o racismo inerente ao projeto neoliberal por meio das origens e idealizações do pensamento que o constitui, nas estratégias e alianças políticas que formaram e nos efeitos de suas mediações políticas no capitalismo. Como abordado na seção sobre as hierarquias periferia-centro, o neoliberalismo surge no período entreguerras como reação à expansão do intervencionismo estatal e aos movimentos dos trabalhadores diante da democracia, mas também ao fim dos impérios e ao que anos mais tarde se traduziria no fim do colonialismo tradicional. Mesmo que raça não tenha sido o referente explícito na maioria das ideias, preocupações e práticas da Escola de Genebra, a busca por alternativas institucionais, morais e coercitivas para substituir os impérios anteriores, inclusive os tomando como referência ideal frente ao imperialismo "intervencionista" estadunidense do pós-guerra (WHYTE, 2019), indica como a hierarquia racial, senão central, era condição da realização do projeto neoliberal.

[147] Slobodian (2018) destaca que Hayek e Friedman se opuseram à intervenção internacional nos países africanos a partir da retórica da perversidade, sob o argumento de que a ingerência internacional causaria maiores danos aos povos, uma vez que restringiriam o caráter "democrático" das trocas de mercado nesses países (p. 179). Ou seja, a proposta é, senão um racismo explícito, um racismo traduzido pelo "mercado".

A reincidente retórica dicotômica entre coerção e liberdade utilizada por Hayek e Friedman em favor da ditadura Chilena, mas também da não intervenção nos regimes supremacistas no Continente africano (SLOBODIAN, 2018; WHYTE, 2019), se no primeiro caso revela a moral do "mercado", no segundo, evidencia sua "cor". Antes de serem distintos ou separados da economia, como defendem os neoliberais, a coerção e o racismo em ambos os casos foram constitutivos da manutenção da "ordem do mercado" que defendiam. A abstração que a dicotomia propõe serve apenas para ocultar que uma dimensão não existe sem a outra.

O período contrarrevolucionário do projeto neoliberal no centro capitalista também revela as ressignificações estratégicas das hierarquias de raça para conter o Estado de bem-estar social e construir sua hegemonia em aliança com o neoconservadorismo. Nos EUA, a "Estratégia Sulista" (*Southern Strategy*) esboçada inicialmente pelo conservador Kevin Phillips no final da década de 1960, abertamente racista (INWOOD; 2025),[148] ganhou outras dimensões com a compatibilização às teorias e práticas do projeto neoliberal, principalmente, sob influência da Escola da Virgínia, dos economistas do lado da oferta e das mobilizações de múltiplas camadas da "boneca russa", que haviam reformulado a estratégia, conquanto orientada para os mesmos fins, a partir de uma retórica economicista, apesar de não menos moralizante.[149] Enquanto o projeto neoliberal possibilitou se colocar no discurso público como neutro, "democrático" e consensual, o neoconservadorismo dialogou diretamente com religiosos, supremacistas e libertários, a partir de causas comuns e do cinismo, como o uso da lei e dos antagonismos entre e intra hierarquias no caso das pautas reprodutivas ou dos programas

[148] A "Estratégia Sulista" foi desenhada para deslocar os votos para o Partido Republicano, tanto dos trabalhadores de "colarinho azul" do setor secundário, tradicionalmente alinhados aos Democratas, quanto da classe média baixa do sul do país, representada historicamente pelos supremacistas democratas dessa mesma região. A ideia seria que, frente aos movimentos pelos direitos civis e a Lei dos direitos de voto (*Voting Rights Act*) de 1965 – que impuseram o fim das restrições eleitorais vinculadas a segregação racial no Sul –, os Republicanos poderiam mobilizar os ressentimentos de raça entre os estratos mais baixos da população branca em benefício do partido Republicano (COOPER, 2024; INWOOD, 2015).

[149] Em ato não tão falho que evidencia essa ligação entre a estratégia conservadora abertamente racista e a alternativa economicista neoliberal, o estrategista de Reagan, Lee Atwater, expôs essa transição em uma entrevista na década de 1980: "Quanto a toda a estratégia do Sul que Harry S. Dent, Sr. e outros montaram em 1968, a oposição ao *Voting Rights Act* teria sido uma parte central para manter o Sul. Agora você não precisa fazer isso. Tudo o que você precisa fazer para manter o Sul é que Reagan não faça nada além das questões pelas quais ele fez campanha desde 1964, e isso é conservadorismo fiscal, equilíbrio do orçamento, corte de impostos, você sabe, todo o conjunto. [...] Vocês não me citem sobre isso. Você começa em 1954 dizendo, 'Preto, preto, preto [*Nigger, nigger, nigger*]'. Em 1968 você não pode dizer 'preto' — isso te machuca. Sai pela culatra. Então, você diz coisas como transporte segregado, direitos dos estados e todas essas coisas. Você está ficando tão abstrato agora [que] está falando sobre cortar impostos e, todas essas coisas sobre as quais você está falando, são coisas totalmente econômicas e um subproduto delas é [que] os negros são mais prejudicados do que os brancos" (PERLSTEIN, 2012, apud COOPER, 2024, p. 345).

de assistência social destinados à população pobre e negra, como destacado na seção anterior.

Um dos principais responsáveis do ponto de vista ideacional – mas não só – por essa transição do racismo aberto para a abstração fiscal e economicista, segundo Cooper (2024), foi James Buchanan. A aparente neutralidade da teoria da escolha racional expõe as hierarquias raciais no cerne de seus argumentos quando contrastadas com os contextos sociais e políticos em que foi produzida, as consequentes alterações de seus argumentos teóricos, a influência que outras tradições políticas tiveram sobre as estratégias e remédios políticos propostos nas obras de Buchanan e seu envolvimento político em questões-chave do momento contrarrevolucionário neoliberal.

Ao situar as transformações no pensamento de Buchanan nas crises sociais, políticas e econômicas nos EUA, Cooper (2024) identifica como essas modificações teóricas buscaram conter o potencial das reivindicações, em um primeiro momento, relacionadas à dissolução das hierarquias de raça, encampadas pelo movimento pelos direitos civis e, posteriormente, pelos movimentos mais radicais do final dos anos 1960 em defesa da expansão do modelo de bem-estar social e pela profunda transformação da sociedade estadunidense. A obra *Calculus of Consent* que Buchanan produziu com Tullock em 1962 buscou na lógica do mercado alternativas para conter a expansão dos gastos públicos de modo que decisões coletivas não se sobrepusessem aos interesses e preferências individuais em relação a quanto cada pessoa desejaria arcar com o financiamento de bens e serviços coletivos. A ideia central do racionalismo proposto pelo experimento mental do véu da ignorância pelos autores era a de que os eleitores consentiriam com a tributação apenas na medida em que correspondesse à proporção de seu consumo de bens e serviços públicos – cada cidadão pagaria apenas o que consumisse. Como a forma ideal para garantir a proteção do interesse individual diante da ação coletiva seria a unanimidade, o que de forma prática é inatingível, Buchanan e Tullock propuseram uma alternativa que protegesse a individualidade em detrimento do "perigo da maioria", a aprovação de alterações fiscais por meio de maiorias qualificadas (p. 235-36).

Apesar da autoafirmação racionalista e universal da obra, o contexto em que foi produzida indica como ela tinham preocupações práticas particulares. As instituições dos EUA que garantiam a reprodução das hierarquias raciais sob a base da propriedade privada no país passavam por transformações importantes. Em 1948, a Suprema Corte havia acabado com as "zonas municipais" que expressavam os pactos raciais do uso do

solo, garantindo a segregação racial a partir da segregação residencial e urbana regida por contratos privados, e em 1962 a mesma Corte estabeleceu uma jurisprudência baseada no caso *Baker contra Carr*, no estado natal de Buchanan, o Tennessee, determinando que as autoridades revisassem seus distritos eleitorais, o que impactaria no controle político dos democratas supremacistas do Sul sobre o voto da população negra – prática recorrente que foi utilizada como instrumento político da dominação política dos brancos após o fim da escravidão na região (p. 233)[150] e que, atualmente, se perpetua pelo redesenho dos distritos eleitorais, a fim de garantir que a população branca eleja a maioria dos candidatos, por meio da prática recorrente e histórica no Sul do *gerrymandering*.

Com as transformações radicais do contexto social e político nos EUA no final da década de 1960, Buchanan revisaria seus argumentos teóricos. A Grande Sociedade de Lyndon Johnson, que expandiu programas sociais para população pobre, negra e não sindicalizada dos EUA, e as demandas radicalizadas de transformação cultural e política das relações de autoridade e de liberação sexual, inclusive com forte organização armada e política dos movimentos negros, levaram os neoliberais a lidarem mais diretamente com as hierarquias sociais no projeto frente à "profunda 'doença' moral e fiscal" que assolaria os princípios constitucionais estadunidenses (BUCHANAN, 1975, p. 21 apud COOPER, 2024, p. 238). Cooper (2024) destaca como Buchanan foi "o único entre os neoliberais americanos [sic] ao pensar que [a situação] exigia uma solução constitucional acima e além dos remédios monetários e fiscais específicos propostos pelos seus pares" (p. 238). A partir de então, Buchanan se afastou da solução pela racionalidade consensual do mercado e passou a propor limites constitucionais coercitivos ao processo de expansão de impostos e gastos públicos, a fim de garantir os valores familiares e de mercado que fundamentariam a sociedade estadunidense (p. 240). Foi esse o contexto do surgimento da proposta da constitucionalização dos orçamentos equilibrados em sua obra.

As ambiguidades das influências no pensamento de James Buchanan também ajudam a desvelar a essência racista de seu aparente racionalismo teórico que foi e é a

[150] Apesar de a vinculação entre os argumentos de *Calculus of Consent* e a preocupação com o estabelecimento de "uma pessoa, um voto" não estar clara na obra, Cooper (2024) indica como em outros textos e em declarações públicas, Buchanan e Tullock consideravam as alterações estabelecidas pela Suprema Corte dos EUA como "ingênuas" ou "irresponsáveis" (nota 37, p. 524). Tullock em discurso na União Americana Conservadora em 1965 ressaltou que seus argumentos na obra poderiam servir de referência para esclarecer as transformações do sistema eleitoral (p. 524). Além disso, Kuehn, ao pesquisar correspondências privadas de Buchanan, encontrou reinvindicações do pensador neoliberal aos republicanos para que apoiassem uma emenda constitucional que anulasse o voto igual estabelecido pelo *Voting Rights Act* de 1965 (KUEHN, 2022, p. 422 apud COOPER, 2024, p. 524).

base para inúmeras práticas e estratégias neoliberais.[151] Em sua interpretação sobre o declínio da economia estadunidense na década de 1970, Buchanan responsabilizou o afastamento em relação ao modelo de federalismo jeffersoniano, que mantinha o poder dos estados e restrições ao endividamento e à redistribuição antes da Guerra Civil, pela decadência econômica (Idem, p. 232). Nessa narrativa, teria sido a imposição do centralismo fiscal pelo Norte sobre os estados do Sul e, mais tarde, o keynesianismo do New Deal, construído por Roosevelt, que retiraram "todo o poder policial autônomo dos estados, inscrevendo-os à força em uma estrutura de bem-estar social federal com a qual eles não haviam concordado e ditando os termos em que os benefícios deveriam ser financiados e desembolsados" (p. 232). É a partir dessa perspectiva contra a centralização governamental e fiscal, que não por acaso tem como marco o fim da escravidão nos EUA, que possibilita Buchanan utilizar referências progressistas e repaginar objetivos e instrumentos reacionários, sob o signo da democracia estadunidense.

As alternativas das maiorias qualificadas, proposta no *Calculus of Consent*, e os referendos, defendidos na revolta dos impostos na Califórnia na década de 1970, por exemplo, remetem ao imaginário progressista e democrático, no primeiro caso, à obra do social-democrata sueco Knut Wicksell – que via a quase unanimidade como uma forma de proteger e construir o Estado de bem-estar social sueco a partir da expansão do sufrágio (p. 244) –, e no segundo, à tradição progressista e populista da Califórnia do final do século XIX – que defendia instrumentos de democracia direta contra as elites políticas e econômicas em favor da redistribuição de riqueza (p. 254). Todavia, Buchanan utilizou os argumentos para outros fins em contextos distintos e ressignificou as estratégias e sentidos dos referentes democráticos. No caso das maiorias qualificadas, Buchanan entendia que a expansão da democracia para a população pobre e negra dos EUA ameaçaria os proprietários brancos pelo potencial aumento de impostos e a propôs como "uma forma de isolar os contribuintes detentores de riqueza dos perigos da redistribuição" (p. 244). Em relação à democracia direta e ao progressismo e populismo, a oposição entre produtores (trabalhadores) e parasitas (rentistas) foi ressignificada para produtores como

[151] A questão racial, embora mais presente na obra de Buchanan, também teve influência de outros pensadores neoliberais nos EUA. Desde Chicago, uma ideia central que teve implicações sobre o tema foi a de que, como abordado na seção anterior, a segurança econômica no mercado seria melhor alocada na sociedade através da transmissão familiar da herança, invertendo a lógica da meritocracia, em razão do impulso que a acumulação de riqueza em benefício da família daria para a reprodução do capitalismo (COOPER, 2017). Essa concepção de responsabilização familiar acabou por sustentar a imposição de barreiras maiores – pela classificação de risco dos empréstimos e pelo ponto de partidas desiguais – às comunidades negras e latinas, por exemplo, no keynesianismo privado, típico da financeirização do capitalismo, adotada a partir da década de 1990 pela terceira via estadunidense (p. 58, 129 e 151).

proprietários que pagam impostos e parasitas, aqueles que se beneficiam do esforço privado alheio, como beneficiários de programas de bem-estar social ou funcionários públicos, em sua maioria, mulheres e negros no EUA do pós-Segunda Guerra (p. 256).

É uma outra influência menos explícita, embora com afinidades mais próximas ao pensamento de Buchanan, que expressa diretamente a importância das hierarquias raciais em suas propostas teóricas das maiorias qualificadas e dos limites constitucionais aos gastos públicos. Os democratas supremacistas do Sul dos EUA, há muito tempo, utilizaram esses expedientes legais para lidar com "a questão racial e o privilégio branco" após terem perdido a Guerra Civil (p. 258). Vários estados do sul estabeleceram parâmetros de maiorias qualificadas e tetos fiscais desde o final do século XIX como forma de impor limites à redistribuição de riquezas dos proprietários para pobres e negros sob influência de políticas ou decisões federais (p. 262). Mas foi com o "perigo" do fim da segregação racial, na década de 1960, que levou estado por estado a constitucionalizar medidas que prefiguraram as alternativas teóricas e racionais de Buchanan (p. 264).

Essas ambiguidades da influência teórica e política no pensamento de Buchanan expressam, do ponto de vista prático, tanto a estratégia do projeto neoliberal de mobilizar as hierarquias sociais para conter os impulsos igualitários da e pela democracia, quanto os limites que uma concepção unidimensional da economia possui para se compreender a relação entre capitalismo e democracia. As consequências da revolta dos impostos do início da década de 1970 representaram uma vitória política fundamental do projeto neoliberal, de seus aliados neoconservadores e do partido Republicano que transformou a política fiscal, iniciou a derrocada do Estado de bem-estar social e pressagiou os antagonismos entre as hierarquias sociais que serviriam de base para estratégia neoliberal de contenção da democracia.

Em 1978, a Proposição 13 foi uma emenda à Constituição do estado da California, aprovada por meio de referendo popular por mais de dois terços da população que, junto a outras medidas na esteira dessa vitória, introduziu os princípios constitucionais defendidos por Buchanan em um estado historicamente progressista e com políticas redistributivas: a exigência de maiorias qualificadas para aumento ou a criação de impostos e limites de gastos atrelados ao orçamento equilibrado (p. 245). A vitória pela via democrática, ao mesmo tempo em que esconde a participação direta de neoliberais na definição da Proposição 13 – como na força tarefa criada por Reagan, quando então governador do estado anos antes, para elaborar o projeto de cortes fiscais e restrições orçamentárias que seria a base para as alterações constitucionais no estado após a revolta

dos impostos (p. 251) –, também vela a intensa mobilização dos antagonismos entre e internamente às hierarquias sociais em torno da política fiscal, por parte das organizações do empresariado e dos economistas do lado da oferta que compõem o espectro mais amplo do projeto neoliberal desde o início da década de 1970 – houve intensa organização do empresariado produtivo reacionário com frações de classe rentistas; alianças com associações de pequenos empresários em expansão que expressavam alterações nas hierarquias de classes; e mobilização de antagonismos entre o funcionarismo público local, em sua maioria composto por mulheres e a população negra periférica, e sindicatos, a partir do tensionamento de questões raciais, como a exclusão de negros dos processos de filiação sindical, e políticas de assistência social que beneficiavam principalmente mulheres negras, pela moralização dos valores familiares "tradicionais" (p. 40-45).

Um ponto central desse momento foi que esses antagonismos mobilizados que culminaram na revolta dos impostos e na aprovação da proposta giraram em torno dos proprietários de casas – antes beneficiados pelas exclusões raciais, de gênero e de trabalhadores não sindicalizados do modelo de bem-estar social, por meio de subsídios habitacionais e da segregação residencial que produziu as *inner-cities*, ou centro urbanos precários e marginalizados, formados pela população pobre e negra (WILSON, 1987). Essa população branca – que se beneficiara por "várias décadas de bem-estar invisível, baseado em ativos", mas se via como meritória da mobilidade social que alcançara – passou a sofrer as consequências do aumento da inflação sobre os preços das propriedades e de suas hipotecas e dos impostos sobre propriedade. Assim, foi a partir da perda de seus privilégios que passaram a responsabilizar os residentes dos centros urbanos precários, o público-alvo de parte pequena dos gastos públicos em assistência social, pela reconfiguração de suas posições hierárquicas na sociedade, sem perceberem que a melhoria de vida que receberam no passado dependeu da exclusão e pauperização da vida destes que passaram a ser beneficiados por risíveis gastos públicos (COOPER, 2024, p. 247-48). Portanto, a revolta dos impostos entrelaçou as hierarquias de classe à de gênero, raça e periférica na crise de *status* do modelo de bem-estar social estadunidense. A consequência foi que "o *tour de force* estratégico realizado por Buchanan e seus seguidores [...] [a]o subjugar os ressentimentos raciais e de gênero dos proprietários de casas brancos à forma constitucional do voto por maioria qualificada, garantiram que as queixas historicamente específicas e direcionadas seriam gravadas na pedra no futuro próximo" (p. 257). As reinvindicações pelo retorno hierárquico do bem-estar social exclusivo de posições hierarquizadas de classe, gênero e raça ajudaram a produzir uma

reforma institucional que os faria perceber como “também eles eram consumidores de serviços públicos e que os seus serviços seriam os próximos na linha de fogo, depois de a primeira rodada de ataques aos pobres do bem-estar social” (p. 257).

Cooper também traça uma relação entre as propostas de Buchanan do orçamento equilibrado, sua participação direta na organização fundada pelos irmãos Koch, a Cidadãos por uma Economia Sólida, e a radicalização reacionária do Partido Republicano que desembocaria, anos mais tarde, na criação do *Tea Party* e nas estratégias políticas de tensionar a relação entre Executivo e Legislativo a partir da prática, a partir de então reincidente, de ameaçar e chantagear o governo por meio da obstrução das votações para aprovar o orçamento até o limite dos prazos de pagamento da dívida pública (p. 333). Buchanan participou e indicou vários nomes para a organização dos bilionários libertários e suas ideias de orçamento equilibrado e da substituição dos impostos por taxas e multas individualizadas – como forma de financiamento dos governos locais frente às novas restrições fiscais – foram o mote da estratégia política da Cidadãos por uma Economia Sólida. A organização dos irmãos Koch foi um elo importante entre neoliberais, libertários e a nova direita que, a partir da década de 1990, ganhou força e passou a liderar as mobilizações políticas de cima e de baixo em favor do corte de gastos públicos, cuja estratégia envolveu impulsionar a agenda fiscal em torno dos antagonismos periféricos, de raça, classe e gênero, como nas vitórias que alcançaram contra a implementação da expansão da política de saúde nos EUA, o *Medicaid*, durante o governo Clinton (p. 399).[152] São essas estratégias e práticas do projeto neoliberal mais amplo que seriam radicalizadas pela extrema direita estadunidense, com a ascensão do *Tea Party* (p. 417).

Por fim, outro aspecto que expressa o papel central das hierarquias de raça no projeto neoliberal são os efeitos das mediações políticas realizada pelo projeto no capitalismo. Como abordado na seção sobre hierarquias de gênero e classe, os efeitos da hegemonia neoliberal fazem convergir as hierarquias a partir dos mecanismos da (super)exploração do trabalho produtivo e reprodutivo, da extração através do endividamento e da austeridade contraposta à extravagância do orçamento público no capitalismo contemporâneo.

[152] Novamente, uma das estratégias foi aliar o fiscalismo buchaniano com os ataques sexistas e racistas, pela ideia de que a política de saúde financiava o aborto e seria uma forma de eugenia defendida pela esquerda e feministas contra a moralidade da família, cujo alvo preferencial dos ataques foi Hillary Clinton, uma mulher branca de elite, representada como feminista e de esquerda, contra os valores da família e contra a população negra (COOPER, 2024, p. 399).

As hierarquias de raça são centrais para se compreender a superexploração do trabalho, seja pelos baixos salários, o tempo excessivo gasto no trabalho formal e informal precarizados e desvalorizados, ou pelas atividades não remuneradas típicas do trabalho reprodutivo, muitas vezes exercidas por mulheres negras que também realizam trabalho pago, portanto, estendendo o tempo de vida dedicado ao trabalho. Da mesma forma, a extração pela dívida e a austeridade fiscal recaem de forma mais intensa sobre a vida da população negra em sua intersecção com as posições de classe e de gênero. Seja em razão do legado histórico da escravidão, do racismo que se reflete na remuneração desigual em formas de ocupação semelhantes (ALMEIDA, 2019), ou das estruturas de oportunidade desiguais a que negros e negras estão expostos (HASENBALG, 1982), as desigualdades raciais possuem efeitos específicos que não se resumem ou apenas se acumulam às desigualdades de classe. Contudo, os efeitos do capitalismo e de suas transformações produzidas pelas mediações do neoliberalismo sobre as hierarquias de raça não incidem apenas nas condições materiais de vida ou nos recursos simbólicos que as pessoas possuem. A construção da ordem hierárquica do capital pressupõe a ressignificação ideológica das hierarquias, a arquitetura de instituições que internalizem essas hierarquias herdadas ou criadas e a (re)produção de relações de poder no espaço, na sociedade e no Estado que mantenham e intensifiquem essas hierarquias.

Embora as hierarquias sociais sejam constitutivas do capitalismo e muito mais intensas na periferia capitalista, isso não significa que a difusão de ideias e práticas neoliberais desde o centro capitalista não impactem as periferias – embora não se pode deixar de lembrar que o centro tenha "aprendido" bastante com a periferia. O projeto neoliberal "periferizou" o centro, mas também traz em si o ideal da (re)construção de uma ordem social em que as periferias capitalistas são fundamentais para a reprodução do capital. Nesse sentido, a origem racista, sexista, classista e imperialista das ideias e práticas "neutras" e "racionais" do projeto neoliberal, quando aplicadas em contextos sociais ainda mais hierarquizados, ampliam os efeitos das hierarquias sobre a dominação e opressão que grupos e classes sociais subalternizados sofrem.

Esses mecanismos traçados neste capítulo não são meramente meios econômicos da exploração, da extração ou da redistribuição de bens e serviços. A reconstrução das origens intelectuais, das práticas, organizações e intenções políticas do projeto neoliberal, bem como dos efeitos que produzem no capitalismo, nas hierarquias sociais e nas democracias, revelam dimensões morais e culturais constitutivas do projeto neoliberal que precisam ser analiticamente aprofundadas nas escalas espaciais e temporais em que

se disseminam, a partir dos contextos sociais específicos, das alianças e afinidades comuns que produzem e de como convergem e ressignificam hierarquias socias histórica, social e politicamente construídas.[153] Seja pela pauperização das condições materiais de vida, pelas formas de subordinação que as hierarquias produzem, pela internalização de valores hierárquicos morais nas instituições formais e pelas respectivas seletividades que desencadeiam, pela redução das expectativas e dos horizontes de vida das trajetórias individuais e coletivas, e pela constituição de subjetividades do ponto de vista da experiência prática, das capacidades políticas e das preferências, a ressignificação e (re)estruturação das hierarquias sociais pela hegemonia neoliberal no capitalismo contemporâneo impõe restrições e barreiras ainda maiores para a autonomia e, consequentemente, para a democracia como meio de transformação social na periferia capitalista.

É justamente o reconhecimento por parte do projeto neoliberal sobre a totalidade das relações sociais hierárquicas capitalistas e, por conseguinte, da necessidade de travar a disputa política a partir dessas múltiplas dimensões desde cima e de baixo, que caracteriza a força, adaptabilidade e a persistência de sua hegemonia. E o mecanismo estrutural da dependência por parte da acumulação capitalista das hierarquias sociais é uma forma de se compreender como o projeto neoliberal prioriza os imperativos regressivos da acumulação, a fim de reproduzir uma ordem hierárquica do capital, em que a mobilização dos antagonismos sociais é uma estratégia central da contenção da potência democrática e de autorreforço das hierarquias.

[153] Do ponto de vista das hierarquias raciais, dois efeitos do capitalismo mediados palas ideias e práticas neoliberais vem ganhando atenção na literatura. São eles as formas de segregação espacial que assumem contornos cada vez mais racializados e impactam na produção do espaço, das subjetividades e das expectativas de vida de grupos e frações de classe subalternizados (GAGO, 2018; TRINDADE; PAVAN, 2022; YOUNG, 2002, cap. 6), e a violência urbana e estatal que racializa a repressão, controle, disciplinamento e vigilância dos corpos, formas de vida e expressões sociais (COOPER, 2024; FELTRAN, 2014; MBEMBE, 2018). Ambos os fenômenos se expressam tanto no centro quanto na periferia capitalista, apesar de importante diferenças sobre como se realizam. Embora dialoguem diretamente com o tema deste trabalho, em razão da necessidade de recortes analíticos e dos limites impostos pelos prazos desta pesquisa, essas são algumas das lacunas importantes não abordada aqui.

CONCLUSÃO

O capitalismo sempre cobra o preço dos impulsos igualitários da democracia. Parafraseando Milton Friedman, “não existe almoço de graça” ... para a subalternidade. A conquista de direitos, melhorias nas condições de vida, transformações culturais ou políticas redistributivas, no contexto capitalista, ao mesmo tempo em que só foram alcançadas em razão de muita luta, também foram acompanhadas por deslocamentos das hierarquias sociais que cobraram seus custos de algum “outro” subalterno, quando não da própria democracia. Mas esse mantra neoliberal, ao passo que omite de quem se cobra, também se contradiz quando se revela quem mais se beneficia. Muita coisa sai “de graça” na dominação capitalista. Grande parte dessa “gratuidade” envolve o tempo de trabalho e de vida explorados e extraídos diretamente pelo capital, ou com a intermediação do Estado, da violência e dos deslocamentos hierárquicos. Todavia, como reconhecem os cânones do neoliberalismo, na maioria das vezes a portas fechadas, esses custos e gratuidades também cobram outro preço: o que se faria e o que se desejaria nesse tempo de vida capturado, isto é, cobram o preço da negação de outros horizontes de vida em comum pela restrição da autodeterminação e do autodesenvolvimento individuais e coletivos.

Talvez, a redução dos horizontes de possibilidade seja o custo do capitalismo para emancipação social dos dominados e seu valor para a dominação. As hierarquias sociais que lhe constituem apontam para seus antagonismos inescapáveis, entre dominados, mas também destes em relação aos dominantes. A democracia enquanto uma forma de dominação contraditória no capitalismo carrega em si todos esses conflitos e limites. De forma geral, foram esses limites e conflitos que este trabalho procurou examinar teoricamente.

Inegavelmente, ao longo da história, foram várias as restrições impostas à democracia pelo capitalismo, e as ideais e práticas do projeto neoliberal não se ativeram a uma forma específica de a conter. O capitalismo historicamente esvaziou os sentidos sociais da democracia, regimes democráticos periféricos que foram vistos como ameaça à ordem capitalista sofreram golpes violentos, as desigualdades sociais que se traduzem em assimetrias de poder político e em barreiras à autonomia são meios reincidentes de conter os impulsos democráticos, e as seletividades morais, ideológicas, procedimentais e estruturais engendradas nas instituições estatais criam inúmeras restrições a formas de

expressão, à agenda pública e à participação nas tomadas de decisão. Da mesma forma, o projeto neoliberal utilizou-se de diversos expedientes para conter a democracia, desde golpes militares, à despublicização dos espaços decisórios e do debate político, à vigilância, violência e securitização como meios de repressão constante ao que se julga como não conformidade, ao apoio à desconstitucionalização de regras e direitos democráticos e à constitucionalização de valores e procedimentos antidemocráticos, às pressões e influências políticas sobre governos desde "o mercado", às exceções ao direito, à democracia e aos seus dogmas que reverberam na ascensão da extrema direita e à produção sistemática de ignorância, a fim de se evitar qualquer alternativa que fuja dos anseios e interesses do projeto.

Todos esses inúmeros processos que ameaçam a democracia são relevantes para uma teoria democrática crítica. Eles também assumem formas particulares a depender dos contextos sociais e políticos e transcorreram, muitas vezes, simultaneamente ao longo do capitalismo e na hegemonia neoliberal. Este trabalho propõe uma forma específica, embora mais geral, de como o capitalismo e o neoliberalismo impactam as democracias. A partir dessa forma apresentada, ao mesmo tempo em que a democracia deixa de ser um risco à dominação, ela se expressa como um perigo a si mesma. Foi por meio da ênfase teórica nas hierarquias sociais que se propôs nesta tese uma interconexão analítica entre capitalismo, neoliberalismo e democracia. O capitalismo depende de suas hierarquias constitutivas para se reproduzir, o que por si só impõem limites às democracias sob o prisma das desigualdades e da autonomia. Contudo, exploração/extração e consenso formam dois requisitos irreconciliáveis nas democracias capitalistas que se expressam por mediações políticas que deslocam as hierarquias no espaço e no tempo e constroem pactos políticos exclusivos necessários à reprodução das hierarquias. E a novidade do projeto neoliberal é a ênfase que dá aos imperativos regressivos do processo de acumulação para lidar com essas contradições do capitalismo. Nesse sentido, a intensificação das hierarquias sociais é meio e fim do projeto. É um meio de reproduzir sua hegemonia, contendo os impulsos democráticos através dos múltiplos antagonismos que as hierarquias produzem, e um fim, como (re)construção e renovação constantes de uma ordem hierárquica do capital.

No capítulo 1, buscou-se identificar potencialidades e limites teóricos em três perspectivas do campo crítico que abordam o neoliberalismo. Apesar de abordarem aspectos relevantes em suas obras, os foucaultianos, marxistas e teóricos da economia política têm dificuldades de delimitar de forma clara como o capitalismo e o

neoliberalismo impactam as democracias. Esse problema advém da idealização e generalização teórica de um momento histórico exclusivo e restrito da democracia capitalista nos países centrais.

Tomando esses limites como diretrizes analíticas, o capítulo 2 se voltou para o capitalismo, com a finalidade de se compreender transformações históricas mais amplas no modo de produção e em suas formas de expressão política. O conceito de acumulação primitiva se fez útil para compreender como as hierarquias sociais de classe, mas também da relação periferia-centro, de raça e gênero são constitutivas do capitalismo. E mais, elas tampouco se limitam ao período de gênese do capitalismo. Pelo contrário, respondem às contradições produzidas pelos imperativos expansivos e regressivos do processo de acumulação. Ao passo que o capital requer o avanço sobre suas fronteiras, sobre seu exterior constitutivo, ele também exige recriá-las e restabelecê-las constantemente, como momento regressivo que lhe é interno. Dessa forma, argumentou-se que a dependência estrutural por parte do processo de acumulação em relação às hierarquias sociais – ou seja, de como a exploração e extração capitalistas dependem de relações sociais constituídas por diferenças e desigualdades materiais, institucionais, simbólicas e políticas para se efetivarem – representa um mecanismo teórico de como as hierarquias sociais convergem no capitalismo. Esse mecanismo possibilita apreender a relação entre imperativos estruturais capitalistas, o conflito e a agência política que media e transforma como os deslocamentos hierárquicos são realizados desde múltiplas dimensões que nunca são meramente econômicas.

Sendo assim, no capítulo 3, apresentou-se o conceito de crise de *status* como resultado das contradições entre exploração e extração capitalistas, por um lado, e os consensos excludentes que buscam legitimar sempre precariamente a ordem capitalista, por outro. As crises refletem tanto conflitos e reivindicações que tensionam as relações sociais hierárquicas, quanto as reações a perdas de privilégios relacionais. Nesse sentido, as crises exigem o deslocamento e ressignificação de hierarquias e a reformulação de novos pactos sociais inevitavelmente exclusivos no capitalismo. O conceito de crise de *status* procura aproximar o conflito do consenso, a dominação das formas opressivas e as condições estruturais da ação política.

Como desdobramento desse quadro teórico foram apresentadas duas proposições que ressaltam como os processos econômicos não podem ser apreendidos sem se considerar a política que os direciona, as instituições que lhes dão forma, a moral que os justifica e as relações de poder que os reproduzem. Nesse sentido, os interesses gerais da

valorização da acumulação – das classes e grupos dominantes, mas também do Estado – perdem precedência, desde que as hierarquias sociais sejam intensificadas. Do ponto de vista da dominação e das opressões, a intensificação das hierarquias não produz efeitos meramente materiais, tampouco apenas simbólicos. Na história, esse argumento reflete distintos momentos em que grupos e frações dominantes criaram uma unidade política frente a lutas sociais que ameaçaram a reprodução da ordem em direção a horizontes emancipatórios. Como abordado neste trabalho, essa unidade não é somente negativa, mas também propositiva. Ela reivindica as hierarquias e assegura as condições necessárias às mediações políticas que reconfiguram a dominação. Portanto, nesse contexto, as hierarquias sociais antagonizam grupos e classes subalternizados, limitando os potenciais democráticos por dentro das democracias.

Nos capítulos 4 e 5, este trabalho retornou à discussão sobre o neoliberalismo a partir desse pano de fundo teórico. No quarto capítulo, foram abordadas características e atributos do conceito de neoliberalismo como a pluralidade que tende a dissolver um sentido comum conceitual, sua forma de organização, suas doutrinas epistemológica e política e suas exceções schmittianas que reconstroem uma unidade dessa pluralidade neoliberal, reconectando suas ideias e práticas. Como complemento e certo distanciamento desse referencial teórico, foi proposta uma definição de neoliberalismo que ressalta uma dimensão substantiva que lhe dá unidade e desobscurece outra forma de conexão entre as ideias neoliberais, sua pluralidade, suas estratégias, propostas e alianças políticas. Assim, o neoliberalismo foi definido como um projeto político reacionário e renovador que buscou e alcançou a hegemonia no capitalismo contemporâneo. Sua dimensão substantiva reflete a idealização de uma ordem hierárquica do capital que retoma o passado, mas que se adaptada e é (re)construída constantemente pelo projeto.

A partir dessa definição, destaca-se a ênfase que o neoliberalismo dá em suas mediações políticas aos imperativos regressivos da acumulação capitalista que se expressam, por exemplo, na moralização da política, na concentração de renda e riqueza reconectada à idealização da família, no baixo crescimento econômico, na austeridade fiscal que reproduz e intensifica hierarquias, ao mesmo tempo em que direciona a extração para exuberância dos grandes proprietários de ativos, na precarização e no aumento da (super)exploração do tempo de vida do trabalho produtivo, reprodutivo e comunitário, ou no uso da dívida como distanciamento do capital em relação à organização da produção, embora mantendo-se o controle e o disciplinamento sobre a reprodução da vida e do trabalho. É no capítulo 5 que as hierarquias sociais são

mobilizadas analiticamente para traçar essa unidade conceitual substantiva, explorando como o projeto neoliberal ressignificou e ocultou em suas ideias a defesa dessas hierarquias e participou ativamente para as reconfigurar, como meio de conter a democracia e construir sua hegemonia no capitalismo, através de suas exceções desde cima e de baixo.

Do ponto de vista teórico, esta tese procurou contribuir com o debate acadêmico sobre a crise democrática contemporânea desde uma perspectiva crítica. Alguns aspectos levantados no trabalho podem ser pontuados nessa direção. A definição de capitalismo como modo de produção buscou escapar às dicotomias analíticas que isolam processos econômicos de seus atributos "não-econômicos". Isso possibilita situar, no capitalismo, os projetos políticos que dirigem e reconfiguram as relações sociais. Isto é, proporciona, por um lado, reconhecer como a história e as relações sociais estruturadas a partir de múltiplas dimensões condicionam a agência política, mas, por outro, abre espaço para se apreender como a contingência e o conflito da política respondem aos imperativos estruturais capitalistas, sem considerar que estes predeterminam os resultados políticos. Ao mesmo tempo que essa diferenciação recoloca o problema da relação entre capitalismo e democracia, esquecida na teoria democrática hegemônica, procura também expandir a crítica para além do neoliberalismo enquanto projeto hegemônico.

Distintos projetos políticos oferecem e ofereceram respostas variadas às contradições capitalistas. Nesse sentido, as hierarquias sociais proporcionam uma lente analítica fundamental para reinterpretar e se analisar criticamente essas alternativas, a exemplo da idealização recorrente dos modelos de bem-estar social do centro capitalista, ou dos desenvolvimentismos readaptados contemporaneamente às transformações do capitalismo mediadas pela hegemonia neoliberal. Para a análise da democracia, essas questões exigem mirar os efeitos do capitalismo e dos projetos políticos para além de uma perspectiva econômica, distributiva ou material. Isso não significa negar a importância desses aspectos, mas os complexificar, na medida em que eles se constituem a partir das diversas hierarquias, (re)produzindo desigualdades e formas de heteronomia diversas.

Outro ponto levantado como desdobramento deste último, apontou para a necessidade de problematizar as ideias autoafirmadas pelos neoliberais. A pluralidade, as contradições e a adaptação de suas ideais aos contextos sociais e políticos são uma forma comum de conter a crítica. Além disso, um olhar economicista ou racionalista do projeto neoliberal corre o risco de tomar seus próprios termos como referente analítico, reproduzindo omissões, dicotomias e contradições teóricas. Uma negação comum da

política e da democracia por parte do neoliberalismo aparenta se efetivar pela intensificação de um procedimentalismo de mercado liberal amoral, ou por uma concepção de justiça que economiza seus preceitos morais e normativos a partir do mérito, resguardando hierarquias históricas pela via do mercado. No entanto, essa perspectiva reflete somente um aspecto da relação do projeto com as hierarquias sociais e com a democracia. O projeto neoliberal, ao contrário do que suas dicotomias teóricas indicam, tem uma compreensão da totalidade da ordem social capitalista. A intenção construtiva neoliberal não pode se ancorar no mercado como meio de se alcançar seus fins, tampouco as alternativas extraeconômicas que propõem servem ao "mercado". Como bem reconhecem, o econômico e o extraeconômico são indissociáveis e a política inevitável. Portanto, a construção de ambos pelo neoliberalismo parte de valores predefinidos pelo projeto, e a política exige a readaptação e ressignificação desses valores, mas também das formas de materializá-los. A ordem hierárquica do capital idealizada deve sempre ser reinstaurada e renovada por meio de suas exceções. Essa é uma conexão importante entre o projeto neoliberal e o neoconservadorismo, por exemplo, para se compreender a expansão da extrema direita contemporaneamente.

Por fim, um último aspecto teórico importante neste trabalho abrange as especificidades espaço-temporais do capitalismo, dos efeitos do neoliberalismo e das ameaças à democracia. Uma preocupação que orientou toda a pesquisa foi reincorporar a periferia capitalista à análise, deslocando o referencial teórico do centro. Com essa finalidade, foi proposto neste trabalho um olhar relacional entre centros e periferias a partir de múltiplas escalas. O centro não possui dinâmicas próprias que estejam isoladas de suas periferias, tampouco as periferias se explicam sem o centro. Ambos se constituem mutuamente, mesmo que de maneira assimétrica. A fim de problematizar as diferenças e particularidades internas tanto da periferia, quanto do centro, a partir da ideia de periferias das periferias ou das periferias internas ao centro, a relação periferia-centro compreendida como uma hierarquia social constitutiva do capitalismo auxilia se apreender teoricamente a construção dos sentidos e das relações sociais que estruturam essa hierarquia em múltiplas escalas temporais e espaciais. De forma inversa, essa concepção relacional caracterizada como uma hierarquia possibilita compreender aproximações e interconexões históricas e contemporâneas entre países centrais e periféricos desde outras hierarquias sociais, como classe, raça e gênero. Nesse sentido, as mediações políticas do projeto neoliberal tenderam a periferizar o centro capitalista e, paradoxalmente, aproximar e antagonizar as diversas periferias e grupos subalternizados.

Do ponto de vista normativo e político, este trabalho chama a atenção para a necessidade de se considerar as convergências que o capitalismo produz entre hierarquias sociais e para como o neoliberalismo as antagoniza desde múltiplas dimensões para além da competição econômica e material pela reprodução das necessidades de vida. Por um lado, a idealização de períodos históricos do capitalismo, como os desenvolvimentismo ou os Estados de bem-estar social tendem a valorizar a reprodução de hierarquias sociais como as que se expressam pelo sexismo, racismo, mas também pela superexploração do trabalho informal e periférico, sem se perceber, por exemplo, como essas hierarquias são o limite para a emancipação de classe. Da mesma forma, as concessões "progressistas" ao projeto neoliberal, seja pela aceitação dos dogmas do "mercado", seja pelo redesenho de práticas neoliberais para se avançar medidas redistributivas – o keynesianismo de mercado, o corte de gastos expansivo para aumentar a arrecadação no futuro, a inflação como diretriz da política monetária etc. – são um contrassenso frente à compreensão sobre as origens e objetivos dessas alternativas políticas desenhadas pelo projeto neoliberal. Essas acomodações são como navegar na aparência neoliberal, pensando ludibriá-la, quando foi iludido por ela, a tomando como essência. O argumento da técnica redirecionada socialmente, aliado ao liberalismo pluralista e individualista, ignora como as alternativas neoliberais mobilizam os antagonismos sociais, justamente pela aparente separação entre economia e outras esferas da vida, em detrimento da pluralidade de valores e da democracia. Isto é, enquanto se deseja instrumentalizar a aparência neoliberal, o neoliberalismo compreende o conflito da política e a disputa de forma integral, a partir de distintas dimensões do capitalismo, desde cima e de baixo.

Sendo assim, a construção, organização e mobilização de projetos políticos alternativos no capitalismo não podem desconsiderar como questões, muitas vezes, vistas por parte da esquerda como menores ou como pautas morais – a exemplo de agendas relacionadas ao aborto, à família, ao trabalho doméstico, à imigração, às cotas etc. – se entrelaçam de forma complexa através de múltiplas formas de exploração, extração e opressão no capitalismo. Assim, a construção coletiva de novos horizontes de emancipação não pode ignorar a complexidade dos objetos da política a partir de variadas perspectivas sociais e de como as hierarquias sociais convergem no capitalismo. De forma inversa, significa dizer que, ao mesmo tempo em que formas de resistência coletiva exigem uma construção política e democrática em comum, elas não podem prescindir da busca por como relações sociais objetivas podem conectar e antagonizar distintos grupos e frações de classe subalternizadas.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca N. Ativismo na burocracia? O médio escalão do Programa Bolsa Verde. Em: CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela. **Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: ENAP, 2015.

ABREGO, L. J.; OSUNA, S. The State of Exception: Gangs as a Neoliberal Scapegoat in El Salvador. **Brown Journal of World Afairs**, v. 29, n. 1, 2022.

ALMEIDA, H. J. F.; GIOVANINI, Adilson; SAATH, K. C. O. O Quantitative Easing influenciou no retorno do mercado financeiro brasileiro? Uma análise por estudo de eventos e testes lineares e não lineares. **Economia Aplicada**, v. 24, n. 4, p. 435-460, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.

_____. Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021023, 2021.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 49-86, 2009.

AMARAL, Mariana. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. Em: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANTUNES, Ricardo. Rumo à uberização do trabalho1. **Direitos Humanos no Brasil 2020**, v. 117, p. 2020-46, 2020.

_____. **Farewell to work?: essays on the world of work's metamorphoses and centrality**. Boston: Brill, 2022.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, [1958] 2007.

BACHRACH, Peter; BARATZ, M. S. Duas faces do poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 149-157, [1962] 2011.

BAIR, Jennifer. Taking Aim at the New International Economic Order. Em: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Orgs.): **The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. **Cadernos pagu**, n. 55, p. e195525, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Intersectionality and female domestic workers' unions in Brazil. **Women's Studies International Forum**, v. 46, p. 72-80, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e sociedade**, v. 21, p. 779-810, 2012.

BIANCHI, Álvaro. Trazendo o Estado de volta para a teoria: o debate Poulantzas-Miliband revisitado. **Anais do 31º Encontro Nacional da ANPOCS**, 2007.

_____. José Guilherme Merquior e os marxistas brasileiros: diálogos e conflitos. **Lua Nova**, n. 118, p. 41-74, 2023.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Eugênio Gudin. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 91-110, 2001.

BIROLI, Flávia. O Público e o Privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Feminismo e Política**. Brasília: Boitempo, 2014.

_____. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Gênero, "valores familiares", e democracia. Em: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco (Orgs.). **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. Agendas sobre gênero e a questão da democracia: como responder ao campo autoritário, conservador e neoliberal?. Em: ROMÃO, Wagner (Org.). **Democracia versus neoliberalismo: reflexões sobre uma sociedade desigual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Hucitec, 2024.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergência na reprodução das desigualdades. **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; QUINTELA, Débora Françolin. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). **Opinião Pública**, v. 30, p. e3013, 2024.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edenstein de Pesquisas Sociais, [1903] 2008.

BORCHERT, Jens; LESSENICH, Stephan. **Claus Offe and the critical theory of the capitalist state**. Nova York: Routledge, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertand Brasil, 1989.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANDES, Sören. The Market's People: Milton Friedman and the Making of Neoliberal Populism. Em: CALLISON, William; MANFREDI, Zachary (Org.). **Mutant neoliberalism: Market rule and political rupture**. Nova York: Fordham University Press, 2020.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização?. **Cadernos Metrópole**, v. 14, n. 27, p. 15-39, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 2, p. 237-265, 2016.

BROWN, Wendy. Power after Foucault. Em: DRYZEK, J; HONIG, B. PHILLIPS, A. (Orgs.). **The Oxford handbook of political theory**. Oxford: Oxford University Press, 2006a.

_____. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. Political Theory, v. 34, n. 6, pp. 690-714, 2006b.

_____. **Undoing the Demos**: Neoliberalism's stealth revolution. Nova York: Zone Books, 2015.

_____. **In the ruins of neoliberalism**: The rise of antidemocratic politics in the West. Nova York: Columbia University Press, 2019.

BUCHANAN, James; TULLOCK, Gordon. The **Calculus of Consent**: the logical foundations of constitutional democracy. Indianápolis: Liberty Fund, [1962] 1999.

CALDWELL, B. J.; MONTES, Leonidas. Friedrich Hayek and His Visits to Chile. **Center for the History of Political Economy**. Working Paper, n. 2014-12, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2488106

CALLISON, William; MANFREDI, Zachary. Introduction: Theorizing Mutant Neoliberalism. Em: CALLISON, William; MANFREDI, Zachary (Org.). **Mutant neoliberalism: Market rule and political rupture**. Nova York: Fordham University Press, 2020.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 125-142, 2017.

_____. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Editora Nacional, [1946] 1958.

CARNOY, Martin. **The State and Political Theory**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CARRASCO, Marcela P. C.; MUÑOZ, Leyla E. H. Transfiguración del espacio territorial Mapuche desde el siglo XIX al siglo XXI. **Cadernos do LEPAARQ**, p. 31-46, 2016.

CAVALLERO, Lucí; GAGO, Verónica. **A Feminist Reading of Debt**. Londres: Pluto Press, 2021.

CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. **Marxismo como Ciência Social**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

COOPER, Melinda. **Family values: Between neoliberalism and the new social conservatism**. Nova York: Zone Books, 2017.

_____. Anti-Austerity on the Far Right. Em: CALLISON, William; MANFREDI, Zachary (Org.). **Mutant neoliberalism: Market rule and political rupture**. Nova York: Fordham University Press, 2020.

_____. **Counterrevolution: Extravagance and Austerity in Public Finance**. Princeton: Princeton University Press, 2024.

COSTA, Sérgio. Estrutura social e crise política no Brasil. **Dados**, v. 61, p. 499-533, 2018.

CROUCH, Colin. **Post-democracy**. Cambridge: Polity Press, 2004.

_____. **The Strange Non-Death of Neoliberalism**. Cambridge: Polity Press, 2011.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 5, p. 139-64, 2004.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, [1956] 1989.

_____. **Who governs?: Democracy and power in an American city**. New Haven: Yale University Press, [1961] 2005.

_____. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, [1972] 2012.

_____. **How democratic is the American constitution?**. New Haven: Yale University Press, 2001.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Never-Ending Nightmare: **The Neoliberal Assault on Democracy**. Londres: Verso, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, [1981] 2016.

DEAN, Jodi. **Crowds and party**. Londres: Verso Books, 2016a.

_____. Reviewed Work: Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution. **Critical Inquiry**, v. 42, n. 4, p. 979-982, 2016b.

DENORD, François. French Neoliberalism and Its Divisions: From the Colloque Walter Lippmann to the Fifth Republic. Em: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Orgs.): **The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

DEWEY, John. **Liberalism and Social Action**. Pensilvânia: Capricorn Books, [1935] 1963.

DJELIC, M. L.; MOUSAVI, R. How the Neoliberal Think Tank Went Global: The Atlas Network, 1981 to the Present. Em: PLEHWE, Dieter; SLOBODIAN, Quinn; MIROWSKI, Philip (Orgs.). **Nine lives of neoliberalism**. Londres: Verso Books, 2020.

DOMÈNECH, Antoni. "Democracia burguesa": nota sobre a gênese do oxímoro e a insensatez do obséquio. Em: MIGUEL, Luis Felipe; VITULLO, Gabriel Eduardo (Orgs.). **Democracia como emancipação: olhares contra-hegemônicos**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

DRYZEK, John S.; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne. **The Oxford handbook of political theory**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

DU BOIS, W. E. B. **Black reconstruction in America: toward a history of the part of which Black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860–1880**. Nova York: Routledge, [1935] 2017.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Managerial Capitalism: Ownership, Management and the Coming New Mode of Production. Londres: Pluto Press, 2018.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, p. 85-116, 1991.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno crh**, v. 27, p. 495-512, 2014.

FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thammy. Teoria Política Contemporânea: uma introdução. **Rio de Janeiro: Campus-Elsevier**, 2010.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, [1972] 2013.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Danilo. Desigualdades raciais para além do paradigma. **Tempo Social**, v. 36, n. 2, p. 61-85, 2024.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação mundial 1492-1789**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. Social Text, n. 25/26, pp. 56-80, 1990.

_____. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. Em: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange**. Londres: Verso, 2003.

_____. Can society be commodities all the way down? Post-Polanyian reflections on capitalist crisis. **Economy and Society**, v. 43, n. 4, p. 541-558, 2014a.

_____. Sobre justiça: lições de Platão, Rawls e Ishiguro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 15, 2014, pp. 265-277.

_____. Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida do Capitalismo. **Revista Direito e Praxis**, v. 6, n. 10, p. 704-728, 2015a.

_____. Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism. **Critical Historical Studies**, v. 2, n. 2, p. 157-189, 2015b.

_____. A Triple Movement? Parsing the Politics of Crisis after Polanyi. Em: BURCHARDT, M.; KIRN, G. (Orgs.). **Beyond Neoliberalism: Social Analysis after 1989**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

_____. **The old is dying and the new cannot be born**: From progressive neoliberalism to Trump and beyond. Londres: Verso Books, 2019.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global Editora, [1933] 2004.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**. Chicago: The University of Chicago Press [1962] 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización. **Nueva sociedad**, n. 255, p. 38-52, 2015.

GAUTHIER, Florence. Crítica do conceito de “revolução burguesa” aplicado às revoluções dos direitos do homem e do cidadão do século XVIII. Em: MIGUEL, Luis Felipe; VITULLO, Gabriel Eduardo (Orgs.). **Democracia como emancipação: olhares contra-hegemônicos**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

GILROY, Paul. Civilizacionismo, a “alt-right" e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 17-34, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GONZALEZ, Lélia. O racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223-244, 1984.

GORENDER, Jacob. Apresentação. Em: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2015.

GRAMSCI, Antonio. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos. Em: COUTINHO, Carlos Nelson (Ed.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos: 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1926-1934] 2022.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUZMAN, Sócrates Moquete; VERGARA, Miguel. As políticas públicas e a questão territorial do povo Mapuche: uma análise comparativa das ações dos governos Allende, Pinochet e a nova democracia. **O Público e o Privado**, v. 8, n. 16 jul. dez, p. 13-29, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Legitimation Crisis**. Cambridge: Polity Press, [1973] 1988.

_____. O Conceito de Poder de Hannah Arendt. Em: FREITAG, B.; ROUANET, S. P. (Org.): **Habermas, Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade** (vol. II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Raça, classe e mobilidade. Em: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, [1944] 2010.

_____. **The Constitution of Liberty**. Chicago: University of Chicago Press, [1960] 1978.

_____. **Law, Legislation and Liberty**. Vol. 1, 2 e 3. Londres: Routledge, 1998.

HELGADÓTTIR, Oddný. The Bocconi boys go to Brussels: Italian economic ideas, professional networks and European austerity. **Journal of European public policy**, v. 23, n. 3, p. 392-409, 2016.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **A retórica da intransigência: Perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBBES, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: LeBooks Editora, [1651] 2019.

HOBHOUSE, Leonard Trelawny. **Liberalism**. The Project Gutenberg, [1911] 2009.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193-210, 2015.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Sociologias**, ano 4, n. 7, p. 176-187, 2002.

INWOOD, Joshua F. J. Neoliberal racism: the 'Southern Strategy' and the expanding geographies of white supremacy. **Social & Cultural Geography**, v. 16, n. 4, p. 407-423, 2015.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, [1938] 2010.

JANNUZZI, Paulo. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na avaliação de políticas e programas sociais. **Desenvolvimento em debate**, v. 4, n. 1, 2016.

JESSOP, Bob. **State Power: A Strategic-Relational Approach**. Cambridge: Polity Press, 2008.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. Em: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KALECKI, Michal. Political aspects of full employment. **The Political Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 322-330, 1943. https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.1943.tb01016.x

KLEIN, N. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**: Towards a radical democratic politics. Londres: Verso Books, [1985] 2001.

LAZONICK, William. When managerial capitalism embraced shareholder-value ideology: comments on Duménil and Lévy. **International Journal of Political Economy**, v. 44, n. 2, p. 90-99, 2015.

LENIN, Vladimir Iilich. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, [1917] 2010.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LÉVY, Dominique; DUMÉNIL, Gérard. **Managerial capitalism: ownership, management and the coming new mode of production**. Pluto Press, 2018.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMONGI, Fernando. Prefácio. Em: DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Rio de Janeiro: Vozes, [1689] 1994.

LUKES, Steven. **Power: a radical view**. Nova York: Palgrave Macmillan, [1974] 2005.

LUXEMBURG, Rosa. **The accumulation of capital**. Londres: Routledge, [1913] 2003.

LYNCH, Christian. Nada de novo sob o sol": teoria e prática do neoliberalismo brasileiro. **Insight Inteligência**, v. 91, p. 17-34, 2021.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A teoria Política do Individualismo Possessivo de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1787-1788] 1993.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. c**adernos pagu**, p. e175013, 2017.

MARIANO, Silvana Aparecida; SOUZA, Márcio Ferreira de. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 147-177, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 1973.

MARQUES, Eduardo; RODRIGUES, Leandro. O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, p. 159-159, 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, [1843] 2010.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011.

_____. **Grundrisse**: **manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, [1857-1858] 2015.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I**. São Paulo: Boitempo, [1867] 2015.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III**. São Paulo: Boitempo, [1894] 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, [1848] 2005.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, [1845-1846] 2001.

MASINI, Fabio. Tracing neoliberalism in Italy: intellectual and political connections. **The European journal of the history of economic thought**, v. 26, n. 2, p. 327-351, 2019.

MATTEI, Clara. **A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano G. Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 141-150, 2013.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. On the multiple frontiers of extraction: Excavating contemporary capitalism. **Cultural studies**, v. 31, n. 2-3, p. 185-204, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação Política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n. 51, p. 123-140, 2003.

_____. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". **Lua Nova**, p. 13-43, 2014.

_____. Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 29-44, 2015.

_____. Igualdade e democracia no pensamento político: introdução. Em: MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Desigualdades e Democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

_____. Democracia representativa e desigualdades sociais. Em: MIGUEL, Luis Felipe; VITULLO, Gabriel Eduardo (Orgs.). **Democracia como emancipação: olhares contra-hegemônicos**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

_____. **Democracia na periferia capitalista: Impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MILIBAND, Ralph. Poulantzas and the capitalist state. **New Left Review**, v. 82, n. 1, p. 83-93, 1973.

MILL. John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora da Unb, [1861] 1980.

MILLS, Charles W. **The racial contract**. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

MIROWSKI, Philip. **Never let a serious crisis go to waste: how neoliberalism survived the financial meltdown**. Londres: Verso Books, 2013.

MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. **The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. Democracias no século XXI: causas, sintomas e estratégias para superar sua crise. **Lua Nova**, n. 111, p. 15-49, 2020.

MOUFFE, Chantal. Democratic citizenship and the political community. Em: MOUFFE, Chantal (Org.). **Dimensions of radical democracy: Pluralism, citizenship, community**. Londres: Verso, 1995.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia Política**, n. 25, 2005.

_____. **Agonistics: thinking the world politically**. Londres: Verso, 2013.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUSTO, Marcello. Difusão e recepção dos Grundrisse no mundo. Uma contribuição para a história do marxismo. Em: Marcello Musto (Org.) **Karl Marx's Grundrisse: Foundations of the critique of political economy 150 years later**. Londres: Routledge, 2008.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

O'CONNOR, James. **The fiscal crisis of the state**. New Brunswick: Transaction, [1973] 2009.

OFFE, Claus. The Crisis of Crisis Management: elements of a political Crisis Theory. Em: OFFE, Claus. **Contradictions of the Welfare State**. Londres: Hutchinson, 1984a.

_____. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. Em: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984b.

_____. "A Ingovernabilidade": sobre o Renascimento das teorias Conservadoras da Crise. Em: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984c.

OFFE, Claus. RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. Em: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. Em: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, [1972] 2003a.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. Em: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003b.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. Boitempo Editorial, 2008.

_____. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. Em: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PECK, Jamie. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. **Novos estudos**, p. 59-78, 2012.

PELCZYNSKI, Z. A. The Hegelian conception of the state. Em: PELCZYNSKI, Z. A. (Org.). **Hegel's Political Philosophy: problems and perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, p. 53-71, 2008.

PERISSINOTTO, R. M. História, sociologia e análise do poder. **História Unisinos**, v. 11, n. 3, p. 313-320, 2007.

PHILLIPS-FEIN, Kim. Business Conservatives and the Mont Pèlerin Society. Em: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Orgs.): **The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PITKIN, Hanna F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

PLEHWE, Dieter. Introduction. Em: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Orgs.): **The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009a.

_____. The Origins of the Neoliberal Economic Development Discourse. Em: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Orgs.): **The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009b.

_____. Neoliberal thought collectives: Integrating social science and intellectual history. Em: CAHILL, D. et al. (Orgs.). **The Sage handbook of neoliberalism**. Melbourne: SAGE, 2018.

PLEHWE, Dieter; FISCHER, Karin. Continuity and Variety of Neoliberalism: Reconsidering Latin America's Pink Tide. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 2, p. 166-202, 2019.

PLEHWE, Dieter; WALPEN, Bernhard. Between network and complex organization: The making of neoliberal knowledge and hegemony. Em: PLEHWE, Dieter; WALPEN, Bernhard; NEUNHÖFFER, Gisela (Orgs.). **Neoliberal hegemony**: A global critique. Londres: Routledge, 2006.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, [1944] 2000.

POLLITT, Christopher; HUPE, Peter. Talking about government: The role of magic concepts. **Public management review**, v. 13, n. 5, p. 641-658, 2011.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, [1968] 1977.

_____. **State, Power, Socialism**. Londres: Verso, [1978] 2014.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Una defensa de la concepción minimalista de la democracia. **Revista mexicana de Sociología**, p. 3-36, 1997.

RAMOS, Marilia Patta; LIMA, Luciana Leite. Avaliação de impacto de políticas públicas: desafios e perspectivas a partir do Programa Bolsa Família. Em: CONTERATO, M. A. *et al*. (Orgs.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, [1971] 2011.

RESENDE, Ana Catarina. O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a "justa memória". Em: Wolkmer C, Siqueira S (Org.). **História do Direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/405y75l2/pJ0Dj8YvFV5Wf9nB.pdf>.

ROCHA, Camila. "Imposto é roubo!" A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, n. 3, 2019.

RODNEY, Walter. **How Europe underdeveloped Africa**. Londres: Verso Books, [1972] 2018.

ROLNIK, Raquel; GUERREIRO, Isadora de Andrade; MARÍN-TORO, Adriana. El arriendo-formal e informal-como nueva frontera de la financiarización de la vivienda en América Latina. **Revista Invi**, v. 36, n. 103, p. 19-53, 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Companhia das Letras, [1755] 2017.

_____. **O Contrato Social: princípios do direito político**. São Paulo: Martins Fontes, [1762] 1999.

RUGGIE, John Gerard. International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. **International organization**, v. 36, n. 2, p. 379-415, 1982.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brazil: Neoliberalism Versus Democracy**. Londres: Pluto Press, 2018.

SADDI, Fabiana da Cunha; PEGO, Raquel Abrantes. The collective health movement and health policy in Brazil: from regime transition/democratization to democracy and neoliberalism (1970s to 2014). **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 1, n. 18, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHMELZER, Matthias. What Comes After Bretton Woods? Neoliberals Debate and Fight for a Future Monetary Order. Em: PLEHWE, Dieter; SLOBODIAN, Quinn; MIROWSKI, Philip (Orgs.). **Nine lives of neoliberalism**. Londres: Verso Books, 2020.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Editora del Rey, [1922] 2006.

_____. **O conceito do político/Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Editora del Rey, [1932] 2009.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, v. 8, n. 2, p. 45-60, 1965.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1942] 1961.

SILVA, Fabrício Pereira da. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana De Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2018.

SILVEIRA, Lara Caldas Fernandes da. **A ideologia neoliberal e o urbano: desdemocratização a partir de Territórios Autônomos Privados**. 2024. 245 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism**. Cambridge: Harvard university Press, 2018.

_____. Anti-'68ers and the racist-libertarian alliance: How a schism among Austrian school neoliberals helped spawn the Alt Right. **Cultural Politics**, v. 15, n. 3, p. 372-386, 2019.

_____. The Law of the Sea of Ignorance: F. A. Hayek, Fritz Machlup, and other Neoliberals Confront the Intellectual Property Problem. Em: PLEHWE, Dieter; SLOBODIAN, Quinn; MIROWSKI, Philip (Orgs.). **Nine lives of neoliberalism**. Londres: Verso Books, 2020.

SLOBODINA, Q.; PLEHWE, D. Neoliberals Against Europe. Em: CALLISON, William; MANFREDI, Zachary (Org.). **Mutant neoliberalism: Market rule and political rupture**. Nova York: Fordham University Press, 2020.

STEINER, Yves. The Neoliberals Confront the Trade Unions. Em: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Orgs.): **The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Lisboa: Conjuntura Actual, 2013.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Costa Rica: Editorial UCR, 2019.

SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022.

TATAGIBA, Luciana. Crossroads of Brazilian democracy: dynamics of social mobilization during the Left turn cycle. In: FERRERO, Juan Pablo; NATALUCCI, Ana; TATAGIBA, Luciana. **Socio-political dynamics within the crisis of the left**: Argentina and Brazil. London, New York: Rowman & Littefield, 2019.

TAVARES, Francisco Mata Machado. Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 39-70 de 2012.

TAVARES, Francisco Mata Machado; BENEDITO, Sérgio Mendonça. Pós-democracia no sul global: uma leitura socio-fiscal dos confrontos políticos e da ruptura institucional no crepúsculo da Nova República Brasileira (2003-2017). **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 179-196, 2018.

TAVARES, Francisco Mata Machado; HEY, Muryel. A transparência dos gastos tributários nos estados brasileiros. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 44, n. 1, 2024.

TAVARES, Francisco Mata Machado; MARRA, Kariny Cruz Nogueira. O que é crítico no pensamento de Wolfgang Streeck? O eurocentrismo patriarcal como fundamento e horizonte normativo da teoria do Estado Consolidação. **Sociedade e Cultura**, v. 27, 2024.

TGEU. Transgender Europe. **TMM Absolute Numbers (2008 – sept 2023)**. TGEU, 2023. Disponível em: https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/. Acesso em: 08 set. 2024.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Livro 1. São Paulo: Martins Fontes, [1835] 2005.

_____. **Democracia na América: Sentimentos e Opiniões**. Liv0ro 2. São Paulo: Martins Fontes, [1840] 2004.

TRIBE, Keith. Liberalism and Neoliberalism in Britain, 1930-1980. Em: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Orgs.): **The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Protesto e democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018a.

_____. Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 2018b.

TRINDADE, Thiago Aparecido; PAVAN, Íris Leonhardt. Segregação urbana e a dimensão socioespacial da divisão sexual do trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 110, p. e3711003, 2022.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. **Lua Nova**, p. 191-228, 2006.

VIDAL, Camila Feix; LOPEZ, Jahde. (Re)pensando a dependência latino-americana: Atlas Network e institutos parceiros no governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, p. 1-40, 2022.

VITULLO, Gabriel Eduardo. O lugar do conflito na teoria democrática contemporânea. **Revista Tomo**, n. 10, p. 61-83, 2007.

_____. Da "sobrecarga de demandas" às "democracias iliberais": a 45 anos do Relatório à Comissão Trilateral. Em: MIGUEL, Luis Felipe; VITULLO, Gabriel Eduardo (Orgs.). **Democracia como emancipação: olhares contra-hegemônicos**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

VITULLO, Gabriel; CUNHA FILHO, Clayton. **Os antifederalistas: o outro lado do debate constitucional estadunidense**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

WACQUANT, Loïc. **Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity**. Durham: Duke University Press, 2009.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, [1920] 1993.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1921] 2015.

WHYTE, Jessica. **The morals of the market: Human rights and the rise of neoliberalism**. Londres: Verso, 2019.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and slavery**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1944.

WILSON, William Julius. **The truly disadvantaged: The inner city, the underclass, and public policy**. Chicago: University of Chicago Press, [1987] 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. **The Retreat From Class**: A New'True'Socialsim. Londres: Verso, 1998.

_____. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Liberty and Property: a social history of western political thought from renaissance to enlightenment**. Londres: Verso, 2012.

_____. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. **Inclusion and democracy**. Nova York: Oxford University Press, USA, 2002.

_____. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 193-214, 2009.

_____. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 13, 2014.

ZAHARIADIS, Nikolaos. **Ambiguity and choice in public policy: Political decision making in modern democracies**. Washington: Georgetown University Press, 2003.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. Nova York: Public Affairs, 2019.